

Brasília

Tel Aviv

Le Havre



Universidade de Brasília

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

CONEXÃO BRASÍLIA, TEL AVIV E LE HAVRE: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS PROCESSOS DE RECONHECIMENTO DE CIDADES MODERNAS COMO PATRIMÔNIO MUNDIAL PELA UNESCO

Jéssica Gomes da Silva



Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação

Jéssica Gomes da Silva

CONEXÃO BRASÍLIA, TEL AVIV E LE HAVRE: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS PROCESSOS DE RECONHECIMENTO DE CIDADES MODERNAS COMO PATRIMÔNIO MUNDIAL PELA UNESCO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a **Ana Elisabete de Almeida Medeiros**

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a **Roxana Eleta De Filippis**

Área de Concentração
Teoria, História e Crítica

Linha de Pesquisa
Patrimônio e Preservação

Brasília, dezembro de 2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

GG633c Gomes da Silva, Jéssica
Conexão Brasília, Tel Aviv e Le Havre: uma comparação
entre os processos de reconhecimento de cidades modernas
como patrimônio mundial pela Unesco / Jéssica Gomes da
Silva; orientador Ana Elisabete de Almeida Medeiros;
co-orientador Roxana Eleta De Filippis. -- Brasília, 2024.
380 p.

Tese (Doutorado em Administração) -- Universidade de
Brasília, 2024.

1. Brasília. 2. Tel Aviv. 3. Le Havre. 4. cidades
modernas patrimônio mundial. 5. Unesco. I. de Almeida
Medeiros, Ana Elisabete, orient. II. Eleta De Filippis,
Roxana, co-orient. III. Título.

Projeto gráfico, capa e diagramação: Jéssica Gomes da Silva

Revisão: Fernanda Gomes Teixeira de Souza

O passado não volta. Importantes são a continuidade e o
perfeito conhecimento da sua história.

Lina Bo Bardi

Às minhas fontes de inspiração

Doralice, Ricardo, Celenita (In memoriam) e Olga (In memoriam)

TESE DE DOUTORADO

Conexão Brasília, Tel Aviv e Le Havre: uma comparação entre os processos de reconhecimento de cidades modernas como patrimônio mundial pela Unesco

Autora: Jéssica Gomes da Silva

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Elisabete de Almeida Medeiros – UnB/FAU (Presidente)

Prof.^a Dr.^a Roxana Eleta De Filippis – Université Le Havre Normandie (Coorientadora)

Prof.^a Dr.^a Flaviana Barreto Lira – UnB/FAU (Examinadora Interna)

Prof.^a Dr.^a Flávia Brito do Nascimento – FAU/USP (Examinadora Externa)

Prof.^a Dr.^a Rosane Piccolo Loretto Specialski (Examinadora Externa)

Prof. Dr. Oscar Luís Ferreira – UnB/FAU (Suplente)

AGRADECIMENTOS

Um longo caminho foi percorrido para que esta tese fosse construída e, apesar de ser um trabalho solo e, por vezes, solitário, inúmeros foram os que contribuíram para esta jornada. Inicialmente, deixo minhas desculpas aos que, porventura, eu esqueça de citar. Saibam que a minha gratidão não é menor.

Os primeiros desta longa lista não poderiam deixar de ser os meus familiares: os meus amados pais, Doralice e Ricardo, o meu irmão, Marcelo, e tia Lúcia. Se esta tese teve fim, vocês têm parte nisso.

Agradeço infinitamente à Prof.^a Dr.^a Ana Elisabete Medeiros, minha orientadora, que trouxe, de forma gentil e apurada, ótimas considerações e suporte para que a tese fosse se delineando da melhor maneira. À Prof.^a Dr.^a Roxana De Filippis, minha coorientadora, digo o meu *merci* pela recepção na Université Le Havre Normandie e pelos diálogos proveitosos. Deixo os meus sinceros agradecimentos aos membros da banca: Prof.^a Dr.^a Flaviana Barreto Lira, Prof.^a Dr.^a Flávia Brito do Nascimento, Prof.^a Dr.^a Rosane Piccolo Loretto Specialski e Prof. Dr. Oscar Luís Ferreira. Os diálogos e as sugestões dentro e fora da banca foram essenciais para que a tese chegasse a um resultado positivo.

À Universidade de Brasília, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, aos professores, técnicos e colegas de pesquisa. Especialmente, gostaria de citar alguns companheiros de debates, de angústias e de alegrias: Daniela Barbosa, Eduardo Soares, Carolina Canuto, Mariana Priester, Giselle Chaim, Marina Lira. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes)¹ pelo financiamento da Bolsa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE).

Agradeço também à Université Le Havre Normandie (laboratório IDEES), que me acolheu para o Doutorado Sanduíche. Cito alguns nomes: Aliona Balanel, Esteban Jimenez, Sophie Havard, Danièle Sansy, Patricia Sajous, e aos meus colegas de laboratório, Alex e Sarah, que tornaram meus dias mais divertidos. Ainda na cidade de Le Havre, agradeço a Benjamin Capon, responsável pelo *Service Urbanisme et prospective de la Ville du Havre*, que me forneceu material de pesquisa e respondeu a inúmeras

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes¹) – Código de Financiamento 001.

perguntas. Não posso deixar de citar a equipe da Cidade Branca de Tel Aviv, que foi essencial para que pudesse consultar documentos de difícil acesso: primeiramente Jeremie Hoffmann, pelas conversas e pelos e-mails com informações realmente úteis; também a Nitzza Szmuk, Catherine Rochant, Eynat Mendelson-Shwartz, Michael Turner, Guy Kav-Venaki, Nathan Marom e Shir. Ainda com relação a Tel Aviv, agradeço à Prof.^a Dr.^a Gisele Safar pelo encaminhamento de materiais para consulta.

Devo ainda agradecimentos aos profissionais que me receberam na Unesco e no Icomos para longas pesquisas e muitas perguntas. Na Unesco, Alexandre Coutelle, e no Icomos, Bertrand Bellet e Gwenaëlle Bourdin. Na Superintendência do Iphan-DF, agradeço ao Thiago Perpétuo, ao Maurício Goulart e aos meus colegas de trabalho. Aos que me receberam nos arquivos em Brasília (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Arquivo Público do Distrito Federal e Secretaria de Cultura do Distrito Federal) e em Le Havre (*Archives Municipales* e na *Bibliothèque Armand Salacrou*).

Não posso deixar de citar amigos de longa data e outros que os últimos anos me deram. Deixo meu muito obrigada a Natália Maciel, Vitor Boa Sorte, Kécia Pereira, Naiana Melo, Rosimére Pinho e Thatiany Oliveira. Sem o apoio de vocês, a jornada teria sido infinitamente mais árdua.

PREFÁCIO

A pesquisa de doutorado, apesar de iniciada formalmente em 2020, teve seu despertar ainda em 2017. Enquanto aluna do primeiro ano no mestrado do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília participei como ouvinte do evento “Jornada Internacional Gestão do Patrimônio Urbano Moderno” que ocorreu em Brasília, entre os dias 21 e 22 de agosto de 2017. O tema da primeira mesa-redonda foi “Instrumentos de gestão: regulamentação e atualização de normativas”, em que se fizeram presentes os representantes de França e Israel com vistas a partilhar experiências no campo da gestão do patrimônio urbano moderno.

Devo fazer duas confissões relativas a esse momento. A primeira delas diz respeito ao meu quase completo desconhecimento com relação aos outros exemplares urbanos modernos, além de Brasília. A segunda consideração vem no sentido de demonstrar um encantamento com a cidade francesa de Le Havre, talvez nem tanto com relação a Tel Aviv que entraria em cena nesta tese bem depois. Esse forte interesse por Le Havre veio em função da fala de sua representante, mas sobretudo por meio das imagens apresentadas na sala no Cine Brasília. As fotografias imediatamente me remeteram à nossa capital, não somente pela presença de uma obra de Oscar Niemeyer, uma entre tantas no território francês – o *Le Volcan*, mas pelo conjunto urbano, pela estética moderna, pelo uso do concreto e, talvez, principalmente, por ter percebido naquela cidade uma possível “irmã” para Brasília.

Um pouco de exagero se manifestou em mim naquela palestra ao sair daquele auditório decidida de que deveria estudar aquela cidade para o meu doutorado, uma vez que o meu mestrado focava suas pesquisas no Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília (GT-Brasília), responsável pelo processo de patrimonialização da capital brasileira e sua jornada até o seu reconhecimento como Patrimônio Mundial em 1987. Apesar de uma temática comum, não seria possível, naquele momento, inserir Le Havre nas minhas pesquisas.

Então o movimento ocorreu em direção ao início de um trabalho paralelo. Mesmo sem concluir o mestrado e sem saber o que estudar para o doutorado, tive a certeza de que Le Havre precisava ser incluída de alguma maneira. Coincidentemente ou não, minhas próximas férias de verão ocorreriam na Europa, inclusive passando pela França. Após um longo trabalho de convencimento

com a minha família, dia 13 de fevereiro de 2018, embarcamos em um trem na *Gare Saint Lazare*, Paris, rumo à *Gare du Havre*, Le Havre.

Claramente, naquele momento não existia um direcionamento de projeto. O objetivo era apenas conhecer a cidade, entender o seu funcionamento e, de maneira despreziosa, ver se Le Havre “parecia” mesmo com Brasília. Em uma viagem de algumas horas, e enfrentando o rigoroso inverno da Normandia, não foi fácil ver e, principalmente, percorrer todos os pontos marcados no mapa que eu havia objetivado visitar. Mas a experiência foi extremamente valiosa e aumentou mais a certeza de que havia encontrado um objeto de pesquisa para o meu doutorado.

Ao retornar a Brasília, as pesquisas continuaram, mesmo que mais lentamente, pois precisava concluir o mestrado. Tendo essa etapa finalizada em março de 2019, imediatamente o foco se voltou para a seleção do doutorado que ocorreria no final daquele mesmo ano. Já com a certeza em mente, mais uma vez viajei a Le Havre, agora sozinha e com algumas ideias de onde ir e do que precisava ver e pesquisar. Então, em 10 de setembro de 2019, embarquei novamente para a França, com destino a Le Havre. Foram sete dias de caminhadas, mapeamentos, fotos, pesquisas em arquivos e bibliotecas, conversas com pessoas pelas ruas e pelos monumentos. Como o perímetro reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) é de 1,33 km², aproximadamente, decidi percorrê-lo caminhando. Uma experiência instigante e que me trouxe questionamentos e algumas respostas imediatas.

Após essa viagem, retornei ao Brasil com grande volume de material de pesquisa, porém já sabendo que precisaria retornar outras vezes para coletar o que faltava nos arquivos e nas bibliotecas. Ao final de 2019, chegou o momento da seleção para o PPG-FAU/UnB. Para o meu projeto apresentado à banca de seleção, a ideia era realizar uma comparação entre Brasília e Le Havre no que tange aos seus processos de patrimonialização, buscando perceber se existiriam referências entre elas ou não. Já na entrevista, a banca fez a indagação por mim aguardada: E a Cidade Branca de Tel Aviv? A princípio, a justificativa para a não inclusão se pautava na distância geográfica, na questão cultural e na barreira linguística. Apesar de ter sido aprovado o projeto sem alterações, os questionamentos sobre a cidade israelense me acompanharam sem cessar. A sua inclusão, após muita insistência e um processo

de convencimento desta doutoranda, se fez a partir das sugestões dos professores de Seminário em Teoria, História e Crítica², a primeira disciplina obrigatória no ciclo da pós-graduação.

Como Tel Aviv não havia sido cogitada antes, foi preciso recuperar o tempo perdido com as pesquisas, identificar materiais, artigos, teses e, de fato, perceber se seria possível a comparação com as outras cidades modernas. Mais uma grata surpresa e mais um encantamento. Apesar do contexto pandêmico e das barreiras geográfica e linguística que são verdadeiras, foi possível me aproximar cada vez mais da cidade israelense.

Assim, mesmo diante de desafios e alterações na rota, foi possível construir esta tese.

² A disciplina foi cursada no 1º/2020 e teve como docentes: Prof.^a Dr.^a Carolina Pescatori, Prof.^a Dr.^a Maribel Aliaga e Prof. Dr. Ricardo Trevisan.

RESUMO

Esta tese possui como objetivo lançar luz sobre os processos de patrimonialização de Brasília, Tel Aviv e Le Havre de forma conjunta. A ausência de estudos comparativos entre essas cidades Patrimônio Mundial denota a importância de conduzir um olhar voltado aos problemas e potencialidades enfrentados por elas em seus respectivos processos de patrimonialização. O ponto de partida é a percepção de que os percursos de candidatura desses conjuntos urbanos à Lista do Patrimônio Mundial da Unesco possuem potencial para colaborar para a preservação de cidades modernas, não somente as já reconhecidas, mas, sobretudo, outras que venham a pleitear esse título. A documentação primária encontrada nos arquivos da Unesco e do Icomos, com subsídio de outros documentos atrelados aos arquivos locais, representa o aporte para o método da História Comparada, utilizado de forma a extrair as informações sobre os processos de patrimonialização. A tese parte das teorias e práticas que alicerçam a construção do patrimônio urbano moderno para, a seguir, da terra, da areia e dos escombros evidenciar as construções de Brasília, de Tel Aviv e de Le Havre. Na sequência, o texto passa ao processo de patrimonialização das cidades e, por fim, elencando condicionantes de comparação, apresenta conexões possíveis. A leitura comparativa dessas fontes de pesquisa colaborou para a percepção não apenas de como se constrói a candidatura de um bem, mas ainda sobre o trabalho dos organismos internacionais e de como diferentes narrativas são construídas até o reconhecimento de uma cidade moderna como Patrimônio Mundial.

Palavras-chave: Brasília; Tel Aviv; Le Havre; cidades modernas patrimônio mundial; processo de patrimonialização; Unesco.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to shed light on the heritage processes of Brasilia, Tel Aviv and Le Havre in a comparative way. The lack of comparative studies between these World Heritage cities indicates the importance of looking at the problems and potential faced by them in their respective heritage processes. The starting point is the perception that the application process of these urban complexes to the Unesco World Heritage List has the potential to contribute to the preservation of modern cities, not only those already recognized, but above all others that may apply for this title. The primary documentation found in the Unesco and Icomos archives, with the support of other documents linked to local archives, represents the input for the Comparative History method, used to extract information on the processes of patrimonialization. The thesis starts with the theories and practices that support the construction of modern urban heritage and then, from the earth, sand and rubble, it highlights the constructions of Brasilia, Tel Aviv and Le Havre. The text then moves on to the process of patrimonialization of cities and, finally, by listing the conditions for comparison, presents possible connections. The comparative reading of these research sources has contributed to the perception not only of how the candidacy of a property is constructed, but also of the work of international organizations and how different narratives are constructed until a modern city is recognized as a World Heritage Site.

Keywords: Brasilia; Tel Aviv; Le Havre; modern world heritage cities; heritage process; Unesco.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette thèse est de mettre en lumière les processus de patrimonialisation de Brasília, Tel Aviv et Le Havre de manière comparative. Le déficit d'études comparatives entre ces villes du patrimoine mondial indique l'importance d'examiner les problèmes et les potentialités auxquels elles sont confrontées dans leurs processus respectifs de patrimonialisation. Le point de départ est la perception que le processus de candidature de ces ensembles urbains à la Liste du patrimoine mondial de l'Unesco a le potentiel de contribuer à la préservation des villes modernes, non seulement celles qui sont déjà reconnues, mais surtout toutes celles qui postulent à ce titre. La documentation primaire trouvée dans les archives de l'Unesco et de l'Icomos, avec l'appui d'autres documents liés aux archives locales, représente la base de la méthode de L'Histoire Comparée, utilisée pour extraire des informations sur les processus de patrimonialisation. La thèse part des théories et des pratiques qui soutiennent la construction du patrimoine urbain moderne, puis, à partir de la terre, du sable et des gravats, met en évidence les constructions de Brasília, de Tel-Aviv et du Havre. Le texte aborde ensuite le processus de patrimonialisation des villes et, enfin, en énumérant les conditions de la comparaison, présente les rapprochements possibles. La lecture comparative de ces sources de recherche a contribué à la perception non seulement de la manière dont la candidature d'un bien est construite, mais aussi du travail des organisations internationales et de la manière dont différents narratifs sont construits jusqu'à ce qu'une ville moderne soit reconnue comme site du patrimoine mondial.

Mots-clés: Brasília ; Tel Aviv ; Le Havre ; villes modernes du patrimoine mondial ; processus de patrimonialisation ; Unesco.

LISTA DE SIGLAS

AIESPP – Área de Interesse Especial para Preservação

AIP – Área de Interesse para Preservação

AM – Arquitetura Moderna

ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal

APT – Association for Preservation Technology

CIAM – *International Congress of Modern Architecture* – Congresso Internacional da Arquitetura Moderna

CNDU – Centro Nacional de Desenvolvimento Urbano

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

Docomomo – Comitê Internacional para Documentação e Preservação de Edifícios, Conjuntos e Sítios Urbanos do Movimento Moderno

EPIA – Estrada Parque Indústria e Abastecimento

EUA – Estados Unidos da América

GDF – Governo do Distrito Federal

GT-Brasília – Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

ICCROM – Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais

Icomos – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

Insee – Institut National de la Statistique et des Études Économiques (Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos)

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISAI – *Immeubles Sans Affectation Individuelle* – Imóveis sem Uso Individual

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza

JK – Juscelino Kubitschek

Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

ONU – Organização das Nações Unidas

OUV – *Outstanding Universal Value* – Valor Universal Excepcional

RA – Região Administrativa

Secec – Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal

SDN – Setor de Diversões Norte

SDS – Setor de Diversões Sul

SQN – Superquadra Norte

SQS – Superquadra Sul

TADF – *Tel-Aviv Development Fund* – Fundo para o Desenvolvimento de Tel Aviv

Uneco – Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZPPAUP – Zona de Proteção do Patrimônio Arquitetônico, Urbano e Paisagístico

ZAC – *Zone à Urbaniser en Priorité* – Zona de Desenvolvimento Planejado

ZUP – *Zones d'Aménagement Concerté* – Zona de Urbanização Prioritária

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Edifício da Bauhaus.....	45
Figura 2 – Edifício nº 25 bis, na Rue Franklin, em Paris.....	47
Figura 3 – Ville Savoye, de Le Corbusier.....	50
Figura 4 – Mapa do Oriente Médio com a localização de Israel (em roxo) e os países com os quais faz fronteira (os círculos representam territórios palestinos).....	104
Figura 5 – Mandato Britânico na Palestina.....	105
Figura 6 – Plano da ONU para a divisão da Palestina em 1947.....	106
Figura 7 – Fronteiras no Oriente Médio depois da Guerra dos Seis Dias.....	106
Figura 8 – Cidade de Tel Aviv.....	108
Figura 9 – Vista de Jerusalém.....	109
Figura 10 – Edifício da Bauhaus – Hotel Cinema.....	110
Figura 11 – Mapa de Israel contendo os limites do projeto de Patrick Geddes.....	115
Figura 12 – Planejamento urbano de Patrick Geddes.....	116
Figura 13 – Imagem da Antiga Jaffa.....	120
Figura 14 – Presença do verde em meio à Cidade Branca de Tel Aviv.....	121
Figura 15 – Dizengoff Square no centro da Cidade Branca de Tel Aviv.....	122
Figura 16 – Mapa contendo os limites da antiga Jaffa (verde), da Cidade Branca de Tel Aviv (azul) e da Municipalidade de Jaffa (vermelho) (1930) – Dentro do círculo preto está a localização da Dizengoff Square.....	123
Figura 17 – Cidade Branca de Tel Aviv com base no Projeto de Patrick Geddes de 1925 (com alterações em 1938).....	125
Figura 18 – Habitação proposta pelo plano de Patrick Geddes para a Cidade Branca de Tel Aviv – fachada voltada para a área verde.....	128
Figura 19 – Edifício com pilotis e varandas.....	129
Figura 20 – Bloco urbano de Patrick Geddes.....	132
Figura 21 – Conjunto de Beit Be’eri para habitação multifamiliar.....	135
Figura 22 – Localização da França na Europa.....	141
Figura 23 – Mapa Normandia.....	142

Figura 24 – Le Havre em 1765	144
Figura 25 – Le Havre em 1838	145
Figura 26 – Le Havre antes da destruição com edificações do século XVI.....	146
Figura 27 – Le Havre devastada após os bombardeios de 1944.....	147
Figura 28 – Le Havre em 1939	149
Figura 29 – Foto de Le Havre em 1939	149
Figura 30 – Projeto de Auguste Perret para Le Havre	151
Figura 31 - Plan masse de Jacques Tournant para Le Havre.....	154
Figura 32 – Mapa com identificação de ruas em Le Havre	155
Figura 33 – Sobreposição do projeto de Auguste Perret na Le Havre de 1939	157
Figura 34 – Quartier Saint-François e outros pontos de referência em Le Havre	158
Figura 35 – Quartier Saint-François atualmente.....	159
Figura 36 – Detalhes do concreto na fachada	168
Figura 37 – Conjunto de ISAIs ao redor do Hôtel de Ville	172
Figura 38 – Detalhe em vista dos ISAIs.....	172
Figura 39 – Planta baixa de apartamento modelo dos ISAIs	173
Figura 40 – Mapa da América do Sul.....	179
Figura 41 – Mapa do Distrito Federal Regiões Administrativas	180
Figura 42 – Identificação Região Administrativa 1, Plano Piloto	182
Figura 43 – Croquis de Lucio Costa para o plano-piloto.....	186
Figura 44 – Croqui de Lucio Costa indicando a topografia do Eixo Monumental.....	189
Figura 45 – Escala Monumental	189
Figura 46 – Catedral Metropolitana de Brasília	191
Figura 47 – Croqui de Lucio Costa para a Superquadra	193
Figura 48 – Croquis de Lucio Costa para a Superquadra e seu cinturão verde	193
Figura 49 – Vista da Superquadra 108 Sul em 1960	194
Figura 50 – Edifício na SQN 203.....	197
Figura 51 – Cobogós em fachadas de edifício residencial na superquadra 315 sul.....	198
Figura 52 – Escalas de Brasília.....	200
Figura 53 – Vista aérea da Escala Gregária de Brasília.....	201

Figura 54 – Rodoviária de Brasília na década de 1960	202
Figura 55 – Vista aérea das Superquadras e do Eixo Rodoviário-residencial contendo a Escala Bucólica	205
Figura 56 – Vista do Lago Paranoá e suas margens.....	205
Figura 57 – Limites da área de preservação propostas pelo GT-Brasília.....	215
Figura 58 – Mapa das paisagens existentes elaborado pelo GT-Brasília.....	221
Figura 59 – Mapa das áreas de preservação existentes e propostas.....	223
Figura 60 – Mapa contendo o limite de preservação de Brasília.....	230
Figura 61 – Esculturas de Dani Karavan – Kikar Levana na White Square (1989).....	237
Figura 62 – Edifício com varanda em Tel Aviv e adição na parte posterior da edificação.....	241
Figura 63 – Edificação com adição no último pavimento	245
Figura 64 – Rubinsky House antes do restauro.....	246
Figura 65 – Rubinsky House depois do restauro	247
Figura 66 – Perímetro da Zona de Proteção do Patrimônio Arquitetônico, Urbano e Paisagístico .	260
Figura 67 – Mapa com edifícios construídos no período da reconstrução (1947 – 1964) (em amarelo)	271
Figura 68 – Mapa de Tel Aviv Yafo com identificação das zonas, do estilo das edificações e das áreas de conservação	286
Figura 69 – Mapa com o perímetro de preservação para Brasília.....	289
Figura 70 – Mapas com o perímetro de preservação para Tel Aviv e Le Havre.....	290
Figura 71 – Mapa com a área de preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – 2013	309
Figura 72 – Fluxograma de etapas para o encaminhamento do Relatório do Icomos ao Comitê do Patrimônio Mundial.....	314
Figura 73 – Caixas contendo os arquivos de candidatura de Brasília, Tel Aviv e Le Havre, respectivamente.....	316
Figura 74 – Caixa contendo arquivos para a candidatura de Le Havre	317
Figura 75 – Capas das pastas com a divisão de documentos de Brasília, Tel Aviv e Le Havre, respectivamente. O primeiro contém o formulário de candidatura, o segundo a avaliação do Conselho Consultivo e o terceiro, correspondências	318
Figura 76 – Mapa contendo os limites do entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília	333

Figura 77 – Mapa com a divisão em Macroáreas pela Portaria nº 166, de 2016	335
Figura 78 – Mapa contendo a delimitação do perímetro da Cidade Branca de Tel Aviv.....	338
Figura 79 – Mapa contendo os limites das zonas de preservação de Tel Aviv.....	339
Figura 80 – Perímetro de preservação de Le Havre e sua Zona Tampão	340
Figura 81 – Plano de composição urbana de Le Havre	342

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação dos itens do formulário de inscrição de Brasília, Tel Aviv e Le Havre, mostrando os itens similares por meio de cores..	292
Tabela 2 – Documentação sobre Brasília presente no site da Unesco.....	308
Tabela 3 – Documentação sobre Tel Aviv presente no site da Unesco.....	308
Tabela 4 – Documentação sobre Le Havre presente no site da Unesco.....	308
Tabela 5 – Inventário com lista de documentos encaminhados para Tel Aviv	320
Tabela 6 – Inventário com lista de documentos encaminhados para Le Havre.....	321
Tabela 7 – Índice de conteúdo entregues pelo Brasil para a Unesco.....	321
Tabela 8 – Índice de conteúdo entregues pelo Brasil para a Unesco.....	322

SUMÁRIO

<i>LISTA DE SIGLAS</i>	16
<i>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</i>	18
<i>LISTA DE TABELAS</i>	22
<i>INTRODUÇÃO</i>	24
<i>PARTE I</i>	38
<i>CAPÍTULO 1</i>	39
1.1 As diferentes modernidades e o patrimônio moderno	40
1.2 As instituições e agentes envolvidos no processo de reconhecimento e de salvaguarda	65
1.3 O processo de candidatura de um bem à Lista do Patrimônio Mundial	85
<i>CAPÍTULO 2</i>	102
2.1 Tel Aviv: da cidade de areia à cidade branca	103
2.2 Le Havre: dos escombros da Segunda Guerra Mundial à cidade reconstruída	140
2.3 Brasília: da terra vermelha à capital planejada	178
<i>PARTE II</i>	208
<i>CAPÍTULO 3</i>	209
3.1 Brasília: a primeira cidade moderna patrimônio mundial	210
3.2 Tel Aviv: o reconhecimento da <i>Bauhaus</i> e do <i>International Style</i>	232
3.3 Le Havre: a verdade estrutural do concreto armado em evidência	256
<i>CAPÍTULO 4</i>	278
4.1 O antes: os dossiês de candidatura	279
4.2 O durante: os documentos da Unesco e do Icomos	305
4.3 Além do que se pode ler e ver	329
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	351
<i>REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO</i>	364

INTRODUÇÃO

A ação de reconhecimento de um bem material como Patrimônio Mundial perante a Unesco inclui um longo percurso voltado à sua patrimonialização, ou seja, à identificação enquanto objeto de valor. Esse processo possui um primeiro momento no qual se entende que aquele monumento, grupo de edifícios ou sítio possui algum valor para determinado grupo ou para a sociedade e que, portanto, merece ser lembrado e, conseqüentemente, preservado. Transposto esse primeiro estágio, buscam-se elementos que comprovem essa proposta de valoração, culminando em um processo de pesquisas com vistas a subsidiar a candidatura perante o organismo internacional. O ápice de tal caminho leva à inscrição como Patrimônio Mundial.

Essa descrição do processo de reconhecimento de um bem encontra caminhos particulares em cada uma das candidaturas. De forma singular, no que tange à arquitetura moderna, ou ao patrimônio do século XX, segundo descrição da própria Unesco, há dezenas de exemplares arquitetônicos, porém se destaca um número bastante restrito de conjuntos urbanos modernos que foram listados até os dias de hoje. Desses exemplares, destacam-se Brasília, capital do Brasil; a Cidade Branca de Tel Aviv, em Israel; e a cidade francesa de Le Havre. Existe ainda outro conjunto urbano representativo do movimento moderno, Asmara, a capital da Eritreia que foi reconhecida pela Unesco em 2017.

Essa última cidade vivenciou várias fases de planejamento urbano entre 1893 e 1941 que a transformaram em um conjunto urbano com referências à arquitetura moderna. O contexto dessas construções em Asmara possui relação com o fascismo italiano de Benito Mussolini. A Eritreia esteve sob o domínio da Itália entre 1890 e 1941, aproximadamente. E foi nesse período que se desenvolveram alguns planos para a cidade com base no trabalho de diferentes arquitetos.

Essa breve descrição de Asmara possui como objetivo a demarcação de algumas distinções com relação às outras três cidades (Brasília, Tel Aviv e Le Havre) que justifiquem a não escolha para a sua inclusão dentre os objetos de pesquisa. A primeira distinção está na identificação de múltiplos projetos de planejamento urbano, não existindo, portanto, um plano que pudesse ser considerado único para que a cidade fosse erguida. O segundo ponto, diretamente relacionado ao primeiro, está na identificação de que não houve um só arquiteto responsável pelo desenvolvimento de um projeto para a cidade. Diante desses fatos, entende-se que ao incluí-la nessa abordagem seria necessária uma tessitura diferente da que se pretende e que se demonstra a seguir. Uma semelhança primária as une

quanto ao título patrimonial, porém diferenças estão presentes no caminho que cada uma trilhou até o reconhecimento internacional, desde a primeira, Brasília, em 1987, passando por Tel Aviv, em 2003, e a última, Le Havre, em 2005.

As indagações acerca do processo de reconhecimento de bens modernos como Patrimônio Mundial perante a Unesco fomentaram as pesquisas para a elaboração desta tese. A intenção primária de verificar os processos de patrimonialização dos conjuntos urbanos colaborou para a ideia de uma análise comparativa, buscando ter um ponto de partida voltado ao percurso de proposição das candidaturas. Sendo assim, a comparação entre Brasília, Tel Aviv e Le Havre se constrói a partir da identificação desse momento comum às três cidades, representado pelo período em que os respectivos pleitos para as tornar Patrimônio Mundial foram construídos e avaliados pelo organismo internacional.

O processo de candidatura de um bem à Lista do Patrimônio Mundial compreende alguns passos obrigatórios, dentre eles, no momento inicial, o envio do dossiê de candidatura. Após essa etapa, a Unesco realiza procedimentos internos que correspondem a um período de avaliação da documentação e dos argumentos apresentados, além da elaboração de pareceres por parte de seus técnicos. Concluída essa fase estratégica, o pleito segue para a decisão por parte do comitê do organismo internacional. Esse percurso apresenta diversas fases e envolve amplas discussões, além da decisão de inscrever ou não o bem na Lista do Patrimônio Mundial. O que nos interessa, para esta tese, a partir da intenção de observar o processo de patrimonialização de Brasília, Tel Aviv e Le Havre, é resgatar esse percurso voltado à avaliação da Unesco, ou seja, buscar nas fontes primárias, com o auxílio da bibliografia, o aparato para construir a análise que aqui se pretende.

Dessa forma, o aporte para a realização desta tese se apresenta, sobretudo, a partir da documentação primária encontrada sobre o reconhecimento de Brasília, Tel Aviv e Le Havre. Há a intenção de observar o caminho imediatamente antes de os dossiês de candidatura serem depositados na Unesco até o estágio final em que os bens foram inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Essa delimitação se baseia em uma possibilidade de comparação, partindo do entendimento de que o conjunto de documentos acerca dessas fases se mostra semelhante. Esse núcleo central de análise com base na documentação primária não afasta a necessidade de consultar outras fontes de pesquisa e de, primeiramente, construir uma argumentação histórica voltada a como cada uma das cidades se construiu enquanto conjunto urbano moderno.

Brasília, a primeira cidade moderna reconhecida pela Unesco, em 1987, hoje é preservada a partir de um perímetro que abarca o Plano Piloto, projeto de Lucio Costa de 1957, e uma área imediata que lhe confere proteção. O processo de patrimonialização da capital brasileira ganhou contornos mais nítidos na década de 1980, quando o GT-Brasília foi criado com a finalidade de estudar a preservação da cidade e de propor alguma medida para a sua salvaguarda. As ações desse Grupo se voltavam para a compreensão da capital a partir de sua história, associada às origens do território, o que significou iniciar as pesquisas pelo Distrito Federal, e não apenas pelo Plano Piloto, objeto que se pretendia preservar como exemplo da arquitetura moderna.

A Cidade Branca de Tel Aviv foi o segundo conjunto urbano listado pela Unesco, no ano de 2003, distanciando-se dezesseis anos da primeira inscrição de cidade moderna. A organização reconheceu três zonas de preservação nesse centro urbano, contendo aproximadamente mil edifícios históricos sob a influência da *Baubaus* e do *International Style*. O que é preservado hoje em Tel Aviv corresponde ao que foi desenhado por Patrick Geddes entre os anos de 1930 e 1950. No caso de Tel Aviv, pode-se identificar um primeiro movimento para a divulgação de sua arquitetura moderna também na década de 1980. No entanto, os anos 1990 foram definidores para a preservação, partindo da identificação do grau de deterioração em que se encontravam as construções. A condição de maior complexo de edifícios afiliados à *Baubaus* no mundo foi suficiente para pleitear a inscrição na lista como um bem patrimonial. Além disso, o processo de adaptação dos padrões europeus à escala urbana e à arquitetura local deram a Tel Aviv o suporte ao reconhecimento perante o organismo internacional em 2003.

A terceira cidade moderna reconhecida como Patrimônio Mundial foi Le Havre. A sua área preservada corresponde ao perímetro reconstruído entre os anos de 1945 e 1964 por Auguste Perret, após os bombardeios na Segunda Guerra Mundial. O processo de patrimonialização teve seu início na mesma década de 1980, a partir de duas preocupações: a busca por uma identificação da população com a parte reconstruída; e a questão técnica associada ao desgaste natural das edificações. A condição de cidade reconstruída seguindo os parâmetros e princípios da arquitetura moderna foi suficiente para iniciar a candidatura perante a Unesco, que a inscreveria como Patrimônio Mundial em 2005.

Um patrimônio cultural, como se sabe, não está necessariamente relacionado à sua antiguidade, e a construção de valores patrimoniais de um bem perpassa a noção de que existe um longo caminho

a ser percorrido até o seu reconhecimento mundial. Mesmo antes da candidatura à Unesco, inúmeros estudos, pesquisas, coletas de dados e informações são necessários para validar e valorar esse bem. Além disso, é preciso considerar que os três conjuntos urbanos trazem contextos e condições diferentes em seus respectivos processos de patrimonialização, significando esse o percurso para o seu reconhecimento como patrimônio e consequente preservação. Mas essas cidades guardam algo em comum: são conjuntos urbanos modernos reconhecidos como Patrimônio Mundial pela Unesco.

A contribuição desta pesquisa está primeiramente em compreender de que maneira se dá o processo de patrimonialização de cada uma das cidades. Subsidiariamente, há o empenho em abordar mais a fundo o patrimônio moderno em suas diferentes manifestações urbanas. Entende-se que a arquitetura moderna apresenta questões específicas quanto à sua valoração, sobretudo ao serem identificados desafios relacionados ao seu entendimento e posterior preservação. Isso porque as suas especificidades, tais como a materialidade de suas construções, questões técnicas e de design, além da legitimidade do seu valor cultural, colocam-na em uma posição considerada por vezes desfavorável à sua patrimonialização. Quebrando esses paradigmas com relação à preservação de exemplares do século XX, ao longo das décadas de 1980 e 1990, instituições como o Comitê Internacional para a Documentação e Preservação de Edifícios, Conjuntos e Sítios Urbanos do Movimento Moderno (Docomomo) e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), voltaram o seu interesse para a preservação do patrimônio recente. Mas, ainda hoje, é notória a baixa representação de bens arquitetônicos modernos na Lista do Patrimônio Mundial.

Essa problemática relacionada ao reconhecimento e à preservação do patrimônio urbano moderno se delinea, de forma preliminar, a partir da baixa representatividade desses exemplares e das dificuldades por parte das instituições de salvaguarda e dos governos nacionais em reconhecerem cidades modernas como bens a serem preservados. Essa visão é um reflexo de como se deu o processo de reconhecimento da primeira cidade listada pela Unesco, Brasília, situação em que se discutiu a validade ou não da preservação patrimônio do século XX naquele momento, a década de 1980. Há ainda a indagação acerca de como se constituíram os processos de patrimonialização de Brasília, Tel Aviv e Le Havre, no que se refere às próprias candidaturas à Unesco.

Tais questionamentos norteiam as justificativas da tese, sendo que a primeira delas se ampara na parca discussão bibliográfica sobre os objetos de análise: as três cidades modernas reconhecidas

como Patrimônio Mundial e seus respectivos processos de patrimonialização. As discussões referentes à preservação de sítios modernos ainda carecem de avanços, abrindo a possibilidade de lançar luz sobre esses exemplares urbanos. Ademais, as pesquisas existentes sobre Brasília, Tel Aviv e Le Havre, mesmo que fundamentais para o desenvolvimento da discussão, mostram-se isoladas, não havendo estudos que as considerem como parte de um debate mais amplo e comparativo, como propõe esta tese. Essa abordagem, além de inédita, pretende ampliar a possibilidade de discussão acerca da preservação de outros sítios modernos. Uma última justificativa surge a partir da intenção de lançar luz sobre o trabalho de organizações de preservação, tais como a Unesco e o Icomos no campo internacional.

Em termos gerais, a tese pretende colaborar com o campo da preservação e do patrimônio buscando entender como os processos de patrimonialização de Brasília, Tel Aviv e Le Havre podem ser lidos à luz da documentação primária encontrada nos acervos da Unesco e do Icomos e ainda em arquivos locais. Os processos de patrimonialização, quando comparados, podem apontar problemas e desafios comuns, bem como potencialidades que, uma vez reconhecidos, serão capazes de contribuir para a preservação de conjuntos modernos. Esta tese se delinea a partir da análise das fontes primárias encontradas nesses acervos acerca do processo de reconhecimento como Patrimônio Mundial de Brasília, Tel Aviv e Le Havre. Subsidiariamente há fontes primárias originárias dos arquivos locais de Brasília e de Le Havre que colaboraram para a elaboração desta tese. Para o caso específico de Tel Aviv, como não foi possível uma visita *in loco*, o suporte de pesquisadores locais, que encaminharam materiais por meio on-line, tornou-se fundamental para suprir um possível desequilíbrio entre os objetos de estudo e as fontes para a análise.

Mais do que a tarefa de descrever os processos de patrimonialização, a intenção se mostra no sentido de elucidar esse percurso para as três cidades de forma crítica. Nesse sentido, entende-se que, a despeito das diferenças geográficas, temporais, econômicas, políticas, sociais etc., a comparação voltada aos processos de patrimonialização das três cidades modernas Patrimônio Mundial tem potencial para auxiliar a elencar fragilidades e potencialidades comuns que podem ajudar no desenvolvimento de processos futuros de reconhecimento de outras cidades patrimônio mundial, sobretudo as de caráter moderno.

Sob essa perspectiva, entende-se que há questões que ainda demandam respostas: o que essa análise documental conjunta dos processos de reconhecimento de Brasília, Tel Aviv e Le Havre nos

mostra acerca dos procedimentos internos aos trabalhos da Unesco e do Icomos enquanto entidades que validam a inscrição de bens como patrimônio? E o que a documentação primária encontrada em outros acervos demonstra acerca desse caminho? Como o valor de excepcionalidade dos conjuntos urbanos foi atribuído e validado a partir desses documentos?

Assim, o objetivo principal desta tese é compreender os processos de patrimonialização de Brasília, Tel Aviv e Le Havre, de forma comparativa, a partir de sua documentação primária, de modo a identificar problemas e desafios comuns, bem como potencialidades que possam contribuir para a preservação de conjuntos modernos. Têm-se como objetivos específicos, diretamente vinculados ao objetivo macro da tese: a identificação do papel, nas esferas internacional e nacional, de agente e atores que atuam na seleção, avaliação, validação de candidaturas a bens culturais, além da salvaguarda e da divulgação do patrimônio; à compreensão dos processos construtivos de Brasília, Tel Aviv e Le Havre atrelados à arquitetura moderna; a verificação dos pressupostos e conceitos subjacentes ao processo de patrimonialização de Brasília, Tel Aviv e Le Havre; a discussão de como efetivamente se deu o processo de patrimonialização das três cidades e a construção de seus significados como patrimônio.

Com vistas a tecer essa comparação, propõe-se um recorte temporal principal associado ao processo de patrimonialização das cidades, abarcando as ações internas à Unesco para a avaliação das candidaturas. As análises, portanto, correspondem à década de 1980 para Brasília; essa mesma década até 2003 para Tel Aviv; também dos anos 1980 a 2005 para Le Havre. As datas iniciais correspondem ao início do processo e as finais à inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Além desse recorte temporal principal, subsidiariamente, é necessário apresentar cada uma das cidades e seus processos construtivos associados às concepções ligadas à arquitetura moderna. Dessa forma, volta-se aos anos de 1957 a 1960, quando Brasília foi construída para ser a nova capital do Brasil; às duas décadas compreendidas entre 1920 e 1950 quando a Cidade Branca de Tel Aviv foi construída; e ainda aos anos de 1945 a 1964, momento da reconstrução de Le Havre após a Segunda Guerra Mundial.

A pesquisa envolvendo fontes primárias de uma forma comparativa nos leva à necessidade de buscar o método da História Comparada, adotando uma abordagem investigativa ligada aos processos e fatos históricos no que se refere aos processos de patrimonialização de Brasília, Tel Aviv e Le Havre. Esse método tem origem com o historiador francês Marc Bloch e seu artigo de 1928 intitulado “Por uma história das sociedades europeias”. A História Comparada volta-se à intenção de um olhar sobre

dois ou mais objetos de estudo de modo a compará-los a partir de contextos diferentes, observando semelhanças e diferenças. Não existe, nesse caso, uma noção de hierarquia. Citando Marc Bloch (1998 [1928], p.120-121):

Antes do mais, no nosso domínio, o que é comparar? Incontestavelmente, é o seguinte: escolher, em um ou vários meios sociais diferentes, dois ou vários fenômenos que parecem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre si, descrever as curvas da sua evolução, encontrar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicar umas e outras. São, portanto, necessárias duas condições para que haja, historicamente falando, comparação: uma certa semelhança entre os fatos observados – o que é evidente – e uma certa dissemelhança entre os meios onde tiveram lugar.

A compreensão desse método leva à percepção de sua adequação para a análise que aqui se constrói. Os três objetos de pesquisa são observados a partir de seus contextos diferentes nos mais variados aspectos (sociais, políticos, econômicos etc.), cabendo a semelhança ao fato comum de serem representantes de conjuntos urbanos modernos reconhecidos pela Unesco como Patrimônio Mundial. Citando novamente Bloch, o autor menciona que:

Muitas vezes pensa-se, ou afeta-se pensar que o método não tem outro objetivo que a caça às semelhanças [...]. Pelo contrário, concebido com correção traz um interesse especialmente marcado à percepção das diferenças, sejam elas originais ou resultem de caminhos divergentes, tomados de um mesmo ponto de partida (Bloch, 1998 [1928], p.131-132).

Da noção de que as cidades aqui estudadas e seus processos de patrimonialização demonstram diferenças substanciais quanto aos seus contextos e história, leva-se à percepção de que as diferenças possuem muito a dizer sobre o objetivo de comparação buscando a compreensão dos caminhos percorridos. De forma a contemplar essa possibilidade, é oportuno trazer o entendimento de José D'Assunção Barros:

A História Comparada consiste, grosso modo, na possibilidade de se examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades, e assim por diante. Faz-se por mútua iluminação de dois focos distintos de luz, e não por mera superposição de peças (BARROS, 2007, p.17).

A problemática atrelada à busca pelo entendimento de como ocorreram os processos de patrimonialização e, ainda de como esses percursos podem colaborar para que outros exemplares modernos alcancem o reconhecimento e a preservação, correspondem ao ponto de partida para que

haja o aporte no método da História Comparada. Essa metodologia corresponde a um trabalho atrelado sobretudo ao questionamento constante às fontes, pois “um documento é uma testemunha; como a maior parte das testemunhas, só fala se interrogado” (BLOCH, 1998[1928], p.123). Há o objetivo de realizar um processo de extração de informações com a intenção de, em uma segunda situação, proceder à crítica desse material. A última etapa desse trabalho metodológico corresponde à interpretação dessa crítica, ou seja, busca a articulação entre a documentação. Esse é um trabalho cíclico em que o material é, ao mesmo tempo, fornecedor de questões e de respostas (Santos, 2016). Citando Jörn Rüsen (2011), a interpretação tem o poder de colocar as fontes em um contexto maior, que é o da narração, formando um fio condutor inteligível entre os fatos estudados.

Barros (2007, p.10) ainda traz a percepção de que a “iluminação recíproca” colabora para a percepção de que “os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber ausências de elementos em um e outro, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum”. As fontes de pesquisa, enquanto matéria-prima do conhecimento funcionam como direção para que os aspectos tanto semelhantes, quanto diferentes, sejam iluminados de modo a se alinhar com os objetivos da tese.

Diante dessa perspectiva de observar as fontes primeiro e a extração de informações que possam ser utilizadas para a comparação, não há a intenção de apresentar um rol taxativo de itens analisados para as três cidades. O caminho que se constrói é o oposto, voltado ao questionamento das fontes primárias com relação a quais aspectos se destacam para uma comparação profícua. Essa ação é adotada em razão da complexidade dos objetos de pesquisa e da possibilidade de uma análise voltada às pretensões da tese. Ao criar uma lista de itens prévia, poderia correr-se o risco de cair em discussões simplistas ou permeadas por lacunas.

Como parte desse método, em um primeiro momento, foi necessária a coleta e a sistematização da documentação primária sobre Brasília, Tel Aviv e Le Havre. Essa etapa ocorreu concomitantemente com a busca pelo referencial teórico, correspondendo à identificação da documentação que serviu de base para a candidatura desses sítios perante a Unesco. As fontes primárias apresentam-se na forma de documentos oficiais ou não, correspondências entre os diferentes agentes, imagens, plantas, mapas e outros escritos. Nessa etapa específica, os procedimentos foram: identificação dos arquivos; coleta de dados; seleção, organização e sistematização das fontes (catalogação); e análise. A busca do referencial

teórico sobre essas três cidades corresponde à complementação dessa etapa fundamental para as discussões levantadas pelo estudo. Esses referenciais provêm, sobretudo, de livros, teses, dissertações, artigos, resenhas, resumos e aparato legislativo. Como forma de auxiliar na argumentação proposta, foram realizados os seguintes procedimentos: identificação de locais de pesquisa; coleta de dados; seleção, organização; e elaboração de fichamentos e resumos.

Esses procedimentos se refletem diretamente na construção de uma análise voltada a identificar problemas e questionamentos comuns aos processos de patrimonialização, porém, considerando as diferenças temporais quanto ao momento do reconhecimento de cada uma das cidades. As semelhanças temporais estão no início do processo e em décadas relativamente próximas para a construção de Brasília, Tel Aviv e Le Havre com referências à arquitetura moderna. Ao colocar lado a lado os três objetos torna-se possível elencar o que chamamos aqui de fragilidades e potencialidades dos processos de patrimonialização. Se, analisados isoladamente, não seria factível esse olhar prospectivo para que outros bens candidatos possam trilhar um caminho semelhante. Assim, só é possível iluminar um achado como relevante diante da ausência dessa mesma informação nos outros objetos.

Em termos de procedimentos metodológicos, parte-se do aspecto macro para o micro, construindo primeiro uma análise em separado dos objetos de estudo para, em um segundo momento, proceder à comparação. Como indica Bloch (1998 [1928], p.132): “Determinar, não apenas por alto, que dois objetos não são semelhantes e, além disso – labor infinitamente mais difícil, mas também muito mais interessante – quais as características exatas que os distinguem pressupõe, evidentemente, como primeiro gesto, contemplá-los alternadamente”. Assim, torna-se possível iluminar os achados de forma conjunta a partir da leitura crítica das fontes primárias.

De maneira a contemplar o objetivo geral e os objetivos específicos, esta tese se divide em duas partes, cada qual composta de dois capítulos, além da introdução e das considerações finais. Da Parte I constam os Capítulos 1 e 2. O Capítulo 1: “A construção de um patrimônio urbano moderno: teorias e práticas” traz como objetivo de análise uma questão mais ampla associada às teorias e discussões com relação ao patrimônio urbano moderno. Para isso, é preciso lançar um debate geral acerca da construção e das práticas relacionadas a esse patrimônio. Em um segundo momento, há uma discussão envolvendo as diferentes modernidades que podem ser encontradas em Brasília, Tel Aviv e Le Havre,

por meio das leituras individuais da arquitetura moderna que se encontram nessas cidades. Na última etapa desse capítulo, entra em cena o papel das instituições e dos agentes públicos ou privados que estão diretamente envolvidos no processo de patrimonialização e de reconhecimento como Patrimônio Mundial.

O Capítulo 2: “Da terra, areia e escombros” tem como foco trazer uma primeira aproximação das cidades que são objetos de estudo: Brasília, Tel Aviv e Le Havre. Nesse primeiro momento, seus históricos construtivos são apresentados enquanto representantes do movimento moderno, passando pelas justificativas e pelos aportes teóricos que auxiliam no entendimento posterior desses conjuntos urbanos enquanto bens merecedores do reconhecimento como Patrimônio Mundial pela Unesco. Cada uma delas é apresentada separadamente nesse momento, com a finalidade de um primeiro debate trazendo características individuais que nos capítulos seguintes darão suporte à pretendida análise comparativa.

O Capítulo 3, iniciando a Parte II, é intitulado “O processo de patrimonialização de Brasília, Tel Aviv e Le Havre” e tem como finalidade observar atentamente o processo de patrimonialização de forma conjunta. Para tanto, o capítulo se organiza em três partes. Cada uma é dedicada a uma cidade e seu percurso até se tornar Patrimônio Mundial. O último capítulo, aquele que fecha a Parte II, o Capítulo 4: “Conexões possíveis: condicionantes de comparação” se debruça sobre questões específicas que podem ser levantadas a partir da leitura conjunta da documentação encontrada nos arquivos. Por meio de elementos identificados ao longo das análises nos outros capítulos, elencam-se os dossiês de candidatura como momento inicial de análise, passando pela documentação específica encontrada nas sedes da Unesco e do Icomos e ainda um exame final voltado à percepção que extrapola indagações objetivas voltadas à documentação primária. Esse capítulo é voltado à união de aspectos que foram abordados anteriormente, contudo, de uma maneira conjunta.

Diante da escolha do método e da forma como a abordagem se constrói, as fontes primárias foram organizadas de modo a produzir uma análise voltada aos processos de patrimonialização em si e não a fatos isolados. A documentação que diz respeito às cidades foi coletada sobretudo nas sedes da Unesco e do Icomos, em Paris, e em arquivos locais, para os casos de Brasília e de Le Havre. No caso de Tel Aviv, pode-se dizer que a consulta aos arquivos locais se deu de forma indireta.

Considerando que não foi possível visitas à cidade, contamos com o apoio de atores ligados ao campo do patrimônio e da preservação israelense para o compartilhamento de alguns materiais.

Os arquivos da Unesco foram consultados na sede, em Paris, e os arquivos do Icomos na sede do Secretariado Internacional, nos arredores da capital francesa. Em ambos, consta a documentação enviada pelos países para subsidiar as candidaturas. Além desse conjunto principal para a análise, foram consultados os arquivos locais, quando possível. No caso de Brasília, os documentos foram coletados no Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), na Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (Secec) e no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A documentação relaciona-se principalmente com o trabalho do GT-Brasília, responsável por iniciar as pesquisas com vistas à preservação da cidade até o momento da sua candidatura, mas também conta com correspondências oficiais, recortes de jornais e revistas e outras publicações por parte do Governo do Distrito Federal.

A documentação primária alusiva à Le Havre conta com escritos desde a sua reconstrução, passando pela formação da Zona de Proteção do Patrimônio Arquitetônico, Urbano e Paisagístico (ZPPAUP), até o papel de promoção da cidade. Além disso, há documentos sobre o seu processo de candidatura por parte do governo local com o apoio do governo federal. Esses arquivos foram encontrados nos *Archives Municipales* e na *Bibliothèque Armand Salacrou*, em Le Havre. Para Tel Aviv, o material disponível diz respeito a documentos voltados ao planejamento urbano da cidade e escritos relacionados diretamente ao processo de patrimonialização. O ponto de interlocução para obter esse aparato foi o departamento de conservação da cidade, por meio do seu diretor, Jeremie Hoffmann e contatos por ele indicados de pesquisadores e agentes voltados a essa temática.

A partir do conjunto desses documentos foi possível propor uma conexão entre os processos de patrimonialização de Brasília, Tel Aviv e Le Havre. De forma a subsidiar as análises, buscamos referências bibliográficas que permitiram problematizar a construção de significados dessas três cidades como patrimônio. Como uma forma de entender as origens da arquitetura moderna em relação aos objetos em estudo, podem-se citar os livros de Leonardo Benevolo *História da Arquitetura Moderna* (2006 [1998]³), e de Kenneth Frampton *Histórica Crítica da Arquitetura Moderna* (2008 [1997]) para um olhar mais geral. Especificamente para questões de cada país, entre outros aportes, as referências

³ Em se tratando das referências citadas, as datas entre parênteses correspondem ao ano da edição consultada e entre colchetes, quando houver, o ano da primeira edição.

foram: para Brasília, *Arquiteturas no Brasil, 1900-1990* (Segawa, 2010); para Tel Aviv, *A Cidade Branca de Tel Aviv: mais do que uma herança da Bauhaus?* (Safar; Oliveira, 2019); para Le Havre, *Encyclopedie Perret* (Cohen; Abram; Lambert, 2002).

Além dessas referências voltadas à constituição da arquitetura moderna, escritos sobre a sua preservação se tornaram fundamentais, principalmente as discussões trazidas por Susan Macdonald (2009), Theodore Prudon (2008) e Fernando Moreira (2011). Esses autores constroem argumentos voltados aos desafios de preservação da arquitetura do século XX e indicam um caminho reflexivo para a sua salvaguarda. Entende-se que as especificidades do movimento moderno determinam que exista uma abordagem voltada à compreensão desses “desafios” enquanto motores para que se perceba o seu valor enquanto patrimônio.

O destaque ao campo do patrimônio e da preservação exige do mesmo modo o apoio que as cartas patrimoniais podem trazer, principalmente aquelas que abordam a arquitetura moderna como a *Carta de Atenas* (Ciam, 1933) e a *Carta de Veneza* (Icomos, 1964) ampliando a noção de preservação, não considerando apenas arquiteturas isoladas, mas inclusive o meio urbano como parte de um conjunto. Entende-se que as cartas são representativas de conceitos e pensamentos de um período, o que, para o desejo de compreensão de como foi se construindo a preservação dessa arquitetura, se torna algo relevante.

Diante dessa temática central do patrimônio mundial e da intenção de colocar em paralelo cidades que são reconhecidas internacionalmente, tornou-se necessário se discutir as origens, os fundamentos e os meios para a preservação de conjuntos urbanos. Assim, foi fundamental se aproximar das instituições jurídicas, normas internacionais e nacionais, e observar o papel das instituições como a Unesco e o Icomos. A intenção de se aprofundar no trabalho dessas organizações perpassa a compreensão do processo de reconhecimento de um bem, as normas relacionadas à sua seleção e posterior gestão, e concomitantemente o papel das nações que detêm o bem e demais signatários das Nações Unidas no que tange à necessidade de guarda e proteção em âmbito mundial. É pertinente essa discussão, pois, a partir do momento em que um bem se torna Patrimônio Mundial, cabe efetivamente à humanidade a sua salvaguarda. Desse modo, trazemos os aportes de Fernando Valderrama (1995), de Chloé Maurel (2010) e um escrito da própria Unesco intitulado: *Thinking Ahead. UNESCO and the Challenges of Today and Tomorrow* (Unesco, 1977a).

Com a intenção de uma abordagem do ponto de vista do patrimônio e da preservação, é imperativo que sejam construídas bases de análise partindo de estudos e discussões mais gerais, antes do mergulho específico em cada objeto de pesquisa. Há que se destacar que a ausência de estudos comparativos sobre esse tema demandou uma seleção de materiais que, minimamente, pudesse proporcionar uma comparação apurada e equilibrada. Assim, para a abordagem de Brasília contamos com escritos sobre o GT-Brasília, principalmente por meio do livro *GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal* (Iphan, 2016), trazendo um olhar institucional sobre a preservação da cidade, e da dissertação *O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da capital* (Silva, 2019). Do ponto de vista da construção da capital, são fundamentais os aportes do texto original de Lucio Costa, referentes ao seu projeto para o Plano Piloto (Costa, 1957).

Foi importante também trazer autores que observaram o processo de patrimonialização de Brasília segundo um olhar amplo e atual. Nesse caso, destacamos a dissertação de Thiago Pereira Perpétuo, intitulada “*Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília*” (2015), que traz argumentos críticos ao retratar o percurso até a candidatura da cidade perante a Unesco. No caso de Tel Aviv, o principal aporte vem da tese de Jeremie Hoffmann: *Histoire de la Ville Blanche de Tel Aviv* (Hoffmann, 2014). O autor traça o percurso empreendido pela cidade desde 1948 até 2003, quando foi reconhecida pela Unesco, destacando principalmente as transformações vivenciadas nessa trajetória e salientando o papel dos arquitetos, dos gestores e do grande público.

O trabalho de Nitza Szmuk (2004 [1994]), como uma das responsáveis pelos estudos sobre a preservação de Tel Aviv, destacou-se com argumentos relevantes acerca do modo como se pretendia sistematizar a preservação da cidade. Além disso, foram consultados artigos como: *Preserving Urban Heritage: From Old Jaffa to Modern Tel Aviv* (Alfasi; Fabian, 2009) e *Tel Aviv White city: The construction of urban heritage and its effects on the development of the city* (Rozenholc; Tufano, 2018). Esses são apontamentos que colaboram no sentido de compreender o desenvolvimento da cidade e sua relação com a preservação de um bem moderno. Ao abordar Tel Aviv, a *Bauhaus* ganha destaque por meio da relação com a arquitetura da cidade, como em: *Preservation and Renewal: Bauhaus and International Style Buildings in Tel Aviv* (Gross, 2015); e *Bauhaus Tel Aviv: An Architectural Guide* (Cohen, 2002). Esses livros nos ajudam a entender a transposição da arquitetura europeia para o contexto local, considerando as particularidades climáticas, o uso dos materiais e as técnicas construtivas, bem como as próprias diferenças culturais.

Com a intenção de se aprofundar nas questões envolvendo o processo de patrimonialização de Le Havre, foi fundamental conhecer a história da cidade e de sua arquitetura, podendo trazer como base o livro *Le Havre. Auguste Perret et la reconstruction* (Etienne-Steiner, 2017) e a publicação intitulada *La Reconstruction du Havre* (L'Atelier de Reconstruction de la Ville du Havre, 1946). Respectivamente, esses escritos trazem uma visão mais atual e um olhar da época da reconstrução, o que nos permite um conjunto de percepções que colaboram para traçar a trajetória de como a cidade foi reerguida.

Algumas visões críticas acerca do processo de reconhecimento de Le Havre e as consequências disso para o modo como o conjunto foi reconhecido internacionalmente e preservado são reportadas nos seguintes artigos: *Le Havre, habiter et vivre dans un patrimoine UNESCO* (Pantet; Eleta-Defilippis; Solignac, 2019); *Une patrimonialisation sans appropriation? Le cas de l'architecture de la reconstruction au Havre* (Gravari-Barbas; Renard, 2010); e *Patrimonialisation et réaffirmation symbolique du centre-ville du Havre* (Gravari-Barbas, 2004). Esses escritos trazem argumentos atuais voltados a acontecimentos do passado de reconstrução da cidade francesa.

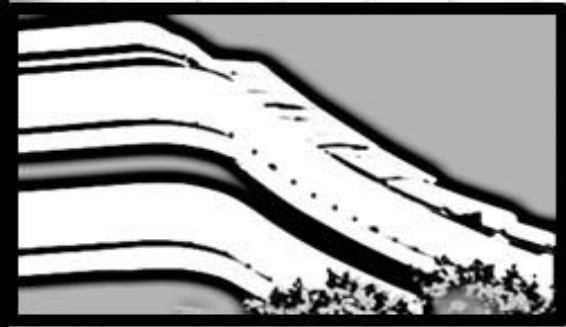
A revisão da literatura aqui apresentada tem o objetivo de destacar apenas alguns escritos essenciais que subsidiaram a tese. Como o foco está na documentação primária, entende-se que o referencial bibliográfico funciona como um aparato para auxiliar a compreensão dos documentos, ao mesmo tempo em que traz um olhar crítico sobre situações pretéritas e desempenha a função de auxílio no preenchimento de algumas lacunas, quando possível.

PARTE I

Esta primeira parte da tese, dividida em dois capítulos, volta-se à construção das bases necessárias para a posterior compreensão do que foi o processo de patrimonialização de Brasília, Tel Aviv e Le Havre. Para isso, é importante entender primeiramente as origens do patrimônio moderno sob um viés teórico e prático. Parte-se do princípio da existência de diferentes modernidades, cabendo todas sob o guarda-chuva da arquitetura moderna. Além desse panorama geral, é preciso adentrar em aspectos relacionados à seleção desse patrimônio em âmbito internacional. Para isso, as instituições e os agentes ganham espaço de análise a partir de seus procedimentos e caminhos para o reconhecimento de bens ao Patrimônio Mundial. Destacadas as atuações, é imprescindível percorrer o caminho de um candidato à lista da Unesco até que ele se torne inscrito. Esse, portanto, é o primeiro capítulo, intitulado “A Construção de um Patrimônio Urbano Moderno: Teorias e Práticas”.

O segundo capítulo, cujo título é “Da Terra, Areia e Escombros”, possui por finalidade apresentar o processo construtivo de Brasília, Tel Aviv e Le Havre com base em projetos urbanos atrelados à arquitetura moderna. A cronologia adotada para isso é aquela do período construtivo, portanto, Tel Aviv é a primeira a ser apresentada, pois o projeto de Patrick Geddes data de 1925. Le Havre é a segunda, com o projeto de Auguste Perret datando de 1944. Por fim, Brasília é a última, a partir do projeto de Lucio Costa em 1957. Apesar de o objetivo principal da tese ser abordar o processo de patrimonialização, que ocorreu em uma ordem diferente da construção das cidades (Brasília – 1987, Tel Aviv – 2003 e Le Havre – 2005), é importante entender cronologicamente como esses conjuntos urbanos foram referenciados à arquitetura moderna.

Para que a comparação entre as três cidades se dê de forma mais apurada, optou-se por uma análise dos referidos itens e condicionantes. São primeiramente apresentados dados geográficos, econômicos, sociais e políticos, passando para um olhar histórico da construção das cidades e chegando aos detalhes projetuais. Em alguns casos, um tópico pode ser de extrema relevância para um conjunto urbano e pouco importante para outro. Mesmo assim, este será apresentado para a cidade. Dessa forma, entende-se que se pode construir uma comparação mais justa para o que se pretende nesta tese.



CAPÍTULO 1



A CONSTRUÇÃO DE UM
PATRIMÔNIO URBANO
MODERNO: TEORIAS E
PRÁTICAS

1.1 As diferentes modernidades e o patrimônio moderno

Brasília, Tel Aviv e Le Havre são conjuntos urbanos que, de formas diversas, foram construídos ou reconstruídos com base em princípios da arquitetura moderna. Sua presença nessas cidades ocorre não apenas nas concepções arquitetônicas e urbanísticas, mas também está atrelada a um novo modo de vida impresso pelos arquitetos que as projetaram. Reconhece-se que as origens de pensamento de Lucio Costa e de Oscar Niemeyer, para Brasília, Patrick Geddes, para Tel Aviv, e Auguste Perret, para Le Havre influenciaram o modo como se construíram. Mesmo sob o guarda-chuva da arquitetura moderna, esses nomes imprimiram nos projetos suas experiências, conceitos e visões.

Essas cidades possuem aspectos próprios, sejam associados às origens arquitetônicas, aos materiais e técnicas construtivas utilizados, às transformações pelas quais passaram ou pelo modo de vida. Assim, podem ser verificadas três diferentes modernidades. Por mais que exista um tronco comum ligado ao Movimento Moderno, suas construções urbanas se tornaram singulares. É possível, dessa forma, verificar uma primeira informação relevante: a arquitetura moderna não é “única” no sentido de apresentar as mesmas características ao longo do tempo e do espaço. E essa afirmação é válida para qualquer arquitetura.

Neste primeiro item, há o interesse em discutir a arquitetura moderna e suas diferentes modernidades, além de entender como e quando esse movimento arquitetônico passou a ser reconhecido como patrimônio. Antes desse mergulho, é necessária a elucidação do termo moderno em conjunto com os termos modernismo, modernista, modernização e modernidade. Não é objetivo da tese uma discussão linguística, visando delimitar o escopo dessa análise. Talvez os vocábulos mais amplos sejam modernização e modernidade, esta associada a um momento contínuo que a sociedade está vivenciando: “Por modernidade, entende-se um processo, ainda em curso, que teve início com a renovação científica do século XVII e a decorrente mudança na visão de mundo e nas formas de sua expressão pelo homem nas artes, na arquitetura, na cultura” (Bahia, 2006, p. 4). Em conjunto à modernidade, há a modernização. Hilde Heynen (1999) as posiciona em meio aos processos pelos quais as cidades passaram no decorrer do século XIX. Nesse caso, a modernização está associada aos efeitos sobre a sociedade dos avanços tecnológicos trazidos pela industrialização e pela urbanização.

Nesse sentido, tanto a modernização quanto a modernidade se encontram em um lugar mais amplo, ao passo que o modernismo se associa diretamente a um movimento estético e cultural, com

características, práticas e ideias próprias. Esse movimento é chamado pela historiografia de Movimento Moderno ou arquitetura moderna. Quanto ao termo modernista, Lucio Costa faz uma distinção clara, ao identificar o moderno associado a uma arquitetura consistente, enquanto o modernista algo alegórico, relacionado a pastiches: “O termo moderno pode referir-se tanto a manifestações desse movimento [...] ou, no senso comum, quanto a qualquer objeto ou fato novo, diverso do conhecido, o que pressupõe uma relação temporal, uma experiência anterior” (Bahia, 2006, p. 4).

Dessa forma, este item ressalta a arquitetura moderna e suas diferentes modernidades, no sentido de como esse movimento está atrelado à construção de um ambiente urbano e arquitetônico cujas características podem ser inseridas nessa estética. Ainda com relação a esse aspecto, é essencial entender que essa arquitetura não propriamente representa um estilo arquitetônico, mas um conjunto de movimentos e expressões que surgiram entre os séculos XIX e XX. Identificando essa visão, Anatole Kopp (1990) aponta que, mais do que um estilo, se tratava de uma causa, associada às transformações sociais e seus reflexos no modo de construir as edificações e as cidades:

Parece então chegado o momento que, durante os anos vinte e trinta, na agitação do pós-guerra, viu um pequeno número de arquitetos dispersos pelo mundo, mas unidos em torno de certo número de ideias-força, empreender o que foi uma verdadeira revolução arquitetônica (revolução que, aliás, na mesma época ocorreu em todos os domínios da cultura) e para os quais o “moderno” não era um estilo, mas sim uma causa (Kopp, 1990, p. 15).

O que o autor chama de “causa” está associado à visão da época, quando a sociedade almejava um novo modo de vida em função dos anos vividos nas duas grandes guerras (mesmo que de formas diferentes ocasionado por momentos históricos distintos) e da carência de habitação e de infraestrutura nas cidades. Portanto, mais do que um estilo, essa arquitetura se tornaria uma oportunidade de mudança. Dessa forma, as origens do movimento moderno em arquitetura estão associadas à Revolução Industrial⁴, quando a sociedade se modificou intensamente. A arquitetura moderna buscou acolher a um pensamento de Le Corbusier, do início do século XX, associado à “sociedade maquinista”, a qual a maioria dos arquitetos de outros “estilos” buscava ignorar.

Nas tomadas de posição desse grupo, através da expressão de suas necessidades elementares imediatas, mas também através de suas utopias [...] o que se exprime são necessidades de “massa” às quais só uma produção arquitetônica também de “massa”

⁴ Cabe destacar que a Revolução Industrial é dividida em fases: 1ª fase (1760 a 1850); 2ª fase (1850 a 1945); 3ª fase (1945 até os dias atuais). Há ainda alguns autores que defendem uma 4ª fase.

pode tentar responder. Assim se passou de uma arquitetura reservada às realizações únicas e excepcionais à arquitetura aplicada à solução das necessidades desse novo cliente coletivo constituído basicamente dos trabalhadores nas indústrias e escritórios (Kopp, 1990, p. 16).

O que Anatole Kopp coloca é que essa arquitetura passou inicialmente a ocupar um lugar em direção oposta às construções “únicas” e “excepcionais”. E as novas necessidades se associavam às funções básicas da cidade, compreendendo, primeiramente, a habitação, para, depois, atingir outros papéis no ambiente construído. Mas em meio a esse cenário houve espaço para a utopia, como o autor coloca, porém, logo dando lugar a experimentos que, apesar de nunca terem sido construídos, trouxeram ideias que foram adaptadas em projetos reais.

E, observando o contexto mundial, as guerras foram elementos transformadores das cidades, mesmo que de diferentes formas. Foi em meio a esse ambiente de destruição permeado pela “esperança” de dias melhores que a arquitetura moderna lançou suas bases. Assim, despontaram diferentes correntes de pensamento, sobretudo no ambiente europeu, como os funcionalistas alemães ou o *L'Esprit Nouveau* francês, ou os futuristas russos. Nesse sentido, cabe mencionar as vanguardas, como o Cubismo, o Purismo, a *Art Nouveau*, o De Stijl, entre outras. As vanguardas, que podem ser vistas como tendências ou mesmo experiências, associadas primeiramente ao movimento artístico, criaram um ambiente favorável à construção de ideias e experimentos que influenciaram posteriormente o movimento moderno em si.

Na virada do século XIX para o XX, surgiu o conceito da Cidade Jardim, em inglês *Garden City*, concebido por Ebenezer Howard, planejador urbano inglês. Aqui cabe chamar a atenção para a ideia de que a cidade jardim seria um dos pontos de partida para a arquitetura moderna, tendo como ensejo o desejo de pensar espaços mais verdes e idealizando um planejamento para o ambiente urbano. Esse modelo se baseava na ideia de uma cidade limitada a partir de um cinturão verde que, em seu interior, abrigaria todas as funções necessárias (Frampton, 2008 [1997]). Tel Aviv foi concebida em referência a essas ideias, assim como Brasília também se alimenta dessa fonte, como será visto no Capítulo 2.

Esse campo que antecede a arquitetura moderna tem sua relevância associada ao momento de construção de teorias e de experimentações por parte dos artistas e arquitetos. No que se refere à construção de um pensamento e de uma linha de ação, Leonardo Benevolo (2006 [1998]) elenca o trabalho de William Morris como um precursor dessa arquitetura e, mais precisamente, o autor destaca

o ano de 1862. Essa data marca o surgimento da firma Morris, Faulkner, Marshall & Co. Mas, em sentido mais amplo, o evento de destaque foi a Primeira Guerra Mundial. Ainda enquanto marco relevante, pode-se sublinhar o momento em que Walter Gropius abriu a Escola da *Bauhaus* em Weimar (Alemanha), em 1919 (Benevolo, 2006 [1998]).

Na verdade, Benevolo (2006 [1998]) destaca dois caminhos iniciais associados à arquitetura moderna, um ligado à *Bauhaus* de Gropius e outro movimento atrelado a Le Corbusier. No que se refere à Escola da *Bauhaus*, o autor destaca um caminho voltado ao ensino da teoria e da prática de forma concomitante, além do contato com a realidade no campo de trabalho e o apoio à criatividade. Um dos objetivos da Escola seria unir o artesanato à indústria, ou seja, agregar os modos de fazer à elaboração de fato. A *Bauhaus* deve ser vista, portanto, mais do que como uma escola, mas como algo associado à construção de um ideal de arte e de arquitetura (Frampton, 2008 [1997]). Observando a forma como a Escola se construiu, é visível que o trabalho dos artistas e arquitetos se misturava ao modo de ensino e de produção (Benevolo, (2006 [1998])).

Apesar de comumente a *Bauhaus* ser associada a uma questão puramente estética, segundo Gisele Safar e Maria Lúcia Oliveira (2019), haveria predominantemente um discurso funcional e social. Anatole Kopp (1990, p. 17) indica que: “Para Gropius, para toda a equipe da *Bauhaus*, mas também para toda uma série de arquitetos alemães que dela não eram membros, as circunstâncias políticas e sociais do pós-guerra são determinantes nas tomadas de posições arquitetônicas e urbanísticas que adotam”. Além disso, na Europa, sobretudo na Alemanha, existiam arquitetos pensando de forma semelhante, buscando “resolver os problemas de uma sociedade urbana afetada pela industrialização e pela guerra. Nem linguagem arquitetônica simplificada e funcional, nem as intenções sociais da arquitetura foram exclusividade da Escola *Bauhaus*” (Safar; Oliveira, 2019, p. 24). Assim, a arquitetura moderna vinha sendo difundida pela Europa ao mesmo tempo que a *Bauhaus*.

A originalidade da *Bauhaus* resulta da sua recusa em ficar confinada ao mundo da arte e da teoria e da sua insistência em deixar uma marca nos aspectos materiais da cultura e na educação. A *Bauhaus* foi além da interpretação e compreensão do mundo moderno; inspirando-se em todas as correntes mais vitais do seu tempo e produzindo

uma riqueza de inovações, transformou fisicamente o mundo moderno, reforçando assim a sua própria influência (Schnaidt, 1980, p. 23, tradução nossa⁵).

Esse olhar associado a algo inovador, voltado às questões sociais, não a isenta de ter sido um movimento criticado. Considerando o ambiente em que ela surgiu, é preciso levar em consideração que o contexto político, econômico e social, ainda mais após uma guerra, se encontrava fragilizado e em meio a grandes mudanças, no sentido da busca pelo poder por parte dos governos e de outras questões envolvendo os “vencedores” e os “vencidos”. Dessa forma, existiam críticas associando-a a um movimento subversivo e, por outro lado, a acusando por não ser “suficientemente consequente, cultivando o ecletismo e o compromisso” (Benevolo, 2006 [1998], p. 412). Fato é que a arquitetura moderna foi e é duramente criticada, seja pela estética, pelo racionalismo, pelo rompimento brusco com estilos anteriores, entre outros.

A Escola da *Bauhaus* se mudou de Weimar para a cidade de Dessau, em 1924, por questões políticas. Foi após isso que Walter Gropius projetou o seu icônico edifício-sede, em 1925. Após três anos, em 1928, Gropius deixou a Escola, sendo substituído por Hannes Meyer. A Escola que se construiu em meio a um ambiente conturbado politicamente e socialmente, sofreu com o nazismo. Com Hitler no poder, muitos arquitetos deixaram a Alemanha e a *Bauhaus* terminou fechada (Safar; Oliveira, 2019). Foi nesse momento que judeus emigraram para Israel e para outras partes do mundo, em busca de melhores condições de vida. A partir desses acontecimentos, a *Bauhaus* foi difundida para outros países e, ao mesmo tempo, transformada em sua essência.

Até o momento, a *Bauhaus* foi apresentada enquanto uma Escola e, ao mesmo tempo, como um movimento ligado às questões sociais, porém, no que se refere ao ambiente construído, a arquitetura elaborada nesse período se apresenta com característica particulares. Em termos estéticos, o edifício mais icônico é o da própria Escola (Figura 1). Essa edificação pode sintetizar os atributos arquitetônicos que a identificam: o cubismo representado pelo volume, a ausência de ornamentação e o uso de vidro na fachada são típicos da nova arquitetura das décadas de 1920 e 1930 (Schnaidt, 1980). Além do cubismo, podem ser identificadas referências a formas abstratas, características do

⁵ No original, em inglês: *The originality of the Bauhaus stemmed from its refusal to be confined within the world of art and theory and from its insistence on making a mark on the material aspects of culture and on education. The Bauhaus went beyond the interpretation and comprehension of the modern world; drawing on all the most vital currents of its time and producing a wealth of innovations, it physically transformed the modern world, thereby strengthening its own influence.*

construtivismo. Assim, apesar dessas características representativas, a *Bauhaus* ganhou adaptações, seja por questões climáticas ou mesmo estéticas.



Figura 1 – Edifício da Bauhaus

Fonte: Foto PGH Die Camera, Dessau, German Democratic Republic (Correio Unesco, p. 26).

A Escola da *Bauhaus* pode ser vista, talvez, como uma vertente da arquitetura moderna, ou, por outro lado, como sua precursora. Fato é que essa Escola possui relevância para a compreensão do que representa essa arquitetura e como foi se construindo e se transformando. Caminhando nesse sentido, o trabalho de Le Corbusier pode ser visto também como um ponto focal nesse percurso, tal como sublinhado por Leonardo Benevolo (2006 [1998]). Nesse sentido, é preciso mencionar o contexto francês em que esse arquiteto emergiu, nos momentos anteriores à guerra, quando a França vivia em condições de estabilidade. Quanto ao ambiente cultural, enquanto em outros países se desenvolvia a *Art Nouveau*, os franceses estavam voltados a “uma audaciosa renovação na própria linha da tradição: Perret e Garnier fazem a tentativa extrema de ampliar a poética do classicismo das fórmulas acadêmicas indo ao encontro das exigências da sociedade moderna” (Benevolo, 2006 [1998], p. 426).

Neste ponto, é necessário entender que a *Art Nouveau* esteve também presente na França, apesar desse movimento ter surgido na Bélgica, por volta dos anos 1900, principalmente por meio do

trabalho de Victor Horta. Em solo francês, há um conjunto de obras projetadas sob a influência desse movimento, como o Grand Palais e as Galeries Lafayette. No caso específico da França, a *Art Nouveau* esteve mais atrelada à decoração do que propriamente à arquitetura, diferente da Bélgica, ou mesmo em outros países da Europa. Com relação a esse aspecto, cabe a compreensão de que no meio das artes e da arquitetura muito estava acontecendo ao mesmo tempo, no sentido de que diferentes movimentos emergiram simultaneamente.

Perret, ao qual Benevolo faz referência, é Auguste Perret, projetista da reconstrução da cidade de Le Havre. Suas origens se associam ao classicismo estrutural e ao advento do concreto armado como um material ao mesmo tempo portante e estético. Essa vertente da arquitetura está intimamente relacionada à França, sobretudo ao unir as bases do classicismo a uma técnica diferenciada. Dois nomes podem ser mencionados: o já citado Auguste Perret e Tony Garnier. Ambos caminhavam em sentido oposto ao ecletismo que se manifestava na França nos momentos finais do século XIX. Isso inclui uma aproximação com o “classicismo – entendido num sentido quase filosófico, como espírito de geometria e de clareza – e a coerência estrutural” (Benevolo, 2006 [1998], p. 325). Materialmente, essa junção estava presente no concreto armado.

Perret se interessou pelas questões envolvendo a estrutura dos edifícios, e o concreto armado possibilitava uma estética própria, assumindo a estrutura não apenas como o elemento de sustentação, mas também pelo seu papel estético. O início dessa nova forma construtiva é o edifício nº 25 bis, na Rue Franklin, em Paris (Figura 2). Ele foi concluído em 1903, e a principal característica é a ossatura em concreto armado aparente na fachada (Cohen; Abram; Lambert, 2002). Nesse sentido, é visível como ele lançou luz sobre um novo modo construtivo, talvez indo além do classicismo estrutural ou do racionalismo estrutural ao criar uma concepção particular, reconhecido como um estilo Perret “especialmente a partir da década de 1930: a pele dos edifícios – esse concreto aparentemente áspero, mas trabalhado e colorido com infinitas nuances – e sua estrutura, sempre legível e reconhecível” (Cohen; Abram; Lambert, 2002, p. 125, tradução nossa⁶).

⁶ No original, em francês: [...] surtout à partir des années 1930 : la peau des édifices – ce béton apparemment brut, mais pourtant travaillé et coloré avec d’infinies nuances – et leur structure, toujours lisible, reconnaissable.



Figura 2 – Edifício nº 25 bis, na Rue Franklin, em Paris

Fonte: Google Earth.

O trabalho de Perret com o concreto o transforma em ornamento para a edificação, pelas diferentes maneiras de utilizá-lo e as possibilidades de texturas e de cores. Em termos das origens dessa vertente a ele associada, suas influências vieram primeiramente de Eugène Viollet-le-Duc. Foi por meio do livro *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI e au XVI e siècle* encontrado na estante de seu pai que, ainda jovem, Perret se interessou por arquitetura (Cohen; Abram; Lambert, 2002). Viollet-le-Duc defendia que o arquiteto deve conhecer bem o campo da estrutura e dos materiais para projetar e, somado a isso, propunha um retorno à construção regional. Dessa forma, é compreensível que Auguste Perret tenha se tornado reconhecido pela difusão do concreto armado em suas obras. Assim, essa vertente da arquitetura moderna que coloca o material em evidência ganhou adeptos, sobretudo

por transformar a estrutura no próprio elemento estético e de composição do ambiente, seja nas fachadas ou mesmo no interior da construção.

Prosseguindo nessa formação da arquitetura moderna, que nem de longe se mostra homogênea, e apoiada em uma mesma direção, é necessário destacar a relação de Auguste Perret e de Le Corbusier. Pode-se afirmar que foram contemporâneos, apesar de seguir direções opostas a partir de um dado período na história. Le Corbusier, no início de sua carreira, trabalhou para a firma Perret, dos irmãos Auguste e Gustave que, naquela situação, já eram especialistas em concreto armado. No livro *Encyclopédie Perret*, há a descrição desse primeiro encontro, quando Le Corbusier viu pela primeira vez o edifício da firma Perret, na Rue Franklin, em Paris:

Seu espanto atingiu o auge quando notou a ausência de colunas na estrutura interna – possibilitada pelos pilares externos de concreto sobre os quais todo o edifício se apoiava. A impressão de liberdade era inegável. [...] Assim, o jovem apresentou seus desenhos italianos como uma porta de entrada para o escritório de um grande arquiteto. Auguste Perret colocou seus olhos em uma das folhas das cenas italianas e disse: ‘Você será minha mão direita’ (Cohen; Abram; Lambert, 2002, p. 86, tradução nossa⁷).

Esse trecho da obra sobre Auguste Perret demonstra o entusiasmo de Le Corbusier ao compreender como o edifício se apropriou do concreto armado não somente para a estrutura, mas também para a estética. O início dessa relação foi positivo, possibilitando ao jovem Le Corbusier a chance de conhecer o trabalho de arquitetos e artistas que trabalhavam nesse meio, no início dos anos 1900. Porém, com o passar dos anos, Auguste Perret terminou declarando que Le Corbusier seria o seu pior inimigo (Weber, 2009). Apesar dessas questões pessoais entre os arquitetos, é possível perceber como Le Corbusier teve contato com o classicismo estrutural e, ao mesmo tempo, como tomou rumos diferentes de seu “mestre”. Explicitando de forma consciente essa oposição, Frampton (2008 [1997], p. 127) aponta:

À parte a lucidez de sua arquitetura [de Auguste Perret] e o extraordinário refinamento alcançado por sua obra construída, a importância de Perret enquanto teórico está em sua mentalidade aforística e dialética – na importância que atribuía a polaridades que opunham ordem e desordem, estrutura e preenchimento, permanência e impermanência, mobilidade e imobilidade, razão e imaginação, e assim por diante. Oposições comparáveis podem ser encontradas em todo o *corpus* da obra

⁷ No original, em francês: *Son étonnement fut à son comble lorsqu’il constata l’absence de colonnes dans la structure interne – rendue possible par les piliers extérieurs de béton sur lesquels reposait tout le bâtiment. L’impression de liberté était indéniable. [...] Cette fois encore, le jeune homme presenta ses dessins italiens en guise de sésame pour accéder au cabinet d’un grand architecte. Auguste Perret posa les yeux sur un des feuillets de scènes italiennes et déclara: « Vous serez ma main droite ».*

de Le Corbusier. Na *Exposition des Arts Décoratifs* de 1925, contudo, os caminhos dessas duas figuras já começavam a demonstrar divergências que não dizem respeito apenas às estruturas das obras expostas, mas também impregnavam o nível teórico. Nada poderia estar mais distante dos preceitos de Perret do que *Les 5 points d'une architecture nouvelle* [os cinco pontos de uma nova arquitetura], que Le Corbusier publicou um ano mais tarde, em 1926.

Esse argumento de Frampton demonstra franca oposição ao caminho que Perret escolheu para a cidade de Le Havre e o que propunha Le Corbusier, que mais à frente seria referenciado para os trabalhos em Brasília e em Tel Aviv. Segundo Benevolo (2006 [1998], p. 426), este último “pode funcionar como mediador entre o movimento moderno e a tradição francesa, e colocar na cultura internacional uma parte dos valores contidos nesta tradição”. Foi por meio de Perret que Le Corbusier conheceu o pintor Amédée Ozenfant e, juntos, fundaram, em 1919, o movimento Purista e a revista *L'Esprit Nouveau* (Weber, 2009):

O purismo estabelece, tal como o neoplasticismo, algumas regras formais – o uso das formas simples, a harmonia entre os processos da arte e os da natureza – que podem ser aplicadas indiferentemente na pintura, na escultura, e na arquitetura; [...] Le Corbusier permanece fiel por toda a vida a esta norma e a esta pintura, escultura e arquitetura (Benevolo, 2006 [1998], p. 428).

Essa estética e forma de projetar de Le Corbusier foi rapidamente se transformando para algo particular. Assim, em 1926, com seu primo Pierre Jeanneret, publicou um documento apresentando os “cinco pontos da nova arquitetura”: pilotis, teto jardim, planta livre, janela em fita e fachada livre. Esses pontos foram materializados por completo na Ville Savoye (Figura 3), uma de suas obras mais conhecidas e que se tornou um símbolo da arquitetura moderna.



Figura 3 – Ville Savoye, de Le Corbusier

Fonte: Foto de Timothy Brown, 2002. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/atelier_flir/1110609780.

Colocando em relevo as características arquitetônicas desse movimento, é perceptível que, do mesmo modo como as teorias e os pensamentos não apontam em uma única direção, isso ocorre com relação ao que foi construído. Ao mesmo tempo que os cinco pontos são mundialmente conhecidos, há poucos exemplos de sua completa aplicação em edifícios construídos, funcionando mais como um elemento teórico. É a partir dessa percepção de uma arquitetura heterogênea que se pode afirmar a existência de diferentes modernidades possíveis. Dessa forma, entende-se que, diante dessas modernidades, algumas características do movimento moderno em arquitetura funcionam como base às concepções arquitetônicas e urbanísticas. Dentre diversas características que poderiam ser citadas, destacam-se algumas atitudes ou contribuições fundamentais da arquitetura moderna em relação a outros períodos: o rompimento dos padrões construtivos e estéticos mais clássicos; o uso de novos materiais e tecnologias; a pré-fabricação, a procura pela funcionalidade atrelada ao uso dos espaços; a ideia de propor um novo modo de vida, voltado à salubridade e ao conforto, isso pensando em termos de arquitetura e de urbanismo (Prudon, 2008).

Do ponto de vista construtivo, buscou-se uma matéria-prima nova, o que refletiu em uma aparência própria, além de se considerar que essa nova estética era um objetivo a ser atingido. Quanto a esse caminho trilhado, observa-se o seguinte:

Visualmente, as caixas brancas e simples associadas ao movimento moderno inicial – com os seus telhados planos, paredes construídas em concreto ou bloco de concreto com estuque, e as suas janelas em fita de aço – constituíram uma ruptura estilística distinta em relação aos edifícios de alvenaria e madeira do passado. Foram também o ponto de partida visual para o desenvolvimento subsequente, refletido em muitos edifícios e tipologias de construção que, com a sua simplicidade de design, falta de ornamentos, clareza espacial, novas formas de utilização de materiais e abundância de luz através de grandes janelas, se tornaram, na mente de muitas pessoas, sinônimo de arquitetura moderna (Prudon, 2008, p. 3, tradução nossa⁸).

Essas são características associadas ao Movimento Moderno, porém não devem ser observadas como algo estático. Quando a arquitetura moderna foi se espalhando para outras partes do globo, em função do final da Segunda Guerra Mundial, ela foi ganhando contribuições locais. Além disso, a sua expansão ocorreu em termos de aplicação, indo além da edificação residencial, chegando aos edifícios públicos, construções de grande porte, praças e cidades (Prudon, 2008).

Como esta tese se volta a três cidades localizadas em países com realidades diferentes, é necessária a compreensão desse processo de propagação da arquitetura moderna pelo mundo. Com o passar do tempo, modificações foram feitas seguindo os avanços tecnológicos e as necessidades das cidades e das pessoas. E com o fim da Segunda Guerra Mundial, pode-se perceber um processo de “espraiamento” transformando-se em um estilo internacional. Nesse processo de difusão e adaptações, destaca-se *International Style* (ou Estilo Internacional). Em termos práticos, há certo conflito entre os termos, sendo o *International Style* compreendido como um sinônimo de arquitetura moderna. Em 1932, o Museu de Arte Moderna de Nova York organizou uma exposição intitulada “*International Style*”, tendo como curadores Henry-Russell Hitchcock e Philip Johnson. Com essa exposição foram apresentados projetos em fotos e plantas. A publicação que foi resultado desse evento apresenta a seguinte descrição para o “advento” desse estilo:

A presente exposição é uma afirmação de que a confusão dos últimos quarenta anos, ou melhor, do século passado, pode chegar ao fim em breve. Há dez anos o concurso do Chicago Tribune apresentou quase tantos estilos diferentes quanto o número de projetos. Desde então, as ideias de vários arquitetos progressistas convergiram para formar um estilo genuinamente novo que está se espalhando rapidamente pelo mundo. Tanto na aparência quanto na estrutura, esse estilo é peculiar ao século XX e é tão fundamentalmente original quanto o grego, o bizantino ou o gótico. [...] Por

⁸ No original, em inglês: *Visually, the plain white boxes associated with the early modern movement – with their flat roofs, walls constructed out of concrete or concrete block with stucco, and their steel strip windows – were a distinct stylistic break from the load-bearing masonry and wood buildings of the past. They were also the visual starting point for subsequent development, as reflected in many buildings and building typologies that, with their design simplicity, lack of ornament, spatial clarity, new ways of using materials, and abundance of light pouring through large windows, became in many people’s mind synonymous with modern architecture.*

causa de seu desenvolvimento simultâneo em vários países e por sua distribuição mundial, ele tem sido chamado de Estilo Internacional (MoMA, 1932, p. 13, tradução nossa⁹).

Segundo a descrição do MoMA para a exposição americana, o *International Style* se enquadra, portanto, em uma vertente da arquitetura moderna associada às adaptações para “cabem” em outros países e em outras culturas. Ainda completando essa percepção, tem-se que: “Antes da Guerra, a arquitetura moderna era a criação de grandes individualistas; depois da Guerra, um estilo internacional cresceu em toda a Europa, não a invenção de um gênio, mas o resultado coordenado de muitos experimentos paralelos” (MoMA, 1932, p. 19, tradução nossa¹⁰). Esse crescimento ocorreu não somente dentro da Europa, como em outras partes do globo, como em Israel e no Brasil, por exemplo. Diversos países contam com exemplares modernos, mas contemplando o escopo desta tese, Israel e Brasil entram em foco neste momento.

No caso de Israel, a relação do país com a arquitetura moderna está diretamente relacionada à fuga de judeus da Europa em direção à região da Palestina em busca de liberdade. Nesse aspecto, dois países se mostram diretamente relevantes, a Alemanha e a Inglaterra. No primeiro caso, arquitetos judeus que moravam na Alemanha se viram expulsos pelo regime de Hitler. No que se refere à Inglaterra, a região onde se assenta o Estado de Israel esteve sob o domínio britânico entre 1920 e 1948. Assim, de maneira preliminar, é visível essas duas influências sobre a arquitetura moderna Israelense: “As premissas do modernismo (1910-25) estão ligadas às reformas sociais e políticas dos movimentos *Arts and Crafts* na Inglaterra e na Alemanha, por uma relação de amor e ódio que se manifesta sobretudo nas realizações na Palestina nessa época” (Arad *et al.*, 2006, p. 13, tradução nossa¹¹). É coerente essa relação de amor e ódio, principalmente ao se considerar que essa é uma região marcada por conflitos, por disputas de território e poder. Assim, ao mesmo tempo que a população

⁹ No original, em inglês: *The present exhibition is an assertion that the confusion of the past forty years, or rather of the past century, may shortly come to an end. Ten years ago, the Chicago Tribune competition brought forth almost as many different styles as there were projects. Since then, the ideas of a number of progressive architects have converged to form a genuinely new style which is rapidly spreading throughout the world. Both in appearance and structure this style is peculiar to the twentieth century and is as fundamentally original as the Greek or Byzantine or Gothic. [...] Because of its simultaneous development in lined its history several different countries and because of its world-wide distribution it has been called the International Style.*

¹⁰ No original, em inglês: *Before the War modern architecture was the creation of great individualists, since the War an International Style has grown up throughout Europe, not the invention of one genius but the coordinated result of many parallel experiments.*

¹¹ No original, em francês: *Les prémisses du modernisme (1910-25) sont liés aux réformes sociales et politiques des mouvements Arts and Crafts en Angleterre et en Allemagne, par une relation d'amour-haine qui se manifeste surtout dans ses réalisations en Palestine à l'époque.*

estava em busca de melhores condições de vida, essa “melhoria” viria de mãos que buscavam o domínio.

Acompanhando essa introdução do movimento *Arts and Crafts* em Israel, o professor Boris Schatz, artista e escultor lituano, fundou em Jerusalém a Academia Bezalel de *Arts and Crafts*, cujo objetivo era promover a temática judia associada ao retorno à terra prometida. Outro nome a ser mencionado é o de Charles Robert Ashbee, arquiteto inglês, defensor do socialismo construtivo e apoiador das ideias de Cidade Jardim. Esse arquiteto teve papel relevante para a fundação da Associação Pró-Jerusalém, que possuía como premissa restaurar a produção das artes tradicionais, terminando, assim, por conferir a Jerusalém uma imagem de cidade mediterrânea, porém segundo concepções ocidentais (Arad *et al.*, 2006).

A *Bauhaus* se inclui nesse mesmo contexto, uma vez que a escola de origem alemã, contava com professores e estudantes de origem judia (Rotbard, 2015). A partir desses primeiros movimentos de chegada da arquitetura moderna em Israel, é visível a presença de uma forte dualidade, no sentido da coexistência do tradicional com o moderno, do Oriente *versus* Ocidente, também da tecnologia com relação aos métodos tradicionais. Esses aspectos deram suporte ao nascimento de uma arquitetura particular. Porém, algo se mantém como um fundamento central, em relação às ideias de origem da arquitetura moderna, o viés social, voltado à busca por condições melhores de vida nas cidades.

A arquitetura moderna no Brasil, assim como em Israel, possui origens fortemente ligadas ao ambiente europeu, tendo como nomes Le Corbusier e Gregori Warchavchik. Este último, arquiteto russo que imigrou para o Brasil, publicou no ano de 1925 um manifesto intitulado *Acerca da Arquitetura Moderna*. Nesse texto, que bebia nas fontes de Le Corbusier, ele elogia a racionalidade da máquina, a economia e a comodidade, além da negação do passado (Segawa, 2010). O arquiteto chegou a realizar alguns projetos no Brasil, como residências na cidade de São Paulo.

No caso do Brasil, se, de início, chegaram as influências europeias, aos poucos os arquitetos foram se adequando à realidade. Outra data relevante foi o ano de 1929, momento em que Le Corbusier esteve pela primeira vez em São Paulo e no Rio de Janeiro, quando voltava de uma viagem à Argentina. Nessa ocasião ele participou de eventos e teve a oportunidade de discutir sobre obras de urbanização para o país. Porém, talvez uma das participações mais relevantes de Le Corbusier no Brasil seja com relação ao projeto para o novo edifício do Ministério da Educação e Saúde. Ele foi convidado para dar

uma consultoria para os arquitetos da equipe: Lucio Costa, Carlos Leão, Jorge Moreira, Affonso Eduardo Reidy, Oscar Niemeyer e Ernani Vasconcelos. Além do Ministério, o arquiteto colaborou no projeto para a Cidade Universitária do Rio de Janeiro.

Assim, é visível no Ministério a integração do exemplo europeu ao que se estava construindo aqui. No Brasil, no que se refere à arquitetura moderna, dois fatores foram relevantes para a sua formação, segundo Henrique Mindlin (2000). O primeiro foi a pesquisa voltada aos problemas de insolação, pois em muitos locais se busca a maior insolação possível, a exemplo de São Paulo, enquanto outros tendem a evitá-la, como no Rio de Janeiro. O segundo fator está ligado ao desenvolvimento da técnica do concreto armado, possibilitando ao mesmo tempo estruturas mais leves e elegantes. Mindlin completa: “Esses dois fatores estão associados diretamente às duas características mais salientes da arquitetura moderna no Brasil: o emprego de grandes superfícies de vidro, protegidas, quando necessário, por brise-soleil, e o uso de estruturas livres, apoiadas sobre pilotis, com o térreo aberto quando possível” (Mindlin, 2000, p. 33).

Além do aporte conferido ao Ministério da Educação e Cultura e à Cidade Universitária, Le Corbusier pode ser referenciado no uso do *brise-soleil* ou mesmo quando sugeriu que os azulejos fossem reavivados como uma forma de revestir as fachadas protegendo-as das intempéries. Posteriormente, em 1952, o projeto final para a sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York foi realizado com base nas propostas de Oscar Niemeyer e de Le Corbusier (Mindlin, 2000). Essa ligação de Le Corbusier com o Brasil, mais precisamente com Lucio Costa e Oscar Niemeyer, já sinaliza alguma influência para Brasília.

Dando continuidade à construção de uma arquitetura moderna brasileira, vale mencionar a Escola Nacional de Belas-Artes. Em 1930, Lucio Costa foi convidado por Rodrigo Mello Franco de Andrade, então chefe de gabinete do Ministério da Educação e Saúde, a dirigir a escola. O arquiteto esteve à frente da reforma de ensino até 1931, quando foi exonerado por protestos dos estudantes. Esse foi um momento conturbado no Brasil, principalmente após a crise de 1929, afetando diretamente a área da construção civil, que seria retomada aos poucos. Em linha cronológica, o ano de 1935 foi outro marco, sendo lançado o concurso para o Ministério da Educação e Saúde. Outros marcos viriam, como o Pavilhão Brasileiro para a Feira Mundial de Nova York, em 1939, projeto de Oscar Niemeyer e de Lucio Costa (Segawa, 2010). A arquitetura moderna brasileira foi então se construindo por meio

das origens europeias, porém cada vez mais ganhando ares brasileiros, por intermédio dos materiais e das técnicas aplicadas.

Entendidos esses aspectos mais gerais acerca da formação da arquitetura moderna no mundo e, mais especificamente, em Israel e no Brasil, passa-se neste momento a um olhar mais concentrado no que seriam essas diferentes modernidades atreladas a Brasília, Tel Aviv e Le Havre. O próximo capítulo é inteiramente voltado à construção dessas cidades. No entanto, cabe agora destacar uma percepção de como essas cidades se inserem como representantes do movimento moderno, pois, como destacado até agora, essa “modernidade” não é uma só – ela foi se transformando com o passar do tempo e de acordo com os espaços que passou a ocupar em cada cultura.

A arquitetura moderna de Brasília, Tel Aviv e Le Havre nasce de um conjunto de aspectos determinantes. As duas últimas cidades possuem relação mais direta com as duas grandes guerras que ocorreram no mundo. Le Havre mais enfaticamente por ter visto o seu centro destruído. Tel Aviv está ligada à fuga de judeus perseguidos pelo novo regime emergente após o conflito. E Brasília, pela localização geográfica e pelo posicionamento político no globo, tem sua arquitetura associada a um conjunto de arquitetos que “beberam” em fontes europeias, seja por meio de estudos feitos no exterior ou pelo contato com ideias e escritos que circulavam à época no Brasil. Por isso se pode falar em diferentes modernidades, apesar de um começo comum que teve a Europa como um centro de difusão de ideias:

O movimento moderno está profundamente enraizado na tradição cultural europeia, e está ligado ao passado por meio de uma sucessão gradual de experiências. Existe, entretanto, uma diferença de extensão entre o campo do qual emerge o movimento moderno – que é muito amplo especialmente no início, e compreende várias pesquisas que amadurecem em setores diversos da civilização industrial – e o campo em que se fecha, progressivamente, a herança dos movimentos arquitetônicos passados. Enquanto nos dois campos envolvem com continuidade, o deslocamento da cultura arquitetônica de um para outro campo não pôde, necessariamente, ser contínuo, mas foi alcançado com repetidos rompimentos e ao preço de fortes contrastes; por isso o movimento moderno é, sob outro aspecto, uma experiência revolucionária que interrompe e transforma a herança cultural passada (Benevolo, 2006 [1998], p. 12).

Considerando os objetos de pesquisa, é preciso destacar dois aspectos fundamentais. O primeiro deles diz respeito à busca por refutar o passado, uma marca que não somente a arquitetura moderna trouxe. Com relação a isso, vale ressaltar que Brasília, Tel Aviv e Le Havre convivem com o

seu passado arquitetônico preenchido por diferentes arquiteturas. Além disso, as cidades, de forma geral, são marcadas por um conjunto de “estilos” arquitetônicos. Também se entende que não existe uma arquitetura “pura”, significando que as três sofreram influências modernas e que todas se encaixam nesse movimento, apesar das diferenças presentes.

Seguindo uma linha do tempo, elas foram projetadas em momentos e locais distintos na construção histórica da arquitetura moderna, o que não significa que não existem semelhanças ou influências em termos de concepção, uso de materiais e métodos construtivos. Nesse ponto, cabe discutir o que se entende por influências. Em resumo, esse aspecto nos coloca em posição de ver o termo influências com cautela, pois, do ponto de vista do sentido atribuído a essa palavra pelo dicionário, ela está atrelada ao poder ou à ação de interferência em algo. Um termo mais apropriado, portanto, seria “referência”, algo mais associado a possíveis pontos de contato na relação entre coisas. Como não é objetivo desta tese desvendar se existiram influências ou referências entre os projetos, é mais prudente a adoção do vocábulo referências no lugar de influências.

É a partir desse entendimento que se percebem distintas modernidades. Ao se compararem as características construtivas, elas demonstram existir uma relevante adaptação ao ambiente: em Brasília foram utilizados os cobogós, um elemento construtivo que permite a passagem de luz e ventilação como uma forma de promover maior conforto para o clima tropical; já em Tel Aviv, um item preponderante é a varada, com o mesmo objetivo de proteção climática; em Le Havre, a situação é oposta, há a necessidade de luz e de proteção para os fortes ventos do inverno, utilizando-se, assim, de grandes janelas, mas com dupla proteção para o frio. Esses são três aspectos construtivos utilizados pela arquitetura moderna, porém de diferentes formas e com adaptações a cada local.

Assim, pode-se perceber três diferentes modernidades quanto à construção, mas também quanto às concepções de cada arquiteto. Brasília, fruto do projeto de urbanismo de Lucio Costa e de arquitetura de Oscar Niemeyer, já nasce como algo monumental, com “uma significação condizente com o caráter cívico de capital da nação” (Segawa, 2010, p. 125-126). Patrick Geddes, projetista da Cidade Branca de Tel Aviv, tinha um pensamento voltado à concepção de cidade compreendida como um todo, no sentido de acolher as concepções locais, bem como a ideia da cidade jardim (Arad *et al.*, 2006). Auguste Perret, responsável pelo projeto de Le Havre, traz como característica principal a

estética do concreto armado, associando a algo novo sem perder referências tradicionais (Segawa, 2010).

Essa percepção voltada aos objetos de estudo colabora para a compreensão de que não há uma única arquitetura moderna, mas antes, dentro desse movimento, existem diferentes contextos, culturas, arquitetos e condições específicas associadas ao espaço temporal e geográfico das cidades. Esse entendimento colabora para que se perceba o quão específica e desafiadora é a preservação desse movimento. Se existem dificuldades para a salvaguarda daquilo que se conhece bem, a exemplo de outras arquiteturas, proteger o que pouco se conhece se torna um desafio maior. A preservação da arquitetura moderna envolve um conjunto de desafios associados sobretudo a características particulares. Se, por um lado, essa “modernidade” se tornou necessária em uma sociedade que carecia de mudanças, seja em virtude das guerras ou mesmo da busca por qualidade de vida, a arquitetura moderna nem sempre foi bem aceita. Prudon identifica um exemplo dessa questão nos EUA, mas que foi vivenciado em outros lugares:

A percepção positiva da modernidade e, especificamente da arquitetura moderna, continuou nos EUA durante a década de 1960. Mas, no final da década, a onipresença da arquitetura moderna a tinha tornado comum e impopular: já não era excitante. Na década de 1970, as percepções tinham mudado, em particular os projetos de renovação urbana, os projetos de habitação em grande escala e as praças públicas suscitavam reações cada vez mais negativas (Prudon, 2008, p. 5, tradução nossa¹²).

Essa referência aponta acontecimentos após a Segunda Guerra Mundial e traz um panorama acerca de como a arquitetura moderna se tornou, diversas vezes, inaceitável para algumas culturas. Esses aspectos associados às próprias características demonstram as dificuldades para a preservação, em pequenas escalas, e mais ainda em grandes espaços. Essa questão da aceitação pela população é um tema complexo, pois na história envolvendo a concepção desse movimento não se menciona a população como parte importante para as escolhas. Muito se fala nas predileções dos arquitetos, que se viam como os únicos detentores de um saber capaz de tomar decisões para a sociedade. Pouco se resgata o pensamento daqueles que ocupavam as cidades em cada momento.

¹² No original, em inglês: *The positive perception of modernity and specifically modern architecture, continued in the US through the 1960s. But by the end of the decade, the ubiquity of modern architecture had rendered it common and unpopular: it was no longer exciting. By the 1970s, perceptions had shifted, particularly urban renewal projects, large-scale housing projects, and public plazas garnered increasingly negative reactions.*

Se, por parte daqueles que ocupavam o ambiente urbano, havia certa repulsa a essa arquitetura, a década de 1980 trouxe um movimento preservacionista por parte dos pesquisadores, sobretudo. Foi a partir dessa década que começou a se trilhar um caminho para a preservação dessa arquitetura. Segundo Susan Macdonald (2009), o final da década de 1980 e o começo da década de 1990 viram surgir um interesse e até alguma atividade em âmbito mundial com a intenção de preservar o patrimônio do século XX. Segundo a autora, houve influência do surgimento de organizações internacionais, tais como o Docomomo, também o engajamento do já existente Icomos e da *Association for Preservation Technology* (APT). Além disso, emergiram grupos interessados em questões específicas atreladas a algum período, a exemplo da *Art Déco* e da década de 1930.

A década de 1980 também é de relevância para o processo de reconhecimento de Brasília, Tel Aviv e Le Havre como patrimônio mundial. Esse período representou para cada uma o marco inicial de um caminho voltado à preservação. Mesmo que apenas Brasília tenha sido reconhecida nessa década, as três cidades começaram a pensar em formas de proteção nesse momento. Essa “semelhança” apresenta associação com esse pensamento mais amplo e até global de percepção de que o patrimônio do século XX possui valor, passa por um processo de deterioração e que merece ser protegida e salvaguardada. Mesmo que não exista uma suposta distância temporal segura para afirmar os seus valores. Complementando essa visão sobre a década de 1980, Susan Macdonald coloca:

Essa onda de interesse levou os governos de alguns países a considerar a identificação e a proteção do patrimônio do século XX, inicialmente do início da era moderna e quase exclusivamente por sua importância arquitetônica. Em 1994, houve uma série de grandes conferências internacionais sobre a conservação do patrimônio do século XX. Esses eventos demonstraram que ainda havia muito a ser feito, tanto para reforçar o reconhecimento e apoio à conservação do passado recente e para resolver os desafios técnicos emergentes (Macdonald, 2009, p. 1, tradução nossa¹³).

Com relação ao ano de 1994, mencionado por Macdonald, dentre as diversas conferências, poderiam se destacar algumas: a Conferência de Nara, que deu origem a uma carta patrimonial, na qual se discute o tema da autenticidade, algo caro para a arquitetura moderna; também a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, parte da oitava conferência da Unesco, que versa, dentre outros temas, sobre os desafios associados à materialidade, à necessidade de percepção além da

¹³ No original, em inglês: *This wave of interest prompted governments in some countries to consider the identification and protection of 20th-century heritage, initially from the early-modern era and almost exclusively for their architectural significance. By 1994 there had been a series of large international conferences on the conservation of 20th century heritage. These events demonstrated that there was still much to be done, both on shoring up recognition and support for the conservation of the recent past and also to solve the emerging technical challenges.*

arquitetura “monumental”, e sobre a verificação da sub-representatividade desse movimento entre os bens reconhecidos mundialmente como patrimônio.

Diante desse olhar global, começa-se a compreender os valores e os desafios atrelados à preservação do moderno. E em meio a essa percepção, surgiu o Docomomo, o Comitê Internacional para a Documentação e Preservação de Edifícios, Conjuntos e Sítios Urbanos do Movimento Moderno, em 1988, com a ideia de ser uma organização internacional voltada à documentação e à conservação de edifícios, sítios ligados ao Movimento Moderno (Docomomo, 2023). Segundo a própria organização, as missões são:

- atuar como guardião quando importantes edifícios do movimento moderno em qualquer lugar estiverem sob ameaça;
- trocar ideias relacionadas à tecnologia de conservação, história e educação;
- fomentar o interesse pelas ideias e pelo patrimônio do movimento moderno;
- estimular a responsabilidade em relação a essa herança arquitetônica recente (Docomomo, 2023, tradução nossa¹⁴).

Esses são objetivos essenciais para a preservação de qualquer bem, seja de qual período for, mas, para a arquitetura moderna, tornam-se caros quando associados à percepção de que esse movimento, desde o seu início, enfrentou resistências ao seu reconhecimento enquanto patrimônio. Desde a primeira conferência, que ocorreu em Eindhoven, em 1990, a instituição deixou clara a importância das ações de reconhecimento e de preservação por parte de cada nação. Como explicitado no documento oficial da própria conferência:

O DOCOMOMO Internacional é a soma total de todas essas atividades nacionais. A Secretaria Internacional atua como o centro de comunicação geral entre as várias iniciativas nacionais e individuais, mantendo uma rede de informações sobre as pessoas e suas atividades, bem como sobre os edifícios do Movimento Moderno em perigo. (Docomomo, 1990, p. 13, tradução nossa¹⁵).

Esse trecho demonstra o funcionamento do Docomomo, voltado à preservação e atuando de maneira a colaborar com os países que guardam os bens. O comitê tem um trabalho mais voltado à pesquisa e à divulgação de dados. Assim, pode ser entendido como um trabalho complementar. Com

¹⁴ No original, em inglês: *act as watchdog when important modern movement buildings anywhere are under threat; exchange ideas relating to conservation technology, history, and education; foster interest in the ideas and heritage of the modern movement; elicit responsibility towards this recent architectural inheritance.*

¹⁵ No original, em inglês: *DOCOMOMO International is the sum total of all these national activities. The International Secretariat serves as the general communication center between the various national and individual initiatives, by maintaining an information network about people and their activities, as well as about Modern Movement buildings in danger.*

relação ao seu papel, vale acrescentar que, atualmente, a instituição está distribuída ao redor do mundo por meio dos comitês nacionais. Por exemplo, o Docomomo França foi fundado em 1991 e o do Brasil em 1992. Israel ainda não possui uma instituição própria, mas o país já participou de conferências juntamente com a Alemanha, com o tema da *Bauhaus*. As instituições nacionais funcionam de forma similar à internacional, porém, trazendo os debates sobre o moderno para mais próximo da sociedade, das culturas e das línguas locais.

O Docomomo, como talvez a principal instituição associada ao movimento moderno, atesta as dificuldades de seu reconhecimento e conseqüente preservação. Essa arquitetura possui características próprias, que rompem padrões e objetivam o novo, tanto em termos de tecnologia, como estéticos. Ao mesmo tempo que essas características a diferencia de outros movimentos, elas podem ser elencadas como desafiadoras para a preservação. Com relação a isso, não é um ponto pacífico dentre os pesquisadores de que a arquitetura moderna demanda uma preservação diferente de outras arquiteturas. Em alguma medida, cada movimento ou estilo busca romper com padrões anteriores e trazer alguma inovação. Por isso, poderia se entender que as suas especificidades não necessariamente trariam demandas específicas no lugar das práticas preservacionistas já consagradas. Por outro lado, cabe citar Theodore Prudon (2008) e Susan Macdonald (2009), ambos apontam uma lista de desafios associados à preservação da arquitetura moderna, quais sejam: a funcionalidade; os materiais utilizados, os sistemas estruturais; a falta de manutenção; a conservação de conjuntos habitacionais; a pátina; e o próprio reconhecimento. A funcionalidade possui relação direta com o uso da edificação: “Para estar sempre em uso, um edifício necessita ser submetido a mudanças contínuas durante a vida, caso contrário, pode se tornar inutilizável e, a longo prazo, uma ruína” (Moreira, 2011, p. 160). Isso significa perceber que a arquitetura moderna deu atenção às necessidades de cada espaço, o que terminou por gerar dificuldades de adaptação a certos usos que foram surgindo ao longo do tempo.

Dentre esses desafios, trazendo uma abordagem voltada às questões da materialidade, Susan Macdonald (2009) sublinha que a utilização de novos materiais ou mesmo materiais mais antigos, porém aplicados de novas formas, levam ao desconhecimento quanto ao seu desempenho ao longo do tempo e implicações para a manutenção. Também se considera que a situação vivenciada em um pós-guerra implica construções ou reconstruções rápidas, exigência de economia e de elevada necessidade de mão de obra, nem sempre qualificada. Isso implica decréscimos proporcionais na

qualidade na execução, gerando o envelhecimento precoce. Como consequência dessa conjunção de fatores:

As questões específicas relacionadas ao ciclo de vida dos materiais modernos apresentam novos problemas que exigem soluções criativas. A percepção errônea de que os edifícios e as estruturas modernas exigiam pouca manutenção agravou muitos dos problemas de material e de construção [...]. Muitos edifícios do século XX não resistiram bem ao teste do tempo e a percepção de sua incapacidade de envelhecer graciosamente desafiou os princípios fundamentais de conservação, como "fazer o mínimo possível" e "reversibilidade" (Macdonald, 2009, p. 3, tradução nossa¹⁶).

Quando a autora menciona a conservação e as noções de “fazer o mínimo possível” e de reversibilidade, ela se refere a condutas que devem se somar. A primeira ocorre no sentido de praticamente não intervir, significando a permissão para que as marcas do tempo se apresentem no ambiente construído. A segunda volta-se à possibilidade de que as intervenções sejam feitas de forma que seja permitido o retorno à situação original. As duas abordagens geram discussões quanto ao nível de intervenção em um bem do ponto de vista das práticas preservacionistas, principalmente por tocarem em assuntos relevantes, tal como a vida útil, a manutenção ou não da pátina, a preservação da história, mas também a funcionalidade, questões de acessibilidade e desempenho. Essa é uma discussão complexa ainda não consensual, com algumas posturas mais preservacionistas e outras mais intervencionistas.

Quanto à vida útil, na arquitetura moderna, em alguns casos, não se buscou a longevidade, sendo o papel da arquitetura a mudança social (Macdonald, 2009). Essa constatação apresenta forte relação com a situação em que ela emergiu, um ambiente em que as necessidades humanas estavam em debate, existindo urgência por devolver a dignidade aos afetados pela guerra. Diante dessa visão é que o funcionalismo emerge trazendo consigo praticidade para a vida cotidiana. Essas questões se manifestaram, por exemplo, nas novas habitações construídas, pensadas considerando as questões de salubridade e conforto, como mencionado anteriormente.

A questão da estrutura e dos elementos a ela associados, tais como sistemas elétricos e hidráulicos, possuem relação direta com a vida útil da edificação e com os materiais. Com a passagem

¹⁶ No original, em inglês: *The specific issues that relate to the life-cycle of modern materials pose new problems that require creative solutions. The misapprehension that modern buildings and structures were low maintenance compounded many of the material and construction problems discussed above. Many 20th-century buildings have not stood the test of time well and their perceived inability to age gracefully has challenged fundamental conservation principles such as 'do as little as possible' and 'reversibility'.*

do tempo, novos materiais e sistemas surgiram, também se alteram as necessidades humanas. Isso acaba colocando em debate a substituição de partes da edificação e como isso implica sua preservação. Segundo Fernando Moreira (2011, p. 171):

Devemos aceitar a necessidade de mudança, mas faz-se necessário um cuidadoso trabalho de adequação dessas novas estruturas. Os sistemas antigos representam um testemunho importante de nossa forma de morar no passado e não devem ser descartados, mas, sempre que possível, preservados ao lado dos novos como um registro.

Mais um item que está diretamente relacionado a outro, pois os sistemas estruturais, bem como outras partes do edifício, precisam passar por manutenção. O ato de manter um edifício vai além de pensar em estrutura e sistemas, traz consigo a identificação dos “desafios específicos decorrentes do pouco conhecimento à época de sua construção das propriedades dos materiais utilizados, como também da primazia do ato criativo sobre a manutenção e a sustentabilidade dos edifícios” (Lira, 2015, p. 32). Nesse sentido, Flaviana Lira e Fernando Moreira, concordam que a manutenção preventiva e periódica se torna a solução, objetivando a proteção contra o envelhecimento precoce e a necessidade de intervenções mais invasivas e que possam gerar descaracterização do bem.

Esse envelhecimento trazido pelos autores está relacionado à pátina “entendida como o efeito da passagem do tempo nas superfícies dos objetos” (Lira, 2015, p. 33). Essa é uma característica contra a qual a arquitetura moderna lutava, no sentido de que uma de suas premissas é a busca pela aparência de algo novo e atual. Ou seja, há um embate constante contra o envelhecimento, pois “a pátina do tempo é também questão polêmica e complexa na conservação da AM [arquitetura moderna]. Os materiais com superfícies polidas e com brilho, como o vidro e os metais, e as formas arrojadas que caracterizam a AM parecem não ‘deixar espaço’ para a pátina” (Lira, 2015, p. 30). A polêmica está entre os teóricos que defendem a manutenção da pátina como uma forma de contar a história do edifício em oposição àqueles que entendem ser o ideal a busca pelo estado inicial em que a edificação foi erguida, como algo novo e sem as marcas do tempo.

Outro desafio apresentado por Susan Macdonald (2009), a conservação dos conjuntos habitacionais, está relacionado aos grandes edifícios que foram construídos ao redor do mundo. Os seus problemas estão diretamente ligados às transformações sociais, tanto ao empobrecimento quanto

ao enriquecimento da população (Moreira, 2011). Também deve ser mencionada a gentrificação¹⁷ como um fator de alteração dos espaços construídos. Com relação aos objetos de pesquisa, essa questão da habitação moderna se manifesta de forma similar quanto à busca por essas necessidades, mesmo que as características arquitetônicas aplicadas sejam diferentes.

A última proposição trazida por Macdonald (2009) e por Prudon (2008) talvez seja a que resume todos os outros itens apresentados até agora, o próprio reconhecimento do moderno. Esse debate está inserido inclusive nas origens desta tese, dado que, dentre as justificativas para a escolha do tema está o baixo número de conjuntos urbanos ou conjunto de edifícios modernos presentes na Lista do Patrimônio Mundial, contemplando Brasília, Tel Aviv e Le Havre. Não invadindo as discussões dos próximos capítulo, mas apenas adiantando a argumentação, as três cidades, de diferentes modos, passaram por questionamentos acerca de seu valor enquanto bem a ser salvaguardado. Isso lança luz sobre uma dificuldade vigente de se reconhecer a arquitetura moderna como digna de preservação, mesmo em seu ambiente de nascença, como é o caso da cidade francesa de Le Havre e de outros exemplares arquitetônicos.

O ato de reconhecimento exige uma complexa análise. Isso é fato para qualquer período ou estilo arquitetônico. No entanto, para a arquitetura moderna esse é um desafio a mais, por alguns fatores. Fernando Moreira (2011) elenca alguns, sendo o primeiro deles a dificuldade de reconhecimento por parte da própria população, que muitas vezes não se identifica com essa arquitetura, seja por ela ter sido imposta em momentos de guerra, por exemplo, ou por não atender às suas necessidades. O autor menciona também um fato pouco lembrado para o caso das edificações: diversas delas estão em áreas mais periféricas ou até rurais, e algumas obras não estão inseridas no cotidiano, tornando-se espaços apenas para visitação. Isso dificulta uma viv encia pela sociedade. Outro fator relevante, desta vez trazido por Andrew Saint (1996) e lembrado por Moreira (2011), refere-se ao elevado número de edifícios modernos, em compara o com períodos anteriores:

Grande parte do sistema oficial de conserva o existente não   voltado para a beleza ou para a importância histórica no entendimento simples e comum dessa frase (‘A Rainha Elizabeth dormiu aqui’), mas para a raridade. O escalonamento que rege os processos de listagem e programa o significa que um pequeno pedaço de ruína

¹⁷ O termo gentrifica o tem suas origens na década de 1960, na Inglaterra, a partir de uma socióloga chamada Ruth Glass. De forma simples, trata-se de um processo de expulsão de popula es mais pobres em área periféricas para dar lugar classes mais altas. Como consequência, há o aumento do custo de vida nesses espaços, em decorrência de melhorias urbanísticas.

romana será protegido, enquanto a maioria dos edifícios completos do século XX não será (Saint, 1996, p. 16, tradução nossa¹⁸).

De fato, a questão da raridade é algo que permeia o processo de reconhecimento de um bem, mas também outros aspectos são levados em consideração, associados à significância do item. Sobre isso, Moreira (2011) sublinha a dificuldade em se considerar como digna de valor uma arquitetura em que vivemos hoje, algo que faz parte do cotidiano. Como possível correção desse problema, o autor identifica o papel da educação e a conscientização para a necessidade de proteção a esse tipo de arquitetura.

Como visto, a arquitetura moderna possui particularidades que a torna única, desde a sua concepção, as teorias e os modos construtivos. Isso implica consequências para a preservação que termina por enfrentar barreiras, como visto. Brasília, Tel Aviv e Le Havre, de fato, representam diferentes modernidades e são representantes da arquitetura do século XX, ou arquitetura moderna. Apesar das diferenças quanto às origens de pensamento, aos próprios projetos e às soluções encontradas para as questões políticas, econômicas e sociais, foi possível ver nesta parte do primeiro capítulo semelhanças que as unem e que colaboram para a construção dos demais capítulos e da comparação entre elas. Talvez uma das semelhanças mais forte seja a questão da adaptação da arquitetura às condições locais, além do contexto histórico que funcionou como um elemento desencadeador dessa nova arquitetura. Outras correspondências serão construídas ao longo da tese, sobretudo no que se refere ao processo de patrimonialização. O patrimônio moderno, assim como o patrimônio de outros períodos, possui características e, conseqüentemente, dificuldades para a preservação.

¹⁸ No original, em inglês: *A great deal of the existing official conservation system is geared not towards beauty, or towards historical significance in the simple and ordinary understanding of that phrase ('Queen Elizabeth slept here'), but towards sheer rarity. The sliding scale which governs the listing and scheduling processes means that a tiny lump of Roman ruin will be protected, whereas most complete twentieth-century buildings won't.*

1.2 As instituições e agentes envolvidos no processo de reconhecimento e de salvaguarda

O processo de reconhecimento de um bem e a consequente salvaguarda tem o seu caminho associado a diferentes instituições e organismos. Esses são os responsáveis não somente pela inclusão de um bem em um livro do tomo, no caso brasileiro, ou uma lista de classificação por uma nação, mas, antes, pela efetiva proteção daquilo a que a sociedade confere valor. Nesta pesquisa, são três os conjuntos urbanos abordados, portanto, são três culturas, três línguas e, conseqüentemente, três sistemas de gestão e de reconhecimento no que se refere a cada país. O que os unem, além da referência à arquitetura moderna, é o reconhecimento como Patrimônio Mundial pela Unesco. Assim sendo, há o interesse, neste item, em ver como ocorre a atuação da Unesco e do Icomos enquanto organismos internacionais atrelados ao processo de reconhecimento de um bem como Patrimônio Mundial.

Enquanto a Unesco atua como a principal organização internacional ligada às questões patrimoniais, o Icomos é uma de suas Organizações Consultivas. A primeira organização possui outras entidades consultivas, porém, para esta tese há o interesse maior em se aprofundar nesses dois organismos. Isso se justifica porque, primeiro, a Unesco é a responsável pelas decisões para a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial e, segundo, porque o Icomos atua em colaboração com ela ao elaborar pareceres técnicos sobre os bens candidatos. Dessa forma, a seguir se discutem a formação de ambos e como se desdobram suas ações internas diante das questões patrimoniais.

A Unesco e o Icomos são instituições que trabalham de forma integrada para o reconhecimento de um bem como Patrimônio Mundial e posterior conservação e proteção. Iniciando pela Unesco, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura tem suas origens associadas à primeira reunião da Sociedade das Nações, que ocorreu em 1920. A Sociedade das Nações, ou Liga das Nações, foi um organismo que surgiu após a Primeira Guerra Mundial. Formado pelos vencedores do conflito, a proposta se originou com o objetivo de negociações associadas à paz. Essa organização serviria de base para a fundação da Organização das Nações Unidas, em 1946 (Archer, 2001). Mas, antes, esse foi um ambiente após a Primeira Guerra Mundial, em que nessa reunião da Sociedade das Nações se discutiu a necessidade de formação de uma cooperação voltada ao campo intelectual. Assim, foi formada uma primeira comissão de estudos com o objetivo de pensar esse novo projeto atrelado à

educação, inicialmente. Com base nesse relatório de pesquisas, foi criada em 1922 a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, ainda sem uma sigla específica (Valderrama, 1995).

Uma das primeiras atividades dessa comissão consistia em retomar as conexões que a guerra havia rompido entre a academia e os especialistas (Valderrama, 1995). Avançando em sua concretização, em 1924, o governo francês propôs que fosse criada uma sede em Paris e que passasse a existir um Instituto Internacional de Cooperação Intelectual. Essa sede foi inaugurada em 1926 já ampliando o rol de atividades para: Negócios Gerais, Relações Universitárias, Relações Científicas, Relações Literárias, Relações Artísticas, Seção Jurídica e Seção de Informação. Ainda com relação ao escopo de atividades, a Sociedade das Nações definiu em 1931 que:

[..] a Cooperação Intelectual havia como objetivo “a colaboração internacional a fim de assegurar o progresso da civilização geral e dos conhecimentos humanos, notadamente a difusão das ciências, das letras e das artes”. Ela deveria também “criar um estado de espírito favorável à solução pacífica dos problemas internacionais” [...] (Valderrama, 1995, p. 5, tradução nossa¹⁹).

Essa descrição se aproxima do que a Unesco representa atualmente, assim demonstrando como essa entidade nasce interdisciplinar e com objetivo mais amplo, buscando englobar a comunidade internacional. Ao longo desses primeiros anos, essa instituição foi ampliando o seu escopo de trabalho e pôde coletar material de pesquisa, terminando por gerar um conjunto de arquivos referentes às suas atividades. Com a chegada da Segunda Guerra Mundial e seu contexto político, econômico e social, a comissão foi desfeita, porém o seu espírito e parte dos seus arquivos permaneceram. Assim, foi possível “recomeçar” tendo como ponto de partida esse trabalho preliminar contendo um histórico de pesquisas favorável ao prosseguimento nas atividades. Dessa forma, o encaminhamento se deu por meio da Conferência de Ministros Aliados da Educação, que ocorreu em 1942. A Conferência inicialmente se reuniu com alguns países do grupo dos aliados²⁰ da Segunda Guerra Mundial com o objetivo de criar uma Organização Internacional da Educação (Valderrama, 1995).

A organização mais uma vez foi crescendo rapidamente e atraindo o interesse de outros países, até que, em 1944, esse objetivo se tornou mais forte, ampliando-se para abranger a questão da cultura

¹⁹ No original em francês: [...] *la coopération intellectuelle avait pour objet « la collaboration internationale afin d'assurer le progrès de la civilisation Générale et des connaissances humaines, notamment la diffusion des sciences, des lettres et des arts ». Elle devait aussi « créer un état d'esprit favorable à la solution pacifique des problèmes internationaux ».*

²⁰ Na Segunda Guerra Mundial, foram dois grupos envolvidos na batalha: o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e os Aliados (Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos).

em conjunto com a educação. Então, em 1945, em Londres, ocorreu a conferência preparatória para criar efetivamente a organização e definir seu nome, sua estrutura, seus objetivos, suas atividades e seu conselho executivo. O primeiro nome escolhido foi Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (Uneco). Porém, desde o início houve uma campanha, sobretudo sustentada pelos cientistas, para a inclusão da ciência no escopo da nova organização. O ponto alto para que de fato o termo “ciência” fosse incluído foram as bombas de Hiroshima e Nagasaki. Assim, com o acordo dos delegados, em 6 de novembro de 1945, foi acrescentado o “s” de *Science* (ciência), tornando-se a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (Valderrama, 1995).

Um dos objetivos que nasceu com a organização diz respeito à ideia de reunir povos, e não governos. Porém, para a sua estrutura interna, a separação inicial era constituída pelos Estados-Membros, um Conselho Executivo, eleito na conferência geral, e um Secretariado. Mais uma vez Paris foi escolhida como sede. Segundo Valderrama (1995, p. 26, tradução nossa²¹):

Quando discutida a localização da sede da UNESCO, a delegação do Reino Unido propôs que ela fosse instalada em Paris. Todos os delegados se associaram a essa proposta; elogios foram pronunciados sobre “o esforço da França sobre o terreno cultural” e “a universalidade do espírito francês”. Recordou-se que a França havia sido o “ponto de partida da democracia”.

De fato, a França esteve desde o início entre o grupo empenhado nessa iniciativa e ainda hoje a sede da Unesco se localiza em Paris. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, portanto, foi oficialmente criada em 16 de novembro de 1945, na décima reunião plenária da Conferência preparatória. Nessa conferência, a ministra da Educação do Reino Unido, como responsável pelo discurso de fechamento da plenária, enfatizou o papel da Unesco associado à educação, à ciência e à cultura, não como um fim, mas antes como um meio para o objetivo principal, voltado à paz fundamentada no respeito aos direitos humanos (Valderrama, 1995).

Prosseguindo os trabalhos, a Comissão preparatória foi presidida por Ellen Wilkinson e como primeiro secretário-executivo, Sir Alfred Zimmern, que pouco tempo depois abandonou o cargo por problemas de saúde. Ele deu lugar a Julian Huxley. Inicialmente, 14 países estiveram presentes: Bélgica, Brasil, Canadá, China, Colômbia, Estados Unidos da América, França, Grécia, Índia, México, Noruega,

²¹ No original em francês: *Lorsqu'on discuta de l'emplacement du siège de l'UNESCO, la délégation du Royaume-Uni proposa qu'il soit installé à Paris. Tous les délégués s'associèrent à cette proposition; des éloges furent prononcés sur « l'effort de la France sur le terrain culturel » et « l'universalité de l'esprit français ». On rappela que la France avait été le « point de départ de la démocratie ».*

Países Baixos, Polônia e Reino Unido. Vinte países foram signatários do ato constitutivo oficial da Unesco, enquanto instituição especializada da ONU, formalizado no dia 15 de novembro de 1946. A primeira Conferência Geral da Unesco ocorreu entre os dias 20 de novembro e 10 de dezembro de 1946. Julian Huxley, biologista da Grã-Bretanha, foi escolhido como o primeiro presidente da organização (Valderrama, 1995).

Dessa forma, a Unesco iniciou seus trabalhos em um momento pós-guerra, situação em que as cidades estavam devastadas e precisavam de reconstrução. E mesmo que a organização não tenha se envolvido diretamente nessas ações reconstrutivas, ela foi importante suporte no âmbito sobretudo da educação, em um primeiro momento. Esse fomento se deu por meio de publicações, de apoio a pesquisas e do trabalho de incentivo às bibliotecas, um dos pontos de interesse de suas campanhas ao promover a educação.

Em se tratando da relação da Unesco com a proteção do patrimônio, pode-se perceber que timidamente a questão estava inserida desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948. Em seu Artigo 22, explicita-se que todo ser humano possui “direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade” (ONU, 1948, p. 5). Também em seu Artigo 27 coloca que “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios” (ONU, 1948, p. 6). Esse documento da Organização das Nações Unidas (ONU) traz ainda, de forma genérica, diretrizes associadas aos direitos humanos que seriam detalhadas ao longo das demais cartas e tratados. Vale ressaltar que a ONU nasceu praticamente ao mesmo tempo que a Unesco, no ano de 1945, e que, nesse período inicial, ambas estavam formando suas bases de ação quanto ao seu campo de atuação.

Outra menção a essa documentação inicial que vale citar é a *Convenção de Haia para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado*, de 1954. A Convenção inicialmente deixava claro que seu objetivo era “salvaguardar e assegurar o respeito pelos bens móveis ou imóveis que representem uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, qualquer que seja a sua origem ou o seu proprietário” (Unesco, 1954, p. 1). Por mais que essa convenção esteja relacionada a situações de conflitos armados, ela demonstra a intenção de proteger aquilo que teria valor para a comunidade internacional. E ao voltar-se à questão específica de conflitos, há a menção de que o respeito aos bens

protegidos caberia tanto ao Estado que o abriga quanto aos adversários. Nessa afirmação está presente a ideia de universalidade que viria a ser explicitada mais à frente pela Unesco. Aprofundando essa discussão, Isabelle Anatole-Gabriel (2016, p. 76, tradução nossa²²) coloca:

Entre a carta da UNESCO, redigida em 1948, e as primeiras linhas da convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado votada em 1954, a definição do patrimônio elaborada no plano internacional evoluiu. A afirmação de uma universalidade de certos bens patrimoniais foi substituída por uma nova definição de universalidade como resultado da contribuição de todas as culturas à construção de um coletivo patrimonial. Essa definição deve ser compreendida como uma primeira etapa de uma abordagem supranacional do patrimônio.

A ideia trazida pela autora coloca em debate a discussão acerca da universalidade, no sentido do questionamento do que seria um patrimônio universal ou até um patrimônio da humanidade. Esse debate vai ganhando contornos mais nítidos conforme a Unesco avança em suas pesquisas e mesmo de acordo com a necessidade de amparo e de proteção ao patrimônio, que foram surgindo ao longo do tempo. Um caso específico que demandou intervenção por parte do organismo internacional veio ao final da década de 1950, ocasião em que os Governos da República Árabe Unida²³ e da República do Sudão solicitaram ajuda para evitar que os Templos de Abou Simbel fossem encobertos pela construção do Lago Nasser.

A Unesco decidiu promover uma campanha internacional para arrecadar fundos e viabilizar a transportação dos monumentos para uma área segura. Como forma de difundir essa campanha, *O Correio da Unesco* (Unesco, 1960) trouxe uma edição especial em que apresentava a história dos templos em pedra e discutia a importância de proteger o patrimônio para a memória da humanidade. Então, em 1964, começaram as obras que, para a época, foram consideradas um desafio no trabalho de desmontagem, transportação e remontagem. Esse processo apenas foi finalizado em 1968, após investimentos e o apoio não somente da Unesco, mas de técnicos externos, dentre arqueólogos e engenheiros especialistas na área.

²² No original em francês: *Entre la charte de l'UNESCO, rédigée en 1948, et les premières lignes de la Convention pour la protection des biens culturels en cas de conflits armés votée en 1954, la définition du patrimoine élaborée au plan international a évolué. À l'affirmation d'une universalité de certains biens patrimoniaux s'est substituée une nouvelle définition de l'universalité comme résultat de la contribution de toutes les cultures à la construction d'un collectif patrimonial. Cette définition doit être comprise comme la première étape d'une approche supranationale du patrimoine.*

²³ A República Árabe Unida representou, entre 1958 e 1961, a união entre o Egito e a Síria.

Com certeza essa campanha e esse trabalho de proteção de um bem trouxeram para o campo das discussões técnicas, em nível internacional, a necessidade de se avançar na questão da salvaguarda de obras construídas pelo homem e mesmo da natureza. No que tange a essa temática preservacionista, é preciso retornar para o ano de 1931, momento em que a primeira *Carta de Atenas* (Sociedade das Nações, 1931) foi escrita, sendo a norma internacional inaugural voltada à área do patrimônio. Essa Carta deu origem à *Resolução da Sociedade das Nações*, em 1932. Nesse documento está expresso o cuidado no que se refere à conservação do patrimônio:

Considerando que a conservação do patrimônio artístico e arqueológico da humanidade interessa à comunidade dos Estados depositários e defensores da civilização,
Considerando que a maior garantia de conservação de monumentos e obras de arte reside no respeito e na estima que as próprias populações revelam por esses bens, e convicta de que estes sentimentos podem ser estimulados através de ações apropriadas empreendidas pelos poderes públicos [...] (Sociedade das Nações, 1932, p. 1).

Por meio desse escrito, é possível identificar mais uma vez a ideia de que o patrimônio seria da humanidade, cabendo a todos a sua defesa. Há a identificação ainda do papel dos governos enquanto entes capacitados na operação de ações necessárias para a salvaguarda de bens. Diante do exemplo dessa resolução, da *Carta de Atenas* (Ciam, 1933) e, mais à frente no arco temporal, a problemática envolvendo os templos egípcios, é possível compreender como o surgimento de ações mais contundentes e ativas em meio ao cenário internacional se tornaram extremamente basilares.

Desde o início dos trabalhos da Unesco, a temática envolvendo o patrimônio esteve presente nas mesas de discussões, mesmo que envolvesse preliminarmente mais a questão dos museus e das bibliotecas, enquanto lugares responsáveis por guardar a história de um povo. Em 1958, foi fundado em Roma, Itália, o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (Iccrom). O Iccrom surgiu no contexto do 1º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, ocorrido em Paris, em 1957. Esse centro foi criado por meio da 9ª Conferência Geral da Unesco e a partir da ajuda do governo italiano e do financiamento da própria Unesco (Valderrama, 1995).

O Iccrom é uma organização consultiva da Unesco cujo objetivo é promover a conservação do patrimônio cultural nas mais diversas formas, a partir da formação, da informação, da pesquisa, da cooperação e da sensibilização dos atores relacionados a esse campo de atuação. A formação está

associada à existência de programas pedagógicos para o engajamento de profissionais; a informação está presente por meio da difusão de conhecimentos, sobretudo por meio das bibliotecas de conservação; a pesquisa, assim como a área de formação, é materializada por meio de programas de incentivos às instituições de conservação cultural; a cooperação busca a troca inter-regional, interdisciplinar e internacional de conhecimentos entre os *experts*; e a sensibilização tem suas bases associadas à assistência técnica aos Estados-Membros e suas necessidades quanto à conservação do seu patrimônio cultural (Iccrom, 2023).

Além do Iccrom como organização consultiva, a Unesco possui outras duas instituições ligadas a ela: a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e o Icomos. Segundo o guia de *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial* (Unesco, 2023b, p. 17) são essas as funções das organizações consultivas:

- a) aconselhar sobre a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial no domínio das suas competências;
- b) apoiar o Secretariado a preparar a documentação do Comitê, a ordem do dia das suas reuniões e a execução das decisões do Comitê;
- c) apoiar a elaboração e aplicação da Estratégia Global para uma Lista do Patrimônio Mundial Representativa, Equilibrada e Credível, da Estratégia Global de Formação, dos Relatórios Periódicos, bem como o reforço da utilização efetiva do Fundo do Patrimônio Mundial;
- d) monitorar o estado de conservação dos bens do Patrimônio Mundial (inclusive através de missões de Acompanhamento Reativo²⁴ por solicitação do Comitê ou missões Consultivas²⁵ a convite dos Estados Parte) e examinar os pedidos de Assistência Internacional;

²⁴ “As missões de Acompanhamento Reativo fazem parte da obrigação estatutária do Secretariado e das Organizações Consultivas de apresentação, ao Comitê do Patrimônio Mundial, de relatórios sobre o estado de conservação de bens específicos que se encontram ameaçados (consultar o parágrafo 169). São requeridas pelo Comitê do Patrimônio Mundial para aferir, em consulta com o respectivo Estado Parte, as condições atuais do bem, as ameaças ao bem e a possibilidade de uma recuperação adequada do bem ou de avaliar o progresso verificado na aplicação de tais medidas corretivas, e contemplam a apresentação ao Comitê de um relatório sobre os resultados da missão (consultar o parágrafo 176.e). Os termos de referência das missões de Acompanhamento Reativo são propostos pelo Centro do Patrimônio Mundial, em conformidade com a decisão adotada pelo Comitê do Patrimônio Mundial, e consolidados em consulta com o Estado Parte e com a(s) Organização(ões) Consultiva(s) relevante(s). Os especialistas para essas missões não serão nacionais do país onde o bem se encontra. No entanto, incentiva-se que, na medida do possível, sejam da mesma região do que o bem. Os custos das missões de Monitorização Reativa são financiados pelo Fundo do Patrimônio Mundial.” (Unesco, 2023b, p. 16).

²⁵ “As missões Consultivas não fazem parte stricto sensu dos processos estatutários e obrigatórios, na medida em que são voluntariamente iniciadas pelos Estados Parte e dependem das considerações e do juízo dos Estados Parte que as solicitam. As missões Consultivas devem ser entendidas como missões que prestam a um Estado Parte aconselhamento especializado sobre questões específicas. Podem incidir sobre a prestação de apoio “a montante” e o aconselhamento quanto à identificação de sítios, listas indicativas ou propostas de inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial ou, em alternativa, podem referir-se ao estado de conservação de bens e prestar aconselhamento relativamente à avaliação do

- e) no caso do Icomos e da IUCN, avaliar os bens propostos para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial em consulta e diálogo com os Estados Parte proponentes, e apresentar relatórios de avaliação ao Comitê; e
- f) assistir às reuniões do Comitê e do *Bureau* do Patrimônio Mundial a título consultivo.

As organizações consultivas funcionam como um “braço” da Unesco, atuando de forma técnica ao realizar ações de monitoramento, avaliação e assistência ao *Bureau* do Patrimônio Mundial. Como listado no item “e”, o Icomos e o IUCN estão relacionados à função essencial de avaliação da candidatura de bens, ao elaborarem pareceres técnicos associados diretamente ao valor universal excepcional (*Outstanding Universal Value – OUV*) e aos critérios e condições de validação das candidaturas. Posteriormente, neste capítulo, o papel do Icomos será retomado no momento da discussão de como são realizados os procedimentos internos para a avaliação das candidaturas de bens ao Patrimônio Mundial.

A segunda organização consultiva é a IUCN, uma instituição ligada diretamente à salvaguarda da natureza e suas relações. Atuando com a sociedade civil e outros organismos internacionais com foco no desenvolvimento sustentável, foi fundada em 1948, na cidade francesa de Fontainebleau. Em seus primeiros anos de existência, o objetivo principal era avaliar o impacto das atividades humanas na natureza. Transposta essa fase, nas décadas de 1960 e 1970, o trabalho já se voltava à proteção das espécies e dos habitats naturais e às questões climáticas (IUCN, 2023).

E a terceira organização consultiva da Unesco é o Icomos. Ele surge no contexto do 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, ocorrido em Veneza, em 1964. Como resultado desse congresso, foi redigida a *Carta de Veneza*, de 1964, e foi fundado o Icomos, em 1965. Esse Conselho possui como escopo de ações a conservação e a proteção de monumentos, de conjuntos e de sítios, tendo um trabalho voltado à teoria, à metodologia e à tecnologia. Além disso, tem papel fundamental enquanto responsável por examinar as proposições de

possível impacto de um projeto de desenvolvimento importante sobre o Valor Universal Excepcional do bem, aconselhamento sobre a preparação/revisão de um plano de gestão, ou sobre o progresso alcançado na aplicação de medidas de mitigação específicas, etc. Os termos de referência das missões Consultivas são propostos pelo próprio Estado Parte, e consolidados em consulta com o Centro do Patrimônio Mundial e a(s) Organização(ões) Consultiva(s) relevante(s), com outra(s) organização(ões) ou especialistas. Os especialistas para essas missões não serão nacionais do país onde o bem se encontra. No entanto, incentiva-se que, na medida do possível, sejam da mesma região do que o bem. Os custos das missões Consultivas são financiados, na sua totalidade, pelo Estado Parte que recebe a missão, exceto no caso de o Estado Parte ser elegível para Assistência Internacional relevante ou para financiamento abrangido pela nova rubrica orçamental destinada a missões Consultivas, aprovada pela Decisão 38 COM 12.” (Unesco, 2023b, p. 16-17).

inscrição ao Patrimônio Mundial e monitorar o estado de conservação dos bens previamente inscritos (Icomos, 2023). Segundo Rosane Piccolo Loretto (2016), o Icomos se tornou uma peça fundamental para a Unesco, sobretudo pela participação de seus especialistas nas discussões que a envolvem. Além disso, os fóruns por ele promovidos lançam luz a assuntos importantes para a contemporaneidade. “Assim, com o surgimento desse organismo, as reflexões em torno da formação do sistema internacional de preservação tomaram maior impulso, embora as divergências de opiniões sobre assuntos estruturais a ele ainda se mantivessem em curso” (Loretto, 2016, p. 112).

No campo do patrimônio e da preservação, o Icomos tem papel fundamental, juntamente com a Unesco, no que se refere ao processo de candidatura de um bem a Patrimônio Mundial. Dentre outras funções, a que talvez mereça mais destaque para esta tese seja o seu parecer emitido após a avaliação do bem em questão pelos técnicos e especialistas. Esse parecer funciona como base para a tomada de decisão do comitê da Unesco para decidir quanto à inscrição ou não do bem na Lista do Patrimônio Mundial. Sublinha-se que existe um procedimento específico de atuação tanto para o Icomos quanto para a Unesco. É nesse momento que entra em discussão o funcionamento de ambos, que são vistos aqui por meio da *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage)* (Unesco, 1972) e do documento *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial* (Unesco, 2023b).

A Convenção da Unesco foi adotada pela organização na sessão do ano de 1972, e ratificada em 1975, após a assinatura de 20 Estados Partes. Quanto ao guia de orientações, esse documento teve a primeira edição em 1977 e é atualizado periodicamente, inclusive em diversas línguas. Dessa forma, vale ressaltar que, neste capítulo, há o interesse em verificar o funcionamento desses organismos internacionais de forma ampla, e não específica para as candidaturas de Brasília, Tel Aviv e Le Havre. No último capítulo, todavia, esses documentos serão observados de forma particular e comparada para os objetos de pesquisa desta tese.

Antes de uma abordagem voltada à Convenção, cabe observar seus antecedentes. Para isso, é preciso retomar o ano de 1965, quando ocorreu a *White House Conference* em Washington, D.C, também chamada de *World Heritage Trust*. A ideia dessa conferência era propor a cooperação internacional incluindo o patrimônio cultural e o patrimônio natural. Porém, essa iniciativa estava mais voltada às maravilhas naturais e cênicas, sobretudo ao enumerar alguns exemplares como o Grand Canyon, no

Colorado; o complexo Angkor no Camboja; as ruínas Incas, entre outros. Assim, o comitê recomendou a criação de *A Trust²⁶ for the World Heritage* (Stott, 2011).

Ainda decorrente dessa conferência, o IUCN tentou desenvolver essa proposta, ao olhar com entusiasmo a ideia da proteção conjunta do patrimônio cultural e natural. Se em um primeiro momento a organização não pôde prosseguir com o projeto, as discussões em âmbito internacional continuaram nos anos seguintes, culminando, no ano de 1972, em um encontro de especialistas de diferentes nações com a intenção de apresentar um esboço da convenção da Unesco, que seria oficializada na sétima conferência geral. A inovação quanto à área do patrimônio e da preservação viria da ideia de unir o patrimônio natural ao patrimônio cultural. Muito dessa ênfase sobre o ambiente natural se deu em virtude dos trabalhos empreendidos pelo governo americano que, não só vinha avançando nesse campo de pesquisa, como possuía influência no meio internacional, além de ser um expressivo colaborador, em meios financeiros, para a Unesco (Loretto, 2016).

Outro antecedente relevante foi a Conferência da ONU sobre o meio ambiente humano, de 1972, que gerou a *Declaração de Estocolmo*. Esta trouxe como foco “a preservação e a melhoria do ambiente humano”, pensando na proteção aos recursos naturais para as futuras gerações.

O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio representado pela flora e pela fauna silvestres, bem assim o seu habitat, que se encontram atualmente em grave perigo por combinação de fatores adversos. Em consequência ao planejar o desenvolvimento econômico, deve ser dada a devida importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres (Unep, 1972, p. 1).

A *Declaração de Estocolmo* com certeza foi um dos elementos base que colaboraram para a decisão final de elaborar a *Convenção do Patrimônio Mundial*, de 1972, buscando alargar a noção do que merece ser preservado para as gerações futuras. A Convenção de 1972 da Unesco traz uma abordagem específica voltada às questões da preservação e do interesse em proteger o patrimônio cultural e natural contra ameaças de destruição não somente atreladas às causas de degradação comuns, bem como àquelas ligadas à evolução da sociedade e de suas necessidades. Outro aspecto destacado na instrução desse documento diz respeito à noção de que é necessário o apoio de uma comunidade internacional

²⁶ Rosane Piccolo Loretto (2016, p. 119) traz uma explicação para o conceito de *Trust*: “A noção de trust pertenceu à linguagem, da filantropia anglo-americana e se referia à natureza voluntária das contribuições que seriam solicitadas por esse fundo”.

para resolver determinadas situações que estão além da proteção que uma escala nacional poderia dar, assim explícito:

Considerando que, perante a extensão e a gravidade dos novos perigos que os ameaçam, incumbe à coletividade internacional, no seu todo, participar na proteção do patrimônio cultural e natural, de valor universal excepcional, mediante a concessão de uma assistência coletiva que sem se substituir à ação do Estado interessado a complete de forma eficaz; (Unesco, 1972, p. 1).

Esse parágrafo, além de salientar a noção de coletividade associada à salvaguarda, ressalta uma expressão essencial para o reconhecimento de um bem como Patrimônio Mundial, o “Valor Universal Excepcional”. Esse vocábulo aparece diversas vezes ao longo da Convenção, porém sem uma explicação precisa de seu significado. A definição vem no documento *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial* (Unesco, 2023b, p. 24):

O Valor Universal Excepcional significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste de uma importância comum para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. Assim sendo, a proteção permanente deste patrimônio é da maior importância para toda a comunidade internacional. O Comitê define os critérios para a inscrição dos bens na Lista do Patrimônio Mundial.

Essa é uma explicação que se ampara na percepção de um valor amplo, no sentido de transpor uma nação, um povo, um território, além da ideia de transmissão para o futuro. A noção de universalidade, trazida pela Unesco desde o seu ato constitutivo, leva ao questionamento acerca do que esse termo “universal” significa, sobretudo ao se considerar as diferenças culturais entre os diversos países. Segundo Chloé Maurel (2010), essa noção de universalismo estaria amparada em uma certa vontade de propor uma cultura mundial única, centrada em um modo de pensar e de agir comuns. O objetivo último desse pensamento seria a formação de uma comunidade em que os conflitos seriam evitados. Esse é um pensamento que pode ser suficientemente ingênuo até ao desconsiderar que guerras e conflitos em grande parte têm suas origens associadas às diferenças culturais, intolerâncias e outras diversas razões políticas, econômicas e sociais.

Dessa forma, esse ideal de promover a paz por meio de uma comunidade unitária, com pensamentos e soluções comuns para os conflitos, de início não deu certo, principalmente ao enfrentar forte oposição de alguns países. Um exemplo foram os estados comunistas, como a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Em uma das conferências da Unesco, em 1946, o representante da Iugoslávia afirmou possuir o ato constitutivo da Unesco um caráter “burguês” e que

parte das concepções presentes em tal documento seriam ideias causadoras de guerras entre os países (Maurel, 2010). Cabe citar aqui Sarah Titchen (1995, p. 3, tradução nossa²⁷) que se referencia a essa questão da seguinte forma:

Vista em um nível mais amplo, a Convenção do Patrimônio Mundial também existe na esfera global das relações internacionais e suas influências nacionais e transnacionais associadas. A origem das relações internacionais reside predominantemente em uma visão do mundo originária do Hemisfério Norte e das tradições da diplomacia Ocidental. Alianças internacionais e hostilidades tornaram-se formalizadas e perpetuadas em resposta às antigas relações entre aliados e inimigos, vencedores e vencidos, colonizadores e colonizados. O lugar da Convenção dentro dessa esfera mais ampla das relações internacionais influenciou o estilo em que a Convenção foi redigida e implementada nas duas últimas décadas.

Esse tema de uma cultura universal foi e é recorrente nas discussões envolvendo o organismo internacional, ora com retrocessos, ora com avanços. Fato é que, ao longo dos anos, a Unesco, que nasceu fortemente associada a um contexto ocidental e europeu, foi tentando dar espaço às diferentes culturas. Nesse sentido, exemplos positivos, lembrados por Chloé Maurel (2010), são o enfoque dado aos países do sul do globo terrestre, representando o “terceiro mundo” e mais fortemente estudos sobre as culturas africanas “em vias de desaparecimento e de ameaças. A organização se esforçava não apenas para estudá-los e divulgá-los, mas também para incentivar sua sobrevivência e revitalização” (Maurel, 2010, p. 255, tradução nossa²⁸). Esse contexto foi se alterando para esse novo cenário notadamente a partir dos anos 1960, situação em que, segundo Maurel (2010), seria a de um multiculturalismo.

Essa ação da Unesco, de forma a abranger diferentes culturas e objetos, merece ser vista com um olhar crítico. O questionamento da sociedade quanto à sua credibilidade em face de uma visão ocidental e eurocêntrica significa não tanto um desejo por parte do organismo em ampliar seu escopo, mas, antes uma resposta às críticas e indagações quanto à sua credibilidade e imparcialidade. Ainda dois aspectos se relacionam a isso: o primeiro deles se volta à percepção de que os critérios aos quais

²⁷ No original em inglês: *Viewed at the broadest level the World Heritage Convention also exists within the global sphere of international relations and its associated national and transnational influences. The origin of international relations resides predominantly in the view of the world originating in the Northern Hemisphere and in the traditions of Western diplomacy. International alliances and hostilities have become formalized and perpetuated in response to former relationships between allies and enemies, the victors and vanquished, the colonisers and colonised. The Convention's placement within this broader sphere of international relations has coloured the style in which the Convention was drafted and has been implemented for the last two decades.*

²⁸ No original em francês: *[...] en voie de disparition ou menacées. L'organisation s'efforce non seulement de les étudier et de les faire connaître, mais d'encourager leur survie et leur reviviscence.*

os bens devem se enquadrar pouco se modificaram ao longo do tempo. O segundo aspecto possui relação com uma certa aspiração e não propriamente um desejo de construir uma universalidade de fato com equilíbrio e imparcialidade. Essa percepção é trazida por Françoise Choay (1979). Se, em muitos casos a Unesco foi uma instituição de vanguarda, em outros, ela se afastou dos debates externos. Esse talvez seja um exemplo do último caso.

Em termos de dados numéricos, hoje ainda existe um grande desequilíbrio entre a quantidade de bens reconhecidos como Patrimônio Mundial por região. Segundo dados da própria Unesco (2023a), a Europa e a América do Norte detêm 47.19% dos bens mundiais, contra 23.94% para Ásia e Pacífico, 12.62% para América Latina e Caribe, 8.47% para a África e 7.78% para os Estados Árabes. Esses dados mostram informações relevantes, sobretudo se atrelados a uma visão eurocêntrica e ocidental no que se refere à Unesco, mesmo que ao longo das décadas os olhares sobre outras partes do mundo e seu patrimônio tenham se mostrado como um foco em termos de políticas de salvaguarda. No que se refere aos objetos desta pesquisa, Brasília se insere no grupo da América Latina, Tel Aviv é parte dos Estados Árabes e Le Havre é uma representante da Europa. Além disso, cabe ressaltar aqui que claramente esse debate poderia se estender para as origens e as consequências desses dados, porém o que importa, neste momento, é a discussão voltada ao funcionamento interno das instituições envolvidas no processo de reconhecimento e de proteção ao patrimônio.

Retomando os dizeres da Convenção de 1972, esse é um documento que, em termos gerais, define a atuação da Unesco e de seus órgãos consultivos (Icomos, IUCN e Iccrom) em face do tema da proteção ao patrimônio mundial. A respeito da definição, há uma divisão entre o patrimônio cultural (compreendendo os monumentos, os conjuntos e os sítios) e o patrimônio natural (abarcando os monumentos naturais, as formações geológicas e fisiográficas e os locais de interesse naturais) (Unesco, 1972). Na Convenção constam essas categorias, e mais detalhes são dados nos documentos de orientação à sua aplicação que são atualizados periodicamente conforme novos avanços vão surgindo. Um exemplo disso foi a inclusão do patrimônio misto cultural e natural e da paisagem cultural (Unesco, 2023b). Cabe a observação de que o patrimônio natural nem sempre esteve tão ativamente presente nas discussões iniciais da Unesco, apesar da sua representatividade em debates mais externos à organização, como quando da criação do IUCN, em 1948.

Foi por meio desse documento, a Convenção de 1972, sendo ainda hoje um dos mais representativos em termos de abrangência quanto à temática preservacionista, que foi instituída a Lista do Patrimônio Mundial e a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. A Convenção, em seu Artigo 11º, explicita que os Estados Partes devem submeter um inventário de bens do patrimônio cultural e natural que considerem aptos a integrar essa lista. Com base nessa seleção prévia de cada Estado, o Comitê do Patrimônio Mundial, ao considerar que esses bens possuam um valor universal excepcional, procede à inscrição na Lista do Patrimônio Mundial (Unesco, 1972). Atualmente, são 1.157 bens inscritos e 167 Estados Partes, além de 55 bens na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo (Unesco, 2023a).

A primeira inscrição de bens ocorreu no ano de 1978, sendo um total de 12 inscritos (8 culturais e 4 naturais): Catedral de Aachen (Alemanha); Centro Histórico de Cracóvia (Polônia); Igrejas Escavadas na Rocha de Lalibela (Etiópia); Ilha de Gorée (Senegal); Ilha de Galápagos (Equador); Sítio Histórico Nacional de L'Anse aux Meadows (Canadá); Minas reais de sal de Wieliczka et Bochnia (Polônia); Parque Nacional de Mesa Verde (Estados Unidos da América); Parque Nacional de Yellowstone (Estados Unidos da América); Parque Nacional de Simien (Etiópia); Parque Nacional Nahanni (Canadá); e Cidade de Quito (Equador). Ao longo dos anos, como indicam os dados estatísticos da própria Unesco (2023a), paulatinamente houve a ampliação de bens inscritos e de sua variedade, principalmente quanto às diferentes culturas. A essa ampliação pode se associar, primeiro, ao crescente número de Estados Partes e, segundo, ao alargamento do conceito de patrimônio e os seus modos de valorização.

Por meio da Convenção de 1972, como parte essencial do processo de reconhecimento de bens, foi criado um comitê intergovernamental, denominado Comitê do Patrimônio Mundial. Atualmente ele é composto por 21 membros eleitos pela Assembleia Geral da Unesco. Uma vez por ano ocorre uma reunião para a realização de diversas atividades, segundo o seu próprio regulamento interno. As funções essenciais, apresentadas pelo guia de *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial* (Unesco, 2023b, p. 14-15), são:

- a) identificar, com base nas Listas Indicativas e nas propostas de inscrição apresentadas pelos Estados Parte, os bens culturais e naturais de Valor Universal Excepcional a proteger ao abrigo da Convenção e inscrever esses bens na Lista do Patrimônio Mundial;

- b) examinar o estado de conservação dos bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial através dos processos de Acompanhamento Reativo e dos Relatórios Periódicos;
- c) decidir que bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial devem ser inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo ou dela retirados;
- d) decidir se um bem deve ser retirado da Lista do Patrimônio Mundial;
- e) definir o procedimento de análise dos pedidos de Assistência Internacional e proceder aos estudos e consultas que entenda necessários antes de tomar uma decisão;
- f) determinar a melhor forma de utilizar os recursos do Fundo do Patrimônio Mundial para ajudar os Estados Parte a proteger os seus bens de Valor Universal Excepcional;
- g) identificar meios para aumentar o Fundo do Patrimônio Mundial;
- h) apresentar, de dois em dois anos, um relatório sobre as suas atividades, à Assembleia Geral dos Estados Parte e à Conferência Geral da UNESCO;
- i) rever e avaliar periodicamente a aplicação da Convenção;
- j) rever e adotar as Orientações Técnicas.

Para a realização dessas atividades e funções, o Comitê é assistido pelos seus órgãos consultivos, o Iccrom, o IUCN e o Icomos, a exemplo do voto consultivo dos representantes dessas instituições nas sessões do Comitê. Também são chamados a opinar em situações em que o Comitê seja solicitado a cooperar com outras organizações internacionais e nacionais, governamentais ou não governamentais na aplicação de programas e execução de projetos (Unesco, 2023b). Assim, entende-se que os órgãos consultivos trabalham em conjunto com a Unesco, sendo um suporte técnico essencial para as mais diversas funções dentro da organização como um todo.

Além da assistência dos órgãos consultivos, o Comitê do Patrimônio Mundial conta com um Secretariado nomeado pelo diretor-geral da Unesco. Esse Secretariado possui as seguintes funções:

- a) a organização das reuniões da Assembleia Geral e do Comitê;
- b) a aplicação das decisões do Comitê do Patrimônio Mundial e das resoluções da Assembleia Geral e a elaboração de um relatório sobre a sua execução;
- c) a recepção, registro, verificação da integralidade, arquivo e transmissão às Organizações Consultivas competentes, das propostas de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial;
- d) a coordenação dos estudos e atividades no âmbito da Estratégia Global para uma Lista do Patrimônio Mundial Representativa, Equilibrada e Credível;
- e) a organização dos Relatórios Periódicos; e
- f) a coordenação e execução do Acompanhamento Reativo, incluindo missões de Acompanhamento Reativo, bem como a coordenação de, e a participação em, missões Consultivas, conforme considerado adequado (Unesco, 2023b, p. 16).

A missão do Secretariado é de promover o suporte ao Comitê do Patrimônio Mundial, trabalhando desde a recepção, tradução e distribuição de documentos para o Comitê. Também possui

a função de diálogo com os órgãos consultivos e com os Estados-Partes. Assim, pode-se compreender que o seu funcionamento está relacionado à conexão entre as diferentes áreas dentro da Unesco e fora dela. A Convenção de 1972, dentre as funções essenciais, cita o Fundo do Patrimônio Mundial. Segundo o guia de *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial* (Unesco, 2023b, p. 73):

O Fundo do Patrimônio Mundial é um fundo em depósito, criado pela Convenção em conformidade com as disposições do regulamento financeiro da UNESCO. Os recursos do Fundo são constituídos por contribuições obrigatórias e voluntárias feitas pelos Estados Parte da Convenção e por quaisquer outros recursos autorizados pelo regulamento financeiro do Fundo.

Esse fundo internacional possui a função precípua de promover a assistência aos Estados Partes cujos bens figurem em uma das listas da Unesco. Para isso, o Comitê do Patrimônio Mundial determina regras e formas de distribuição, bem como situações em que se aplique urgência em virtude de calamidades naturais ou catástrofes. Para isso, são realizados estudos científicos, econômicos e técnicos detalhados. São as seguintes as formas de assistência:

- a) Estudos sobre os problemas artísticos, científicos e técnicos resultantes da proteção, conservação, valorização e restauro do patrimônio cultural e natural;
- b) Fornecimento de peritos, técnicos e de mão de obra qualificada para supervisionar a boa execução do projeto aprovado;
- c) Formação de especialistas, a todos os níveis, nos domínios da identificação, proteção, conservação, valorização e restauro do patrimônio cultural e natural;
- d) Fornecimento de equipamento de que o Estado interessado não disponha ou não esteja em condições de adquirir;
- e) Empréstimos a juro reduzido, isentos de juros ou que possam ser reembolsados a longo prazo;
- f) Concessão, em casos excepcionais e especialmente motivados, de subvenções não reembolsáveis (Unesco, 1972, p. 12).

Entende-se que a atuação desse fundo é uma forma de colaborar em situações específicas e que, em contrapartida, gera obrigações para o Estado Parte receptor desse benefício, a exemplo da obrigatoriedade de ações de proteção e de preservação efetivas do bem. A Unesco trabalha de forma a promover essa ajuda, mas incentivando que os próprios países reservem recursos nacionais e se envolvam diretamente em ações que promovam a salvaguarda de seu patrimônio. Mais uma vez reforçando a ideia de que o patrimônio é da humanidade, mas que a proteção deve se iniciar em ações nacionais.

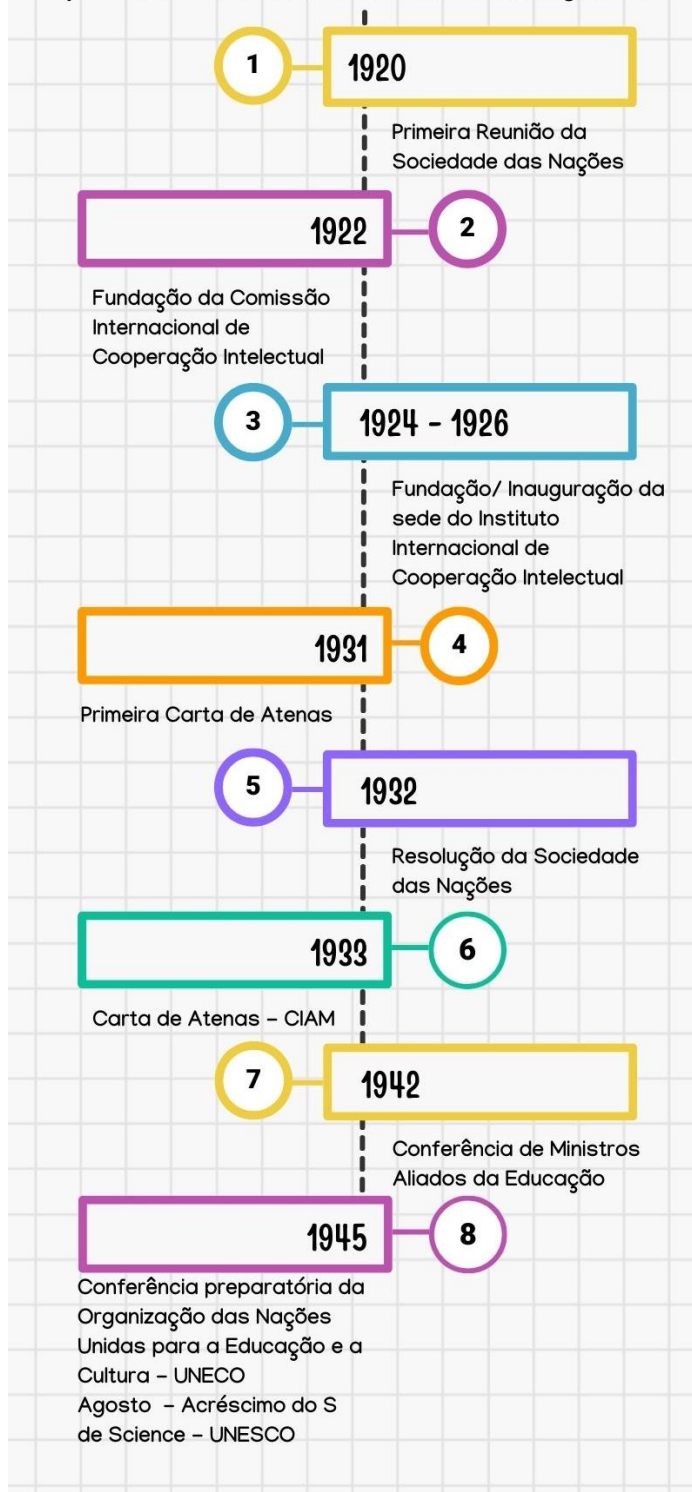
Novamente enfatizando a necessidade de ativas iniciativas nacionais, a Convenção destina um item apenas para discutir a questão da proteção nacional e da proteção internacional, sublinhando o papel da soberania de cada país, porém, destacando que cada nação deve trabalhar arduamente para o reconhecimento e a salvaguarda dos bens que detém. Além disso, traz a noção de que o patrimônio é um bem da humanidade, portanto, cabe a todos a proteção, seja por meio da cooperação internacional ou de qualquer outro tipo de assistência (Unesco, 2023b). Ademais, cabe ressaltar que o país que guarda o bem é o único responsável pela legislação de salvaguarda e pelo seu reconhecimento nacional. À Unesco cabe a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial e o suporte tanto técnico como intelectual. É de responsabilidade de cada Estado Parte a proposição e a efetivação de instrumentos de proteção.

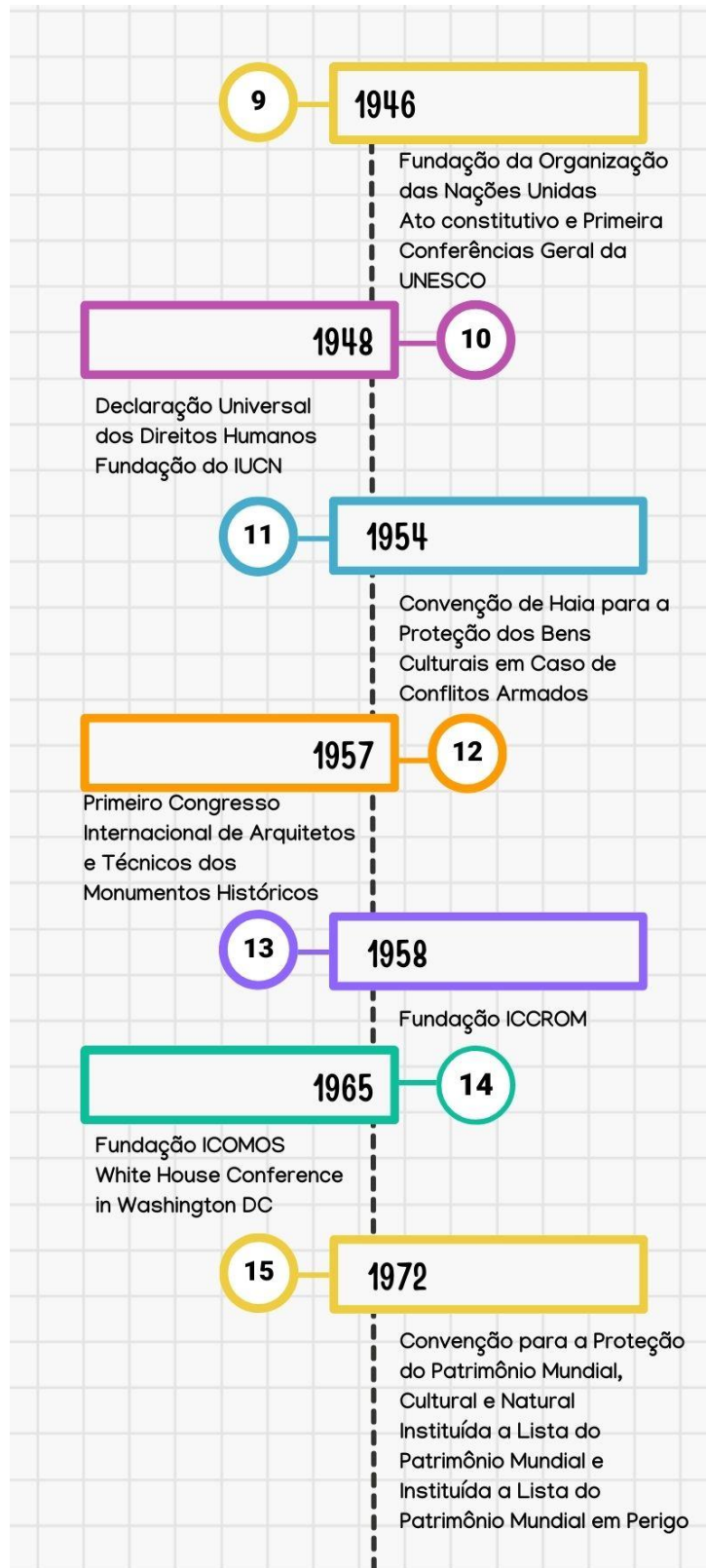
Como parte desse incentivo às condutas locais, a Convenção de 1972 reserva uma parcela do fundo aos Programas Educativos. Nesse momento, é preciso resgatar a noção de que a Unesco nasceu prioritariamente voltada à educação e que, ao longo do tempo, foi ampliando o rol de temáticas abrangidas. Apesar da importância dada pela organização à educação, a Convenção traz apenas de forma genérica essa questão, ao enfatizar que os Estados Partes devem se esforçar na divulgação do patrimônio cultural e natural por meio de programas de educação e de informação. Além disso, aponta a necessidade da divulgação quanto às ameaças ao patrimônio (Unesco, 1972). Essa é uma tarefa voltada à sensibilização das nações quanto ao papel de transformação da sociedade para que se reconheça e se valorize sua cultura e os bens originados dela. A Unesco se esforça para a divulgação de material educativo de forma acessível e universal. Um exemplo positivo dessa ação é a crescente ampliação do rol de línguas em que a entidade divulga seus materiais, sobretudo em seu sítio na internet.

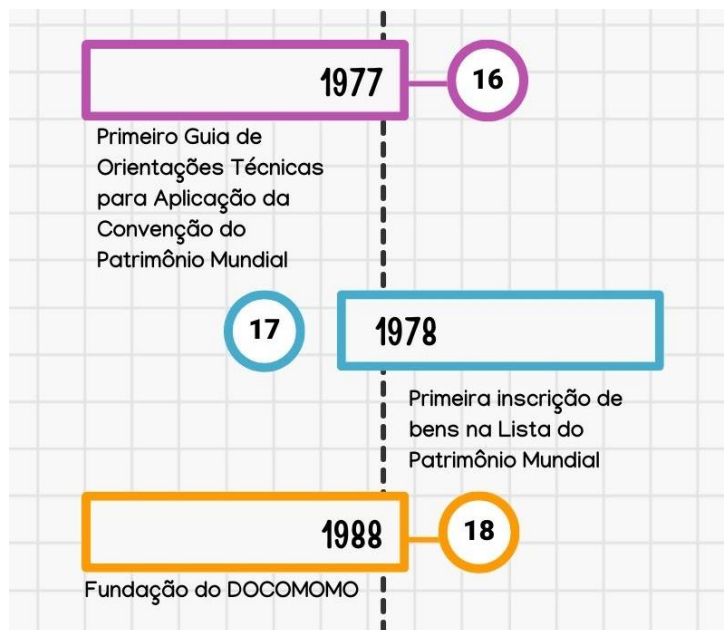
De forma geral, a *Convenção do Patrimônio Mundial* apresenta as balizas que fundamentam as ações da Unesco no que se refere ao patrimônio. Em âmbito de sua aplicação, esse documento conversa com outros textos que foram gerados posteriormente, a exemplo das cartas patrimoniais e dos próprios relatórios elaborados nas sessões anuais da Unesco. Além disso, um documento essencial é o guia de *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial*. Enquanto a Convenção de 1972 permanece praticamente a mesma, o guia vem acompanhando as alterações contemporâneas trazendo novas interpretações para a convenção e especificações técnicas detalhadas para cada item que o documento principal apresenta.

INSTITUIÇÕES

O processo de reconhecimento e salvaguarda







1.3. O processo de candidatura de um bem à Lista do Patrimônio Mundial

Dentre as diversas atividades realizadas pela Unesco, uma delas diz respeito à inclusão de bens na Lista do Patrimônio Mundial. Por meio da Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, como visto anteriormente, a organização instituiu essa lista com a intenção de promover a salvaguarda daquilo considerado pela humanidade como digno de proteção para as gerações futuras. Segundo o guia de *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial* (Unesco, 2023b, p. 25) “O Comitê procura estabelecer uma Lista do Patrimônio Mundial representativa, equilibrada e credível”.

Como estratégias a serem adotadas para atingir esse objetivo, o guia elenca algumas ações, como o incentivo às nações para que se tornem Estados Partes da organização e apresentem propostas de inscrição de seus bens; também há o convite à constante análise por parte dos signatários quanto à sua representatividade na lista. Essa segunda estratégia se volta aos dois extremos, convidando aqueles que estão “bem representados” a abrandarem suas proposições de candidatura, e pelo lado oposto, incentivando aqueles sub-representados a apresentarem bens candidatos à inscrição na Lista do Patrimônio Mundial (Unesco, 2023b). Essas estratégias são originárias da *Declaração de Budapeste*, de 2002, realizada em comemoração ao trigésimo aniversário da Convenção de 1972.

Da *Declaração de Budapeste* surgem os Cinco Cs (*Five Cs*): credibilidade (*credibility*), conservação (*conservation*), capacitação (*capacity-building*), comunicação (*communication*) e comunidades (*communities*), sendo que os quatro primeiros são assim designados:

- a) reforçar a credibilidade da Lista do Patrimônio Mundial, como testemunho representativo e geograficamente equilibrado de bens culturais e naturais de valor universal excepcional;
- b) garantir a conservação efetiva dos bens do Patrimônio Mundial;
- c) promover o desenvolvimento de medidas eficazes de capacitação, incluindo assistência para a preparação da candidatura de bens à Lista do Patrimônio Mundial, para a compreensão e aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial e dos instrumentos relacionados;
- d) aumentar a conscientização, o envolvimento e o apoio do público ao Patrimônio Mundial por meio da comunicação (Unesco, 2002a, tradução nossa²⁹).

²⁹ No original em inglês (grifos do original): *a) strengthen the **Credibility of the World Heritage List**, as a representative and geographically balanced testimony of cultural and natural properties of outstanding universal value; b) ensure the effective **Conservation of World Heritage properties**; c) promote the development of effective **Capacity-building measures**, including assistance for preparing the nomination of properties to the World Heritage List, for the understanding and implementation of the World Heritage Convention and related instruments; d) increase **public awareness, involvement and support for World Heritage through communication**.*

O quinto C, referente à comunidade, foi incluído após a proposição da Nova Zelândia, ao enfatizar o necessário papel das comunidades para a implementação da convenção (Unesco, 2007). Mesmo que exista esse movimento de “incentivo” para alguns e “desincentivo” para outros, o desequilíbrio está presente. As origens da Unesco e o modo como são feitas as seleções dos bens a serem inscritos determinam um modo próprio de ação em que talvez esteja presente a busca por determinados patrimônios e culturas em detrimento de uma busca global.

O *modus operandi* de trabalho da Unesco, no que se refere à inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial, corresponde ao caminho percorrido para que um bem comece o seu processo de candidatura até o momento em que ele seja validado como Patrimônio Mundial pelo Comitê da Unesco. É imprescindível destacar que, ao longo do tempo, as regras para a inscrição foram se alterando e que há uma diferença substancial entre Brasília (1987), Tel Aviv (2003) e Le Havre (2005). Neste momento, cabe observar como funciona esse procedimento atualmente e de modo mais geral. Para cada conjunto urbano, esse processo será retomado nos próximos capítulos.

O processo de candidatura que ocorre dentro da Unesco pressupõe um trabalho prévio. Cabe a cada Estado Parte que detém o bem a coleta de material e a realização de pesquisas que subsidiem a candidatura. Como uma forma de amparar esse caminho, a organização criou o chamado “Processo a Montante” (*Upstream Process*) com o objetivo de aconselhar e servir de consulta aos Estados Partes interessados na Lista do Patrimônio Mundial. Essa é uma fase que antecede a candidatura e que visa “reduzir o número de propostas de inscrição que apresentam problemas significativos durante o processo de avaliação” (Unesco, 2023b, p. 40). Essas orientações são fornecidas pelas organizações consultivas da Unesco e se direcionam ao aspecto técnico da candidatura com a intenção de aferir a viabilidade de inscrição do bem e quais as ações necessárias para prosseguir com o processo.

O Processo a Montante não constitui uma obrigatoriedade para prosseguir com a inscrição, mas demonstra ser um facilitador, uma vez que a Unesco apenas inicia a avaliação de uma candidatura após conferir toda a documentação e que esta esteja completa, segundo os seus critérios. Os Estados Partes podem realizar essa ação no momento da preparação da Lista Indicativa ao Patrimônio Mundial, ou quando da sua revisão (Unesco, 2023b). Vale lembrar que o reconhecimento de um bem representa um percurso longo, de aproximadamente um ano e meio, e que demandas de complementação de

documentos ou solicitações de esclarecimentos de dúvidas por parte do Comitê do Patrimônio Mundial podem atrasar o processo ou até mesmo inviabilizá-lo.

Após essa etapa preliminar, os países devem submeter ao Secretariado da organização uma lista indicativa contendo “um inventário dos sítios situados no território de cada Estado-Parte e que este considera suscetíveis de proposta de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial” (Unesco, 2023b, p. 28). Nessa lista constam informações sobre os sítios considerados de potencial valor excepcional pelos países e cuja intenção é prosseguir com o processo de inscrição. Essa apresentação ocorre por meio de um formulário contendo dados básicos sobre o bem, justificativa do valor universal excepcional, os critérios no qual se inscreve, declaração de autenticidade e/ou integridade e comparação com bens idênticos. Esses formulários devem ser apresentados em inglês ou francês.

Referente ao processo de acolhimento dessa documentação e de todas as comunicações oficiais, a Unesco possui como línguas de trabalho o inglês e o francês, como uma forma de padronização para as candidaturas. Essa informação está presente no guia de *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial* (2023). Mas, referente ao seu material de divulgação, a exemplo da própria Convenção de 1972 e do guia operacional, a organização apresenta as traduções em árabe, chinês, hebraico, português, russo e espanhol.

Com a Lista Indicativa de cada Estado Parte, passa-se à Análise Preliminar, a primeira etapa obrigatória para a validação da candidatura de um bem. Ela corresponde à análise documental e ocorre com pelo menos um ano de antecedência à submissão do dossiê de proposta de candidatura. O fluxo de recebimento dessa documentação dentro da Unesco se inicia com a recepção pelo Secretariado da instituição que, após verificar a completude, faz os registros e encaminha os pedidos às Organizações Consultivas. Por sua vez, essas organizações estabelecem um diálogo com os Estados Partes quanto à necessidade de novas comprovações ou mesmo para sanar dúvidas (Unesco, 2023b). Como uma forma de explicitar o papel dessa etapa, o guia de diretrizes destaca que:

A Análise Preliminar presta orientações sobre o potencial de um sítio para justificar o Valor Universal Excepcional, incluindo a integridade e/ou a autenticidade e, se for prestada a devida informação, sobre os requisitos de proteção e gestão. A decisão de preparar uma proposta de inscrição completa, independentemente do resultado da Análise Preliminar, dependerá do(s) Estado(s) Parte envolvidos (Unesco, 2023b, p. 41).

A criação do Processo a Montante e da Análise Preliminar visa organizar os trabalhos dentro do Comitê do Patrimônio Mundial para que apenas as propostas completas e que realmente apresentem bens com potencial para estarem na Lista do Patrimônio Mundial cheguem até a avaliação final pelo Comitê. Esse movimento promove também uma comunicação mais fluida entre as partes ao delimitar a ação de cada área dentro da Unesco e das Organizações Consultivas.

A Análise Preliminar possui um formulário próprio que corresponde ao “Formato de pedido de Análise Preliminar de uma potencial proposta de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial”. São os seguintes os itens obrigatórios a serem preenchidos: 1. Identificação do bem proposto para inscrição potencial; 2. Descrição do bem proposto para inscrição potencial; 3. Importância do bem proposto para inscrição potencial; 4. Integridade; 5. Autenticidade; 6. Quadro para análise comparativa; 7. Proteção e gestão; 8. Informações de contato das autoridades responsáveis; 9. Assinatura (Unesco, 2023b). Dentro de cada item há subitens com orientações específicas para o seu preenchimento, desde dados geográficos precisos, passando pela descrição histórica, até chegar aos comprovantes do Valor Universal Excepcional.

O fluxo de recebimento da documentação da Análise Preliminar funciona da mesma forma que aquele para o Processo a Montante. O Secretariado da Unesco realiza a recepção e a verificação da completude e em seguida transmite às Organizações Consultivas. A análise é realizada por especialistas que geram suas conclusões de um potencial para justificar o Valor Universal Excepcional ou não. Quando afirmativo, os Estados Partes recebem orientações quanto à elaboração do dossiê de candidatura. Cabe ressaltar que, nesta etapa, não são realizadas missões ao local. Já no Processo a Montante, essa possibilidade existe (Unesco, 2023b).

Como parte importante da candidatura de bens, as Organizações Consultivas possuem papel essencial nessa etapa de avaliação. O Icomos e o IUCN são chamados de forma conjunta ou separada para realizar os procedimentos avaliativos. Basicamente, as etapas gerais correspondem às mesmas para ambos, sendo elas: 1. Recolhimento de dados; 2. Comunicação com os Estados Partes; 3. Análise documental; 4. Exame pelo Painel Icomos/IUCN encarregado da Análise Preliminar de bens propostos para inscrição potencial; 5. Entrega dos Relatórios de Análise Preliminar.

O Recolhimento de Dados se ampara em uma análise normalizada do bem proposto. Ele é elaborado com base em estudos anteriormente realizados tanto pelo Icomos como pelo IUCN e

qualquer outro aparato bibliográfico que possa colaborar nessa etapa. Uma literatura que o guia de diretrizes (Unesco, 2023b) menciona é o texto organizado pelo Icomos *La Liste du Patrimoine Mondial Comblant les lacunes – un plan d’action pour le futur* (A Lista do Patrimônio Mundial: Preenchendo lacunas – um plano de ação para o futuro). Esse é um documento elaborado com base em uma demanda do Comitê do Patrimônio Mundial que surgiu por meio da 24ª sessão em Cairns, no ano 2000, cujo objetivo era realizar uma análise da Lista do Patrimônio Mundial e da Lista Indicativa. O objetivo maior era avançar em direção a uma “Estratégia Global” (Icomos, 2005b).

Após o Recolhimento de Dados, é estabelecida uma Comunicação com Estados Partes mediada pelo Secretariado da Unesco. Essa ação visa sanar eventuais dúvidas ou solicitar informações adicionais. Prosseguindo no percurso, há a análise documental. Como se trata de uma etapa preliminar, o foco está na avaliação do potencial de justificativa do Valor Universal Excepcional e sua relação com a autenticidade e com a integridade. Esse é um processo amplo, em que as Organizações Consultivas, por meio de seus especialistas, realizam um trabalho com a intenção de subsidiar a elaboração do futuro dossiê de candidatura (Unesco, 2023b).

A penúltima etapa é o Exame pelo Painel Icomos/IUCN encarregado da Análise Preliminar de bens propostos para inscrição potencial. Esse Painel corresponde a um conjunto de pessoas com ampla experiência e vasto conhecimento no campo do patrimônio e da preservação cujo objetivo é chegar a um consenso acerca do prosseguimento ou não da candidatura de um bem à Lista do Patrimônio Mundial. As reuniões do Painel, que ocorrem uma vez ao ano, em maio, devem apresentar um Relatório de Análise Preliminar composto por:

[...] uma avaliação, segundo um formato padrão, indicando se o sítio tem potencial para justificar o seu Valor Universal Excepcional, incluindo uma avaliação da estratégia de proposta de inscrição delineada, considerações sobre a autenticidade (para sítios culturais) e a integridade, o quadro de análise comparativa e as questões relativas à proteção e à gestão. As conclusões do relatório indicarão se o sítio tem ou não potencial para justificar o seu Valor Universal Excepcional e dar origem à elaboração de uma sólida proposta de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial e, em caso afirmativo, em que condições; ou se são necessários trabalhos exploratórios suplementares antes de ser possível determinar se o sítio tem, ou não, potencial para justificar o Valor Universal Excepcional, ou para dar origem ao desenvolvimento de uma sólida proposta de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial (Unesco, 2023b, p. 125).

Subsequente a essa etapa, há a Entrega dos Relatórios Preliminares, momento em que o documento é enviado ao Centro do Patrimônio Mundial que o transmitirá aos Estados Partes. Diante de um parecer positivo na etapa de Análise Preliminar, a candidatura pode prosseguir à última etapa, a elaboração do dossiê completo, sendo “a base essencial em que o Comitê se apoia para considerar a inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial. Todas as informações pertinentes deverão estar contidas no dossiê de proposta de inscrição, sendo referidas as respectivas fontes de informação” (Unesco, 2023b, p. 44). O dossiê corresponde a um formulário cujo formato compreende itens similares aos apresentados para a Análise Preliminar, são eles: 1. Identificação do bem proposto para inscrição; 2. Descrição; 3. Justificativa da inscrição; 4. Estado de conservação do bem proposto para inscrição e fatores que o afetam; 5. Proteção e gestão do bem proposto para inscrição; 6. Monitoramento; 7. Documentação; 8. Coordenadas das autoridades responsáveis; 9. Assinatura em nome do Estado Parte.

Em cada seção do formulário há um conjunto de itens dentre os quais alguns merecem ser discutidos nesse momento. O item 3: Justificativa da inscrição se volta à apresentação das razões por que se considera que o bem proposto possui Valor Universal Excepcional. Como comprovação da excepcionalidade, devem ser apresentados os critérios propostos, a declaração de integridade, a declaração de autenticidade e os requisitos de proteção e gestão. Ainda nessa seção 3 deve-se responder aos itens análise comparativa e projeto de Declaração de Valor Universal Excepcional.

Observando esses tópicos que compõem a justificativa da inscrição para a Lista do Patrimônio Mundial, o primeiro deles é voltado ao Valor Universal Excepcional. Segundo o guia de diretrizes (Unesco, 2023b), o Comitê do Patrimônio Mundial considera algumas questões básicas para a comprovação desse valor. A primeira se refere à obrigatoriedade de se encaixar em pelo menos um dos critérios apresentados. São eles:

- (i) representar uma obra-prima do gênio criador humano;
- (ii) exibir um intercâmbio importante de valores humanos, durante um dado período ou numa determinada área cultural do mundo, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens;
- (iii) constituir um testemunho único, ou pelo menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;
- (iv) representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de um conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de uma paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;

- (v) ser um exemplo excepcional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis;
- (vi) estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, a ideias, ou a crenças, a obras artísticas e literárias de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério deve de preferência ser utilizado conjuntamente com outros critérios)
- (vii) conter fenômenos naturais notáveis ou áreas de beleza natural e importância estética excepcionais;
- (viii) ser exemplos excepcionais representativos dos grandes estágios da história da Terra, nomeadamente testemunhos da vida, de processos geológicos significativos em curso no desenvolvimento de formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos de grande significado;
- (ix) ser exemplos excepcionais representativos de processos ecológicos e biológicos significativos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas terrestres, de água doce, costeiros e marinhos, e de comunidades de plantas e de animais;
- (x) conter os habitats naturais mais importantes e significativos para a conservação *in situ* da diversidade biológica, nomeadamente aqueles em que sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação (Unesco, 2023b, p. 31-32).

Esses critérios para a validação da excepcionalidade do bem surgiram a partir de uma reunião realizada em maio de 1976 que ficou conhecida como *Morges*³⁰ *Report*. Nesse evento, que reuniu organizações governamentais e não governamentais, o objetivo era apresentar para o diretor-geral da Unesco recomendações quanto aos seguintes aspectos relacionados à implementação da Convenção Mundial: quais eram os critérios para que bens fossem incluídos na Lista do Patrimônio Mundial; quais os formatos e conteúdos relacionados à documentação para essa inclusão; e critérios relacionados à assistência internacional (Unesco, 1976).

Nessa reunião o Iccrom, o IUCN e o Icomos terminaram por propor critérios cada um para a suas respectivas áreas de atuação, mas que, segundo o relatório da reunião, convergiam em linhas comuns. “Os participantes concordaram que não era possível elaborar um conjunto de critérios objetivos. É, portanto, necessário contar, até certo ponto, com o julgamento dos especialistas que poderiam auxiliar o Comitê do Patrimônio Mundial na avaliação dos bens” (Unesco, 1976, p. 53, tradução nossa³¹). Essa explicação vai ao encontro de uma possível crítica à objetividade dos critérios. Ela ocorre sobretudo ao se considerar a dificuldade de interpretação e de adequação dos bens

³⁰ Morges é uma comuna na Suíça.

³¹ No original em inglês: *Participants agreed that it was not possible to draw up a set of objective criteria. It will therefore be necessary to rely to some extent on the informed judgement of specialists who could assist the World Heritage Committee in the evaluation of properties.*

candidatos ao Patrimônio Mundial. Mesmo com essa atenção dada ao assunto em 1976, as críticas existem, como as de Isabelle Anatole-Gabriel (2016), associando esse trabalho da Unesco como uma consequência da mundialização cultural. Mais uma vez é preciso lembrar o contexto de surgimento da Unesco, primeiramente uma situação entre guerras e depois o pós-Segunda Guerra Mundial, momentos em que existiram certa união no plano internacional com vistas a reerguer os países destruídos. Essa “comoção” contribuiu para que fossem fincadas as bases para uma cultura mundial.

Desde a 6ª sessão extraordinária da Unesco, ocorrida em 2003, esses critérios, que antes eram separados para os bens culturais e para os bens naturais, uniram-se em apenas uma lista. Cabe ressaltar que os critérios apresentam a possibilidade de revisão, por estarem listados no guia operacional da Unesco, que é atualizado periodicamente, desde 1977. A mesma situação não ocorre com a Convenção da Organização que, a exemplo dos conceitos de patrimônio cultural e natural, não sofre alterações substanciais desde 1972 (Titchen, 1995). Ainda com relação ao *Morges Report*, o documento aborda a importante discussão acerca da definição do termo “universal” incluso na expressão Valor Universal Excepcional explicitando que:

Considerou-se que isso poderia ser interpretado como significando que um bem apresentado para inclusão na WHL [World Heritage List] deve representar ou simbolizar um conjunto de ideias ou valores universalmente reconhecidos como importantes ou que tenham influenciado a evolução da humanidade como um todo em um momento ou outro (Unesco, 1976, p.53, tradução nossa³²).

Essa interpretação associada ao termo universal e sua relação com o OUV (*Outstanding Universal Value* – Valor Universal Excepcional) foi apresentada em 1976 e ao longo do tempo revisada pelos guias operacionais da Unesco. Relembrando a definição do guia de 2023, esse documento, que é o mais recente, aborda a questão de transcender fronteiras e sua importância para as gerações futuras e atuais (Unesco, 2023b).

Como mencionado anteriormente, para o preenchimento do formulário de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, um dos itens obrigatórios é que o bem se enquadre em ao menos um dos critérios associados ao seu Valor Universal Excepcional. Prosseguindo, quanto ao preenchimento do formulário de inscrição, para a comprovação do OUV há que se validar as condições de autenticidade

³² No original em inglês: *It was considered that this could be interpreted as meaning that a property submitted for inclusion in the WHL should represent or symbolise a set of ideas or values which are universally recognized as important, or as having influenced the evolution of mankind as a whole at one time or another.*

e/ou integridade e “beneficiar de um sistema de proteção e gestão adequado para assegurar a sua salvaguarda” (Unesco, 2023b, p. 32). O tema autenticidade e integridade, por vezes, apresenta certa confusão, sendo esses conceitos considerados, em algumas situações, como sinônimos. Dentro da própria Unesco a integridade inicialmente era associada ao patrimônio natural, sendo incorporada oficialmente às exigências para o patrimônio cultural em 2005 (Loretto, 2016). Ambos são termos não abordados pela Convenção de 1972, sendo especificados, no entanto, pelo guia operacional da organização. Trazendo a abordagem mais atual do guia (Unesco, 2023b, p. 32), a autenticidade se relaciona com:

A capacidade de compreender que o valor atribuído ao patrimônio depende do grau de credibilidade ou de veracidade que se pode conferir às fontes de informação relativas a esse valor. O conhecimento e a compreensão dessas fontes de informação, no que toca às características originais e subsequentes do patrimônio cultural, e ao seu significado acumulado ao longo do tempo, constituem as bases necessárias para avaliar todos os aspetos da autenticidade.

Os valores associados à autenticidade, segundo o guia de orientação, devem se basear nos seguintes atributos: “forma e concepção; materiais e substância; uso e função; tradições, técnicas e sistemas de gestão; localização e enquadramento; língua e outras formas de patrimônio imaterial; espírito e sentimentos; e outros fatores internos e externos” (Unesco, 2023b, p. 32). Esse é um rol não taxativo exposto pelo documento como forma de elucidar possíveis caminhos para a comprovação da autenticidade. Além disso, Jukka Jokilehto complementa a explicação:

Em princípio, os atributos podem ser considerados sob três aspectos principais: a) autenticidade artística-criativa, b) autenticidade histórico-material e c) autenticidade sociocultural. Por exemplo, o aspecto criativo da autenticidade poderia se referir ao design e às técnicas, enquanto os materiais e a substância fariam parte da evidência histórica das diferentes fases da construção e usos da propriedade. Os aspectos sociais e culturais da autenticidade se referem às tradições e a outros aspectos intangíveis do patrimônio e da comunidade cujas funções e julgamentos de valor fazem parte da continuidade tradicional do local (Jokilehto, 2008, p. 43, tradução nossa³³).

Acompanhando esse apontamento do autor, entende-se que os aspectos tangíveis e os intangíveis são levados em consideração para a avaliação da autenticidade. Esse é um dos pré-requisitos

³³ No original, em inglês: *In principle, the attributes may be considered under three main headings: a) creative-artistic authenticity, b) historical-material authenticity, and c) sociocultural authenticity. For example, the creative aspect of authenticity could be referred to design and techniques, while the materials and substance would be part of the historical evidence of the different phases of construction and use of the property. The social and cultural aspects of authenticity would be referred to traditions and other intangible aspects of the heritage and the community whose functions and value judgements are part of the traditional continuity of the place.*

para a validação da candidatura de um bem que apresenta um caráter subjetivo e até de difícil mensuração, principalmente ao se considerar as diferenças culturais. O que pode ser considerado “autêntico” para determinada cultura pode não ser algo representativo para a comunidade mundial. Tanto é que essa discussão permeia as mesas de debate sobre esse assunto até os dias de hoje. Suas origens retornam à primeira sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em 1977, quando foi gerado o primeiro guia operacional da Unesco em que se afirma que a propriedade “deve atender ao teste de autenticidade em termos de design, materiais, mão de obra e ambiente; a autenticidade não se limita à forma e à estrutura originais, mas inclui todas as modificações e acréscimos posteriores ao longo do tempo que por si só possuem valores artísticos ou históricos” (Unesco, 1977, p. 3, tradução nossa³⁴).

Diante dessas definições, já fica claro que a autenticidade envolve tanto os aspectos materiais quanto as condições associadas às alterações e aos acréscimos sofridos pelo bem. Avançando nas discussões acerca da autenticidade, outro documento relevante foi o resultado da Conferência de Nara, em 1994, tendo suas contribuições incluídas no guia operacional da Unesco em 2005. Naquele momento o teste de autenticidade deu lugar à avaliação da condição de autenticidade (Lira, 2009). Nesse mesmo ano, a integridade passou a ser um item observado para todas as candidaturas. Segundo Jokilehto (2008), a proposta do *Documento de Nara* (Icomos, 1994) vem no sentido de promover a diversidade cultural e a diversidade do patrimônio. O resultado dessa discussão em Nara foi a inclusão dos aspectos imateriais ao conceito de autenticidade, refletindo nas alterações pelas quais a linha de pensamento da Unesco passou. Essa discussão foi se ampliando e, em 2004, houve outra reunião em Nara para o debate sobre o mesmo tema. A conclusão desse encontro foi o reconhecimento da relevância do Documento de Nara de 1994.

Dessa forma, o bem a ser inscrito na Lista do Patrimônio Mundial deve apresentar uma Declaração de autenticidade voltada à comprovação desses itens mencionados. A autenticidade é direcionada aos bens culturais e aos bens mistos apenas. Mais uma vez a abordagem específica deste item e da integridade será realizada de modo mais atento para Brasília, Tel Aviv e Le Havre no último capítulo desta tese.

³⁴ No original, em inglês: *In addition, the property should meet the test of authenticity in design, materials, workmanship, and setting; authenticity does not limit consideration to original form and structure but includes all subsequent modifications and additions, over the course of time, which in themselves possess artistic or historical values.*

Avançando neste momento para as questões envolvendo a integridade, relembramos que muitas vezes esse termo é confundido com a autenticidade ou até mesmo utilizado como um sinônimo. A integridade inicialmente era condição de avaliação voltada apenas ao patrimônio natural, sendo observada para o patrimônio cultural de forma obrigatória apenas a partir de 2005 por meio do guia operacional desta data (Jokilehto, 2008). Quanto ao que coloca o guia mais atual, de 2023:

A integridade é uma medida da totalidade e do caráter intacto do patrimônio natural e/ou cultural e dos seus atributos. Estudar as condições de integridade exige, portanto, que se examine em que medida o bem:

- a) inclui todos os elementos necessários para exprimir o seu Valor Universal Excepcional;
- b) é de dimensão adequada para permitir uma representação completa das características e processos que transmitem a importância desse bem;
- c) padece dos efeitos adversos do desenvolvimento e/ou da negligência (Unesco, 2023b, p. 33).

Diante dessa explicação, a integridade está mais relacionada às condições materiais do bem e ao quanto ele se mantém “intacto” mesmo com a passagem do tempo e com as transformações. Complementando essa visão, Jukka Jokilehto (2008) afirma que a integridade é um elemento fundamental para a identificação de um lugar e para a própria definição dos limites físicos da propriedade. O autor traz o seguinte detalhamento:

Em palavras simples, a “integridade” pode ser identificada na relação mútua dos elementos ou atributos e o todo do qual fazem parte:

- 1) Dependendo da questão ou dos temas que justificam a OUV, é necessário identificar todos os elementos que desempenham essas funções ou significados relacionados, resultando na integridade social-funcional.
- 2) Levando em conta a dimensão histórica e o estado de conservação desses elementos, é possível definir a integridade histórico-estrutural da área passível de indicação.
- 3) Por fim, deve-se considerar a integridade visual/estética do local, levando em conta a condição dentro da área indicada, bem como sua relação com o ambiente (Jokilehto, 2008, p. 44, tradução nossa³⁵).

Jukka Jokilehto (2008) destaca três atributos associados à integridade: funcional, estrutural e visual/estético. Segundo Rosane Loretto (2016), esses atributos viriam de uma ideia trazida pelos

³⁵ No original, em inglês: *In simple words, ‘integrity’ can be identified in the mutual relationship of the elements or attributes and the whole of which they are part: 1) Depending on the issue or themes justifying OUV, it is necessary to identify all the elements that carry such function or related meanings, resulting in the sociofunctional integrity. 2) Taking into account the historical dimension and the state of conservation of these elements, one can define the historical-structural integrity of the area eligible for nomination. 3) Finally, one should consider the visual/aesthetic integrity of the site, taking into account the condition within the nominated area, as well as its relationship with the setting.*

ambientalistas e acolhidas pelo autor. A autora, ao longo de sua tese, traz o aspecto da integridade associado à interação entre o patrimônio natural e o patrimônio cultural, levantado principalmente pelo surgimento de uma nova categoria, a de paisagem cultural. Além disso, a integridade pode ser vista quanto ao seu papel relevante não somente no momento de avaliação da candidatura do bem, mas também quanto ao seu monitoramento “uma vez que a mesma [integridade] definiria uma base de referência do estado de conservação que deveria ser avaliado periodicamente, com vistas a assegurar a manutenção dos significados culturais ou naturais do elemento protegido” (Loretto, 2016, p. 216).

As discussões envolvendo a integridade e a autenticidade se tornam amplas e estão hoje presentes nas mesas de debates sobre o patrimônio e a preservação. Acompanhando a tese de Flaviana Lira (2009) e de Rosane Piccolo (2016), identifica-se uma literatura mais voltada a esse tema no início dos anos 2000, a exemplo dos escritos como os de Jukka Jokilehto (2008) e Salvador Muñoz Viñas (2021). Do ponto de vista da percepção evolutiva desses conceitos, depreende-se que cada vez mais os aspectos materiais e imateriais do patrimônio se mesclam de forma a identificar valores. Essa percepção vem da interpretação da *Declaração de San Antonio* (Icomos, 1996) unindo o tangível ao intangível com base em uma compreensão também do que pensa a sociedade.

Conforme as discussões internacionais foram ganhando corpo, a Unesco foi absorvendo em suas avaliações marcas do pensamento coletivo, porém, a crítica quanto à clareza de como se aplicar em casos reais os conceitos teóricos ainda persiste. Do ponto de vista do entendimento do que seria excepcional, concordando com Flaviana Lira (2009), destaca-se o quão pouco preciso são esses conceitos, pois, para alguns bens, torna-se fácil incluí-los nos critérios apresentados pelo organismo internacional, já em outros casos, essa é uma leitura complexa.

Esse contexto demonstra, tal como apresentado na tese de Rosane Loretto, que o entendimento desses termos caminha de maneira conjunta e, como a autora afirma, mesmo em estudiosos reconhecidos que debatem esse tema, a exemplo de Jukka Jokilehto, a compreensão termina por se interceptar em algum momento. Assim ela explica: [...] “do esforço em tornar a autenticidade e a integridade úteis e funcionais no escopo da seleção do patrimônio, mantendo-se as suas diferenças conceituais, percebe-se que mesmo na exploração de Jukka Jokilehto, essas duas noções [autenticidade de integridade] se confundiram” (Loretto, 2016, p. 223).

Avançando no debate acerca da comprovação do OUV, o guia de diretrizes da Unesco indica que “cada bem proposto para inscrição deverá ter um plano de gestão adequado, ou outro sistema de gestão documentado, o qual deverá especificar a forma como deve ser preservado o Valor Universal Excepcional de um bem, de preferência por meios participativos” (Unesco, 2023b, p. 37). O objetivo dessa diretriz se refere à proteção do bem com a intenção de manutenção para as gerações atuais e futuras. Como um dos itens obrigatórios, o país que o detém deve encaminhar no momento da inscrição a documentação que comprove a existência de algum instrumento de proteção.

Dentre os itens para a Justificativa de Inscrição está a análise comparativa, cujo objetivo é tecer uma comparação com bens “idênticos” que figurem ou não na Lista do Patrimônio Mundial. Esse tópico pode se tornar um elemento importante ao trazer informações acerca das similaridades de bens já listados ou não, o que identifica se existem lacunas na representatividade do patrimônio, ou se, pelo contrário, há um excesso de bens da mesma categoria. Segundo Jukka Jokilehto (2008, p. 46, tradução nossa³⁶) essa questão é um desafio:

Nesses casos, vendo o contexto mais amplo, é possível fazer um julgamento crítico sobre a maneira como as novas indicações se encaixam na categoria geral. A Lista do Patrimônio Mundial é uma lista internacional, que vai além das fronteiras nacionais. Um dos desafios é ter informações suficientes para poder identificar a região cultural que é relevante em cada caso.

Vale lembrar que um dos objetivos da Unesco é promover uma Lista do Patrimônio Mundial equilibrada em vários sentidos, não apenas quanto às categorias possíveis de bens a serem inscritos, mas também quanto aos critérios representados e, sobretudo, quanto às diferentes culturas. Esse é um desafio permanente que envolve questões muitas vezes políticas e sociais. Para ter um bem inscrito na Lista, é preciso que a nação seja um Estado Parte da Unesco, o que implica ser um signatário da Convenção e concordar com os procedimentos e as normas que a envolvem. Essa é uma questão complexa que entra na seara das relações internacionais e não será aqui abordada.

Avançando mais um pouco no item Justificativa para Inscrição, o formulário de candidatura pede que seja apresentado um Projeto de Declaração de Valor Universal Excepcional. Segundo o guia de diretrizes mais atual:

³⁶ No original, em inglês: *In such cases, seeing the broader context, it is possible to make a critical judgement regarding the way new nominations fit into the overall category. The World Heritage List is an international list, which goes beyond national boundaries. One of the challenges is to have enough information to be able to identify the cultural region that is relevant in each case.*

Uma Declaração de Valor Universal Excepcional é um documento oficial adotado pelo Comitê do Patrimônio Mundial no momento da inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial. Quando o Comitê do Patrimônio Mundial decide inscrever um bem na Lista do Patrimônio Mundial, aceita igualmente uma Declaração de Valor Universal Excepcional que estipula por que razão um bem é considerado de Valor Universal Excepcional, de que forma satisfaz os critérios exigidos, as condições de integridade e (para bens culturais) de autenticidade, e como preenche os requisitos de proteção e gestão de forma a preservar o Valor Universal Excepcional a longo prazo (Unesco, 2023b, p. 115).

Basicamente, esse documento pode ser entendido como uma síntese dos principais fatores que validam a excepcionalidade do bem, apresentando-o quanto aos seus critérios, a declaração de autenticidade, a declaração de integridade e os requisitos para a proteção e gestão. Esses correspondem aos itens principais e que condicionam a decisão do Comitê do Patrimônio Mundial quanto à inscrição ou não de um bem. Cada vez mais a Unesco vem buscando detalhar todo esse procedimento com vistas a facilitar seus trabalhos internos de avaliação, mas também de tornar esse processo o mais legível, justo e abrangente em termos de acolher a diversidade de culturas.

Discutido o preenchimento do formulário para compor o dossiê de candidatura, passemos à avaliação realizada no momento da entrega dessa documentação à Unesco. Como apresentado anteriormente, o Secretariado é o responsável por seu recebimento e, após verificar a sua completude, faz a transmissão para as Organizações Consultivas, o Icomos e o IUCN. Como esta tese foca na temática do patrimônio cultural, vamos apresentar o trabalho do Icomos e como funciona a sua avaliação. Dentro do Icomos, as propostas são avaliadas pela Unidade do Patrimônio Mundial. As etapas correspondem às seguintes: 1. Pedido de informações adicionais; 2. Análises documentais; 3. Missões aos bens; 3.bis³⁷. Outras fontes de informações; 4. Análise efetuada pelo Painel do Icomos. O primeiro item, pedido de informações adicionais, corresponde a um processo de diálogo com o Estado Parte que detém o bem com a intenção de clarificar qualquer informação que seja necessária para a continuidade da avaliação da candidatura. Prosseguindo para o item 2 das Análises documentais:

Cada uma das propostas de inscrição é avaliada por um conjunto de até dez especialistas, com conhecimentos sobre o bem no seu contexto geocultural, que facultam aconselhamento sobre a proposta de “Valor Universal Excepcional” do bem proposto. Esta avaliação consiste essencialmente num exercício de análise documental realizado por acadêmicos especialistas que sejam membros do Icomos, dos seus Comitês Nacionais e Internacional, ou por indivíduos que façam parte das

³⁷ O termo “bis” é um modo popular dentre os franceses para expressar o termo “duas vezes”. Nesse caso, o número 3 foi utilizado duas vezes.

muitas outras redes ou instituições especializadas com as quais o Icomos está associado (Unesco, 2023b, p. 126).

Em seguida a essa análise, existem as missões aos bens, que é o momento em que especialistas nas práticas de gestão, conservação e autenticidade visitam o bem candidato. Entre os peritos selecionados, o Icomos busca alguém que seja da região em que se localiza o bem. Um dos objetivos é que essa pessoa possa dialogar com os gestores do sítio a fim de obter informações sobre os planos de gestão, as práticas de conservação, o tratamento de visitantes, entre outros aspectos relevantes para a avaliação. Para que a missão ocorra, ela é acordada com o Estado Parte, e solicita-se a proteção quanto à não divulgação aos meios de comunicação social. Por fim, os peritos apresentam os seus relatórios, que constituem documentação confidencial. Além da avaliação do Icomos, outras instituições podem ser consultadas, devendo ser incluída a informação no relatório de avaliação (Unesco, 2023b).

Finalmente, após esse percurso, ocorre a Análise efetuada pelo Painel do Icomos. O Painel tem duas reuniões anuais, uma em dezembro e outra em março. A primeira é voltada à avaliação das propostas de inscrição, e é feita com base nos relatórios dos peritos que realizaram a análise documental e as missões aos sítios. A meta é que haja um consenso de todos os membros quanto às recomendações finais, podendo ser favorável ou não à inscrição ou com a necessidade de obtenção de informações adicionais ou ajustes na abordagem da proposta. Entre o primeiro e o segundo Painel, em janeiro, o Icomos apresenta ao Estado Parte, ao Centro do Patrimônio Mundial e ao presidente do Comitê do Patrimônio Mundial um relatório intermediário contendo as informações sobre o processo de avaliação (Unesco, 2023b).

O segundo e último Painel realiza mais uma avaliação das candidaturas em que foi necessário coletar mais informações. Assim, é elaborado um texto com todas as avaliações e é enviado ao Centro do Patrimônio Mundial. Em resumo, o trabalho do Icomos é de tecer uma “análise do Valor Universal Excepcional, incluindo a aplicabilidade dos critérios e requisitos de integridade e autenticidade, análise da adequação da proteção legislativa, da gestão e do estado de conservação e, por último, projetos de recomendações ao Comitê do Patrimônio Mundial, relativas à inscrição” (Unesco, 2023b, p. 127).

Os Painéis são realizados sob alta confidencialidade, segundo o Documento de Políticas do Icomos. As reuniões são descritas pelo documento *Preparação de Candidaturas para o Patrimônio Mundial* da seguinte forma:

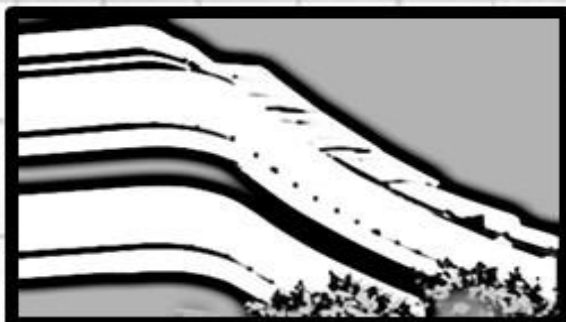
Cada bem candidato será o assunto de uma apresentação ilustrada de 10 a 15 páginas feita por um representante do ICOMOS, seguida por uma discussão. Após o exame objetivo e exaustivo das candidaturas, as recomendações coletivas do ICOMOS são preparadas, e as avaliações são revisadas e impressas para apresentação ao Comitê do Patrimônio Mundial (Unesco, 2013, p. 131).

O trabalho do Icomos, enquanto Órgão Consultivo da Unesco, mostra-se técnico, e é por meio dos seus especialistas que os seus pareceres são elaborados. Há um elevado número de técnicos que são acionados a depender da demanda de avaliação dos bens propostos para a candidatura. Em termos de organização interna, são dois grupos de especialistas: o primeiro é voltado a opinar quanto ao Valor Universal Excepcional, sendo que excepcionalmente o Icomos pode contatar membros externos; o segundo grupo é dedicado a “pessoas com experiência prática nos aspectos de gestão, conservação e autenticidade de bens individuais, que são convidados a conduzir missões no local” (Unesco, 2013, p. 130).

Os especialistas do Icomos que são designados para o julgamento nas etapas de candidaturas, seja na avaliação documental, nas missões, ou compondo os Painéis, estão sujeitos a um conjunto de regras de conduta que estão presentes no documento *Rules of Procedure of the International Council on Monuments and Sites* (Regras de Procedimento do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). Entre diversas determinações, a confidencialidade é uma questão fundamental e está presente em parte do processo. Esse assunto será retomado no Capítulo 4. O Icomos é ainda o responsável pelo arquivamento de todos os documentos, transmitindo ao Comitê do Patrimônio Mundial o seu parecer final quanto à validação do Valor Universal Excepcional e dos demais itens a ele relacionados. Assim, a última etapa corresponde à reunião do Comitê, que decide pela inscrição dos bens na Lista do Patrimônio Mundial.

Como visto ao longo dessas duas últimas partes deste capítulo, o processo de reconhecimento de um bem dentro da Unesco e de seus Órgãos Consultivos representa um longo caminho com etapas determinadas e precisas. E essas etapas correspondentes a esse percurso vão sendo aprimoradas ao longo do tempo, tornando-se mais detalhadas. Essa informação é relevante para a discussão dos objetos de pesquisa, pois, apesar das candidaturas de Brasília, Tel Aviv e Le Havre encontrarem

similaridades, é preciso vê-las em suas particularidades. Essa etapa será cumprida no Capítulo 3, voltando-se um olhar para cada uma em seu respectivo processo de patrimonialização. Agora, passe-se ao Capítulo 2, cujo objetivo é a apresentação das cidades e seus projetos de construção.



DA TERRA,
AREIA E
ESCOMBROS



CAPÍTULO 2

2.1 Tel Aviv: da cidade de areia à cidade branca

Iniciando este capítulo com a Cidade Branca de Tel Aviv, o objetivo neste momento é seguir a ordem cronológica de construção dos três conjuntos urbanos. E a cidade israelense foi a primeira a vivenciar a experiência de transformação arquitetônica e urbanística cujas referências podem ser buscadas na arquitetura moderna. Na verdade, para o caso de Tel Aviv é mais prudente atrelá-la à *Bauhaus* e ao *International Style*. Como foi possível acompanhar no item 1.1, o movimento moderno não é uno no sentido de apresentar características fechadas e uma só linha de pensamento. Há que se considerar que o período em que a Cidade Branca recebeu o projeto de Patrick Geddes, em 1925, é suficientemente inicial em termos de concepções dessa arquitetura, ainda mais em comparação com as outras cidades. Le Havre teve o seu projeto em 1944 e Brasília em 1957. Diante dessas pinceladas iniciais, a proposta deste item é a abordagem do período construtivo de Tel Aviv, observando a transformação da cidade de areia à cidade branca.

Tel Aviv é uma cidade que se distingue de Brasília e de Le Havre em alguns aspectos, não somente aqueles relacionados ao seu processo de reconhecimento como Patrimônio Mundial, mas também por atributos específicos atrelados à sua construção. Antes de uma aproximação com a Cidade Branca, é preciso a compreensão de um contexto mais amplo. Israel é um país do Oriente Médio, situado na costa do Mar Mediterrâneo a Noroeste que possui localização geográfica a oeste do continente asiático, fazendo fronteiras com o Líbano (Norte), a Síria (Nordeste), a Jordânia (Leste), o Egito e a Faixa de Gaza (Sudoeste) (Figura 4).

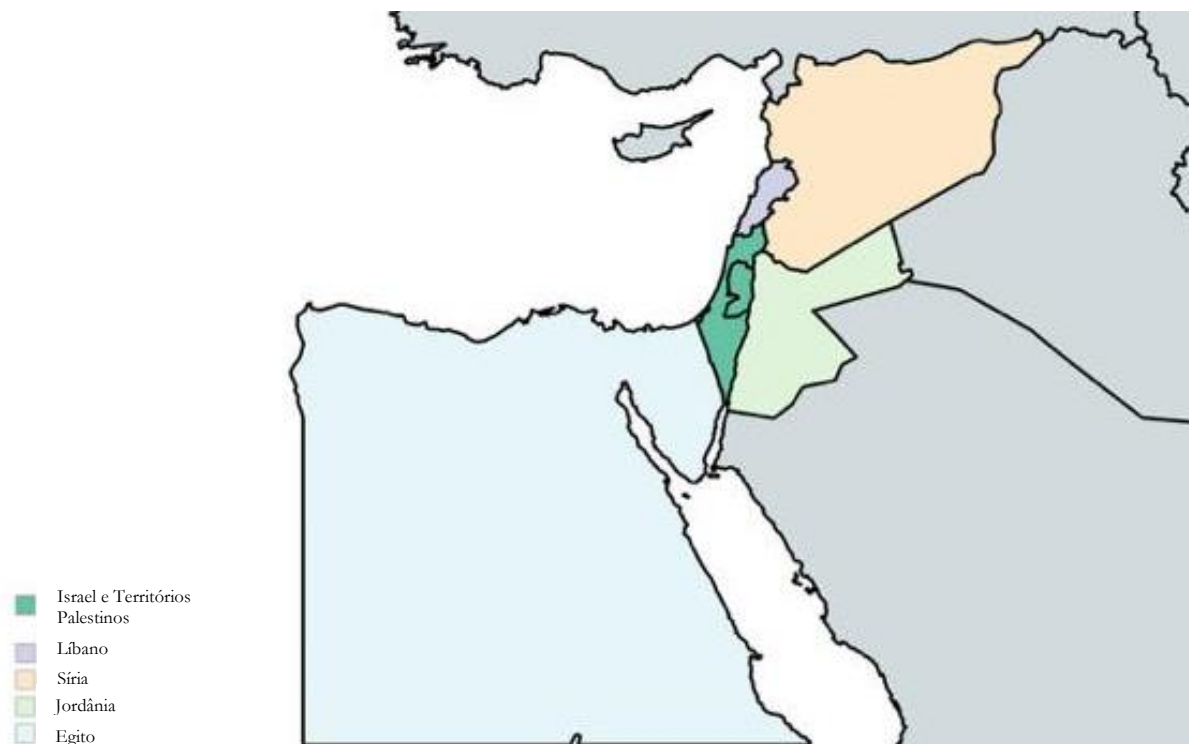


Figura 4 – Mapa do Oriente Médio com a localização de Israel (em roxo) e os países com os quais faz fronteira (os círculos representam territórios palestinos)

Fonte: Elaboração própria. Elaborado em Mapchart.

Antes de adentrar em outros aspectos, como os políticos, econômicos e sociais, é preciso entrar brevemente em questões geopolíticas que são importantes para a constituição de Tel Aviv. A região do Oriente Médio em que se encontra Israel é marcada por conflitos, notadamente se destacando os israelitas³⁸, de um lado, e os palestinos, de outro. A Faixa de Gaza representa territorialmente o meio desse conflito. Ela possui esse nome em função da principal cidade ali presente, chamada Gaza. Essa região possui 41 km de comprimento por 10 km de largura, entre o Mar mediterrâneo, Egito e Israel. Com uma população de cerca de 2,3 milhões de pessoas, essa é uma área das mais densas do mundo,

³⁸ Israelita é um termo sinônimo de judeu, e está diretamente ligado à religião. Por outro lado, o termo israelense está associado à nacionalidade de quem nasce no Estado de Israel. Portanto, os dois termos, israelita e israelense, não se confundem.

e representa um dos maiores problemas sociais, pela situação de guerra na luta do território, vivenciando embargos, bloqueios e consequente pobreza da população.

A Faixa de Gaza é marcada por conflitos desde o século XVI, quando esteve sob o comando do Império Otomano, até 1917. Foi nesse período que o Reino Unido passou a controlar a região, com a ideia inicial de apoiar a formação de um reino árabe unificado. Porém, com o fim da Primeira Guerra Mundial, e a vitória em campo europeu, esse reino foi impedido de ser criado. Dessa forma, a Faixa de Gaza esteve sob o Mandato Britânico da Palestina (Figura 5) entre os anos de 1920 e 1948. Quando finda a Segunda Guerra Mundial, o Reino Unido optou por entregar a região Palestina para a Organização das Nações Unidas, dividindo o então território em 55% para os judeus, ficando a cidade de Jerusalém sob o controle internacional e o restante com os árabes, inclusive a Faixa de Gaza (Figura 6). Essa divisão nunca foi aceita pelos Palestinos, gerando inúmeros conflitos desde o início, culminando na denominada Guerra dos Seis Dias, em 1967 (Figura 7). De um lado estava Israel e do outro um grupo formado pela Jordânia, pelo Iraque e pela antiga República Árabe Unida (formada pelos atuais Egito e Síria). Com a vitória, Israel passou a ocupar a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental (Shavit, 2004).

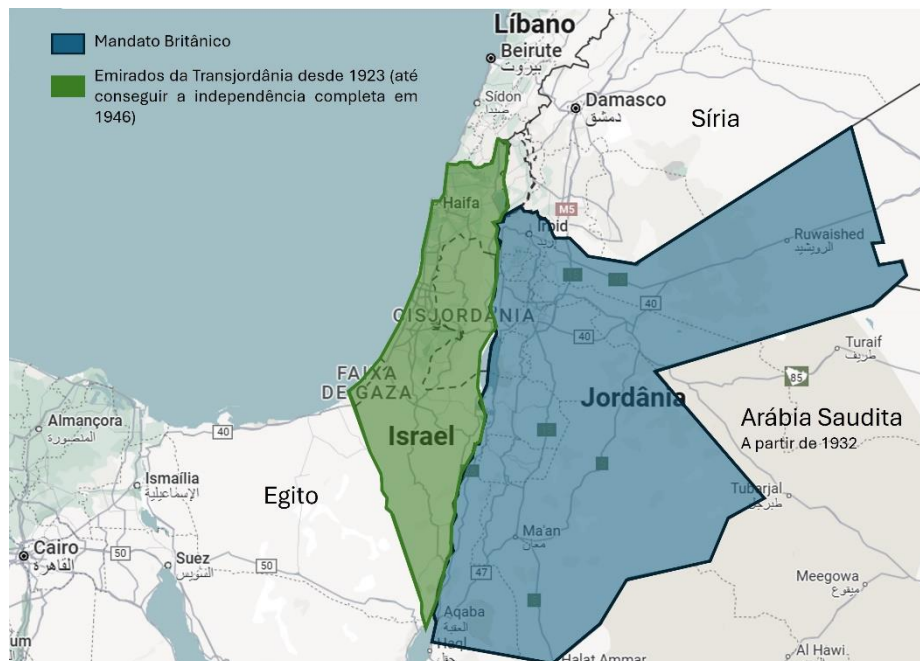


Figura 5 – Mandato Britânico na Palestina

Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c6p4513ldr1o>.

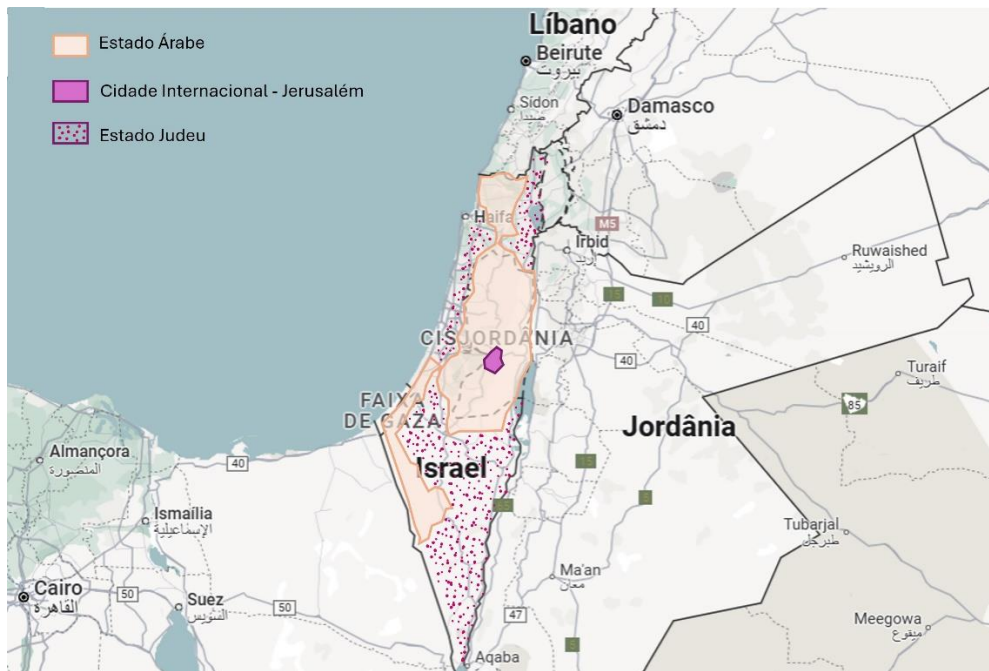


Figura 6 – Plano da ONU para a divisão da Palestina em 1947

Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c6p4513ldr1o>.



Figura 7 – Fronteiras no Oriente Médio depois da Guerra dos Seis Dias

Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c6p4513ldr1o>.

Nesse conflito, é importante destacar o poderio militar de Israel, considerado como uma das mais potentes forças armadas do mundo. Diante desse ambiente hostil que se instalou nessa região, os conflitos são constantes. De um lado, estão os judeus, e de outro, os palestinos. Ambos em busca de seus direitos quanto às liberdades religiosas, culturais, políticas, econômicas e sociais. Tel Aviv, como “capital”, encontra-se em meio a esse contexto relevante do ponto de vista da história desse povo. Até hoje, essa é uma região complexa em termos territoriais, religiosos e no que se refere à construção de sua história, que influenciou e ainda influencia em todos os aspectos relacionados à construção de Tel Aviv e de suas imediações.

De maioria judia, e o segundo lugar em termos de religião cabendo ao islamismo, o atrito naquele território ocorre em função de disputas religiosas. Outra questão que causa hostilidade diz respeito à capital de Israel, cuja sede é Jerusalém, para o país, embora a comunidade internacional considere Tel Aviv (Safar; Oliveira, 2019). A situação envolvendo esse território, como um todo, diz respeito à disputa por parte dos judeus e de palestinos, sendo atualmente de domínio israelense. Considerando esse ambiente de disputas, desde o período do Mandado Britânico na Palestina, a constituição do Estado de Israel ocorreu em 1948, quando foi oficialmente reconhecido como um país. Cabe destacar que algumas nações do globo não o reconhecem como um Estado independente, a exemplo do Afeganistão, do Iran, do Iraque, do Líbano, do Paquistão, da Arábia Saudita, da Síria, entre outros. Essa situação termina por ocasionar questões diplomáticas, até mesmo dentro da ONU, que formalmente reconhece o Estado de Israel com sua capital em Tel Aviv.

Passando aos dados econômicos e políticos, Israel é um país desenvolvido, possuindo alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), além de ser considerado um dos lugares de mais alto custo de vida no planeta. Em termos econômicos, corresponde à segunda maior economia do Oriente Médio, atrás apenas de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Seu comércio é baseado em diamantes lapidados e produtos químicos. No que se refere ao governo, o país é uma democracia parlamentar republicana, em que o presidente é o chefe de estado, e o chefe de governo é o primeiro-ministro. Tem como língua oficial o hebraico, com parte da população falando árabe. Essa questão linguística possui forte relação com a religião e suas tradições associadas aos judeus e ao povo islâmico.

É dessa contenda envolvendo os judeus e os islâmicos que emergem discussões associadas à luta contra o antissemitismo e a busca pelos direitos ligados aos dois lados. Diante desse fato, pode-se

afirmar que Israel é um país conhecido internacionalmente por ser um centro de difusão da cultura judaica. Esse tema também traz ao debate a história do país ligada à busca por independência do Mandato Britânico sobre a Palestina, ocorrida apenas em 1948. Esses são marcos de uma nação que se posiciona diante do planeta em busca de afirmação de sua cultura e de seus valores.

Com relação a Tel Aviv, ela se destaca por ser uma cidade que mistura o tradicional com o moderno, em termos de preservação da cultura judaica, ao mesmo tempo que acolhe certos traços do mundo ocidental, como a liberdade de expressão de diferentes grupos sociais. Essa dualidade se mostra presente na sua relação com Jerusalém, uma das cidades mais antigas do mundo e considerada uma cidade sagrada não só para os judeus, como para os cristãos e para os islâmicos. Tel Aviv (Figura 8) e Jerusalém (Figura 9) estão separadas por 68 km, aproximadamente. Distância esta que pode ser percorrida de trem, ônibus ou carro. São duas cidades associadas ao turismo, seja ele o religioso ou pela localização de Tel Aviv às margens do Mar Mediterrâneo, que também determina o clima mediterrâneo para a cidade, com verões quentes e invernos mais frescos.



Figura 8 – Cidade de Tel Aviv

Fonte: Foto de Maurício Gonlart (2018).



Figura 9 – Vista de Jerusalém

Fonte: <https://www.worldhistory.org/image/9292/church-of-the-holy-sepulchre/>

Quanto aos dados estatísticos de Tel Aviv, segundo o censo realizado pelo *Center for Economic and Social Research of Tel Aviv-Yafo Municipality* de 2018 (Yafo Municipality, 2018), seu território ocupa uma área litorânea no Mar Mediterrâneo de 52 km², com densidade de 8.600 hab./km². São 451.520 habitantes, ocupando o segundo lugar dentre as maiores cidades em Israel, atrás apenas de Jerusalém. O IDH de Israel é 0.919³⁹. Tel Aviv é conhecida como a capital cultural e econômica do país, abrigando empresas e bancos em âmbito internacional. Juntamente com Jerusalém, recebe inúmeros turistas, seja pelas praias e vida cosmopolita de Tel Aviv ou pelo turismo religioso em Jerusalém.

Esses dados básicos sobre Tel Aviv e Israel, apesar de apresentados de forma concisa, colaboram para a construção da comparação com as outras cidades objetos da tese. Fato relevante neste momento é discutir como a Cidade Branca de Tel Aviv se construiu. Não restam dúvidas de que, em face da história de Israel, ela possui particularidades que merecem ser mais exploradas, desde a maneira como se deu a sua ocupação, passando pela arquitetura e o modo de vida, a cultura e a religião.

³⁹ Não foram encontrados dados específicos sobre Tel Aviv para o IDH.

Cabe agora um olhar para o passado com a intenção de resgatar sua história construtiva. Em suma, como a cidade de areia se tornou a Cidade Branca de Tel Aviv.

Uma primeira informação relevante se refere ao nome de Cidade Branca, branca pela coloração da maioria das edificações erguidas com referências à *Bauhaus* e ao *International Style* (Figura 10). A cidade tem suas origens associadas a um território em Israel não construído e em que se faziam presentes dunas de areia supostamente impróprias para a agricultura. Tel Aviv foi fundada como uma comunidade judaica ao redor da antiga Jaffa, uma cidade portuária de maioria árabe (Kallus, 1997). Mais adiante, em 1950, logo após a criação do Estado de Israel em 1948, houve a fusão de Tel Aviv e de Jaffa em um único município. A partir dessa união, o nome oficial da cidade passou a ser Tel Aviv-Yafo (ou Tel Aviv-Jaffa), sendo mais comum ser chamada apenas de Tel Aviv (Tel Aviv-Yafo, 2021).



Figura 10 – Edifício da Bauhaus – Hotel Cinema

Fonte: Foto de Maurício Goulart (2018).

Essa questão envolvendo uma suposta construção sobre as dunas de areia, segundo Sharon Rotbard (2015), na verdade seria mais uma narrativa construída:

Na realidade, a cidade não foi realmente construída sobre as dunas, mas em seu lugar: ao contrário das construções locais tradicionais de arenito palestino, que se agarram à camada macia e esponjosa de arenito típica da região, para construir edifícios modernos de Tel Aviv com fundações de concreto, era preciso remover a areia e a camada de arenito (Rotbard, 2015, p. 69, tradução nossa⁴⁰).

Como qualquer cidade, alguma parte de sua história possui mais de uma versão para que algo pareça mais interessante. Sharon Rotbard (2015) “desmente” a questão envolvendo a improdutividade da terra ao citar o trabalho de Alter Droyanov intitulado *The Book of Tel Aviv*, em que o autor expressa que a área onde a cidade foi erguida seria própria para a agricultura. De toda forma, mais uma vez mencionando certos mitos envolvidos à construção de cidades, é necessário destacar que não somente se erguia um conjunto urbano, mas também a história de um povo e de uma nação.

Observando a construção do território israelense, mais precisamente voltando-se a Tel Aviv, ao final do século XIX começaram as ser formadas comunidades judaicas na região da Palestina, o que deu origem ao chamado movimento sionista (*zionist* em inglês), por volta de 1890. A ideia desse grupo era combater o antissemitismo e formar um Estado Judaico na Palestina. Entre os séculos XIX e XX, alguns terrenos situados entre as Colinas de Golã, a Península do Sinai e o Rio Jordão foram adquiridos por judeus com o objetivo de ocupar a área (Zuckermann, 2011). A intenção de permanecer nesse espaço trouxe a necessidade não apenas da migração, mas, de fato, de construir um lugar que fosse adequado às suas necessidades:

Tel Aviv não nasceu de um êxodo rural, mas sim, como no Novo Mundo, da emigração do exterior. Esses emigrantes judeus, diferentemente dos de Nova York, por exemplo, não se estabeleceram em uma cidade existente, mas em uma nova estrutura urbana, construída por iniciativa de um pequeno grupo que os precedeu. Incapazes de se integrar à organização econômica existente e de buscar os meios para garantir sua subsistência, eles foram obrigados a trazer consigo o capital necessário, seja para construir bairros e casas projetados para lhes dar abrigo, seja para criar fazendas que garantissem seu sustento. Em outras palavras, eles tiveram que

⁴⁰ No original, em inglês: *In reality, the city was not really built on the dunes at all, but instead of them: unlike the local traditional Palestinian sandstone constructions which cling to the soft, spongy layer of sandstone typical of the region, in order to build modern Tel Avivian buildings with concrete foundations, one needed to remove the sand and the sandstone layer.*

estruturar todo o sistema físico, ecológico e municipal da vida urbana, de cima a baixo (Shavit, 2004, p. 21, tradução nossa⁴¹).

Shavit (2004) destaca que existem dois fatores para os emigrantes judeus terem se instalado em uma cidade nova no lugar de um vilarejo ou de uma cidade histórica. O primeiro fator está atrelado ao costume de criar cidades, sejam elas pequenas ou grandes. Portanto a vida urbana em detrimento da rural já lhes era algo familiar. O segundo aspecto diz respeito ao fato de Tel Aviv desfrutar de autonomia municipal, sendo os judeus a maioria. Com base nesses argumentos, depreende-se que havia o desejo de se construir um lugar para acolher esse povo, podendo ser associado a um desejo de afirmação. E, soma-se a isso, o costume ou a cultura de se fixar em determinados territórios.

Antes de se chamar Tel Aviv, a cidade foi estabelecida com o nome “Achuzat Bayit”, entre 1906 e 1909, formando um bairro ao norte de Neve Tzedek. Na verdade, tratava-se de um bairro residencial para abrigar inicialmente 66 famílias. A intenção era alcançar um “padrão de vida mais elevado” do que aquele existente na cidade adjacente de Jaffa, suplantando as altas densidades e problemas sanitários com a criação de uma *Garden City*. Essa questão do “padrão de vida mais elevado” pode ser observada sob alguns aspectos, o primeiro deles é o resgate à ideia de que muitos dos arquitetos e projetistas vieram da Europa, portanto possuíam em mente um certo “padrão” que se diferenciava da cultura e dos costumes locais. Outra situação diz respeito às referências ao Mandato Britânico que vigorou na região deixando seus aportes (Arad *et al.*, 2006).

Em 1921, Tel Aviv ganhou *status* de município de Israel quando se separou de Jaffa (lembrando que em 1950 elas se juntariam novamente). Em 1924, a cidade obteve extensa porção de terra às margens do Mar Mediterrâneo. Portanto, em meio ao cenário de expansão, a chegada de imigrantes e a necessidade de um plano urbano é que se inseriu o trabalho de Patrick Geddes. Esses pontos são relevantes para a compreensão de como Tel Aviv se estruturou, sua organização e seu desenvolvimento. O desejo por parte dos habitantes de construir um lugar melhor para morar fez com

⁴¹ No original, em francês: *Tel Aviv est née non pas à la suite d'un exode rural mais plutôt, comme dans le Nouveau Monde, d'une émigration venue d'outre-mer. Ces émigrants juifs, à la différence de ceux de New York, par exemple, ne se sont pas installés dans une ville déjà existante, mais dans une structure urbaine nouvelle, édifiée à l'initiative d'un petit groupe qui les avait précédés. Ne pouvant s'intégrer dans l'organisation économique existante et s'y mettre en quête des moyens d'assurer leur subsistance, ils furent obligés d'apporter avec eux les capitaux nécessaires, soit pour construire des quartiers et des maisons destinés à leur fournir un abri, soit pour créer des exploitations, qui leur assureraient des moyens d'existence. En autres termes, ils durent structurer de fond en comble tout le système physique, écologique et municipal de la vie urbaine.*

que o conjunto urbano desde o início fosse organizado, com a distribuição de espaços e infraestrutura adequadas. De fato, a sua ocupação foi pensada estrategicamente:

Por acaso, as fronteiras geográficas da Cidade Branca coincidem exatamente com outras fronteiras econômicas, sociais e geopolíticas, e essa duplicação não é por acaso. De fato, os perímetros da Cidade Branca são as fronteiras de Tel Aviv antes de 1948 – a mesma cortina de ferro mental que dividiu a cidade em norte e sul desde a década de 1930. [...] A correlação entre esses diferentes tipos de fronteiras é uma evidência da homogeneidade engarrafada de Tel Aviv, em que cada aspecto é construído e administrado para reforçar a ideia de que ela é histórica, geográfica e etnicamente distinta. Como cidade hebraica, é diferente da Jaffa árabe; como cidade israelense, é diferente da diáspora judaica; como cidade moderna, está em desacordo com a antiga história urbana da Europa e do Oriente Médio (Rotbard, 2015, p. 87, tradução nossa⁴²).

Essa abordagem de Rotbard vai na mesma direção de algo discutido anteriormente no Capítulo 1, quando nos referíamos às características da arquitetura moderna. Mais precisamente reporta-se à noção de que esse movimento traz a ideia de rompimento com o passado de forma enfática, deixando claro que isso não nega o fato de que outros movimentos ou estilos arquitetônicos tragam essa mesma abordagem. Além disso, em face desse rompimento é que surgiu uma arquitetura particular e que, mais ainda no caso das cidades, no plano estético e estrutural essa quebra da homogeneidade aponta em direção à valorização dessa arquitetura moderna em detrimento de outras.

Em meio a esse percurso de conquista do espaço, explodiu a Primeira Guerra Mundial, transformando a geopolítica dessa região. Durante esse período existiu na Europa um movimento forte ligado ao nacionalismo e à expansão nazista e fascista. Como resultado, o antissemitismo gerou grande migração dos judeus para fora do continente europeu em direção à Palestina. Se, por um lado, o sionismo se fortalecia, por outro, o radicalismo muçulmano também vinha crescendo, gerando mais conflitos naquela área. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a situação dos judeus veio a piorar, o que levou a mais uma onda migratória em direção àquela região. Nesse momento, cabe destacar a relação direta do movimento sionista, ou *zionist*, com a construção de Tel Aviv (Zuckermann, 2011).

⁴² No original, em inglês: *As it happens, the geographical borders of the White City coincide precisely with other economic, social and geopolitical borders – and this doubling-up is no accident. In fact, the perimeters of the White City are the borders of Tel Aviv before 1948 – the very same mental iron curtain which has divided the city into north and south ever since the 1930s. [...] The correlation between these different kinds of boundaries is evidence of Tel Aviv's bottled homogeneity, every aspect of which is constructed and administered to reinforce the idea that it is historically, geographically and ethnically distinct. As a Hebrew city, it is unlike Arab Jaffa; as an Israeli city, it is dissimilar from the Jewish diaspora; as a modern city, it is at odds with the ancient urban history of Europe and the Middle East.*

A relação de Tel Aviv com o movimento sionista possui apoio na ideia da “terra prometida” para os judeus. Além disso, a cidade evidencia a língua hebraica, por se tornar um dos maiores centros propagadores dessa cultura. Assim, essa busca pela origem associada a uma cultura se mostra por meio dos imigrantes “que conservaram largamente o seu modo de vida que trouxeram com eles, incluindo a tradição judaica religiosa” (Shavit, 2004, p. 35, tradução nossa⁴³). Essa característica não impediu que Tel Aviv se tornasse ao mesmo tempo uma cidade aberta e moderna.

O modernismo de Tel Aviv era evidente em seu planejamento urbano e na qualidade de suas moradias; na organização da administração da cidade (incluindo as eleições municipais e o profissionalismo de seus funcionários públicos); na diversidade de suas instituições culturais [...]; em seu modo de vida "secular"; em sua economia urbana baseada não apenas no comércio, mas também na indústria, no artesanato e nos serviços (Shavit, 2004, p. 36, tradução nossa⁴⁴).

A Cidade Branca de Tel Aviv se construiu enquanto centro urbano a partir dos princípios modernos que se fazem presentes por meio do projeto de planejamento urbano de Patrick Geddes proposto em 1925 (Figura 11 e Figura 12). Em face dessa relação entre a arquitetura e as adaptações ao local, o biólogo, que já trabalhava em um projeto para a Universidade Hebraica em Jerusalém, foi contactado pela Agência Judaica e o governo da cidade para executar o projeto de planejamento urbano para Tel Aviv (Rofé, 2008). Assim, entre 1924 e 1925, foi elaborado esse projeto.

A relação do planejador com esse contexto associado à conquista do povo judeu diz respeito à simpatia às causas do sionismo. Segundo Welter (2009, p. 95, tradução nossa⁴⁵): “Geddes poderia abordar as necessidades do movimento sionista no que diz respeito tanto à fundação de uma sociedade hebraica moderna na Palestina como à ligação desta à história judaica”. Apesar da aproximação com as causas dos judeus, ele se considerava agnóstico, o que não o impediu de trabalhar em conjunto com arquitetos judeus, sendo aproximadamente 150 os participantes. Destes, seis foram alunos da Escola *Bauhaus*: Shlomo Bernstein, Munio Gitai-Weinraub, Shmuel Mestechkin, Chanan Frenkel, Ariel Sharon e Edgar Hed (Gross, 2023). Patrick Geddes teve o papel de planejador urbano, enquanto outros

⁴³ No original em francês: “[...] *qu'ils avaient apporté avec eux, y compris la tradition juive religieuse;*”

⁴⁴ No original, em francês: *Le modernisme de Tel Aviv apparaissait dans l'urbanisme et la qualité de l'habitat; dans l'organisation de l'administration de la ville (entre autres les élections municipales et le professionnalisme des fonctionnaires); dans la diversité de ses institutions culturelles [...]; dans le mode de vie « laïque »; dans l'économie urbaine fondée non seulement sur le commerce, mais aussi sur l'industrie, l'artisanat et les services.*

⁴⁵ No original em inglês: *Geddes could address the needs of the Zionist movement with regard to both the foundation of a modern Hebrew society in Palestine and the linking of this to Jewish history.*

arquitetos foram os responsáveis pela arquitetura. Com isso, Sharon Rotbard (2015) destaca a ausência de arquitetos árabes, mesmo que a Cidade Branca seja uma celebração ao *International Style*.

Em resposta à expansão não planejada da cidade, Geddes foi convidado pelo município em 1925 a apresentar um plano diretor abrangente para Tel Aviv. Na sua visão, Tel Aviv deveria ser uma cidade jardim, como previsto pelos seus fundadores. O seu plano exigia uma distinção clara entre ruas principais, ruas residenciais e avenidas de pedestres cheias de vegetação. Um elemento importante do seu plano, refletindo o clima social da época, era a criação de espaços públicos partilhados – sob a forma de parques e praças, bem como dentro de blocos residenciais (Tel Aviv Yafo, 2021, tradução nossa⁴⁶).

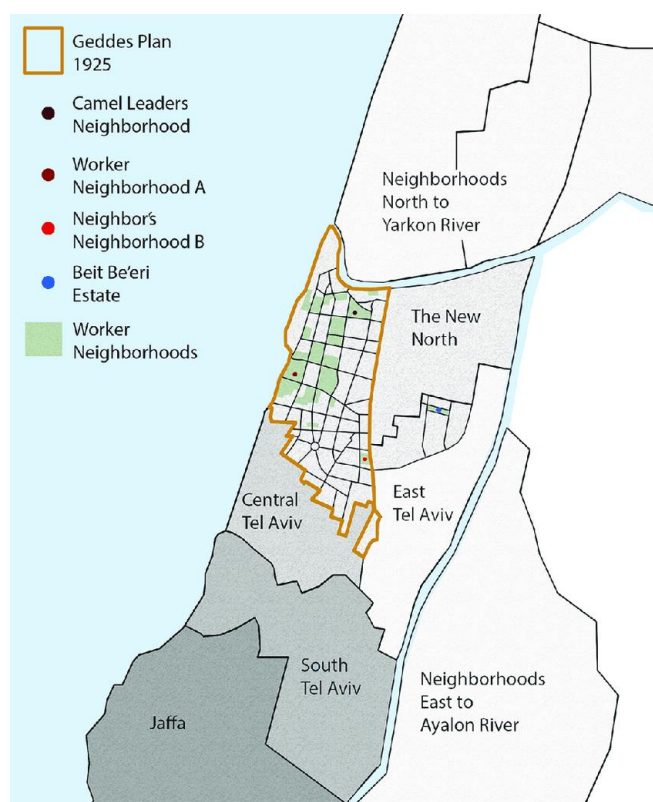


Figura 11 – Mapa de Israel contendo os limites do projeto de Patrick Geddes

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Scheme-after-Geddes-plan-area-within-contemporary-Tel-Aviv-Jaffa-area-with-the-location_fig8_336177833

⁴⁶ No original em inglês: *In response to the unplanned expansion of the city, Geddes was invited by the municipality in 1925 to present a comprehensive master plan for Tel Aviv. In his vision, Tel Aviv was to be a Garden City, as foreseen by its founders. His plan called for a clear distinction between main streets, residential streets and vegetation filled pedestrian boulevards. An important element of his plan, reflecting the social climate of the time, was the creation of shared public spaces – in the form of parks and squares, as well as within residential blocks.*

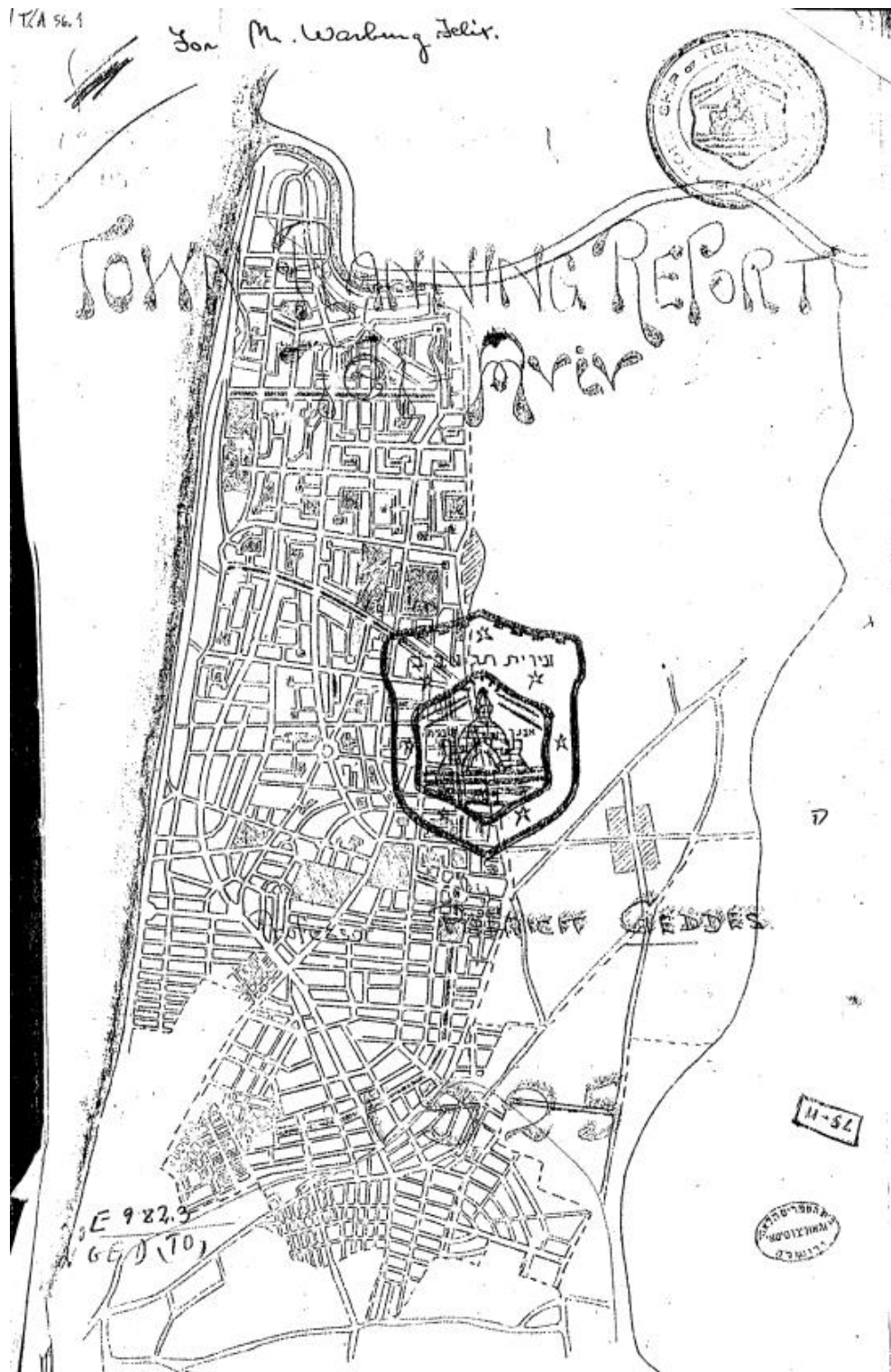


Figura 12 – Planejamento urbano de Patrick Geddes

Fonte: Geddes (1925).

Antes da construção de uma análise voltada aos aspectos projetuais, é necessário observar a relação de Tel Aviv com a *Bauhaus* e com o *International Style*. Com relação à filiação a um estilo ou outro, não há qualquer menção a esses termos nos escritos encontrados de Patrick Geddes (1925), significando não ser uma preocupação naquele momento a inclusão do projeto em alguma categoria ou “estilo”. O planejador, assim como seus contemporâneos da arquitetura moderna, buscava uma linguagem da sua época que fosse capaz de responder às questões que o momento histórico colocava, e não a busca por um “estilo”. Entende-se que a associação com a *Bauhaus* e com o *International Style*, de forma consciente, é uma tessitura que surge posteriormente, principalmente no momento de construção de um reconhecimento como patrimônio. Essa visão é confirmada por escritos como os de Jeremie Hoffman (2014) e Gisele Safar e Maria Lúcia Oliveira (2019). Além disso, Tel Aviv, como a maioria das cidades no mundo, poderia ser associada a um “mosaico” de estilos, a partir da interpretação arquitetônica não somente dos arquitetos vindos da Europa, bem como dos profissionais locais (Safar; Oliveira, 2019).

O mais correto é afirmar que as principais influências sobre a arquitetura de Tel Aviv, entre os anos 1930 e 1950 vieram de diferentes fontes: da Escola *Bauhaus*, por meio de alguns de seus estudantes, dos princípios arquitetônicos defendidos por Le Corbusier e do estilo de Erich Mendelsohn, arquiteto que atuou em Haifa⁴⁷ e Jerusalém, no período de 1934 a 1941. A linguagem desenvolvida por todos se insere na arquitetura moderna do Estilo Internacional, ou como é mais conhecida mundialmente, a arquitetura do Movimento Moderno, *International Style* (Safar; Oliveira, 2019, p. 31).

Uma explicação possível para a associação mais forte com a *Bauhaus* do que com o *International Style* vem a partir do entendimento da “significação histórica” dessa Escola. Assim, “é compreensível que sejam reforçadas e até mesmo forçadas, as ligações entre as construções da cidade às da renomada escola alemã” (Safar; Oliveira, 2019, p. 25).

Com a intenção de se aproximar de aspectos projetuais do plano de Patrick Geddes para Tel Aviv, é preciso antes compreender que o material disponível para a análise do seu projeto é, de certa forma, restrito. Na verdade, pode-se contar apenas com dois documentos base sobre seu planejamento, um em 1925, junto a um desenho contemplando o planejamento urbano da cidade, e outro de 1938,

⁴⁷ Haifa é a terceira maior cidade de Israel, atrás de Jerusalém e de Tel Aviv. Localiza-se ao norte do país.

identificado como uma alteração de um plano de 1927, nomeado como *Geddes Rapport 1927* que, segundo Jeremie Hoffmann (2014), estaria desaparecido. O primeiro documento, de 1925, é intitulado *Town-Planning Report – Jaffa and Tel-Aviv* (Relatório de Planejamento Urbano – Jaffa e Tel-Aviv). O segundo, de 1938, possui como título *Tel Aviv Town Planning Scheme 1927 (amendment) 1938* (Plano de Ordenamento da Cidade de Tel Aviv 1927 – alteração – 1938) (Local Building and Town Planning Commission Tel-Aviv, 1938). Com relação ao último, é preciso destacar que Patrick Geddes faleceu em 1932, portanto, essas alterações, que ocorreram em 1938, não foram elaboradas por ele. E mesmo uma análise detalhada desse escrito não nos permite afirmar quais foram as alterações com relação ao documento original de 1927. Também não se sabe o autor dessa edição, uma vez que a aprovação do projeto se passou dentro de um comitê e o documento não possui assinaturas.

Feitas essas ressalvas, é possível agora tecer uma análise do conteúdo do projeto. Esses dois escritos possuem características diferentes e, por isso, podem ser considerados complementares. O primeiro deles pode ser entendido como um relatório da situação do território em que o projeto para Tel Aviv se assentaria, reportando-se a problemas existentes e às necessidades do ambiente urbano. Já o segundo documento possui um caráter mais explicativo associado ao planejamento da cidade. Em termos cronológicos, o primeiro desenho foi apresentado por Patrick Geddes em 1925, porém, o projeto recebeu a aprovação apenas em 1927. Jeremie Hoffmann (2014, p. 132, tradução nossa⁴⁸) explica essa situação afirmando que teriam sido duas fases:

A primeira fase consistiu na elaboração de um plano detalhado das parcelas da parte norte da cidade, elaborado pelo engenheiro da Câmara Municipal Herzl Fränkel; a segunda fase preparou o projeto apresentado para uma certidão legal, incluindo um mapa da cidade completamente nova, bem como regulamentos com instruções pormenorizadas sobre o caráter da construção (projeto de 1927).

Essa colocação do autor nos chama a atenção para uma questão importante: a de que o resultado do projeto para Tel Aviv, e que chegou a ser construído, se baseia nas ideias de Patrick Geddes, porém, teve o seu desenho inicial adicionado de informações. Hoffmann enfatiza essa visão ao indicar que Geddes não apresentou os detalhes necessários que permitissem chegar ao ponto de construção da cidade. “Trata-se de um esboço abstrato de eixos viários que deixa muito espaço para

⁴⁸ No original, em francês: *La première consiste en la préparation du plan détaillé des parcelles de la partie Nord de la ville élaboré par l'ingénieur de la mairie Herzl Fränkel; la seconde étape prépare l'ébauche déposée pour une attestation statutaire incluant une carte de la ville totalement nouvelle, ainsi qu'une réglementation incluant des instructions détaillées sur le caractère de la construction (projet 1927).*

interpretação. Esse é provavelmente o segredo de sua grandeza” (Hoffmann, 2014, p. 131, tradução nossa⁴⁹). Apesar de existir uma lacuna quanto à documentação, o único documento original que Patrick Geddes escreveu com a sua proposta permite comprovar esse argumento trazido por Hoffmann. O texto não apresenta diretrizes de projeto, e mesmo o único desenho disponível poderia ser algo mais aproximado de um croqui propondo mais uma ideia inicial do que de fato um projeto em detalhes. No entanto, o biólogo indica algumas premissas importante que foram seguidas para a construção.

Um olhar mais amplo sobre esse primeiro relatório permite, de imediato, a compreensão da importância conferida à união de Tel Aviv com Jaffa, no sentido da integração urbana, chegando a propor a ideia de uma “Grande Jaffa” ou “Greater Jaffa”. Percebe-se nessa intenção de Geddes alguma aproximação com a questão da preservação, uma vez que se verifica uma preocupação com a integração com as preexistências, no caso Jaffa:

Embora os setores e empreendimentos locais não deixem de ser distintos, suas condições fundamentais são essencialmente uma só, e a devida prosperidade de cada uma está intimamente ligada ao bem-estar de todos. Por outro lado, quanto mais eficiente e bem desenvolvida for a Grande Jaffa, melhor será para todos os bairros e municípios que a compõem e para seus distritos relacionados (Geddes, 1925, p. 6, tradução nossa⁵⁰).

A antiga Jaffa (Figura 13) se localizava ao sul do território para o qual Geddes fez o projeto. E, por ser uma porção restrita do território, a integração ocorreria de qualquer forma. Avançando nos itens trazidos por ele, chama a atenção a referência à condição de localidade voltada ao mar, levantando a discussão quanto à importância econômica do porto, no que se refere à relevância de se projetar levando em consideração essa característica, o que sugere uma orientação de Tel Aviv em direção ao mar. Algumas partes do relatório discutem essa temática, como em *Esquemas de Melhoria Portuária – justificativa e urgência* (“*Port Amelioration Schemes – justification and urgency of these*”), apontando possíveis soluções para o cais, tanto em termos de ampliação de vias quanto aos novos espaços. Também se dispensam cuidados à rede ferroviária com a intenção de integração da porção ao Norte onde está Tel Aviv e mais ao Sul onde estava a antiga Jaffa (Geddes, 1925).

⁴⁹ No original, em francês: *Il s’agit d’une ébauche abstraite d’axes de voiries laissant libre cours à de grandes marges d’interprétation. En cela réside probablement le secret de sa grandeur.*

⁵⁰ No original, em inglês: *Thought the local industries and developments are not without distinctiveness, their fundamental conditions are essentially one, and the due prosperity of each is closely interwoven with the well-being of all. Conversely also; the more efficient and well developed can be Greater Jaffa, the better for all its component quarters and townships and for their related districts also.*



Figura 13 – Imagem da Antiga Jaffa

Fonte: <https://loc.getarchive.net/media/jaffa-4>

Segundo Welter (2009), o projeto de Patrick Geddes para Tel Aviv terminava por criar uma mediação entre os modos de vida urbano e rural. De fato, alguns elementos das *Garden Cities* (Figura 14) estão presentes nesse ambiente que privilegia a integração com a natureza e o foco no conforto da habitação. Outro detalhe do plano tem relação com a concentração espacial de edifícios institucionais, pensados para estarem nas proximidades dos prédios de habitação. Para Welter, Patrick Geddes acreditava que “[...] cada cidade necessitava de uma área central com, por exemplo, uma praça que unisse as partes mais recentes com as mais antigas” (Welter, 2009, p. 107, tradução nossa)⁵¹. Em resposta a essa demanda “A praça foi também o primeiro espaço urbano em que os novos cidadãos entrariam quando se aproximassem da cidade existente. Geddes tentou capturar essa importante

⁵¹ No original em inglês: [...] every city required a central city featured, for example, a square that would stitch together the newer and older parts.

função simbólica com uma forma hexagonal desenhada no centro da praça” (Welter, 2009, p. 107, tradução nossa⁵²).



Figura 14 – Presença do verde em meio à Cidade Branca de Tel Aviv

Fonte: Foto de Mauricio Goulart (2018).

Observando o mapa da Cidade Branca, essa praça ao qual Welter se refere corresponde à Dizengoff Square (Figura 15). Pelo seu posicionamento urbano, ela se torna a ligação entre a antiga Jaffa e essa porção mais nova do território que compreende Tel Aviv. Com relação a essa união entre o preexistente e o novo, vale a percepção de que a proposta de Patrick Geddes não ignorava o contexto

⁵² No original em inglês: *The square was also the first urban space the new town citizens would enter when approaching from the existing town. Geddes tried to capture this important symbolic function with a hexagon shape drawn at the center of the square.*

em que a cidade se instalava. Esse pensamento, de modo geral, é contrário a muitas respostas que a arquitetura moderna deu à sociedade ao apartar suas construções do tecido urbano existente.



Figura 15 – Dizengoff Square no centro da Cidade Branca de Tel Aviv

Fonte: <https://picryl.com/media/zina-dizengoff-circle-in-the-1940s-4233f2>.

Em se tratando das concepções atreladas às cidades modernas, os exemplos mostram como a tendência era o afastamento do tecido urbano anterior. Isso ocorre não somente em termos geográficos com a intenção de levar a população para áreas mais afastadas, mas no que se refere às concepções projetuais e à organização do tecido urbano. As *Garden Cities* demonstram essa ideia. E, apesar de trazer essas referências às Cidades Jardins, Geddes criou seu projeto pensando na integração com a cidade antiga por meio dessa praça central (Figura 16) (Hoffman, 2014).

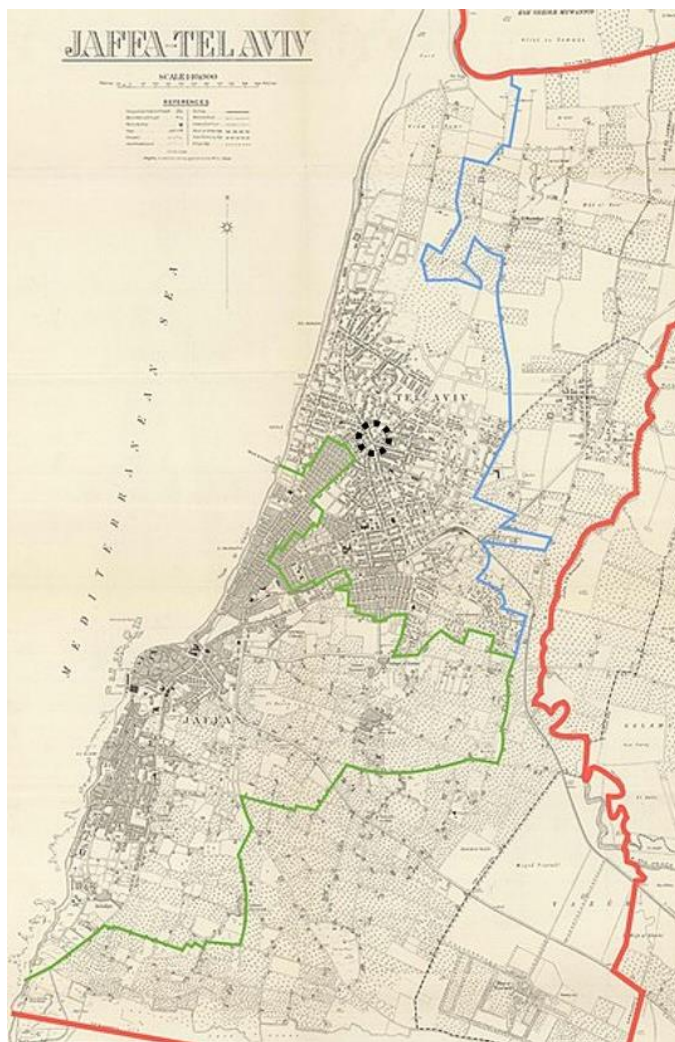


Figura 16 – Mapa contendo os limites da antiga Jaffa (verde), da Cidade Branca de Tel Aviv (azul) e da Municipalidade de Jaffa (vermelho) (1930) – Dentro do círculo preto está a localização da Dizengoff Square.

Fonte: Survey of Palestine. Disponível em: https://id.wikipedia.org/wiki/Berkas:1930_Survey_of_Palestine_map,_with_highlighting_showing_urban_boundaries_of_Jaffa_and_Tel_Aviv_within_the_Jaffa_Municipality.jpg (com alterações da autora).

A explicação para esse pensamento de aproximação entre o “antigo” e o “novo” pode ser assim entendida:

A sua compreensão evolutiva de uma cidade enfatizou muito a importância do tecido urbano para a continuação tanto da cidade como da história ao longo das memórias de grupos particulares de habitantes. Além disso, novos cidadãos, ou habitantes temporários como um planejador, podem participar na história de uma cidade através

do estudo ou ocupação de edifícios do passado (Welter, 2009, p. 110, tradução nossa⁵³).

Após essa percepção mais voltada à integração com o existente e ainda com relação ao amparo nos conceitos das *Gardens cities*, cabe, nesse momento, um olhar sobre aspectos mais práticos do planejamento de Patrick Geddes. O seu relatório, de 1925, apresenta uma visão geral sobre diferentes características da cidade, como infraestrutura associada ao abastecimento de água e sistema de drenagem. Também destaca a importância de algumas funções, como a localização das escolas, das indústrias, das instituições públicas e culturais. Em complemento a essa informação mais textual, no que se refere às funções e atividades presentes na cidade, o relatório de 1938 traz um mapa contendo uma legenda explicativa do zoneamento de Tel Aviv, apresentando seis tipologias: Residencial I, Residencial II, Comercial I, Comercial II, Industrial e Especial, associadas à região do porto (Figura 17).

⁵³ No original em inglês: *This evolutionary understanding of a city greatly emphasized the importance of the urban fabric for the continuation of both city and history over that of the memories of particular groups of inhabitants. Moreover, new citizens, or temporary inhabitants such as a planner, could participate in the history of a city by studying or occupying past buildings.*

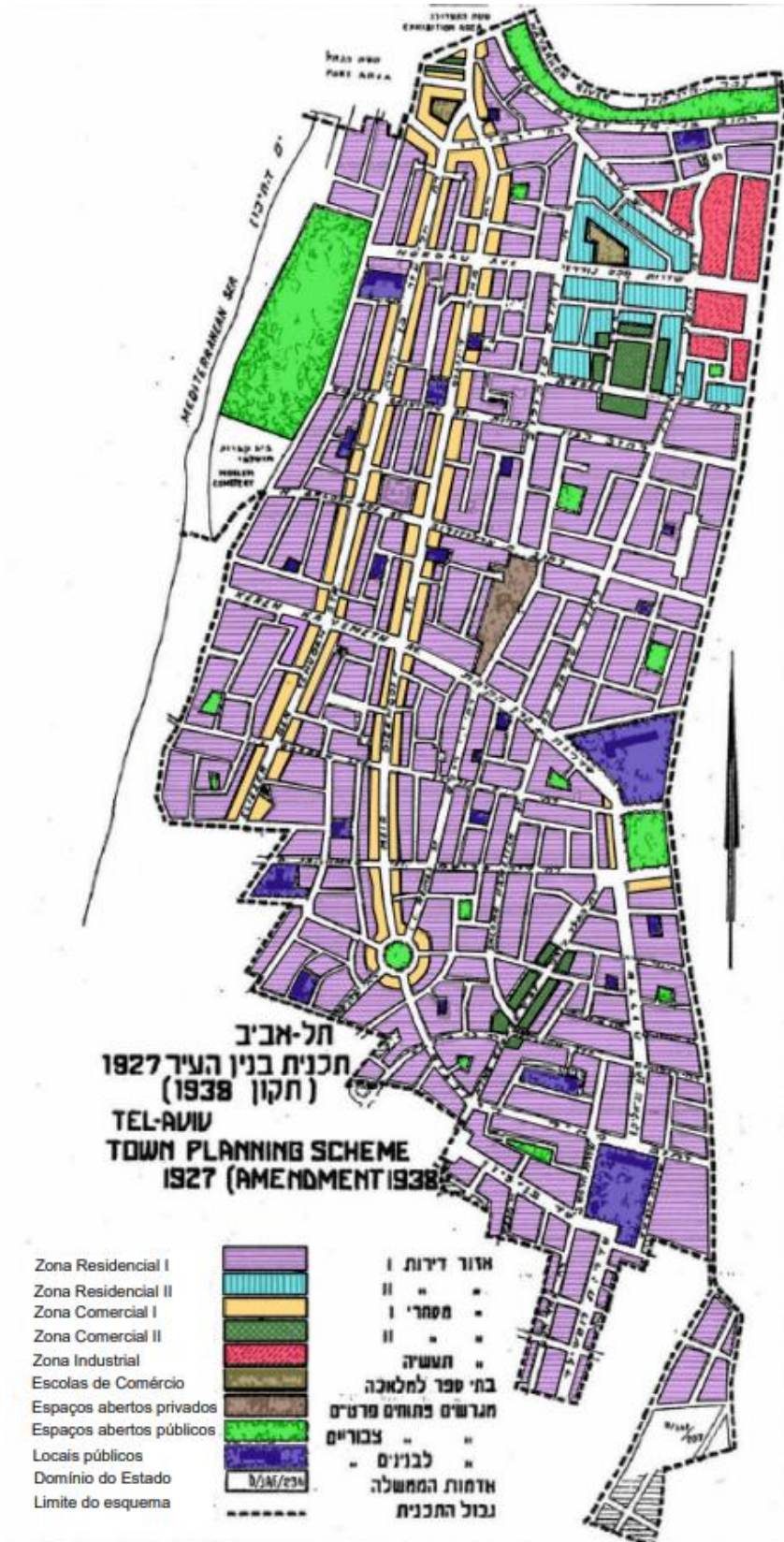


Figura 17 – Cidade Branca de Tel Aviv com base no Projeto de Patrick Geddes de 1925 (com alterações em 1938)

Fonte: Local Building and Town Planning Commission Tel-Aviv (1938, com alterações da autora).

A explicação sobre essas zonas está atrelada ao seu uso principal. Dessa forma, a Zona Residencial I e II são predominantemente voltadas à habitação, porém cabendo outros usos constantes no relatório. E qualquer alteração nesses usos, demandaria autorização de uma “Comissão Local”. Além disso, sempre a zona identificada pelo número I possui usos mais restritos do que a zona identificada como número II. Assim, o que é permitido na I é permitido na II, com alguns acréscimos. Por exemplo, na Zona Residencial I, além das moradias, seriam permitidos: clubes privados, determinados edifícios públicos e assembleias públicas, viveiros, parques, *playgrounds* e áreas para esportes, escritórios profissionais, hospitais, sanatórios e casas para repouso e garagens privativas (para não mais do que dois carros). Para a Zona Residencial II, todos esses itens são permitidos, além de hotéis, escritórios, instituições ligadas à filantropia e caridade, demais edifícios públicos, garagens maiores, restaurantes e cafés. Para as outras zonas a lógica é a mesma. O relatório chega ao nível de descrição dos tipos de estabelecimentos comerciais que podem existir nas zonas I e II (Local Building and Town Planning Commission Tel-Aviv, 1938).

Com relação a esse zoneamento, é prudente notar que o relatório de 1938, apesar de suficientemente descritivo quanto ao que seria permitido para cada área, é acompanhado de um mapa simples, utilizando hachuras para a identificação de cada zona. A leitura desse mapa, apesar de limitada, permite a compreensão de que as zonas residenciais predominam em grande parte do que teria sido planejado por Patrick Geddes. No entanto, há que se destacar que a preponderância das residências não proibia que comércios locais, por exemplo, estivessem presentes. Também vale notar o destaque aos espaços verdes. Nesse caso, o mapa não nos permite essa compreensão, mas ela vem sobretudo do que o próprio planejador menciona para os lotes residenciais, como será visto em detalhes, inclusive em seu trabalho de descrição para os espaços livre permeados por plantas e jardins que ele demonstra no relatório de 1925.

O plano de Patrick Geddes foi elaborado para uma cidade de 100.000 habitantes partindo de três processos de planejamento: “a cidade como um problema habitacional; a cidade como utilidade social para reforma e construção; e a urbanização como um ato de autoajuda” (Allweil; Zemer, 2019,

p. 168, tradução nossa⁵⁴). O primeiro processo se refere à noção de que a moradia e o urbanismo seriam parte de um mesmo problema a ser resolvido. Citando Patrick Geddes, ele entendia que:

[...] o planejamento urbano não é algo que pode ser feito de cima para baixo, com base em princípios gerais facilmente estabelecidos, que podem ser apreendidos em um lugar e imitados em outro – é assim que o Haussmannismo se encontra. É o desenvolvimento de uma vida local, de um caráter regional, de um espírito cívico, de uma individualidade única, capaz, é claro, de crescer e se expandir, de melhorar e se desenvolver de muitas maneiras, de lucrar também com o exemplo e a crítica de outros, mas sempre à sua maneira e sobre seus próprios alicerces (Geddes, 1915, p. 205, tradução nossa⁵⁵).

Essa colocação de Geddes data de 1915, portanto, anterior ao planejamento de Tel Aviv. Esse pensamento, contudo, pode ser visto refletido no que o biólogo propôs para a cidade. Desse modo, como já observado, o projeto definia algumas diretrizes básicas em termos de organização do ambiente urbano. Apesar das alterações que foram ocorrendo com o passar do tempo, o planejamento de Patrick Geddes se voltava para uma concepção de moradia associada não somente ao habitar em si, como a outras funções ligadas à casa, como citado anteriormente, a necessidade de subsistência, de conforto, de salubridade e de circulação. Assim, houve o cuidado em diferentes escalas, atentando não apenas ao desenho de um quarteirão, por exemplo, bem como para os espaços centrais no interior de cada quadra. Lugares esses destinados a jardins e áreas de lazer repletos de árvores frutíferas, flores e plantas decorativas (Figura 18). Como Geddes era biólogo de formação, isso justifica essa atenção à interação entre o ambiente construído e o ambiente natural.

⁵⁴ No original, em inglês: *(1) The city as a housing problem; (2) the city as social utility for reform and reconstruction; and (3) urbanization as act of self-help.*

⁵⁵ No original, em inglês: *[...] town planning is not something which can be done from above, on general principles easily laid down, which can be learned in one place and imitated in another – that way Haussmannism lies. It is the development of a local life, a regional character, a civic spirit, a unique individuality, capable of course of growth and expansion, of improvement and development in many ways, of profiting too by example and criticism of others, yet always in its own way and upon its own foundations.*



Figura 18 – Habitação proposta pelo plano de Patrick Geddes para a Cidade Branca de Tel Aviv – fachada voltada para a área verde.

Fonte: Welter (2009, p. 103). Foto de Volker M. Welter.

Essa atenção dada aos aspectos funcionais pode ser associada a conceitos trazidos pelo *International Style* e pela *Bauhaus* (Figura 19), assim descritos como:

[...] uma arquitetura funcional e econômica, de geometria simples e sem ornamentações que atendia à demanda por construções rápidas e de custo baixo, resultante do vertiginoso crescimento da cidade. Além disso, as construções simples e funcionais se adequavam aos ideais da sociedade socialista que se pretendia naquele momento (Safar; Oliveira, 2019, p. 26).

Entende-se que a demanda por construções rápidas e de baixos custos estava mais voltada às condições no pós-guerra e consequente afluência de judeus decorrentes do movimento sionista. Especificamente com relação ao projeto de Geddes, por um lado vê-se a ideia de um código aberto e mantendo laços com o passado e, por outro lado, percebem-se as referências ao *Internacional Style* e à

Bauhaus. A questão aqui está em uma possível ambiguidade. Primeiro na ideia de olhar para o passado e contemplar as necessidades da população. E, segundo, na adoção do movimento moderno que refuta o passado, considerando o arquiteto como o único cujo lugar de fala e de conhecimento permite a decisão certa para tudo e todos.



Figura 19 – Edifício com pilotis e varandas

Fonte: Foto de Maurício Goulart (2018).

Em termos práticos, a união dos dois relatórios em uma análise paralela permite algumas considerações. Dois assuntos receberam mais destaque: as questões envolvendo um ambiente voltado ao verde sugerindo a ideia das *Gardens cities* e a habitação. Esses dois aspectos demonstram uma filiação à arquitetura moderna, como apontado no Capítulo 1. Sobretudo a habitação era uma preocupação

desse movimento. Com relação à proposta de *Garden City*, Geddes (1925, p. 43, tradução nossa⁵⁶) aponta:

Com seu espaço de jardim mais do que normal em torno de suas residências e com a construção restrita a um terço dessa área, ela pode se tornar, em poucos anos, um dos exemplos mais bem-sucedidos de "Cidade Jardim" – um novo tipo de agrupamento cívico que, nesse aspecto, é ao mesmo tempo mais bonito e mais saudável do que qualquer outra forma anterior de grande comunidade humana.

Nessa colocação, o autor menciona a ideia de trazer o ambiente natural para o espaço do lote residencial. De modo geral, o biólogo usou de seus conhecimentos associados aos ciclos biológicos para o planejamento de Tel Aviv, mais precisamente em dois eixos fundamentais: um código de crescimento inato e a adaptação ao ambiente. O primeiro deles se refere à ideia de que existem linhas fundamentais que direcionam o crescimento, no caso associado às cidades e que, a partir disso, esse crescimento se torna algo natural. O segundo eixo se baseia na noção de que, enquanto organismo vivo, a imprevisibilidade se faz presente para o seu desenvolvimento. Em uma cidade, as questões ambientais e sociais representam esse papel de alteração da realidade (Hoffmann, 2014). Essas ideias estão no cerne do pensamento de Geddes, mas talvez o fato mais relevante seja compreender que ele não realizou um projeto novo para uma cidade nova, e sim houve uma planificação em um contexto existente, tendo como objetivo a ligação com o já construído, ou seja, outros quarteirões, e promover a autonomia de Tel Aviv.

O segundo item de destaque no relatório para Tel Aviv é a habitação. Como se tratava de uma preocupação associada à necessidade de abrigar migrantes, essa questão esteve presente desde o início como um dos objetivos principais para o projeto. Com relação ao relatório de 1925, é necessário destacar que ele aponta, mais uma vez, diretrizes e não tanto métricas e regras a serem cumpridas. Em termos de números, Geddes delimitou o tamanho do lote para a habitação, indicando 560 m² que seriam suficientes para duas casas geminadas, assim descritas:

No que diz respeito às cidades, o padrão de Tel Aviv parece estar entre os melhores e, com o preço atual da terra, não posso pedir lotes maiores do que 560 m² que me foram dados pelo Comitê de Planejamento Urbano para a construção de duas casas pequenas com empena comum ("geminadas") em um único lote, quando necessário. É claro que todos que desejarem e puderem pagar, separadamente ou em conjunto,

⁵⁶ No original, em inglês: *With its more than usually garden space around its dwellings, and with building restricted to one third of this area, it can end within a very few years become one of the most successful examples of the "Garden City"- a new type of civic grouping in this respect at once more beautiful and more health giving than any previous form of large community in human.*

poderão ocupar dois ou mais lotes e, assim, ampliar seus jardins (Geddes, 1925, p. 11, tradução nossa⁵⁷).

Com relação a essa colocação, é importante destacar que o relatório pouco informa acerca de números ou padrões específicos a serem seguidos. Porém, como é possível perceber nesse trecho, Geddes possuía o tamanho do lote como ponto de partida. Mais à frente em seu relatório, ele aponta os afastamentos mínimos para as residências: “Embora até agora o recuo mínimo regulamentar das casas fosse de 2 metros, é conveniente que a casa seja doravante afastada pelo menos 3 metros da rua, dando assim uma distância total entre as casas de $3 + 7 + 3 = 13$ m. (ou afastemos 4 m. Assim, ainda melhor, $4 + 7 + 4 = 15$ m)” (Geddes, 1925, p. 20, tradução nossa⁵⁸). A ideia com isso era a de permitir um espaço livre no terreno para que o verde o preenchesse.

Acompanhando as suas proposições, ele indicou um “bloco urbano”, como foi possível depreender de seu relatório. Extrapolando o que foi apontado por esse documento original, Yodan Rofé (2008) mostra que esse bloco urbano ou quarteirão teria a medida de 120 metros por 300 metros circundado por ruas principais e no seu centro existiriam jardins públicos e instituições locais (Figura 20). Cada bloco seria único e se adaptaria ao contexto das ruas principais. No interior desses blocos existiriam ruas locais funcionando como acesso a outros blocos. Complementado esse padrão urbano, Yael Allweil e Noa Zemer destacam a organização desse quarteirão em “quadras urbanas compostas por dois anéis de casas isoladas, em torno da circunferência interna e da circunferência externa da quadra. Cada bloco incluía um pequeno parque público com instalações comunitárias, como *playgrounds* e quadras de tênis” (Allweil; Zemer, 2019, p. 173, tradução nossa⁵⁹). Desse modo, entende-se que Patrick Geddes criou uma unidade base contendo em seu interior diversas funções necessárias à vida cotidiana. Como explica Jeremie Hoffmann:

Mas, para Geddes, o significado da unidade básica da ilha vai muito além do específico. Ele via essa unidade como uma condição existencial fundamental para o corpo maior da cidade. O quarteirão da cidade, que se comporta como uma célula

⁵⁷ No original, em inglês: *As cities go, the standard in Tel-Aviv seems among the best; and at present price of land I cannot ask for larger house plots than 560 Sq.m. given me by the Town Planning Committee as construction of two small houses with common gable (“semi-detached”) upon a single plot, when need be. Of course it remains open to all who desire and can afford it separately or together, to take up two or more lots and thus enlarge their gardens.*

⁵⁸ No original, em inglês: *Though hitherto the regulation minimum set-back of houses forth 2 meters, it is expedient that the house be henceforth kept at least 3 meters back from the street, thus giving a total distance between the houses of $3 + 7 + 3 = 13$ m. (or let us keep back 4 M. Thus still better, $4 + 7 + 4 = 15$ m).*

⁵⁹ No original em inglês: *urban blocks composed of two rings of detached houses, around the inner circumference and the outer circumference of the block Each block included a small public park with communal facilities such as playgrounds and tennis courts.*

viva, é uma unidade que funciona tanto ativa quanto passivamente. A célula depende de fatores externos para alimentação, luz, calor, etc., e reage de acordo com as condições ao seu redor para seu desenvolvimento (Hoffmann, 2014, p. 118-119, tradução nossa⁶⁰).

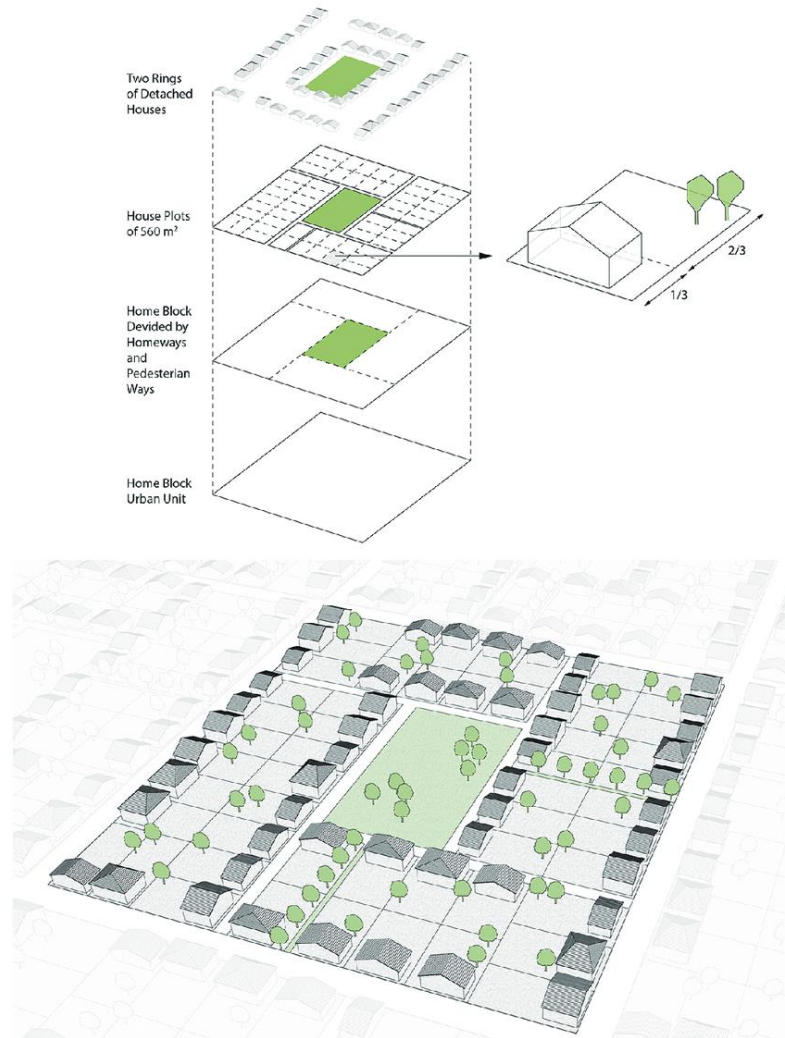


Figura 20 – Bloco urbano de Patrick Geddes.

Fonte: Allveil; Zemer (1925, p.173).

Essa ideia de célula possui amparo na biologia, sendo entendida a cidade como algo vivo e em constante transformação. É diante desse pensamento que se compreende como Geddes trabalhou em

⁶⁰ No original, em francês: *Mais, pour Geddes, la signification de l'unité de base de l'ilot dépasse de beaucoup le plan spécifique. Il considérait cette unité comme une condition existentielle fondamentale pour le corps élargi de la ville. L'ilot urbain, qui se comporte comme une cellule vivante, est une unité qui fonctionne à la fois de façon active et passive. La cellule est dépendante de facteurs extérieurs pour sa nourriture, la lumière, la chaleur etc., et réagit en fonction des conditions qui l'entourent pour son développement.*

seu projeto considerando as condições existentes e as necessidades locais. Observando as moradias, estas seriam casas com, no máximo, dois pavimentos, telhado plano e com a possibilidade de um *solarium*. Elas estariam umas ao lado das outras, formando longas fileiras de “blocos” acessados por ruas principais e secundárias. Dessa forma, as fachadas principais foram pensadas para ficarem voltadas para o oeste com a intenção de receber a brisa do oceano (Welter, 2009). Assim, entende-se que existia uma proposta mais geral para o tamanho dos lotes e modelo de habitação, além disso, haveria o limite à construção de até um terço dessa área, e quanto à altura o máximo permitido seriam 9 metros. Uma parte do terreno seria voltada a um espaço para uma “pequena fazenda de subsistência” (Allweil; Zemer, 2019).

Dessa forma, “esta abordagem flexível, permitiu que o plano se adaptasse à disposição existente da cidade e a integrasse formando um todo” (Rofé, 2008, on-line, tradução nossa⁶¹). Tanto essa descrição para o quarteirão quanto para o interior do lote, demonstram a real preocupação de Geddes com a questão habitacional, buscando atender às necessidades da população, seja associada à subsistência ou mesmo à ventilação e conforto. Segundo Jeremie Hoffmann (2014, p. 122, tradução nossa⁶²): “O bloco Geddes combina a ideia de desenvolvimento comunitário com a de planejamento do núcleo urbano básico, para refletir o vínculo da ligação entre o homem e seu ambiente”. O biólogo deixava clara sua preocupação com o nível humano de seu projeto, ficando evidente na descrição para os edifícios públicos, por exemplo, ao incluir não só espaços comuns como escolas e hospitais, mas ainda teatros, museus e conservatórios.

Além disso, segundo Yael Allweil e Noa Zemer (2019), o plano de Patrick Geddes era baseado na ideia do “*Housing Before Street*”, ou seja, a noção de pensar a cidade voltada à habitação antes de propriamente planejar ruas e outros elementos mais urbanos. Segundo Jeremie Hoffmann (2014, p.113, tradução nossa⁶³): “Para ele, a cidade é um organismo em seu ambiente, em outras palavras, um ‘sistema de código aberto’. No centro desse conceito está a ideia de que a finalidade de um produto é insignificante, pois está em total contradição com a evolução do ambiente”. Dessa afirmação, entende-

⁶¹ No original em inglês: *This flexible approach, has allowed the plan to adapt to the existing layout of the city and integrate it into one whole.*

⁶² No original, em francês: *L’îlot de Geddes combine l’idée d’un développement de la communauté avec celui de la planification du noyau urbain de base, pour refléter le lien entre l’homme et son milieu.*

⁶³ No original, em francês: *La ville, pour lui, est un organisme dans son environnement, en d’autres termes un ‘système à code ouvert’. À la clé de ce concept se trouve l’idée que la finalité d’un produit est insignifiante, puisqu’en contradiction totale avec l’évolution de l’environnement.*

se que Geddes não trouxe em seu planejamento conceitos fechados ou detalhes e desenhos em precisão para cada rua da cidade. Além disso, esse conceito de código aberto vai de encontro ao projeto moderno que, de maneira geral, via o projeto como algo fechado, acabado, uma “obra de arte”. A formação de biólogo de Geddes certamente permitiu esse tipo de ideia. E, mais do que isso, sua formação foi também a responsável por ir de encontro à postura defendida pelos arquitetos modernos em relação à preservação do urbano, fazendo com que ele se afastasse da noção de *tabula rasa* de Le Corbusier.

Esse modelo de habitação que inicialmente se voltava à ideia da casa, sofreu alterações com o maior processo de imigração entre os anos 1940 e 1950. Dessa forma, diversas casas foram dando lugar a blocos de apartamento, chamados por Patrick Geddes de “*warehousing*”⁶⁴ (Allweil; Zemer, 2019). Dentre os edifícios habitacionais, dessa outra fase, destacam-se um conjunto de blocos de apartamentos que foi projetado por uma cooperativa do estado chamada Beit Be’eri, e consistiam em 192 unidades de habitação em dois blocos horizontais. Esse primeiro grande conjunto ficou localizado a leste de Tel Aviv e foi projetado por um grupo de arquitetos israelenses. Segundo Allweill e Zemer (2019), seriam duas as referências para esse conjunto de Beit Be’eri (Figura 21). A primeira o próprio trabalho de Patrick Geddes, e a segunda o Team X⁶⁵ e suas unidades de vizinhança. Como resultado teve-se um bloco com princípios brutalistas:

A equipe de planejamento decidiu não subdividir o grande terreno, mas manter uma comunidade autogerenciada, uma "casa grande" como uma célula urbana da cidade. O planejamento de Beit Be'eri em uma área equivalente a vinte e quatro lotes típicos da cidade e a criação de espaços comunitários abrangentes permitiu que eles realizassem e desenvolvessem ainda mais seus objetivos sociais de moradia e de espaço aberto de forma orgânica – projetando edifícios e jardins juntos como entidades urbanas holísticas – enfatizando assim o espaço comunitário na promoção da interação humana. Portanto, o Beit Be'eri é uma casa coletiva extragrande e um quarteirão urbano em meio à estrutura do plano diretor de blocos residenciais de Geddes, baseados na habitação como uma célula urbana da cidade (Allweil; Zemer 2019, p. 181, tradução nossa⁶⁶).

⁶⁴ O termo *warehousing*, em inglês, tem a ideia de armazenamento. Transpondo essa interpretação para o contexto da discussão, os blocos de apartamentos poderiam ser interpretados como uma forma de armazenamento de pessoas.

⁶⁵ O Team X foi um grupo de arquitetos que se reuniu após o fim do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (Ciam). O objetivo desse grupo era discutir os problemas de arquitetura e do urbanismo modernos.

⁶⁶ No original, em inglês: *The planning team decided not to subdivide the large plot but to maintain one self-managed community, a “big house” as an urban unit of the city. Planning Beit Be’eri on an area equivalent to twenty-four typical city plots and creating comprehensive communal spaces enabled them to realize, and to further, develop their social objectives of housing and open space organically — designing*



Figura 21 – Conjunto de Beit Be’eri para habitação multifamiliar

Fonte: Allweil; Zemer (2019).

Esse tipo de habitação multifamiliar ajudou a solucionar um problema associado à densidade urbana, um dos debates no qual a arquitetura moderna se envolveu, ao tentar promover a questão habitacional, sem, no entanto, abreviar o conforto e a salubridade. Ainda com relação a esse aspecto, é relevante mencionar que algumas construções foram feitas pela própria população. Inclusive essa era uma ideia defendida por Patrick Geddes, usando o argumento de que o planejamento britânico de cima para baixo deveria ser substituído por ações dos próprios residentes, o que ele chamou de

buildings and gardens together as holistic urban entities — thus emphasizing communal space’s importance in promoting humane interaction. Beit Be’eri is therefore both an extra-large collective house and an urban block in the framework of Geddes’ home-block masterplan, based on housing as the city’s urban cell.

selfhousing, podendo ser traduzido como autoconstrução (Allweill; Zemer, 2019). Com relação a esse aspecto, é relevante mencionar o assunto da propriedade privada em Israel. Uma parte dos terrenos em que o projeto de Patrick Geddes incidiu correspondia a propriedades privadas, tornando-se um desafio ainda maior associado por exemplo à necessidade de desapropriação ou mesmo de alteração de projeto para abrigar edificações públicas ou certas intervenções urbanas. Esse assunto da propriedade privada se torna um desafio até os dias de hoje, em situações de restauro e manutenção.

Quanto ao modelo de habitação multifamiliar, essa tipologia implica outro estilo de vida das pessoas, ao se considerar que agora o espaço seria partilhado e as modificações em termos de concepção urbana, alterando desde a escala da cidade até o sistema de circulação, por exemplo. Essa é uma questão relevante de um ponto de vista mais macro associado à arquitetura moderna, isso no que se refere à experimentação. Do ponto de vista habitacional, esse foi um problema muitas vezes associado a conjuntos habitacionais que se viram degradados, ou com problemas de uso e ocupação. O que não significa que esse modelo tenha sido de todo um fracasso. O que se destaca com relação a esse aspecto é que o problema habitacional está presente na sociedade e que ele não se encerra em uma única solução.

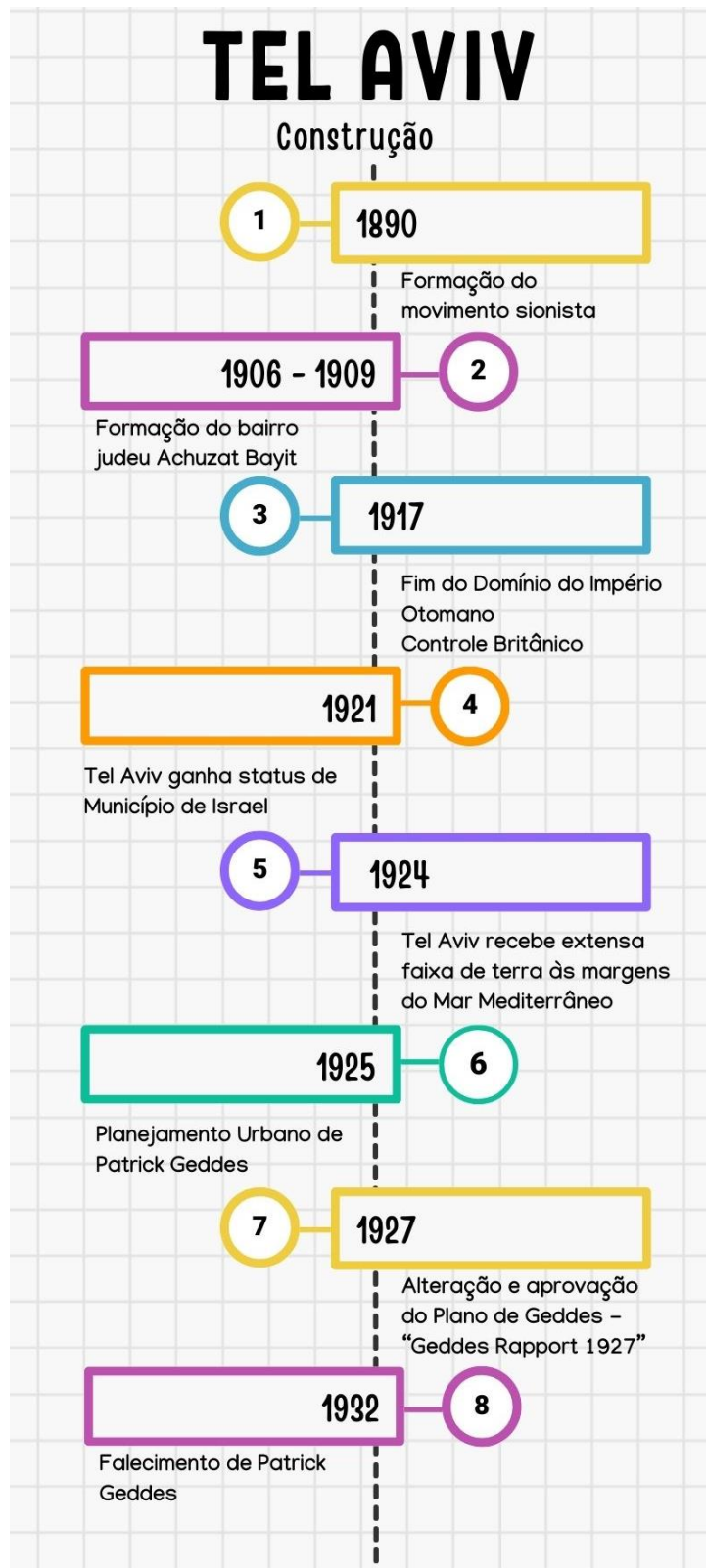
Afastando-se um pouco da discussão sobre as referências ao *International Style* ou à *Bauhaus*, tratada anteriormente, o que importa perceber não é uma filiação clara a um ou ao outro movimento, mas antes entender que a arquitetura presente em Tel Aviv buscava solucionar problemas existentes, trazendo qualidade de vida e conforto para a população local. Micha Gross, mesmo trazendo um olhar atual, resume bem essa questão:

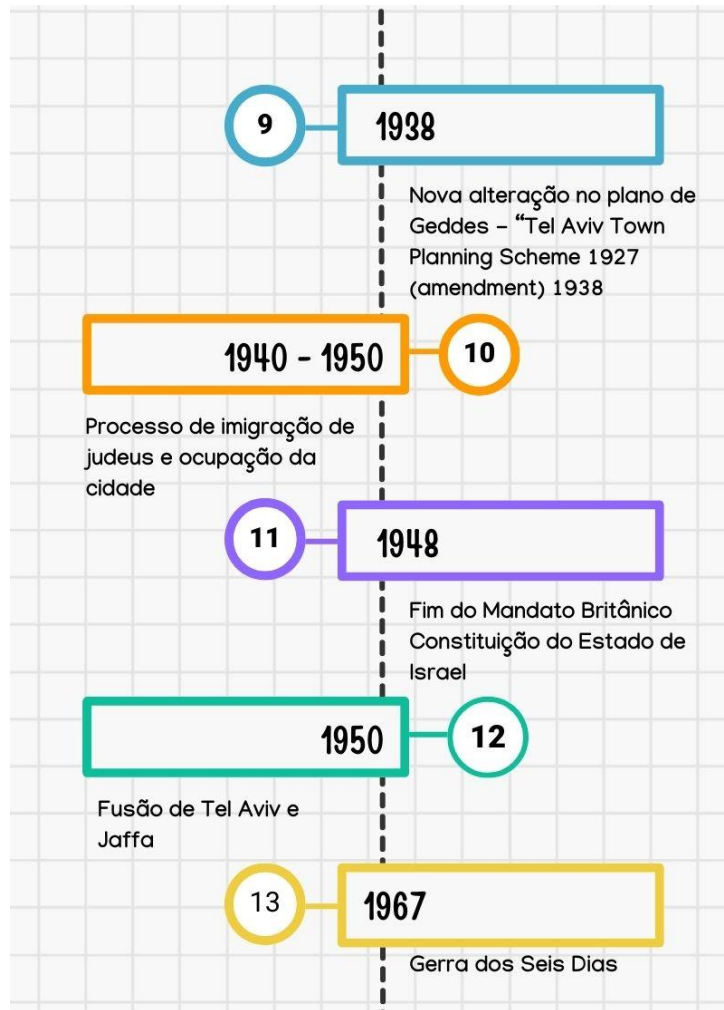
O urbanismo moderno colocou as necessidades dos habitantes no centro do esforço arquitetônico. De acordo com esta perspectiva, no planejamento de uma cidade ou de um apartamento, o design deve expressar funcionalidade, utilizando os melhores meios tecnológicos disponíveis na época. Sem dúvidas, em Tel Aviv os arquitetos e urbanistas modernistas atingiram esses objetivos. A qualidade de vida nos bairros da *Bauhaus* de Tel Aviv é elevada. São arejados e sombreados, têm muitos jardins públicos, o seu sistema viário é eficaz, e a densidade populacional é agradável – tudo isso os torna áreas de vida populares (Gross, 2015, p. 304-305, tradução nossa⁶⁷).

⁶⁷ No original em inglês: *Modern urbanism placed the inhabitants' needs at the heart of the architectural endeavor. According to this outlook, in planning a city or an apartment one's design must express functionality while utilizing the best technological means available at the time. Without doubt, in Tel Aviv modernist architects and urban planners have achieved these aims. The quality of life in Tel Aviv's Bauhaus neighborhoods is high. They are airy and shaded, have many public gardens, their road system is effective, and the population density is pleasant – all of which make them popular living areas.*

Diante dessa descrição, podem ser listados dois fatores relevantes para o “êxito” do projeto de Patrick Geddes. O primeiro é a atenção que o biólogo deu às necessidades da cidade e da população, buscando entender o contexto em que o projeto deveria se inserir, de forma geral. Cabe frisar, nesse caso, que as necessidades por ele atendidas são as básicas de todo ser humano, cabendo ao arquiteto respeitá-las. A sua proposta de planejamento esteve atenta ao contexto existente ao redor dessa nova Tel Aviv e buscou a sua integração, além de identificar soluções para habitação desde o desenho dos lotes até o seu interior. O segundo aspecto relevante diz respeito ao próprio interesse da população que almejava ocupar aquele espaço para o seu usufruto, terminando por colaborar para que fosse construído um ambiente de qualidade.

Esta análise acerca do planejamento de Patrick Geddes construída até aqui foi elaborada com base nos documentos originais e em autores que se debruçaram sobre esse assunto. Nesse caso, é imperativo destacar que a Cidade Branca de Tel Aviv se construiu partindo das bases lançadas pelo biólogo escocês, sendo, porém, o seu desenho adicionado, ao longo do tempo, de alterações para que o projeto se tornasse possível. Desse modo, talvez seja mais prudente falar em inspiração ou influência, do que de fato afirmar que Geddes desenhou um projeto para a cidade. Essa visão também pode ser confirmada pela ausência de dados sobre esse trabalho, o que não invalida a confirmação de que Tel Aviv possui referências ao movimento moderno e suas tendências.





2.2 Le Havre: dos escombros da Segunda Guerra Mundial à cidade reconstruída

Le Havre foi a segunda cidade com características modernas a ser construída. O seu contexto de edificação está diretamente ligado aos anos 1940 no pós-guerra, sendo esse o motor para o surgimento de uma nova cidade em meio aos escombros dos bombardeios de 1944. Contudo, antes de um olhar voltado a essa fase, é preciso, assim como foi feito para Tel Aviv, compreender um pouco da situação mais ampla, ao observar dados relevantes da França. Esse é um país constantemente presente no cenário mundial, seja pela forte economia, associada a um dos países mais desenvolvidos do mundo, possuindo um alto IDH, pela posição política, ou pelo ambiente cultural atrelado à literatura, à música, às artes e ao turismo. Enquanto forma de governo, trata-se de uma república democrática semipresidencialista, significando que há um presidente eleito por sufrágio universal e um primeiro-ministro nomeado pelo presidente, tornando-se responsável pelo parlamento. A língua oficial do país é o francês, mas pelas ruas é possível entender um conjunto de outras línguas que são faladas pelos inúmeros migrantes e turistas.

A história da França possui momentos marcantes que modificaram os rumos da sociedade, de modo geral. Não se pretende aqui construir uma abordagem da história francesa, mas antes destaca-se uma situação específica, a Revolução Francesa. Com o lema, “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, esse foi um momento de eclosão de revoltas que ocorreram entre 1789 e 1799, cujo objetivo era a luta contra a aristocracia e seus privilégios. Esse fato ganha relevância ao trazer consigo conquistas associadas aos direitos sociais e liberdades individuais. A Revolução Francesa diz bastante sobre esse país, pois até os dias de hoje a população carrega essas marcas pela busca das garantias políticas, democráticas e sociais.

Outro aspecto que merece ser destacado diz respeito às condições geográficas. A França faz fronteira com Espanha, Andorra, Itália, Suíça, Alemanha, Luxemburgo e Bélgica (Figura 22). Diante dessa localização privilegiada, pode-se perceber como esses países se integram, principalmente por meio do transporte ferroviário que cruza fronteiras de forma rápida e eficiente. Ainda cabe mencionar uma informação sobre o clima, que é o temperado oceânico, com as estações do ano bem definidas. Esse aspecto é relevante ao entendimento de como a arquitetura se adapta a essas condições, sobretudo nos extremos, verão e inverno, que demandam proteção específica para atingir o conforto térmico, por exemplo. Um último item que merece destaque diz respeito à religião – a França é um país de

maioria cristã, porém é um lugar que acolhe imigrantes de diferentes países e culturas, o que termina por afetar diretamente questões políticas, econômicas e sociais.

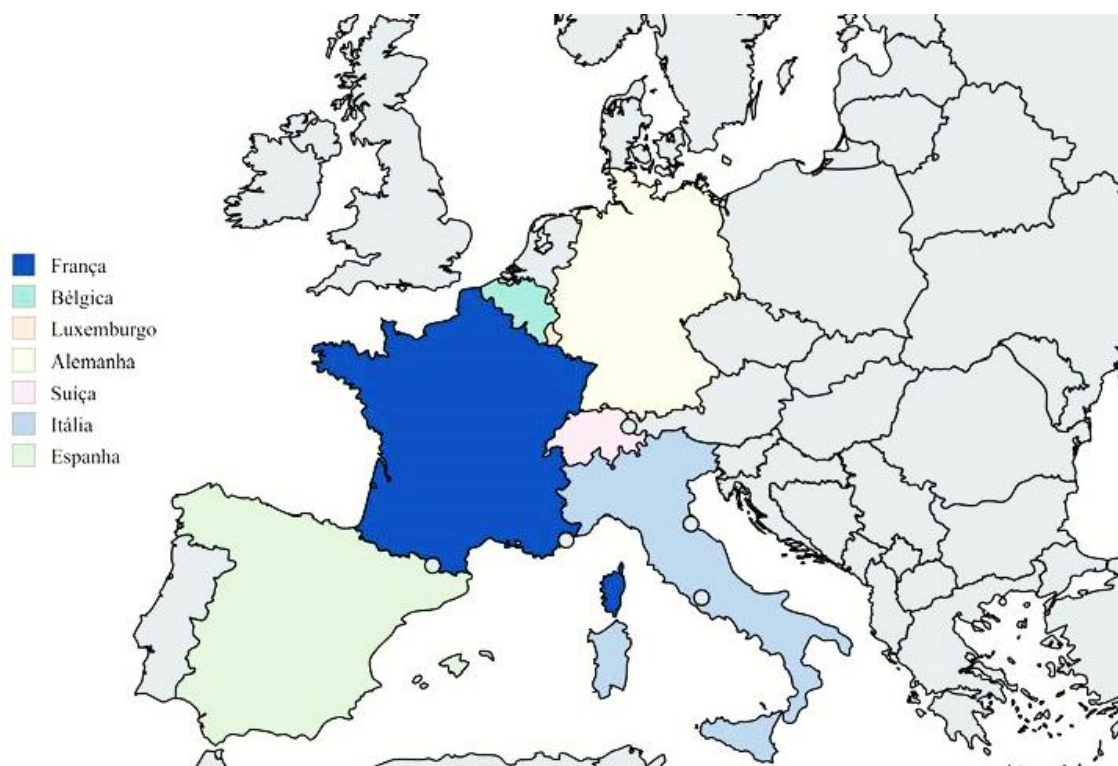


Figura 22 – Localização da França na Europa

Fonte: Elaboração própria. Elaborado com Mapchart.

Assim, é possível observar a região da Normandia, à qual Le Havre pertence. Essa cidade, juntamente com Caen e Rouen, representa as três maiores da região, sendo Rouen a sua capital (Figura 23). Segundo dados estatísticos do Insee (*Institut National de la Statistique et des Études Économiques*), pelo censo de 2020, Le Havre possuía 165.830 habitantes, com uma densidade demográfica de 3.532,1 hab./km², ocupando uma superfície de 47 km² aproximadamente. Em termos de ocupação, a grande maioria da população se dedica ao comércio, ao setor de transportes e a serviços diversos, sobretudo aqueles associados ao porto. De um total de 18 regiões administrativas existentes na França (13 metropolitanas e 5 ultramarinas), a Normandia é a 10^a região mais rica, posição que ocupa também em termos territoriais. Com relação ao IDH, este dado não foi encontrado especificamente para Le Havre, mas pode-se mencionar o da França, sendo 0,901, portanto elevado (Insee, 2020).

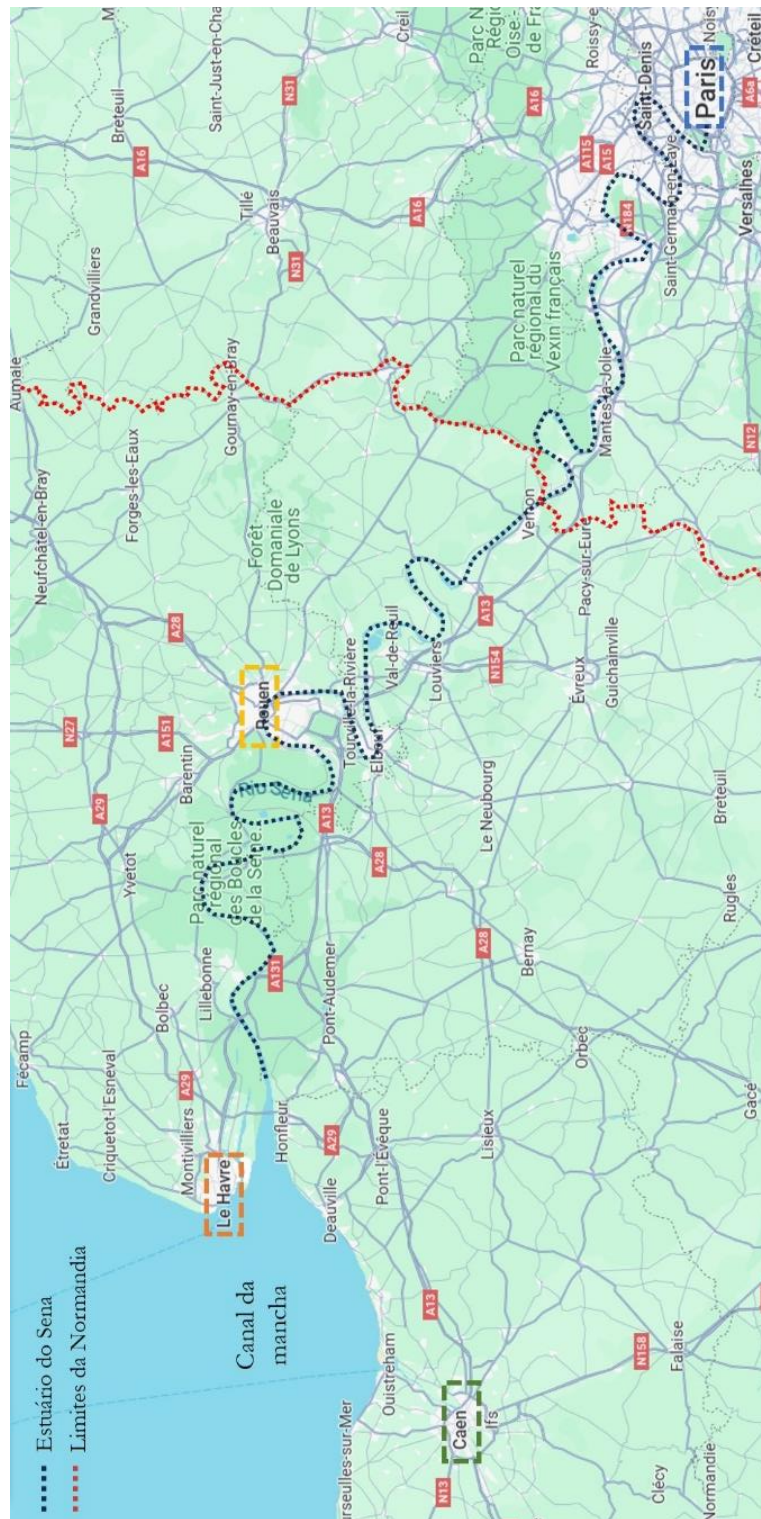


Figura 23 – Mapa Normandia

Fonte: Google Maps com alterações da autora.

Dessa forma, ao buscar esses dados mais gerais sobre a França e a Normandia, torna-se mais simples compreender certos aspectos sobre Le Havre, principalmente àqueles associados às decisões para a reconstrução. Em termos geográficos, a cidade está a menos de 200 km a noroeste de Paris, sendo percorrida essa distância rapidamente através da rede ferroviária ou rodoviária. Para os franceses, essa cidade é associada à condição de segundo maior porto do país, atrás apenas da cidade de Marselha, sudeste da França. Sua posição entre o Canal da Mancha e o Estuário do Sena denota a relevância associada ao comércio exterior e à localização de indústrias e comércios voltados ao porto. Também pode-se distingui-la pelo histórico de reconstrução no pós-guerra, o que atrai a atenção para a arquitetura e o urbanismo que diferem de estilos mais tradicionais franceses. Outro aspecto relevante, se refere ao turismo associado às praias locais.

Le Havre foi a última cidade listada como Patrimônio Mundial e, assim como Tel Aviv, passou por um intenso processo de transformação em sua estrutura urbana. Porém, de maneira preliminar, o que as diferencia é o processo destrutivo pelo qual a cidade francesa passou após os bombardeios da Segunda Guerra Mundial. Le Havre guarda na história um passado que remete às origens do século XVI, passando pela destruição em 1944, na Segunda Guerra Mundial, e o momento posterior de sua reconstrução baseada nos princípios da arquitetura moderna.

A história de Le Havre teve seu início no século XVI (Figura 24), quando a cidade foi construída por ocasião do assoreamento do porto de Harfleur a mando de François I, rei francês do período renascentista.

Em 7 de fevereiro de 1517, François I ordenou que o almirante Bonnivet da França construísse um porto fortificado em Grâce, na Normandia. As obras começaram imediatamente para romper a barreira de seixos que separava os riachos do mar e construir uma grande torre que comandava a entrada do porto. Em 8 de outubro, enquanto o trabalho progredia rapidamente, o rei confirmou sua intenção de construir uma cidade e se comprometeu a povoá-la, concedendo uma isenção de dez anos de impostos para todos os seus habitantes. Essas duas decisões foram os atos de fundação de Le Havre (Gastinne, 2017, on-line, tradução nossa⁶⁸).

⁶⁸ No original, em francês: *Le 7 février 1517, François 1er donne ordre à l'amiral de France Bonnivet d'aménager un port fortifié au lieu de Grâce, en Normandie. Les travaux s'engagent aussitôt pour percer le cordon littoral de galets qui sépare les criques de la mer et bâtir une grosse tour commandant l'entrée du port. Le 8 octobre, alors que le chantier avance promptement, le roi, après avoir confirmé son intention de construire aussi une ville, entreprend de la peupler en accordant pour dix ans exemption de taille et de gabelle à tous ses habitants. Ces deux décisions sont les actes fondateurs du Havre.*

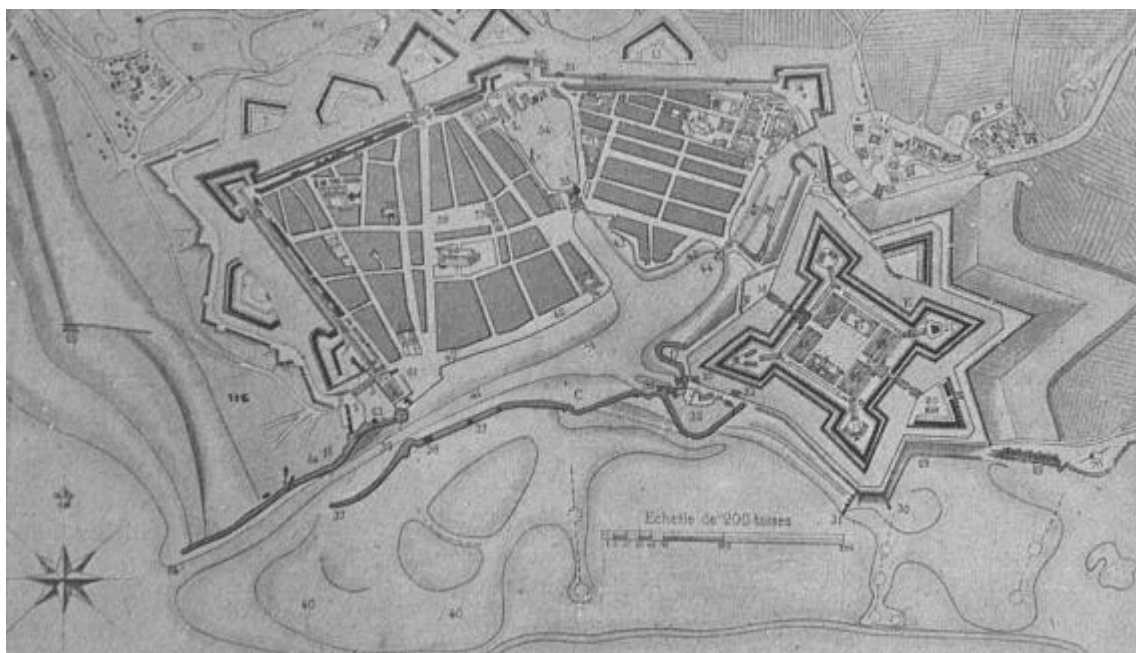


Figura 24 – Le Havre em 1765

Fonte: *L'Atelier de Reconstruction de la Ville du Havre (1946)*.

A cidade nasceu diretamente associada ao porto, por ser uma localização estratégica por questões militares e comerciais. François I realmente possuía interesse em desenvolver essa região, sendo um ponto relevante para a França. Em 1541, ele incumbiu ao engenheiro militar e ao arquiteto Jérôme Bellarmato o papel de reestruturação do bairro já existente, Notre Dame, além da proposição de um novo bairro, hoje Saint François. Assim, Bellarmato propôs uma grelha ortogonal com ruas que fossem alinhadas para facilitar o escoamento de águas. Em 1626, Armand Jean du Plessis, Cardeal de Richelieu e ministro de Louis XII, ordenou um reforço das fortificações existentes e a construção de uma entrada monumental. Assim, a cidade se tornou completamente murada, levando a uma superpopulação com condições de vida insalubres. Le Havre era naquele momento um dos quatro grandes portos coloniais da França. Com a intenção de expandir a cidade, em 1787, o engenheiro e arquiteto François-Laurent Lamandé projetou outro plano, porém, sendo concluído apenas em 1830 (Figura 25), após as guerras do Império (Carli, 2018).

A fisionomia social dos bairros antigos mudou. Os habitantes ricos de Le Havre se mudaram para novos edifícios que ofereciam mais espaço e luz.

Em meados do século XIX, com a demolição das muralhas, a cidade mais uma vez passou por profundas mudanças. Sua área de superfície aumentou nove vezes e sua população dobrou (Carli, 2018, p. 25, tradução nossa⁶⁹).



Figura 25 – Le Havre em 1838

Fonte: *L'Atelier de Reconstruction de la Ville du Havre* (1946).

Como foi possível acompanhar da colocação de Carli, a cidade foi se transformando e crescendo. Um exemplo disso foi a construção, em 1890, do *Boulevard Maritime*. Enquanto porto, essa função foi ganhando mais importância, também em termos de ocupação pela população dessa faixa mais próxima ao mar. Desse período em diante existiram momentos de mais prosperidade e outros de maior inflação e desemprego, como na ocasião da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A cidade passou por transformações substanciais, desde o crescimento populacional, passando pelo aumento das atividades portuárias e as demandas de urbanização e infraestrutura. Com o foco no processo

⁶⁹ No original, em francês: *La physionomie sociale des anciens quartiers est alors modifiée. Les riches Havrais s'installent dans de nouvelles constructions offrant plus d'espace et de lumière. Au milieu du XIX siècle, avec la démolition des remparts, la ville connaîtra à nouveau une profonde mutation. Sa surface sera multipliée par neuf et sa population doublera.*

reconstrutivo, o dia 5 de setembro de 1944 marcou a história de Le Havre como a data do início dos bombardeios que a arruinaram durante a Segunda Guerra Mundial (Figura 26 e Figura 27). A destruição de grande parte do seu centro trouxe a necessidade de reconstrução urgente de sua área urbana para abrigar cerca de 80.000 pessoas desalojadas após a guerra. Ao todo, foram cerca de 5.000 vítimas e 8.000 imóveis destruídos em aproximadamente 150 hectares. Os números são importantes para a compreensão da dimensão dos acontecimentos.

O centro da cidade destruído era o coração pulsante e o símbolo da cidade, entre o porto e o mar, com um comércio próspero, uma área construída densa e uma população bastante mista. Em 1939, 40.000 pessoas viviam no local, em uma população total de 164.000 habitantes (186.000 com as cidades do platô integradas após a guerra) (Liotard, 2007, p. 132, tradução nossa⁷⁰).



Figura 26 – Le Havre antes da destruição com edificações do século XVI

Fonte: <https://www.lehavredavant.canalblog.com>.

⁷⁰ No original, em francês: *Le centre-ville détruit avait été le cœur battant et le symbole de la ville, entre port et mer, avec un commerce florissant, un bâti dense et une population très mêlée. 40 000 habitants y vivaient en 1939, sur une population de 164 000 (186 000 avec les bourgs du plateau intégrés après-guerre).*



Figura 27 – Le Havre devastada após os bombardeios de 1944

Fonte: Etienne-Steiner (1999, p. 6).

Cabe, nesse momento, observar a força-tarefa deslocada para o reerguimento de Le Havre, fazendo com que o governo local, apoiado pelo nacional, realizasse os primeiros movimentos visando a sua reconstrução já em 1945, assim buscando um plano que fosse rápido e eficiente para reerguer a cidade destruída. Esse ano está associado à apresentação do projeto de Auguste Perret para Le Havre. Diferente de outras cidades destruídas que optaram pela reconstrução de modo a manter as características anteriores, para Le Havre, a escolha foi pela arquitetura moderna que estava em destaque à época.

O lugar de destaque de Le Havre na Reconstrução não se deve à escala do trabalho, que começou em 1945 – outras cidades foram igualmente destruídas – mas aos seus mestres construtores. Na controvérsia que já havia surgido após a Primeira Guerra Mundial, contra os defensores de uma reconstrução "modesta" de acordo com as tradições arquitetônicas locais, eles queriam criar uma obra arquitetônica "moderna". A primeira tendência prevaleceu em outras cidades da Normandia, enquanto a segunda aproximou Le Havre de outros "laboratórios", como Brest ou Dunkirk (Etienne-Steiner, 1999, p. 6, tradução nossa⁷¹).

Essa colocação evidencia que se pretendia construir uma nova cidade no lugar de privilegiar a arquitetura da cidade existente. Apesar dessa opção, o termo comumente utilizado para descrever essa ação é o da reconstrução. É necessário mencionar que, à época da reconstrução, existia uma

⁷¹ No original, em francês: *La place éminente du Havre dans la Reconstruction n'est pas due à l'ampleur du chantier qui commence à 1945, d'autres villes ont été autant détruites, mais à ses maîtres d'oeuvre. Dans la controverse qui avait déjà eu lieu après la Première Guerre Mondiale, dace aux tenants d'une reconstruction "modeste" en accord avec les traditions architecturales locales, ils veulent réaliser une oeuvre architecturale "moderne". Le premier courant a prévalu dans les autres villes normandes, le second rapproche Le Havre d'autres "laboratoires" comme Brest ou Dunkerque.*

documentação de como Le Havre era antes dos bombardeios. Nos arquivos da cidade, constam mapas, desenhos e até algumas imagens de como a cidade era (Figura 28 e Figura 29). Assim, poderiam ser questionados os motivos para a opção de uma “nova” cidade com características da arquitetura moderna. Pela análise de escritos sobre o processo de reerguer Le Havre pode-se depreender que foi uma escolha do governo francês: “Foi essa extrema seriedade que levou o governo francês a convocar Auguste Perret para reconstruir Le Havre. Perret tinha 70 anos de idade quando recebeu a incumbência. Ele era o único arquiteto francês a ter um estúdio organizado” (Abram, 2007, p. 91, tradução nossa⁷²). A organização se refere a um estúdio estruturado e em pleno funcionamento. Naquela situação, Auguste Perret era reconhecido internacionalmente, inclusive por seu trabalho entre guerras. Essa escolha pelo moderno talvez esteja amparada em mais um aspecto, o econômico, pois as cidades europeias viviam anos de crise pela penúria trazida em razão dos conflitos armados. Nesse caso, poderia ser mais custoso reerguer a cidade com materiais e técnicas de suas construções originais.

⁷² No original, em francês: *C'est la gravité extrême de la situation qui conduit le gouvernement français à faire appel à Auguste Perret pour rebâtir Le Havre. Lorsqu'il reçoit cette commande, Perret a 70 ans. Il est le seul architecte français à pouvoir se prévaloir d'un atelier organisé.*



Figura 28 – Le Havre em 1939

Fonte: L'Atelier de Reconstruction de la Ville du Havre (1946).



Figura 29 – Foto de Le Havre em 1939

Fonte: L'Atelier de Reconstruction de la Ville du Havre (1946).

Antes de entrar na discussão sobre os pormenores do que foi projetado pelo urbanista, cabe destacar que a documentação original disponível corresponde a um conjunto de desenhos para a cidade e um escrito principal que foi publicado na Revista *Techniques et Architecture* nº 007-008, de 1946. Nessa revista constam mapas, estudos para o planejamento de Le Havre, imagens e escritos explicativos sobre o projeto. Com relação ao nível de detalhe apresentado, Perret trouxe proposições tanto em contexto urbano quanto para a arquitetura ou para o interior dos imóveis habitacionais. Além disso, entende-se que, apesar de Auguste Perret dar o nome ao projeto e ter sido o responsável pelo planejamento urbano, esse foi um trabalho em equipe. O arquiteto delegou algumas partes da cidade para os colaboradores do seu ateliê, sendo ao todo 60 pessoas. “Durante o verão, o Atelier desenhou ‘esboços gerais’, com o espaço destruído implicitamente concebido como virgem. Na verdade, esses esboços se referiam ao centro da cidade arrasada, não a toda a cidade atingida” (Etienne-Steiner, 1999, p. 6, tradução nossa⁷³). Cohen, Abram e Lambert (2002, p. 21, tradução nossa⁷⁴) resumem o que foi esse trabalho em equipe e como se deu o primeiro movimento para iniciar projeto:

Encarregado por Raoul Dautry da reconstrução de Le Havre, ele propôs a reconstrução da cidade em uma plataforma. A escassez de materiais o forçou a abandonar essa ideia. Com sua equipe (Jacques Guilbert, Le Donné, Sardnal, Pierre-Édouard Lambert, Tournant, Guy Lagneau, Héaume, Poirrier, André Hernant etc.), ele elaborou um plano clássico baseado nos elementos fortes do antigo traçado. Seu trabalho não se limita à busca de uma ótima composição. A definição de tipologias habitacionais, a conciliação de requisitos do higienismo e coerência urbana, o uso racional do remembramento, o desenvolvimento de uma estrutura construtiva e o de técnicas de pré-fabricação fizeram dessa reconstrução um dos laboratórios mais inovadores da Europa. Auguste criou duas obras-primas: a prefeitura (com Tournant) e a igreja de Saint-Joseph.

Na situação de optar pelo modo como a cidade seria reconstruída, entende-se que haveria um assunto a ser vencido, como lidar com o passado de Le Havre, lembrando ou não sua história arquitetônica e urbanística. Assim, houve certo debate de como lidar com essa questão. Ao mesmo tempo que o Ateliê de Perret trabalhava em seus desenhos, o urbanista Félix Brunau, responsável desde

⁷³ No original, em francês: *Pendant l'été, l'Atelier dessine des "esquisses générales", l'espace détruit étant implicitement conçu comme vierge. Ces esquisses concernent en fait le centre ville rasé et non l'ensemble de la ville sinistrée.*

⁷⁴ No original, em francês: *Chargé par Raoul Dautry de la reconstruction de Havre, il propose de rebâtir la ville sur une plate-forme. La pénurie des matériaux le contraindra à renoncer à cette idée. Avec son équipe (Jacques Guilbert, Le Donné, Sardnal, Pierre-Édouard Lambert, Tournant, Guy Lagneau, Héaume, Poirrier, André Hernant ...), il élabore un plan classique s'appuyant sur les éléments forts des anciens tracés. Son travail ne se réduit pas à la recherche d'un grand composition. La définition des typologies de logements, la conciliation des exigences de l'hygiénisme et de cohérence urbaine, l'usage raisonné du remembrement, la mise au point d'une trame constructive et le développement des techniques de préfabrication font de cette reconstruction l'un des laboratoires les plus novateurs d'Europe. Auguste y réalise deux oeuvres magistrales : l'hôtel de ville (avec Tournant) et l'église Saint-Joseph.*

1941 por preparar um projeto de planejamento urbano para a cidade como um todo, teve um plano aprovado pelo Conselho Municipal em julho de 1945. Em oposição a essa ação, Auguste Perret apresenta em setembro de 1945 um plano dito por ele como “definitivo” (Figura 30). A contradição está voltada à manutenção dos aspectos originais. Enquanto o primeiro conservava as características de Le Havre, o segundo propunha algo único, mesmo que a trama “[...] se baseie em vestígios, neste caso os vazios nas bacias, ela nega o território no qual se assenta” (Etienne-Steiner, 1999, p. 7, tradução nossa⁷⁵).

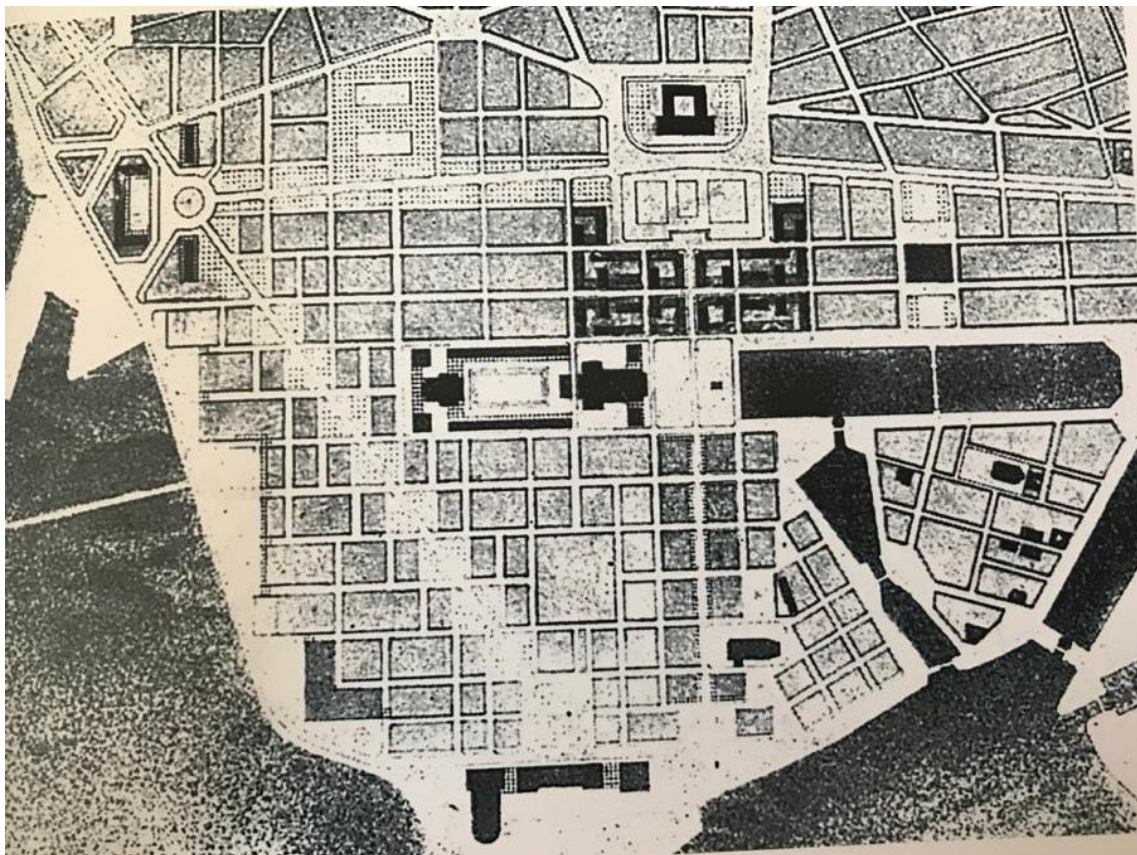


Figura 30 – Projeto de Auguste Perret para Le Havre

Fonte: Etienne-Steiner (1999).

Com relação a essa discussão entre local (projeto de Brunau) *versus* nacional (projeto de Perret), o Ministério da Reconstrução e do Urbanismo (MRU) terminou optando pela proposta de Auguste

⁷⁵ No original, em francês: [...] *s'appuie sur des vestiges, en l'occurrences les vides des bassins, nie le territoire sur lequel elle se pose.*

Perret. Um debate complexo que implica a escolha de um arquiteto renomado, porém sem conhecimentos profundos sobre a cidade e, de outro lado, um conjunto de arquitetos havrais com o desejo de saudar a cidade destruída. Obviamente que, por questões políticas e econômicas, principalmente, houve uma escolha controversa. Com isso, é preciso considerar que o poder estava centralizado no MRU, o que implica conflitos entre o local e o nacional quanto às influências para se tomar uma decisão. Complementando essa informação, Etienne-Steiner (1999, p. 8, tradução nossa⁷⁶) coloca:

Os habitantes de Le Havre tinham a impressão de que a Reconstrução estava escapando de suas mãos, de que todas as decisões estavam sendo tomadas em Paris, tanto no MRU quanto nos gabinetes parisienses. Jacques Tournant foi o único membro da equipe de Perret a se estabelecer em Le Havre, onde organizava reuniões explicativas e inclusive montou uma agência.

É visível que não só a “nova” Le Havre já nasce sob a alcunha de certa recusa ao seu passado, bem como as decisões são tomadas a quilômetros de distância do terreno a ser edificado. E em meio a isso, não se pode olvidar que existia uma população desabrigada e que em nada foi consultada quanto ao projeto. Assim, para acompanhar o processo de reconstrução de Le Havre, é preciso perceber que a cidade teve seus movimentos iniciais para reerguê-la associados ao Ministério da Reconstrução e do Urbanismo, chefiado pelo ministro Raoul Dautry. Esse ministério teve a função de organizar as etapas necessárias para reconstruí-la, definindo os papéis de cada agente. Segundo Claire Étienne-Steiner (2017), a área de urbanismo ficou responsável pelo plano de reconstrução e de urbanismo; os arquitetos cuidariam da “ordem arquitetônica”; e haveria o grupo responsável pela distribuição e parcelamento dos lotes.

Esse modelo de organização distinguiu os papéis de Auguste Perret, nomeado em 1945 arquiteto chefe da reconstrução de Le Havre, que acabou por ser responsável pelo projeto de toda a parte central da cidade, deixando a periferia aos cuidados de Félix Brunau, arquiteto local. Também se destaca o papel de Jacques Tournant, aluno de Perret, e um dos responsáveis pelo remembramento da cidade. Do ponto de vista do planejamento urbano, o remembramento propõe a “reorganização planejada de parcelas de terra dentro de um perímetro, removendo antigas linhas divisórias e criando

⁷⁶ No original, em francês: *Les Havrais ont l'impression que la Reconstruction leur échappe, que toutes les décisions se prennent à Paris, tant au MRU que dans les cabinets parisiens. Seul de l'équipe de Perret, Jacques Tournant s'installe au Havre où il anime des réunions d'explication, et où il a crée une agence.*

novas parcelas com um novo design” (Gauthiez, 2003, p.298-299, tradução nossa⁷⁷). Esse é um instrumento que pode ser compreendido sob a ótica da reconstrução no sentido de colaborar para que o governo pudesse efetuar a reconstrução das edificações e depois devolver a propriedade à população (Tournant, 1953).

Além desses nomes principais, identificam-se duas “cooperativas de desastres”: François 1^{er} e Agir. Cada uma delas possuía seus arquitetos e mestres de obras e cuidava de uma área específica da cidade.

Duas cooperativas de sinistrados partilharam o território: “François I^{er}”, presidida por Robert Le Chevalier, para a avenida do mesmo nome e a avenida Foch, e “Agir” para a rua de Paris e o bairro praça Saint-Roch. Elas [as cooperativas] são as proprietárias dos projetos e escolhem os arquitetos para os imóveis ou grupos de imóveis (Etienne-Steiner, 2017, p.180, tradução nossa⁷⁸).

As cooperativas tiveram papel essencial diretamente associado à reconstrução do território. Enquanto o Estado ficou responsável por reerguer os imóveis sem uso individual (*Immeubles Sans Affectation Individuelle* – ISAI), o que se entende como as edificações coletivas para habitação (Etienne-Steiner, 2017), as cooperativas auxiliaram na construção de outras partes da cidade. A sua atuação funcionou da seguinte maneira: com o plano proposto por Auguste Perret, Jacques Tournant ficou responsável pela elaboração de um “*Plan masse*” (Figura 31), compreendido como a “peça central do sistema. Estudado pelo arquiteto consultor do remembramento com base em desenhos e, em seguida, em um modelo em escala 1:500, ele inicialmente englobava a Place de l’Hôtel-de-Ville e depois, pouco a pouco, preenchia o perímetro destruído” (Tounant, 1953, p. 14, tradução nossa⁷⁹). Com a organização desse plano, as cooperativas puderam encaminhar aos arquitetos um programa contendo uma definição para os edifícios e a distribuição dos apartamentos. Dessa distribuição principal, as demais funções puderam ser alocadas no planejamento, como o comércio e outras atividades (Tounant, 1953).

⁷⁷ No original, em francês: *la recomposition planifiée du parcellaire à l’intérieur d’un périmètre, par effacement des limites séparatives anciennes et détermination des parcelles au dessin nouveau.*

⁷⁸ No original, em francês: *Deux coopératives de sinistrés se partagent ce territoire, « François I^{er} », présidée par Robert Le Chevalier, pour le boulevard du même nom et l’avenue Foch, « Agir » pour la rue de Paris et le quartier du square Saint-Roch. Elles sont maîtres d’ouvrages et choisissent les architectes d’opération pour les immeubles ou groupes d’immeubles.*

⁷⁹ No original, em francês: *[...]est la pièce maîtresse du système. Étudié par l’architecte-conseil du Remembrement sur dessins puis en maquette au 1/500, il a d’abord englobé la place de l’Hôtel-de-Ville puis, peu à peu, a rempli le périmètre détruit.*



Figura 31 - Plan masse de Jacques Tournant para Le Havre.

Fonte: Tournant, 1953, p. 545.

Essa distribuição de tarefas traz um panorama geral de como funcionaria na prática essa organização pretendida. O foco parecia estar na população desalojada, que ocupava instalações provisórias distribuídas pela cidade. Os mais pobres ocupavam acampamentos. Dessa forma, já no começo de 1946, as construções das habitações foram iniciadas pelo governo local. A ideia para essas construções era de uma abordagem funcional, buscando o conforto da casa. Seguindo essa visão funcionalista, foram realizados estudos para as melhores condições de insolação e de ventilação. Em 1950, começaram a ser entregues as primeiras unidades para a população (L'Atelier de Reconstruction de la Ville du Havre, 1946).

Quanto ao projeto que foi escolhido para Le Havre, algumas considerações iniciais precisam ser feitas. A primeira delas é voltada a um concurso interno que ocorreu dentro do Ateliê Perret para a escolha de um plano geral. Esse acontecimento data do verão de 1945. Em resumo, esses primeiros croquis chegaram a algumas diretrizes iniciais, como o lugar da Prefeitura, e um centro principal, conferindo destaque para a Avenue Foch e a Porte Océane, ainda promovendo um *status* comercial para a Rue de Paris. A Avenue Foch e o Boulevard de Strasbourg chegam à Praça do Hôtel de Ville (a

prefeitura) formando o primeiro eixo de Le Havre, Leste-Oeste. O segundo eixo é marcado pela Rue de Paris, Norte-Sul. A Porte Océane marca o final da Avenue Foch em direção ao oceano (Figura 32). Essa primeira característica se manteve presente até o projeto final e os dias de hoje.

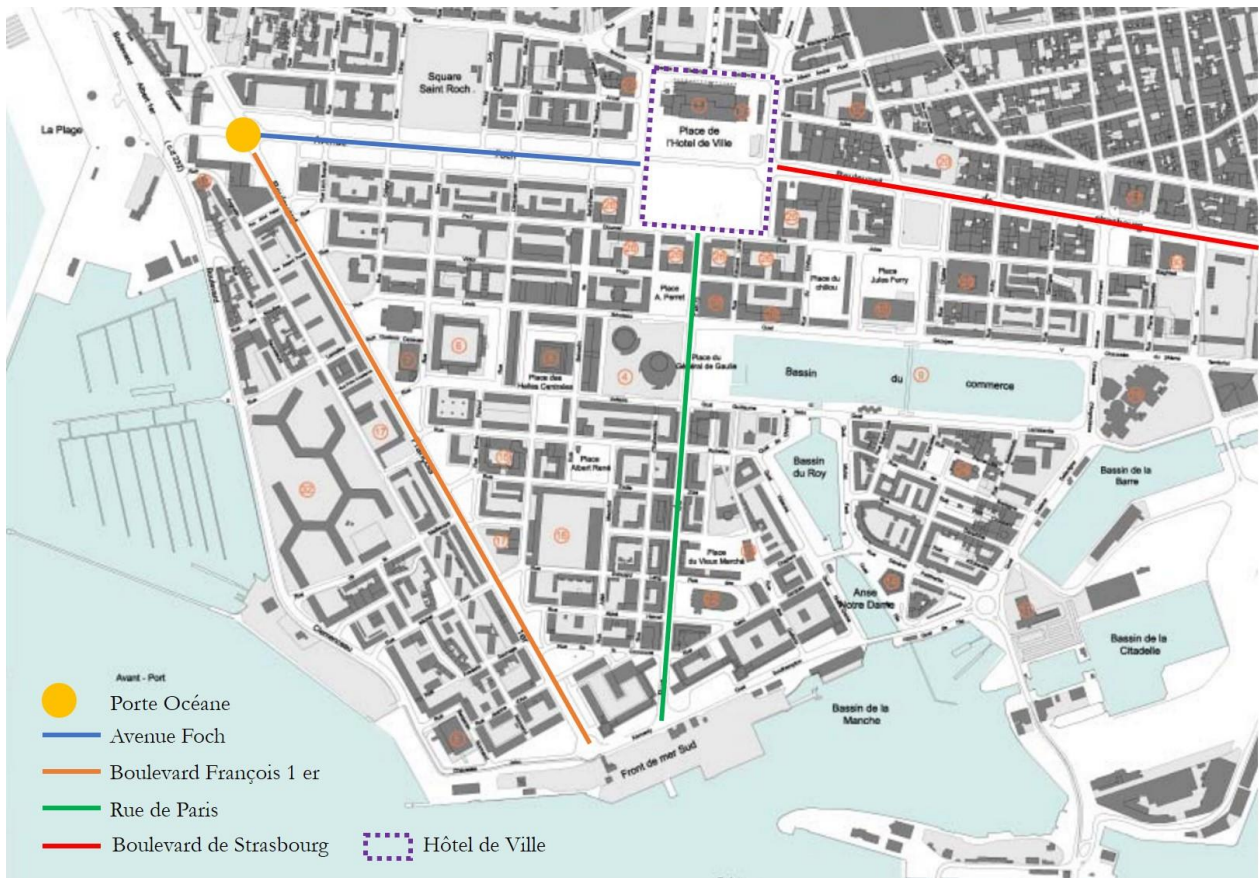


Figura 32 – Mapa com identificação de ruas em Le Havre

Fonte: Unesco (2003b, com alterações da autora).

É importante destacar que esses eixos principais estão associados a Le Havre antes da guerra. Com relação a esse aspecto, cabe entrar na discussão sobre a ideia da *tabula rasa* comumente associada

à cidade. O livro de Claire Etienne-Steiner (1999, p. 3, tradução nossa⁸⁰), citando Auguste Perret, em suas primeiras linhas apresenta:

Le Havre está agora em grande parte destruída, e eu posso vê-la da minha varanda, que tem vista para o porto, de uma distância e altura suficientes para poder estimar o verdadeiro valor da feroz *tabula rasa* que as bombas fizeram do centro da cidade, como se fosse uma questão de repetir, no mundo mais real, em um terreno povoado por seres vivos, a famosa operação Cartesiana". Em dezembro de 1945, Michel Leiris (prefácio de *L'Âge d'homme*) descreveu o espanto de ver o centro da cidade transformado, depois que os escombros foram removidos, em um "gigantesco terreno baldio de bairros arrasados (abandonados por um longo tempo para serem usados em uma surpreendente rotação de culturas)". Essa noção de uma *tabula rasa* é um dos mitos recorrentes da reconstrução de Le Havre, refletindo o trauma dos habitantes e a vertigem da página em branco na qual os arquitetos desenharam a reconstrução.

A reconstrução de Le Havre perpassa a noção inicial de que o ponto de partida seria uma *tabula rasa*, ideia que no campo da arquitetura é comumente associada a uma condição do projeto em que se parte do zero. Na cidade francesa, essa noção diz respeito aos 150 hectares destruídos na guerra. Essa visão é lançada por Auguste Perret da seguinte forma:

Le Havre não pode nem deve ser reconstruída, mas sim "recriada". O projeto de uma cidade verdadeiramente nova poderia nascer de uma comparação, à luz do urbanismo, das necessidades sociais atuais de uma população vasta, ativa e corajosa, e dos recursos técnicos que constituem uma das riquezas de que o nosso tempo se pode orgulhar (*L'Atelier de Reconstruction de la Ville du Havre*, 1946, p. 333, tradução nossa⁸¹).

Essa colocação pode ser vista como uma justificativa para um projeto novo. Mas, mesmo assim, Perret buscou na cidade antiga referências ao seu traçado original como em: "[...] a tábula rasa é um efeito ilusório e Perret [...] teve pelo menos que restituir o traçado das vias principais, o "Triangle

⁸⁰ No original, em francês: "*Le Havre est actuellement en grande partie détruit, et j'aperçois cela de mon balcon, qui domine le port d'assez loin et d'assez haut pour qu'on puisse estimer à sa juste valeur l'éferante table rase que les bombes ont faite du centre de la ville comme s'il s'était agi de renouveler, dans le monde le plus réel, sur un terrain peuplé d'êtres vivants, la fameuse opération cartésienne*". Michel Leiris en décembre 1945 (préface de *L'Âge d'homme*) témoigne de la stupeur que suscite le centre ville, transformé, une fois les décombres aplanis en un "gigantesque terrain vague des quartiers rasés (abandonnés pour longtemps en vue de je ne sais quel étonnant assolement)". Cette notion de table rase fait partie des mythes récurrents de la reconstruction du Havre, à la mesure du traumatisme des habitants et du vertige de la page blanche où les architectes dessinèrent la reconstruction.

⁸¹ No original, em francês: "*Le Havre peut et doit être non pas reconstruit, mais « récréé »*". *Le plan d'une ville véritablement neuve pourrait naître de la confrontation, aux lumières de l'Urbanisme, des besoins sociaux actuels d'une vaste population active et courageuse, et de moyens techniques qui sont l'une des richesses dont notre temps peut s'enorgueillir*.

D'Or', e reestabelecer a beira-mar para conter os ventos” (Etienne-Steiner, 1999, p.7, tradução nossa⁸²). A sobreposição do desenho antigo da cidade e do novo projeto permitem perceber essas permanências (Figura 33). O núcleo mais central da cidade foi completamente destruído, o que se aproxima da ideia da tábula rasa, contudo, algumas edificações permaneceram, como a *Catedral de Notre-Dame*, a *Maison de l'Armateur*, o *Hôtel Dubocage de Bléville* e o Museu de História Natural. Esses exemplares passaram por restauros após a guerra (Figura 34).

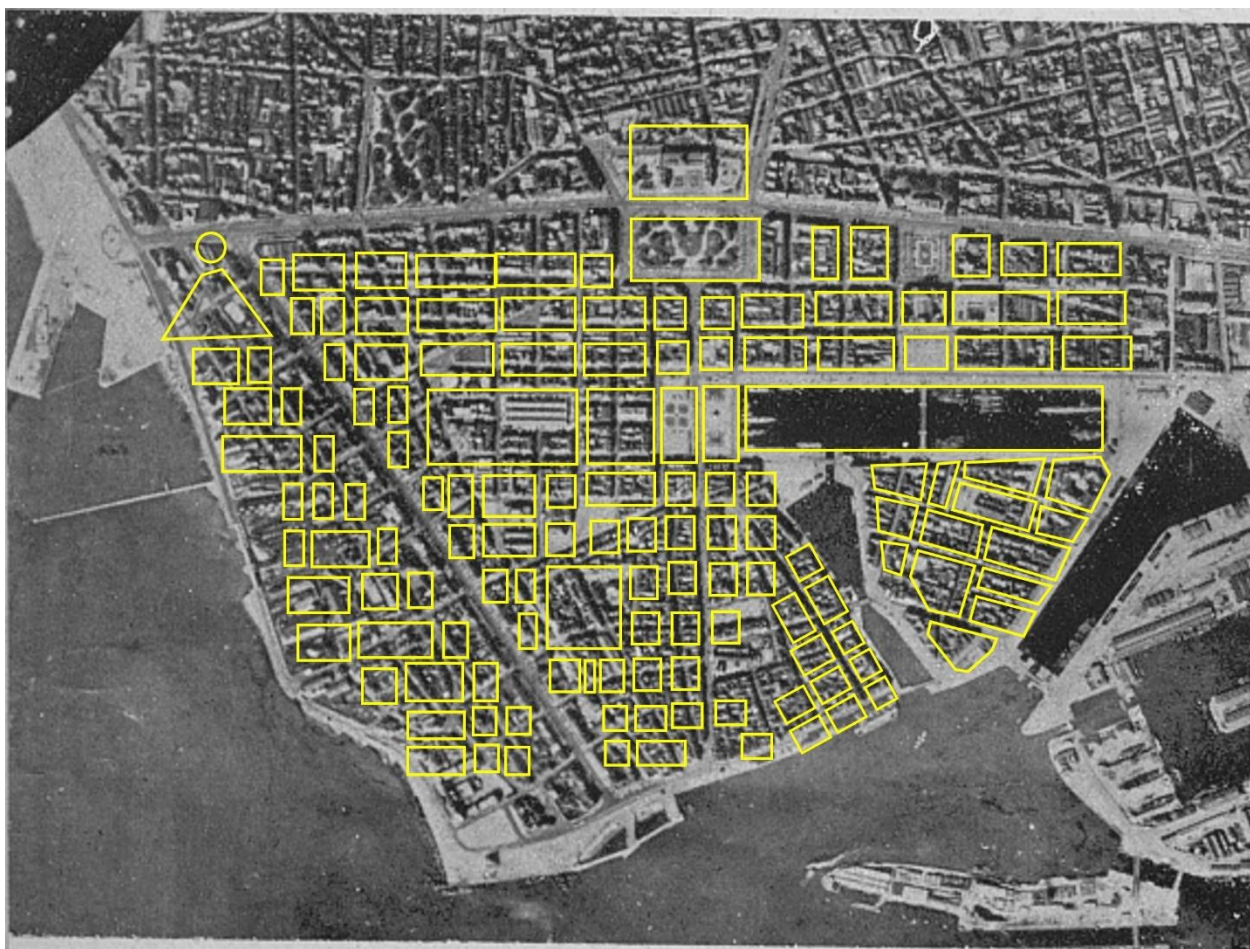


Figura 33 – Sobreposição do projeto de Auguste Perret (em amarelo) na Le Havre de 1939

Fonte: Elaboração própria com base em *L'Atelier de Reconstruction de la Ville du Havre* (1946).

⁸² No original em francês: [...] *la table rase s'est en effet avérée illusoire et Perret [...] il a fallu au moins restituer le tracé des voies principales, le « Triangle d'or », et rétablir un front de mer pour contrer les vents du large.*

Um caso particular envolvendo a reconstrução de Le Havre é visto no *Quartier Saint-François* (Figura 34 e Figura 35), um bairro que em alguma parte permaneceu de pé e não seguiu o planejamento de Perret, sendo reerguido com base em sua concepção original do século XVI a partir do trabalho de Brunau. O espaço teve o projeto de um grupo de arquitetos locais seguindo a justificativa de que se encontravam ali edifícios dos mais importantes da cidade, alguns classificados como monumentos históricos⁸³ pela França (Docomomo France, 2003). Além de contar hoje com uma aparência diferente do centro “moderno” de Le Havre, Saint-François é cercado pelos *Bassin de la Barre* e *Bassin du Commerce*, criando um ambiente particular, onde o traçado e as edificações referenciam a Le Havre do passado.



Figura 34 – *Quartier Saint-François e outros pontos de referência em Le Havre*

Fonte: Google Earth (com alterações da autora).

⁸³ A lei de proteção dos monumentos históricos da França é de 1913. Mas antes, em 1887 foi criado o instrumento de proteção francês, conhecido como *classement*. Ver Brito (2018).



Figura 35 – Quartier Saint-François atualmente

Fonte: Foto da autora (2019).

A Le Havre do século XVI está presente não apenas no Quartier Saint-François, mas também nos bairros adjacentes à área central, principalmente por não terem sido completamente destruídos, além de contarem com o trabalho dos arquitetos locais que conheciam a realidade anterior. Essa informação leva à compreensão de que a cidade hoje mistura elementos de seu passado e de referências à arquitetura moderna do pós-guerra. A reconstrução trouxe para o conjunto urbano tanto um novo modo de vida quanto outros olhares sobre a realidade. Essa nova Le Havre despertou o interesse externo pela reconstrução, pela arquitetura e pelo urbanismo modernos e pelo que a cidade se tornou.

Auguste Perret não teve imposições quanto às diretrizes projetuais, no entanto optou por saudar a cidade antiga em seu traçado, ao mesmo tempo que a novidade estava em uma arquitetura

moderna amparada em um novo estilo de vida. Assim, a sua equipe teve como ponto de partida um amplo terreno deixado pelos escombros e pelas linhas de referências marcadas pela memória da cidade antiga. Assim, as primeiras diretrizes estão voltadas a um esquema de planejamento urbano. Ficou definido que a distribuição do plano seria por meio de uma malha de 100 m x 100 m contendo um módulo básico de 6,24 m. Auguste Perret propôs ainda que a cidade fosse erguida 3,50 m a partir do solo natural, porém essa ideia não foi aceita pelo Conselho Municipal em virtude do alto custo para realizar tal tarefa (Cohen; Abram; Lambert, 2002).

Os detalhes no projeto de Auguste Perret são visíveis em diferentes níveis. Certamente, a ênfase no uso do concreto armado foi uma delas. O projetista trouxe alguns direcionamentos voltados ao planejamento urbano da cidade e, para a arquitetura, alguns exemplos podem ser observados em termos de estética e modos de ocupação. Assim, o ponto de partida foram oito princípios trazidos por ele que seriam aplicados para a reconstrução:

- 1- As grandes vias subsistentes, que criam com o *Bassin du Commerce* dois eixos ortogonais, servirão de base à trama geral;
- 2- A trama será constituída de duas grelhas perpendiculares de circulação principal formando malhas quadradas com 100 m de lado;
- 3- Cada malha poderá ser recortada por uma rede de circulação secundária;
- 4- O traçado das vias, a largura, as dimensões das ilhas e dos imóveis serão inscritos em uma trama geral invisível, tendo um módulo base de 6,24m;
- 5- A disposição dos volumes construídos em relação à rua deverá garantir a todos os apartamentos a insolação máxima, amplas visuais e proteção contra os ventos dominantes;
- 6- A disposição dos edifícios, uns em relação aos outros, dentro de uma mesma ilha, deverá considerar os mesmos imperativos;
- 7- A altura das edificações não será uniforme, sendo definidas localmente em função das condições particulares enunciadas nos itens 5 e 6;
- 8- Considerando a proximidade com o lençol freático, será desejável elevar a rede de vias de circulação (*L'Atelier de Reconstruction de la Ville du Havre*, 1946, p. 334, tradução nossa⁸⁴).

É perceptível que esses oito princípios trazem colocações mais gerais, como um norte para o projeto. Assim, é preciso detalhar cada um desses itens. A primeira diretriz apresenta a base geral na

⁸⁴ No original, em francês: 1 – *Les grands voies subsistentes qui créent avec le bassin du Commerce deux axes orthogonaux serviront de base à la trame Générale.* 2 – *La trame ser constituée de deux réseaux perpendiculaires de circulation principale formant des mailles carrées de 100 m de côté.* 3 – *Chaque maille pourra être recoupée d'un réseau de circulation secondaire.* 4 – *Le trace des voies, leur largeur, les dimensions des îlots et des immeubles s'inscriront dans une trame générale invisible dont le module de base est de 6,24m.* 5 – *La disposition des volumes bâtis par rapport à la rue devra assurer à tous les appartements un ensoleillement maximum, des vues dégagées et une protection contre les vents dominants.* 6 – *La disposition des bâtiments les uns par rapport aux autres dans un même îlot devra tenir compte des mêmes impératifs.* 7 – *La hauteur des bâtiments n'est pas uniforme et sera définie localement en fonction des conditions particulières énoncées en 5 et 6.* 8 – *Compte tenu la proximité de la nappe phréatique, il serait souhaitable de srélever le réseau des voies de circulation.*

qual se desenvolveu o desenho de Le Havre, a partir de dois eixos se cruzando. Esses eixos estruturantes já existiam na cidade destruída, e foram mantidos. O seu encontro ocorre na praça da prefeitura (Hôtel de Ville). Como visto anteriormente, os dois eixos são marcados por avenidas principais com a incumbência de abrigar funções públicas, de comércio e residencial. Auguste Perret cita o Bassin du Commerce. Esta é uma bacia de água que, além de operar como uma base náutica, possui função estruturadora para a cidade a partir da qual se organiza a trama de Le Havre.

Ainda com relação aos eixos principais, é preciso caracterizá-los quanto à ocupação. O Boulevard de Strasbourg, a Avenue Foch e a Rue de Paris agregam tanto residências multifamiliares quanto comércios ocupando o térreo. Além disso, recebem edificações de maior destaque e monumentalidade. Marcando o encontro dos eixos está a prefeitura, projeto de Auguste Perret e Jacques Tounant, destacando-se por um edifício horizontal mais baixo e a torre do relógio com 72 m de altura. A edificação perde em altura apenas para a Igreja Saint Joseph, que possui 110 m e é projeto de Perret. Esses dois edifícios abrigando respectivamente a função de Estado e de Igreja representam os marcos verticais, conferindo monumentalidade ao conjunto. Contudo, a Igreja não está localizada em um dos eixos, ocupando o Boulevard François I.

Passando ao segundo princípio apresentado por Perret, a trama que constitui a cidade pode ser compreendida como algo determinante para otimizar as construções, possibilitando ainda uma leitura clara do conjunto urbano. Esse sistema de trama está visível claramente no plano horizontal. A trama ortogonal proposta por Perret para a planta da cidade permitiu a criação de 150 ilhas, chamadas de *ilots* em francês, na mesma malha de 100 m x 100 m. Elas podem ser entendidas como módulos sobre os quais foram erguidos os edifícios. Em cada uma, os edifícios possuem alturas diferentes e estão dispostos ao redor de um espaço comum com estacionamento e jardim (Pantet; Eleta-Defilippis; Solignac, 2019).

A maioria dos edifícios nos quarteirões é de propriedade privada, organizada como condomínios, com alguns edifícios sociais usados para moradia nos andares superiores e lojas no térreo para animar a cidade. Prédios públicos, administrativos, culturais e religiosos estão integrados aos blocos, para garantir serviços de saúde e educação para cidadãos de todas as idades. Uma das principais preocupações dos arquitetos foi combinar uma boa quantidade de luz solar com condições de vida que favorecessem a atividade humana (alternância de edifícios altos e baixos, jardins e

lojas, ruas tranquilas e vias largas) (Pantet; Eleta-Defilippis; Solignac, 2019, p. 5, tradução nossa⁸⁵).

Além do regime de propriedade privada mais comum, em Le Havre, e na França, há o regime de copropriedade, um outro tipo de propriedade privada. Na propriedade privada comum, um único indivíduo ou entidade tem a posse integral do bem imobiliário, assim, todas as decisões recaem sobre essa única pessoa. Já a copropriedade é representada por várias pessoas que possuem partes de um bem imobiliário, ou seja, existe um conjunto de proprietários privados reunidos em um imóvel. Dessa forma, as decisões e responsabilidades são partilhadas. Esse último sistema foi utilizado em Le Havre principalmente para as habitações na área central que foram alvo do projeto de Auguste Perret. Nesse caso, é preciso lembrar que parte da população ficou desalojada e que, por ocasião da reconstrução, existiu a noção de remembramento do solo (em francês, *remembrement*).

Em complemento à explanação sobre a trama da cidade, observando o item três proposto por Perret, acerca da circulação secundária, a grelha principal possui essa delimitação precisa de 100 m de cada lado, porém permitiu-se que fosse formada uma malha complementar, possibilitando, assim, que lotes de diferentes tamanhos fossem organizados. O quarto item se refere ao módulo de base de 6,24 m, funcionando para a estrutura dos edifícios como um todo: “Essa grade quadrada básica possibilita a definição de diferentes planos retangulares. Os pilares, que representam essa grade em elevação, permitem que a estrutura seja estendida a alturas variadas (2, 5 ou 11 andares) (Pantet; Eleta-Defilippis; Solignac, 2019, p. 5, tradução nossa⁸⁶). O uso desse módulo permitiu que fossem criados espaços adequados ao conforto pretendido, além da possibilidade da economia dos materiais, por meio da pré-fabricação. Vale ainda mencionar que pilares dessa dimensão foram utilizados em diversos edifícios, proporcionando um caráter monumental devido ao vão livre, como colocam Pantet *et al.* (2017).

Em Le Havre, pode-se afirmar que houve emprego massivo da pré-fabricação, tendo sua relevância atrelada à economia e ainda à diminuição do tempo de construção. Esse sistema construtivo foi utilizado de duas formas. A primeira delas estava associada à pré-fabricação das peças em oficinas

⁸⁵ No original, em francês: *Dans les îlots, la plupart des bâtiments sont des propriétés privées, organisées en copropriétés et quelques bâtiments sociaux, affectés au logement dans les étages et au commerce au niveau du rez de chaussée pour animer la ville. Des bâtiments publics, administratifs, culturels et culturels sont intégrés dans les îlots, afin de garantir des services de soins et d'enseignement aux citoyens de tous âges. Un constat souci pour les architectes est d'associer un bon ensoleillement et des conditions de vie humaine (alternance de bâtiments hauts et de bâtiments bas, jardins et boutiques, rues calmes et larges artères).*

⁸⁶ No original, em francês: *Cette maille carrée élémentaire permet de définir différents plans rectangulaires. Les poteaux qui matérialisent en élévation cette trame, permettent de développer l'ossature sur des hauteurs variables (2, 5, 11 étages).*

de construção fixas para as obras. A segunda opção era a pré-fabricação no local da obra. Um cuidado que o sistema de gestão associado às obras teve era em propor materiais de fácil acesso e utilização. E a própria estrutura deveria comportar os sistemas elétrico e hidráulico, além de uma proteção térmica, algo essencial para a fria região da Normandia (Pantet *et al.*, 2017).

Cabe sublinhar que diferentes escritos destacam a atenção conferida à estrutura da cidade, buscando sobretudo melhor eficiência dos materiais e das condições de conforto. Claramente essa atenção tem origem no trabalho de Auguste Perret que, desde o início de sua carreira, se interessou pelas questões estruturais e pelo uso do concreto armado. Le Havre se tornou um canteiro experimental, principalmente pela dimensão da obra, e pela busca de inovações que permitissem vãos maiores, o isolamento térmico e amplas aberturas para a insolação. Como coloca Joseph Abram: “Ele elaborou um plano clássico com base nos antigos traçados. O recurso de remembramento do solo, o uso de uma grade de construção na escala do centro da cidade e o desenvolvimento de técnicas de pré-fabricação fizeram dessa reconstrução um dos laboratórios mais inovadores da Europa” (Abram, 2013, p. 38, tradução nossa⁸⁷).

O item de número 5 “A disposição dos volumes construídos em relação à rua deverá garantir a todos os apartamentos a insolação máxima, amplas visuais e proteção contra os ventos dominantes” e o item 6 “A disposição dos edifícios, uns em relação aos outros, dentro de uma mesma ilha, deverá considerar os mesmos imperativos”, possuem relação direta com o desejado conforto para a população. A equipe de Perret realizou estudos sobre a disposição das edificações nos lotes chegando à seguinte conclusão:

Aplicação dos princípios adotados durante os estudos preliminares, isso significou o abandono do princípio de edifícios em ordem contínua ao redor dos quarteirões, a fim de evitar pátios fechados e sombrios com pouca luz solar. Como a largura das ruas antigas, relativamente estreitas, foi mantida, o objetivo era evitar a criação de trincheiras que seriam essas ruas estreitas ladeadas por faixas contínuas de prédios altos. Portanto, foi adotado o seguinte princípio: os blocos só seriam ladeados continuamente por estabelecimentos comerciais no térreo, com exceção de pelo menos um intervalo por bloco. Os edifícios com no máximo 3 andares acima do térreo (sem elevadores) são dispostos em faixas paralelas orientadas de leste a oeste e espaçadas de modo que a sombra das linhas de cumeeira projetada na fachada da linha seguinte não ultrapasse o nível dos andares baixos do primeiro andar, ao meio-

⁸⁷ No original, em francês: [...] *il élabore un plan classique s'appuyant sur les anciens tracés. Le recours au remembrement, l'utilisation d'une trame constructive à l'échelle du centre-ville, le développement des techniques de préfabrication feront de cette reconstruction l'un des laboratoires les plus novateurs d'Europe.*

dia do dia primeiro de janeiro (L'Atelier de Reconstruction de la Ville du Havre, 1946, p. 337, tradução nossa⁸⁸).

Ao observar o planejamento da cidade sob um olhar macro, não é perceptível esse nível de detalhamento. A planta de Le Havre não dá conta desses detalhes, sobretudo pela restrita avaliação de que as edificações na porção central seriam todas parecidas, quando na verdade a similaridade está mais no uso do concreto e em uma estética homogênea aparentemente adotada. Quanto à disposição das edificações nos terrenos, existiu esse trabalho de promover a descontinuidade de grandes paredes ou muros fechados gerando ruas sem vida e sem usos. Para a solução desse problema, foram utilizadas, a princípio, duas estratégias: comércios no térreo, o que atrai constante movimento para as calçadas, mesmo que as ruas sejam mais estreitas, e edificações mais baixas que não geram uma sensação de opressão em relação à escala humana.

Com relação à técnica de franca integração entre as funções da cidade, ao unir comércio e residências em um mesmo edifício, isso parece ir na contramão de uma característica presente na arquitetura moderna, o zoneamento. No caso de Le Havre, é preciso destacar dois aspectos que possivelmente justifiquem essa opção por certa “mescla” de funções. O primeiro deles se refere ao padrão de cidade existente anteriormente em Le Havre, que se enquadrava em um conceito mais tradicional. Dessa forma, ao mesmo tempo que Auguste Perret propunha uma nova cidade, em diferentes momentos de seus escritos é visível o respeito ao existente. Outra possível justificativa está no modo de trabalho do urbanista. Nesse caso, é preciso lembrar a sua franca oposição às ideias de Le Corbusier, um dos grandes defensores da organização de cidades por funções. Como não há um posicionamento de Perret quanto a isso, tem-se apenas essas possíveis impressões.

Voltando à distribuição das edificações no terreno, a mesma disposição das fachadas buscando certa descontinuidade foi pensada para promover a insolação e a proteção aos ventos. Assim, as fachadas principais deveriam ser voltadas ao Sul e ao Norte (L'Atelier de Reconstruction de la Ville du Havre, 1946). É relevante mencionar que Le Havre é uma cidade fria no inverno e que, portanto, a insolação e a proteção dos ventos do oceano são vitais para o conforto térmico.

⁸⁸ No original, em francês: *L'application des principes adoptés lors des études préliminaires, fit abandonner le principe des bâtiments en ordre continu tout autour des îlots, afin d'éviter les cours fermées, tristes, mal ensoleillées. La largeur des anciennes rues, relativement étroites, étant conservée, il s'agissait d'éviter de reconstituer des tranchées privées de soleil que seraient ces rues étroites bordées de bandes continues élevées. Ainsi fut adopté le principe suivant: les îlots ne seraient bordés d'une manière continue que par des locaux commerciaux à rez-de-chaussée, à l'exception d'une coupure au moins par îlot. Des bâtiments de 3 étages sur rez-de-chaussée (maximum admissible sans ascenseurs) sont disposés en bandes parallèles orientées de l'Est à l'Ouest et espacées de telle manière que l'ombre des lignes de façade portées sur la façade de la ligne suivante ne dépasse pas le niveau des planchers bas du premier étage, au premier janvier, à midi.*

Avançando para o penúltimo item “A altura das edificações não será uniforme, sendo definidas localmente em função das condições particulares enunciadas nos itens 5 e 6”, essa colocação está diretamente relacionada à busca por um equilíbrio tanto horizontal quanto vertical da cidade. Apesar dessa afirmação de que as alturas não seriam uniformes, Le Havre é um conjunto urbano de gabaritos controlados, permitindo em seu centro um horizonte livre e uma leitura clara de onde começam e terminam a cidade baixa e a cidade alta. Nos lotes próximos à prefeitura, que foi a localização primeira a ser definida, o projeto determinou o seguinte:

[...] quatro edifícios altos de 9 andares no sentido norte-sul se erguem dentro das faixas de edifícios baixos de 3 andares e apenas a cumeeira deles será visível da praça da Prefeitura. Um layout idêntico poderia ser adotado para cada uma das duas extensões laterais (prédio alto dentro de um suporte de ângulo baixo) (L’Atelier de Reconstruction de la Ville du Havre, 1946, p. 338, tradução nossa⁸⁹).

Nas ilhas de habitação, a proposta é essa variação de gabaritos, indo de 3 andares, com o comércio, a 9 andares. Mesmo para outras áreas da cidade, essa proporção permanece, destacando-se na paisagem poucos edifícios com alturas diferentes e notadamente de forma proposital, como a Igreja de Saint Joseph e a Torre do Relógio da Prefeitura. Voltando ao que foi proposto em projeto, essa relativa pequena diferença de altura possui relação com a busca pela insolação e ventilação, mas ao mesmo tempo colaborando para que a cidade reconstruída atingisse a densidade desejada.

A construção dos edifícios estatais na Place de l’Hôtel de Ville proporcionou uma oportunidade de aplicar os princípios definidos quando o plano de reconstrução da cidade foi elaborado: o objetivo era atender às condições muito precisas do programa de apartamentos estabelecido pelo conselho municipal e às áreas de superfície impostas para cada tipo de apartamento pelas diretrizes do Ministério da Reconstrução. Como a área do local é de 2 hectares (incluindo as vias) e o número de habitantes estimado com base no programa de apartamentos dá uma população de mais de 1.000, o resultado é uma densidade maior do que a dos blocos antes de sua destruição, que tinha uma população de apenas 700 pessoas (1936) (L’Atelier de Reconstruction de la Ville du Havre, 1946, p. 337, tradução nossa⁹⁰).

⁸⁹ No original, em francês: [...] quatre immeubles hauts de 9 étages Nord-Sud se dressent à l’intérieur des bandes de bâtiments bas de 3 étages et leur faite seul apparaîtra de la place de l’Hôtel de Ville. Une disposition identique pourrait être adoptée pour chacune des deux extensions latérales (immeuble haut à l’intérieur d’une équerre basse).

⁹⁰ No original, em francês: La réalisation des immeubles d’Etat de la Place de l’Hôtel de Ville donnait matière à l’application des principes définis lors de l’élaboration du plan de reconstruction de la ville: il s’agissait de satisfaire à la fois aux conditions très précises du programme d’appartements fixé par la municipalité de la ville et aux surfaces imposées pour chaque type d’appartement par les directives du Ministère de la Reconstruction. La superficie du terrain étant de 2 hectares (voirie comprise) et le nombre d’habitants estimé d’après le programme d’appartements donnant une population de plus de 1.000 habitants, il en résulte une densité plus élevée que celle des îlots avant leur destruction, dont la population n’atteignait que 700 habitants (1936).

A questão da densidade é algo presente nas discussões sobre a arquitetura moderna. Ao mesmo tempo que se buscava resolver o problema habitacional, abrigando a população com conforto, pretendia-se propor uma densidade que fosse “adequada” ao ambiente urbano. Com relação à questão de uma busca de determinada densidade, percebe-se que a ação de remembramento elaborada pelo MRU possibilitou que isso fosse possível, ao centralizar o processo construtivo em um único agente. No caso de Le Havre, um dos objetivos principais do planejamento foi o reequilíbrio de densidades. A ideia era buscar um nivelamento em cada bairro, almejando preencher aqueles mais desabitados, enquanto aos populosos, restaria alguma retirada de habitantes. No bairro principal, a maior densidade seria de 900 hab./hec., distribuídos em torres de 9 e 10 pavimentos, considerando que esse número seria o ideal para ter elevadores de uma maneira que fosse eficiente em termos financeiros (Abram, 2007). Uma situação envolvendo a resistência do solo nessa porção central da cidade também se tornou um empecilho, naquele momento, para que edifícios mais altos fossem erguidos.

O último item dos gerais propostos por Perret “Considerando a proximidade com o lençol freático, será desejável elevar a rede de vias de circulação”, possui relação direta com a ideia de elevação da cidade. Como visto anteriormente, pretendia-se uma elevação de 3,50 m, que não foi aprovada pelo Ministério da Reconstrução. Assim ficou definido da seguinte forma:

A elevação da rede rodoviária, em particular, teve de ser reduzida ao mínimo estritamente necessário (1m50) para permitir a construção de porões e galerias de tubos secos sobre as calçadas. Mas as pistas são construídas em canteiros centrais aterrados, o que exclui a possibilidade do serviço de limpeza mais baixo previsto inicialmente (L’Atelier de Reconstruction de la Ville du Havre, 1946, p. 336, tradução nossa⁹¹).

Essa elevação da cidade não é algo que se tornou imediatamente visível ainda mais com relação à parte que não foi destruída. De modo geral, a cidade baixa possui uma característica mais plana, principalmente se comparada à cidade alta. Poucas informações são encontradas com relação a esse aspecto construtivo, principalmente quanto à utilização ou não desse subterrâneo para a manutenção das infraestruturas. Talvez, se tivessem adotado os 3,50 m, existiriam diferentes usos para esse espaço. Assim, não se pretende aqui entrar em questões especulativas quanto a esse aspecto.

⁹¹ No original, em francês: *La surélévation du réseau des voies, notamment, a dû être réduite au strict minimum (1 m. 50) pour permettre l'établissement de caves et de galeries de canalisations à sec sous trottoirs. Mais les voies sont établies sur terre-pleins remblayés ce qui écarte la possibilité du service de nettoyage inférieur initialement envisagé.*

Com relação aos aspectos construtivos, grande destaque foi dado ao concreto armado. Esse era o material de preferência de Auguste Perret, não só por questões estéticas, como também pela liberdade estrutural. Le Havre foi a primeira cidade no mundo construída com concreto armado, tornando-se um canteiro experimental, privilegiando a técnica construtiva e a estética de forma conjunta. Isso foi possível por meio da pré-fabricação e dos estudos feitos pela equipe de Perret sobre o material. Com relação à pré-fabricação, é preciso recordar o trabalho de Raymond Camus, um engenheiro havrais responsável por desenvolver um processo construtivo utilizando grandes painéis de concreto pré-fabricado de forma portante (Pantet *et al.*, 2017). Esse sistema trouxe eficiência e rapidez para a tarefa de reerguer grande número de edificações. Os cuidados com o canteiro de obras foram além do uso de materiais e de tecnologias, houve atenção à gestão, organizando o sistema de trabalho e a segurança (Pantet; Eleta-Defilippis; Solignac, 2019). O concreto armado, marca da arquitetura moderna, trouxe características de “continuidade estática e adaptabilidade para as construções” (Benevolo, 2006 [1998]).

Cabe destacar que o concreto armado já era utilizado em outros lugares e diversas construções ao redor do mundo quando Le Havre foi erguida. Porém, esse material ganhou destaque pela ênfase dada por Perret nos primeiros anos do século XX, conforme demonstrado no primeiro capítulo desta tese, em seu item 1.1. Não é ao acaso que a cidade destaca a coloração e texturas desse material em suas fachadas (Figura 36). Um olhar genérico sobre os edifícios na área reconstruída traria o julgamento de um conjunto urbano inteiramente cinza ou bege de formatos, cores e detalhes iguais, pois a diferença está em como o concreto foi utilizado buscando ao máximo destacar as suas características, seja por meio de elementos mais “rústicos”, outros de superfícies mais polidas ou ainda na sutil variação cromática. Também merece atenção a funcionalidade desse material ao permitir vãos maiores e aberturas mais amplas em prol do conforto e da salubridade, além de pensar na economia, considerando os anos de contenção causados pela guerra.



Figura 36 – Detalhes do concreto na fachada

Fonte: Foto da autora (2023).

A Figura 36, além de evidenciar as cores e texturas do concreto, demonstra como o térreo das edificações, ao menos nos eixos principais, é tratado de forma a criar essas galerias protegidas dos ventos e das chuvas. Esse sistema ocorre na maioria das edificações, formando um eixo contínuo por onde os pedestres podem caminhar e acessar os comércios. Há que se perceber essa tipologia guardando semelhanças com propostas do *Art-Déco*. Esse é um movimento artístico que tem suas origens na Europa dos anos 1920, tendo como aporte uma combinação entre elementos mais clássicos em conjunto ao moderno.

Esses princípios trouxeram diretrizes básicas para a reconstrução de Le Havre, mencionando soluções para o urbanismo e para a arquitetura. Assim, é possível compreender como Auguste Perret e sua equipe pensaram a reconstrução partindo de alguns princípios da cidade existente, sobretudo quanto à manutenção dos eixos principais e à localização de edificações marcantes para a cidade.

Contudo, o destaque está no novo modo de vida que foi proposto tendo a arquitetura moderna como elemento transformador da ordem urbana e social. E como fato desencadeador dessa mudança está a Segunda Guerra Mundial, que destruiu parte do centro da cidade. Com isso, uma das funções da cidade que mais recebeu atenção certamente foi o habitar, tanto que o Ministério da Reconstrução em conjunto com a equipe de Perret propôs um modelo de habitação próprio que ficou conhecido como os ISAIs, os Imóveis sem Uso Individual.

Para essas edificações coletivas, Perret repassou a tarefa principal a quatro membros de sua equipe (Paul Branche, Pierre-Édouard Lambert, André Le Donné e Jacques Poirrier). Mas, ao todo, 19 arquitetos participaram dessa empreitada. Como se tratava de uma ampla tarefa, o projeto para as moradias, assim como outras frentes de trabalho, foi dividido em etapas. Uma das que mais ganhou destaque foi a porção central próxima ao Hôtel de Ville. Essa área recebeu atenção especial de Perret, por se tratar do espaço central que abriga as principais funções da cidade, mesmo dividindo o trabalho com 14 arquitetos, como detalha o escrito do Atelier de Reconstrução (1946, p. 337, tradução nossa⁹²):

[...] pórticos em concreto armado aparente, entalhados e construídos sobre uma grelha uniforme de quadrados. Esses pórticos são preenchidos por uma estrutura secundária de caixilharia, do chão ao teto, rigorosamente padronizada num único tipo. Cobertura do terraço. Fachadas com construção pronunciada e saliências de proteção. Mantendo a sua iniciativa na determinação do traçado geral e da distribuição e disposição dos planos interiores, o Atelier decidiu mesmo, apesar de algumas sugestões individuais diferentes, adotar o princípio das fachadas dos edifícios de três pisos proposto pelo Arquiteto Chefe [...].

Esse detalhamento se refere aos edifícios habitacionais próximos à Prefeitura, porém, de forma geral, os princípios foram seguidos para toda a área central, sobretudo quanto à utilização do concreto armado e às proporções. Com isso, dado esse nível de descrição, a habitação pode ser considerada uma prioridade para a reconstrução no projeto de Perret.

A questão essencial que eles enfrentavam era como reinterpretar o quarteirão tradicional da cidade usando as tipologias radicais da "torre" e da "barra". No difícil contexto do pós-guerra, o objetivo era conciliar as exigências de higiene e urbanidade. A continuação do quarteirão tradicional da cidade era inaceitável para esses jovens

⁹² No original, em francês: [...] *portiques en béton armé apparent vivés par bouchardage, construits sur une trame uniforme de carrés. Remplissages de ces portiques par une ossature secondaire decadres de baies, allant de plancher à plafond et rigoureusement normalisés suivant un type unique. Couverture en terrasse. Façades à saillies de construction et de protection fortement accusées. Conservant son initiative pour la détermination du parti général et pour la distribution et aménagement des plans intérieurs, l'Atelier a même décidé, malgré quelques suggestions individuelles différentes, d'adopter le principe des façades des bâtiments à trois étages proposé par l'Architecte en Chef [...]*

arquitetos, que estavam seguindo os passos do pensamento moderno. Para eles, era uma questão de banir os "pátios tristes" e os "quarteirões fechados". Considerando essas estruturas urbanas ultrapassadas, eles adotaram uma abordagem de plano aberto para a organização dos edifícios. Foram criados blocos quadrados para deixar a luz do sol entrar: dois blocos de quatro andares (máximo permitido sem elevadores) orientados no sentido leste-oeste, e duas faixas baixas no sentido norte-sul para lojas (Abram, 2007, p. 95, tradução nossa⁹³).

Dessa descrição, pode-se compreender que, ao mencionar essas “tipologias radicais”, na verdade, a “torre” e a “barra” seriam uma contraposição às tipologias dos quarteirões tradicionais. Assim, apesar do ponto de partida ter sido uma malha urbana mais tradicional, no que se refere às formas das edificações e à organização dentro dos lotes, houve uma dissociação com a cidade que existiu anteriormente. Essa é uma questão complexa para Le Havre, pois a população teve sua vida transformada pela guerra e, ao mesmo tempo, foi obrigada a se adaptar a um novo modelo de cidade. E, é preciso considerar que uma parte dos cidadãos não puderam voltar ao centro da cidade, pois o novo modelo de habitação não permitiu que todos fossem abrigados seguindo os padrões anteriores, como explicita Claire Etienne-Steiner: “Nem todos os residentes foram realojados durante a reconstrução, pois o processo de remembramento do solo excluiu os inquilinos. Quando o plano geral foi elaborado, não se tratava de restaurar a densidade anterior à guerra dos bairros antigos e insalubres”. (Etienne-Steiner, 1999, p. 10, tradução nossa⁹⁴).

Apenas no início da década de 1950, as primeiras edificações habitacionais ficaram prontas, tendo o realojamento sido concluído por volta de 1964. Enquanto isso, a população ficou abrigada em núcleos provisórios afastados do centro urbano que era reconstruído. Como uma parte dessas pessoas não teria espaço na área principal, o governo foi aos poucos implantando as Zona de Urbanização Prioritária (ZUPs) e Zona de Desenvolvimento Planejado (ZACs), ambas fora do perímetro preservado e da parte reconstruída. Um exemplo foi a ZUP de Caucriaville, cuja implantação se iniciou

⁹³ No original, em francês: *La question essentielle qui se posait à eux était la réinterprétation de l'îlot traditionnel au moyen des typologies radicales de la "tour" et de la "barre". Il s'agissait de concilier, dans le contexte difficile de l'après-guerre, les exigences de l'hygiène et de l'urbanité. La reconduction de l'îlot traditionnel était inacceptable pour ces jeunes architectes qui s'inscrivaient dans le droit fil des conceptions modernes. Il s'agissait, pour eux, de bannir les "cours tristes" et les "îlots fermés". Considérant ces structures urbaines comme périmées, ils adoptèrent un principe d'organisation du bâtiment aéré. Les îlots carrés furent réalisés de manière à laisser entrer le soleil: deux barres de quatre étages (maximum admissible sans ascenseurs) orientées est-ouest, et deux bandes basses nord-sud destinées aux commerces.*

⁹⁴ No original, em francês: *La reconstruction n'a pas en effet relégué tous les habitants, la procédure de remembrement ayant exclu les locataires. Dès l'élaboration du plan général, il n'était pas question de restituer la densité d'avant-guerre des "vieux quartiers" insalubres.*

em 1959. Outro resultado desse movimento foi que a cidade alta se tornou mais populosa do que a cidade baixa, chegando a cerca de 60% da população (Etienne-Steiner, 1999).

Como o foco deve permanecer na área central de Le Havre, cabe nesse momento observar como os ISAIs (Figura 37 e Figura 38) foram planejados e construídos. Como visto anteriormente, parte da equipe de Perret esteve envolvida nessa empreitada. Em uma primeira etapa, foram discutidas as condições de implantação visando à melhor insolação e ventilação. Assim, foi proposto um conjunto de edifícios integrados em formato de U com uma lateral aberta à circulação, uma das torres foi projetada com maior altura e as outras duas mais baixas, conforme os estudos de insolação, principalmente. No interior dessa forma, está um jardim e estacionamentos margeando os edifícios. Em termos de estrutura e da disposição dos apartamentos, foi seguido o módulo de 6,24 m explicitado da seguinte forma:

As condições do programa, bem como considerações de economia e de aparência, permitiram fixar em 6 m 24 as dimensões do compartimento modular preconizado pelo arquiteto-chefe. Como resultado desta pesquisa exaustiva, que conduziu muitas vezes em direções opostas, conseguiu-se uma mudança importante na concepção dos alojamentos.

Na nossa opinião, as principais características desta evolução são as seguintes

- 1) Respeito pelos princípios de orientação e de insolação.
- 2) Redução da superfície construída por habitação, compensada por uma melhor utilização dessa superfície.
- 3) Distribuição dos elementos da habitação de acordo com as novas necessidades da vida familiar e dos problemas domésticos.
- 4) Grande atenção ao equipamento da habitação e à organização racional das diferentes distribuições de energia (L'Atelier de Reconstruction de la Ville du Havre, 1946, p. 341, tradução nossa⁹⁵).

⁹⁵ No original, em francês: *Les conditions du programme, ainsi que les considérations d'économie et d'aspect, ont permis de fixer à 6 m. 24 les dimensions de la travée modulaire préconisée par l'architecte en chef. Ces recherches très poussées en des directions souvent opposées, permirent de déterminer parallèlement une évolution importante dans la conception des cellules d'habitation. 1) Les principales caractéristiques de cette évolution nous semblent les suivantes: 1) Respect des principes d'orientation et d'ensoleillement. 2) Réduction de la surface bâtie pour un même foyer, compensée par une meilleure utilisation de cette surface. 3) Distribution des éléments du logis en fonction des nécessités nouvelles de la vie familiale et du problème domestique. 4) Attention très grande donnée à l'équipement du logis et à l'organisation rationnelle des différentes distributions d'énergie.*

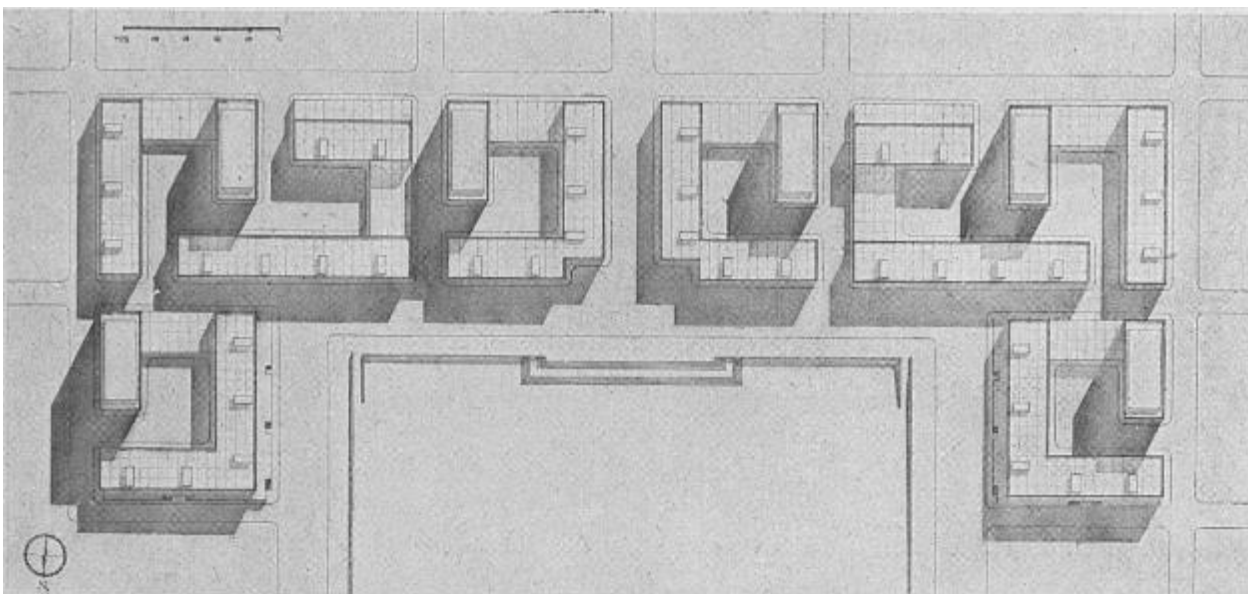


Figura 37 – Conjunto de ISAIs ao redor do Hôtel de Ville

Fonte: L'Atelier de Reconstruction de la Ville du Havre (1946).

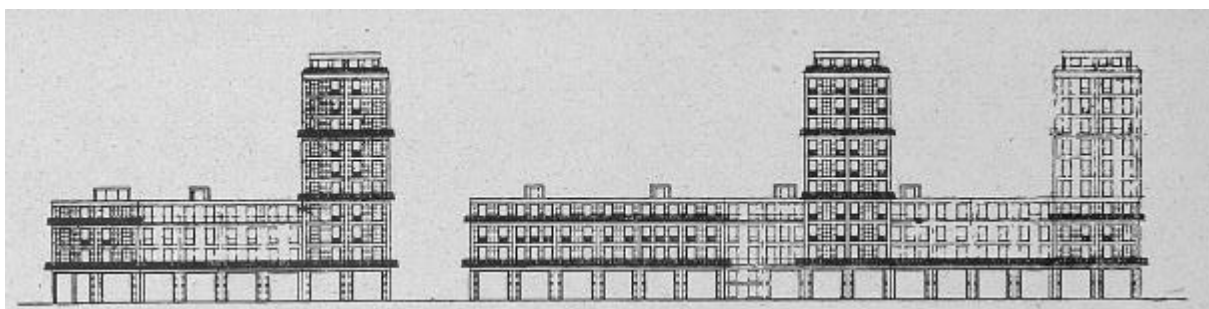


Figura 38 – Detalhe em vista dos ISAIs

Fonte: L'Atelier de Reconstruction de la Ville du Havre (1946).

O primeiro item já foi suficientemente abordado, cabendo observar as demais considerações. Com relação à dimensão das superfícies, esse aspecto entra em cena com a necessidade de equilíbrio entre a busca por atingir a densidade almejada e o desejo de conforto. A opção pela redução das superfícies se ampara em um princípio defendido pela arquitetura moderna, a funcionalidade. Os apartamentos foram projetados por peças (*pièces*), que podem ser entendidas como cômodos. Há uma variação entre 1 e 6 cômodos, com a ideia de abrigar diferentes configurações familiares em um mesmo ambiente de convívio. A proposta das peças está associada à funcionalidade a partir da noção de que,

à parte as funções específicas como o banheiro e a cozinha, os demais cômodos poderiam ser utilizados de diferentes formas, como quartos, escritórios, ateliês etc. Os ambientes são flexíveis, pois apenas as paredes externas e um pilar logo na entrada do apartamento são portantes (Figura 39). O único ambiente sem ventilação e iluminação diretas é o banheiro, por ser considerado espaço de baixa permanência. Além disso, foi pensado um esquema de aquecimento central para suportar os frios meses de inverno (L'Atelier de Reconstruction de la Ville du Havre, 1946).



Figura 39 – Planta baixa de apartamento modelo dos ISAIs

Fonte: Le Havre (2019).

Essa descrição para os apartamentos encontra referências no que almejava a arquitetura moderna, pensando espaços que colocavam o ser humano como elemento foco do projeto. Com relação a isso, entram em debate questões como a proporção dos espaços e sua funcionalidade, sem se

afastar de aspectos econômicos impostos pelos anos do pós-guerra. Obviamente que não se deve ver apenas o lado positivo dessa empreitada, ainda mais ao se considerar o quanto a população esteve afastada de todo esse processo, nas escolhas para o ambiente urbano, e para a arquitetura. Nos escritos encontrados sobre o projeto há uma passagem sobre isso:

No entanto, o aspeto de uma cidade depende de dois grupos de pessoas: por um lado, aqueles que elaboram o plano e definem o seu enquadramento geral e, por outro, aqueles que passam a viver nela e a moldar os seus pormenores. E, por vezes, surge uma certa ansiedade no espírito das vítimas de catástrofes quando veem os projetos arrojados dos arquitetos, nos quais não encontram os aspectos familiares que perderam. Não se pode esperar que toda uma população, ou mesmo as suas mentes mais esclarecidas, mas com poucos conhecimentos de arquitetura, prevejam como será a vida num cenário totalmente novo. Esta atitude de espírito é inevitável e, por vezes, talvez seja um freio útil a certos excessos. Mas os habitantes do Havre são o tipo de pessoas que confiam nos especialistas e que acolhem sem hostilidade as proporções ousadas (L'Atelier de Reconstruction de la Ville du Havre, 1946, p. 333, tradução nossa⁹⁶).

Esse apontamento merece ser observado partindo de um olhar crítico, considerando que não foram encontradas informações sobre possíveis consultas aos cidadãos. De modo geral, na arquitetura moderna prepondera uma visão de que os arquitetos seriam os únicos capacitados a decidir sobre um projeto. A ausência de participação popular é comprovada quando anos depois de erguida a cidade, Le Havre ainda convivia com críticas de seus moradores, sendo necessário um trabalho de “reaproximação” associado ao momento de candidatura à Unesco. E não se pode esquecer de que uma parte dessas pessoas que antes ocupavam a área central, após a reconstrução, foi morar em áreas mais afastadas. Pode-se compreender que essa ação tenha ocorrido em face de algumas situações. A primeira poderia estar voltada à impossibilidade de permanecer morando na área central, pela questão dos preços, outra razão poderia ser por uma escolha particular, talvez até associada a não identificação com a arquitetura moderna. Um fato relevante a se apontar é a alteração da dinâmica urbana que gerou consequências para a população.

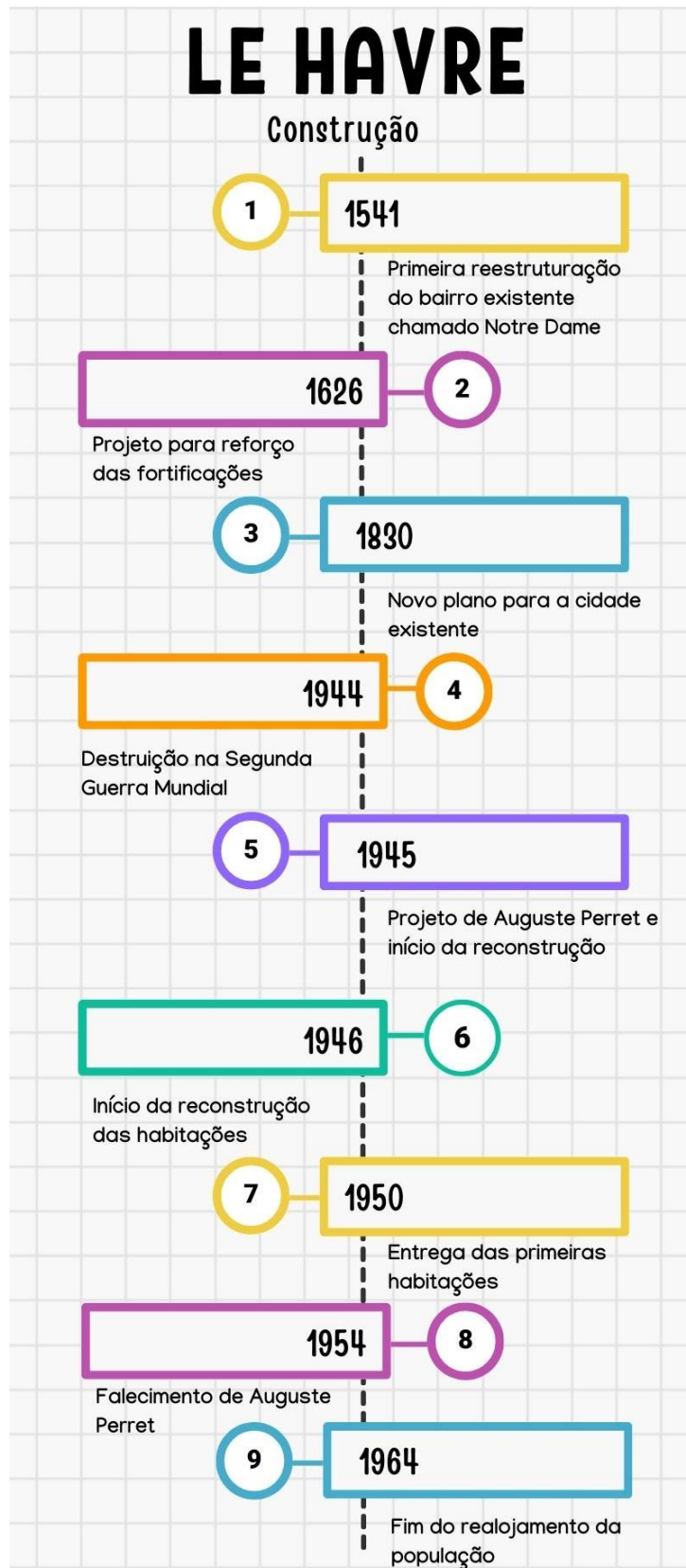
⁹⁶ No original, em francês: *Cependant, le visage d'une ville dépend de deux groupes d'hommes : d'une part, ceux qui en tracent le plan et en définissent l'ossature générale, et d'autre part, ceux qui viennent y vivre et en modèlent les détails. Et parfois, une certaine inquiétude naît dans l'esprit de sinistrés devant les projets audacieux des architectes, où ils ne retrouvent pas les aspects familiers qu'ils ont perdus. On ne peut attendre de toute une population, ni même de ses esprits les plus éclairés, mais peu experts aux choses d'architecture, de pressentir ce que pourrait être la vie dans un cadre entièrement nouveau. Cette attitude d'esprit est inévitable et peut-être est-elle parfois un frein utile à certains excès. Mais la population du Havre est de celles qui saura faire confiance aux spécialistes et accueillir sans hostilité des proportions hardies.*

No caso de Le Havre, fica evidente o quanto a habitação se tornou um elemento central do projeto de Auguste Perret, sobretudo pela função social. Essa relevância está marcada nos detalhes apresentados em projeto e pela localização privilegiada ocupando as proximidades dos eixos principais. Além dessa função, apenas os edifícios públicos mais relevantes, como a Prefeitura e a Igreja Saint-Joseph, ambos projetos de Perret, receberam destaque nos escritos que foram encontrados sobre a cidade. Essa preocupação com as questões habitacionais foi parte da concepção da arquitetura moderna, sendo uma prioridade. A *Carta de Atenas* de 1933 já demonstrava isso. Ou seja, a despeito das diferenças com Le Corbusier, o fato é que Perret, ao enfrentar as necessidades de Le Havre, deparou-se com um mesmo contexto partilhado por toda uma geração de arquitetos do qual ele próprio e Le Corbusier eram parte e na qual a questão habitacional foi uma prioridade exacerbada, no caso da cidade francesa, pelas urgências do pós-guerra.

Dessa forma, entende-se que o foco estava no planejamento urbano ao delimitar eixos principais, sistemas de ruas, padrão para gabaritos e o sistema portante com o uso do concreto. Claramente o MRU deu continuidade ao projetado detalhando cada etapa e os itens necessários até a construção, porém, não cabendo ao Ateliê de Perret essa função de acompanhamento rigoroso da obra. Ademais, é preciso lembrar que Auguste Perret não permaneceu muito tempo em Le Havre, além de ter falecido em 1954, enquanto a construção da cidade estava por finalizar. O papel dos demais arquitetos que auxiliaram em todo o processo de reerguer a cidade se mostrou essencial para que a obra fosse finalizada, mesmo com a ausência de seu agente principal.

Para o caso de Le Havre, especificamente, observar o seu período construtivo associado à arquitetura moderna implica o cuidado de entender que, dentre os objetos de pesquisa, ela foi a que mais passou por transformações, em termos de imposições alheias a vontades. A destruição causada pela guerra demandou ações emergenciais, o que justifica algumas escolhas, como as apontadas anteriormente, seja pela decisão do MRU de tomar a dianteira da empreitada, ou mesmo pela escolha de um arquiteto que não se fixou no local. Também há que se destacar nessa empreitada o quanto esse conjunto urbano representa um projeto chefiado por Auguste Perret, mas que contou com outros nomes que igualmente contribuíram para o ambiente urbano e para a arquitetura. Desse modo, é valoroso perceber o quanto o projeto de Auguste Perret é rico em particularidades, apesar da suposta simplicidade ao observar o seu desenho. O arquiteto indica nos detalhes o que seria importante para

uma cidade. Ao mesmo tempo que Le Havre é uma representante que preenche as características da arquitetura moderna, ela possui aspectos que a distingue de suas “irmãs”, sobretudo pelas adaptações que foram imperativas para abrigar as necessidades básicas da população. Se, por um lado, o concreto e sua aparência homogênea e até impessoal ganham destaque, por outro lado, as soluções encontradas para a qualidade de vida na área central merecem a atenção ao incorporar no ambiente urbano soluções de arquitetura que podem ser consideradas inovadoras para a época.



2.3 Brasília: da terra vermelha à capital planejada

O foco nesse momento é discutir como Brasília se ergueu em meio a um território por muitos considerado como um vazio marcado pela terra vermelha, transformando-se em uma capital planejada para o Brasil. A cidade foi construída na década de 1960, a partir de um processo de transferência da sede da República Federativa, saindo do Rio de Janeiro para o interior do território nacional. Pouco mais de 1000 km separam as duas cidades em um país de dimensões continentais e que, à época, tinha a sua ocupação majoritariamente litorânea. Assim, em poucos anos, o destino do Centro-Oeste brasileiro foi transformado, não somente quanto ao aspecto político, mas também no que se refere ao crescimento econômico dessa região e à migração populacional. Essas são marcas de um país em desenvolvimento que decidiu modificar a forma de ocupação do seu território. Para avançar nesse objetivo de apresentar o processo construtivo da cidade, é necessário antes verificar alguns dados básicos sobre o Brasil, com o sentido de permitir uma comparação mais apurada com as outras cidades.

Entre os países que figuram nesta tese, o Brasil é o único representante em desenvolvimento e o maior em termos geográficos. O país, por suas dimensões continentais, ocupando a maior parte do território da América do Sul, possui regiões e cidades diversas quanto à cultura, aos hábitos, ao clima etc. De norte a sul, a nação é banhada na costa leste pelo Oceano Atlântico. A oeste faz fronteira com as seguintes nações: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, e com o Departamento Ultramarino Francês da Guiana (Figura 40). A língua oficial é o português. No que se refere ao aspecto político, o modelo é o de República Federal Presidencialista, formada pela União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Brasília é a capital federal, tendo substituído o Rio de Janeiro em 1960 nessa função. Em termos econômicos, o destaque está para a agricultura, sendo um dos maiores exportadores de alimentos do mundo. Sobre a qualidade de vida, o Brasil pode ser caracterizado como um país em desenvolvimento e emergente pelo seu potencial econômico, se comparado a outros países. Por fim, quanto à religião, apesar de ser laico, a crença mais praticada é o catolicismo. Esses dados básicos representam um apanhado geral do contexto em que Brasília se insere.



Figura 40 – Mapa da América do Sul

Fonte: Elaboração própria. Elaborado em Mapchart.

Brasília foi resultado de um processo de interiorização do país no sentido de proteção ao território a oeste, lembrando que a capital anterior, o Rio de Janeiro, está localizada no litoral, a leste onde, aliás, situam-se as cidades associadas ao período inicial de colonização. Desse modo, a capital ocupa praticamente o centro geográfico brasileiro, na região Centro-Oeste. O bioma é o cerrado, e o clima o tropical, com invernos secos e verões chuvosos. Como parte do processo de transferência da capital, foi designado para que o Distrito Federal (DF) ocupasse uma porção do território do estado de Goiás. Assim, a sua área é de 5.760,784 km² (IBGE, 2022). O DF é formado por 35 Regiões

equiparada a um Estado e, em outros momentos, a um município, sendo, portanto, considerada um ente político *sui generis*.

De modo prático, Brasília e Distrito Federal (DF) são coincidentes quanto ao território, sendo, inclusive, esses dois nomes utilizados como sinônimo pela população. Ainda cabe uma informação relevante para a compreensão da constituição do Distrito Federal: o termo “Regiões Administrativas (Ras)”, adotado em meados da década de 1960, é a nomenclatura oficial utilizada pelo Governo do Distrito Federal. Porém, popularmente, essas regiões são conhecidas como cidades-satélites. Apesar da proibição por parte do governo para a utilização desse termo em documentos públicos, desde o ano de 1998, por meio do Decreto nº 19.040, de 18 de fevereiro de 1998 (Distrito Federal, 1998), é comum ouvir menções na cidade para referenciar os núcleos populacionais que estão ao redor do Plano Piloto.

Entrando em aspectos relacionados à população, o DF possui 2.817.381 habitantes (IBGE, 2022). A densidade demográfica é de 489.06 hab./km². No que se refere especificamente à Região Administrativa do Plano Piloto, sua área é de 437,20 km², que abrange, além dos espaços que foram projetados, o Parque Nacional de Brasília. A população é de 327.413 pessoas, com densidade urbana de 4.299 hab./km² (Codeplan, 2022). Com esses números, Brasília é considerada uma metrópole nacional e em termos de população ocupa o terceiro lugar de maior cidade do país, ficando apenas atrás de São Paulo e do Rio de Janeiro. Apesar de esses dados serem atuais, eles demonstram o quanto a cidade se transformou e cresceu. Mais um dado relevante se refere à qualidade de vida. Embora o Brasil seja um país em desenvolvimento, o IDH da cidade, de 0,814 (em 2021) é considerado elevado, podendo ser comparado ao dos países desenvolvidos (Pnud, 2021).

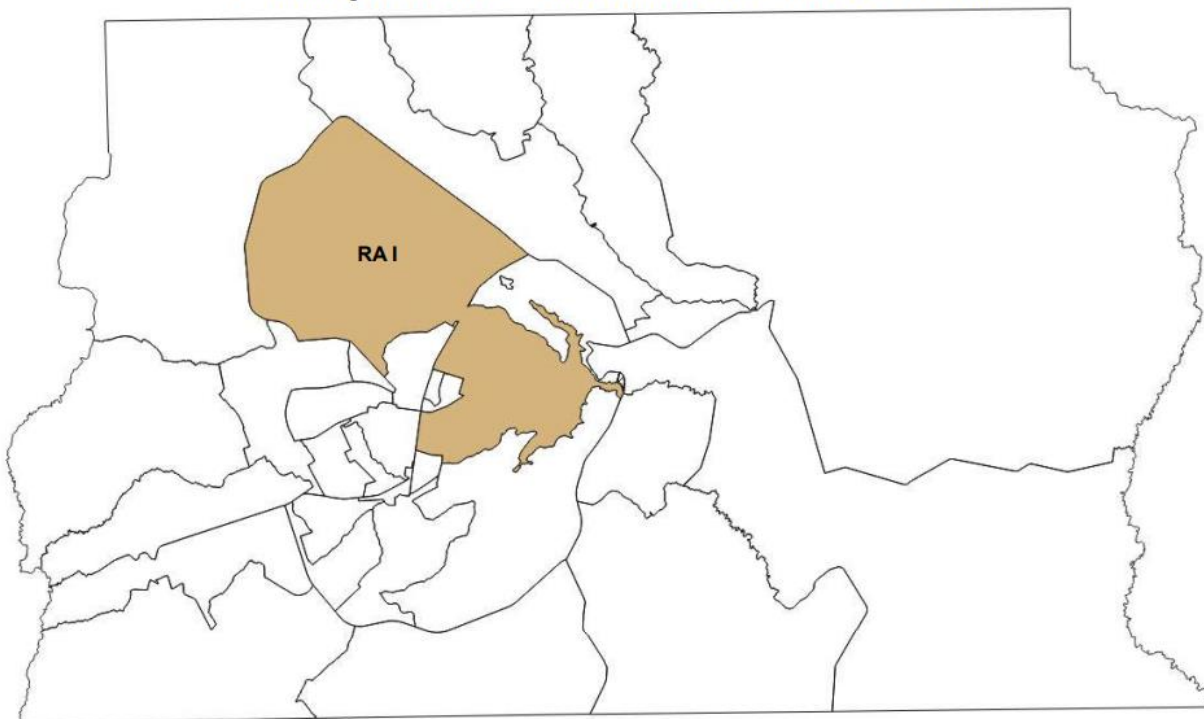
Localização da RA I – Plano Piloto no Distrito Federal

Figura 42 – Identificação Região Administrativa 1, Plano Piloto

Fonte: Codeplan (2018).

A capital possui como principal atividade econômica o setor de serviços. Além disso, por ser a sede da República, apresenta considerável número de funcionários públicos, inclusive com altos salários. Esse aspecto colabora para o entendimento do elevado índice de qualidade de vida. No que se refere a este último item, essa é uma questão atrelada também ao projeto de Lucio Costa e o que o urbanista propôs para o modo de viver na cidade. Até agora foram apresentados dados relacionados ao conjunto urbano atual que, porém, se tornam significativos para entender o processo de patrimonialização. A relevância também está associada à intenção de comparação, pois é preciso minimamente a compreensão ampla dos objetos aqui em estudo. Assim, passamos brevemente aos antecedentes de projeto para, então, tecer uma análise sobre ele.

O projeto de mudança da capital do Brasil para o interior do país remonta a muito antes da década de 1960, quando ela foi inaugurada, voltando-se ao século XVIII. Um longo caminho foi percorrido até que, de fato, essa decisão fosse tomada e providências encaminhadas. Em termos

políticos, o governo de Juscelino Kubitschek (JK) foi o mais relevante, ao incluir a transferência da capital em seu Plano de Metas de 1956, como um dos resultados do seu projeto desenvolvimentista. Para o projeto de Brasília, como já vinham sendo elaborados estudos anteriores ao plano de JK, muito foi aproveitado, inclusive a localização para a nova capital, a partir do Sítio Castanho. Esse sítio foi selecionado com base nas pesquisas primeiramente de Luiz Cruls, com o *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*, de 1894. Nesse primeiro documento oficial já ficou decidido o formato retangular para o que viria a ser o Distrito Federal. Essa ideia foi baseada no padrão americano de organização dos estados a partir de latitude e da longitude. Três aspectos mais relevantes foram observados: a altitude superior aos 1000 metros, a equidistância das demais capitais e o potencial hidrográfico (Tavares, 2014).

Outras comissões de estudo voltadas ao Planalto Central foram realizadas: Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil (1948), liderada por Polli Coelho; Comissão de Localização da Nova Capital (1954), que teve como resultado o *Relatório Belcher*, e Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Nova Capital Federal (1956). Essas duas últimas comissões foram essenciais para a efetiva escolha do sítio, pois como ponto de partida foram demarcados cinco sítios representados por cores diferentes. Cada um foi avaliado por critérios como clima, salubridade, abastecimento de água, topografia, características agrícolas, análise do solo, possibilidade de sistema de transporte, matérias-primas, subsolo e geologia. Dessa forma, o sítio de cor castanha, por melhor responder aos critérios observados, foi o escolhido (Tavares, 2014).

Assim, encerrados os estudos sobre as áreas e definido o sítio para a construção da Nova Capital, que já dispunha de plano urbanístico e de infraestrutura (água, esgoto, drenagem, energia elétrica e de comunicações viárias), a Comissão [de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal] contou, ainda, com o auxílio do governo do estado de Goiás para a desapropriação das terras, coordenada pela Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal. Então as últimas medidas foram tomadas pela Comissão, encerrando o ano de 1955 com algumas diretrizes para o ano seguinte que promovessem a efetiva transferência. Assim, quando JK assumiu a presidência, grande parte das terras que seriam destinadas à Nova Capital já se encontrava desapropriada (Tavares, 2014, p. 92).

Essa descrição do processo de estudos para a transferência da capital denota uma organização e um conjunto de etapas que foram seguidas para que supostamente saísse como planejado. Em meio a esse cenário, a política prevaleceu, principalmente ao se considerar as promessas feitas pelo governo JK, que apenas se tornaram possíveis pois diversos estudos e mapeamentos da área já haviam sido

elaborados e existia certo grau de certeza de que era viável tal empreendimento. Além disso, foi necessário um esforço para “provar” para a sociedade que essa era uma empreitada positiva para o país, pois com um território supostamente despovoado, era preciso atrair pessoas para ocupar a nova capital e fazê-la, de fato, funcionar. Incontestavelmente, essa empreitada não foi isenta de oposição e críticas. Essas foram questões relevantes para a ocupação do território, porém, nesse momento cabe observar como a cidade foi projetada.

O Plano Piloto de Brasília foi o resultado de um concurso nacional de projetos para a nova capital, porém, antes da escolha para o concurso, algumas outras opções foram cogitadas. Em 1956 JK designou Oscar Niemeyer, seu conhecido de longa data desde o projeto da Pampulha em Belo Horizonte (1942-1944), para o cargo de diretor do Departamento de Arquitetura da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap). Além disso, o arquiteto também foi escolhido para projetar toda a cidade. Oscar Niemeyer, no entanto, recusou o convite e propôs que fosse organizado um concurso nacional com a participação do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). Niemeyer sugeriu que seu papel ficasse restrito ao projeto dos principais edifícios administrativos da cidade. JK aceitou essa proposta, cabendo à Novacap a elaboração do edital do concurso (Tavares, 2014).

A partir de uma documentação cartográfica e geotécnica remanescente dos estudos de localização do sítio da nova capital, a determinação de uma cidade para no máximo 500 mil habitantes, a exigência gráfica mínima de “um traçado básico da cidade, indicando a disposição dos principais elementos da estrutura urbana, a localização e interligação dos diversos setores, centros, instalações e serviços, distribuição dos espaços livres e vias de comunicação (escala 1:25.000)” e um “relatório justificativo” [...] (Segawa, 2010, p. 123).

Na verdade, poucas foram as obrigatoriedades do concurso. O edital apresentado em dezembro de 1956 se mostrava simples, com apenas 24 itens, destacando-se o 3, que descrevia o que deveria ser apresentado pelos concorrentes:

O Plano Piloto deverá abranger: a) traçado básico da cidade, indicando a disposição dos principais elementos da estrutura urbana, a localização e interligação dos diversos setores, centros, instalações e serviços, distribuição dos espaços livres e vias de comunicação (escala 1:25.000); b) relatório justificativo (Iphan, 2018 [1956], p. 21).

O edital apontava mais itens associados ao formato do concurso e à maneira de seleção do que de fato fornecia diretrizes para o projeto. Diante dessa simplicidade, foram necessárias duas correspondências adicionais para sanar dúvidas dos concorrentes. E uma delas se relaciona à densidade

prevista, constando em um desses documentos o quantitativo de cerca de 500 mil habitantes para o Plano Piloto.

Ao todo, foram recebidos 26 projetos que seguiram para a avaliação do júri composto por Israel Pinheiro (presidente da Novacap – presidente do júri e sem direito a voto), Oscar Niemeyer (diretor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Novacap), Luiz Hildebrando Horta Barbosa (representante do Clube de Engenharia), Paulo Antunes Ribeiro (representante do IAB), Willian Holford (urbanista inglês), Stamo Papadaki (arquiteto americano) e André Sive (urbanista húngaro, atuante na França) (Tavares, 2014). O vencedor do concurso, entre arquitetos reconhecidos inclusive internacionalmente, foi Lucio Costa que “apresentou-se com uma ideia, um plano-piloto em uma única planta e croquis ilustrativos dos conceitos contidos num relatório que delineava apenas o essencial da proposta [...]” (Segawa, 2010, p. 124). De fato, se comparado a outros projetos, o plano de Lucio Costa foi apresentado de forma concisa, sem propor estudos socioeconômicos, por exemplo.

Hugo Segawa (2010) evidencia que um dos fatores relevantes para a escolha do plano piloto, enquanto projeto, de Lucio Costa foi a possibilidade de sua materialização em quatro anos, considerando que JK queria inaugurar a capital antes de terminar o seu mandato. Uma jogada política que promoveu a inauguração de Brasília em 1960, mesmo que em meio a inúmeros canteiros de obras. Além disso, o autor sublinha que outros projetos apresentados para o concurso não seriam viáveis, seja pela inexecutabilidade ou pela falta de informações.

Como explicitado no edital do concurso, tratava-se da apresentação de um traçado básico e de um relatório explicativo de projeto, o que ensejou ajustes para que o desenho se transformasse em realidade. Maria Manuel de Oliveira (2016) destaca, por exemplo, que foram necessários grandes movimentos de terra para que o Eixo Monumental (um dos dois principais eixos da cidade) fosse implantado tal como projetado. Além disso, pelo fato de o júri ter considerado o plano afastado do lago, a cidade toda foi deslocada cerca de 800 m, gerando como consequência o prolongamento do Eixo Monumental para que se encontrasse com a estrada de Planaltina a Luziânia. Hoje essa via é a EPIA (Estrada Parque Indústria e Abastecimento), um dos principais eixos de ligação do Distrito Federal ao Norte e ao Sul, inclusive fazendo a conexão com outros estados brasileiros.

Entendidos os antecedentes ao projeto, passemos ao que foi desenhado por Lucio Costa em seu relatório. O urbanista se ancora em poesia para justificar escolhas e suposta simplicidade de

apresentação: “Não pretendia competir e, na verdade não concorro, – apenas me desvencilho de uma solução possível, que não foi procurada mas surgiu, por assim dizer, já pronta” (Costa, 1957, p. 27). Ao mesmo tempo, seu projeto urbanístico é claro e tem como partido inicial dois eixos que se cruzam – o eixo monumental, o menor, e o eixo rodoviário-residencial, o maior, e ainda arqueado. Lucio Costa, em seu relatório, vai tecendo a descrição para a cidade, como que explicando como surgiram suas ideias, ao mesmo tempo descrevendo os detalhes de planejamento urbano (Figura 43). Essa explicação é intercalada por simples croquis.

Nasceu de um gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz.

Procurou-se depois a adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação, arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triângulo equilátero que define a área urbanizada (Costa, 1957, p. 28).

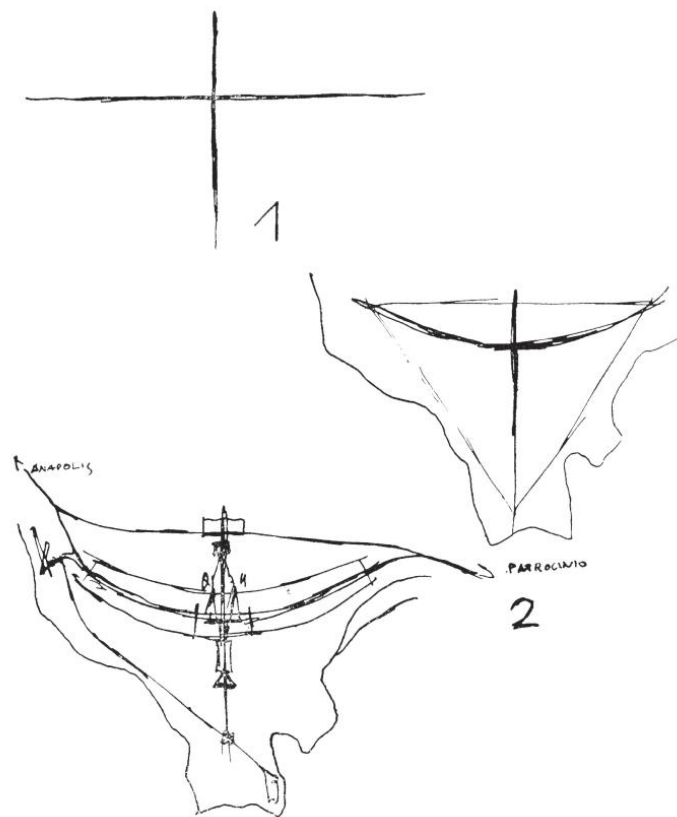


Figura 43 – Croquis de Lucio Costa para o plano-piloto

Fonte: Costa (1957).

Nesse trecho que inicia a descrição da cidade em seu relatório, evidencia-se esse tom poético associado a uma justificativa para o ato de projetar. Com relação a esse aspecto, é preciso relembrar que poucas diretrizes foram expostas no edital do concurso, deixando os concorrentes livres para projetar, o que leva à margem para justificativas e devaneios. Afinal, projetar uma cidade aparentemente do nada gera um leque de possibilidades. No que se refere a esse “vazio” presente no território, mais à frente esse tema será retomado para observar o que existia no sítio escolhido para a nova capital.

Diante dessa liberdade para projetar, Lucio Costa criou uma cidade com referências à arquitetura moderna, seja pela *Carta de Atenas* (Ciam, 1933) partindo das funções básicas de uma cidade: habitar, trabalhar, circular e recrear, ou pela Unidade de Vizinhança como modelo de habitação, que será visto posteriormente neste capítulo. Porém, mais do que uma filiação exclusiva, o próprio urbanista se inspirou em exemplares diversificados, como coloca Jeferson Tavares (2014, p. 362):

Assim, no Centro Administrativo, utiliza-se da perspectiva barroca acentuada pelo grande gramado central (referência ao *mall* inglês) para expressar a dimensão cívica do conjunto. Nas áreas públicas e coletivas de comércio, busca nas experiências tradicionais o aconchego para o convívio segundo as referências europeias (*Piccadilly Circus*, vielas venezianas e *Champs Elysées*), norte-americana (*Times Square*) e brasileira (Rua do Ouvidor). A exuberância dos edifícios públicos é proporcionada pelos grandes arrimos, apropriados das construções milenares chinesas. Na habitação, incorpora a diversidade de atividades das Unidades de Vizinhança para compor sua superquadra. O dimensionamento e a distribuição são claramente desenhados a partir de sua experiência no Parque Guinle. No centro do projeto localiza uma central de transportes, clara referência corbusiana.

Essa é uma descrição pormenorizada de partes do projeto associadas às suas referências. Desse modo, é visível como, apesar de uma apresentação simples trazida pelo seu autor, as soluções por ele encontradas respondiam aos anseios para uma capital. E, além disso, aponta para uma complexidade de referências arquitetônicas e urbanísticas. Um conjunto de características a torna “moderna”, ao mesmo tempo que outro conjunto a torna tão diversa como apontou Tavares (2014). Brasília, assim como praticamente todas as cidades no mundo, possui uma variação de estilos ou referências arquitetônicas de diferentes períodos. Isso quando se refere à cidade construída, pois a cidade fruto do projeto de Lucio Costa, amparava-se no espectro das diferentes modernidades, tal como visto no Capítulo 1.

Ainda em contraponto à aparente simplicidade de seu projeto, Lucio Costa trouxe a essência do que se pretendia para uma capital ao unir as funções de *urbis* e de *civitas*. A partir dessa noção é que

se compreende a sua proposta de organização urbana por meio de quatro escalas: monumental, residencial, gregária e bucólica. Vale ressaltar que Lucio Costa, em seu relatório, não deixa claro esse termo escalas. Segundo Marília Pacheco Machado (2007), em 1961, o urbanista teria mencionado pela primeira vez que Brasília havia sido concebida a partir de três escalas: monumental, residencial e gregária. Essa referência ocorre em seu texto “Sobre o problema de habitação em Brasília”. Outras vezes ele confirmou essa caracterização, como no documento *Brasília Revisitada*, de 1987 ele afirma que “A concepção urbana de Brasília se traduz em quatro escalas distintas” (Costa, 1987, p. 70). Percebe-se que naquele momento a escala bucólica não foi mencionada, isso foi feito posteriormente, apenas em 1987.

Apesar de o termo “escalas” não estar explícito no relatório, o urbanista as descreve nesse documento de forma que se compreendam com tal. Elas, na verdade, fazem parte da concepção da cidade e colaboram para a organização das funções, sobretudo pela sua distribuição acompanhando o desenho do Plano Piloto. Assim, como o objetivo aqui é observar o processo construtivo de Brasília, é oportuno ver em detalhes cada uma das escalas. A primeira delas, a monumental, está presente no Relatório do Plano Piloto de forma enfática ao estar diretamente associada à condição de capital.

Como o seu próprio nome indica, no Eixo Monumental está localizada a escala monumental. Ao longo desse eixo (Figura 44 e Figura 45) estão os edifícios públicos e as edificações mais importantes voltadas à condição de capital, compreendendo também a Plataforma Rodoviária, os Setores Culturais Sul e Norte e o canteiro central do Eixo Monumental. Também foram alocados edifícios específicos, como os Ministérios, que ocupam uma Esplanada margeando as duas laterais do Eixo Monumental; a Catedral ocupando uma praça própria; e a Praça dos Três Poderes fechando essa perspectiva monumental.

Em cada ângulo dessa praça – Praça dos Três Poderes, poderia chamar-se – localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base e a do Congresso no vértice, com frente igualmente para uma ampla esplanada disposta num segundo terraço, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente arrimado de pedras em todo o seu perímetro. A aplicação em termos atuais dessa técnica oriental milenar dos terraços garante a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista (Costa, 1987, p. 30).

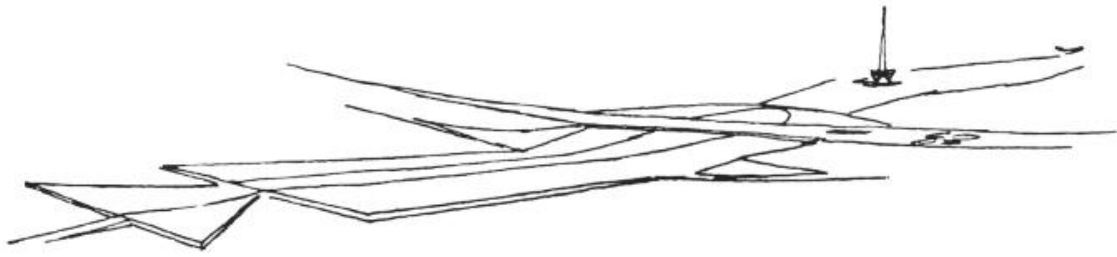


Figura 44 – Croqui de Lucio Costa indicando a topografia do Eixo Monumental

Fonte: Costa (1957).



Figura 45 – Escala Monumental

Fonte: Codeplan. Foto Toninho Leite.

Essa técnica dos terraplenos foi utilizada com a intenção de colocar em evidência os edifícios considerados importantes, em termos de função também de sua arquitetura. Com relação ainda à topografia, esta foi determinante para buscar a melhor implantação do sítio, pois a região do Planalto

Central é marcada por um terreno plano e de altitudes elevadas. Além disso, um dos itens obrigatórios e já previstos no edital do concurso era a existência de um lago artificial, o Lago Paranoá. É a partir desse reservatório de água que os projetos deveriam se desenvolver. Dessa forma, as curvas de nível decaem até chegar ao lago e crescem no sentido contrário, alcançando, no Plano Piloto, o ponto mais alto, que é no Cruzeiro, uma das Regiões Administrativas da cidade (RA XI). A partir dessa conformação, essa porção central da capital é definida por uma linha do horizonte bem marcada em que se destaca o céu de Brasília. Na verdade, a referência está na linha de cumeeada que delimita a cidade, conferindo uma visão livre para o seu entorno imediato. E essa possibilidade de vislumbrar o horizonte também decorre do padrão de gabarito imposto pelo projeto e posteriormente da legislação que a salvaguarda. Nos setores residenciais, o limite são 6 pavimentos. Já na área central, os edifícios públicos possuem gabaritos variados, a depender do setor.

Maria Manuel Oliveira (2016) destaca a intencionalidade de Lucio Costa ao posicionar seu projeto no terreno existente. Por mais que nos croquis apresentados não conste qualquer referência por escrito a isso, ao se encaixar a planta nas curvas de nível é visível como os aclives e declives foram utilizados a favor do projeto e buscando a monumentalidade desejada, além da criação de perspectivas que valorizassem a cidade e sua simbologia. A escala monumental se materializa, portanto, em um conjunto de fatores: o uso da topografia, a separação das funções permitindo que exista um ponto focal em determinados edifícios, as perspectivas e os amplos espaços livres para conferir destaque ao monumento, a própria arquitetura e sua plasticidade e, talvez o mais relevante, a intenção de fato.

Pousados sobre o grande eixo livre em sua perspectiva estão alguns dos edifícios mais emblemáticos, tal como a Catedral que:

[...] ficou igualmente localizada nessa esplanada, mas numa praça autônoma disposta lateralmente, não só por questão de protocolo, uma vez que a Igreja é separada do Estado, como por uma questão de escala, tendo-se em vista valorizar o monumento, e ainda, principalmente, por outra razão de ordem arquitetônica: a perspectiva de conjunto da esplanada deve prosseguir desimpedida até além da plataforma onde os dois eixos urbanísticos se cruzam (Costa, 1957, p. 30).

A noção de valorizar o monumento está explícita na forma como o urbanista posicionou as edificações no Eixo Monumental, de maneira a deixar normalmente um espaço livre, inclusive desimpedido de vegetação de maior porte ou qualquer outro elemento que impeça a visão do monumento (Figura 46). Assim, pode-se perceber que a tônica da escala monumental está relacionada

diretamente às escolhas projetuais para conferir destaque à determinada área da cidade e a algumas edificações. Como foi possível perceber, Lucio Costa em vários trechos de seu relatório deixa nítida essa vocação para a capital.



Figura 46 – Catedral Metropolitana de Brasília

Fonte: Foto da autora (2024).

Passa-se nesse momento à segunda escala, a residencial. De fato, a habitação era um problema sobre o qual a arquitetura moderna se debruçou em busca de soluções. Como já debatido no Capítulo

1, esse movimento foi calcado em uma recusa às condições de vida pretéritas, tendo como bandeira a almejada qualidade de vida. Lembrando que uma das funções básicas defendidas pela *Carta de Atenas* (Ciam, 1933) era o habitar. E para Brasília, Lucio Costa conferiu especial atenção ao propor um modelo particular, apesar das referências às Unidades de Habitação projetadas anteriormente. Assim, as superquadras foram as escolhidas para Brasília. O urbanista inicia a sua descrição para a habitação da seguinte forma:

Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma seqüência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem. Disposição que apresenta a dupla vantagem de garantir a ordenação urbanística mesmo quando varie a densidade, categoria, padrão ou qualidade arquitetônica dos edifícios, e de oferecer aos moradores extensas faixas sombreadas para passeio e lazer, independentemente das áreas livres previstas no interior das próprias quadras. Dentro destas “superquadras” os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo, porém a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra (Costa, 1957, p. 36).

Esse trecho do Relatório do Plano Piloto é o único a trazer o termo “superquadras” que, somado aos croquis de Lucio Costa, ajudam a compreender a ideia de habitação por ele proposta colocando-a como função central, contudo ladeada por outros itens essenciais para o bem-estar, como o comércio, a educação, o lazer e a cultura. Esse conjunto de atividades deu origem às chamadas Unidade de Vizinhança, um conjunto de 4 Superquadras somadas a esses equipamentos complementares. Também há ênfase no quanto o verde seria importante ao indicar um cinturão ao redor de cada superquadra. Em termos de características arquitetônicas, Lucio Costa determinou algumas especificações básicas: o uso de pilotis e talvez 6 pavimentos, que de fato foram confirmados na construção da cidade (Figura 47, Figura 48 e Figura 49). Dessa identificação gerou a seguinte dinâmica para a cidade construída: para as quadras de números 100, 200 e 300, pilotis e 6 pavimentos; para as quadras 400, não haveria pilotis e seriam 3 pavimentos. Outro aspecto relevante é a ideia de existir apenas uma única entrada e saída de veículos para cada quadra, separando assim esse grande fluxo daquele dos pedestres, que ganham o destaque para a circulação interna.

SETOR RESIDENCIAL

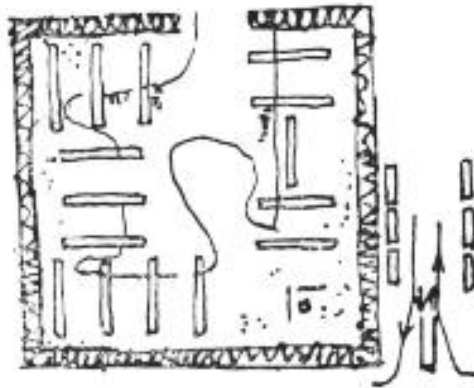


Figura 47 – Croqui de Lucio Costa para a Superquadra

Fonte: Costa (1957).

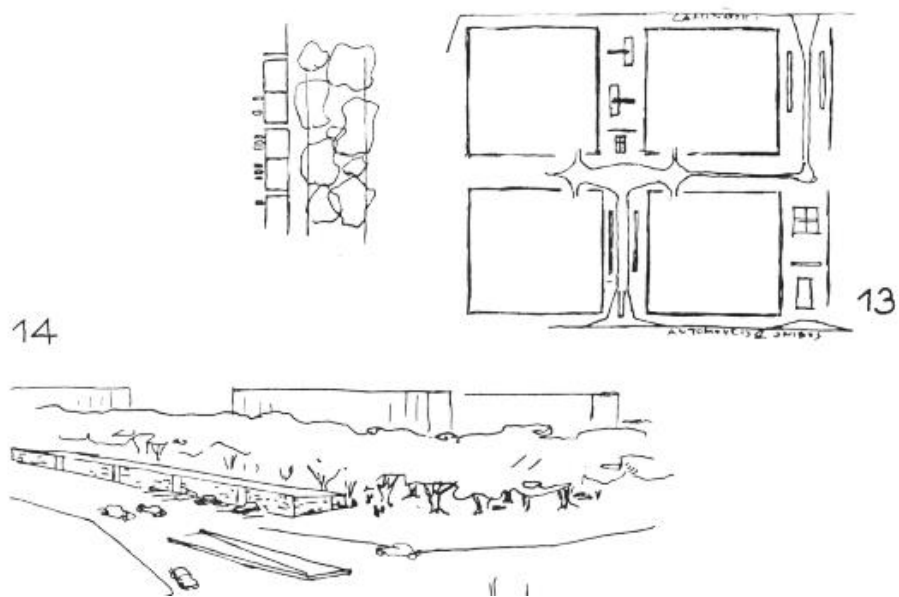


Figura 48 – Croquis de Lucio Costa para a Superquadra e seu cinturão verde

Fonte: Costa (1957).



Figura 49 – Vista da Superquadra 108 Sul em 1960

Fonte: Iphan (2019). Foto de Marcel Gauterot, Acervo do ArPDF.

As superquadras 400 possuem essa conformação diferenciada associada a duas questões. A primeira delas foi a liberação da vista em direção ao Lago Paranoá, acompanhando a topografia que decai até o espelho d'água. A outra explicação está pautada na suposta possibilidade de abrigar as diferentes classes sociais dentro do Plano Piloto. Quanto à sistemática da organização, esta ocorre de forma simétrica nas duas asas. Todos os outros setores da área central possuem a mesma sistemática. E mesmo fora do Plano Piloto, diversas Regiões Administrativas guardam essa mesma dinâmica, sendo uma característica particular a Brasília.

A proposta de Lucio Costa era para uma cidade em que conviveriam as variadas classes sociais segundo explicita:

E seja como for, as diferenças de padrão de uma quadra a outra serão neutralizadas pelo próprio agenciamento urbanístico proposto, e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos têm direito. Elas decorrerão apenas de uma maior ou menor densidade, do maior ou menor espaço atribuído a cada indivíduo e a cada família, da escolha dos materiais e do grau e requinte do acabamento. Neste sentido

deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população (Costa, 1957, p. 36).

Essa colocação questiona o problema social presente em Brasília, pois esse modelo de habitação das superquadras nunca esteve acessível para toda a população. De modo geral, parte dos apartamentos foi ocupada por funcionários públicos originários sobretudo da antiga capital, o Rio de Janeiro. E mesmo as superquadras 400, consideradas mais econômicas, nem sequer se aproximaram da equidade social pregada por Lucio Costa. Essa é uma questão atrelada à cidade construída, mesmo que se considere que não teria existido de fato uma intenção para abrigar diferentes classes.

Para compreender o projeto habitacional para o Plano Piloto, é preciso observar que Lucio Costa trouxe diretrizes gerais, não chegando a detalhes para os edifícios, por exemplo. Assim, Marília Machado (2009) destaca a importância de Oscar Niemeyer para a implantação das superquadras. O arquiteto foi responsável por vários dos primeiros projetos para as edificações, o que possibilitou que boa parte do planejado por Lucio Costa fosse cumprido. Para auxiliar na implantação como um todo das superquadras, havia a Divisão de Arquitetura da Novacap, chefiada por Nauro Esteves e com a coordenação de Oscar Niemeyer. Devido à concentração das tarefas sob essa divisão, de certa forma, tal como aponta Marília Machado (2009), houve repetição de padrões entre algumas superquadras, como algo modular, estando a maior diferença entre elas quanto aos acabamentos. Contudo, algumas superquadras e edifícios se destacam, e o melhor exemplo é a Superquadra Sul (SQS) 308.

A superquadra 308 Sul, é reconhecida como a quadra modelo de Brasília, por ser supostamente o mais próximo possível do que Lucio Costa havia planejado. Essa é a única quadra que possui os equipamentos urbanos por ele desejados para a vida em comunidade: uma Igreja, um Clube de Vizinhança, uma escola classe, um jardim de infância, uma escola parque, uma biblioteca, um cinema, além do comércio local. Esse projeto é do ano de 1959 e foi construído pelo Banco do Brasil, sendo elaborado pelos arquitetos Marcello Campello e Sérgio Rocha, da própria instituição (Machado, 2009). Essa quadra possui algumas particularidades, como o projeto de paisagismo de Burle Marx, além de azulejos de Athos Bulcão, na Igrejinha Nossa Senhora de Fátima (307/308 Sul).

Nesse momento são introduzidas as primeiras inovações no tipo consagrado pela equipe de Niemeyer: 11 blocos, representação da torre de circulação do edifício em área pública, garagens cobertas, anexas às projeções, e sistema viário do tipo ameboide. O projeto da SQS 308 é constituído de apenas nove blocos, sendo que

um deles com apenas quatro pavimentos. Os edifícios são identificados apenas como: prédio n. 1, n. 2... As torres de circulação não são representadas como as dos edifícios da SQS 108, porém é informado na planta o número de apartamentos por edifício. Nas plantas não são representadas as garagens cobertas na superfície. O desenho não informa a dimensão total da quadra, porém indica a presença da cinta de vegetação ao longo de todo o perímetro da quadra. Com linguagem absolutamente simples e geométrica, as vias internas são todas ortogonais entre si. A área para escola foi projetada com um cercamento adicional fora do perímetro da edificação, modelo que não era adotado pela Divisão de Arquitetura (Machado, 2009, p. 126-127).

De fato, esse modelo de ocupação da 308 não se encontra em nenhuma outra, nem na Asa Sul e, principalmente, na Asa Norte. Tanto que ela é reconhecida como a quadra modelo de Brasília. As discussões envolvendo os motivos das diferenças para as outras superquadras extrapolam o projeto, não cabendo nesse momento também o seu debate. Apesar de não trazer distinções para as duas asas, a Asa Norte (Figura 50) foi projetada posteriormente à Asa Sul, sendo o seu primeiro projeto datado de 1960, para a Superquadra Norte (SQN) 303. Isso ocorreu por questões de logística para construção, pois muitos materiais vinham de longe, e assim seria mais fácil erguer a cidade por partes (Machado, 2009). Além disso, Brasília era um imenso canteiro de obras espalhado por diferentes lugares. Somente dessa forma foi possível inaugurar a cidade em curto espaço de tempo, mesmo que claramente em construção.



Figura 50 – Edifício na SQN 203

Fonte: Ferreira; Gorovitz (2021, p. 469).

As superquadras preenchendo as Asas Sul e Norte representam aquele modelo de habitação pretendido por Lucio Costa e que por ele ganhou maior descrição em seu relatório. Dois últimos aspectos com relação a elas merecem ser apresentados. A primeira questão se refere à propriedade privada. Nas superquadras, para os blocos residenciais, a propriedade se dá com relação à projeção, e não ao lote. Isso significa que o térreo com os pilotis é público, enquanto a porção privada se inicia apenas no primeiro pavimento. O segundo item diz respeito à atenção conferida aos condicionantes ambientais. Como o clima é o tropical, detalhe visto anteriormente, com duas estações definidas, o período seco e o chuvoso, essas características são relevantes do ponto de vista de um projeto, mesmo que não tão presentes no relatório de Lucio Costa. Apesar disso, os cuidados com a ventilação e com a insolação, por exemplo, tornaram-se enfáticos para as habitações. Nesse caso, cabe destacar os

cobogós (Figura 51) utilizados nas fachadas dos edifícios. Esse é um elemento vazado que, além de ser estético, auxilia na ventilação, sobretudo para os meses mais quentes do verão.



Figura 51 – Cobogós em fachadas de edifício residencial na superquadra 315 sul

Fonte: Foto da autora (2024).

Ainda com relação aos modelos habitacionais, o urbanista descreve apenas mais um tipo de habitação, hoje representado pelos Lagos Sul e Norte. Ambos estão localizados às margens do Lago Paranoá. Assim são descritos no Relatório do Plano Piloto:

Previram-se igualmente setores ilhados, cercados de arvoredo e de campo destinados a loteamento para casas individuais, sugerindo-se uma disposição dentada em cremalheira, para que as casas construídas nos lotes de topo se destaquem na paisagem, afastadas umas das outras, disposição que ainda permite acesso autônomo de serviço para todos os lotes. E admitiu-se igualmente a construção eventual de casas avulsas isoladas de alto padrão arquitetônico – o que não implica tamanho – estabelecendo-se, porém, como regra, nestes casos, o afastamento mínimo de um quilômetro de casa a casa, o que acentuará o caráter excepcional de tais concessões (Costa, 1957, p. 38).

Por essa descrição é possível perceber que esse seria um “bairro” para um padrão de classe social elevado, pela disposição das casas e pelo tamanho dos terrenos. Apesar de Lucio Costa ter indicado em seu relatório apenas esses dois modelos de habitação, em 1958, o urbanista reconheceu que a sua proposta não era suficiente para atender à demanda habitacional. Assim, ele tomou a decisão de que casas geminadas poderiam ocupar a via W3. Essa via, no relatório, seria destinada inicialmente a garagens, oficinas, depósitos, floriculturas, horta e pomar (Costa, 1957). Evidentemente, ao longo do tempo foram surgindo outros modelos de habitação no próprio Plano Piloto e nos seus arredores.

Seguindo o projeto de Lucio Costa para o Plano Piloto é necessário observar a Escala Gregária e a Escala Bucólica. Aproximando-se um pouco mais da primeira, essa é a escala provavelmente mais heterogênea, em termos de tipos edifícios, padrão de gabarito, variação de uso e ocupação, densidade, dentre outros aspectos. Citando Maurício Goulart e Francisco Leitão (2009, p.138):

A escala gregária está materializada no “centro urbano” da nova capital, reunindo os setores de comércio, serviços, escritórios e diversões. Os elementos construídos nesses setores, aliados às atividades ali instaladas e ao sistema de circulação de veículos e pedestres, deveriam propiciar as condições de agregação e urbanidade características dos centros urbanos (Goulart; Leitão, 2009, p. 138).

A proposta dessa escala é de agregar pessoas, ou seja, promover o encontro com atividades do cotidiano. Assim, essa escala congrega os seguintes setores: comercial, hoteleiro, bancário, médico-hospitalar, de diversões, de rádio e televisão e de autarquias. Como o Plano Piloto segue a proposta da simetria, esses setores se repetem para o lado sul e para o norte, o que não significa que sejam iguais em sua ocupação. Além dessas funções básicas e marcando o encontro do Eixo Monumental e do Eixo Rodoviário-residencial está a rodoviária. Portanto, a Escala Gregária margeia a Escala Monumental, ocupando a porção central da cidade (Figura 52). Para ela, Lucio Costa traz detalhada descrição para o setor de diversões, mencionando “cinemas e teatros, cujo gabarito se fez baixo e uniforme, constituindo assim o conjunto deles um corpo arquitetônico contínuo, com galeria, amplas calçadas, terraços e cafés, servindo as respectivas fachadas em toda a altura de campo livre para a instalação de painéis luminosos de reclame” (Costa, 1957, p. 32). As referências viriam de *Piccadilly Circus*, *Times Square* e *Champs Elysées*. Apesar da proposta de maior gabarito para essa escala, o Setor de Diversões é especificamente detalhado como de gabarito baixo, diferente dos demais setores, com maior número de pavimentos.

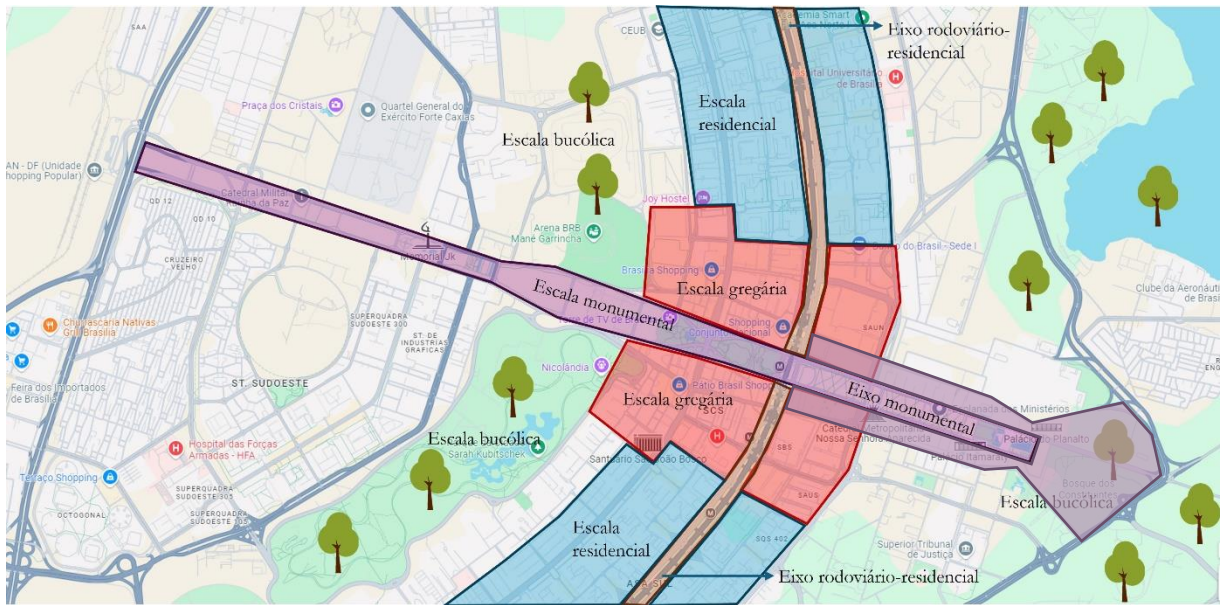


Figura 52 – Escalas de Brasília

Fonte: Elaboração própria com base no Google Maps.

Observando os demais setores, a proposta foi pelo adensamento, lembrando cidades tradicionais em termos de ocupação (Figura 53). Isso também pode ser demonstrado pelo uso do quarteirão, circundados por vias de circulação. O espaço assim se tornou mais contíguo, pois as torres comerciais, por exemplo, possuem interligação pelo seu térreo. Segundo Maurício Goulart e Francisco Leitão (2009, p. 139):

Não por mera coincidência, mas justamente por disporem de uma configuração espacial mais coesa e menores espaços intersticiais entre suas edificações, os setores organizados em quarteirões são os que hoje apresentam maior dinâmica de uso de suas áreas públicas, além de mais intensa circulação de pedestres.



Figura 53 – Vista aérea da Escala Gregária de Brasília

Fonte: Iphan (2019). Foto de César Moura, Acervo Iphan.

Apesar da Plataforma Rodoviária (Figura 54), um dos dois únicos projetos arquitetônicos de Lucio Costa em Brasília juntamente com a Torre de TV, figurar na Escala Monumental, ela marca o cruzamento dos dois eixos, como parte estruturadora da dinâmica urbana. Esse elemento arquitetônico funciona de forma integrada com a Escala Gregária. É um símbolo da cidade rodoviarista ao mesmo tempo que representa um lugar de encontro e de afluência de pessoas. Ela também é a responsável por unir o Setor de Diversões Sul (SDS) ao Setor de Diversões Norte (SDN). Apesar dessa simetria em escala macro, os dois setores se mostram suficientemente diferentes. O SDS se apresenta mais descontínuo, pois os lotes foram vendidos separadamente, gerando, portanto, projetos isolados e que pouco conversam entre si. Por sua vez, a porção norte teve um projeto único. Por isso:

No lado norte, ao contrário, o setor inteiro foi vendido, projetado e construído de uma só vez, como um único edifício, resultando em uma implantação mais uniforme, permeável e integrada, tanto em si quanto em relação ao entorno. Não por acaso, esse espaço consolidou-se como um dos mais gregários, mais utilizados e que melhor traduzem as intenções preconizadas na concepção original de Brasília, constituindo um ponto comercial bastante valorizado (Goulart; Leitão, 2009, p. 147).



Figura 54 – Rodoviária de Brasília na década de 1960

Fonte: Iphan (2019). Foto de Marcel Gautherot, acervo do ArPDF.

A posição de destaque para a Rodoviária no projeto levanta a questão do rodoviarismo, uma marca trazida pela arquitetura moderna, de modo geral. O projeto de Lucio Costa se inicia apresentando dois eixos estruturadores que se cruzam, o Monumental e o Rodoviário-Residencial. Ambos são representados pelas mais largas vias da cidade. “E houve o propósito de aplicar os princípios francos da técnica rodoviarista [...]” (Costa, 1957, p. 28). Dos 23 itens contidos no relatório

para explicar o projeto, em seis deles há o detalhamento do sistema de mobilidade urbana. Hugo Segawa (2010) relembra que JK promoveu grande incentivo para que a indústria automobilística se desenvolvesse no Brasil. A arquitetura moderna concedeu ao automóvel lugar de destaque ao se propor modelos de planejamento urbano. A circulação passou a ser um problema a ser resolvido para as grandes cidades. Os exemplos são os grandes *boulevards* incorporados por Haussmann à Paris do século XIX, mesmo antes do surgimento do automóvel, que ocorreria por volta de 1886.

Completando o pensamento sobre a Escala Gregária, esta talvez seja a que mais demande descrição, por apresentar setores e espaços tão diversos, por ser a que se aproxima de uma cidade tradicional. Como o objetivo desta tese não é tratar dos pormenores de cada projeto, entende-se que outros textos, dissertações e teses pretéritas já deram conta de tal demanda. Dito isso, passamos à última escala de Brasília, derradeira não somente para esta análise, mas sobretudo por ter sido a última a ser reconhecida pelo seu autor. Lucio Costa descreve o caráter bucólico da capital em diversos momentos de seu relatório, porém, foi apenas em 1987 que, oficialmente, no documento *Brasília Revisitada* (1987), o urbanista trouxe mais detalhes sobre essa escala.

Essa é a de maior dimensão e tem sua complexidade associada à interação com as outras escalas e outros fatores, como advoga Beatriz Gomes (2023). Ela é a representação do verde que permeia os parques, praças, canteiros e espaços livres. Brasília é reconhecida por cidade-parque por isso, pela quantidade de espaços dedicados à natureza. A Escala Monumental é marcada por um grande gramado de seu início ao fim. No entanto, praticamente não há vegetação de maior porte que possa conferir alguma sombra para os pedestres nesse longo percurso. Mas, como mencionado anteriormente, a proposta dessa porção monumental é de conferir destaque a certas edificações. E, mesmo assim, a escala bucólica se faz presente, ainda que de forma a enfatizar a escala monumental.

Com relação à escala bucólica, cabe introduzir a noção de “vazio intencionado” trazida por Beatriz Gomes (2023, p. 38), ao destacar que as “configurações urbanas [de Brasília] possuem a intenção de impulsionar aspectos do traçado da cidade e interações proporcionadas por eles”. Ou seja, o suposto vazio associado ao bucólico foi planejado e está diretamente atrelado a uma proposta de vivência. Em Brasília, de modo geral, pode-se perceber a inversão do conceito figura-fundo, em que os vazios se sobrepõem aos cheios. A inversão se dá pelo uso das formas de barra e torres, gerando

essa percepção do conjunto urbano. Essa é uma característica não só presente na capital do Brasil, mas antes pode ser representativa da cidade moderna, que privilegia certos espaços e edificações.

Dentre essa porção verde, pode-se distinguir áreas com tratamento paisagístico, como parques e jardins e espaços naturais como os próximos ao Lago Paranoá, por exemplo. Essa descrição de Lucio Costa define o que ele pretendia:

As instalações teriam sempre campo livre nas faixas verdes contíguas às pistas de rolamento. As quadras seriam apenas niveladas e paisagisticamente definidas, com as respectivas cintas plantadas de grama e desde logo arborizadas, mas sem calçamento de qualquer espécie, nem meios-fios. De uma parte, técnica rodoviária; de outra, técnica paisagística de parques e jardins (Costa, 1957, p. 40).

Nesse trecho o urbanista menciona a vegetação em relação ao conjunto rodoviário e como ela preenche e circunda as Superquadras formando um cinturão verde (Figura 55 e Figura 56). Essa colocação que está no parágrafo final do seu relatório parece amenizar o caráter rodoviarista que permeia de forma detalhada sua descrição da cidade. Dessa forma, a Escala Bucólica possui um papel importante atrelado à qualidade de vida quando se menciona o Plano Piloto. Além disso, ela possui a função de complementar as demais escalas, permeando os espaços construídos. Na verdade, ela tem sua relevância também associada a conferir destaque à arquitetura monumental. Assim, pode-se compreendê-la como um elemento que auxilia para a estruturação da cidade.



Figura 55 – Vista aérea das Superquadras e do Eixo Rodoviário-residencial contendo a Escala Bucólica

Fonte: Iphan (2019). Foto de Nelson Kon, acervo Iphan.

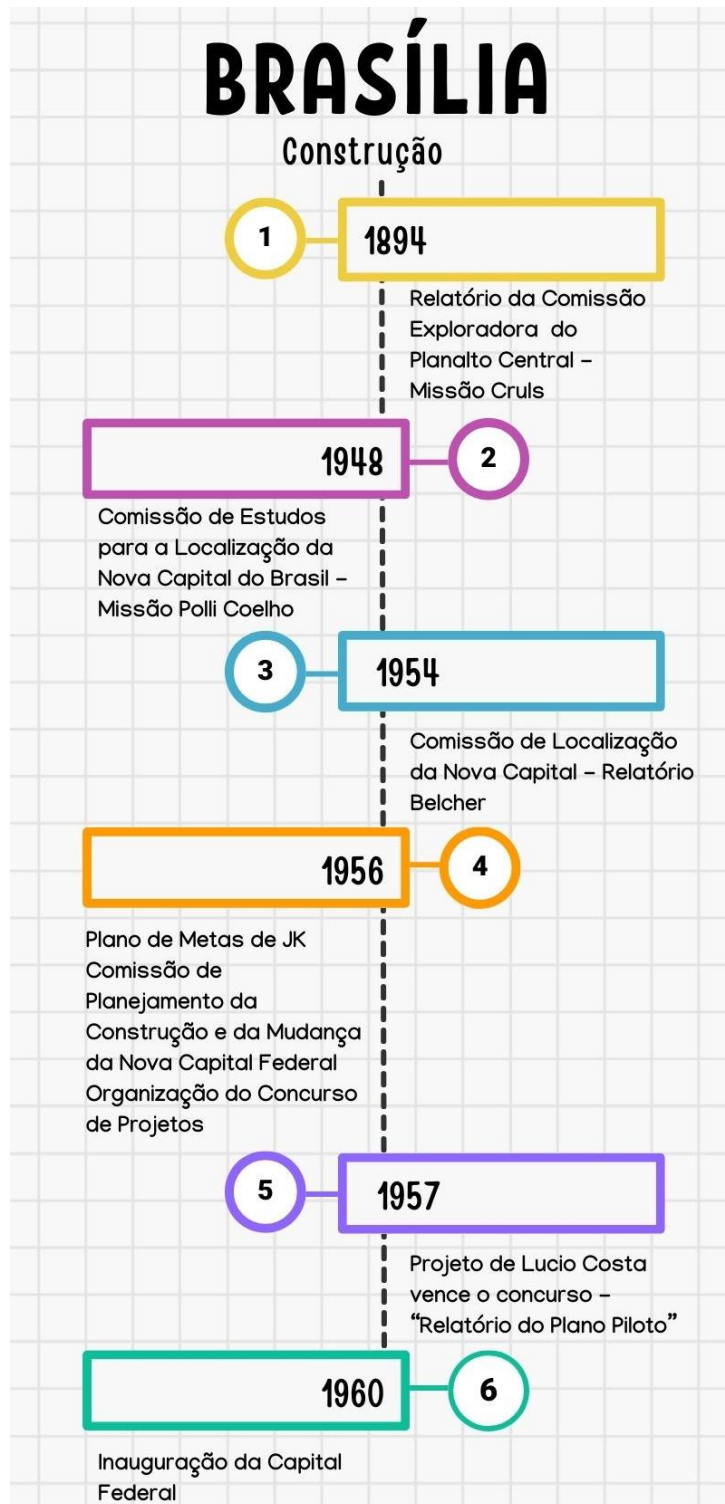


Figura 56 – Vista do Lago Paranoá e suas margens

Fonte: César Moura, Acervo Iphan (2010).

Ao observar as quatro escalas propostas por Lucio Costa, é compreensível como a cidade foi estruturada de forma a abrigar as necessidades humanas. Assim, é possível realizar um paralelo com as quatro funções preconizadas pela *Carta de Atenas* (Ciam, 1933): habitar, trabalhar, recrear e circular. A habitação ganhou um espaço importante no projeto, recebendo uma escala particular. O trabalhar está presente em grande parte na escala monumental, por meio dos edifícios públicos voltados à condição de capital. Essa função, no entanto, faz-se presente na escala gregária, com mais edificações a abrigar atividades ligadas ao trabalho, como o comércio e outras funções privadas. No caso dos comércios, eles se fazem presentes nas entrequadras, na escala residencial. O recrear, mais uma vez, do ponto de vista do projeto, materializar-se-ia na escala gregária, diretamente relacionada à ideia de agregar as pessoas e ainda na bucólica. Por fim, a circulação em um primeiro plano está fortemente condicionada ao Eixo Rodoviário-residencial. Porém, é preciso lembrar o caráter rodoviarista que a capital recebeu nos escritos de Lucio Costa para o Plano Piloto.

Finalizando esse olhar sobre o projeto do Plano Piloto, é necessário colocar que Brasília é substancialmente maior do que essa área central, em todos os sentidos. O Distrito Federal é uma unidade da Federação das mais diferentes, não apenas pela sua condição de capital, mas por possuir uma população variada e com diferentes origens. Considerando aspectos sociais e econômicos, essa diferença cresce ainda mais. Porém, como o objetivo desta tese é verificar o processo de patrimonialização de Brasília, e esse reconhecimento recai apenas sobre a área central da cidade, atemo-nos à história dessa porção.



PARTE II

A segunda parte da tese é também dividida em dois capítulos e representa um mergulho no processo de reconhecimento das três cidades à Lista do Patrimônio Mundial. Mais uma vez a cronologia do reconhecimento é seguida apresentando, portanto, Brasília, Tel Aviv e Le Havre. Assim, o Capítulo 3, intitulado “O processo de patrimonialização de Brasília, Tel Aviv e Le Havre” acompanha esse percurso de reconhecimento como Patrimônio Mundial, observando o início dos acontecimentos até a proposição e o sucesso da candidatura à Unesco. Esse capítulo se baseia amplamente na percepção de que a deposição de documentos na instituição internacional corresponde ao resultado de um árduo trabalho anterior para construção de argumentos e recolhimento de materiais que comprovem a excepcionalidade do bem.

Passando ao quarto, e último capítulo da tese, o objetivo é unir as três cidades em uma análise conjunta e que vise observar como elas se conectam de fato. Para isso, o ponto de união e de início da análise corresponde aos meandros que envolvem o trabalho da Unesco, a forma de atuação da instituição e seus procedimentos internos associados especificamente à análise da documentação encaminhada por cada uma.

CAPÍTULO 3



O PROCESSO DE
PATRIMONIALIZAÇÃO
DE BRASÍLIA, TEL AVIV
E LE HAVRE

3.1 Brasília: a primeira cidade moderna patrimônio mundial

O caminho percorrido até que Brasília fosse inscrita na Lista do Patrimônio Mundial ocorreu ao longo da década de 1980, momento em que se iniciaram pesquisas e estudos com o intuito de proteção da cidade. Dessa forma, discutir o processo de patrimonialização de Brasília significa observar o trabalho do GT-Brasília (Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Brasília). Como o nome o identifica, esse foi um grupo de trabalho organizado com a intenção de discutir a preservação da cidade. Conforme se pode depreender da documentação primária sobre esse trabalho, há clareza quanto ao propósito inicial não ser o de proceder à candidatura à Unesco. Esse objetivo se manifestou no decorrer das pesquisas e como parte de uma articulação política (Silva, 2019).

A necessidade de abordar, de forma culturalmente consciente, tecnicamente sistematizada e politicamente institucionalizada, a questão da memória da cidade levou à criação, em março de 1981, do Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília (GT Brasília), pelo então Secretário da Cultura, Aloísio Magalhães. Desse grupo participaram três entidades: Ministério da Educação e Cultura, Governo do Distrito Federal e Universidade de Brasília, e o GT teve o propósito de estudar, propor e adotar medidas para preservação de tal acervo patrimonial (Bicca; Kohlsdorf, 1985, p. 55-56).

Desse trecho que foi retirado do *Relatório Síntese de 1985*, o principal documento formulado pelo GT-Brasília depois do dossiê de candidatura à Unesco, compreende-se que o Grupo atuou ao longo da década de 1980, considerando que Brasília foi reconhecida em 1987. Além disso, destaca-se a formação tripartite incluindo o governo federal, por meio do Ministério da Educação e Cultura, o governo distrital e a instância acadêmica pela Universidade de Brasília. Essas três entidades cederam técnicos para atuar de forma conjunta ao longo do tempo. Ressalta-se que o Grupo não manteve uma formação homogênea, recebendo contribuições pontuais em alguns momentos específicos a depender da demanda. Apesar disso, cinco membros podem ser considerados permanentes, ao assumirem a responsabilidade sobre algumas frentes de trabalho: Briane Bicca (1946-2018), Elaine Kohlsdorf, Márcio Vianna, Eurico Salviati e Yeda Barbosa.

A identificação desse protagonismo ocorre de análise minuciosa da documentação primária sobre o processo de patrimonialização de Brasília, revelando, por exemplo, quem assinava os documentos. Essa informação sobre os participantes é proveniente das atas de reunião e dos textos e estudos elaborados. Iniciando por Briane Bicca (1946-2018), a arquiteta e urbanista foi a coordenadora do

GT-Brasília, e, como tal, assinava os principais documentos, entre eles o dossiê de candidatura encaminhado à Unesco. Além disso, atuava como mediadora entre as três entidades que trabalhavam em conjunto. Briane Bicca, assim como Maria Elaine Kohlsdorf, trouxe para o trabalho do Grupo uma matriz de pensamento voltada ao planejamento urbano. Esta última foi uma das responsáveis por propor a metodologia de trabalho associada à morfologia urbana. Foi por meio desse olhar que o Plano Piloto, enquanto objeto central, foi observado para a sua caracterização, a partir de categorias físico-espaciais. Márcio Vianna e Yeda Barbosa foram os principais responsáveis pelos trabalhos de campo, sobretudo relacionados aos aspectos históricos do território do Distrito Federal. Desse quinteto, cabe ainda a menção a Eurico Salviati, tendo colaborado especificamente na questão da paisagem e da preservação do meio natural (Silva, 2019).

Além desses cinco nomes, é necessário destacar a relevância de Aloísio Magalhães (1927-1982) como idealizador do Grupo. O designer brasileiro, enquanto responsável por introduzir práticas modernas no design nacional, contribuiu para as origens de pensamento do GT-Brasília. Ainda há que se considerar sua vasta experiência no campo do patrimônio à frente do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) (1975-1979), depois como diretor do Iphan (1979-1980), passando pela Fundação Nacional Pró-Memória (1980-1981) e, por fim, como secretário de Cultura (1981-1982). Aloísio Magalhães levou para o GT a essência de um pensamento sobre o patrimônio cultural a partir de concepções mais amplas. Pode-se depreender com isso uma visão que vai além da avaliação tradicional do bem, sendo necessário considerar diferenças culturais e os saberes e fazeres locais. O seu olhar recaía sobre uma preservação expandida que considerasse as práticas sociais cotidianas (Magalhães, 1997).

Com foco nessa amplitude de pensamento é que o Grupo de Trabalho se constituiu, voltando-se para o território do Distrito Federal, cabendo ao Plano Piloto o lugar de destaque. Também há que se considerar certo alargamento de ideias, sobretudo ao perceber as diferentes instituições e as bases de pensamento dos técnicos envolvidos. Assim, O GT-Brasília, desde o início deixava evidente que seu objeto de pesquisa se estendia além do Plano Piloto, buscando uma percepção que incluísse o Distrito Federal. A justificativa para essa escolha se pautava na percepção de que Brasília não havia se constituído de um imenso vazio, como muitos acreditavam. Para o Grupo de Trabalho, as preexistências do território mereciam ser consideradas para pesquisas voltadas ao campo do patrimônio e da preservação. Essas preexistências eram antigas fazendas que ocupavam o território do

Sítio Castanho, o que foi escolhido para a instalação do DF. Além das ocupações rurais, entraram nesse escopo de análise os acampamentos de obras remanescentes do período construtivo da capital e os núcleos históricos de Planaltina e Brazlândia (Silva, 2019).

O Grupo de Trabalho, em seu início, já identificava que para preservar a capital seria necessário mergulhar em sua história, o que implicou ver as suas origens. Apesar de parte do pensamento corrente desde a década de 1960 não identificar um passado para o espaço destinado à nova cidade, o GT lançou luz sobre um território pouco estudado marcado por antigas fazendas e núcleos urbanos que datam do século XIX. Além desses exemplares rurais e urbanos, as pesquisas se voltaram para os acampamentos de obras do período da construção de Brasília.

O GT observou esse território a partir do entendimento de que o Plano Piloto seria o objeto principal a ser preservado, porém, perceberam nas preexistências um modo de representar e testemunhar o passado (Silva, 2019, p. 224).

Antes do Grupo de Trabalho propriamente iniciar a investigação do Plano Piloto, que representava o objeto central para as pesquisas e consequente preservação, as tarefas se voltaram às adjacências, buscando compreender a melhor forma para abordar esse território: “O GT trabalhou com a lógica de pesquisar o Distrito Federal a partir de suas origens até chegar ao Plano Piloto. Esse começo pode ser entendido na lógica da construção de uma história para Brasília [...]” (Silva, 2019, p. 107). Além dessa justificativa, destaca-se certo temor de desaparecimento dessa história pela condição de degradação e falta de manutenção desses exemplares a partir da percepção de que “alguns casos estão a exigir iniciativas urgentes ante a iminência de desaparecimento de importantes sinais anteriores ou contemporâneos ao período da construção de Brasília” (GT-Brasília, 1981, p. 5).

Um olhar detido sobre o trabalho do GT permite afirmar que, em seu início, havia a nítida intenção de preservar a história de Brasília a partir de suas bases associadas à arquitetura moderna e às arquiteturas pretéritas. Não se sabia, contudo, por onde e como realizar essa abordagem. Diferentes documentos e entrevistas dos membros apontam para essa ideia. Desse modo, houve a decisão de se iniciar pelo que se conhecia melhor, o que ficou determinado como as “preexistências” da capital. E esse ponto de partida derruba a conhecida tese de que a sede da República teria sido erguida em meio ao absoluto vazio territorial, ou *ex nihilo*, como uma parte mais leiga da literatura aponta.

A partir disso, pode-se acompanhar a cronologia adotada pelo GT. Entre os anos de 1981 e de 1983, compreende-se uma primeira etapa em que a periferia do Plano Piloto foi estudada. A partir de 1983, além desse primeiro grupo, o Plano Piloto entra em cena ganhando destaque. Até o ano de 1985,

parte das pesquisas já tinha sido concluída. Dois documentos chave representam esses marcos temporais, respectivamente: *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983* (GT-Brasília, 1983) e *Relatório Síntese de 1985* (GT-Brasília, 1985). Este último documento, inclusive como o próprio nome indica, guarda uma verdadeira síntese do trabalho do GT ao longo da sua atuação, contemplando as principais frentes de trabalho. Esse foi o único documento publicado oficialmente pelo Iphan no ano de 2016.

Diante desse tratamento dispensado às preexistências de Brasília, nota-se que o trabalho do GT buscava não apenas compreender o território adjacente ao Plano Piloto, que era o foco e o objetivo final para a preservação, bem como buscar a melhor forma para se aproximar desse objeto principal. Rememora-se que não existiam referências para a preservação de cidades modernas, portanto, teve-se que construir um caminho metodológico para essa abordagem. Nesse sentido, enquanto o Grupo avançava na periferia, ganhava tempo e experiência para quando fosse o momento de lidar com o Plano Piloto. Além disso, havia o entendimento de que, apesar das diferentes morfologias presentes no Distrito Federal, este deveria ser observado em sua totalidade: “Espera-se que a preservação destes conjuntos urbanos antigos se dê de maneira dinâmica e integrada ao processo urbano metropolitano de Brasília, de modo a não deixá-los à margem do desenvolvimento do DF como um todo, mas parte integrante do mesmo” (GT-Brasília, 1985, p. 147). Além disso:

O Grupo de Trabalho se opunha à ideia de ver o Plano Piloto como o único elemento relevante e tendo suas origens exclusivamente associadas a uma terra nua que daria espaço à nova capital. Apesar dessa ideia, o Plano Piloto tem papel central nas análises como elemento desencadeador das transformações no território do DF (Silva, 2019, p. 107).

Essa percepção, ao mesmo tempo que evidencia esse protagonismo, parece ser uma justificativa para a dificuldade de avanços na preservação de áreas periféricas. Com a área central em destaque, a partir de 1985, ano em que o GT começou a trabalhar na edição do dossiê de candidatura à Unesco, pouco se falava nas áreas adjacentes. Por mais que no dossiê esses espaços estejam identificados, quando a capital foi reconhecida apenas o que foi projetado por Lucio Costa foi considerado. Inclusive, como parte do processo para a organização internacional, o Grupo de Trabalho fez uma proposta de legislação, compreendendo ampla área para a preservação, porém, os governos local e nacional optaram por outro modelo de salvaguarda, representado pelo Decreto nº 10.829 (Distrito Federal, 1987), que efetivamente foi o instrumento promulgado. Ainda neste item, o processo de construção da legislação será abordado.

Nesse momento, cabe observar como o GT-Brasília de fato realizou a abordagem do Plano Piloto. Como os documentos demonstram, parte dessa aproximação se deu de forma concomitante com a finalização das pesquisas com as preexistências. A maneira escolhida para contemplar essa área do Distrito Federal foi identificada como “Caracterização do Plano Piloto”. A ideia, portanto, era a identificação de características essenciais, responsáveis pela identidade, para que fosse possível chegar à preservação com objetivo final dessa etapa. Assim, o documento *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983* (GT-Brasília, 1983, p. 18) delimita tal tarefa:

O caminho proposto é que se lance mão de um conjunto de categorias físico-espaciais, que sejam representativas dos diversos elementos constituintes da estrutura global de configuração urbana. [...] O que fazer com elas, consiste em examinar, para cada categoria e segundo cada elemento, quais aqueles que são essenciais à caracterização do Plano Piloto, e descrevê-los nas suas tipologias e morfologias. É esse conjunto de categorias básicas que deverá informar o conjunto de regras urbanísticas, ou legislação urbanística para o Plano Piloto, de modo a abordar toda a sua estrutura espacial.

Dessa forma, entende-se que a metodologia proposta se pautava em uma análise qualitativa do ambiente urbano. Para isso, tiveram que ser definidos os procedimentos para a análise e a área a ser pesquisada. Como já se adianta, a questão do limite de preservação foi uma problemática quando a legislação de salvaguarda foi editada, pois o GT propôs um limite mais amplo do que efetivamente hoje é protegido. Deve-se considerar com isso que a preservação de Brasília é criticada hoje por isso, pela extensa área protegida, totalizando 112,69 km² de perímetro. Para o GT, no momento de suas pesquisas, os limites correspondiam aos “limites institucionais (‘Área Urbana de Brasília’ e grande parte da bacia do Paranoá) e com o perímetro obtido pelo alcance do campo visual ao nível do chão até a linha de cumeada das colinas mais próximas (porém situadas fora do tecido urbano)” (GT-Brasília, 1985, p. 65).

Essa delimitação para a caracterização do Plano Piloto foi a mesma utilizada para a apresentação à Unesco. Em seu interior, apesar da grande área delimitada, os técnicos do GT entenderam que caberia uma área destacada, de fato, correspondendo ao desenho de Lucio Costa. Esse trecho principal ficou denominado como Área de Interesse Especial para Preservação (AIESPP) e o limite amplo a Área de Interesse para Preservação (AIP) (Figura 57). Ou seja, desde o início e antes mesmo de estudadas as características entendidas como essenciais, o Grupo compreendia que haveria um objeto que merecia mais atenção e que, por isso, as medidas de salvaguarda seriam diferentes.

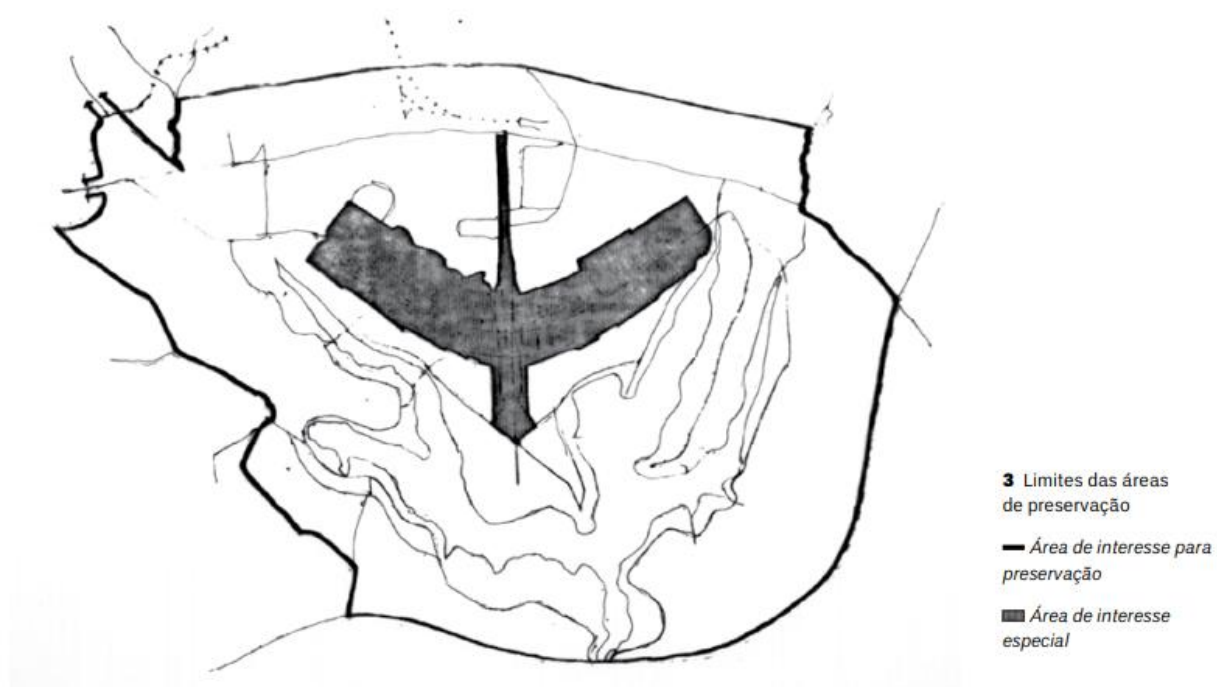


Figura 57 – Limites da área de preservação propostas pelo GT-Brasília

Fonte: Iphan (2016, p. 66).

Definidos os limites e, portanto, o escopo da pesquisa, foi possível prosseguir com a caracterização do Plano Piloto. Com base em metodologias do planejamento urbano, a opção se deu por elencar categorias físico-espaciais que seriam os principais alvos da análise. As categorias eram sete: I. O todo e suas partes; II. O sítio físico; III. A cidade em planta baixa; IV. As características de silhueta; V. As tipologias das edificações; VI. A estrutura interna do espaço; e VII. Os elementos acessórios (GT-Brasília, 1985). A ideia da primeira delas (I. O todo e suas partes) era apresentar a relação entre a escala macro e urbana da cidade em relação à escala micro, representada pela arquitetura e os itens que a compõe. O sítio físico (II) “congrega os elementos do meio natural que participam, de uma ou de outra forma, da configuração dos assentamentos urbanos” (GT-Brasília, 1985). E dentro dessa categoria foram analisadas subcategorias: relevo, hidrografia e vegetação nativa; vegetação exótica; e conexões e efeitos a distância.

O terceiro item (III. A cidade em planta baixa) tem como ponto de partida a identificação da planta baixa da cidade, algo com características próprias e, certamente, uma das imagens que mais

fortemente se associa à capital. As características de silhueta (IV) demonstram a proporção entre as massas edificadas e sua relação com o rebatimento vertical. Com isso, demonstra-se o quanto a cidade é dispersa quanto ao afastamento entre parte das edificações, sobretudo na área monumental, ao mesmo tempo que possui marcas enfáticas por esses monumentos, como a Torre de TV ou o Congresso Nacional, por exemplo. A categoria V (As tipologias das edificações) aponta o quanto os edifícios representam o principal foco da estrutura urbana, enquanto as áreas livres se tornam residuais. “Tais características realçam as edificações também à percepção humana, colocando-as em posições privilegiadas nos campos visuais e abrindo para si possibilidades de observação muito variadas” (GT-Brasília, 1985, p. 85).

A categoria VI (A estrutura interna do espaço) é “onde estão reunidos tanto os planos horizontais quanto os verticais, e outros; por isso, é o nível da tridimensionalidade do espaço urbano” (GT-Brasília, 1985). A partir disso, foram observadas as relações entre as vias, as áreas livres e as construções, nas três dimensões. Por fim, a última categoria, os elementos acessórios (VII), como o próprio nome identifica, são aqueles aspectos, que “comparecem, por vezes, fortalecendo características de outras categorias configurativas [...] outras vezes, porém, enfraquecem ou mesmo impossibilitam a constituição e a identidade dos espaços [...]” (GT-Brasília, 1985, p. 105).

A proposta da caracterização do Plano Piloto era identificar o que seria essencial da cidade e o que poderia ser considerado acessório, no âmbito da preservação. Porém, como Jéssica Silva identifica (2019), o trabalho do GT não chegou ao nível de trazer uma listagem dentro de cada categoria, apontando o que seria mais importante. Na verdade, isso ocorre a partir da percepção de certas ênfases dadas, como exemplo para o foco nas tipologias das superquadras. Mas é preciso deixar claro que diferentes leituras poderiam ser feitas sobre o que seria “essencial” e “acessório”. Dessa forma, há que se concordar com a seguinte colocação:

A análise das categorias físico-espaciais permitiu ver que as características essenciais e as características acessórias estariam presentes em cada categoria e que seriam pertencentes à Brasília, cabendo ao GT-Brasília a tarefa de revelá-las. A partir dessa visão que se percebe, através desse item, entende-se que na verdade as características essenciais não existem como algo intrínseco e imanente ao Plano Piloto, mas a construção de seu significado dependeria de quem o estaria analisando (Silva, 2019, p. 171-172).

De fato, observando atentamente o trabalho do GT, não é possível construir uma lista de características essenciais e acessórias. Compreende-se que, dentro de cada categoria observada, existiram itens com abordagens mais atentas e outros com menor atenção. Silva (2019) indica alguns destaques que poderiam ser apontados: as amplas visuais e o horizonte livre proporcionando uma visão 360 graus no Plano Piloto; o Lago Paranoá, enquanto elemento estruturador da cidade e espaço de contemplação e lazer; a planta baixa, identificável pelo traçado em malha, o cruzamento dos eixos e o macroparcelamento que identifica os setores urbanos; a silhueta das edificações e a relação entre os cheios e vazios; a tipologia das edificações, responsáveis pela articulação urbana; e as unidades morfológicas, como vias, áreas verdes e quadras.

Outra percepção que merece atenção com relação à caracterização do Plano Piloto se refere à comprovação de que o que deveria ser preservado era, de fato, a cidade fruto do projeto de Lucio Costa. Apesar de o GT-Brasília ter tateado por parte do Distrito Federal, e ter se aproximado de diferentes morfologias, não existiram grandes avanços com outras partes do território que não fosse a central. Nesse ponto, algumas justificativas entram em cena. A primeira delas era o interesse em âmbito local e depois internacional no que havia sido desenhado por Costa; também as dificuldades de se conseguir verbas e técnicos para incluir maior escopo de pesquisa e a falta de tempo. Ao observar o conjunto de documentos sobre esse trabalho, é notório como se começou de forma mais vagarosa, tateando o objeto de pesquisa, e depois, quando se decidiu pela inscrição da capital na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, as outras frentes de trabalho praticamente foram abandonadas. Até mesmo a forma como o GT passou a trabalhar se modificou, dispendendo toda a sua energia no Plano Piloto. Como resultado, quanto às preexistências, pouco do que foi planejado se tornou algo efetivo. Nesse caso, destaca-se apenas a Vila Planalto, que foi tombada em âmbito distrital em 1988, um ano após Brasília ser inscrita na lista da Unesco.

Em complemento à caracterização do Plano Piloto, o GT entendia que seu trabalho não deveria se restringir a uma investigação puramente técnica – seria preciso ouvir a população que habitava a cidade. Para isso, optou por aplicar uma pesquisa de opinião pública sobre a sua imagem.

Paralelamente à caracterização do Plano Piloto, pelo corpo técnico do GT-Brasília, vem sendo desenvolvida pesquisa de opinião pública com o objetivo de realizar tal trabalho com base na vivência da comunidade interessada – a própria população de Brasília – para que sejam conhecidas e levadas em conta suas necessidades e expectativas. Tal método de consulta à comunidade, para subsídios ao planejamento

de sua cidade se faz ainda mais aconselhável no caso de Brasília, considerando que essa população carece ser ouvida, uma vez que diminui a participação relativa da camada da sociedade dita flutuante, enquanto aumenta o contingente da camada que se fixa, composta em grande parte pela população natural da própria cidade (GT-Brasília, 1983, p. 20).

Esse trecho, retirado de um dos relatórios de 1983, demonstra a percepção por parte dos técnicos de que, na década de 1980, Brasília já vivenciava uma geração de pessoas nascidas na capital e que, portanto, guardava a relação de pertencimento e de reconhecimento. Essa foi a percepção do Grupo, porém, extrapolando essa noção, pode-se perceber, talvez, que aquela fosse uma população que já compreendia mais a arquitetura moderna e seu modo de vida. Para muitos que nasceram e cresceram em Brasília, esse é um modelo de cidade que faz parte da noção de pertencimento e de identidade que o GT buscava. Por exemplo, para os brasilienses é normal a ausência de cruzamentos, as vias expressas, a organização de ruas por números e letras etc. O “diferente” seria a cidade tradicional. Dessa forma, a população que ocupava a capital na década de 1980 já seria capaz de opinar sobre Brasília sem preconceitos arraigados associados às cidades que seus pais e avós deixaram para construí-la.

Então a pesquisa de imagem foi elaborada com o apoio do Departamento de Estatística da UnB e da Codeplan que validaram os questionários e as amostras realizados pelos técnicos. Também foi firmado um acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) para aplicação dos questionários e apresentação dos resultados (GT-Brasília, 1983). O Documento Síntese dos Trabalhos até novembro de 1983 aponta para o início dessa pesquisa, mas foi o Relatório Síntese de 1985 (GT-Brasília, 1985) que trouxe os resultados sistematizados e organizados. O objetivo mais uma vez era o de buscar a identificação de quais características da cidade seriam consideradas essenciais para a sua preservação. A amostra inicial era de 1.000 entrevistados e as condições preliminares eram: morar em Brasília, compreendida como o Distrito Federal, e realizar pelo menos alguma atividade no Plano Piloto. Dessa amostra, em um segundo momento, foram selecionadas 229 pessoas, entre as 1.000, que reuniam as seguintes características: nasceram em Brasília; não nasceram na cidade, mas chegaram antes de completar 5 anos de idade; chegaram, em qualquer idade, antes de 1960. Esse grupo reunia representantes, segundo os técnicos com “raízes” mais profundas atreladas à cidade (GT-Brasília, 1985).

O questionário, sendo observado a partir do que foi possível coletar da documentação primária, é apresentado de maneira simples, a partir de nove questões, sendo sete objetivas e duas subjetivas. Apesar da maior parte das questões serem objetivas, percebe-se um caráter subjetivo, principalmente ao buscar ressaltar relações de afetividade das pessoas com a cidade. Além disso, almejava-se compreender questões como orientabilidade, percepção do espaço, usos e permanências. Diante disso, pode-se destacar a intenção de observar os aspectos urbanos sob um olhar dos habitantes da capital. Segundo o *Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981-1988* (GT-Brasília, 1988, s/p):

A intenção dessa pesquisa foi no sentido de se atingir um percentual mínimo da população, capaz de qualificar a amostragem como estatisticamente confiável, para a partir de seus dados poder-se inferir tendências de opinião sobre a temática da preservação para esse núcleo. Essa seria uma das formas possíveis de se checar a pertinência ou não das hipóteses levantadas pelo trabalho técnico.

Entende-se desse relato que havia a intenção de validar as análises que o Grupo vinha construindo até aquele momento, entre os anos de 1983 e 1985. Do ponto de vista crítico, essa ação de buscar a participação popular pode ser associada a “um processo embrionário, e um tanto quanto experimental, para de fato incluir os diferentes agentes nos processos decisórios” [...] (Silva, 2019, p. 83). Dessa forma, as críticas poderiam vir no sentido de questionar primeiramente o quantitativo de pessoas ouvidas. Mil pessoas seria um número suficiente para mensurar a opinião da maioria da população? Também poderiam surgir indagações quantos aos métodos, que, na verdade carecem de melhor explicação. Com relação a esse último aspecto, não foram encontrados documentos suficientes para responder tal pergunta, o que não significa que eles não existiram.

Outra crítica relevante que cabe brevemente ser mencionada é a de Sandra Bernardes Ribeiro. A autora amplia o debate sobre as práticas participativas, ao identificar que, ao longo das pesquisas do GT, a população esteve presente apenas no momento dessa pesquisa. A única exceção foi por ocasião do processo de tombamento da Vila Planalto, que foi acompanhado por oficinas com os moradores, havendo um contato mais próximo. Em resumo, a crítica está na ausência da população enquanto “atores políticos ativos” (Ribeiro, 2005). Essa crítica é pertinente, porém, é preciso considerar que, na década de 1980, período de atuação do Grupo, as práticas participativas não eram comuns e tão difundidas. Por isso, é preciso reconhecer a iniciativa por parte do GT ao identificar a população como parte relevante para a preservação da cidade.

Ainda como escopo das análises realizadas pelo Grupo, existiu um trabalho com a paisagem natural do DF, iniciado entre 1982 e 1983. O documento *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983* (GT-Brasília, 1983) identifica as seguintes etapas para essa frente de trabalho: levantamento dos processos naturais e culturais significativos da região; diagnóstico e prognóstico; e definição de áreas e respectivas diretrizes de proteção. As justificativas para essa pesquisa estavam pautadas no reconhecimento do cerrado como um bioma particular, além da localização do Distrito Federal abrigar uma zona de convergência de três bacias hidrográficas: Amazônica, Platina e São Franciscana. Havia o entendimento de que parte da vegetação nativa se perdeu em decorrência das construções para a capital e que outra parte dessa vegetação foi substituída por espécies exóticas.

O *Relatório Síntese de 1985* traz o entendimento dos técnicos acerca do que seria considerado para a análise da paisagem, sendo “concebida como o conjunto de múltiplos fatores físicos, bióticos e culturais, é considerada em todos os seus múltiplos aspectos, constituindo um patrimônio da mais alta significação e importância cultural” (Salviati, 2016, p. 144). Ou seja, a intenção era de uma observação ampla no sentido de destacar o meio ambiente e sua interação com o construído e transformado. Essa forma de pensamento, conforme discute Jéssica Silva (2019), poderia se aproximar da definição de paisagem cultural. No entanto, é preciso lembrar que, apesar de ser, formalmente, um conceito mais atual, os primeiros debates voltados a esse tema retomam ao início do século XX com investigações atreladas ao campo da geografia. Buscava-se o entendimento da relação entre a sociedade e seu meio. A Unesco inseriu a paisagem cultural em suas categorias em 1992, portanto, após a conclusão dos trabalhos do GT-Brasília. Isso não significa que seus membros, de alguma forma, não tenham se aproximado desse conceito em suas pesquisas.

Atendo-nos ao resultado apresentado, houve um mapeamento das paisagens encontradas no território do Distrito Federal, sendo seis ao total: depressão do Paranoá; chapadas do entorno do Paranoá, vale do Rio São Bartolomeu; vale do Rio Preto, vale do Rio Maranhão e vale do Descoberto (Figura 58). Esse mapeamento deu origem à etapa de compreender como ocorria a ocupação nesses lugares. Basicamente foram verificadas fazendas de gado para corte e lavoura. Em todos os casos, foram identificados sistemas prejudiciais à flora e à fauna, justificando a sua preservação. Além da ocupação, foram apontadas quais áreas já eram preservadas e quais poderiam ser propostas. Como

resultado, a ideia era que fossem ampliados os limites já protegidos e, em alguns casos, proceder à criação de reservas biológicas (Salviati, 2016).

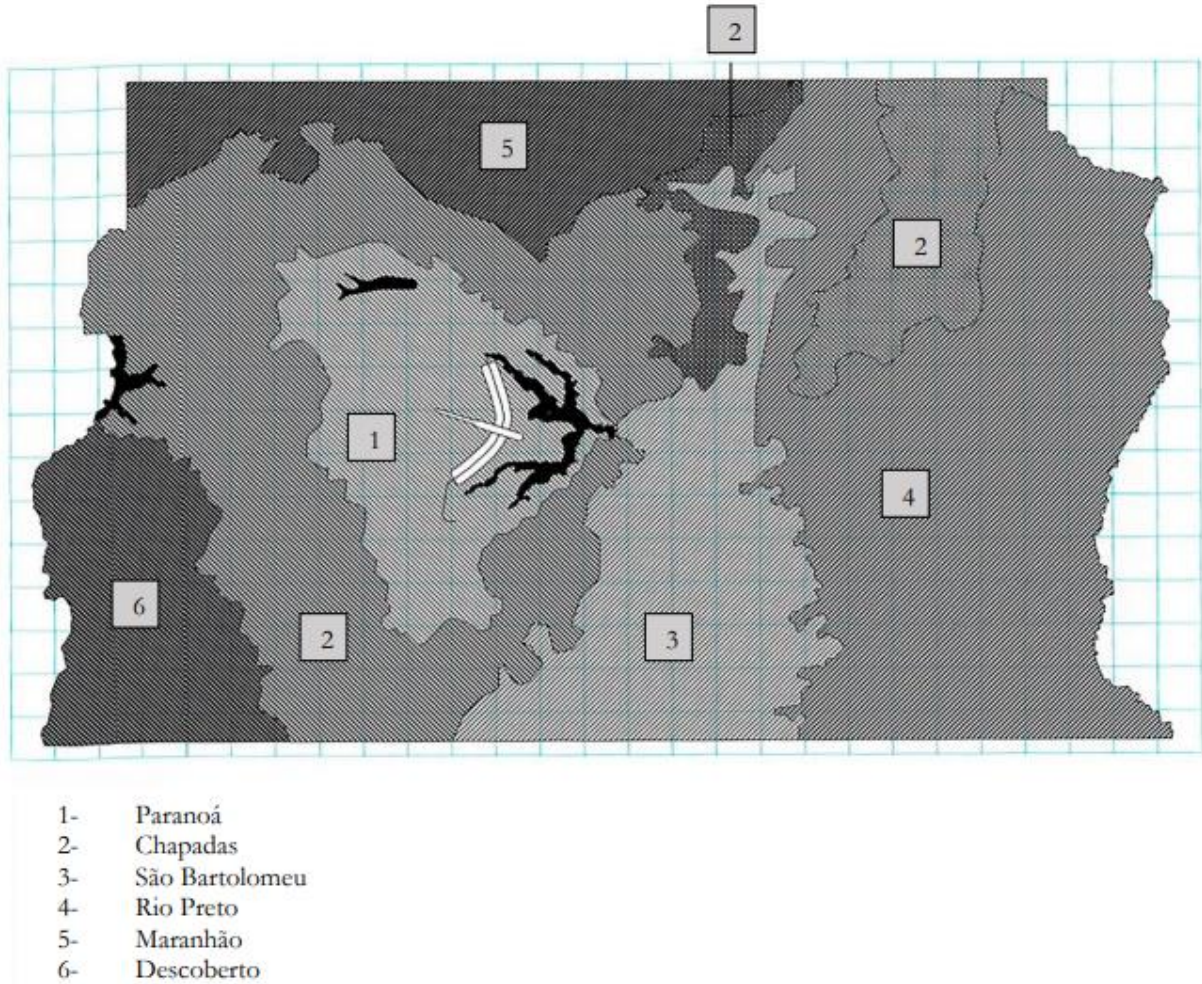


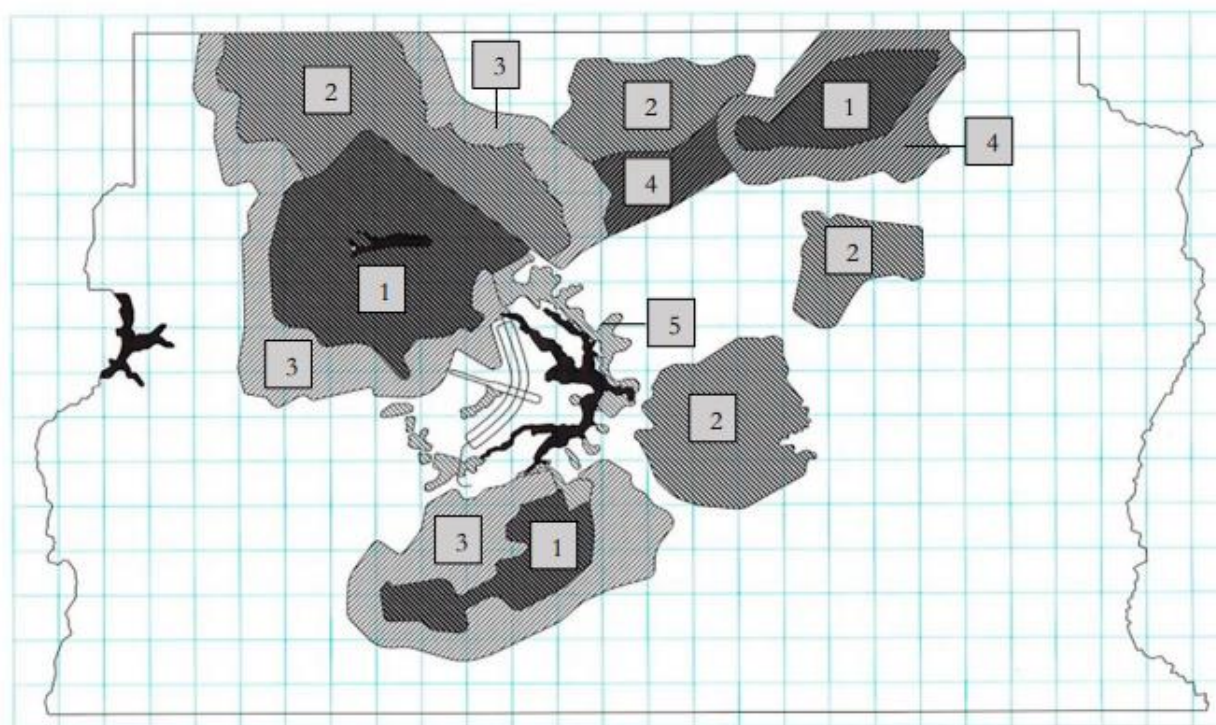
Figura 58 – Mapa das paisagens existentes elaborado pelo GT-Brasília

Fonte: Iphan (2016, p. 142, com alterações da autora).

Também foi conferida atenção especial ao Lago Paranoá enquanto proposta para um parque urbano, integrando o lazer à preservação. De modo geral, para as áreas verdes livres em meio ao ambiente construído, os técnicos entenderam pela necessidade de promover variados usos, contudo sempre atrelados à proteção do meio ambiente. Ainda um último item foi observado, a questão dos aspectos visuais da paisagem:

A paisagem natural de Brasília possui traços peculiares, visualmente identificáveis, que a distinguem claramente daqueles observados em outras regiões, sendo marcada principalmente pela horizontalidade dos planos de suas chapadas, pelos suaves declives dos terrenos deprimidos que ocupam níveis intermediários, e pelos terrenos montanhosos situados em áreas de cotas inferiores. Nestas paisagens, a vegetação representada principalmente pelos campos e pelos cerrados, constitui o aspecto visual que melhor distingue e identifica a região (Salviati, 2016, p. 154).

Assim, as visuais proporcionadas pela paisagem de Brasília colaboram para o horizonte livre da cidade, merecendo ser preservadas. A ideia para a preservação se resume, portanto, em manter o que já estava preservado, acrescentando novas áreas e ampliando outras já existentes (Figura 59). Em consonância com o que o GT vinha propondo para outras frentes de pesquisa, a legislação seria o meio ideal para promover a proteção desses espaços. Por fim, o Grupo chegou a incluir esse tema no dossiê de candidatura à Unesco, porém, tal como as preexistências, não foi tão bem aceito pelo organismo internacional, que deixou evidente o seu interesse apenas no Plano Piloto. Atualmente, o DF conta com Unidades de Conservação Ambiental, que são áreas protegidas sob a gestão do Instituto Brasília Ambiental.



- 1 – Reservas existentes
- 2 – Reservas propostas
- 3 – Zona tampão
- 4 – Corredor ecológico
- 5 – Reservas vinculadas ao Lago Paranoá

Figura 59 – Mapa das áreas de preservação existentes e propostas

Fonte: Iphan (2016, p. 156, com alterações da autora).

Concluída a observação sobre as frentes de trabalho do GT, é possível compreender agora o modelo de preservação pretendido para Brasília. Desde o início, os técnicos entenderam que seria importante observar a cidade não somente enquanto ambiente construído, mas sobretudo como um organismo vivo e em constante transformação. Não deveria, portanto, se prender somente ao projeto de Lucio Costa, almejando protegê-lo afastado da realidade. Foi com essa tônica que surgiu a ideia da preservação dinâmica. Seu significado está atrelado à “salvaguarda das características entendidas como essenciais, possibilitando alterações naquilo que fosse acessório” (Silva, 2019, p. 176). As características essenciais e acessórias vieram da caracterização do Plano Piloto, uma das etapas mais importantes elaboradas, lembrando que foram considerados tanto aspectos afeitos ao projeto de Lucio Costa quanto à cidade construída e transformada. Inclusive essa questão da transformação foi um motor para

que o modo de preservar fosse “dinâmico”, à medida que havia grande preocupação com o uso dos espaços, que poderiam ter necessidades de alteração com o passar do tempo.

A ideia da preservação dinâmica se mostra coerente com a trajetória do GT-Brasília. Por mais que essa proposta não tenha se efetivado, ela marca a construção de um pensamento em que Brasília é vista de forma a considerar a sua totalidade enquanto metrópole em pleno crescimento na década de 1980. Conforme afirma Thiago Perpétuo (2015, p. 167):

Uma perspectiva que, portanto, se desenvolveu gradativamente, chegando-se a uma visão mais alargada do patrimônio, com uma diversidade de referências e temporalidades, porquanto somente elas poderiam dar conta de, segundo o grupo de trabalho, realmente abarcar a totalidade do patrimônio do Distrito Federal.

Na verdade, complementando a colocação do autor, percebe-se esse alargamento da visão do Grupo, em termos temporais e em termos geográficos e com relação à amplitude de pensamentos defendidos. Dessa forma, segundo o GT, não seria o tombamento capaz de acolher tais premissas. As razões foram elencadas por eles do seguinte modo:

A primeira refere-se à grande escala e complexidade dos assentamentos, o que torna difícil e onerosa a aplicação do tombamento [...]. Uma segunda razão diz respeito às características tradicionais do tombamento, que – mesmo passíveis de alteração – ainda o colocam como um instrumento bastante resistente às transformações do objeto ao qual se aplica; neste sentido, pode-se ver uma clara incompatibilidade entre este instrumento e uma característica básica do espaço urbano, segundo a qual ele se transforma [...] (GT-Brasília, [entre 1983 e 1985], s/p).

Seguindo na mesma direção dessa ideia e, conforme indicam os documentos originais sobre o trabalho do grupo, a percepção é a de que, a princípio, havia a rejeição para o tombamento de um perímetro urbano. Contudo, as pesquisas ainda estavam em desenvolvimento. E, mesmo em âmbito internacional, a década de 1980 marcava o avanço das discussões sobre a preservação da arquitetura moderna. Há que se destacar ainda que o GT estava voltado às pesquisas de modo geral com a cidade e que discussões envolvendo os tombamentos distrital e nacional e o reconhecimento da Unesco vieram um pouco depois.

O tombamento é o instrumento de preservação instituído pelo Brasil por meio do Decreto-Lei nº 25, de 1937. Por meio desse decreto, os bens culturais tombados ficam proibidos de serem destruídos. Esse foi o primeiro instrumento legal de preservação do patrimônio. No art. 1º do Decreto-Lei consta:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Brasil, 1937, p. 1).

Para que esses bens sejam considerados como parte do patrimônio histórico e artístico nacional foram instituídos os quatro Livros do Tombo⁹⁷. A partir desse instrumento, nos quais os bens são inscritos, é que o tombamento no modelo brasileiro se organiza. Assim, o decreto detalha o seu funcionamento, cabendo destaque ainda ao art. 17: “As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado” (Brasil, 1937, p. 6). Esse artigo condiciona qualquer necessidade de alteração à consulta ao órgão de preservação, na época o Sphan, que em 1970 deu lugar ao Iphan⁹⁸.

Por vezes, ao analisar o conjunto de documentos elaborados pelos membros do GT, nota-se alguma dispersão ou mesmo falta de braços e de mentes para abarcar a totalidade pretendida para as pesquisas. Inclusive, algumas frentes de trabalho podem ter ficado desfalcadas em termos de análise e progresso em direção a um movimento preservacionista. Um exemplo foram os estudos com as áreas periféricas do Distrito Federal que pouco foram aproveitados ou mesmo geraram alguma proteção efetiva.

Diretamente atrelada à preservação dinâmica, estava um pensamento contrário ao tombamento, por um temor de possível congelamento da cidade. Inclusive, esse instrumento foi inicialmente rejeitado pela seguinte ideia: “[...] não se pode entender que preservar espaços urbanos significa cristalizá-los, tanto nos seus aspectos de forma ou composição aparente, quanto na destinação de atividades que ocorram nos mesmos;” (GT-Brasília, 1983, p. 15). Entendia-se que Brasília estava em plena transformação, ainda mais por ser “jovem” em 1980, com apenas 20 anos de existência.

⁹⁷ Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas-Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Brasília está inscrita no Livro do Tombo Histórico.

⁹⁸ O Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) foi instituído em 1937, transformando-se em 1946 no Dphan (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Em 1970, surgiu o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que em 1979 foi dividido entre Sphan (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a FNPM (Fundação Nacional Pró-Memória). No ano de 1990, com o Sphan e a FNPM extintos, foi criado o IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural). Então, em 1994, retornou ao nome de Iphan, permanecendo até hoje.

Outro aspecto relevante usado como justificativa para a preservação dinâmica está na ausência de exemplares urbanos modernos reconhecidos como patrimônio. Essa visão acompanhou o Grupo ao longo de sua trajetória. Desde a formação, estava claro que Brasília possuía um conjunto de singularidades que justificavam estudos a seu respeito objetivando a sua posterior preservação.

Sua tarefa caracterizou-se por tratar de bens cuja significação cultural, ainda não foi plenamente consagrada pela opinião pública, por datarem de menos de 25 anos, exigindo-se portanto formulação de estruturas legais e institucionais adequadas às peculiaridades locais. Por outro lado, a abrangência do campo de trabalho cresceu de imediato, e assim se abordaram várias modalidades do acervo físico-espacial, do complexo de práticas culturais e da instância documental de Brasília, esta última beneficiada pela possibilidade de crescer simultaneamente com a cidade ao invés de buscar sua história retrospectiva (Bicca; Kohlsdorf, 1985, p. 56).

Essas são justificativas apresentadas para amparar a formação do Grupo e para propor um modelo de preservação que contemplasse a totalidade da cidade em seus múltiplos aspectos. Assim, também se compreende uma escala de trabalho ampla, ao abarcar um território considerado de “morfologias altamente variadas”. É nesse sentido ainda que se questionava como tombar algo em constante alteração. Esse pensamento tende a se aproximar de uma visão de tombamento associada à imobilização do bem, pois “proceder de tal modo seria ignorar a característica fundamental do espaço urbano, o que lhe comunica precisamente mutação ao invés de permanência” (GT-Brasília, 1983, p. 15). Mesmo sendo, a princípio, contra o tombamento para o perímetro urbano, o GT compreendia ser necessário algum instrumento de salvaguarda que determinasse sob quais parâmetros o bem estaria submetido, quais as restrições para alterações e adições.

Os documentos sobre as pesquisas do Grupo de Trabalho não mencionam o Decreto-Lei nº 25 como uma justificativa para o não tombamento da cidade, mas o art. 17 colabora para o entendimento do que o GT queria referenciar com certo temor de congelamento. Há que se considerar as diferenças entre proteger um bem arquitetônico e um bem urbano, sendo claramente o instrumento do tombamento mais facilmente discernido quanto ao patrimônio arquitetônico, pela questão da escala, das possibilidades de monitoramento e até de intervenções. Mais à frente nesse item da tese, será discutida a legislação que salvaguarda Brasília, porém, neste momento, cabe mencionar que o tombamento, em esfera distrital e federal, ocorre a partir das escalas da cidade (Monumental, Residencial, Gregária e Bucólica). Não são tombados todos os elementos constitutivos, apenas algumas

edificações mais representativas que estão dentro do perímetro reconhecido pela Unesco, notadamente a arquitetura de Oscar Niemeyer.

Em resumo, pode-se entender que pelo Grupo “buscava-se resguardar aquilo que fosse reconhecidamente fundamental, amparando-se nas ideias do planejamento urbano e deixando que de certa forma os demais espaços se desenvolvessem cotidianamente” (Silva, 2019, p. 110). Assim, o *Documento para discussão nº 1: a preservação do Plano Piloto* (GT-Brasília, [entre 1983 e 1985]) destaca um pensamento comum dentro do Grupo associado à atuação concomitante de normas preservacionistas e uma legislação de uso e ocupação do solo. Esse é um documento aparentemente preliminar, por não constar uma data precisa, porém ele colabora para entender o modelo de preservação que se pretendia para Brasília, pensando além do tombamento. Desse modo, o GT entendia que um conjunto de leis urbanísticas seria suficiente para proteger o que fosse essencial para a capital.

Até agora foi possível acompanhar como o GT se aproximou da cidade a partir de diferentes frentes de trabalho, iniciando fora do Plano Piloto em um primeiro momento para, depois contemplar esse objeto principal em suas pesquisas. Concluída essa fase investigativa e de organização de ideias acerca do método de salvaguarda a ser adotado, foi necessário avançar para a efetiva proposição de medidas de preservação. Assim, o ano de 1985 foi marcante para a trajetória da capital. Naquele momento, muito do trabalho de pesquisa com o Plano Piloto já havia sido concluído e existiam possibilidades reais para que algum instrumento de salvaguarda fosse efetivado. A marca desse estágio é o documento *Relatório Síntese de 1985*. Esse relatório apresenta as diferentes frentes de pesquisa a que termos os técnicos chegaram para propor medidas preservacionistas. Diante de tais conclusões, o então governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, entrou em cena apresentando para o GT a proposta de encaminhar a candidatura de Brasília à Unesco.

Como as pesquisas já estavam em estágio avançado, a tarefa para dar início à candidatura se deu a partir da elaboração do *Dossiê Brasília*, o principal documento a ser apresentado à Unesco. A instituição apresenta etapas específicas para a inscrição de um bem, como foi visto anteriormente no Capítulo 1. No caso da capital do Brasil, a dificuldade estava na ausência de exemplares urbanos modernos com quem se comparar. Até aquele momento, a Unesco havia reconhecido apenas exemplares com décadas e séculos de existência, além de arquiteturas já consagradas. Com relação a esse aspecto, já se mostra uma diferença clara entre Brasília e suas sucessoras, Tel Aviv e Le Havre.

No caso da cidade brasileira, mais do que a necessidade de preencher os itens obrigatórios da Unesco, foi fundamental um trabalho de convencimento por parte das autoridades nacionais de que a arquitetura moderna merecia ser reconhecida e preservada.

O ano de 1985 foi singular, portanto, pela elaboração do dossiê de candidatura por parte do GT. Muito do que está escrito no documento encaminhado para a Unesco foi retirado do *Relatório Síntese de 1985* e de outros escritos do Grupo de Trabalho. Além disso, foi necessário traduzir o documento para francês, pois as línguas permitidas eram, e ainda são, o inglês ou o francês. Também é relevante mencionar que existiram pressões por parte do governo local para que essas ações se dessem de forma rápida. Apesar disso, apenas em dezembro de 1987, Brasília foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial. Os anos entre 1985 e 1987 podem ser identificados a partir da transformação de um projeto de preservação em uma legislação promulgada, o Decreto nº 10.829. Porém, houve uma ruptura entre o que o GT-Brasília pensava e o que efetivamente consta no decreto em vigor até hoje.

O GT iniciou a edição do Dossiê de candidatura em 1985, tendo o concluído em dezembro de 1986. Na ocasião da conclusão desse documento, o projeto para a legislação de salvaguarda estava em elaboração, este seria o “*Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano de Brasília*”. Esse documento contemplava as mesmas frentes de pesquisa com as quais o Grupo vinha trabalhando. Portanto, seriam identificadas medidas de preservação para o Plano Piloto e as áreas adjacentes. A candidatura de Brasília foi encaminhada à Unesco sem um instrumento específico de proteção, apenas existia a Lei Santiago Dantas (Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960). Essa lei, em seu art. 38, dispunha o seguinte: “Qualquer alteração no plano-piloto, a que obedecer a urbanização de Brasília, depende de autorização em lei federal” (Brasil, 1960).

Com o Dossiê e toda a documentação concluídos no final de 1986, a candidatura foi endereçada à Unesco. O *Relatório de Atividades – Período: janeiro/maio de 1987* (GT-Brasília, 1987) informava que a legislação deveria estar pronta até julho de 1987. Em resposta à proposição da candidatura, a Unesco, em maio de 1987, apresentou ao governo brasileiro a seguinte colocação:

Assim, o relatório da XI Sessão do Bureau do Comitê do Patrimônio Mundial conterà o seguinte parágrafo sobre o pedido de inscrição de Brasília: ‘O Bureau recomendou a inscrição desse bem com a condição de que as autoridades brasileiras adotem uma legislação específica que assegure a salvaguarda da criação urbana de Costa e Niemeyer’ (Telex nº 310/DCINT).

A Unesco, nessa resposta, demonstra que o interesse era o Plano Piloto somente, não deixando espaço para que fossem incluídas as preexistências, por exemplo. O GT havia proposto uma ampla área a ser preservada, como visto anteriormente, contemplando a Área de Interesse Especial (AIESPP) e o limite mais amplo com a Área de Interesse para Preservação (AIP). Diante do apontamento da Unesco, as ações para a preservação de Brasília mudaram de rumo. Aparentemente, enquanto o Grupo estava trabalhando em seu anteprojeto de lei, o governador solicitou a Lucio Costa e Italo Campofiorito a edição de um decreto para salvaguardar a cidade. Rapidamente esse documento foi editado e aprovado. Nesse caso, conforme as pesquisas apontam, os integrantes do GT se mostraram surpresos com a publicação da lei, enquanto ainda estavam trabalhando em sua legislação.

Vê-se que naquele momento o grupo de Lucio Costa e o Grupo de Trabalho estavam em polos opostos quanto ao modo de preservação, porém, a oposição não se manifestava na intenção de preservar a cidade e nem estava em questão se o Plano Piloto deveria ou não ser o objeto principal. O Decreto nº 10.829 é então publicado no dia 14 de outubro de 1987 (Silva, 2019, p. 202-203).

Efetivamente, a preservação que foi a escolhida para a cidade se deu de modo diverso ao que o GT propunha, quanto ao perímetro e aos parâmetros de proteção. Contudo, constata-se que a preservação almejada pelo GT e a efetivada pelo Decreto nº 10.829 (Distrito Federal, 1987), em sua essência, não são tão distintas. A noção de preservação das características essenciais está presente em ambas, o que é traduzido pelas escalas do decreto aprovado. Efetivamente, o Conjunto Urbanístico de Brasília foi tombado pelo Governo do Distrito Federal apenas em 1990. E em 1992 a cidade recebeu a Portaria nº 314, de 1992, um instrumento federal similar, em seu teor, ao Decreto nº 10.829, legislação distrital. A Portaria assim define (Brasil, 1992):

§ 2º – A área abrangida pelo tombamento é delimitada a leste pela orla do Lago Paranoá, a oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA, ao sul pelo Córrego Vicente Pires e ao norte pelo Córrego Bananal.

Artigo 2º – A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica.

Dessa descrição, compreende-se que o objeto da preservação são as quatro escalas, tal como delineadas por Lucio Costa. E, no caso, a poligonal protegida também se tornou menor do que a desenhada pelo GT. Hoje o perímetro tem 112,69 km² (Figura 60), uma área de grandes proporções se comparada não só com suas “irmãs modernas”, bem como com outros conjuntos urbanos reconhecidos pela Unesco. O Decreto nº 10.829 é de outubro de 1987, e Brasília foi reconhecida como

Patrimônio Mundial em dezembro de 1987, portanto, poucos meses após a promulgação da legislação. É preciso destacar que os bastidores desse reconhecimento envolveram diversas conversas entre os representantes brasileiros e o comitê do patrimônio. Pode-se perceber uma ação de convencimento, sobretudo pela troca de correspondências.

Observando o processo de patrimonialização de Brasília, é perceptível que, por mais que o objetivo inicial com as pesquisas do GT não fosse a inscrição na Unesco, ao longo do caminho se tornou um resultado natural diante do que o grupo encontrou em seu trabalho. Também pode-se afirmar que a rota foi sendo alterada no decorrer no caminho – primeiramente a intenção era contemplar todo o Distrito Federal; contudo, a falta de tempo e de materiais e o interesse maior na área central, fizeram com que o Plano Piloto fosse profundamente analisado. Não se pode esquecer de que o fato de ter sido o primeiro conjunto urbano moderno implicou um esforço para o convencimento da comunidade internacional de que essa arquitetura possui valor. Prova disso são os documentos que aqui foram analisados que demonstram uma justificativa para a excepcionalidade do bem.

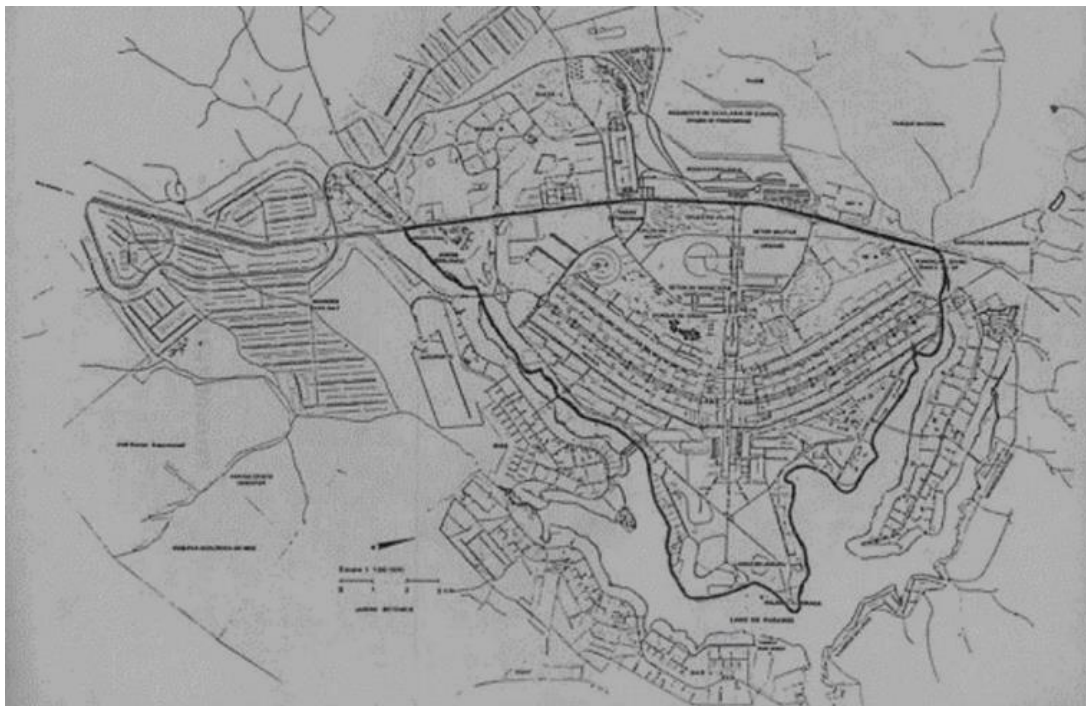
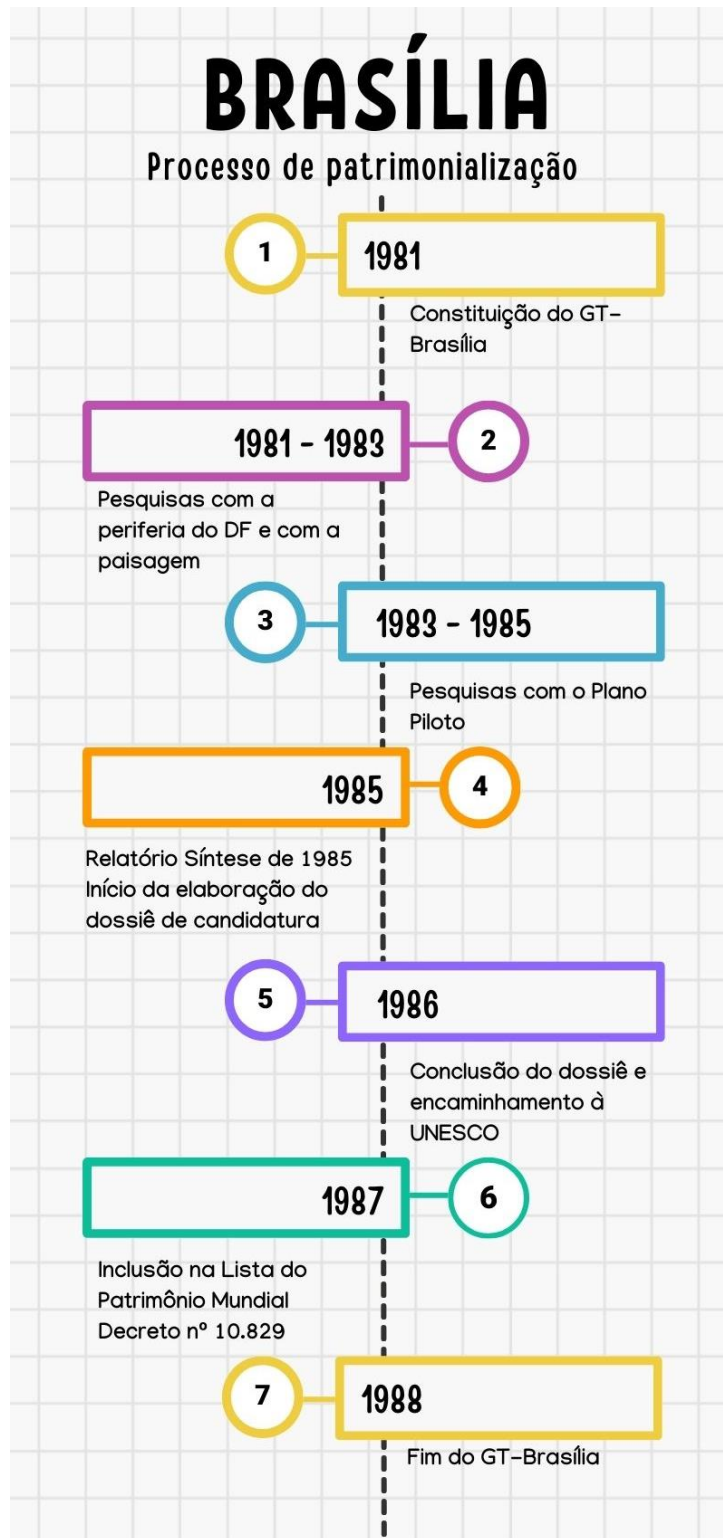


Figura 60 – Mapa contendo o limite de preservação de Brasília

Fonte: Distrito Federal (1987).



3.2. Tel Aviv: o reconhecimento da *Bauhaus* e do *International Style*

O começo do caminho de reconhecimento de Tel Aviv leva aos anos 1980. Considerando o contexto mundial, o mesmo período foi observado para Brasília e para Le Havre como marcas de um pensamento preservacionista de seus exemplares modernos. No caso de Tel Aviv, podem ser destacados dois momentos essenciais: o primeiro deles está atrelado ao planejamento urbano, porém com reflexos na preservação, e o segundo, a uma exposição. Começando pelo ano de 1981, foi lançado o *Lev Ha'ir Plan*, um instrumento de planejamento urbano voltado à área central da cidade cujo objetivo foi o de desenvolver “várias ferramentas para a revitalização física e social da cidade, incluindo a reorganização dos fluxos de tráfego e a permissão de estacionamento, o zoneamento de lotes residenciais e a proibição da difusão de negócios em prédios residenciais” (Alfasi; Fabian, 2009, p. 147-148, tradução nossa⁹⁹). O arquiteto responsável por isso foi Adam Mazor.

Esse primeiro movimento, no entanto, esteve voltado a uma ideia de preservação dos edifícios ecléticos. Além disso, mais do que a intenção de proteção das edificações, estava o desejo pela renovação urbana¹⁰⁰. Assim, uma das sugestões era para que os edifícios que fossem preservados tivessem o direito de adição de andares em suas coberturas (Alfasi; Fabian, 2009). Essa ação também esteve presente em outros instrumentos legais, como veremos a seguir. Uma análise desse plano nos permite concordar com os autores no sentido das suas intenções quanto ao planejamento urbano de Tel Aviv. Isso, no entanto, não o invalida do ponto de vista de que esse olhar sobre os problemas da cidade terminou por lançar luz sobre a deterioração de alguns espaços e edificações. E, como ponto positivo, o Departamento de Planejamento da cidade gerou uma lista com cerca de 300 edifícios, a maioria do estilo eclético, para a preservação.

Ainda que o *Lev Ha'ir Plan* tenha se voltado mais aos edifícios ecléticos, ele pode ser considerado como uma primeira abertura para o pensamento preservacionista, mesmo que não relacionado aos exemplares do *International Style* e da *Bauhaus*. Assim, esse início veio com a exposição intitulada *White City: International Style Architecture in Israel*, que ocorreu no Museu de Arte de Tel Aviv, em 1984. Oficialmente, esse evento marca o aniversário de 75 anos da cidade. A curadoria foi de

⁹⁹ No original, em inglês: [...] *developed various tools for the physical and social revival of the city, including reorganization of traffic flows and parking permission, upzoning of residential lots, and prohibiting the diffusion of businesses into residential building.*

¹⁰⁰ O termo “renovação urbana” foi uma tradução, da autora, para o termo “*urban renewal*”, do inglês. No contexto em que está inserido, esse conceito se refere ao processo de adaptação da cidade a novos usos e novas demandas da sociedade, permitindo-se, assim, que alterações fossem elaboradas tanto para as edificações quanto para o tecido urbano.

Michael Levin, historiador de arte e arquitetura, professor e assessor de arte dos prefeitos das cidades de Jerusalém (1978 a 1985) e de Tel Aviv (1987 a 1995). No prefácio da publicação dessa exposição, um argumento claro é apresentado como justificativa para o evento, colocando que apenas recentemente a sociedade israelense havia passado a reconhecer o valor de seus edifícios modernos e, em parte, essa “descoberta” estava associada à percepção quanto à deterioração das condições das casas em decorrência do clima, dos materiais de construção baratos e da negligência dos proprietários em relação aos edifícios (Levin, 1984).

A exposição tenta retratar os altos valores estéticos da arquitetura israelense durante esse período e ressalta a necessidade de sua preservação. Esperamos que as autoridades responsáveis tomem todas as medidas necessárias para preservar esses edifícios e impedir sua demolição, de modo a criar zonas arquitetônicas no coração de Tel Aviv e em outros locais de Israel, que atestem os talentos e as habilidades dos pioneiros da construção do país (Levin, 1984, p. 7, tradução nossa¹⁰¹).

Esse trecho destaca a função dessa exposição de valorizar essa arquitetura e um pedido de atenção para a deterioração das edificações. Esse último aspecto lança luz sobre uma prática comum associada ao patrimônio: a busca pela preservação apenas quando os danos se tornam evidentes, prejudicando o seu uso, por exemplo. Como consequências, entram em cena restauros e intervenções invasivas, quando no lugar deveriam ocorrer a manutenção e os reparos preventivos. O problema identificado aqui não se restringe à arquitetura moderna, e sim ao patrimônio de modo geral. Contudo, quanto menor a percepção de que um “estilo” arquitetônico possui valor, maiores as chances de sua negligência.

Observando com atenção essa exposição que ocorreu em 1984, a publicação que foi resultado desse evento se mostra um texto explicativo acerca da arquitetura da Cidade Branca de Tel Aviv enfatizando suas características que a colocam como uma representante do *International Style*. Um conjunto de imagens vai permeando esse escrito de forma a ilustrar essa representatividade da arquitetura. Com relação a esse formato de apresentação, algumas considerações merecem ser pontuadas. A primeira delas é a ênfase na arquitetura, e não no urbanismo. Apesar de algumas vistas aéreas da cidade, o plano de Patrick Geddes não é apresentado, nem mesmo o tecido urbano

¹⁰¹ No original, em inglês: *The exhibition attempts to portray the high esthetic values of Israeli architecture during that period and underscores the need for its preservation. We hope that the authorities in charge will consequently take all necessary measures to preserve these buildings and prevent their demolition, so as to create architectural zones in the heart of Tel Aviv, and in the other locations in Israel, which would attest to the talents and abilities of the country's pioneers of construction.*

construído. Segundo Rozenholc e Tufano (2018), isso promove um efeito de desterritorialização ao desfazer a ligação entre o solo e o edificado. Também termina por gerar um efeito de monumentalidade, até pelo modo como as fotografias são apresentadas, enfatizando determinados ângulos e proporções.

Outro aspecto que cabe o debate acerca da exposição se refere à percepção de que se construía uma história para a cidade. E ainda uma história ligada ao Ocidente:

A ausência de uma tradição arquitetônica com um estilo ou padrão arraigado facilitou muito a absorção da arquitetura moderna em Israel e impediu em grande parte o conflito com concepções arquitetônicas obsoletas. Embora o *International Style* tenha sido precedido por uma aspiração a se integrar e a se misturar com o Oriente, tal como expresso também nas obras dos arquitetos modernos, as suas aspirações a conceber uma arquitetura progressista e a alcançar um sentido de modernismo foram ainda mais fortes (Levin, 1984, p. 10, tradução nossa¹⁰²).

A questão de identificar uma ausência de tradição arquitetônica se mostra perigosa, sobretudo ao associar essa visão a uma suposta superioridade da cultura Ocidental e Europeia. Israel e o Oriente Médio, de maneira geral, guardam histórias próprias e marcas antigas de sua ocupação. Esse é um tema complexo e que não cabe ser debatido nesta tese. Assim, resta sublinhar essa intenção de mostrar como supostamente o povo israelense acolheu bem essa arquitetura, tomando-a como uma identidade nacional coletiva, como explica Robert Flahive (2018, p. 114, tradução nossa¹⁰³): “Esta influência significativa na definição da narrativa histórica da Cidade Branca no início da década de 1980 – anos antes da candidatura a Patrimônio Mundial, sugere a criação de uma narrativa para reivindicações de uma identidade nacional ou coletiva, bem como a evolução dessa narrativa”. Desse modo, é possível perceber como já se abria um caminho ao reconhecimento, ainda mais pela aproximação que iria ocorrer nos anos seguintes com os organismos internacionais, como veremos a seguir.

Resumindo essa visão, Tel Aviv seria entendida como “um compromisso que devia narrar a necessária aliança política ligada ao nascimento de uma cidade nova: a primeira cidade hebraica dos tempos modernos, estabelecida num município árabe e cristão (Jaffa) num contexto colonial britânico”

¹⁰² No original, em inglês: *The lack of an architectural tradition with an entrenched style or pattern greatly facilitated the absorption of modern architecture in Israel and largely precluded conflict with obsolete architectural conceptions. Although the International Style was preceded by an aspiration to intermingle and blend with the East, as expressed also in the works of the modern architects, their aspirations to design progressive architecture and achieve a sense of modernism were even stronger.*

¹⁰³ No original, em inglês: *This significant influence in defining the historical narrative of the White City in the early 1980s – years prior to the World Heritage site bid – suggests the fashioning of a narrative to claims of national or collective identity as well as the evolution of such a narrative.*

(Rozenholc; Tufano, 2018, p. 6, tradução nossa¹⁰⁴). Como os autores colocam, a cidade se mostra uma colagem das diferentes influências. Essa percepção vai no sentido contrário de uma história construída do zero com a chegada do movimento moderno. Porém, é preciso lembrar que a exposição de 1984 tinha a intenção de mostrar a cidade para o mundo e enfatizar uma história construída partindo do que seria mais interessante mostrar. Nesse caso, isso pareceu ser uma solução adequada.

Apesar dessa intenção de se aproximar de um padrão mais internacional, o texto resultado da exposição ressalta as adaptações ao clima local, identificando como os arquitetos transformaram o padrão europeu para as condições locais, principalmente quanto às necessidades de ventilação e de iluminação que se mostravam largamente diferentes. Sobre esse assunto, Patrick Geddes, em seu relatório para o planejamento da cidade, em 1925, trouxe as suas aspirações para um ambiente que privilegiasse o conforto, sobretudo com a aproximação da natureza. Mais precisamente, as referências estavam nas *Garden Cities*. Esse aspecto do projeto não é rememorado no texto da exposição, conferindo destaque ao trabalho dos arquitetos que teriam se atentado a essas questões.

A exposição de 1984, após o período em Tel Aviv, viajou a Nova York (EUA), permanecendo no *Jewish Museum* entre o final desse ano e o início de 1985. O evento foi recebido com críticas pelo jornal *The New York Times*, depreciando a própria cidade e sua arquitetura com base no *International Style*. O fato relevante sobre isso está na dificuldade de aceitação da arquitetura moderna enquanto objeto de valor, ainda mais com relação à intenção de sua preservação. No que se refere à exposição, pode-se considerar que esse foi um primeiro movimento em direção à preservação, principalmente quanto à intenção que foi vista por meio do escrito de Michael Levin ao chamar a atenção para a deterioração das edificações. Como resultado, segundo Rozenholc e Tufano (2018), estudos acadêmicos surgiram após essa iniciativa. De fato, utilizando o sistema de buscas das bibliotecas das universidades em Tel Aviv, há artigos e livros com esse tema, porém em quantidade inferior aos escritos após o reconhecimento perante a Unesco. Nesse caso, há que se considerar a maior facilidade de difusão das informações nos anos 2000 do que nas décadas de 1980 e de 1990. O que não impede de destacar que houve interesse por parte do meio acadêmico desde o início do processo de patrimonialização.

¹⁰⁴ No original, em inglês: [...] a compromise that was to narrate the necessary political alliance linked to the birth of a new city: the first Hebrew city of modern times, established within a Moslem Arab and Christian municipality (Jaffa) in a British colonial context.

A década de 1990 trouxe um momento relevante a partir dessa iniciativa do meio acadêmico em observar a arquitetura da Cidade Branca. Pode-se destacar o nome de Nitza Szmuk, arquiteta israelense, graduada na Universidade de Florença, na Itália. Foi nesse país que ela obteve experiência no campo do patrimônio, ao trabalhar em uma firma de conservação de edifícios históricos. Em 1989, a arquiteta retornou a Israel e foi contratada pela *Tel Aviv Foundation* para fazer um levantamento das edificações pertencentes ao *International Style*. A pesquisa teve como fruto a organização do plano de preservação da cidade e o seu livro intitulado *Dwelling on the Dunes: Tel Aviv, Modern Movement and Bauhaus Ideals* (em português *Morando nas Dunas: Tel Aviv, Movimento Moderno e Ideais da Bauhaus*), publicado em 1994 e relançado em 2004. Esse escrito faz uma leitura precisa das edificações da cidade, sobretudo quanto aos imóveis de habitação, sem negligenciar, contudo, edifícios públicos e comerciais e os espaços públicos e os de lazer (Szmuk, 2004 [1994]). Algo que vale mencionar é a atenção conferida aos arquitetos que trabalharam na cidade. Com relação ao interesse em observar Tel Aviv, a arquiteta aponta:

Um olhar atento às fotografias aéreas revela perfeitamente o estado de conservação do tecido urbano. O layout original do terreno permaneceu intacto, assim como os padrões das ruas e os princípios originais de construção. O belo mosaico de blocos cúbicos cercados por vegetação é claramente visível. Esse mosaico é um testemunho vivo da perfeição do tecido urbano, conforme originalmente concebido por Sir Patrick Geddes, cujo plano para o desenvolvimento da cidade merece mais atenção (Szmuk, 2004 [1994], p. 29, tradução nossa¹⁰⁵).

Essa colocação da autora permite entender que, apesar das alterações pelas quais Tel Aviv passou, ao menos o esquema urbano se encontrava legível e representativo do plano de Geddes. Nitza Szmuk foi a primeira arquiteta chefe da área de conservação da municipalidade de Tel Aviv, nos anos 1990. Nesse cargo, ela ficou responsável pelo trabalho de localização, identificação e classificação dos edifícios construídos nos anos 1930. O objetivo era o de chegar a uma lista para a conservação. E, mais do que isso: o resultado foi um plano de conservação, o *Conservation Plan*, que se voltou à indicação de regras de conservação, especificações técnicas, além de instrução para inspeção de projetos e derrogações. Isso se deu em nível municipal, contudo Szmuk foi além ao pensar no engajamento da população para a preservação, publicando artigos em jornais, promovendo percursos turísticos e

¹⁰⁵ No original, em francês: *Un examen attentif de la photographie aérienne révèle parfaitement l'état de conservation du tissu urbain. Le parcellement d'origine est resté intact, ainsi que le tracé des rues et les principes originels de construction. On distingue clairement la fine mosaïque d'ilots cubiques entourés de verdure. Cette mosaïque est le témoignage vivant de la perfection du tissu urbain, tel qu'il a pu être conçu originellement par Sir Patrick Geddes, dont le plan d'aménagement de la ville mérite qu'on s'y arrête plus longuement.*

participando de fóruns de pesquisa (Rotbard, 2015). Nitza Szmuk foi uma das pessoas mais participativas para a preservação de Tel Aviv, tendo sido a responsável pela organização e escrita do dossiê de Tel Aviv.

Além de Nitza Szmuk, mais três nomes merecem ser mencionados como pessoas ativas no processo de patrimonialização de Tel Aviv: Michael Turner, Michael Levin e Dani Karavan. Michael Turner é arquiteto e professor, trabalhou diretamente ligado ao serviço público de Israel. Desde a ratificação da Convenção do Patrimônio Mundial por Israel, em 2000, tornou-se presidente da comissão israelense, cargo que ocupou até 2011. Michael Levin, curador da exposição de 1984, é historiador de arte e arquitetura moderna e foi um dos primeiros nomes a se interessar pelas pesquisas com as edificações da *Baubaus*. E Dani Karavan (1930-2021) foi um renomado escultor responsável por diversas intervenções urbanas, não somente em Israel (Figura 61), mas ao redor do mundo.



Figura 61 – Esculturas de Dani Karavan – Kikar Levana na White Square (1989)

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Kikar_Levana0047.JPG#filelinks. Acesso em: 5 jun. 2024.

Esses dois últimos nomes estão diretamente relacionados a um pequeno grupo de ativistas com intenções de promover a preservação de Tel Aviv. Entre meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, apesar de não possuírem algum poder mais formal, Karavan estava próximo ao então prefeito de Tel Aviv (de 1974 a 1993), Shlomo Lahat, e Levin era o diretor do Museu de Arte de Tel-Aviv de 1986 a 1990. Mais tarde, Levin também atuou como consultor do prefeito Lahat até 1993 (Alfasi; Fabian, 2009). Apesar de seus esforços, lidar com a prefeitura se tornou uma tarefa difícil. Assim, tiveram que buscar um novo caminho.

Essa circunstância os levou a criar uma coalizão mais eficiente, que foi uma associação com o *Tel-Aviv Development Fund* (TADF), uma empresa municipal sob os auspícios da prefeitura. O diretor do TADF, que se tornou um defensor da preservação, concordou em financiar o trabalho de um arquiteto que escolheria os edifícios que melhor exemplificassem o estilo internacional. Por ser um órgão externo, a TADF mostrou-se mais flexível do que a prefeitura na contratação de pessoal. Karavan e Levin recomendaram a arquiteta Nitza Szmuk e se envolveram bastante em seu trabalho. Szmuk apoiou os objetivos da frente de preservação e, em pouco tempo, estava ocupada realizando uma pesquisa abrangente da arquitetura do Estilo Internacional em Tel-Aviv (Alfasi; Fabian, 2009, p. 149, tradução nossa¹⁰⁶).

Esse foi um movimento relevante do ponto de vista de que algum suporte foi encontrado para as pesquisas sobre as edificações. Ao total, foram mapeados cerca de 1.300 edifícios. O problema, naquele momento, estava em convencer o Departamento de Planejamento Urbano a aceitar esse banco de dados e incorporá-lo de alguma forma à legislação de planejamento. Esse impasse foi resolvido no ano de 1991, quando foi aceita uma emenda à *National Law of Planning and Building*. Assim, ficou determinada a inclusão de um comitê de preservação à municipalidade e a preparação de um plano de conservação. O trabalho de orientação ficou a cargo de Nitza Szmuk, que cada vez mais se aproximava do governo e o influenciava no caminho à preservação (Alfasi; Fabian, 2009).

Desse modo, é necessária a compreensão do que foi esse *Conservation Plan*. Na verdade, esse documento possui algumas versões, sendo a primeira de 1991, recebendo a numeração de 2650. Em 1994, ganhou algumas alterações, tornando-se o 2650a, e a versão final o 2650b, de 2005. A importância desse plano, em suas diferentes versões, está na identificação do caminho percorrido para

¹⁰⁶ No original, em inglês: *Implementing this decision was delayed, however, and the IDs continued to pressure high officials. This circumstance led them to create a most efficient coalition, which was an association with the Tel-Aviv Development Fund (TADF), a municipal firm under the auspices of the municipality. TADF's director, who became a preservation supporter, agreed to finance the work of an architect who would choose the buildings that best exemplify the International Style. As an outside body, TADF proved to be more flexible than the municipality in hiring personnel. Karavan and Levin recommended architect Nitza Szmuk and were highly involved in her work. Szmuk supported the aims of the preservation front and, within ashort while, was busy conducting a comprehensive survey of the International Style architecture in Tel-Aviv.*

a preservação da Cidade Branca. Uma leitura sobre esse processo de elaboração desse documento permite identificar que um dos principais focos estava em organizar a cidade a partir do planejamento urbano. Assim, a preservação das edificações seria apenas um dos objetivos finais desse plano. Como parte das tarefas iniciais para essa empreitada, estava a necessidade de comunicação com os proprietários dos imóveis nas áreas que seriam objeto desse instrumento. O objetivo era ouvir a opinião de todos para prosseguir à elaboração do documento (Hoffmann, 2014).

A primeira versão do *Conservation Plan* (2650) compreendia a separação de zonas de conservação baseadas em um inventário de ruas no centro da cidade. Assim, uma rua poderia ser listada em toda a sua extensão como um setor histórico. Cabe destacar que um dos objetivos principais era evitar a demolição de edificações consideradas históricas. A evolução desse plano foi elaborada em 1994, nomeada como 2650a. Nela não havia mais a determinação de áreas de conservação, e sim a seleção de edifícios para a preservação. Ao todo, foram incluídos 1.066, compreendendo o *International Style*; o estilo eclético; o que foi identificado como estilo moderno tardio dos anos após a Segunda Guerra Mundial e ao estabelecimento do Estado de Israel, em 1938; e um estilo “especial”, que seriam casas árabes e turcas do período *Abuzat Bait*. Essa lista foi escolhida com base em alguns critérios: localização geográfica, estado físico da estrutura, reputação do arquiteto e o nível de concepção do edifício (Hoffmann, 2014). A explicação de como funciona essa seleção está contida no seguinte:

Cada parâmetro recebe um coeficiente, que é adicionado à pontuação geral; esse último define o grau de originalidade do edifício e se ele merece ser conservado; ele se aplica ao grau de conservação: conservação simples ou conservação com condições rigorosas. O conceito de conservação simples refere-se à maioria dos edifícios aos quais se aplica a obrigação de documentar e conservar; os direitos de construção previstos na véspera do reparo do plano permanecem válidos. Em outras palavras, de acordo com a lei, o plano de conservação deve evitar a remoção dos direitos de construção existentes a fim de impedir que os proprietários apresentem reivindicações à autoridade local por perda de renda ou redução do valor da propriedade como resultado da aplicação do plano (Hoffmann, 2014, p. 386, tradução nossa¹⁰⁷).

¹⁰⁷ No original, em francês: *Chaque paramètre obtient un coefficient qui s'ajoute à la note globale ; Cette dernière définit le degré d'originalité de la construction et si elle mérite d'être conservé ; il en est de même pour le degré de conservation : conservation simple ou conservation avec des conditions strictes. Le concept de conservation simple se réfère à la plupart des bâtiments sur lesquels s'applique l'obligation de documentation et de conservation ; Les droits de construction prévus à la veille de la réparation du plan restent valables. En d'autres termes, d'après la loi, le plan de conservation doit éviter de supprimer des droits de construire existants pour éviter que les propriétaires ne déposent des demandes d'indemnisation à la commission locale pour perte de revenus ou baisse de la valeur du bien en raison de l'application du plan.*

Com relação a essa sistemática do *Conservation Plan*, algumas considerações merecem ser tecidas. A primeira delas se refere à rápida passagem de uma concepção de preservação atrelada ao urbano para somente a arquitetura entrar em cena. Esse movimento se justifica porque, mais tarde, a inscrição na Unesco se dará enquanto grupo de edificações, e não como sítio urbano. Outra solução adotada que merece destaque diz respeito à preocupação com os direitos dos proprietários. Nesse caso, evidencia-se o mecanismo de compensação. Explicando melhor – em troca da preservação das características da edificação, os proprietários possuíam o direito de construir um ou dois pavimentos extras (Figura 62). Isso para as construções classificadas com um grau de preservação mais simples. Essa é entendida como uma forma de diminuir os gastos dos proprietários com a manutenção, a conservação e até o restauro. É importante destacar que o Estado de Israel não concede apoio financeiro, nem isenções fiscais às ações de intervenção e preservação em edificações (Hoffmann, 2014).

Com relação à construção no telhado, dois planos importantes são dignos de nota: O Plano A de 25.6.1989 autoriza um adicional de 150 m² no telhado, o que possibilita a construção em dois níveis nos casos em que a superfície do telhado é menor do que a mencionada. O Plano C, publicado em 21.4.1994, autoriza a construção de cômodos no telhado de blocos de apartamentos. O objetivo é permitir que os apartamentos nos andares superiores construam uma escada interna para conectá-los a um cômodo de 23m² no telhado, criando assim uma suíte independente. As instruções do plano incluem diretrizes arquitetônicas sobre como conectar as várias unidades no telhado (a área de superfície de 23m² se aplica a qualquer unidade habitacional localizada no andar abaixo do telhado plano), indicações para a construção de pérgulas e recuos frontais (Hoffmann, 2014, p. 218-219, tradução nossa¹⁰⁸).

¹⁰⁸ No original, em francês: *En ce qui concerne la construction sur le toit, deux plans essentiels méritent d'être signalés: Le plan A du 25.6.1989 autorise un supplément de 150 m² sur le toit, ce qui permet dans les cas où la surface du toit est plus petite que celle mentionnée, de réaliser une construction sur deux niveaux. Le plan C publié le 21.4.1994 autorise la construction de pièces sur le toit dans des immeubles d'habitation. L'objectif est de permettre aux appartements des étages supérieurs de construire un escalier intérieur pour les relier à une pièce de 23m² sur le toit, ce qui permet de créer une suite indépendante. Les instructions du plan comprennent des directives architecturales concernant le mode de raccordement des diverses unités sur le toit (la superficie de 23m² s'applique à toute unité de logement située à l'étage inférieur au toit plan), des indications pour la construction de pergolas, les distances de recul de la ligne frontale.*



Figura 62 – Edifício com varanda em Tel Aviv e adição na parte posterior da edificação

Fonte: Foto de Maurício Goulart (2018).

Com relação à identificação desses planos, é necessário destacar que a municipalidade possui um conjunto de instrumentos de planejamento urbano variado e, por vezes, de difícil sistematização para a organização de uma cronologia. Além disso, não há um mecanismo de buscas que disponha de todas as leis e, inclusive, a maior parte da legislação está disponível apenas em hebraico. Voltando a atenção a esse aspecto específico da permissão de adições, pode-se perceber que esse modo de

preservação israelense implica questões burocráticas, como a necessidade de um olhar individual por parte da municipalidade para cada edificação cujo proprietário solicita alterações ou mesmo adições. Assim, qualquer aprovação passa por uma comissão local de planejamento e construção (Hoffmann, 2014). Até agora, é possível depreender que as ações preservacionistas decorrem de um trabalho da municipalidade, mediante uma troca com os proprietários. Além disso, essa questão envolvendo a ausência de apoio financeiro acaba esbarrando em questões sociais, assunto que praticamente não é debatido na bibliografia. A última versão do *Conservation Plan* (2650b) será vista posteriormente, uma vez que, neste momento, o objetivo é acompanhar a cronologia do processo de patrimonialização.

O ano de 1994 merece ser considerado relevante, não somente pelo *Conservation Plan*, em sua segunda versão, mas também por conta de outros acontecimentos. O *Pilgrimage to the White City: International Style Conference at Tel Aviv*, foi um evento que ocorreu em maio de 1994. Mais uma vez, essa foi uma oportunidade de mostrar a Cidade Branca para o mundo, funcionando quase como uma extensão da exposição anterior, no ano de 1984. A conferência de 1994 envolveu 17 exposições e mais de 80 trabalhos apresentados. Diferentes arquitetos renomados naquele momento tiveram espaço de fala, como Santiago Calatrava¹⁰⁹ e Christian Portzamparc¹¹⁰. Também foram lembrados os trabalhos de Richard Kauffmann e outros, cujos projetos se destacaram em Tel Aviv. Um fato relevante é que houve, dessa vez, a participação da Unesco e do Docomomo, mostrando cada vez mais a aproximação da cidade com a intenção de sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial (Ingersoll, 1995). Também se percebe esse aspecto como uma via de mão dupla, uma vez que a comunidade internacional vinha demonstrando o interesse em Tel Aviv, não apenas o oposto.

Na cerimônia de abertura do evento de cinco dias, o Ministro das Relações Exteriores Simon Peres, recém-saído da negociação dos acordos de paz com os palestinos, declarou que o envolvimento da UNESCO representa uma virada decisiva na história de Israel. Até esse momento, os conflitos entre o Oriente e o Ocidente, o Norte e o Sul, e entre Israel e os Estados árabes, haviam categoricamente colocado Israel no lado errado e o excluído da participação na organização mundial da cultura (Ingersoll, 1995, p. 2, tradução nossa¹¹¹).

¹⁰⁹ Santiago Calatrava é um arquiteto e engenheiro espanhol cujos projetos se amparam em formas ao mesmo tempo orgânicas e futuristas.

¹¹⁰ Christian Portzamparc é um arquiteto e urbanista francês, responsável por obras arrojadas que unem a arquitetura ao mundo das artes.

¹¹¹ No original, em inglês: *At the opening ceremony for the five-day event, Foreign Minister Simon Peres, fresh from negotiating the peace accords with the Palestinians, stated that the involvement of UNESCO represents a decisive turn in Israel's history. Until this moment, the*

Como foi visto no capítulo anterior, a questão envolvendo os palestinos e judeus nunca foi resolvida e gera graves conflitos até hoje, porém, naquele momento, Israel estava externando claramente a intenção de se mostrar uma nação mais aberta e colaborativa. Esses são princípios bem-vistos pela Unesco que, como uma agência especializada da ONU, prega também a paz e a integração entre os povos. Israel se tornou membro da ONU e da Unesco em 1949, logo após a criação do Estado de Israel. Porém, em 2017, alegando desavenças com relação ao posicionamento da Unesco diante do conflito árabe-israelense, a nação optou por se retirar. Além disso, em 2011, a entidade havia reconhecido a Palestina como membro de direito. Como é possível acompanhar no decorrer da tese, os conflitos envolvendo essas duas culturas estão presentes ao longo da história de Israel. Apesar de essas duas datas extrapolarem o recorte temporal da tese, essas informações colaboram para entender a complexa questão envolvendo a aproximação de Israel com as organizações internacionais.

Retomando ao ano de 1994, mais um evento merece ser destacado: o lançamento pela Unesco da *Global Strategy for a Representative, Balanced and Credible World Heritage List* (Estratégia global para uma Lista do Patrimônio Mundial representativa, equilibrada e confiável). Essa é uma iniciativa, como o seu título identifica, voltada à busca de maior representatividade dos bens reconhecidos como Patrimônio Mundial. Essa iniciativa veio diante da constatação por parte de um estudo realizado pelo Icomos, entre 1987 e 1993, de que a Europa, as cidades históricas e os monumentos religiosos, sobretudo os atrelados ao cristianismo, além de exemplares de períodos históricos e da arquitetura “elitista” (em relação à vernacular) estavam super-representados na Lista do Patrimônio Mundial. Por outro lado, as culturas vivas, aquela consideradas “culturas tradicionais”, estavam subrepresentadas (Unesco, 2024a). Essa iniciativa por parte do organismo internacional termina por colaborar, de certa forma, para que a inscrição da Cidade Branca fosse aceita, por representar o povo judeu e, ao mesmo tempo, uma cultura do Oriente Médio.

Seguindo no percurso de patrimonialização, um artigo no *Docomomo Journal 21*, de 1999 se reporta aos resultados da conferência de 1994:

A Conferência desencadeou um enorme esforço de restauração que foi amplamente apoiado também por proprietários privados, depois que o valor de mercado das propriedades restauradas quase dobrou. Atualmente, cerca de 50 prédios de

conflicts between East and West, North and South, and Israel and the Arab states had categorically found Israel on the wrong side and excluded it from participation in the world organization for culture.

apartamentos foram restaurados, alguns deles nem mesmo listados como prédios históricos (WIT, 1999, p. 61, tradução nossa¹¹²).

Em grande parte, esse processo de restauração das edificações foi acompanhado por Nitza Szmuk enquanto diretora do Departamento de Preservação e Renovação do Escritório de Engenharia da Cidade de Tel Aviv. A arquiteta também possuía a experiência enquanto membro do Docomomo. Uma consideração relevante sobre as ações de restauro diz respeito ao fato de que essa intervenção do ponto de vista do campo preservacionista deve ser um dos últimos recursos para proteger a edificação e, mesmo assim, devem ser tomados diversos cuidados atrelados à autenticidade e à integridade, algo já discutido em momentos anteriores nesta tese. No caso da Cidade Branca, essas intervenções se tornaram comuns, cabendo ao governo o papel de monitoramento.

Em meio a essa escolha para a preservação, em que foram permitidas adições (Figura 63), restauros e intervenções nas coberturas dos edifícios, poder-se-ia incluir uma discussão mais complexa acerca das práticas preservacionistas. Se, por um lado, há correntes de pensamento, como a do “restauro crítico conservativo”, que considera que as adições devem fazer parte da preservação, pois são integrantes da história do edifício, por outro lado, há outras correntes, a exemplo da “conservação-pura”, mais rigorosa, que vai contra a permissão de adicionar elementos ao já existente (Csepcsényi, 2020). Esse é um debate que vai além das práticas preservacionistas e, no caso de Tel Aviv, deve-se incluir a questão da propriedade privada e dos aspectos culturais, por vezes diferentes da perspectiva ocidental. A complexidade está também na necessidade de um olhar específico sobre cada edificação, gerando problemas para o monitoramento.

¹¹² No original, em inglês: *The Conference triggered an enormous restoration effort that was widely supported by private owners as well, after the market value of restored properties almost doubled. At present, about 50 apartment buildings have been restored, some of them not even listed as historic buildings.*



Figura 63 – Edificação com adição no último pavimento

Fonte: Foto de Maurício Goulart (2018).

Citando o artigo de Frits de Wit para o *Docomomo Journal* 21, de 1999 (WIT, 1999), esse monitoramento das ações de restauro, liderados pela equipe de Szmuk, terminou por trazer alguma revolta à população, seja pela obrigatoriedade de reverter algumas ações construtivas, como a ocupação de varandas, fechamento de pilotis ou a proibição de instalação de elevadores. A crítica principal dos habitantes estava na ausência de critérios objetivos para a análise das intervenções. Com relação a esse assunto, o livro editado por Micha Gross (2015) *Preservation and Renewal: Bauhaus and International Style Buildings in Tel Aviv* merece destaque pelo aporte acerca das edificações que passaram por renovação, restauro e outras intervenções preservacionistas. O que há de relevante nesse escrito está no processo de documentação das edificações, contando com imagens, plantas, cortes, fachadas, além de uma descrição dos elementos alterados, retirados ou modificados. Trazendo um exemplo de como essas

intervenções funcionam, essa é a descrição para a Rubinsky House (Figura 64 e Figura 65), projetada em 1935 pelo arquiteto Abraham Markusfeld, e objeto de intervenção.

A estrutura do edifício foi cuidadosamente preservada, e a maioria dos elementos foi restaurada. As varandas, que haviam sido fechadas ao longo dos anos, foram reabertas. O interior dos apartamentos foi reformado para atender às necessidades dos proprietários. Foi instalado um elevador interno e todos os sistemas técnicos e eletromecânicos foram substituídos. Além disso, foi construída uma nova cobertura, que não é imediatamente visível da rua (Gross, 2015, p. 282, tradução nossa¹¹³).



Figura 64 – Rubinsky House antes do restauro

Fonte: Gross (2015).

¹¹³ No original, em inglês: *The building's envelope was carefully preserved, and most of the elements were restored. The balconies, which had been closed over the years, were reopened. The apartments' interior was remodeled to suit the owners' needs. An internal elevator was installed and all the technical and electromechanical systems were replaced. In addition, a new penthouse was built, which is not immediately apparent from the street.*



Figura 65 – Rubinsky House depois do restauro

Fonte: Gross (2015).

De fato, conforme se vê no livro de Micha Gross, em alguns casos, as intervenções foram permitidas e em outros foram retiradas. Outro aspecto relevante está na percepção de restauro utilizada, buscando alcançar um estado original, principalmente no que se refere às fachadas. Por outro lado, com relação ao interior dos edifícios, novos usos e tecnologias são permitidas. Essa foi a maneira encontrada pela municipalidade para promover a preservação, uma vez que muitas descaracterizações já eram verificadas e que também era necessário contar com a ajuda da população para a salvaguarda.

Além do cuidado com os imóveis, a municipalidade se interessou em investir na renovação dos *Boulevards*, das ruas e da infraestrutura urbana. Após esse esforço inicial, foram organizadas novas exposições e lançamentos de livros com o objetivo de divulgar a *Bauhaus/ International Style* em Tel Aviv (Rofé, 2008). O passo seguinte em direção à preservação viria por meio da listagem de Tel Aviv como um dos 100 sítios em perigo no mundo pela *World Monuments Watch*, em 1996. Esse é um programa global que faz parte da *World Monuments Fund*, uma organização privada sem fins lucrativos que foi fundada em 1965. Seu objetivo de atuação se ampara na preocupação com a deterioração de

bens patrimoniais, a partir da identificação do patrimônio em perigo e da busca por financiamento para a preservação. Segundo a própria descrição da *World Monuments Fund* para Tel Aviv:

A Cidade Branca oferece um resumo da história da arquitetura moderna internacional. Influenciados pela *Bauhaus*, Le Corbusier e Erich Mendelsohn, os arquitetos que fugiram da Europa na década de 1930 criaram um idioma arquitetônico para tratar de questões climáticas, regionais e tradicionais de construção. O boom de construção que eles lideraram moldou a identidade da cidade emergente de Tel Aviv. Embora mil edifícios no centro histórico tenham sido designados para preservação, a negligência e a falta de conhecimento das técnicas de restauração adequadas impediram a manutenção apropriada. Os planos para a revitalização da cidade permitiriam que fossem acrescentados andares aos edifícios, incluindo aqueles designados para preservação. O resultado seria desastroso: uma alteração de escala por meio da destruição da linguagem minimalista dos arquitetos. A listagem da *World Monuments Watch* apoia os esforços dos preservacionistas para documentar exemplos importantes da arquitetura do século XX, como a Cidade Branca, e conscientizar o público sobre suas necessidades urgentes de conservação (World Monuments Watch, 1996, p. 31, tradução nossa¹¹⁴).

Essa é uma dura crítica ao modelo de preservação adotado até aquele momento para a cidade, sobretudo no que se refere à adição de pavimento ao topo dos edifícios. Apesar de terem existido eventos internacionais que olharam para Tel Aviv, essa foi a primeira vez que uma organização de fato se pronunciou acerca do que estava acontecendo em Israel. Esse documento, inclusive, consta somente nos arquivos da Unesco e do Icomos em Paris, como parte da documentação que foi analisada para a candidatura da Cidade Branca, sendo o Anexo 8 ao dossiê. Na verdade, poucas informações são encontradas no que diz respeito à inclusão nessa lista do *World Monuments Watch* aos critérios utilizados e, principalmente, quanto aos incentivos à preservação.

O que importa considerar, neste momento, é que entre as décadas de 1980 e 1990 diferentes agentes e atores sinalizaram como as edificações modernas em Tel Aviv se encontravam deterioradas. A municipalidade aos poucos caminhava em direção à busca de informações desses exemplares e consequente preservação. Assim, cabe citar mais um instrumento legislativa, o *Instructions for Care and*

¹¹⁴ No original, em inglês: *The White City provides a Capsule history of international modern architecture. Influenced by the Bauhaus, Le Corbusier, and Erich Mendelsohn, architects who fled Europe in the 1930s created an architectural idiom to address climatic, regional, and traditional building issues. The construction boom that they led shaped the identity of the emerging city of Tel Aviv. Although one thousand buildings in the historic center have been designated for preservation, neglect and lack of knowledge of appropriate restoration techniques have prevented appropriate maintenance. Plans for the revitalization of the city would allow stories to be added to the buildings, including those designated for preservation. The result would be disastrous – an alteration of scale through the destruction of the architects' minimalist language. World Monuments Watch listing supports the efforts of preservationists to document key examples of twentieth-century architecture such as the White City and raise public awareness regarding their very urgent conservation needs.*

Conservation of Listed Buildings. Depreende-se que esse documento teve a sua primeira versão em 1996, depois em 1999, e a última versão em 2001. O escrito basicamente funciona como um guia para planejadores, desenvolvedores e usuários de edifícios listados, e foi desenvolvido pelo *Conservation Team*: Nitza Szmuk, Tal Eyal e Tamara Garon.

A organização das edificações até aquele momento ocorria a partir de três categorias de conservação, incluindo cerca de 500 delas, por meio de: conservação integral sem adições no edifício; conservação integral com adição de um andar e mais um andar parcial; e conservação da fachada e escadas do edifício com o exercício de todos os direitos de construção aplicáveis à área. O novo plano de conservação adicionava aproximadamente 1.126 edificações divididas em duas categorias: restrição rigorosa (cerca de 300) por meio da “conservação integral da fachada do edifício e de seus espaços internos, caso se constate que eles têm valor arquitetônico histórico. Proibição de acréscimos ao edifício que prejudiquem o valor arquitetônico da estrutura” (Town Planning and Construction Department, 1999, p. 7, tradução nossa¹¹⁵); e os demais 800 edifícios pela “Conservação integral da fachada do edifício e da escada, enquanto exerce todos os direitos de construção aplicáveis ao terreno” (Town Planning and Construction Department, 1999, p. 7, tradução nossa¹¹⁶).

A partir dessa organização, o documento elenca o que é permitido e proibido para cada item das edificações, como envoltório, sistema de paredes, interior da construção, materiais, elementos pré-moldados, coberturas e telhados, sistemas de aberturas e varandas. Também há detalhes para pavimentos comerciais, pátios e jardins, sistemas de ar condicionado e infraestrutura (Town Planning and Construction Department, 1999). Como se pode perceber, essa legislação é voltada para o interior do lote, assim como os outros instrumentos de preservação que estamos acompanhando até agora. Cada vez mais esse sistema se especializa na arquitetura e se afasta das questões urbanas e o do planejamento de Patrick Geddes. As referências ao planejador urbano serão retomadas apenas na escrita do dossiê para a Unesco, funcionando como um aporte para a validação da candidatura a partir da relevância de seu nome.

¹¹⁵ No original, em inglês: *Integral conservation of the building shell and its interior spaces, of they are found to have historic architectural value. Prohibition against building additions detracting from the structure's architectural value.*

¹¹⁶ No original, em inglês: *Integral conservation of the building shell and stairwell, while exercising all building rights applying to the plot.*

Em 1999, por ocasião do 12º Congresso Internacional Icomos-Unesco, na Cidade do México, essas instituições apresentaram para Israel uma recomendação para a inscrição, na Lista do Patrimônio Mundial, da Cidade Branca de Tel Aviv:

O ICOMOS recomenda às autoridades de Israel que prossigam com a candidatura da Cidade Branca em Tel Aviv à Lista do Patrimônio Mundial e que, até que um plano de proteção permanente seja estabelecido, as autoridades municipais protejam adequadamente todos os edifícios, elementos, paisagens urbanas e espaços urbanos que contribuam para sua importância (Icomos Mexico, 1999, s/p, tradução nossa¹¹⁷).

Essa recomendação dos organismos internacionais vem da identificação de que a Cidade Branca se encontrava em situação de perigo no que se refere à possível perda de seus exemplares da arquitetura moderna. Porém, quanto ao processo de candidatura como Patrimônio Mundial, Israel até aquele momento não era signatário da Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, adotada pela Unesco, em 1972, assim o fazendo apenas no início dos anos 2000. Relembrando o Capítulo 1, foi por meio dessa convenção que foi criada a Comissão do Patrimônio Mundial, responsável pela seleção dos bens a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Como resume Jeremie Hoffmann (2014, p. 390, tradução nossa¹¹⁸):

A ideia tomou forma com a participação de representantes da UNESCO, da então Ministra da Cultura Shulamit Aloni, do escultor Dani Karavan, de Micha Lévine e de Michael Turner. Esse último se tornou o presidente da comissão israelense no organismo e o Estado de Israel assinou a convenção em 2000 se juntando à organização como membro do Conselho Mundial da UNESCO.

Em meio ao percurso observado até agora, essa parece ter sido a primeira ação concreta em direção à inscrição de Tel Aviv na Lista do Patrimônio Mundial. Como visto, desde o início da década de 1990, Israel vinha se aproximando da Unesco e de outras instituições como o Docomomo. Tanto que, em 2000, essa organização lançou uma publicação intitulada *DOCOMOMO: The Modern Movement in Architecture* (Cooke; Sharp, 2000) trazendo um registro ilustrado sobre edificações e trabalhos referenciais atrelados à arquitetura moderna. A Cidade Branca comparece nesse registro com 19

¹¹⁷ No original, em inglês: *ICOMOS recommends to authorities in Israel to proceed with the nomination of the White City in Tel Aviv to the World Heritage List, and that until a permanent protective plan is established, proper protection by municipal authorities be given to all buildings, elements, streetscapes and urban spaces that contribute to its significance.*

¹¹⁸ No original, em francês: *L'idée prend forme avec la participation de représentants de l'Unesco, la ministre de la culture de l'époque Shulamit Aloni, l'artiste sculpteur Dani Karavan, Micha Lévine et Mike Turner.*

exemplares, sendo um deles o próprio planejamento urbano de Patrick Geddes. Esse documento também consta como um anexo ao dossiê de candidatura.

Mais uma vez indicando um sentido para a preservação do Movimento Moderno, o que inclui a Cidade Branca, o Icomos e o Docomomo em parceria criaram, em 2001, o *Program on Modern Heritage*. O objetivo era promover a identificação, documentação e promoção do patrimônio dos séculos XIX e XX por meio de reuniões implementadas pelo Centro do Patrimônio Mundial. O financiamento desse programa veio do governo da Holanda. Essa ação dos organismos internacionais também pode ser incluída como parte da *Global Strategy for a Representative, Balanced and Credible World Heritage List*, lançada em 1994 pela Unesco. Nesse contexto, a arquitetura moderna foi identificada como sub-representada (Unesco, 2003a).

O resultado desse programa foi uma publicação, lançada em 2003, contendo as discussões construídas ao longo de duas reuniões na sede da Unesco, em Paris, uma em fevereiro e outra em outubro de 2001. Os artigos constantes nessa publicação possuem temática gerais atreladas às especificidades e aos problemas da arquitetura moderna e foram escritos por especialistas de diversos países. Algo interessante para ser notado é a ausência de algum especialista israelense na lista dos participantes dessa publicação, apesar de Tel Aviv ser citada ao menos no corpo dos textos. O Brasil e a França tiveram representantes¹¹⁹. Embora a Cidade Branca não tenha sido reconhecida em 2001, algum contato entre seus pesquisadores israelenses e os organismos internacionais já havia sido estabelecido.

Um último aspecto merece ser mencionado antes de prosseguirmos ao momento de elaboração do dossiê de candidatura. Entre 2001 e 2002, deu-se início a uma atualização do *Conservation Plan*, ganhando a identificação de 2650b.

Ao mesmo tempo, em 2001-2002, a equipe de planejamento começou a promover um plano estratégico elaborado em colaboração com os residentes da cidade. Ele compreende duas partes: uma, o estabelecimento de um “estado da cidade”, e a outra, o desenvolvimento de uma visão para a cidade em 2003-2004. O plano foi aprovado em 2005. O centro da cidade é reconhecido como um ativo de conservação

¹¹⁹ O Brasil foi representado por Maria Dolores de Almeida Cunha (Divisão de Cooperação Intelectual Ministério das Relações Exteriores do Brasil). Pela França, foram os seguintes representantes: Isac Chiva (diretor de Estudos na École des Hautes Études em Ciências Sociais de Paris) e Léon Pressoyre (vice-presidente na Université de Paris I).

fundamental e os edifícios históricos como um ativo fundamental para o status da cidade como um centro cultural (Hoffmann, 2014, p. 387-388, tradução nossa¹²⁰).

Esse plano de conservação foi apresentado na versão completa apenas em 2008. Como é possível acompanhar dessa descrição, a população foi consultada mais uma vez acerca desse instrumento de preservação. O plano, mesmo na versão de 2001, traz detalhes desde um mapeamento das principais edificações com referências à *Bauhaus* e ao *International Style*, até as obrigatoriedades para manutenção, intervenções e restauro. Há que se destacar que as versões podem ser consultadas apenas em hebraico e no Departamento de Conservação de Tel Aviv. Ao mesmo tempo que se desenvolvia outra versão para esse plano, foi no final de 2001 que o dossiê de candidatura à Unesco foi desenvolvido pelo *Conservation Team* liderado por Nitzza Szmuk. O documento foi submetido em 28 de janeiro de 2002. O exame por parte do Icomos foi realizado por Natalia Dushkina, da Rússia, em julho de 2002, que retornou com alterações para os capítulos da análise comparativa e autenticidade. Então, em março de 2003, o Icomos encaminhou suas conclusões ao Comitê do Patrimônio Mundial, recomendando a inscrição da Cidade Branca de Tel Aviv na Lista do Patrimônio Mundial. Essa decisão foi oficializada em julho de 2003 (Szmuk, 2002).

Com relação ao envio da candidatura, uma carta de Daniel Bar-Elli, secretário-geral de Israel pela Unesco, endereçada a Francesco Bandarin, seu diretor à época, além de informar a submissão, apresenta que Tel Aviv “aparece em nossa lista provisória aprovada como nº 13. Estamos buscando ativamente o apoio do Estado Parte da Alemanha para endossar nossa indicação e eu o indico para a conferência apoiada pela Unesco sobre a Cidade Branca de Tel Aviv” (Israel National Commission for Unesco, 2002a, s/p).

Em março de 2002, segundo correspondência endereçada pelo diretor da Unesco, Francesco Bandarin, ao delegado de Israel pela Unesco, Yitzhak Eldan, a candidatura tinha sido classificada como “*almost complete*” (quase completa), diante da ausência de *slides* que deveriam ser encaminhados até 1º de junho de 2002. A correspondência explica que apenas candidaturas consideradas “*full and complete*” (inteiras e completas) seriam consideradas para a avaliação pelo Comitê do Patrimônio Mundial que ocorreria em julho de 2003 (World Heritage Centre, 2002a). Em 16 de abril de 2002, o diretor da

¹²⁰ No original, em francês: *Parallèlement dans les années 2001-2002, l'équipe de planification commence à promouvoir un plan stratégique établi en collaboration avec les habitants de la ville. Il comprend 2 parties: l'une, l'établissement d'un 'état de la ville', l'autre la conception de la vision de la ville en 2003-2004. Ce plan est approuvé en 2005. Le centre-ville est reconnu comme valeur essentielle de la conservation et les bâtiments historiques – valeur essentielle du statut de la ville en tant que centre culturel.*

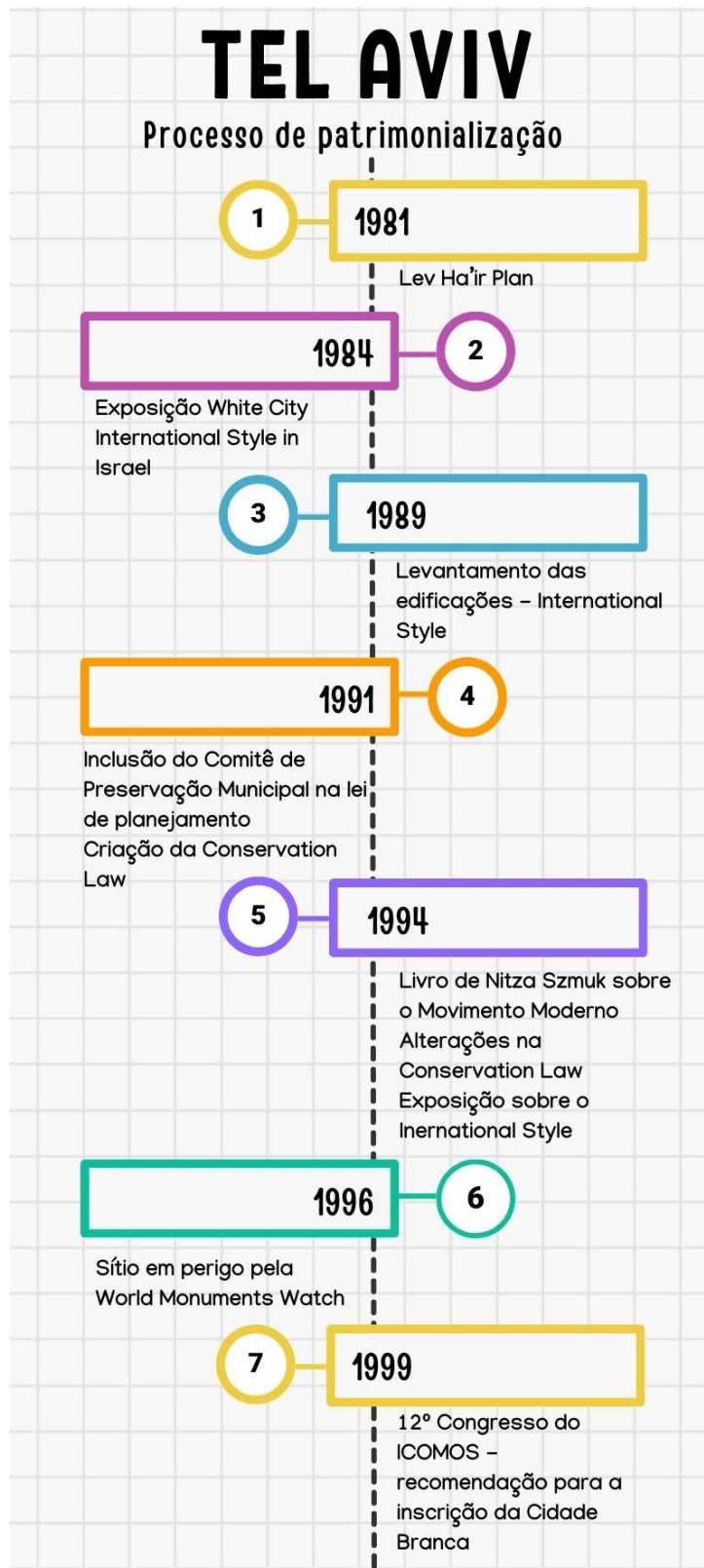
Unesco confirma que os *slides* faltantes foram encaminhados em 4 de abril de 2002 e que agora a candidatura estava completa (World Heritage Centre, 2002b). Finalizando essa etapa de envio de itens complementares, em 13 de outubro de 2002, a comissão de Israel encaminhou alguns itens adicionais:

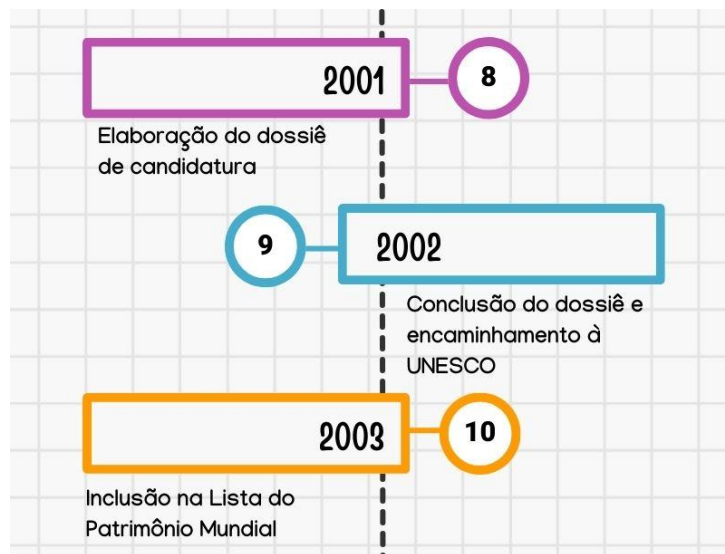
1. mapa principal da área da proposta de indicação, 2. mapa mostrando os pequenos ajustes nos limites entre a zona de indicação e a zona de amortecimento, 3. informações detalhadas revisadas sobre o número de edifícios por tipo, com base no item 2 acima, 4. material adicional sobre as diretrizes e regulamentos de gestão relacionados à área indicada e, 5. carta de compromisso do prefeito de Tel Aviv-Jaffa (Israel National Commission for Unesco, 2002b, s/p, tradução nossa¹²¹).

Assim, o caminho em seguida foi percorrido dentro do organismo internacional. Este é um dos objetivos de análise do próximo capítulo: observar, de forma conjunta para as três cidades, esse percurso. Algumas colocações merecem ser apresentadas sobre o processo de patrimonialização de Tel Aviv: desde o início, ele se construiu com um olhar voltado às edificações, e não tanto diante do tecido urbano. Com relação a isso, cabe retornar à colocação de Nitza Szmuk, quando ela afirma que uma visão aérea permitia perceber que o desenho da cidade permanecia fiel às suas origens. E, indo além dessa colocação, como foi possível acompanhar desse processo, as edificações não se encontravam em tão “bom estado”, tendo passado, em sua grande maioria, por intervenções de restauro. Essa dualidade demonstra que, diferentemente de Brasília e de Le Havre, a arquitetura foi privilegiada e entendida como objeto de valor em detrimento do urbanismo.

Há que se destacar como esse processo se materializou com base em um conjunto de instrumentos de planejamento urbano e leis voltadas às edificações. Mesmo que a preservação pareça estar, em um primeiro momento, em segundo plano, ela se tornou um elemento motor para as transformações na cidade. Seja por ações de restauros ou por adições de pavimentos. Foi diante da constatação da deterioração que um olhar sobre a causa preservacionista começou a ser construído. Além disso, outro ponto relevante é o papel da população nesse caminho. Como foi possível ver ao acompanhar a constituição das leis, os proprietários eram convidados à manifestação. Esse fator vai na mesma direção do que foi visto para o momento de construção da cidade com base na arquitetura moderna, quando judeus migraram para a região em busca de construir suas casas.

¹²¹ No original, em inglês: *1. key map of the area of the nomination, 2. map showing the minor adjustments to the boundaries between the nomination and buffer zones, 3. revised detailed information regarding the number of buildings by type, based on item 2 above, 4. additional material regarding the management guidelines and regulations as relating to the nominated and, 5. letter of commitment by the Mayor of Tel Aviv-Jaffa.*





3.3 Le Havre: a verdade estrutural do concreto armado em evidência

O processo de patrimonialização de Le Havre compreende uma trajetória particular, sobretudo ao recordarmos o seu passado atrelado ao contexto da Segunda Guerra Mundial e suas consequências. Como apresentado no Capítulo 2, a cidade teve que lidar com os destroços físicos e o percurso de reconstrução em um curto espaço de tempo, bem como conferir especial atenção à população. Foi necessário um caminho adaptativo a uma realidade “moderna” suficientemente distinta da arquitetura do século XVI do pré-guerra. A escolha pela arquitetura moderna para o centro reconstruído trouxe a necessidade de buscar soluções para integrar o novo ao tecido urbano e à arquitetura preexistentes que sobreviveram em áreas adjacentes. Essa adaptação foi um movimento que ocorreu ao longo das décadas e que impactou no percurso de reconhecimento de Le Havre como um bem a ser reconhecido e preservado.

Para entender esse percurso associado ao ambiente urbano, é prudente destacar que a aproximação com as questões patrimoniais veio, em um primeiro momento, associada à preservação da arquitetura. Em 1965, a Igreja Saint-Joseph, obra de Auguste Perret reconstruída entre 1951 e 1958, foi classificada como monumento histórico nacional pelo governo francês. Essa foi a primeira edificação erguida no contexto do pós-guerra em Le Havre a ser reconhecida. Antes, porém, em 1946 alguns imóveis dos séculos XVI, XVII e XVIII foram classificados como monumentos históricos nacionais pelo Ministério da Cultura da França. Aqui cabe uma explicação sobre o sistema de preservação francês. No que se refere aos monumentos históricos, pode haver a inscrição (*inscription*) ou o tombamento (*classement*). O segundo corresponde a um nível mais elevado de proteção, sendo que o monumento pode ser contemplado nas duas categorias, situação verificada pela Igreja Saint-Joseph.

À parte esses exemplares selecionados pelo instrumento da *inscription* e do *classement*, o processo de identificação do conjunto urbano como algo a ser preservado teve o seu início na década de 1980. A década de 1970, segundo Maria Gravari-Barbas (2004), teria representado um momento de desindustrialização e crescente desemprego, não propiciando as bases necessárias para iniciar o processo de patrimonialização da cidade. Já a década seguinte, anos 1980, foi um momento de reorganização da economia, situação em que a França voltou a crescer, as taxas de desemprego e de inflação retornaram aos patamares normais e as cidades verificaram um momento próspero. Esse

ambiente, citando Gravari-Barbas (2004), foi favorável às primeiras iniciativas voltadas à valorização de Le Havre enquanto conjunto urbano digno de reconhecimento e consequente preservação.

Esse movimento em Le Havre tem suas origens na municipalidade, o que envolveu alguns nomes mais atuantes nesse segmento. Antes de observar o trabalho desses atores e agentes, é preciso entender os motivos que levaram a ações preservacionistas. O primeiro deles diz respeito ao entendimento de que a população deveria se reconciliar com a cidade reconstruída, lembrando que a arquitetura antes da destruição datava do século XVI, e que existiram grandes alterações no modo de vida com a chegada da arquitetura moderna. E a segunda questão se amparava no debate técnico, pois já se identificavam marcas de envelhecimento nas estruturas. Voltando à primeira questão, segundo Gravari-Barbas (2004, p. 597), havia a necessidade de “criar um sentimento de pertencimento e de identidade local, de desenvolver as ligações ‘afetivas’ entre os habitantes e a reconstrução”.

A autora afirma que demorou cerca de duas décadas para que a população “aprovasse” a cidade, e a justificativa dessa demora estava atrelada a um passado nostálgico em que se exaltavam a arquitetura e o urbanismo anteriores, associado a uma falta de compreensão e pertencimento à nova cidade com princípios modernos. Com relação a esse aspecto, o pensamento da população se torna válido, pois outras cidades foram reconstruídas no pós-guerra e a maioria manteve ou tentou manter o padrão existente no pré-guerra. Um exemplo é o caso de Varsóvia, inscrita como patrimônio mundial pela Unesco em 1980. A capital da Polônia teve sua reconstrução baseada no conjunto de arquivos que a cidade dispunha com detalhes de suas edificações e de seu ambiente urbano, possibilitando inclusive que a própria população colaborasse para o seu reerguimento (Lasserre, 2019). Esse exemplo na Polônia se diferencia de Le Havre pelo sentido do termo reconstruir, voltado à ideia de construir à semelhança do que foi destruído.

Assim, é preciso levantar a discussão referente ao vocábulo reconstruir. Buscando uma acepção mais comum, reconstruir significa tornar a construir, ou seja, algo que foi destruído será reerguido. Do ponto de vista de um léxico próprio ao campo do conhecimento da preservação do patrimônio, é preciso explicitar dois pontos de vista, um deles está voltado a noção de que a ação de reconstruir representa uma “forma de conservar e de transmitir para o futuro a forma, o espaço, os materiais, as texturas e os sistemas construtivos [...]” (Lira, 2009, p.149). A outra vertente se mostra contrária à

reconstrução por considerar ser “impossível reescrever a história e anular a passagem da obra no tempo” (Lira, 2009, p.149).

Além disso, esse termo possui uma significação mais restrita, associando a reconstrução à busca por um estado similar ao anterior à destruição (Stovel, 2001). Contudo, é preciso destacar que parte dessa discussão ganhou contornos mais nítidos apenas anos após a reconstrução de Le Havre. Por exemplo, a Convenção de Haia, que aborda a proteção do patrimônio em situação de conflitos armados é de 1954; a Carta de Veneza, que discute especificamente os limites da reconstrução é de 1964. Dessa forma, há que se adotar a cautela ao “julgar” a opção por esse termo para o caso da cidade em questão. O que não impede de se tecer um debate sobre o tema nesse momento. A *Carta de Veneza* (Icomos, 1964), internacionalmente reconhecida, refuta esse tipo de intervenção, apenas a considerando como última hipótese. E nesse sentido, o *Guia de Diretrizes Operacionais* da Unesco segue a mesma lógica:

No que diz respeito à autenticidade, a reconstrução de vestígios arqueológicos, ou monumentos, ou bairros históricos só se justifica em circunstâncias excepcionais. A reconstrução só é aceitável se tiver por base uma documentação completa e pormenorizada, não podendo ser, de modo algum, conjectural (Unesco, 2023b, p. 33).

No caso da cidade francesa, apesar da ação executada ter optado por um modelo de cidade diferente do anterior à destruição, a documentação referente ao processo de patrimonialização a identifica como uma cidade reconstruída. Cabe perceber que tanto a reconstrução de Varsóvia, iniciada na década de 1950, quanto a reconstrução de Le Havre, cujo início data dos anos 1940, foram executadas antes da elaboração da *Carta de Veneza*. Assim sendo, ambas poderiam ser consideradas casos excepcionais em que o ato de reconstruir, em suas duas acepções, foi aceito pela Unesco, uma vez que ambas fazem parte, hoje, da Lista do Patrimônio Mundial.

Para Le Havre, optou-se pela arquitetura moderna, não pela ausência de informações do conjunto urbano anterior, mas por uma escolha mais política e econômica do que social, como se verificou no Capítulo 2. Assim, percebe-se o quanto a população teria sido afastada, não somente no processo e escolha reconstrutiva, mas também no momento de ocupação do território. Complementando essa ideia, é oportuno trazer as considerações de Madeleine Brocard (2007, p.129, tradução nossa¹²²) associando a rejeição da população à modernidade de Perret, dentre outros aspectos, por ter sido “um projeto urbano imposto pelo Estado, contra a vontade dos representantes locais

¹²² No original, em francês: *un projet urbain imposé par l'Etat, contre la volonté des élus locaux*.

eleitos”. Realmente haveria a necessidade de reaproximá-la de sua própria cidade. Essa reconciliação aparentemente trouxe benefícios para os próprios moradores, enquanto ocupantes da *urbe*, e para a campanha de Le Havre. O suporte popular é mais uma característica positiva para o reconhecimento mundial. Se, de início, essa atitude não visava à candidatura à Unesco, mais à frente essa ação se mostrou positiva. Isso também se aplica ao segundo desafio apontado pelo governo: a questão do envelhecimento de suas edificações. Essa adversidade possui relação com a dificuldade de aceitação da arquitetura moderna pela população. Segundo Vincent Duteurtre (2007, p.103, tradução nossa¹²³):

Nas décadas de 70 e 80, muitas das fachadas foram pintadas com concreto elaborado, as janelas foram alteradas sem respeitar o design original e as fachadas de vidro das lojas foram ocultadas por revestimentos e fachadas neorrústicas em madeira falsa e ardósia... Como resultado, a visão geral da área reconstruída está sendo gradualmente prejudicada.

Avançando para as medidas efetivadas pela prefeitura de Le Havre, a necessidade de manutenção e de restauro das edificações se tornou mais evidente pela escolha de Auguste Perret em utilizar o concreto armado. Uma estrutura aparente, do ponto de vista da engenharia e da arquitetura, traz desafios próprios. Essa necessidade de atenção ao edificado levou a um olhar atento por parte da municipalidade acerca dessas questões. Segundo Gravari-Barbas (2004, p. 598, tradução nossa¹²⁴): “Vários proprietários particulares realizaram trabalhos de limpeza e restauração nas fachadas sem consultar os departamentos municipais de arquitetura e planejamento urbano. Em total contradição com os princípios de Perret, alguns não hesitaram nem mesmo em pintar as fachadas de concreto”. Com relação às questões preservacionistas na França, é preciso distinguir o papel dos *Architectes des Bâtiments de France*. Esse são profissionais ligados ao Ministério da Cultura da França responsáveis pelo campo do patrimônio. Seu trabalho é voltado à aplicação das leis de preservação, dos códigos de arquitetura e de urbanismo, também à elaboração de pareceres e outros documentos voltados à salvaguarda dos monumentos históricos.

A identificação desses problemas associados à cidade demonstra um ponto de partida para a salvaguarda. E, diante disso, ações efetivas começaram a tomar forma a partir dos anos 1990. Em 1994,

¹²³ No original, em francês: *Les années 70 et 80 sont celles où l'on peint bon nombre de façades en béton ouvrage, où l'on change les fenêtres sans en respecter le dessin initial, où l'on masque les façades vitrées des commerces par des doublages et des façades néo-rustiques en faux colombages et ardoises... La vision d'ensemble du secteur reconstruit s'en trouve progressivement dégradée.*

¹²⁴ No original, em francês: *Plusieurs propriétaires privés entreprirent des travaux de nettoyage et de restauration des façades sans concertation avec les services municipaux d'architecture et d'urbanisme. En contradiction totale avec les principes de Perret, certains n'ont même pas hésité à peindre les façades en béton.*

por ocasião da preparação da *III^{ème} Conférence Internationale de Docomomo*, Le Havre apareceu pela primeira vez nas rodas de discussão sobre conjuntos urbanos excepcionais e com possível inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Naquele momento, uma candidatura foi considerada prematura e, de fato, não existiam pesquisas específicas com essa intenção (Abram, 1996). Então, em 1995, efetivamente uma primeira medida foi tomada – a criação da Zona de Proteção do Patrimônio Arquitetônico, Urbano e Paisagístico (ZPPAUP), conferindo um perímetro de preservação para Le Havre (Figura 66). Gravari-Barbas (2004) argumenta que um dos objetivos da criação dessa zona seria mostrar para a população que existia uma proteção oficial, voltando-se mais especificamente ao patrimônio, por parte do governo local e, como ponto de partida, haveria a busca por criar uma “identidade cultural” própria do Havre. Entende-se que, do ponto de vista da solução das duas questões anteriormente apresentadas, a criação da ZPPAUP inicialmente lidava com os principais problemas daquele momento: o envelhecimento da arquitetura e a busca pelo suporte da população por meio do incentivo à noção de pertencimento à cidade.

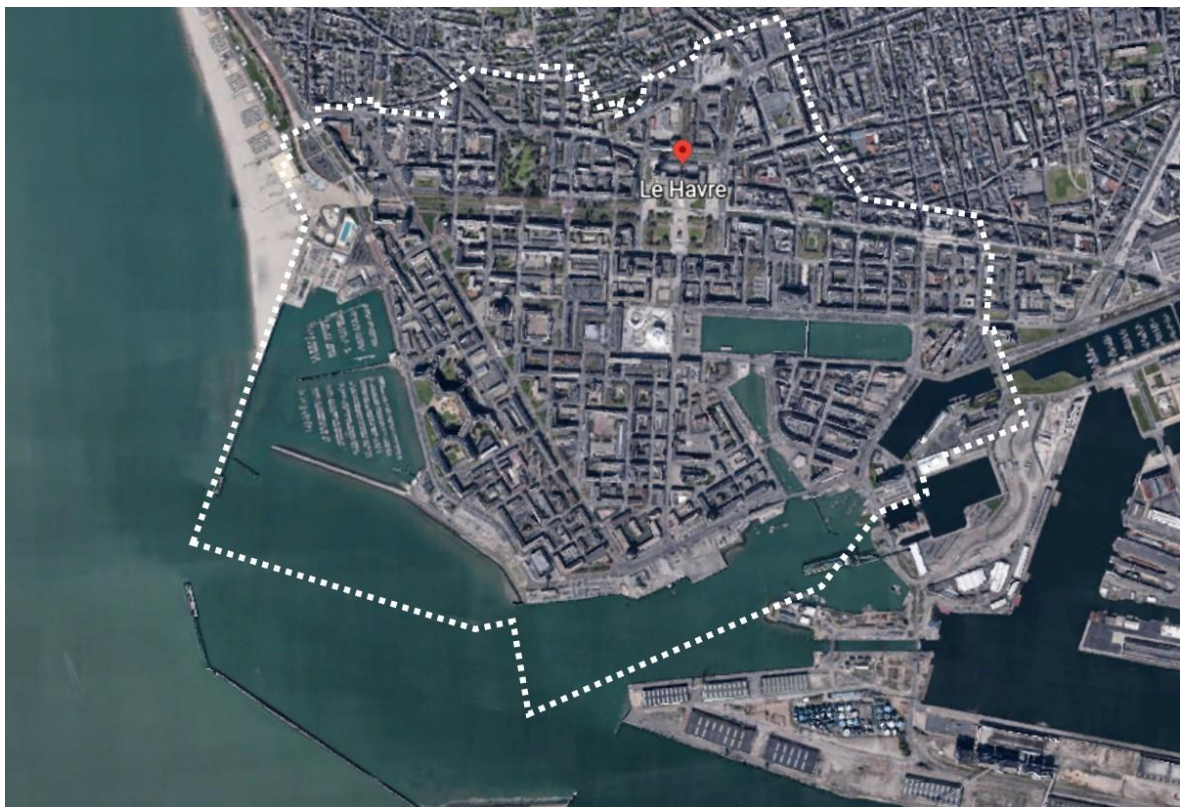


Figura 66 – Perímetro da Zona de Proteção do Patrimônio Arquitetônico, Urbano e Paisagístico

Fonte: Google Earth (2021, com alterações da autora).

A ZPPAUP foi criada com o objetivo de identificar e preservar o patrimônio Havrais. Ela funciona como uma ferramenta complementar às regras de planejamento e de gestão para arquitetura e para o urbanismo. Assim, apesar de, aparentemente, ter esse caráter mais urbano, a regra determina que “[...] transformação, nova construção, demolição, desmatamento... não podem ser realizados sem a concordância do arquiteto de edifícios da França, que verifica a conformidade do projeto com as disposições da ZPPAUP [...]” (Division D’Aménagement et Urbanisme, 1995a, p. 4, tradução nossa¹²⁵). Com relação à determinação do perímetro, este foi baseado na área reconstruída conforme o projeto de Auguste Perret, adicionando as superfícies marítimas e portuárias no sentido de promover a proteção visual de eventuais construções que alterassem essa vista.

A documentação encontrada sobre a ZPPAUP se divide em três partes: “*Rapport de Présentation*” (Relatório de Apresentação), que identifica a área do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, trazendo as referências de sua reconstrução e do trabalho de Perret como fundamentais para o reconhecimento da cidade. A segunda parte aborda o regramento, “*Règlement*”, em francês. E a terceira é sobre recomendações, “*Recommandations*”, em francês. Em termos de distribuição geográfica, há uma divisão básica em duas zonas. A zona 1 “abrange as principais áreas, vias principais e grupos de edifícios com classificação estrutural significativa. Nessas áreas, as normas e recomendações são rigorosas e visam preservar o espírito e a materialização da arquitetura de Auguste Perret” (Division D’Aménagement et Urbanisme, 1995a, p. 5, tradução nossa¹²⁶). Qualquer alteração nessa área será submetida a um controle rigoroso. A zona 2 abriga “as margens do Centro Reconstruído, localizadas na interface com o tecido urbano adjacente, bem como as partes centrais integradas ao layout urbano projetado por Perret, mas cujo interesse arquitetônico não exige que sejam preservadas em sua totalidade” (Division D’Aménagement et Urbanisme, 1995a, p. 5, tradução nossa¹²⁷). Essa segunda zona é, portanto, de proteção menos rígida. Não foi encontrado um mapa delimitando cada uma das zonas.

¹²⁵ No original, em francês: [...] *transformation, construction nouvelle, démolition, déboisement... ne peut être effectuée sans l'accord de l'architecte des Bâtiments de France qui vérifie la conformité du projet avec les dispositions de la ZPPAUP [...]*.

¹²⁶ No original, em francês: [...] *recouvre les espaces majeures, les grands axes et les ensembles de bâtiments significatifs du classement structurel. Dans les espaces ainsi délimités on verra que le règlement et les recommandations sont stricts et visent à sauvegarder l'esprit et la matérialisation de l'architecture d'Auguste Perret.*

¹²⁷ No original, em francês: [...] *concerne les franges du Centre Reconstitué, situées en interface avec les tissus urbains contigus, ainsi que les parties centrales intégrées au dispositif urbain voulu par Perret mais dont l'intérêt architectural ne nécessite pas la préservation intégrale.*

A segunda parte da documentação, sobre o regramento, traz um conjunto de normas que devem ser seguidas, quanto aos materiais, às cores, às informações sobre equipamentos urbanos, aos detalhes de elementos em fachadas etc. Inclusive há o cuidado com alterações em edificações anteriores à reconstrução que permaneceram nesse centro. O documento é esquematizado com croquis de orientação sobre cada detalhe (Division D'Amenagement et Urbanisme, 1995b). A terceira parte é voltada a algumas recomendações, possuindo o objetivo de complementar a segunda parte e detalhar itens necessários. E tem sua importância associada a uma visão prospectiva ao mencionar a evolução do centro reconstruído (Division D'Amenagement et Urbanisme, 1995c).

Como se pode depreender dessa análise da ZPPAUP, esse foi o primeiro instrumento de gestão e de preservação do conjunto urbano e de sua arquitetura. Apesar de a documentação encontrada mencionar amplamente o trabalho de Auguste Perret, o regramento e as recomendações parecem mais voltadas à arquitetura e aos seus detalhes. As diretrizes relacionadas ao tecido urbano ocorrem em sentido amplo, destacando que os espaços livres não devem ser fechados, ou orientações para o caso de alterações nas ilôts, aquelas ilhas voltadas aos edifícios habitacionais. Essa constatação não invalida essa iniciativa, sendo a primeira com a ideia de um olhar mais voltado ao campo preservacionista para essa arquitetura.

Continuando nesse movimento preservacionista, em 1996, Joseph Abram, arquiteto e historiador especialista na obra de Auguste Perret, propõe que seja elaborado um estudo metodológico sobre a cidade reconstruída com a intenção de um reconhecimento internacional. O documento resultado desse trabalho recebeu o título *Le Havre Reconstruit – Un patrimoine architectural et urbain d'intérêt mondial* (Le Havre Reconstruída – Um patrimônio arquitetônico e urbano de interesse mundial) (Abram, 1996). Nesse documento, destaca-se a opção escolhida para a apresentação da candidatura a favor do conjunto urbano, e não de edificações isoladas: “É o conjunto da reconstrução, e não uma ou outra construção isolada que chamou a atenção dos críticos e dos historiadores de arquitetura e de urbanismo” (Abram, 1996, p. 22, tradução nossa¹²⁸). Assim, com base nesse entendimento, ficou definida a área a ser estudada com vista à inscrição sendo aquela da ZPPAUP. Isso levando em

¹²⁸ No original, em francês: *C'est l'ensemble de la reconstruction, et non telle ou telle construction isolée, qui a attiré l'attention des critiques et des historiens de l'architecture et de l'urbanisme.*

consideração que a Unesco exige no momento da apresentação da candidatura de um bem, a existência de alguma medida para a sua salvaguarda.

Ainda com relação ao documento de 1996, a sua relevância está na leitura elaborada por Joseph Abram em relação aos procedimentos para a candidatura do bem. O historiador traz nesse escrito uma análise sobre como a candidatura deve ser apresentada com base nos documentos editados pela Unesco, desde a Convenção de 1972 até o seu guia de elaboração dos dossiês. Assim, depreende-se que o processo de patrimonialização da cidade francesa teve o seu foco em como preencher corretamente os requisitos do organismo internacional, e não o oposto, como ocorreu em Brasília, onde a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial foi uma consequência das pesquisas que haviam sido elaboradas anteriormente. Para Le Havre, o trabalho com o patrimônio foi visando à candidatura.

Um primeiro calendário foi encontrado nos arquivos com informações mais apuradas delimitando as ações associadas ao caminho à Unesco desde o ano de 1998. No outono desse ano, a ideia era se voltar à verificação do valor universal excepcional da cidade reconstruída, além de consultar alguns dossiês já validados como os de Brasília e da Siderúrgica de Völklingen¹²⁹, na Alemanha. O inverno de 1998 seria dedicado ao trabalho de inventário das edificações. A primavera de 1999 já seria o momento para a demanda de inscrição na lista indicativa francesa. No inverno desse mesmo ano, caberia o trabalho de sensibilização da população e de especialistas. Na primavera de 2000, o plano era o de encaminhar o dossiê à Unesco que, passando pelos procedimentos internos à organização, teria sua validação no outono de 2001 (Abram, 1996). Na verdade, esse calendário não foi seguido, tanto por questões burocráticas quanto pelo andamento das pesquisas.

Em uma carta entre Joseph Abram e Célia Even, diretora de desenvolvimento urbano de Le Havre, em 30 de novembro de 1999, o arquiteto apresenta algumas dificuldades que seriam enfrentadas pela candidatura, dentre elas ainda envolvendo uma etapa nacional. Duas razões são por ele elencadas: a primeira delas se refere a uma característica “eminente política” atrelada à decisão de inscrição de um bem. A segunda razão estava voltada ao “limitado compromisso da França com o patrimônio do século XX e, em particular, com o corpus pós-Segunda Guerra Mundial. A reconstrução não é

¹²⁹ A Siderúrgica de Völklingen foi reconhecida pela Unesco em 1994 por ser o único exemplar, em toda a Europa Ocidental e América do Norte, de uma siderurgia integrada que foi construída e equipada nos séculos XIX e XX e que se manteve intacta.

bem-vista na França” (Direction de L’urbanisme, 1999, p. 1, tradução nossa¹³⁰). Diante dessa colocação, evidencia-se que, cedo nas pesquisas envolvendo a candidatura, já se sabia o que haveria que enfrentar. Assim, a tessitura do processo de patrimonialização se mostrou, desde o início, com um foco preciso das barreiras que precisavam ser vencidas.

Ainda com relação a essa carta, em sua finalização, Joseph Abram indica que consultou os dossiês de candidatura de Brasília e da *Baubaus* na sede do Icomos e que, a partir dessa leitura, pode-se perceber o quanto de trabalho voltado à documentação seria preciso (Direction de L’urbanisme, 1999). A *Baubaus* ao qual ele faz referência são os sítios em Weimar, Dessau e Bernau, na Alemanha, inscritos na Unesco em 1996. Quanto ao nível de influência que esses documentos tiveram para o dossiê de Le Havre, não se pode mensurar, mas é relevante notar que Brasília é citada em outros achados documentais como uma referência de base para o processo de candidatura. A Cidade Branca de Tel Aviv não é citada, ao menos na documentação que foi encontrada nos arquivos. Duas explicações se tornam possíveis. A primeira delas, e mais imperativa, está no período temporal em que ocorreram os processos de patrimonialização de Le Havre e de Tel Aviv, sendo similares. Portanto, pode-se colocar que, praticamente, se deu em paralelo a construção dos dossiês. Além disso, há que se destacar que a candidatura de Tel Aviv se refere a um grupo de edifícios e, para Le Havre, desde o início, como evidenciado anteriormente, o interesse estava no conjunto urbano, e não em edificações isoladas.

A passagem do ano de 1999 para o ano de 2000 foi relevante pela criação de uma convenção de estudos entre a Prefeitura e o pesquisador Joseph Abram. O objetivo dessa convenção, tal como descrito em seu documento base, era o de “realizar um estudo visando à elaboração do dossiê a ser apresentado à Unesco para a candidatura do Havre ao reconhecimento na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade” (Direction de L’Urbanisme, 2000a, p. 2, tradução nossa¹³¹). Essa informação já demonstra que o objetivo era o reconhecimento internacional. E, para atingir essa meta, a convenção previu a organização de reuniões técnicas, a divisão em fases para a apresentação do dossiê e um auxílio financeiro para essa empreitada. Na verdade, entende-se da leitura desse documento que se tratava de um contrato em que Joseph Abram foi escolhido para prestar o serviço de elaboração das pesquisas

¹³⁰ No original, em francês: [...] *très faible mobilisation de notre pays sur le patrimoine du XXème siècle, et, en particulier sur le corpus postérieur à la Deuxième Guerre Mondiale. La reconstruction n'a pas bonne presse en France.*

¹³¹ No original, em francês: [...] *la réalisation d'une étude visant à l'élaboration du dossier à présenter à l'UNESCO pour la candidature du Havre au classement sur la liste du Patrimoine Mondial de l'Humanité.*

com vistas a um produto, que era o dossiê de candidatura. Nos arquivos da prefeitura, foram encontrados alguns documentos que retomam essas reuniões, indicando o andamento dos trabalhos e os problemas encontrados. Majoritariamente, os presentes eram pessoas ligadas ao governo da cidade¹³².

Na reunião de 6 de abril de 2000, ficou decidido que seriam duas etapas em paralelo. A primeira delas, a inscrição do sítio na lista prioritária da França. A segunda etapa correspondia ao trabalho voltado à Unesco. Com relação à primeira etapa, o próprio documento identifica que seria uma ação política buscando o apoio à candidatura (Direction de L'Urbanisme, 2000b). Seguindo esse objetivo, a sua apresentação ocorreu em 28 de novembro de 2000, em uma reunião entre o gabinete do Ministério da Cultura e da Comunicação, a Direção de Arquitetura e Urbanismo e a Prefeitura de Le Havre, com a intenção de apresentar a iniciativa de candidatura. Foi, então, entregue para esse evento um documento preparado por Joseph Abram em setembro de 2000 intitulado *Proposition d'inscription du Centre Reconstitué du Havre sur la liste indicative de l'état français* (Proposição de Inscrição do Centro Reconstituído do Havre na lista indicativa do estado francês) (Abram, 2000c). Esse documento claramente se apresenta com a intenção de convencer as autoridades nacionais de que Le Havre seria uma boa candidata, primeiramente, à lista indicativa francesa.

Isso teria um efeito duplo. Ele não apenas daria uma “cara”, ou melhor, uma “figura de destaque”, à política adotada pelo Ministério da Cultura em favor do patrimônio moderno, mas também ajudaria, a despertar o interesse de um público mais amplo em um dos períodos menos considerados de nossa história, a promover práticas arquitetônicas e de planejamento urbano em cidades marcadas por esse tipo de patrimônio (Abram, 2000c, p. 11, tradução nossa¹³³).

Esse argumento relacionado à arquitetura moderna ocorre em função de que o ano 2000 foi decretado pelo Conselho Europeu como o ano do patrimônio do século XX. E como resposta a essa iniciativa da Prefeitura de Le Havre, tendo como Prefeito Antoine Rufenach (1939-2020) naquele momento (entre 1995 e 2010), a ministra da Cultura e da Comunicação, Catherine Tasca (entre 2000 e 2002), respondeu positivamente dando o apoio nacional à candidatura, identificando que a inscrição

¹³² Foram identificados assessores da Prefeitura, responsáveis pela Diretoria de Serviços Jurídicos, também do setor de Comércio e Regulamentação, setor de Estudos Urbanos e Prospectivos, dentre outros representantes.

¹³³ No original, em francês: *Elle aurait alors un double effet. Non seulement elle permettrait de donner un « visage », ou plutôt une « figure de proue » à la politique engagée par le Ministère de la Culture en faveur du patrimoine moderne, mais elle aiderait aussi, en suscitant l'intérêt d'un large public pour l'une des périodes les moins considérées de notre histoire, à faire progresser les pratiques architecturales et urbanistiques à l'intérieur des villes marquées par ce type d'héritage.*

na lista indicativa francesa deveria ocorrer antes do fim de 2000 (Ministère de la Culture et de la Communication, 2000). Na verdade, a inscrição nessa lista foi feita em 2001. Caminhando nesse percurso para o reconhecimento, Le Havre foi reconhecida em 2001 como “*Ville d’Art e d’Histoire*” (Cidade da Arte e da História). Esse é um selo concedido pelo Ministério da Cultura da França com base na recomendação do Conselho Nacional de Cidades e Países da Arte e da História. O título é recebido em função de um comprometimento com a conscientização dos residentes e dos turistas, sobre o valor do patrimônio da arquitetura e da qualidade de vida promovida nesses lugares. Esse é um primeiro reconhecimento em âmbito nacional que demonstrou o caminho correto em direção a uma campanha internacional para o reconhecimento como patrimônio mundial.

Continuando o seu percurso de patrimonialização, após a inscrição na lista de bens franceses para submissão à Unesco em 2001, o ano de 2002 foi marcado por uma exposição em homenagem à Auguste Perret: “*Perret, la poétique du béton*” (Perret, a poética do concreto). Esse evento ocorreu em 2002 no Museu André Malraux, em Le Havre, e já em 2003 viajou ao Museu de Arte Moderna de Turin, na Itália. Essa foi uma das estratégias utilizadas para divulgar o patrimônio construído com base no projeto do arquiteto. Ainda com relação ao ano de 2002, encontram-se registros das primeiras versões do dossiê de candidatura de Le Havre. Com relação a esses documentos, nos arquivos da cidade, é possível encontrar essas versões e escritos de orientação para candidaturas da própria Unesco.

Além do trabalho de elaboração do dossiê, existiram questões políticas internas à França com relação a candidaturas de bens. Nesse ponto, é preciso destacar que a França é um dos países com mais bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e que, portanto, há uma seleção interna antes de avançar com as candidaturas à Unesco. Percebe-se um movimento político voltado a majorar as chances de aprovação desses bens. Nesse caso, vale entender um pouco desse movimento francês. No que se refere às questões políticas para a inclusão de bens nas listas do patrimônio mundial, a França inicialmente adotava uma política de inscrição da maior quantidade de bens candidatos e, não necessariamente, buscava uma seleção pela real valoração.

Dois documentos demonstram esse comportamento, ao menos no período em que Le Havre pleiteava a candidatura. O primeiro deles trata de uma documentação oficial, do ano de 2003, enviada por Claude Mendras, diretora do gabinete da prefeitura para o prefeito da cidade de Le Havre, Antoine Rufenacht (prefeito entre 1995 e 2010). Nesse documento, Mendras se refere à necessidade de um

“reequilíbrio” por parte da França no que diz respeito às inscrições de bens. Naquele ano, seria, portanto, proposta a inscrição de um bem natural, entendendo que: “para um próximo ano, Le Havre conserva todas as chances em razão de sua qualidade como ‘Cidade Patrimônio do Século XX’” (Document Officiel, 2003, tradução nossa¹³⁴).

Outro documento que reforça essa visão é o discurso realizado por Jean-Jacques Aillagon (ministro da Cultura da França entre 2002 e 2004), para as Jornadas Europeias do Patrimônio, em 9 de setembro de 2003, ocasião em que abordou a questão do extenso número de bens franceses que se candidatavam à Lista do Patrimônio Mundial naquele momento. O ministro reforçou em seu discurso a necessidade de se hierarquizar as candidaturas, buscando prioridades, e não com a intenção de que o governo francês prosseguisse dando apoio a cada bem que se candidatava (Discours et communiqués, 2003).

Em meio a essa tessitura política, cabe mencionar que o Prefeito de Le Havre, Antoine Rufenach, foi chefe da campanha do presidente francês Jacques Chirac (1995 a 2007) para ocupar o lugar de François Mitterrand (1981 a 1995). Além disso, o prefeito conhecia de longa data o ministro da cultura, Jean-Jacques Aillagon. Essas ligações políticas ajudam a entender como a campanha de uma cidade da Alta Normandia e pouco reconhecida pelos próprios franceses teve sua caminhada até a Lista do Patrimônio Mundial facilitada. Há que se adicionar a essas informações o fato da sede da organização estar em Paris, ampliando as possibilidades de uma conversa direta entre as partes.

Ainda com relação à escolha dos bens franceses para integrar as listas da Unesco, o documento *Note de Synthèse Dossier Unesco* (2003) aponta para Le Havre uma possível concorrência com o dossiê de *Causses no Parc des Cévennes*, um parque nacional. Nesse ponto, entra em discussão uma escolha política, já que a França enfrentava a necessidade de “reequilíbrio”. Assim seria uma escolha entre um sítio moderno e um bem natural. O debate se amplia ao se questionar se o que estava sendo valorado seria de fato um bem de valor universal ou as chances de aumentar a quantidade de bens reconhecidos mundialmente. Cabe lembrar novamente que a França figura entre os países com mais bens inscritos pela Unesco¹³⁵, e que a Europa preenche quase metade dos bens (47,19%), segundo informações

¹³⁴ No original em francês: *Pour une prochaine année, Le Havre conserve toutes ses chances en raison de sa qualité « Ville Patrimoine XXème siècle »*.

¹³⁵ Segundo o site da Unesco, consultado em março de 2023, a ordem de países com mais bens listados é a seguinte: Itália (58), China (56), Alemanha (51), França e Espanha (49). O Brasil atualmente possui 23 bens listados e Israel, 9.

constantes no site oficial da entidade. Essa é uma questão complexa, que implica observar o quanto o eurocentrismo se mostra presente, mesmo em uma ação que se pretende global, aquela do reconhecimento de bens à salvaguarda.

Acompanhando esse momento pré-inscrição, em que se discutia se Le Havre poderia ou não apresentar sua candidatura no ano de 2003, ou se seria apenas em 2004 pela necessidade de reequilíbrio entre os bens inscritos, o dossiê e os trabalhos locais de pesquisa estavam em andamento desde 1996, segundo a *Note de Synthèse Dossier Unesco* (2003). Já em 2000, houve um contato entre a prefeitura local e o Ministério da Cultura francês que, por meio do ministro Jean-Jacques Aillagon, confirmou o seu apoio em setembro de 2002, ocasião em que visitou Le Havre. Porém, como o cenário não era propriamente favorável à indicação ainda em 2003, esse mesmo documento propôs que o dossiê de candidatura fosse plenamente finalizado até janeiro de 2004.

Diante da eminente proposta de candidatura, a cidade contou com a apoio do Docomomo França por meio do *Projet de Docomomo France pour la ville du havre* (Docomomo France, 2003). Esse projeto, de junho de 2003, veio após um primeiro dossiê encaminhado pela instituição a Le Havre, no mês de maio. Esse primeiro documento propunha uma conferência sobre Le Havre, Chandigarh e Brasília. Na verdade, segundo os arquivos encontrados, houve uma conferência envolvendo essas três cidades, porém datando de 2007. Nesse projeto do Docomomo para Le Havre, com o tema da preservação urbana, o que se propunha era uma “[...] visão dinâmica da conservação urbana: não se trata apenas da recuperação do estado dos materiais, mas também de uma abordagem diagnóstica em que se questiona a evolução dos usos urbanos” (Docomomo France, 2003, p. 3, tradução nossa¹³⁶).

Observando a fundo o projeto do Docomomo, a ideia era ampliar as pesquisas em Le Havre com a elaboração de fichas contendo dados importantes da cidade, seus bairros e obras principais (Docomomo France, 2003). Também se propunha organizar um seminário educacional voltado à preservação urbana. Porém, a questão central que esse projeto considerou mais relevante se refere ao seguinte:

Para o Docomomo, a preservação do centro histórico de Le Havre deve ser considerada de forma dinâmica. Na verdade, as questões a serem abordadas não dizem respeito a temas de conservação em sentido estrito. Na fase de elaboração

¹³⁶ No original em francês: *[...] vision dynamique de la conservation urbaine: il ne s'agit pas de la seule remise en état des matériaux, mais aussi d'une démarche diagnostic qui interroge aussi l'évolution des usages urbains.*

deste dossiê, o Docomomo considera que várias questões fundamentais para este patrimônio são objeto de uma ‘reflexão-ação’ que deve aliar a questão da conservação-restauração da obra arquitetônica, um diagnóstico e uma prospecção sobre os usos urbanos e, em alguns casos, as novas criações, associadas ao domínio do desenho urbano e da paisagem, ou mesmo no campo artístico (Docomomo France, 2003, p. 7, tradução nossa¹³⁷).

Por meio dessa passagem, percebe-se a preocupação não somente em preservar o existente, mas um olhar em direção ao futuro, trazendo, inclusive, uma associação entre os diferentes campos – arquitetura, urbanismo, paisagismo e o meio artístico. Como proposições específicas, entende-se que seriam organizadas duas frentes de trabalho: uma primeira associada ao Le Volcan, conjunto arquitetônico projetado por Oscar Niemeyer; e uma segunda direcionada a estudos gerais sobre o centro histórico de Le Havre. Os objetivos eram os seguintes: inventariar os principais problemas de preservação associados ao centro histórico; propor uma lista de lugares a serem abordados em prioridade; e indicar equipes que pudessem intervir na cidade no que se refere aos domínios do desenho urbano, paisagem e tratamento de sinalização (Docomomo France, 2003).

Quanto a essas frentes de trabalho, percebe-se uma preocupação não apenas com a cidade, mas com um monumento específico, o Le Volcan. Essa obra representa uma edificação importante, não apenas pela função de centro cultural, como pela arquitetura que rompe com a lógica tradicional da cidade de Perret e marca um ponto estratégico do conjunto, em termos de localização e até de estética e cor. Do ponto de vista da candidatura da cidade à Unesco, enquanto sítio moderno, não caberia naquele momento selecionar algum monumento específico para estudos a fim de dar suporte ao pleito.

A organização internacional não busca um trabalho específico associado às edificações da cidade, mas antes observa o conjunto urbano de forma geral. Portanto, questionam-se os motivos da ênfase ao Le Volcan, podendo ser uma tentativa de associação à cidade antecessora que havia merecido o título de patrimônio moderno, Brasília. Essa possibilidade poderia ganhar força, pois a capital brasileira foi inscrita segundo o critério I, associado à criação maior do gênio humano, reconhecendo o trabalho de Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Sendo o Le Volcan uma obra do arquiteto brasileiro que

¹³⁷ No original: *Pour DOCOMOMO, la préservation du centre historique du Havre doit être envisagée dans un sens dynamique. En effet, les questions qu’il s’agit de traiter ne relèvent pas d’une problématique de conservation au sens strict. Au stade de l’élaboration de ce dossier, DOCOMOMO considère que plusieurs questions majeures pour ce patrimoine relèvent d’une réflexion-action qui devrait allier le souci de la conservation-restauration de l’œuvre architecturale, un diagnostic et une prospective sur les usages urbains et, dans certains cas, des créations nouvelles dans le domaine du design urbain et paysager, voire dans le domaines artistiques.*

já havia sido consagrado anos antes ao projetar diversos edifícios em Brasília, poderia ser um elemento fortalecedor para a candidatura de Le Havre, quase como uma comparação com a cidade que já havia recebido o título.

Como foi possível acompanhar, o ano de 2003 foi representado pelas pesquisas no Docomomo. Em 2004, ainda como parte dos procedimentos internos às pesquisas sobre Le Havre, o *Département de l'Urbanisme et Prospective* lançou um atlas cartográfico da ZPPAUP e da proposta de um perímetro para a Unesco. Esse escrito traz uma leitura da cidade, destacando aspectos históricos com o mapeamento do período construtivo das edificações, demonstrando que a maior parte do centro urbano que faz parte da ZPPAUP, e do perímetro pretendido para a Unesco, estava preenchido por edifícios construídos entre 1947 e 1964 (Figura 67), portanto, condizentes com o projeto de Auguste Perret para a cidade e filiados à arquitetura moderna. Também há mapas demonstrando os materiais, destacando o concreto como o principal; o padrão de gabarito, predominando os de 3 a 5 pavimentos; e os tipos de usos, voltados, em sua maioria, à habitação coletiva contando com o comércio e atividades no térreo em algumas edificações.



Figura 67 – Mapa com edifícios construídos no período da reconstrução (1947 – 1964) (em amarelo)

Fonte: Archives de la Ville du Havre – Elaborado por: Direction de l'Urbanisme (2004).

Ao observar esse atlas cartográfico (Figura 67), chama a atenção a diferença entre o perímetro da ZPPAUP e aquele proposto pela Unesco:

Na verdade, vimos em várias ocasiões que essa zona tampão é mais mista e heterogênea em termos das características dos edifícios do que aqueles localizados dentro do perímetro proposto pela UNESCO. Assim, os mapas nos permitiram medir a relevância do perímetro proposto em relação aos limites da ZPPAUP, que abrange edifícios muito mais variados e distantes dos princípios de reconstrução de Perret. Da mesma forma, é fácil entender, com base nesse atlas, porque a zona de amortecimento foi escolhida. Localizada dentro da ZPPAUP, ela é um espaço de

transição genuíno entre o centro reconstruído e o centro antigo (Direction de L'Urbanisme, 2004, p. 47, tradução nossa¹³⁸).

Anteriormente, quando foi mencionado o primeiro estudo metodológico de Joseph Abram (1996), o arquiteto havia afirmado que o perímetro para a Unesco seria o mesmo da ZPPAUP, porém, como demonstra esse atlas, a delimitação da área se tornou mais precisa ao buscar selecionar o projeto de Perret. Além das ações fundamentais associadas às pesquisas para o dossiê de candidatura, a prefeitura se empenhava em promover a valorização da cidade não apenas entre os seus habitantes, como também internacionalmente. Para isso, algumas atividades foram propostas, sobretudo a partir de 2004, momento que o dossiê já estava na Unesco para avaliação. Ainda por ocasião da parceria com o Docomomo, essa instituição lançou, neste mesmo ano, um registro com as 31 edificações mais notáveis do conjunto urbano. No mesmo ano, o *Département de l'Urbanisme et Prospective* divulgou um filme sobre a reconstrução e foi proposta uma exposição para complementar a anterior sobre Perret e o concreto, cujo tema era “Le Havre após 60 anos de sua destruição e 50 anos da morte de Auguste Perret”. Em julho de 2004, a municipalidade adquiriu um apartamento nos ISAIs da *Place de l'Hôtel de Ville* para transformá-lo em um apartamento testemunho dos anos 1950, como uma forma de mostrar ao grande público o estilo de vida daquela época (Maire du Havre, 2004).

Outra ação merece destaque: o contato com os coproprietários dos apartamentos localizados no centro reconstruído. Essa aproximação foi estabelecida entre o final de 2003 e o início de 2004. Em correspondência de uma administradora de imóveis para o prefeito Antoine Rufenach, destaca-se que essa parceria poderia ajudar os coproprietários no que se refere à gestão dos imóveis para a sua salvaguarda, aos aspectos exteriores e de partes comuns da Arquitetura Perret (Jullien & Allix, 2004). Essa ação merece ser discutida quanto às práticas preservacionistas, sobretudo voltadas à manutenção apenas do exterior das edificações. Porém, o que importa neste momento é perceber a importância da aproximação com a população como parte do processo de preservação, mesmo que de forma um pouco tardia, considerando que o dossiê de candidatura estava em vias de ser entregue à Unesco e, portanto, pronto.

¹³⁸ No original, em francês: *En effet, on a pu voir à plusieurs reprises que cette zone tampon plus mixte et hétérogène du point de vue des caractéristique des bâtiments que ceux se situant à l'intérieur du projet de périmètre UNESCO. Les cartes ont ainsi permis de mesurer la pertinence du projet de périmètre par rapport aux limites de la ZPPAUP, celle-ci englobant des bâtiments beaucoup plus variés et éloignés des principes de Perret pour la Reconstruction. De la même façon, il est facile de comprendre à travers cet atlas du choix de la zone tampon. Situé dans la ZPPAUP, elle se révèle un véritable espace de transition entre le centre reconstruit et le centre ancien.*

O calendário que a candidatura de Le Havre seguiu dentro da Unesco, após o encaminhamento do dossiê, foi o seguinte: entre fevereiro e março de 2004, o Secretariado do Comitê do Patrimônio Mundial verificou o conteúdo do dossiê com relação à sua completude; em março, esse documento foi transmitido ao Icomos para exame do conteúdo, que teve entre junho de 2004 e fevereiro de 2005 para essa tarefa; em junho de 2004, houve uma visita dos especialistas do Icomos a Le Havre. Para isso, foi organizado um programa para recepcioná-los, sendo a intenção mostrar a cidade tanto em nível do solo, como em nível aéreo, por meio de um passeio de helicóptero; em fevereiro de 2005, o *Bureau* do Patrimônio recebeu a avaliação do Icomos e a analisou; entre abril e maio, o Secretariado transmitiu essa avaliação do *Bureau* para o Comitê do Patrimônio Mundial, que o examinou em junho de 2005 e tomou a decisão de inscrição do conjunto urbano de Le Havre (Maire du Havre, 2004).

Observando em detalhes esse momento da deposição de documentos na Unesco, em 26 de março de 2004, o diretor do Centro do Patrimônio Mundial, Francesco Bandarin, encaminhou uma carta ao embaixador da França na instituição, o senhor Jean Geguinou, informando que a inscrição preenchia todos os imperativos técnicos descritos no guia de candidaturas para a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial (Centre du Patrimoine Mondial de L'Unesco, 2004). Assim, outro momento relevante se refere à missão de um especialista do Icomos em agosto de 2004. Sherban Cantacuzino¹³⁹ ficou responsável pela avaliação do sítio, com a intenção de verificar a qualidade da candidatura quanto aos critérios de autenticidade, conservação e gestão. O resultado dessa missão é um documento sigiloso que não se pode consultar nos arquivos do Icomos e da Unesco, por se tratar de uma opinião pessoal do especialista.

Contudo, apesar da impossibilidade de acesso ao escrito, é possível depreender que alguns questionamentos foram apontados, e um deles provavelmente se refere ao perímetro apresentado na candidatura. Essa informação está em consonância com um correio do Icomos em nome da diretora do Programa Patrimônio Mundial, Regina Durighello, questionando o perímetro indicado para a candidatura por meio do seguinte argumento:

Com efeito, para ser coerente com a justificação dos valores do bem e com o fato de a área proposta corresponder à parte da cidade reconstruída entre 1945 e 1964 pelo ateliê de arquitetura e de urbanismo dirigido por Auguste Perret, parece oportuno que a totalidade da *Résidence de France* (nº 32 do mapa 10 do dossiê de candidatura)

¹³⁹ Sherban Cantacuzino (1928-2018), arquiteto e historiador romeno, foi membro do comitê executivo do Icomos (1990 a 1999) e presidente do Icomos Reino Unido (1988 a 1994).

seja excluída da área proposta e incluída na zona tampão. Uma vez que o edifício industrial original foi demolido para dar lugar a estas habitações, este conjunto não se inscreve no caráter geral do plano Perret (Programme Patrimoine Mondial, 2005, p. 1, tradução nossa¹⁴⁰).

A resposta à solicitação chegou em 30 de março contendo a explicação de que esse conjunto habitacional havia substituído o Chantiers Augustin Normand, construído em 1951 pelo arquiteto François Vitale. Esse conjunto de construções diretamente associado ao porto de Le Havre foi demolido em 1963 por ocasião da necessária reorganização dos estaleiros franceses. Apesar do próprio documento enfatizar que a Résidence de France se trata de um obstáculo visual em razão da ruptura com o gabarito ao redor, foi considerada como parte integrante do conjunto a ser reconhecido. Um dos motivos é o seguinte: “a área proposta para inscrição inclui o tecido urbano criado entre 1945 e 1964 como parte da reconstrução, bem como alguns edifícios anteriores a 1945 que sobreviveram aos bombardeios e vários edifícios posteriores a 1964 cuja presença é considerada inseparável do tecido reconstruído” (Délégation Permanente de la France Auprès de L’Unesco, 2005, tradução nossa¹⁴¹).

Diante dessa descrição, é visível que havia o interesse em contemplar o tecido urbano de forma contínua, sem uma seleção apenas de exemplares modernos. O argumento apresentado pelos representantes franceses era este: de que o perímetro, tal como apresentado, testemunhava as trocas internacionais proporcionadas pela reconstrução após a Segunda Guerra Mundial. Contudo, nesse documento encaminhado às autoridades francesas, evidencia-se que o conjunto habitacional poderia integrar a zona tampão. Apesar de ter sido enviada essa alteração em 30 de março de 2005, portanto dentro do prazo dado pelo Icomos, que era o dia 31 de março, um documento encontrado nos arquivos dessa organização, acerca da sua avaliação com relação à proposição do bem, informa sobre o perímetro de preservação como sendo aquele primeiramente apresentado. Dessa forma, percebe-se que, mesmo com a submissão de uma carta sobre a discussão do perímetro, essa nova alternativa não

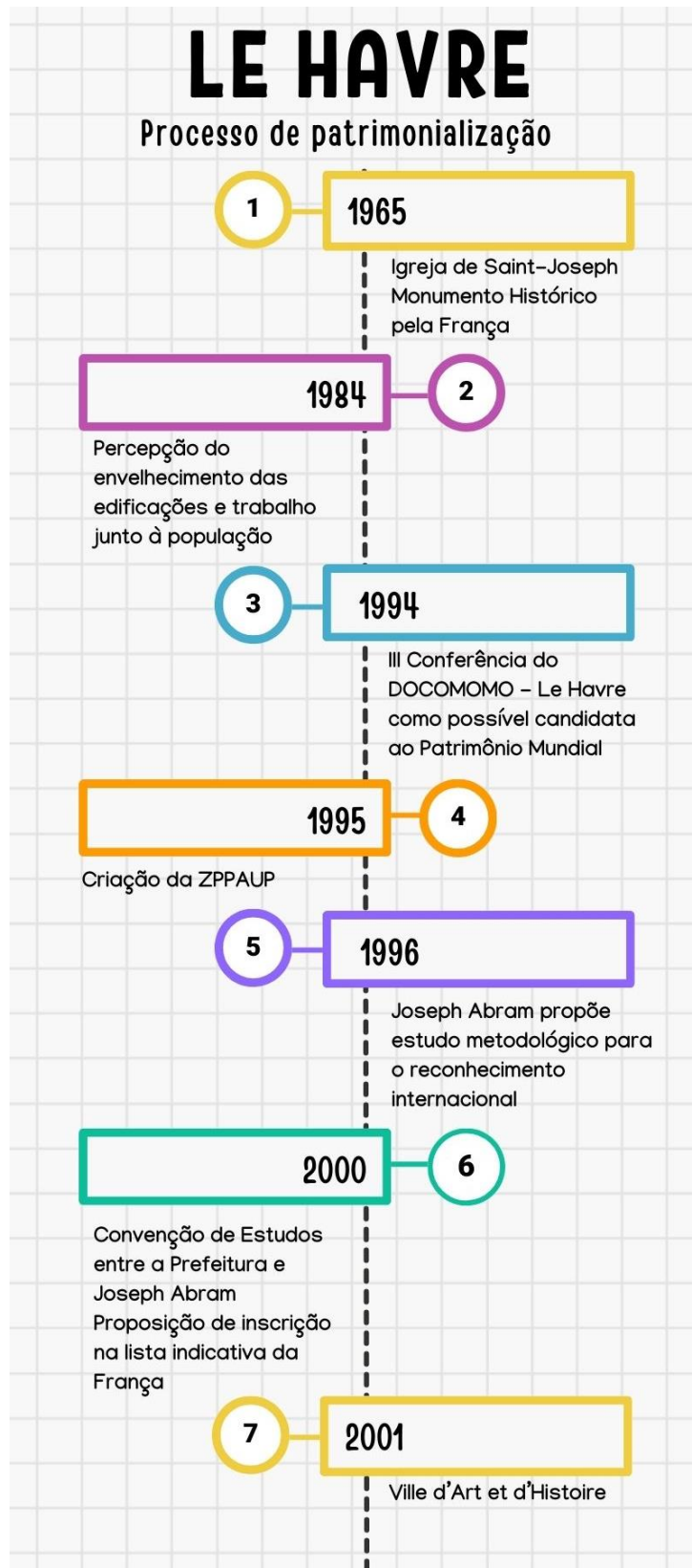
¹⁴⁰ No original, em francês: *En effet, afin d'être cohérent avec la justification des valeurs du bien et le fait que la zone proposée pour inscription correspond à la partie de la ville reconstruite de 1945 à 1964 par l'atelier d'architecture et d'urbanisme dirigé par Auguste Perret, il semblerait approprié que l'ensemble de la Résidence de France (n°32 de la carte 10 du dossier de proposition d'inscription) soit exclu de la zone proposée pour inscription pour être intégrée à la zone tampon. L'édifice industriel d'origine ayant été détruit pour laisser place à ces logements, cet ensemble ne s'accorde pas avec le caractère général du plan Perret.*

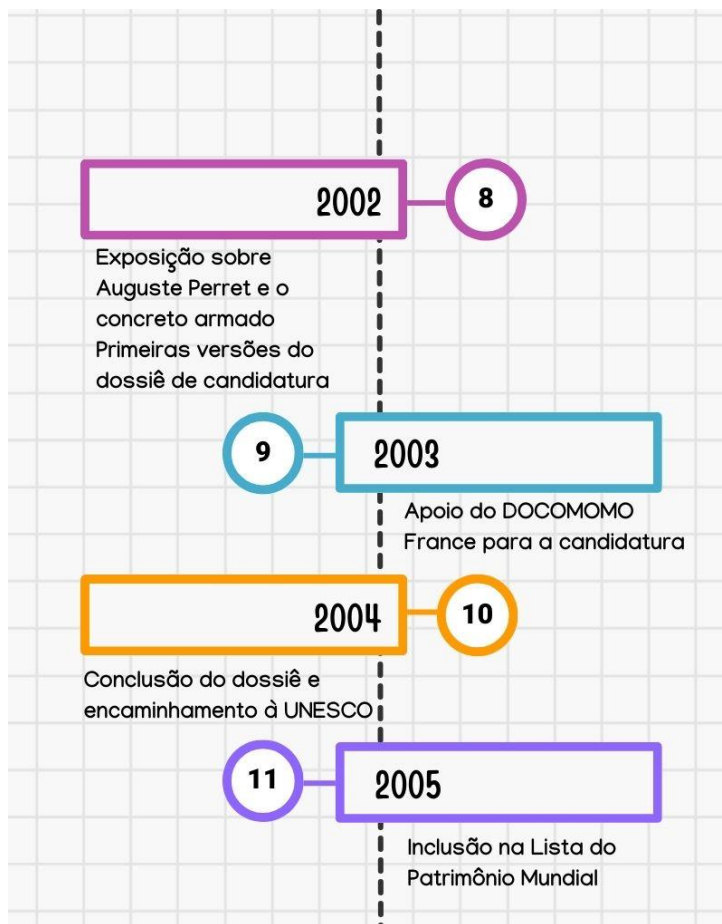
¹⁴¹ No original, em francês: *La zone proposée pour inscription comprend le tissu urbain créé de 1945 à 1964 dans le cadre de la reconstruction, mais aussi certains bâtiments antérieurs à 1945 ayant survécu aux bombardements, et plusieurs bâtiments postérieurs à 1964 dont la présence est apparue indissociable du tissu reconstruit.*

foi apresentada ao Comitê do Patrimônio Mundial. Assim, a inscrição de Le Havre terminou sendo mantida com os limites inicialmente propostos (Décision 29 COM8B.38, 2005).

Observar o processo de patrimonialização de Le Havre implicou compreender que antes de propriamente iniciar um caminho em direção à Unesco, a cidade precisou solucionar questões internas, como a reconciliação de sua população com a arquitetura moderna e ainda ações voltadas a um plano inicial para lidar com a deterioração da arquitetura. Não que não tenha existido uma nova percepção da cidade por parte dos moradores e da comunidade externa após o reconhecimento mundial. Se, por um lado, esses foram os desafios iniciais, por outro lado, esse caminho contou com especialistas liderados por Joseph Abram, que deram suporte suficiente para que a candidatura lograsse êxito. Os documentos nos permitem perceber um processo estruturado em todas as suas fases, cujo objetivo já de início se tornou claro: o reconhecimento mundial. Assim, foi possível construir uma candidatura sólida e que respondeu aos pré-requisitos do organismo internacional.

Há que se destacar que os especialistas tiveram acesso a diferentes materiais dentro da Unesco, cabendo o destaque ao dossiê de Brasília. Isso colaborou para a identificação do que era preciso trabalhar em âmbito local, nacional e internacional. O aspecto temporal pode ser visto como um elemento facilitador, lembrando que os primeiros movimentos, ocorreram entre as décadas de 1980 e 1990, possibilitando o amadurecimento da ideia e dos ajustes necessários na trajetória. Esses movimentos são tanto associados à materialidade das construções, quanto a aspectos intangíveis, como a noção de identidade do lugar. Algo claramente diferente de Brasília que, em menos de uma década, completou esse mesmo processo. Tel Aviv, como mencionado anteriormente, teve parte do seu processo de patrimonialização ocorrendo em paralelo a Le Havre.

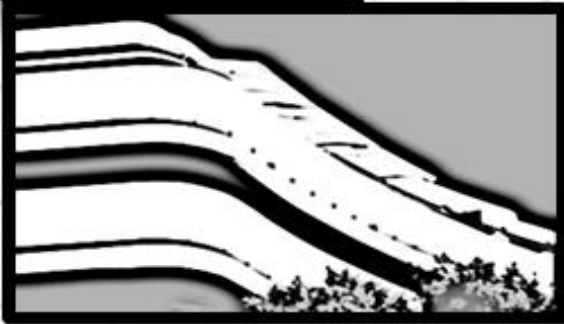






CAPÍTULO 4

**CONEXÕES POSSÍVEIS:
CONDICIONANTES DE
COMPARAÇÃO**



4.1 O antes: os dossiês de candidatura

Neste último capítulo da tese, o objetivo é tecer uma análise comparativa das três cidades, de modo a colocá-las em paralelo buscando semelhanças e diferenças quanto aos seus processos de patrimonialização. Como foi possível acompanhar ao longo dos capítulos anteriores, tanto para os processos construtivos quanto para os percursos até a Unesco, Brasília, Tel Aviv e Le Havre se mostraram particulares em suas trajetórias. Seguindo a premissa de um olhar conjunto, é pertinente neste momento iniciar pelos dossiês de candidatura. Conforme o Capítulo 1, em seu item 1.3, já apresentou, esses documentos reúnem, de certa forma resumida, esse percurso para o reconhecimento. O dossiê representa o momento em que o país, no qual o bem se encontra, apresenta argumentos favoráveis à sua inscrição na Lista de Patrimônio Mundial.

Antes de uma análise pormenorizada dos dossiês, é preciso destacar alguns pontos relevantes. Esse documento representa o começo oficial da candidatura do bem à Lista do Patrimônio Mundial. Quando esse documento é encaminhado, significa que a Unesco vai dar início ao processo de análise para decidir se o bem será inscrito ou não. Com relação a isso, essa entidade tem sido cada vez mais precisa com relação à necessidade de preenchimento correto dos dados e documentos necessários. Dito isso, há que se considerar que esse processo pelo qual Brasília passou nos anos 1980 foi substancialmente diferente do que Tel Aviv e Le Havre enfrentaram nos anos 2000. Como foi possível acompanhar no Capítulo 3, um longo caminho foi percorrido pelas cidades até que os dossiês estivessem prontos. Ele deve ser entendido, então, como um resumo dos estudos e das pesquisas que os países fizeram. Além disso, destaca-se como esse escrito, de forma geral, tem o poder de convencimento, uma vez que ele é o instrumento principal para mostrar ao mundo que aquele bem merece ser reconhecido pela humanidade.

No Capítulo 1, foi possível acompanhar o percurso de candidatura, inclusive quanto à obrigatoriedade de seguir um modelo para a apresentação do dossiê. Além dele, os países podem encaminhar outros escritos como forma de suporte à análise do comitê. Fato relevante sobre isso é que, de toda a documentação enviada, apenas o dossiê se encontra disponível para acesso on-line no site da Unesco, salvo para Brasília, que não está acessível de forma on-line. Ele pode ser consultado nos arquivos do Iphan ou da própria Unesco. Os demais documentos podem ser consultados apenas de forma presencial nos arquivos da sede da entidade, em Paris. Assim, compreendido esse contexto

de apresentação dos dossiês, neste momento eles serão o foco desta parte da tese. Os demais escritos serão analisados no próximo item.

Brasília foi o primeiro conjunto urbano moderno a ser listado, em 1987, momento no qual se discutiam os valores associados à arquitetura e ao urbanismo modernos, como apresentado anteriormente. Essa é uma discussão cara ao campo preservacionista, pois até aquele ano, em regra, apenas edificações e sítios com décadas e séculos de existência tinham sido reconhecidos¹⁴². Em se tratando das diferenças práticas no que concerne o ato de aprovação das candidaturas, a Unesco, desde 1977, vem atualizando a sua forma de reconhecer os bens como Patrimônio Mundial. Apesar de 16 anos separarem as inscrições de Brasília (1987) e de Tel Aviv (2003) na Lista de Patrimônio Mundial, e 18 anos terem se passado entre a primeira e Le Havre (2005), foi mantida uma linha de coerência com o passar dos anos, sendo alterados e acrescentados alguns itens nos guias de diretrizes para a elaboração dos dossiês de candidatura.

Para a análise específica dos dossiês aqui proposta, uma ficha de avaliação foi elaborada com base em informações que constam nos guias de diretrizes e nos dossiês apresentados por Brasília, Tel Aviv e Le Havre para a Unesco. Essa é uma metodologia que foi elaborada especificamente para este item da tese, a fim de facilitar a análise das informações de forma conjunta dos dossiês. Assim, foram destacados 15 itens a serem observados a respeito de cada cidade, individualmente e, na sequência, comparativamente:

- 1) Data de elaboração do dossiê e de inscrição na Unesco;
- 2) Breve histórico da cidade;
- 3) Estilo arquitetônico do qual a cidade faz parte;
- 4) Limites geográficos;
- 5) Sob qual guia de diretrizes foi submetido;
- 6) Apresentação do formulário e Itens;
- 7) Anexos;
- 8) Critérios de excepcionalidade;
- 9) Condições de autenticidade e de integridade;

¹⁴² O Brasil constitui exceção a essa regra ao considerar patrimônio nacional obras como a Igreja São Francisco de Assis (1947), o Catetinho (1959), a Catedral Metropolitana de Brasília (1967) e o Conjunto Moderno da Pampulha (1997).

- 10) Justificativa para a inscrição do bem;
- 11) Legislação de salvaguarda;
- 12) Gestão do sítio;
- 13) Comparação com outros sítios;
- 14) Sessão da Unesco na qual o bem foi inscrito; e
- 15) Responsáveis pela elaboração do dossiê.

Uma breve descrição sobre cada um dos itens merece ser aqui apresentada. Com relação à data de elaboração do dossiê e de inscrição na Unesco (item 1), cabe ressaltar que esse documento passa por uma série de revisões antes de ser entregue em definitivo. Além disso, desde o momento da sua deposição até a efetiva inscrição do bem, há um percurso interno de avaliação. Ou seja, há uma distância temporal a se considerar. Passando para o breve histórico da cidade (item 2), esse é momento em que os países apresentam, da melhor maneira possível, a história da cidade, funcionando como um instrumento de convencimento. Assim, claramente são selecionados o que convém mostrar. Sobre o estilo arquitetônico do qual a cidade faz parte (item 3), as três referenciam a arquitetura moderna, porém, como foi possível ver no Capítulo 1, essas modernidades se tornaram diferentes.

Os limites geográficos (item 4) são os determinantes físicos do espaço a ser preservado. É uma proposição do Estado Parte do perímetro que ele considera essencial preservar. Prosseguindo, sob qual guia de diretrizes foi submetido (item 5), esse é um elemento cuja análise recai sobre a corrente de pensamento preservacionista presente à época. Faz-se necessário lembrar que os guias são atualizados periodicamente. A apresentação do formulário e itens (item 6) está relacionada diretamente a como o conteúdo foi apresentado. A sua forma não é imposta pela Unesco, apenas o conteúdo deve seguir as regras. Esse conteúdo é representado pelos itens do formulário. São permitidos ainda os anexos (item 7) como uma forma de complementar o formulário.

Passando para os próximos itens, os critérios de excepcionalidade (item 8), as condições de autenticidade e de integridade (item 9) representam o cerne da questão preservacionista. Ao mesmo tempo que esses critérios talvez sejam os mais complexos para a sua apresentação por parte dos países, são de suma importância para a comprovação de que um bem merece ou não ser reconhecido e preservado. A justificativa para a inscrição do bem (item 10) apresenta como cada país justificou a sua inclusão na lista da Unesco, quais foram os argumentos utilizados. A legislação de salvaguarda (item

11) retrata como o Estado Parte efetivamente protege o bem. Lembrando que uma das exigências da organização é que já exista no momento de candidatura algum instrumento de salvaguarda. A gestão do sítio (item 12) é efetivamente a materialização dessa proteção, ao apresentar como o governo e as entidades responsáveis conduzem as ações. A comparação com outros sítios (item 13) funciona como um elemento sinalizador de que minimamente o Estado Parte consegue identificar o bem de forma comparativa a outros exemplares similares. Esse item tem potencial de colaboração para que o comitê do patrimônio compreenda a linha de pensamento do país em relação a um posicionamento quanto ao pertencimento a determinado estilo arquitetônico, por exemplo.

A sessão da Unesco na qual o bem foi inscrito (item 14) é um indicativo do encerramento do percurso de candidatura e marca uma nova necessidade de efetiva salvaguarda do bem, ainda mais pois, a partir desse momento, missões periódicas para avaliação do estado de conservação do bem serão realizadas. Por fim, os responsáveis pela elaboração do dossiê (item 15) demonstram a força-tarefa empreendida pelo país para que o processo de candidatura fosse efetivado. Assim, cada item dessa lista é apresentado a seguir de forma conjunta e comparativa para Brasília, Tel Aviv e Le Havre.

1) Data de elaboração do dossiê e de inscrição na Unesco

Para Brasília, como demonstram as pesquisas do GT-Brasília, o dossiê foi encaminhado formalmente à Unesco em 1986. Assim, a candidatura da cidade teve o seu resultado positivo em dezembro de 1987. A cidade israelense teve o seu dossiê finalizado em janeiro de 2002 e sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial em julho de 2003. Le Havre passou por esse processo de reconhecimento local e nacional até pleitear a candidatura perante a Unesco, tendo concluído o seu dossiê em dezembro de 2003 e realizado sua inscrição em julho de 2005.

O interstício entre a entrega dos dossiês e a efetiva inscrição na Lista do Patrimônio Mundial marca o percurso que a documentação, compreendendo o dossiê e demais itens encaminhados junto com ele, passa dentro da Unesco. Nesse período são avaliadas as candidaturas, passando pelo Icomos, que realiza a avaliação e gera o parecer indicando ou não o bem para a inscrição. Esse percurso já foi detalhado no Capítulo 1. Outro aspecto relevante com relação a essas datas está no tempo para a elaboração dos dossiês. Alguns anos foram gastos no caso das três cidades para que esse documento se tornasse completo e fosse encaminhado à avaliação. São etapas de pesquisa, coleta de referenciais,

elaboração e revisão. Esse caminho demonstra que um dossiê representa o ponto final da etapa de preparação da candidatura e, ao mesmo tempo, o ponto inicial da sua validação.

2) Breve histórico da cidade

O dossiê que foi elaborado para Brasília é suficientemente sucinto, significando que foi apresentado apenas o formulário exigido pela Unesco, sem delongas. Dessa forma, a história que é apresentada para a capital brasileira enfatiza o que seria importante considerar para a preservação: Brasília (entendida como fruto do projeto de Lucio Costa), o vernacular, os acampamentos pioneiros e os sítios naturais. É preciso recordar que o dossiê foi elaborado pelo GT-Brasília, trazendo o entendimento de que a preservação deveria se estender além do Plano Piloto, como discutido no Capítulo 2. Além de esse breve histórico estar associado à explicação do que se reconhecia como objeto de preservação, o dossiê destaca a história da cidade atrelada às fases de construção, desde a concepção da nova capital, passando pelos movimentos para a transferência ao Planalto Central, até a construção de fato. Como o formulário foi preenchido de forma contínua, não há imagens ou mapas para acompanhar, esses itens constam em anexo.

Para Tel Aviv, o dossiê apresenta a história da cidade desde 1909, quando da sua fundação, até os anos 1990, sublinhando momentos relacionados à ocupação pelos imigrantes, também crises econômicas e a busca por melhor qualidade de vida. O destaque está para a ligação com a Europa, a partir dos movimentos migratórios de arquitetos e da própria população, que em determinadas situações emigraram para o continente europeu, e em outras imigraram. A *Bauhaus* e o *International Style* entram nesse contexto como uma forma de responder às necessidades daquele momento. A história é contada de maneira a apresentar como a Cidade Branca se integrou ao território, unindo o norte ao sul de Israel. Diante da forma como essa parte é exposta, pode-se perceber que se trata de um resumo desde a construção de Tel Aviv até o seu processo de patrimonialização, apresentando inclusive algumas imagens.

O dossiê de Le Havre, pelo fato de ser mais robusto, traz um conjunto de detalhes sobre a história da cidade, cabendo a ênfase ao momento de sua reconstrução como marco para a busca da “modernidade” e de qualidade de vida para a população que sofreu nos anos de guerra. O dossiê constrói essa narrativa ao apresentar primeiramente a cidade tal como estava no momento da candidatura, mostrando suas construções e o tecido urbano, depois passando para a destruição e

reconstrução, cabendo um olhar sobre a história antes de 1944, ano dos bombardeios que arrasaram seu centro urbano. E, por fim, observou-se a evolução desse conjunto após a reconstrução. Complementando essa linha do tempo, que possuí, de certa forma, a ordem invertida, houve destaque para aspectos caros à concepção urbana de Le Havre, como o sistema construtivo em concreto armado. Também o dossiê conferiu atenção a como os vestígios da cidade do passado teriam sido integrados ao novo que se construía. Um conjunto de imagens de diversas edificações e mapas são apresentados em paralelo.

A diferença entre os dossiês com relação à forma de apresentação da história de cada cidade está presente na extensão do conteúdo apresentado. Certamente o dossiê de Le Havre constrói em mais camadas essa história, trazendo detalhes dos períodos da cidade, desde a construção até o momento anterior à candidatura. Para Tel Aviv, a narração passa por momentos de construção, enfatizando, porém, a sua relação com a migração de judeus para Israel e as influências carregadas por eles para a ocupação do território. Brasília, como mencionado anteriormente é apresentada de forma direta, demonstrando o que seriam para os autores, as informações essenciais. No caso dos três conjuntos, o trabalho de seus planejadores é referenciado de forma saudosa e de maneira a sublinhar sua genialidade ao propor o projeto.

3) Estilo arquitetônico do qual a cidade faz parte

Segundo o dossiê de Brasília, a cidade nasceu sob influências do movimento moderno em arquitetura e urbanismo: “A preservação desse testemunho funda-se tanto na sua condição de cidade inteiramente nova quanto no fato de traduzir plenamente os princípios do Movimento da Arquitetura Moderna contidos na Carta de Atenas” (Unesco, 1986, p. 8). Com relação a essa carta, cabe destacar que Lucio Costa, em seu Relatório para o Plano Piloto, não deixou explícita essa referência, apesar de ser possível depreender essa filiação diante de algumas características da cidade, como se pode acompanhar no item 2.3. Assim, o dossiê evidencia que Brasília seria uma representante desse movimento, não deixando dúvidas para outras interpretações.

No caso da Cidade Branca de Tel Aviv, é oportuno notar que o seu dossiê posiciona a cidade enquanto detentora de variadas referências associadas ao movimento moderno, assim apresentado: “Para além das múltiplas influências externas, houve tendências que tentaram integrar a Arquitetura Moderna no ambiente local e na linguagem Arquitetônica Oriental tradicional, encontrando ao mesmo

tempo soluções simples para problemas climáticos” (Unesco, 2002b, p. 14, tradução nossa¹⁴³). Essa colocação localiza a cidade em um contexto amplo da arquitetura moderna, porém deixando evidente que adaptações locais foram necessárias. É oportuno notar que a *Bauhaus* e o *International Style* não aparecem no dossiê como uma filiação direta. A *Bauhaus* é mencionada no item de análise comparativa com outros exemplares similares, sendo citada como uma influência para as edificações que foram erguidas em Tel Aviv nos anos 1930. E para o *International Style*, a linha de raciocínio foi a mesma, sendo associado aos 1.000 edifícios que foram selecionados para a preservação. Por fim, destaca-se um mapa contendo as zonas de proposição de candidatura em que se separam os estilos das edificações em *International Style*, Eclético e Especial (sem maiores explicações) (Figura 68).

¹⁴³ No original, em inglês: *Beyond the multiple external influences, there were trends which tried to embed Modern Architecture in the local setting and the traditional Oriental architectural language, while finding simple solutions for climatic problems.*

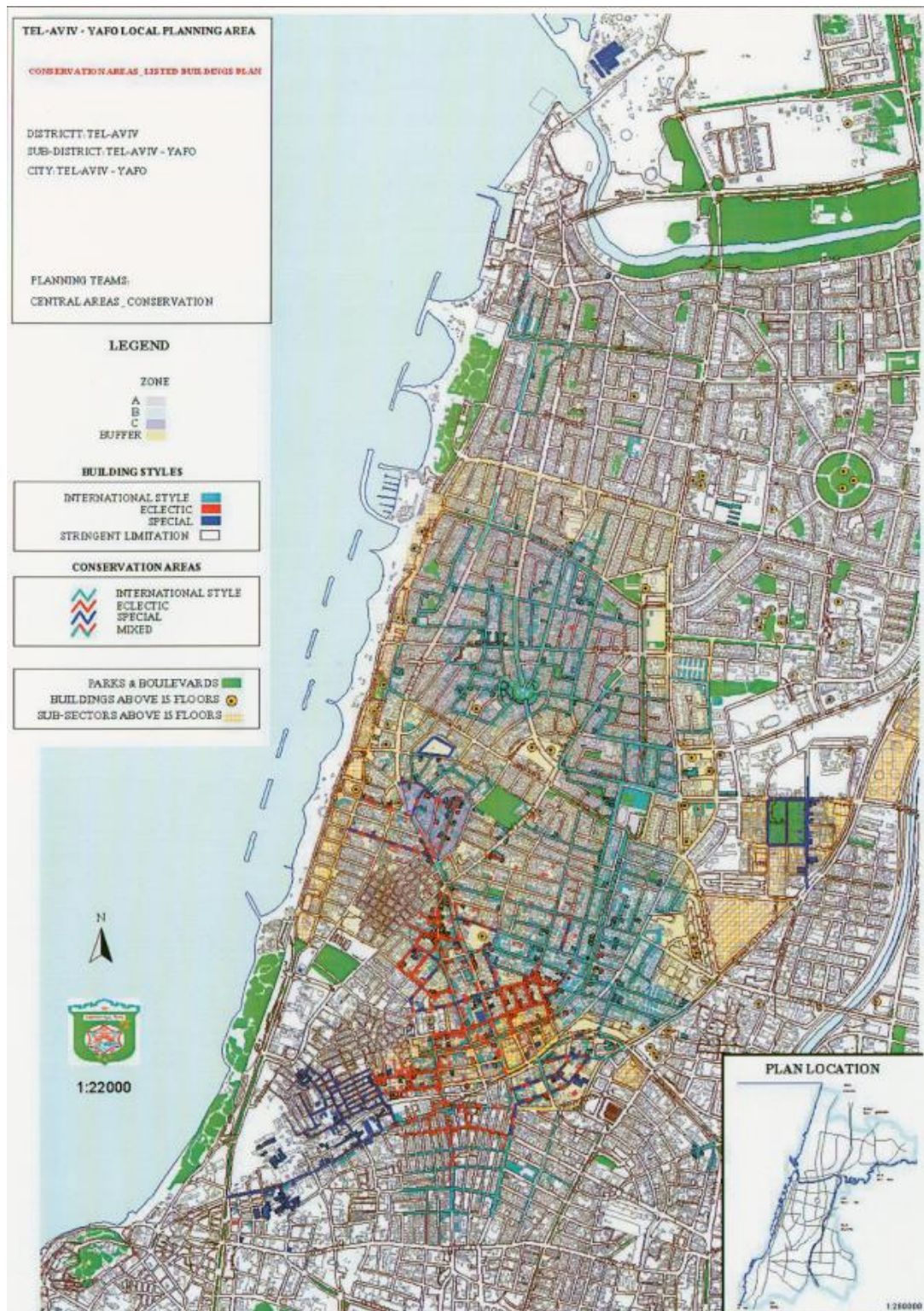


Figura 68 – Mapa de Tel Aviv Yafo com identificação das zonas, do estilo das edificações e das áreas de conservação

Fonte: Unesco (2002b).

O dossiê de Le Havre a enquadra como parte da arquitetura moderna, tal como descrito em “A reconstrução de Le Havre tentou conciliar o planejamento urbano moderno com tradições urbanas centenárias. O novo tecido é produzido com referência ao território virtual que foi construído, nos quatro séculos anteriores à destruição do centro da cidade em setembro de 1944” (Unesco, 2003b, p. 13, tradução nossa¹⁴⁴). Assim como foi feito para Tel Aviv, esse documento se preocupa em demonstrar que houve certa conciliação entre a arquitetura do passado e o novo ambiente moderno. Além disso, a ênfase recai sobre as técnicas modernas de construção, notadamente no que se refere ao trabalho de Auguste Perret com o concreto armado.

Essa questão envolvendo o estilo arquitetônico se torna complexa, principalmente ao recordar os argumentos tecidos no Capítulo 1, de que existiram diferentes modernidades. A arquitetura moderna une Brasília, Tel Aviv e Le Havre sob o seu guarda-chuva, contudo, cada uma possui características particulares. Mesmo diante dessas diferenças que puderam ser notadas ao longo da tese, as três enfatizam em seus dossiês a filiação a essa arquitetura sem maiores debates acerca de suas especificidades. Chama atenção especificamente o caso de Tel Aviv, pela indireta referência à *Bauhaus* e ao *International Style*. A *Bauhaus* é citada mais como uma referência do que como uma afirmação de pertencimento. Com relação a isso, merece ser mencionada a atenção que esse dossiê confere às adaptações locais, o que talvez justifique a não identificação por um “estilo” único.

A busca por referenciar um estilo deve ser situada em relação ao tempo. A Cidade Branca de Tel Aviv teve o seu projeto elaborado em 1925, Le Havre em 1944 e Brasília em 1957. São décadas diferentes e territórios diferentes. A cidade israelense está mais próxima do período das vanguardas arquitetônicas, enquanto a cidade francesa vem de uma marca deixada no pós-guerra. Neste último caso, ainda é preciso observar o quanto Auguste Perret bebeu em suas próprias fontes, no sentido de que ele retoma uma produção arquitetônica que parece vinculada ao momento em que projetou o Edifício da Rua Franklin, em 1903. Brasília surgiu em um momento em que esse moderno já havia se modificado pelo contexto mais positivo e próspero do mundo naquela época. Assim, em consonância

¹⁴⁴ No original, em francês: *La reconstruction du Havre tente de concilier l'urbanisme moderne et les traditions séculaires de l'urbanité. La production du nouveau tissu se fait ici en référence au territoire virtuel qui s'est constitué, quartier après quartier, au cours des quatre siècles qui ont précédé la destruction du centre de la ville en septembre 1944.*

com o que foi discutido no Capítulo 1, identificam-se diferentes modernidades, cabendo perceber em cada uma delas, inclusive, mais de uma modernidade.

4) Limites geográficos

Primeiramente, cabe destacar que o dossiê de Brasília não deixa claro quais são esses limites, mas subentende-se que deveriam ser preservadas as áreas que compõem o Plano Piloto e outras associadas às “preexistências”:

O conjunto do Patrimônio Histórico, Natural, Cultural e Urbano de Brasília compreende o espaço projetado para se tornar a nova capital do Brasil, assim como os elementos testemunhos de cada uma das etapas da história do processo de ocupação do território do Distrito Federal e da construção da cidade (Unesco, 1986, p. 4).

Dessa forma, depreende-se a intenção de preservação de uma ampla área se estendendo além do Plano Piloto. Como no momento da candidatura à Unesco Brasília não possuía uma legislação de salvaguarda, esse instrumento foi elaborado às pressas por Italo Campofiorito em acordo com Lucio Costa. Em oposição ao que o GT propunha, a área delimitada se tornou substancialmente menor, 112,69 km² (Silva, 2019), ainda assim configurando a maior área reconhecida como conjunto urbano no mundo.

Os limites geográficos apresentados pelo dossiê de Tel Aviv, e hoje preservados na cidade, somam 347 acres (1,40 km²) divididos em 3 zonas, dentro das quais há um total de 661 edifícios listados, sendo que 117 desses estão sob alta preservação. Existe, ainda, uma zona tampão com 488 acres (1,97 km²) e 493 edifícios listados. Tel Aviv foi reconhecida pela Unesco na categoria de grupos de edifícios, não havendo o reconhecimento individual dessas edificações. De acordo com o dossiê, esses dados demonstram que a Cidade Branca de Tel Aviv guarda o maior número de edificações sob influência da *Bauhaus*, superando a própria Alemanha (Unesco, 2002b). Le Havre, assim como Brasília, possui um perímetro único delimitando a área central. Os seus limites geográficos para proteção abrangem uma área de 133 ha (1,33 km²) e uma zona tampão de 114 ha (1,14 km²) (Unesco, 2003b).

O perímetro de preservação talvez seja o item que mais exija atenção nessa análise comparativa. Brasília é preservada em seus 112,69 km², Tel Aviv 1,40 km² e Le Havre 1,33 km² (Figura 69 e Figura 70). A dimensão dos limites de Brasília chama ao debate algumas colocações. A primeira delas se refere à opção por incluir além do Plano Piloto, suas adjacências com a intenção de conferir alguma proteção



Figura 70 – Mapas com o perímetro de preservação para Tel Aviv (em azul) e Le Havre (em azul).

Fonte: Elaboração própria com base no Google Maps.

5) Sob qual guia de diretrizes foi submetido

Segundo os itens para avaliação do dossiê, Brasília foi inscrita segundo os critérios do guia de diretrizes de janeiro de 1984. Tel Aviv foi inscrita a partir do guia de março de 1999. E Le Havre segundo o guia de julho de 2002. Como visto no Capítulo 1, esse documento funciona como norteador para a realização da candidatura de um bem. Nele constam os itens necessários para que o Estado Parte inicie a sua proposição. Com relação às submissões dos bens aqui em estudo, destaca-se inicialmente que os dossiês de Tel Aviv e de Le Havre se encontram mais próximos em termos de conteúdo apresentado. Uma análise permite conferir que a principal diferença entre os guias de 1999 e de 2002 está no cronograma para recebimento das candidaturas por parte da Unesco. Antes, o mês de julho era o limite para o envio das proposições, passando em 2002 para o mês de fevereiro. Assim, a documentação permanece por mais tempo em avaliação dentro dos organismos internacionais, tendo o resultado definitivo em julho do ano seguinte. No guia de 1999, as submissões poderiam ocorrer a qualquer tempo, sendo que, aquelas recebidas até dia 1º de janeiro seriam avaliadas no decorrer do mesmo ano. Ainda com relação às diferenças, os guias de 1999 e 2002 receberam novos itens em seu sumário: Monitoramento Reativo e Relatórios Periódicos; no item sobre assistência internacional, foram acrescentados prazos para a apresentação de pedidos de assistência internacional para apreciação pelo *Bureau* e pelo Comitê e Condições para a concessão de assistência internacional; e no item outros assuntos foram incluídos Reuniões do *Bureau* do Comitê do Patrimônio Mundial, Participação de peritos dos países em desenvolvimento, Ligações com outras Convenções e Recomendações.

6) Apresentação do formulário e Itens

A partir desse guia de diretrizes de 1984, Brasília apresentou sua candidatura por meio de um formulário que respondia apenas aos itens obrigatórios, que são: 1. Localização exata; 2. Dados jurídicos; 3. Identificação; 4. Estado de preservação/ conservação; 5. Justificativa de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial e Anexos (Unesco, 1986). Para Tel Aviv, a apresentação do formulário de inscrição é diferente da de Brasília. Enquanto a primeira traz o formulário em si, a segunda o organiza em formato de texto com os tópicos obrigatórios presentes em seu sumário e dividido em partes. Dentro dos itens do formulário há: 1. Identificação da propriedade; 2. Justificativa da inscrição; 3. Descrição; 4. Gestão; 5. Fatores que afetam a propriedade; 6. Monitoramento; Bibliografia; 7. Documentação adicional para nomeação; e 8. Assinatura. A apresentação do formulário de inscrição para Le Havre, assim como a de Tel Aviv, foi realizada em formato de texto no qual constam os itens

obrigatórios da Unesco, além do amparo de imagens e mapas. Os itens presentes nesse formulário são os mesmos que compõem o dossiê de Tel Aviv.

O guia de diretrizes é o documento que define o formato como o dossiê deve ser apresentado. Ao longo dos anos, foram acrescentados itens, como é possível acompanhar na tabela a seguir (Tabela 1). Na verdade, ao observar o conteúdo dos dossiês de Brasília, Tel Aviv e Le Havre, apesar de os dois últimos serem mais robustos em termos de apresentação, o primeiro traz basicamente as mesmas informações ainda que compiladas dentro dos itens e de maneira resumida.

Brasília	Tel Aviv e Le Havre
Localização exata	Identificação da propriedade
Dados jurídicos	Justificativa da inscrição
Identificação	Descrição
Estado de preservação/ conservação	Gestão
Justificativa para a inclusão na Lista do Patrimônio Mundial	Fatores que afetam a propriedade
Documentação específica para ser apresentada com a nomeação de grupos de edifícios e sítios (Anexos)	Monitoramento
	Bibliografia
	Documentação adicional para nomeação
	Assinatura

Tabela 1 – Comparação dos itens do formulário de inscrição de Brasília, Tel Aviv e Le Havre, mostrando os itens similares por meio de cores

Fonte: Elaboração própria.

7) Anexos

Os anexos do dossiê de Brasília ajudam a esclarecer a sua história e o seu processo de patrimonialização. Por meio de textos escritos pelo GT-Brasília e por Lucio Costa, a capital é caracterizada e se apresentam detalhes de como ocorreria a preservação. Ao todo são seis anexos: I – Plano Piloto de Lucio Costa para Brasília, 1957, desenhos de Oscar Niemeyer para as edificações de Brasília, 1957/60; II – Considerações sobre o Plano Piloto de Brasília – Lucio Costa, arquiteto autor

do Plano Piloto de Brasília; III – Brasília 57-85 – análise comparativa do Plano Piloto de 1957 e Brasília 1985, coordenada por Lucio Costa; IV – Documentação fotográfica; V – Informações complementares visando a uma descrição e análise urbana de Brasília; VI – Brasília, pelo Governo do Distrito Federal, 1986. O item 4.2 aponta uma discussão acerca desses anexos e sua disponibilidade nos arquivos.

Em Tel Aviv, compõem os anexos os planos e guias de conservação, algumas imagens e mapas históricos, além de textos. São eles: 1. Plano de conservação com o respectivo mapa; 2. Diretrizes para o plano de conservação; 3. TMM 5 – Plano diretor regional com o respectivo mapa; 4. Diretrizes para o arquivo de documentação; 5. Registros computadorizados de construções; 6. Lista de plantas recomendadas; 7. Mapa de Zonas propostas para Nomeação, incluindo zonas de amortecimento; 8. Nomeação pelo *World Monument Watch*; 9. Registro do Docomomo – cópia do capítulo sobre Israel e Tel-Aviv; 10. Payton Neal E., *The new city “Modern Architecture and Traditional Urbanism”*; Patrick Geddes *and the plan of Tel-Aviv* (1996); e 11. Recortes de jornais.

Nos anexos do dossiê de Le Havre constam legislação, históricos de construção da cidade, plantas, mapas e imagens. Assim, há: o Plano Local de Urbanismo (sem identificação de data); o Relatório de Apresentação da ZPPAUP (de julho de 1995); Resumo cronológico indicado com o título Le Havre desde sua fundação (*Le Havre depuis sa fondation*); o Plano de Perret: os oito princípios (*Le plan Perret : les huit principes*); Resumo cronológico indicado com o Histórico da reconstrução (*Historique de la reconstruction*); Mapa e croquis com as tipologias das ilhas (*ilots*); mapa contendo o perímetro da ZPPAUP; mapa com a localização de sítios periféricos; mapa com padrão de gabarito; lista de recursos bibliográficos; documento intitulado *Comentário das autoridades francesas sobre a delimitação do bem proposto para inscrição* (*Commentaires des autorités françaises sur la delimitation du bien proposé par inscription*), de março de 2005.

Os anexos dos dossiês apresentam um conjunto de documentos diversificado, enquanto para Brasília havia a preocupação em divulgar informações voltadas ao projeto de Lucio Costa, Tel Aviv e Le Havre apresentaram um olhar, de certa forma, prospectivo ao trazerem itens sobre a preservação e detalhes sobre as edificações. Tel Aviv ainda compartilha um registro contendo dados sobre a vegetação, demonstrando a importância de referenciá-la como uma *Garden City*. Apesar de os anexos não serem obrigatórios e, pelo fato de os países contarem com liberdade de escolha do que apresentar, eles demonstram quais eram as intenções de cada candidatura.

8) Critérios de excepcionalidade

Brasília é inscrita sob os critérios de excepcionalidade I e IV. Essa informação consta no documento que reporta à 11ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial (Unesco, 1988b). Segundo a descrição de Brasília no site da entidade, baseada no *Report of The World Heritage Committee, Eleventh Session (Relatório do Comitê do Patrimônio Mundial, Décima Primeira Sessão)*, o critério I é atendido quando a capital é reconhecida como uma obra singular de Lucio Costa e Oscar Niemeyer. O critério IV se ampara no entendimento da capital brasileira como expressão do movimento moderno manifesto em uma cidade construída no século XX seguindo os princípios da *Carta de Atenas* (Unesco, 2020).

Quanto aos critérios de excepcionalidade para Tel Aviv, foram propostos os itens II, IV e VI. A justificativa dentro do dossiê foi de que a cidade “representa um complexo de edifícios de valores histórico e artístico universal” (Unesco, 2002b, p. 32, tradução nossa¹⁴⁵). O critério II baseia-se na ideia de um laboratório experimental associado aos princípios defendidos pela arquitetura moderna. O critério IV destaca a adaptação dos padrões modernos europeus nas escalas urbana e arquitetônica, identificando suas dimensões como únicas no mundo. O último critério, VI, enfatiza a formação de uma nova sociedade, unindo as culturas ocidental e oriental pelos imigrantes europeus que aplicaram ao contexto local referências do movimento moderno em arquitetura e urbanismo (Unesco, 2002b). A Unesco, no entanto, reconheceu apenas os critérios II e IV. Quanto à recusa do critério VI, o parecer responde: “Segundo o Estado Parte, Tel Aviv reflete a ideia de criação de um novo lugar para uma nova sociedade. O Icomos não considera que isso seja suficiente para justificar o critério VI” (Icomos, 2003a, p. 61, tradução nossa)¹⁴⁶.

O dossiê de Le Havre propôs três critérios de excepcionalidade: I, II e IV. Para o critério I, o documento referencia o trabalho de Auguste Perret com o concreto armado, associando a sua concepção a uma estética inovadora. Além de considerar a área urbana, há destaque para edificações emblemáticas, sobretudo aquelas projetadas pelo arquiteto. O critério II se ampara na combinação de cidade tradicional, por meio de sua arquitetura do século XVI, com a cidade de referências ao movimento moderno. O critério IV se ampara no testemunho pós-guerra, na reconstrução de uma

¹⁴⁵ No original em inglês: *It represents a complex of buildings of universal historical and artistic values.*

¹⁴⁶ No original em inglês: *According to the State Party, Tel Aviv reflects the idea to create a new place for a new society. ICOMOS does not consider this to be sufficient for the use of criterion vi.*

cidade feita da tábula rasa e ainda nas experiências construtivas trazidas por um projeto moderno, identificando Le Havre como um “laboratório urbano” (Unesco, 2003b).

Apesar da proposição desses três critérios, assim como Tel Aviv, Le Havre teve um critério recusado, o I, com a seguinte justificativa:

Mais do que sua estética, o centro da cidade reconstruído de Le Havre é caracterizado pelo uso em larga escala de técnicas inovadoras de construção baseadas em concreto armado e pelo design seguindo um sistema modular. Embora reconheça a importância desse aspecto, o Icomos considera, no entanto, que, no caso de Le Havre, esses temas são mais apropriadamente levados em consideração pelos critérios ii e iv (Icomos, 2005a, p. 146, tradução nossa)¹⁴⁷.

O critério IV é o único que as une pela referência ao movimento moderno, lembrando que o bem deve “representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de um conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de uma paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana” (Unesco, 2023b, p. 31). Tel Aviv e Le Havre estão atreladas ao critério II: “exibir um intercâmbio importante de valores humanos, durante um dado período ou numa determinada área cultural do mundo, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens” (Unesco, 2023b, p. 31). Esse critério está associado à interação da arquitetura moderna com as arquiteturas existentes tanto em Le Havre, quanto em Tel Aviv. Brasília é a única inscrita com base no critério I: representar uma obra-prima do gênio criador humano. Nesse caso, o reconhecimento está voltado ao trabalho de Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Le Havre ainda tentou incluir esse critério ao destacar a genialidade de Auguste Perret no uso do concreto armado, porém, como visto anteriormente, não foi aceito esse argumento pela Unesco.

9) Condições de autenticidade e de integridade

No caso de Brasília, no seu dossiê, o termo autenticidade aparece em três oportunidades. A primeira delas trata sobre o estado de conservação ou de preservação do bem associando-o a algo autêntico, apesar das perdas consideráveis em sua materialidade. A segunda consta nas justificativas para a inscrição associando Brasília à condição de bem contemporâneo preservado nos seus aspectos

¹⁴⁷ No original em francês: *Plus que par son esthétique, le centre ville reconstruit du Havre se caractérise par une utilisation à grande échelle de techniques de construction novatrices basées sur le béton armé et la conception basée sur un système modulaire. Bien que reconnaissant l'importance de cet aspect, l'ICOMOS considère cependant que dans le cas du Havre, ces thèmes sont pris en compte de façon plus appropriée par les critères ii et iv.*

fundamentais. E, por fim, há no anexo, no texto *A memória de Brasília*, a expressão “autêntica” associada à arquitetura moderna e aos princípios do “*International Congress of Modern Architecture*” (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – Ciam) (Unesco, 1986).

O dossiê não destina um espaço específico para a discussão sobre a autenticidade de Brasília. No guia de diretrizes de 1984, que orientou a submissão da cidade, consta que deve existir um “teste de autenticidade” no qual são comprovadas as “condições de integridade” do bem. Mesmo a capital não apresentando um documento que comprovasse esses itens, há na página de Brasília no site da Unesco a explicação sob quais termos de autenticidade e integridade ela foi considerada. A autenticidade está presente no respeito à arquitetura, ao urbanismo e à paisagem propostos por Lucio Costa e Oscar Niemeyer por meio de seu projeto e de suas escalas que estão preservadas, em grande parte, ainda hoje. Essa mesma situação ocorre com a integridade porque, segundo o site da Unesco, apesar do desenvolvimento e da expansão, a cidade mantém íntegras suas linhas principais de projeto, associadas não apenas a algo físico, como simbólico (Unesco, 2020).

Em relação ao dossiê, o termo integridade aparece de forma indireta duas vezes. A primeira vez na justificativa de inscrição, em que há a preocupação de que os bens ali contidos e a própria cidade se mantenham íntegros, e, na segunda referência, em um texto anexo, *A preservação do espaço de Brasília: Diretrizes para sua área de interesse especial*, com uma breve menção de que o Plano Piloto se mantinha “integralmente conservado” (Unesco, 1986).

Para Tel Aviv, como justificativa para a excepcionalidade do bem, o dossiê uniu as discussões sobre autenticidade e integridade, subdividindo a temática em: autenticidade da ideia; autenticidade de forma; autenticidade de construção e detalhes e autenticidade dos materiais. Quanto à autenticidade da ideia, entende-se que a essência do plano de Patrick Geddes foi mantida, apesar de apresentar alterações nas regras de preservação. No nível autenticidade de forma, segundo o dossiê, a maioria das edificações se encontrava preservada e parte delas se inseria no *Building Index*¹⁴⁸, que reúne edifícios inteiramente preservados. Na autenticidade de construção e detalhes, o dossiê cita alterações feitas com o passar do tempo, incluindo adições de varanda e restauração em algumas edificações. Por fim,

¹⁴⁸ O *Building Index* corresponde a uma lista de edificações que são preservadas de forma mais restritiva, sendo cerca de 1.000 exemplares na área central de Tel Aviv.

a autenticidade dos materiais reporta que a maior parte das superfícies estão preservadas (Unesco, 2002b).

No caso de Tel Aviv, é válido notar que alterações e adições que envolvem os exemplares arquitetônicos não foram consideradas pela Unesco como elementos de descaracterização do conjunto de edificações.

A concepção de alguns edifícios individuais foi modificada através de adições nos telhados, mesmo em edifícios registrados. Embora, dentro de certos limites, esses acréscimos possam ser entendidos como parte da continuidade tradicional, para manter Tel Aviv como uma cidade vibrante e viva, será necessário prestar atenção para garantir que a quantidade de edifícios remodelados não seja suficiente para alterar o perfil urbano, a escala original ou os parâmetros do local (Unesco, 2024b, tradução nossa¹⁴⁹).

Como é possível acompanhar por essa colocação, existe certa tolerância, mesmo por parte das instituições preservacionista no que se refere a alterações nos bens. Além disso, há que se lembrar que o acréscimo de um ou dois pavimentos nos edifícios é permitido por lei em Israel, e que, por isso, há algum controle sobre como essas intervenções são feitas.

A excepcionalidade de Le Havre apresenta-se não apenas na estética arquitetônica, mas também na materialidade do concreto armado, estrutura ao mesmo tempo portante e estética. A partir do entendimento desses elementos, que podem ser atribuídos à excepcionalidade da cidade, o dossiê traz as questões de autenticidade e integridade de maneira conjunta a partir de três aspectos que podem ser destacados: o primeiro deles é a concepção urbana inicial, preservada em um tecido homogêneo e pouco modificado; o segundo corresponde às edificações que conservam em grande parte os materiais originais ou já restaurados, preservando a aparência, e o terceiro elemento remete às adições posteriores, que se afirmam estarem integradas e complementarem o já existente. Além disso, o dossiê destaca a parceria com a população, por meio dos coproprietários dos imóveis, para que os restauros fossem realizados respeitando um padrão existente (Unesco, 2003b).

O tema da autenticidade e da integridade, como foi possível acompanhar no Capítulo 1, torna-se algo complexo de ser discutido pela questão da dificuldade de se separar esses termos. Além disso,

¹⁴⁹ No original, em inglês: *The design of some individual buildings has been modified through rooftop additions even in registered buildings. Although within certain limits, such additions could be perceived as part of traditional continuity, to keep Tel Aviv as a vibrant, living city, attention will need to be given to ensure, the quantity of remodelled buildings is not enough to alter the urban profile, the original scale or parameters of the site.*

é necessário relembrar que a avaliação da integridade para o patrimônio cultural passou a ser obrigatória dentro da Unesco desde 2005. Assim, para as três cidades não houve essa obrigatoriedade e a integridade foi abordada de forma conjunta à autenticidade. Le Havre foi reconhecida em 2005, porém a sua candidatura foi iniciada em 2004, antes da validade dessa regra. Essa discussão é retomada no item 4.3.

10) Justificativa para a inscrição do bem

O dossiê de Brasília reúne um conjunto de justificativas para o seu reconhecimento, e a primeira delas trata de uma busca por caracterizar a cidade como objeto histórico ao rememorar o percurso para transferência da capital desde antes da ideia de uma cidade “moderna” surgir. O próprio documento identifica um valor histórico e artístico. Além disso, há a identificação de que a capital brasileira seria a mais significativa obra cujos princípios modernos tenham sido aplicados em tal escala urbana, até aquele momento, tornando-se um lugar de influência para outras cidades. Em complemento a esse olhar positivo, o dossiê apresentou o temor de descaracterização e ameaça à integridade do bem (Unesco, 1986).

Não sendo suficiente o enquadramento enquanto bem cultural, o dossiê traz uma caracterização como bem natural, apontando argumentos associados à paisagem de Brasília, pelo seu valor cênico e como representante da diversidade do cerrado. Em suma, a cidade é identificada da seguinte forma: “Brasília já é, por assim dizer, Patrimônio da Humanidade desde sua construção e em uma posição de primeiro plano em comparação a outros bens do mesmo tipo tanto dentro quanto fora das fronteiras do Brasil” (Unesco, 1986, p. 15). Nesse caso, é preciso lembrar que ela foi o primeiro conjunto urbano moderno a ser reconhecido, e ainda na década de 1980.

A justificativa para a Cidade Branca de Tel Aviv é apresentada sob quatro aspectos: ideológico; urbano; físico e geográfico; e arquitetônico. O primeiro deles está associado ao sonho sionista, buscando uma sociedade igualitária em que as necessidades do povo judeu seriam atendidas de forma a promover a almejada qualidade de vida para a população. Assim, o dossiê menciona que o movimento moderno teria se adaptado bem a esses anseios. Passando ao aspecto urbano, este está associado à noção de que a cidade foi pensada como um todo, seguindo o planejamento urbano moderno somado aos propósitos das *Gardens cities*. Desse modo, o conjunto gerado formou um centro urbano único abrigando as diversas funções (Unesco, 2002b).

Quanto ao aspecto físico e geográfico, o destaque estava em demonstrar que a configuração urbana e arquitetônica de Tel Aviv permitiu criar um estilo de vida dinâmico e ativo, tornando-se uma cidade atrativa pela sua cultura e seu turismo. Por fim, há o aspecto arquitetônico associado à riqueza de influências de estilos em consonância com as tradições locais e uma linguagem já existente nas edificações, como aponta o dossiê. Ainda com relação a esse tema, o documento enfatiza o necessário trabalho de alinhar economia de meios a certo padrão para as construções, sem esquecer das necessidades climáticas particulares. Dessa forma, o dossiê resume o que justificaria a inscrição da cidade israelense na Unesco: “Assim, Tel Aviv serviu de modelo local para o Modernismo e, mais tarde, ditou e propagou as ideias deste movimento por todo o país” (Unesco, 2002b, p. 8, tradução nossa¹⁵⁰).

O dossiê de Le Havre indica como justificativa maior o valor intrínseco à rápida reconstrução de seu centro urbano destruído na Segunda Guerra Mundial. Atrelado a esse fato principal, destaca-se o trabalho de Auguste Perret não somente propondo um desenho para a cidade segundo os princípios modernos, como também traduzindo essa ação a partir do uso do concreto armado como elemento portante e estético ao mesmo tempo. Mencionava-se um canteiro experimental, em que diferentes técnicas construtivas foram testadas. O documento sublinha a atenção que foi conferida tanto aos aspectos urbanos quanto aos arquitetônicos, promovendo, assim, o valor histórico e o valor artístico. O dossiê sintetiza esses argumentos da seguinte forma: “Le Havre foi uma experiência única de reconstrução. A dimensão da área a reconstruir num único conjunto, a coerência teórica da equipe Perret, procedimentos de planejamento urbano e as técnicas de pré-fabricação utilizadas tornaram um sítio experimental formidável” (Unesco, 2003b, p. 11, tradução nossa¹⁵¹).

A apresentação das justificativas no dossiê representa o momento em que o Estado Parte tem o poder de “convencimento” ao apresentar seus argumentos para que o bem seja inscrito. As três cidades se amparam em colocações distintas, mas que, de algum modo, chegam à arquitetura moderna. Brasília tenta um posicionamento enquanto cidade de valor histórico evidente. Ao mesmo tempo que destaca uma suposta tábula rasa, retoma a importância das preexistências do território ocupado pela

¹⁵⁰ No original, em inglês: *Thus, Tel-Aviv served as a local model for Modernism, and later dictated and propagated this movement's ideas throughout the country.*

¹⁵¹ No original, em francês: *Le Havre fit l'objet d'une expérience unique en matière de reconstruction. L'échelle de la zone à reconstruire d'un seul tenant, la cohérence théorique de l'équipe Perret, les procédures urbanistiques et les techniques de préfabrication mises en œuvre en firent un formidable chantier d'expérimentation.*

capital. Esse movimento pode ser entendido a partir da discussão que foi construída no Capítulo 1, sobre a “dificuldade” de compreensão de que essa arquitetura merecia ser preservada, e não somente exemplares antigos. Isso na década de 1980. Ainda vale lembrar que esse questionamento esteve presente dentro do Comitê do Patrimônio Mundial quando a capital brasileira propôs sua candidatura, pois até aquele momento apenas exemplares com décadas e séculos desde a construção foram considerados para a preservação.

No caso de Tel Aviv e La Havre, ao menos na análise que se pôde construir diante da documentação consultada, no interior da Unesco e do Icomos, essa discussão não foi levantada. Claramente, a distância temporal ajudou, e o exemplo de Brasília, que já havia vencido essa barreira, colaborou para que essa temática não fosse apresentada. Contudo, cabe relembra que em Le Havre foi necessário um trabalho com a população para a “aceitação” dessa arquitetura moderna enquanto parte da história da cidade. Em Tel Aviv há que se mencionar os direitos associados à propriedade privada, permitindo, portanto, que a população tenha feito certas escolhas nas construções. Assim, apesar de não terem sido encontrados documentos e textos referentes a conflitos entre a sociedade israelense e a escolha dessa estética, pode-se deduzir que houve a aprovação dos locais.

11) Legislação de salvaguarda

O dossiê de Brasília deixa claro que, no momento inicial da candidatura, a legislação de proteção estava em andamento, e, de fato, a primeira legislação de proteção foi o Decreto nº 10.829, de 1987, portanto, promulgado meses antes do reconhecimento da cidade como Patrimônio Mundial, em dezembro de 1987.

Em termos de legislação de salvaguarda para Tel Aviv, o dossiê enfatiza uma organização em três níveis: no âmbito nacional, o *Planning and Building Law* (Lei de Planejamento e de Construção – 1965), o *Planning Code* (Código de Planejamento – 1996) e o *National Master Plan* (Plano Diretor Nacional – 1991/1997); no âmbito regional, o *The Regional Master Plan* (Plano Diretor Regional¹⁵²); e no âmbito municipal, o *Tel Aviv Master Plan* (Plano Diretor de Tel Aviv – 1965) e o *Tel Aviv Ordinance* (Ordenamento de Tel Aviv – 2001). É necessário destacar que Tel Aviv é a principal cidade do distrito administrativo de mesmo nome e está inserida na região metropolitana de *Dan Metropolitan Area*.

¹⁵² Não foi possível identificar o ano dessa legislação, uma vez que foi encontrada apenas uma parte desse documento, referente à temática da preservação.

Segundo o dossiê, cerca de 90% das edificações são propriedades privadas, e em Israel os direitos privados possuem fortes regras, permitindo algumas alterações por parte dos proprietários (Icomos, 2003a). Com relação a esse conjunto de leis, cabe ressaltar que elas não são especialmente voltadas ao patrimônio, como os nomes ajudam a identificar, representam ordenamentos para o planejamento urbano, de forma geral.

Como mencionado no Capítulo 3, a primeira medida específica de salvaguarda para Le Havre foi a criação da ZPPAUP, em 1995. No entanto, a cidade conta com diversas leis menos específicas, assim como para Tel Aviv: *Loi des Monuments Historiques* (Lei dos Monumentos Históricos – 1913), *Loi de décentralisation* (Lei de descentralização – 1983), *Loi Littoral* (Lei do Litoral – 1986), *Loi Paysage* (Lei da Paisagem – 1993) e *Loi Solidarité et Renouveau Urbain* (Lei da Solidariedade e da Renovação Urbana – 2000). Essa última deu origem ao Plano Local de Urbanismo (Icomos, 2005a). Essa legislação é a que consta no dossiê, porém, existem regras municipais que também se aplicam ao conjunto urbano.

Em termos de legislação de salvaguarda, Brasília foi a única a efetivamente receber um instrumento de proteção específico para esse fim. Já Tel Aviv e Le Havre são preservadas com base em leis já existentes e, portanto, mais genéricas. Basicamente, essas leis estão associadas ao planejamento urbano e uso do solo, trazendo apontamentos como limites do lote, gabarito, tipos de uso etc. No caso de Tel Aviv, mais uma vez a questão da propriedade privada apresenta certa limitação para a atuação do governo em termos de interferência no direito do proprietário, que possui alguma liberdade de transformação de sua edificação. Para Le Havre, cabe ressaltar que a França já possuía há tempos a tradição de preservação, sobretudo de edificações, inclusive sendo um dos países com maior número de bens reconhecidos pela Unesco. Dessa forma, depreende-se um saber histórico de como atuar e proteger um bem.

Esse tema envolvendo a propriedade privada e a legislação se mostra algo relevante do ponto de vista de que a ênfase com relação a esse assunto parece recair sobre Tel Aviv, mas, na verdade, em Brasília e em Le Havre, também existem regras específicas que separam as propriedades. No caso de Tel Aviv, é preciso destacar que esse olhar sobre as edificações está presente pelo fato de a inscrição na Unesco estar na categoria de grupos de edifícios e pelo próprio dossiê e documentos trazerem essa discussão. De modo geral, há que se afirmar que, nas três cidades, a relação da população com a manutenção e conservação das edificações se mostra algo complexo, envolvendo não só o

conhecimento das leis, mas a noção de pertencimento e a busca por adaptações para a melhor qualidade de vida.

12) Gestão do sítio

Segundo o dossiê Brasília, a capital já contava com certa proteção pelos órgãos responsáveis por gerir o patrimônio – o Governo do Distrito Federal e o Ministério da Cultura. O documento também menciona um “plano de gestão”, que seria um conjunto de medidas já em vigor, e outras a serem tomadas para gerir o bem (Unesco, 1986). Não há mais detalhes de como essa gestão ocorreria, nem quando, principalmente pela falta de uma norma específica até o momento de escrita do dossiê. Diante dessa ausência de informações, depreende-se que a capital brasileira até o momento de inscrição não contava com um sistema de gestão mais específico. No Brasil, o Iphan já estava em pleno funcionamento, porém sua atuação era voltada para bens já tombados. Em Brasília, essa instituição já geria a Catedral e o Catetinho, arquiteturas já reconhecidas como patrimônio nacional.

No campo da gestão da Cidade Branca, o dossiê identifica o *Tel Aviv's Municipality* como o responsável pelas atividades dentro de sua jurisdição, e o *Municipal Engineering Department's Planning Board* voltado ao planejamento e aos projetos envolvendo a cidade. Além deles, que possuem um caráter mais geral de cuidados com a cidade, foi criado, no início dos anos 2000, o *Conservation Department of the City of Tel Aviv-Yafo* enquanto instituição responsável pela proteção do conjunto urbano (Unesco, 2002b). A gestão do sítio da cidade francesa fica a cargo da Prefeitura de Le Havre e do Serviço Departamental de Arquitetura e do Patrimônio. No dossiê consta que, para a candidatura, foram criados dois comitês de pesquisa e escrita do dossiê: um comitê técnico e um de direção. Após o reconhecimento da cidade, foi organizado o Comitê de Gerenciamento e Monitoramento do Patrimônio Reconstruído (Unesco, 2003b).

Como já visto, um dos pré-requisitos que a Unesco exige é que o bem candidato já tenha algum tipo de proteção no momento de sua proposição à Lista do Patrimônio Mundial. Essa obrigatoriedade tem a ideia de que minimamente já exista alguma proteção. No caso de Brasília, a cidade não possuía um instrumento de salvaguarda, e a gestão, portanto, não se voltava a esse fim. Assim, o dossiê tenta contornar essa situação ao informar que estava em elaboração a legislação. O comitê da Unesco não se convenceu e retornou informando dessa obrigatoriedade. Como consequência, o primeiro decreto foi feito às pressas, porém estando em vigor até hoje. Tel Aviv e Le Havre, por terem vivenciado um

processo de patrimonialização mais longo, desde a década de 1980 até os anos 2000, em que foram discutidas medidas de proteção ao seu patrimônio, não enfrentaram essa discussão internamente.

13) Comparação com outros sítios

Quanto à comparação com outros sítios, este item não foi aplicado para Brasília por ter sido a precursora da candidatura de conjuntos urbanos modernos. Para Tel Aviv, essa comparação apresenta uma diferença substancial em relação a Brasília. No dossiê Tel Aviv, além da comparação com Brasília, foram referenciadas a *Bauhaus*, em Dessau, e Miami Beach, nos Estados Unidos da América. Segundo o dossiê, a *Bauhaus* tem uma ligação com Tel Aviv pela origem comum trazida pelos arquitetos europeus para a cidade israelense, e Miami foi identificada por meio de um paralelo com o *Art Déco*, o desenvolvimento urbano e a relação com a arquitetura local (Unesco, 2002b).

Observando o dossiê de Le Havre, as referências são Chandigarh, Brasília, Dresden e Varsóvia. Quanto às cidades reconstruídas no pós-guerra, a exemplo de Dresden, Varsóvia e outras listadas no dossiê, a comparação é feita da seguinte maneira: “Nenhum dos outros locais reconstruídos poderia reivindicar representar esse grupo patrimonial [...] como Le Havre, pela novidade dos sistemas de planejamento urbano utilizados, a coerência do tecido urbano produzido e a excepcional qualidade da arquitetura (Unesco, 2003b, p. 13, tradução nossa)”¹⁵³. Brasília foi citada como uma capital criada *ex nihilo*, e não há qualquer menção a Tel Aviv. Chandigarh foi apresentada como uma representante das teorias da *Carta de Atenas*. E, por fim, a *Bauhaus* foi referenciada quando comparados o classicismo estrutural e a escala das edificações e ruas de Le Havre (Unesco, 2003b).

A possibilidade de observar essa comparação com outros sítios, a partir do olhar do próprio país candidato, indica uma percepção de como as cidades se inserem no movimento moderno. No dossiê de Tel Aviv, a construção de um paralelo com a *Bauhaus* parece ocorrer de forma distante, no sentido de que ela é reconhecida mais como referência do que uma filiação. E a comparação com Miami implica perceber como estariam presentes múltiplas fontes de influência na arquitetura de Tel Aviv. Le Havre, para a comparação, apoiou-se em cidades modernas e em cidades que passaram pelo processo de reconstrução no pós-guerra, mesmo que optando por arquiteturas existentes antes da

¹⁵³ No original em francês: *Aucun des autres sites reconstruits qui pourrait prétendre représenter ce groupe patrimonial [...] ne cumule, comme Le Havre, la nouveauté des dispositifs urbanistiques employés, la cohérence du tissu urbain produit et la qualité exceptionnelle de l'architecture.*

destruição. Tel Aviv não mencionou Brasília e Le Havre não mencionou Tel Aviv. Isso implica perceber o quanto, de fato, os processos de reconhecimento das três cidades estão dissociados e isolados em seus próprios contextos.

14) Sessão da Unesco na qual o bem foi inscrito

Brasília foi reconhecida como patrimônio na 11ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em dezembro de 1987. A Cidade Branca de Tel Aviv foi inscrita como patrimônio perante a Unesco na 27ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em julho de 2003. E Le Havre foi inscrita como patrimônio perante a Unesco na 29ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em julho de 2005.

15) Responsáveis pela elaboração do dossiê

O dossiê de Brasília foi formalmente assinado por Briane Bicca, coordenadora do GT-Brasília, porém, ao acompanhar as pesquisas do Grupo, depreende-se que o documento corresponde a um compilado dos resultados aos quais os técnicos do GT chegaram ao longo dos anos de pesquisa na década de 1980. No dossiê de Tel Aviv, há uma lista com os responsáveis pela sua escrita: Equipe de Conservação – Departamento de Planejamento da Cidade, Equipe de Planejamento Central da Cidade, Unidade de Planejamento Estratégica, além de outros nomes que são citados no documento. Destaca-se o nome de Nitza Szmuk. Para Le Havre, as ações para a escrita do dossiê partiram da prefeitura local. Assim, um conjunto de atores é citado nos agradecimentos do dossiê, destacando os seguintes: Comitê de Direção, Comitê Técnico, Serviço de Urbanismo e Estudos Prospectivos da Cidade do Havre; Departamento de Sistema de Informação Geográfica Urbana da cidade do Havre, além de parceiros externos e outros nomes. O destaque, no entanto, esteve no trabalho de Joseph Abram, enquanto um dos maiores estudiosos sobre a cidade.

Esse olhar voltado aos dossiês de candidatura evidencia o importante papel das entidades ligadas à salvaguarda e ao reconhecimento de bens patrimoniais, sobretudo destacando as ações da Unesco e do Icomos. Porém, não se pode esquecer a relevante contribuição dos organismos nacionais no que se refere à elaboração desses documentos a serem apresentados no processo de candidatura, e no movimento efetivo de proteção através da legislação e de outros instrumentos protetivos.

4.2 O durante: os documentos da Unesco e do Icomos

O processo de acompanhar o percurso empreendido por um bem até o seu reconhecimento como Patrimônio Mundial implica compreender que diferentes fases compõem esse processo. A principal delas corresponde a um olhar voltado à sua história e seus valores. Outra fase diz respeito à análise sobre os agentes e as instituições que atuam de forma a validar a candidatura. Essa primeira fase foi efetivada no Capítulo 3. A partir de agora, acompanhamos a segunda etapa. E, neste item, torna-se necessário observar as ações da Unesco e do Icomos a partir do momento que a documentação de candidatura adentra o Comitê do Patrimônio Mundial. Até o momento, colocamos uma lupa sobre a documentação primária e sobre a bibliografia de cada cidade. Porém, agora, cabe tirar essa lente de aumento e alcançar o processo associado ao que se encontra dentro dessas instituições e ao trabalho nos arquivos, buscando debater esse ambiente interno de pesquisas. Na verdade, esse é um olhar sobre o processo.

Com o objetivo de esclarecer como foram percorridos os caminhos de reconhecimento de Brasília, Tel Aviv e Le Havre pela sua documentação existente nos arquivos internacionais, há que se debruçar, primeiramente, sobre a própria tarefa de pesquisar em arquivos e lidar com elevado número de documentos em duas instituições que atuam de maneira conjunta. Ao mesmo tempo que esse é um olhar macro com relação à proposta do item, pode ser considerado um olhar micro ao se voltar à vivência de um pesquisador. A construção de textos acadêmicos – mestrados e teses – normalmente apresenta o seu foco em resultados, e não tanto em demonstrar o processo de como obtê-los. Entende-se que, para uma tese focada no campo do patrimônio, em que se tem como intenção colaborar para a preservação de bens modernos, seja fundamental demonstrar o processo. Lidar com a preservação, invariavelmente implica se debruçar sobre documentos e arquivos.

A primeira etapa deste item corresponde, portanto, à discussão do funcionamento das pesquisas nos arquivos da Unesco e do Icomos, e a maneira como isso colabora para o entendimento do processo de patrimonialização. A segunda etapa se volta à análise dos documentos encontrados nesses locais, de forma a compará-los quanto ao que se pode acompanhar até agora para as três cidades em termos de informações extraídas da documentação primária. Entende-se que as limitações de uma abordagem conjunta, no sentido de equilíbrio e igualdade dos materiais estudados, levaram à busca de um eixo similar. Coube aos arquivos das instituições esse papel de denominador comum.

Como parte dessa primeira etapa, interessa entender brevemente a distinção da pesquisa nos arquivos locais e em outras fontes e a pesquisa nos arquivos da Unesco e do Icomos. Neste último caso, há que se perceber que essa documentação, consultada nas instituições, representa um conjunto que é capaz de contar o processo de patrimonialização das três cidades das portas para dentro. Isso significa que, na verdade, esse percurso merece ser dividido em duas fases. Existe um momento anterior à deposição do dossiê de candidatura que conta os antecedentes de como o bem foi estudado, pesquisado e abordado até que se chegue à Unesco. Desse momento em diante, pode ser entendida como uma segunda etapa. Dessa primeira etapa, apenas uma parte do processo pode ser percebida ao observar exclusivamente a documentação que foi entregue às organizações. Primeiramente, pois o guia de diretrizes, que é o documento balizador das candidaturas, determina o modo como o Estado Parte deve apresentar sua documentação. Isso, de antemão, representa alguma limitação quanto ao que é apresentado. Em segundo lugar, destaca-se que o país possui a possibilidade de selecionar o que de anexo será encaminhado.

Identificado esse panorama inicial, é possível se ocupar com essas instituições: a Unesco e o Icomos. O trabalho de pesquisa em arquivos, ainda mais em lugares de ampla relevância para o planeta, exige ações prévias. Basicamente, é fundamental saber o que se deseja pesquisar. Uma infinidade de documentos pode ser consultada de forma on-line, outros, no entanto, aqueles mais importantes e raros, estão disponíveis apenas fisicamente, e há aqueles que nem sequer podem ser buscados. Essas três categorias merecem ser aqui destrinchadas. A Unesco dispõe de uma biblioteca digital, a *Unesco Digital Library*, possibilitando o acesso livre a documentos em variadas línguas. Esse primeiro nível garante uma pesquisa ampla sobre os temas pesquisados, porém, ressalta-se que não é possível consultar escritos antigos de forma on-line. Ainda com relação à pesquisa na rede associada à Unesco, é possível obter informações gerais sobre os bens inscrito na Lista do Patrimônio Mundial por meio do seu site. O Icomos conta com uma plataforma semelhante, o *Icomos Open Archives*.

O site da Unesco guarda grande parte dos dossiês de candidatura, além de informações gerais e documentos fundamentais. É possível consultar uma descrição contendo dados que justificam o Valor Universal Excepcional, bem como os critérios de reconhecimento, valores associados à autenticidade e à integridade e requisitos para a preservação e gestão. Essas informações podem ser verificadas em inglês, francês, árabe, chinês, russo, espanhol, japonês e alemão. Há também mapas,

galerias de imagens, vídeos, dados de indicadores e assistência. Com relação aos documentos, além do dossiê de candidatura há a avaliação do Icomos indicando o seu parecer sobre a inscrição do bem; dados associados a reuniões do Comitê do Patrimônio Mundial; e avaliação sobre o estado de conservação. Estes últimos documentos estão em inglês. É preciso lembrar que os dossiês podem ser encaminhados em inglês ou francês, a depender da opção do país.

Como o foco desta parte é se ater aos documentos encontrados nos arquivos físicos, vamos brevemente apresentar o que consta sobre cada candidatura no site da Unesco. Essa ação se justifica a partir da intenção de demonstrar como os acervos se complementam e o que as diferentes leituras podem trazer de informação útil. De antemão, o que é possível consultar para Brasília, Tel Aviv e Le Havre se apresenta substancialmente diferente. Primeiramente, cabe a percepção da quantidade de documentos sobre Brasília, que está em grande número presente: ao todo são 45 documentos, contra 7 para Tel Aviv e 8 para Le Havre. Com relação a esse número, cabe entender que correspondem a todos os documentos produzidos desde a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial até a atualidade, lembrando que a Unesco possui um trabalho de monitoramento das condições dos bens.

Vamos no ater aos documentos diretamente relacionados às candidaturas (Tabela 2, Tabela 3 e Tabela 4). Desses itens, é preciso diferenciar aqueles que são considerados fundamentais à inscrição do bem na Lista do Patrimônio Mundial: o dossiê de candidatura, a avaliação do órgão consultivo, no caso o Icomos, e o relatório da sessão na qual o bem foi reconhecido. Esses documentos não são exatamente comuns aos três países. Brasília não tem o seu dossiê divulgado de forma on-line, porém conta com a avaliação do Icomos e com os relatórios da sessão na qual foi reconhecida. Entre possíveis leituras para essa ausência, talvez a mais plausível seja a de que parte da proposta contida no documento, com base nas pesquisas do GT-Brasília, não tenha sido efetivamente aceita, sobretudo quanto à ênfase dada às preexistências e à paisagem. Entende-se que a opção pela preservação de algo diferente do que o Grupo propôs foi um movimento político e, em grande parte, voltado a atingir as orientações da Unesco para esse caso específico.

Brasília		
Ano	Nome do arquivo	Tipo do arquivo
1987	Avaliação do órgão consultivo (Icomos)	Avaliação do Icomos
1987	11COM VIIA – Inscrição: Brasília (Brasil)	Decisões

Brasília		
Ano	Nome do arquivo	Tipo do arquivo
1987	Relatório da 11ª Sessão do Comitê	Decisões
2013	Brasília – Mapa da propriedade do Patrimônio Mundial – Esclarecimento / adotado	Mapas

Tabela 2 – Documentação sobre Brasília presente no site da Unesco

Fonte: Elaboração própria.

Tel Aviv		
Ano	Nome do arquivo	Tipo do arquivo
2002	Áreas de Conservação de Tel Aviv	Mapas
2003	Arquivo de indicação (dossiê)	<i>Nomination 1096 (inscribed)</i>
2003	Avaliação do órgão consultivo (Icomos)	Avaliação do Icomos
2003	Relatório da 27ª Sessão do Comitê	Decisões
2003	Decisão 27 COM 8C.23 Cidade Branca de Tel-Aviv – o Movimento Moderno (Israel)	Decisões

Tabela 3 – Documentação sobre Tel Aviv presente no site da Unesco

Fonte: Elaboração própria.

Le Havre		
Ano	Nome do arquivo	Tipo do arquivo
2003	Le Havre, a cidade reconstruída por Auguste Perret: delimitação do bem e de sua zona tampão – escala 1:50	Mapas
2005	Arquivo de indicação (dossiê)	<i>Nomination 1181 (inscribed)</i>
2005	Avaliação do órgão consultivo (Icomos)	Avaliação do Icomos
2005	29COM 8B.38 – Indicações de bens culturais para a Lista do Patrimônio Mundial (Le Havre, a cidade reconstruída por Auguste Perret)	Decisões

Tabela 4 – Documentação sobre Le Havre presente no site da Unesco

Fonte: Elaboração própria.

Outra diferença para a capital brasileira está na ausência de um mapa com a data de 1987, existindo apenas um de 2013, e ainda contendo em sua descrição “esclarecimento”. Não que o perímetro tenha sido alterado, mas há que se destacar que o mapa apresentado no dossiê de candidatura fora aquele desenhado pelo GT-Brasília e diferente da opção escolhida pelo governo para a legislação de salvaguarda. O primeiro mapa oficial que demonstra o perímetro, tal como foi escolhido, consta no Decreto nº 10.829, de 1987. Há que se perceber a simplicidade desse mapa mais atual (Figura 71), apresentando apenas o desenho do Plano Piloto, nem sequer identificando outras áreas e mesmo o Lago Paranoá em sua totalidade.

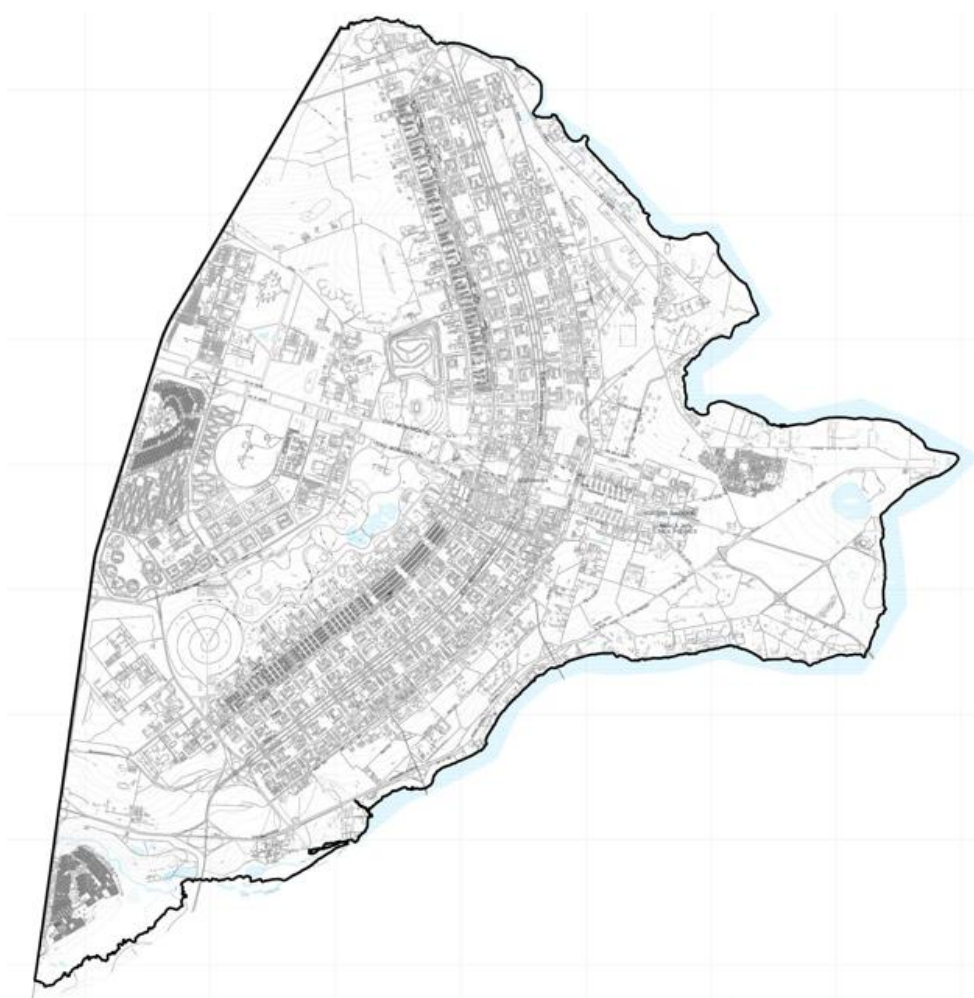


Figura 71 – Mapa com a área de preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – 2013

Fonte: World Heritage Committee (2013).

Por mais que o recorte temporal desta tese não ultrapasse o período de inscrição das cidades, vale a explicação de que, em 2012, o Brasil encaminhou esse mapa, que foi incluído no site da Unesco em 2013, de forma a esclarecer os limites do perímetro, inclusive quanto a números, reportando-se aos 11268.92 ha (World Heritage Committee, 2013). O dossiê de candidatura de Brasília não apresentou esse dado, nem mesmo o decreto que em definitivo delimitou esse perímetro. Ao acompanhar o processo de patrimonialização da capital brasileira, se compreende que ocorreu um caminho um tanto quanto não linear, no sentido da pouca precisão do que se deveria fazer para completar as etapas até o reconhecimento da cidade. Pode-se afirmar que o processo foi descoberto ao mesmo tempo em que era feito. Isso terminou gerando lacunas que foram preenchidas conforme a necessidades das pesquisas e das próprias requisições da Unesco e do Icomos. A dissertação de Jéssica Silva demonstra os meandros dessa ação. Tel Aviv e Le Havre trouxeram mapas contendo o seu entorno imediato, inclusive identificando a zona tampão. O primeiro deles data de 2002, e o segundo de 2003, portanto sendo encaminhados antes do reconhecimento.

Além da avaliação do Icomos, o site da Unesco conta com os documentos das decisões do Comitê do Patrimônio Mundial. Esses são escritos que resumem as informações acerca da inscrição apontando os critérios e, de maneira breve, algumas recomendações. Consta para Brasília: “O Comitê recomendou que fosse adotada uma política de conservação que respeitasse as características da criação urbana de 1956 no Distrito Federal de Brasília” (Unesco, 1988b, p. 4, tradução nossa¹⁵⁴).

Para a Cidade Branca:

Incentiva o Estado Parte a continuar monitorando as tendências de desenvolvimento em Tel Aviv e a melhorar, sempre que possível, o controle das mudanças no tecido existente; recomenda que sejam propostos limites de altura para a propriedade e sua zona de amortecimento; incentiva o Estado Parte a integrar os planos de gerenciamento e conservação a fim de garantir sua eficácia (Unesco, 2003d, s/p, tradução nossa¹⁵⁵).

E para Le Havre:

Recomenda que, levando em conta a valiosa experiência na construção com concreto armado e os sistemas de monitoramento já adotados em Le Havre, esses esforços

¹⁵⁴ No original, em inglês: *The Committee recommended that a conservation policy which respects the characteristics of the urban creation of 1956 be pursued in the federal district of Brasilia.*

¹⁵⁵ No original, em inglês: *Encourages the State Party to continue monitoring development trends in Tel Aviv, and to improve where possible the control of changes in the existing fabric; Recommends that height limits be proposed for the property and its buffer zone; Encourages the State Party to integrate the management and conservation plans in order to guarantee their efficacy.*

sejam continuados de forma sistemática dentro do programa de um centro de pesquisa especializado em concreto; recomenda também que, considerando a necessidade de manter um alto padrão de acabamento, reparo e restauração das estruturas de Le Havre, sejam feitos todos os esforços para facilitar esse processo por meio de fontes eficazes de ajuda financeira (Unesco, 2005b, p. 136, tradução nossa¹⁵⁶).

Observando essas colocações, que funcionam como um resumo do parecer do Icomos, percebe-se um olhar prospectivo e que, de antemão, já indica problemas com os quais o sistema de gestão de cada bem precisaria lidar. No caso de Brasília, a recomendação veio ainda no sentido da preocupação com o seu sistema de proteção, algo que, para a época fazia sentido, uma vez que o seu primeiro instrumento legislativo havia acabado de ser promulgado e ainda não se sabia bem como seria sua aplicação. Após as considerações do Icomos, a delegação brasileira teve que se pronunciar e encaminhar explicações junto ao Decreto nº 10.829, de 1987. Ou seja, houve uma complementação de informações mesmo após o parecer da instituição. A inquietação quanto a Tel Aviv voltava-se mais para um temor de possíveis mudanças, seja no tecido urbano ou ainda nas próprias edificações. Essa descrição para a cidade israelense consta no relatório da sessão da Unesco extraindo parte do parecer do Icomos. Nesse último documento, há outro alerta não mencionado no primeiro:

No momento, a legislação nacional de Israel não permite a listagem do patrimônio recente; portanto, a cidade branca de Tel Aviv é protegida principalmente por meio de legislação de planejamento. O Icomos recomenda que, no futuro, o Estado-Parte considere a possibilidade de fornecer proteção legal também em nível nacional ao patrimônio recente (Icomos, 2003a, p. 61, tradução nossa¹⁵⁷).

Essa preocupação se assemelha, de alguma forma, ao que ocorreu em Brasília. A diferença é que a capital brasileira não possuía qualquer instrumento específico, apenas a Lei Santiago Dantas, que em um único artigo mencionava a negativa a alterações na cidade fruto do projeto de Lucio Costa. Ambos os casos implicaram uma tarefa posterior para ajustes em seus instrumentos legislativos. Porém, isso não é objeto desta tese. Le Havre, observando de forma um tanto quanto subjetiva as considerações apontadas pelo Icomos e pela Unesco, aparenta ser a menos sujeita a “perigos”, cabendo

¹⁵⁶ No original, em inglês: *Recommends that, taking note of the valuable experience in the construction using reinforced concrete and of the monitoring systems already adopted in Le Havre, these efforts be continued in a systematic manner within the programme of a specialised research centre for concrete; Also recommends that, considering the need to maintain a high standard in the workmanship, repair and restoration of the structures of Le Havre, every effort be made to facilitate this process through effective sources of financial aid.*

¹⁵⁷ No original em inglês: *At the moment, the national legislation of Israel does not allow listing of recent heritage; therefore, the White City of Tel Aviv is mainly protected through planning legislation. ICOMOS recommends that in the future, the State Party consider the possibility to provide legal protection also at the national level to recent heritage.*

uma recomendação para o avanço com as pesquisas e monitoramentos com relação ao concreto. Percebe-se que os termos utilizados pelos organismos internacionais são cuidadosos, no sentido da não imposição. Por isso, há o uso de palavras como “recomenda-se” e “encoraja-se”. Isso deixa claro o papel de cada ente, cabendo ao Estado Parte as medidas efetivas, enquanto às organizações a função de apoio e intervenção apenas em casos graves e com risco de perda do patrimônio.

Esse foi um olhar direcionado aos documentos que qualquer pessoa tem acesso por meio do site da Unesco. No entanto, a percepção é de que esse conjunto é limitado em comparação às informações essenciais que podem ser consultadas apenas *in loco*, a segunda categoria. E outro grupo, ao qual não se tem acesso, são os documentos restritos. Estes correspondem aos relatórios elaborados pelos técnicos dos órgãos consultivos, e são pareceres de avaliação das candidaturas. Na prática, o conhecimento da existência dessa documentação vem da percepção de que existe uma lacuna entre o dossiê de candidatura e o parecer do Icomos de indicação do bem à Lista do Patrimônio Mundial. Esse último escrito corresponde a um resumo de todo um trabalho de avaliação por parte dos técnicos. E a confirmação vem do questionamento da autora diretamente aos responsáveis pelos arquivos, reportando que as opiniões dos técnicos se tornam restritas como uma forma de proteção à pessoa. Esses técnicos, que também podem ser chamados de especialistas, devem formar um grupo equilibrado quanto ao gênero, regiões de origem, e ampla gama de habilidades e experiências. Eles são escolhidos a cada ano e de acordo com as especificidades dos bens indicados (Icomos, 2019).

Em termos formais, há um trecho no guia operacional da Unesco que nos ajuda a compreender essa questão: “Informações específicas dirigidas aos membros do Comitê, outros Estados Partes e Organizações Consultivas ficarão disponíveis no website do Centro do Patrimônio Mundial (<https://whc.unesco.org>) com acesso restrito” (Unesco, 2023b, p. 90). Ainda completando essa restrição, a confidencialidade está associada às missões especiais dos especialistas do Icomos em visita aos locais candidatos. O manual de referência *Preparação de Candidaturas para o Patrimônio Mundial* (Unesco Brasil; Iphan, 2013, p. 130) aponta que: “Essa consulta extensiva resulta na preparação de recomendações detalhadas que são submetidas ao Comitê do Patrimônio Mundial em suas reuniões anuais.” Assim, como resultado dessas missões, os especialistas encaminham relatórios quanto aos aspectos práticos do bem de forma confidencial ao Comitê Executivo, “pois a publicidade prematura

pode causar constrangimentos tanto ao Icomos, quanto ao Estado Parte em questão e ao Comitê do Patrimônio Mundial” (Unesco Brasil; Iphan, 2013, p. 130).

O Regulamento interno do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (*Rules of Procedure of the International Council on Monuments and Sites*) expressa a questão da confidencialidade da seguinte forma:

As recomendações e opiniões dos especialistas do Icomos e do Painel do Patrimônio Mundial são confidenciais, e os indivíduos não podem, em sua capacidade independente, interagir com a mídia, com representantes do Estado-Parte ou qualquer outro indivíduo ou organização que possa ou não ter interesse no bem em questão. Oficiais do Icomos e membros do seu Painel do Patrimônio Mundial (incluindo observadores) não podem divulgar as discussões ocorridas no Painel a qualquer pessoa ou organização que não tenha estado presente nas discussões (Icomos, 2019, p. 6, tradução nossa¹⁵⁸).

A informação relevante dessa regra está na compreensão de que uma parte importante do processo de patrimonialização não é revelado à sociedade. Assim, é possível apreender apenas o começo e o fim do percurso, restando questionamentos quanto aos critérios efetivos para a valoração dos bens. O que se tem acesso, ao final dessa avaliação sigilosa, corresponde a um documento do Icomos que é apresentado ao Comitê do Patrimônio Mundial e depois divulgado publicamente. Nesse item, não há assinaturas ou marcas de personalidade. Além disso, depreende-se que se trata de um resumo das discussões internas, uma vez que o documento se mostra conciso e padronizado, ainda mais ao compará-lo para as três cidades. Outra percepção valiosa está no sentido de que o trabalho do Icomos, de maneira geral, corresponde a essa etapa, que pode ser entendida como bastante técnica por realizar a avaliação do bem candidato.

Acompanhando o fluxograma (Figura 72) disponível no guia operacional da Unesco, entende-se que, desde a hora que os documentos encaminhados pelo Estado Parte que detém o bem candidato adentram o Icomos até o endereçamento do Relatório ao Comitê do Patrimônio Mundial, corresponde à etapa de avaliação da candidatura de forma confidencial. Destacam-se, no entanto, duas situações em que o país candidato é acionado a participar desse processo. A primeira delas quando é solicitado algum

¹⁵⁸ No original, em inglês: *The recommendations and opinions of ICOMOS experts and the World Heritage Panel are confidential, and individuals may not in their independent capacity engage with the media, representatives of the State Party or any other individual or organisation that may or may not have an interest in the property concerned. Officials of ICOMOS and members of its World Heritage Panel (including observers) may not disclose the discussions that have taken place in the Panel to any person or organisation that was not present in those discussions.*

esclarecimento, e a segunda para a organização da missão aos locais. Sobre as missões, vale destacar que os *experts*, normalmente, devem ser da região em que o bem está localizado.

Estas missões são concretizadas por especialistas que têm a experiência prática nos domínios da gestão, da conservação e da autenticidade de certos bens. Para escolher estes peritos, o Icomos explora plenamente a sua rede de contatos. Pede o parecer de Comités científicos internacionais e de certos membros destes, nomeadamente daqueles com os quais o Icomos tem acordos de parceria, tais como o Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (IICCIIH), a Federação Internacional dos Arquitetos Paisagistas (IFLA) e a Comissão Internacional para a Documentação e Conservação de Edifícios, Sítios e Conjuntos Urbanos do Movimento Moderno (Docomomo) (Unesco, 2023b, p. 126).

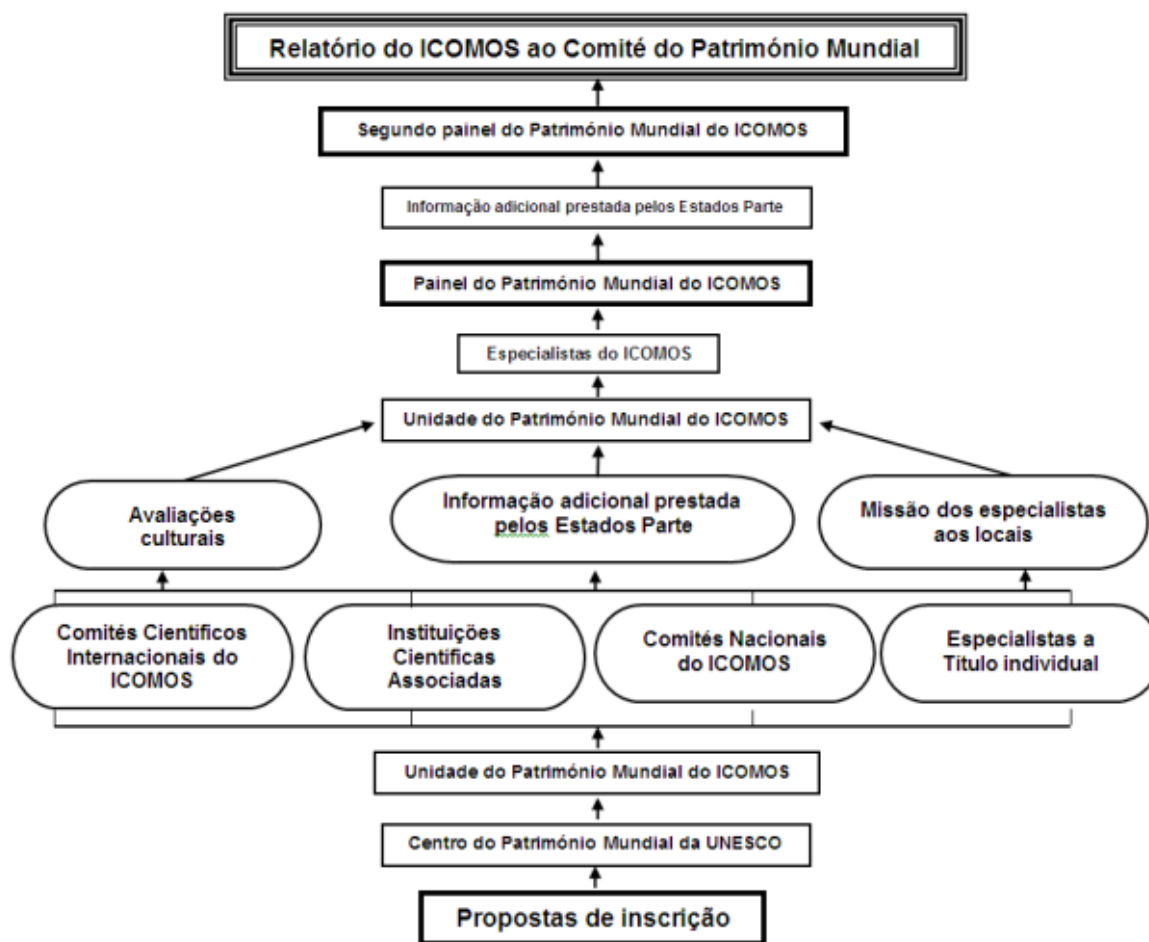


Figura 72 – Fluxograma de etapas para o encaminhamento do Relatório do Icomos ao Comitê do Patrimônio Mundial

Fonte: Unesco (2003b, p.128).

É interessante notar que, nos arquivos locais e nos internacionais, não foram encontradas referências à organização dessas missões, salvo para Le Havre. Nos arquivos da cidade francesa, foi possível encontrar a comunicação oficial estabelecida para a viagem e mesmo os detalhes de como a prefeitura se preparou para receber os especialistas. Essa etapa foi apresentada no capítulo anterior. Aqui cabe a percepção de que, apesar de ser uma etapa obrigatória também para Tel Aviv, não foram identificadas informações sobre as missões. No caso de Brasília, o guia operacional de 1984 não previa essa etapa, o que nos leva a concluir que a cidade se tornou patrimônio sem receber qualquer visita oficial das instituições. Porém, não se pode afirmar que algum especialista da Unesco e do Icomos não tenha visitado a cidade antes. Isso se torna complexo de se comprovar pela razão de não se ter uma lista de nomes de quem estava nessas instituições à época, nem documentos que façam referências a esse tema.

Como não foi possível o acesso aos documentos restritos, ao menos pode-se entender, na teoria, do que se tratam e qual a sua finalidade. Assim, neste momento, passa-se para os documentos disponíveis nos arquivos da Unesco e do Icomos a que se teve acesso. De antemão, é preciso compreender que os itens encontrados se mostram em quantidade menor se comparados com os arquivos de cada país, principalmente para Brasília e Le Havre, a que se teve acesso *in loco*. Supõe-se que, para Tel Aviv, a mesma percepção se aplique. Dois pontos relevantes merecem ser destacados. O primeiro se refere à noção de que o país que guarda o bem é o único responsável pelos documentos de candidatura, portanto, há uma escolha do que se encaminha. E o Comitê do Patrimônio Mundial está interessado em avaliar o dossiê, enquanto objeto principal, portanto, as informações devem estar todas nesse escrito. O segundo aspecto tem relação com a necessária análise conjunta com os demais documentos. Não é possível traçar uma linha histórica sobre o processo de patrimonialização apenas com o que consta nos arquivos internacionais.

Para se construir essa perspectiva interna, é preciso responder a um conjunto de questões que foram surgindo ao longo da tese. O item 1.3 foi inteiramente voltado a pormenorizar o caminho para a candidatura de um bem, contudo, foi baseado nos procedimentos que o percurso deve ter. Na prática, torna-se uma tarefa complexa identificar cada uma das fases e dos itens que os documentos da Unesco e do Icomos apontam como partes necessárias do processo. Entendendo esse percurso com base nos objetos desta pesquisa, tem-se o início da candidatura no momento em que o dossiê chega à sede do

primeiro organismo: “Os dossiês de propostas de inscrição devem ser apresentados em formato de papel A4 e em suporte eletrônico (formato Word e/ou PDF). Um dossiê de proposta de inscrição não será considerado submetido até que a versão impressa seja recebida pelo Secretariado” (Unesco, 2023b, p. 47).

Considerando que os dossiês são entregues em suas versões impressas, vale a atenção a esse material físico. Nos casos de Brasília, Tel Aviv e Le Havre, os documentos estão organizados em caixas. A primeira e a segunda possuem uma caixa apenas, e a terceira, três caixas (Figura 73). Em termos de organização, existe uma diferença entre a Unesco e o Icomos. Na primeira instituição, os documentos estão em caixas idênticas e identificados com códigos. Na segunda, aparentemente, estão organizados tal como o Estado Parte encaminhou, em pastas para Brasília e, para Tel Aviv e para Le Havre, em caixas personalizadas (Figura 74).



Figura 73 – Caixas contendo os arquivos de candidatura de Brasília, Tel Aviv e Le Havre, respectivamente

Fonte: Fotos da autora (2023).



Figura 74 – Caixa contendo arquivos para a candidatura de Le Havre

Fonte: Foto da autora (2023).

Essas caixas de arquivos contêm o que o país que detém o bem encaminhou para a candidatura, assim como correspondências trocadas entre os organismos e os Estados Parte. Assim, neste momento, cabe nos ater ao que foi possível consultar. No interior das caixas, a distribuição de diversas folhas soltas ocorre por meio de pasta e envelopes, alguns com identificação escrita à mão (Figura 75). Percebe-se que não há um padrão e que as caixas apresentam pastas diferentes. Por exemplo, Le Havre possui uma pasta com as correspondências, Brasília possui correspondências que estão mais soltas em uma pasta contendo diversos documentos. Essa interpretação vale para os dois arquivos consultados.

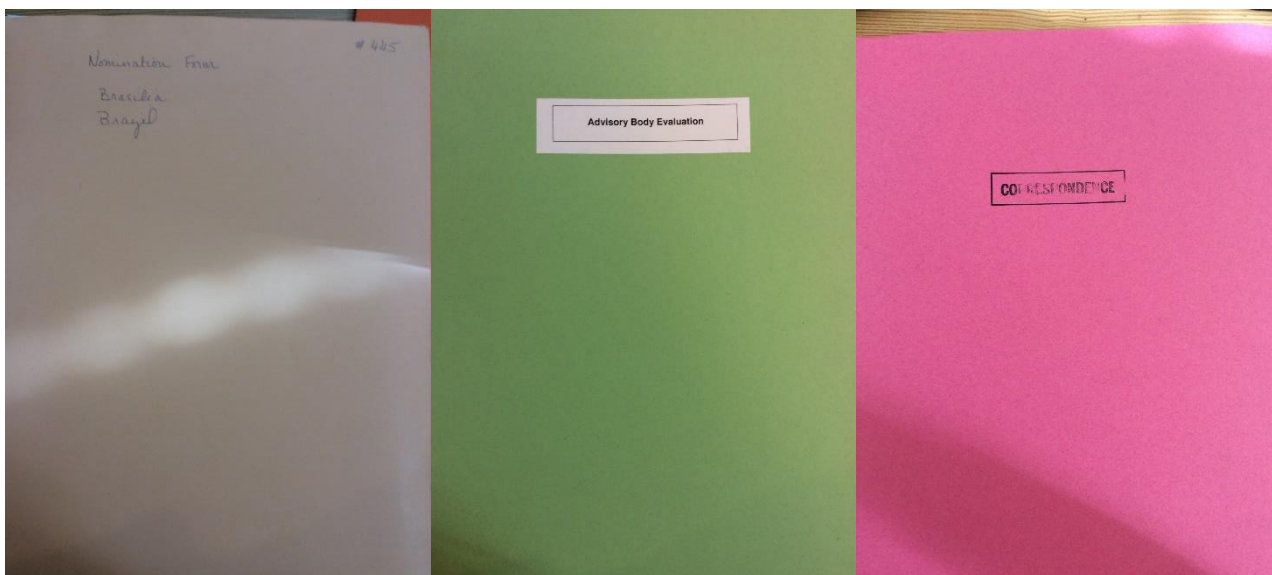


Figura 75 – Capas das pastas com a divisão de documentos de Brasília, Tel Aviv e Le Havre, respectivamente. O primeiro contém o formulário de candidatura, o segundo a avaliação do Conselho Consultivo e o terceiro, correspondências

Fonte: Fotos da autora (2023).

A percepção é de uma tarefa de unir peças de um quebra-cabeça para a compreensão. Disso decorreu a necessidade de sistematização para compor a análise. Como esta tese não busca uma abordagem arquivística, essa informação funciona apenas para o entendimento do processo de pesquisa em fontes primárias. Brasília e Tel Aviv encaminharam a sua documentação de forma mais simples, em pastas. Com relação a isso, vale a ênfase de que, ao longo dos anos, os processos de candidaturas vêm sendo aprimorados e cada vez mais se tornando algo especializado e atento às demandas do momento. A candidatura de Le Havre pode ser vista como um reflexo disso, ao ter apresentado algo mais organizado, em termos do material físico entregue. Inclusive transformando o seu dossiê em um material em capa dura, como um livro impresso. Outro aspecto que merece o destaque é que a França, enquanto uma das nações com maior número de representantes inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, já sabia bem como funcionava o processo e como deveria apresentar seu candidato para que aumentassem as chances de sua inscrição. Contudo, vale ressaltar que, apesar dessa suposta tentativa de “impressionar”, ou simplesmente de encaminhar um material organizado, o guia operacional da Unesco enfatiza que “Os dossiês das propostas de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial são avaliados pelo conteúdo e não pela aparência do dossiê ou pela quantidade de anexos” (Unesco, 2023b, p. 44).

Compreendendo essa etapa do material físico, foram encontrados inventários com os documentos encaminhados por Tel Aviv e Le Havre, informando a existência de três cópias de todos os documentos. Isso confirma que a Unesco e o Icomos receberam os mesmos itens para análise. Segundo o guia de diretrizes (Unesco, 2023b), são necessários dois exemplares idênticos para o envio da candidatura, salvo para a inscrição de bens mistos e de paisagens que esse número passa para três. Neste último caso, os dossiês são encaminhados à Unesco, ao Icomos e ao IUCN. Para Tel Aviv e para Le Havre, depreende-se que foi uma opção dos Estados parte a apresentação de mais uma cópia de seu dossiê. Porém, não foi possível identificar se a documentação se encontra duplicada em alguma das instituições ou se foi enviada para outro lugar, com o objetivo de expandir a consulta.

Para finalizar essa parte do formato de remessa da candidatura, há que se destacar que existe alguma diferença no que se pode encontrar da sede da Unesco em relação ao Icomos. Neste último organismo, foram identificados mais itens para Brasília e para Tel Aviv; no caso de Le Havre, os documentos são praticamente os mesmos. Algumas colocações merecem ser apresentadas com relação a isso. A primeira delas é que, ao questionar os responsáveis quanto a essas diferenças, a resposta recebida foi a de que os documentos seriam iguais. Essa informação nos leva à hipótese de que, sim, os documentos encaminhados pelos países foram os mesmos e, no decorrer do processo de candidatura, outros itens foram adicionados. Nesse caso, levanta-se a questão de que teria sido o próprio país a encaminhar complementos, ou os próprios especialistas do Icomos os teriam incluído nas caixas?

Os inventários (Tabela 5 e Tabela 6) de todos os itens que foram encaminhados pelos Estados Partes para Tel Aviv e para Le Havre nos ajudam a responder a essa questão, sendo verdadeiras as duas afirmações. Existe a certeza de que o conjunto de documentos não ficou parado no tempo, significando que foram acrescentados itens para os processos das três cidades. Isso indica que os Estados Parte e as próprias instituições adicionam escritos que consideram relevantes. Ainda mais ao se considerar que o monitoramento dos bens é algo rotineiro e imprescindível para garantir sua salvaguarda.

Para Brasília, essa conferência do que efetivamente foi encaminhado pelo Brasil se torna complexa, uma vez que não foi encontrado um inventário oficial do que foi entregue. O que foi possível encontrar foram dois índices de conteúdo, escritos em francês, com o título “*Table des matières*”

(Tabela 7 e Tabela 8). Sobre a presença desses dois sumários, duas hipóteses podem ser levantadas – a primeira delas é que se complementam, por serem suficientemente diferentes, apresentando apenas um título similar, correspondendo à documentação fotográfica. A segunda opção seria de que o segundo sumário poderia corresponder ao item 08 “Bibliografia sobre Brasília e Arquitetura Moderna” da Tabela 7.

<i>Item</i>
01 Texto de candidatura
02 Apêndices Parte I: 1. Plano de conservação com respectivo mapa; 2. Diretrizes para o plano de conservação; 3. TMM5 – Plano Diretor Regional com respectivo mapa; 4. Diretrizes para arquivamento de documentação; 5. Registro de construção computadorizado; 6. Lista de Planos recomendados; 7. Mapa de zonas propostas para a candidatura incluindo zonas tampão
03 Apêndices Parte II: 8. Listagem pelo <i>World Monument Watch</i> ; 9. Registro do Docomomo, cópia do capítulo sobre Israel e Tel Aviv; 10. Texto: <i>Patrick Geddes (1854-1932) and the Plan of Tel Aviv</i> ; 11. Recortes de Jornal
04 Planta do local
05 Pôster: The White City of Tel Aviv
06 Livro: <i>The Spatial Development of Early Tel Aviv</i> (entregue ao Icomos em 25/4/2002)
07 Livro: <i>Tel Aviv Modern Architecture 1930-1939</i> (entregue ao Icomos em 25/4/2002)
08 Livro: <i>White City, International Style Architecture in Israel: A Portrait of an Era</i> (Doado ao Icomos em 25/4/2002)
09 Livro em hebraico (entregue ao Icomos em 25/4/2002)
10 Vídeo: <i>Air, Light & Utopia</i> (entregue ao Icomos em 25/4/2002)
11 Vídeo: <i>Air, Light & Utopia</i> , Parte 3 (entregue ao Icomos em 25/4/2002)
12 Informações suplementares recebidas em mãos em 12/4/2002 – 20 <i>slides</i> e formulário de autorização de fotos
13 Informações suplementares recebidas em mãos em 16/10/2002 – Livro contendo mapa-chave da área da indicação
14 Mapa mostrando pequenos ajustes nos limites
15 Informações detalhadas revisadas sobre o número de edifícios por tipo
16 Material adicional sobre diretrizes e regulamentos de gerenciamento

Tabela 5 – Inventário com lista de documentos encaminhados para Tel Aviv

Fonte: Elaboração própria, com base em Unesco (2003c).

<i>Item</i>
01 Texto de candidatura
02 Bibliografia adicional
03 Livro: <i>Les frères Perret</i>

04 Livro: <i>Encyclopedie Perret</i>
05 Livro: <i>Le Havre 1900-2000, un siècle de vie</i>
06 Livro: <i>Le Havre, 1940-1944, Tome 1 et Tome 2</i>
07 Livro: <i>Les Bâtisseurs, Falbum de la reconstruction du Havre</i>
08 Livro: <i>Le Havre, Volonté et Modernité</i>
09 Vídeo cassete de um filme sobre a reconstrução de Le Havre
10 20 <i>slides</i> de Le Havre com direitos autorais da Unesco
11 Reprodução em formato A3 dos 25 mapas do arquivo
12 ZPPAUP de Le Havre
13 PLU (Plano Local de Urbanismo) de Le Havre, zona UAa
14 Livro: <i>Ville du Havre, Atlas 2002, Le Havre et sa region</i>
15 Livro: <i>Le Havre, Auguste Perret, le centre reconstruit</i>
16 Livro: <i>Le Havre ville, port et agglomeration</i>
17 Livro: <i>Le Havre, Auguste Perret e a reconstrução</i>
18 CD-ROM (Informações suplementares recebidas em 30/1/2004

Tabela 6 – Inventário com lista de documentos encaminhados para Le Havre

Fonte: Elaboração própria, com base em Unesco (2005a).

Item
01 Formulário de Proposição de Inscrição
02 Anexo 1 – Mapas e Planos
03 Anexo 2 – Documentação fotográfica
04 Anexo 3 – Referências bibliográficas dos trabalhos do GT-Brasília
05 Anexo 4 – Declaração de Cooperação mútua para a Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Brasília
06 Textos do GT-Brasília: <i>A memória de Brasília; A preservação dos espaços urbanos: referência teórica para o caso de Brasília; Brasília como Patrimônio Cultural; A preservação do espaço de Brasília: diretrizes para a sua Área de Interesse Especial; e Um estudo para a preservação da paisagem natural.</i>
07 Texto: <i>Síntese dos Trabalhos GT-Brasília</i> maio de 1986 (texto em português)
08 “Bibliografia sobre Brasília e Arquitetura Moderna”
09 <i>SPHAN pró-memória</i> 22 (texto em português)
10 Catálogo da exposição: Brasília, Trilha Moderna (texto em português e inglês)
11 Revista: “Summarios – Brasília, passado, presente, futuro” (texto em espanhol)
12 “Guia oficial de Brasília” (texto em português)
13 “Série: Patrimônio Cultural – Documentos: Pedra Fundamental do Distrito Federal” (texto em português)
14 “Série: Patrimônio Cultural – Documento 1 – Candango” (texto em português)
15 “Catetinho – Palácio de Tábuas” (texto em português)

Tabela 7 – Índice de conteúdo entregues pelo Brasil para a Unesco

Fonte: *Elaboração própria, com base em Unesco (1987a).*

<i>Item</i>
I – Plano Piloto de Lucio Costa para Brasília, 1957 – Desenhos de Oscar Niemeyer para os edifícios de Brasília, 1957/1960
II – Considerações sobre o Plano Piloto de Brasília – Lucio Costa, arquiteto autor do Plano Piloto de Brasília
III – “Brasília 57-85” – Análise comparativa do Plano de 1957 e de Brasília 1985, coordenada por Lucio Costa
IV – Documentação fotográfica
V – Informações complementares em vista de uma análise urbana de Brasília – Silva Telles
Anexo – “Brasília”, pelo Governador do Distrito Federal, 1986

Tabela 8 – Índice de conteúdos entregues pelo Brasil para a Unesco

Fonte: *Elaboração própria, com base em Unesco (1987b).*

Em um panorama geral acerca do que foi possível encontrar nas sedes em Paris, algo que primeiramente chama a atenção é a quantidade de material encaminhado pela delegação francesa para Le Havre. A diferença com relação às outras cidades está na quantidade de livros, sendo ao todo dez. Para Brasília e Tel Aviv, não foram apresentados livros, apenas revistas. Isso no que se refere aos arquivos da Unesco. No Icomos, para Brasília foram encaminhados dois livros e para Tel Aviv, três livros. Tanto os livros quanto as revistas e outros panfletos encontrados representam material adicional, e não obrigatório.

Mais um detalhe relevante sobre esse conteúdo supostamente apresentado pela delegação brasileira é que, tanto na Unesco quanto no Icomos, nem todos esses documentos listados foram encontrados. Nesse caso, a primeira tabela corresponderia à mais precisa, por se verificar a ausência de apenas um item, o 06 Textos do GT-Brasília: *A memória de Brasília; A preservação dos espaços urbanos: referência teórica para o caso de Brasília; Brasília como Patrimônio Cultural; A preservação do espaço de Brasília: diretrizes para a sua Área de Interesse Especial; e Um estudo para a preservação da paisagem natural.* Isso para o Icomos, pois o arquivo da Unesco, aparentemente, encontra-se mais limitado. Outra conjectura que é possível ser posta aqui é a de que o Brasil encaminhou apenas um conjunto de documentos e que a sua totalidade foi encaminhada ao Icomos para a sua avaliação, restando na primeira instituição apenas cópias de alguns itens. E, como anos se passaram desde 1987, não se sabe o quanto os arquivos se movimentaram entre eles, ou até mesmo a supressão de partes, pelos variados motivos que não cabem aqui a sugestão.

Trabalhar com essa documentação primária e que foi recebida em diferentes épocas, considerando as três candidaturas, significou se deparar com uma série de lacunas, não apenas em termos de conteúdo e questões a serem respondidas, mas também em termos materiais. É oportuno sublinhar que não foi possível uma investigação aprofundada acerca dos motivos para essa situação encontrada nos arquivos. Primeiramente, porque o foco da pesquisa não é o aprofundamento no sistema de gestão das instituições e, segundo, pela impossibilidade de um diálogo maior com os técnicos responsáveis pelos arquivos. Nesse caso a consulta se tornou algo solo.

Entendidos os aspectos mais gerais sobre o funcionamento da pesquisa nos arquivos e uma análise do material físico que foi entregue, passa-se a observar o que esses documentos permitem compreender acerca do processo de patrimonialização dos três conjuntos urbanos. O dossiê foi recebido no Centro do Patrimônio Mundial pelo Secretariado, cabendo a ele a guarda de toda a documentação, inclusive os anexos e o encaminhamento do dossiê ao Icomos para a sua avaliação. Ao Secretariado coube ainda o papel de comunicação com os Estados parte, seja para obter informações que porventura estejam faltando ou mesmo para comunicar o andamento de alguma etapa. Como etapa do registro da candidatura de Tel Aviv, rememora-se uma carta citada no item 3.2 indicando que o dossiê foi submetido (Israel National Commission for Unesco, 2002a). Esse documento consta nos arquivos da Unesco. E quando efetivamente o bem foi aceito para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, existiu uma correspondência oficial informando às autoridades locais disso, de 30 de julho de 2003, de Francesco Bandarin, diretor da Unesco, endereçada ao embaixador de Israel perante o organismo (World Heritage Centre, 2003b).

No caso francês, também constam nos arquivos correspondências similares indicando que a candidatura foi encaminhada, e depois que o bem se tornou Patrimônio Mundial. A primeira se refere ao dia 26 de março de 2004, de Francesco Bandarin ao embaixador francês junto à Unesco (World Heritage Centre, 2003a), e a segunda é uma carta de 13 de setembro de 2005, também de Bandarin ao embaixador. Para Brasília, esses itens não foram encontrados nos arquivos internacionais. Essa parte, no entanto, está presente em documentos locais (World Heritage Centre, 2004a). Apesar de esses documentos em especial representarem o começo e o fim do processo, é preciso ver como relevante a transmissão dos dossiês do Secretariado para o Icomos, de forma que a avaliação dos especialistas ocorra. Uma correspondência de 16 de março de 2004, de Peter Stott (responsável pelo registro e

documentação) direcionada à Regina Durighello (diretora do Programa do Patrimônio Mundial do Icomos) apresenta os bens a serem avaliados:

Após a reunião entre o Centro [do Patrimônio Mundial], o Icomos e a IUCN, realizada em 8 e 9 de março de 2004, estamos lhe enviando hoje 38 indicações a serem avaliadas pelo Icomos para a 29ª sessão do Comitê (2005). Cada uma das propostas de inscrição foi inventariada, e um disquete com o formulário de inventário de cada uma delas também está anexado (World Heritage Centre, 2004b s/p, tradução nossa¹⁵⁹).

Essa passagem se refere ao grupo ao qual Le Havre fez parte para a avaliação. Para Tel Aviv e para Brasília, não foram encontrados documentos similares. Contudo, esse item que foi possível encontrar demonstra que, formalmente, há o envio para o Icomos por meio de uma correspondência. Ao menos para as candidaturas mais recentes. Isso implica perceber o quanto o sistema de arquivos deixa lacunas, se existe esse escrito referente aos inscritos a serem avaliados no ano de 2005, por que não haveria o mesmo documento para o ano de 2003? A explicação pode estar no sistema de gestão dos arquivos. Na década de 1980, quando Brasília foi inscrita, entende-se as dificuldades voltadas à comunicação e gestão dos materiais físicos e a ausência de meios digitais, porém, nos anos 2000, boa parte desse problema deveria ter sido sanada.

De forma analítica, considerando o escopo desse item, os documentos que mais colaboram para a compreensão do processo de patrimonialização são as correspondências oficiais trocadas entre os organismos e o Estado Parte. Elas permitem a construção de uma linha do tempo e o entendimento dos problemas enfrentados nas candidaturas. De início, importa reiterar que existem documentos diferentes na Unesco e no Icomos. Para Brasília, a primeira guarda quatro itens, e a segunda nenhum. Para Tel Aviv, o material é similar. No caso de Le Havre, há uma particularidade: o Icomos guarda um conjunto de documentos sobre um assunto específico que não pôde ser identificado na Unesco. Isso se refere à questão envolvendo uma sugestão de troca de nome da Rue Jules Masurier para Rue de l'Unesco. Jules Masurier foi um traficante de escravos, e fez parte de um passado em que Le Havre foi um porto negreiro. Em razão dessa situação, a Delegação permanente da França junto à entidade encaminhou um correio ao diretor-geral com o pedido de alteração do nome, diante da consideração de que seria “chocante” que um Patrimônio Mundial contenha tal referência. O resultado desse

¹⁵⁹ No original, em inglês: *Following the meeting between the Centre and Icomos and IUCN on 8-9 March 2004, we are transmitting to you today 38 nominations to be evaluated by Icomos for the 29th session of the Committee (2005). Each of the nominations has been inventoried, and a diskette with the inventory form for each is also attached.*

imbróglio foi que a rua permaneceu com o nome de origem, apesar de não ter sido encontrado um documento contendo a decisão do organismo internacional. Essa articulação envolvendo a busca por construir uma visão positiva do bem a ser inscrito demonstra o quanto o processo de patrimonialização se mostra uma ação política.

Indo além de questões humanitárias, o destaque está na ausência da documentação referente a esse assunto na sede da Unesco. Há que se perceber, com isso, que esse evento pode ser considerado de identificação mais restrita. A justificativa para isso está no conhecimento, ou desconhecimento talvez, do papel do Icomos nas decisões sobre o Patrimônio Mundial. Por ser um órgão consultivo e parte de um processo interno das candidaturas, existe a chance de incompreensão do grande público quanto à existência de um arquivo contendo dados relevantes. Ainda é preciso sublinhar que sua sede está localizada fora do centro de Paris, na Comuna de Charenton-Le-Pont, enquanto a sede da Unesco está na região central, bem próxima à Torre Eiffel. Essas sutilezas talvez possam significar o desejo por apresentar ao público certos documentos em detrimento de outros. Como foi mencionado anteriormente, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios guarda um acervo maior.

Mais algumas percepções sobre as correspondências envolvendo os três países merecem ser destacadas. A distância temporal entre a primeira e as duas últimas implica um avanço nas possibilidades de comunicação, principalmente pelo envio eletrônico de documentos. Isso determina o nível de leitura que o processo de patrimonialização ganha a partir do que se pode consultar. Há ainda a distância geográfica, no caso do encaminhamento do material físico, etapa obrigatória para a candidatura. Diante disso, como o foco são essas correspondências, a análise nesse momento recai sobre Tel Aviv e Le Havre. Os únicos quatro itens de Brasília se referem ao envio de material complementar, no caso, o Decreto nº 10.829 (Distrito Federal, 1987), conforme exigência da entidade para que houvesse o reconhecimento.

Referente às correspondências das duas últimas cidades, nota-se que estas se reportam, principalmente, ao encaminhamento de material suplementar. Como visto no Capítulo 3, as candidaturas devem estar completas para dar início ao processo de avaliação. E, para Tel Aviv, foi solicitado o encaminhamento de *slides*, porém, dentro dos arquivos da Unesco não foi encontrada a correspondência solicitando esse item, apenas a resposta. Essa informação, no entanto, está disponível somente no Icomos. Outra situação de difícil leitura se refere ao encaminhamento de mais um material

complementar, em outubro de 2002. Desta vez, não é possível afirmar se foi uma solicitação do Comitê do Patrimônio Mundial ou se foi por intenção de Israel. Esse suposto material não foi encontrado.

Agora, outro documento sobre Israel merece destaque. Trata-se de uma carta, de 1º de junho de 2003, de Michael Turner (presidente do Comitê de Patrimônio de Israel) para Francesco Bandarin (diretor do Centro do Patrimônio Mundial), em que trata o seguinte:

Em resposta à sua nota de 23 de maio de 2003 sobre as avaliações das propostas de inscrição que estão sendo examinadas na 27ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, consultamos o WH/INF 8A gostaríamos de saudar a recomendação de inscrição da Cidade Branca de Tel Aviv na Lista do Patrimônio Mundial. Além disso, gostaríamos de fornecer ao Comitê um material explicativo sobre as recomendações do Icomos para o futuro (Israel World Heritage Committee, 2003, s/p, tradução nossa¹⁶⁰).

O dado relevante desse documento está na data que ele foi encaminhado, em junho de 2003, sendo que Tel Aviv foi reconhecida na 27ª sessão da Unesco, que ocorreu entre 30 de junho e 5 de julho de 2003, em Paris. E a avaliação do Icomos sobre a inscrição do bem é de março desse mesmo ano. Desse modo, a conclusão é de que o Estado Parte tem acesso a essa avaliação do órgão consultivo antes mesmo de ocorrer a valoração do Comitê do Patrimônio Mundial. A nota à qual esse trecho se refere não foi encontrada, não sendo possível aferir a qual tipo de informação Israel teve acesso antes da decisão. Apenas se sabe que, segundo o *Guia de Diretrizes Operacionais*:

As Organizações Consultivas são instadas a transmitir aos Estados Parte, com cópia ao Centro do Patrimônio Mundial para distribuição ao Presidente do Comitê do Patrimônio Mundial, até ao dia 31 de janeiro do Ano 2, um breve relatório intercalar indicando o ponto de situação das avaliações e quaisquer questões com elas relacionadas, bem como eventuais pedidos de informações adicionais, numa das duas línguas de trabalho da Convenção (Unesco, 2023b, p. 59).

Esse documento está disponível apenas nos arquivos da Unesco. Com relação a Le Havre, além da documentação mencionada anteriormente sobre a troca do nome de uma rua, a discussão que é possível acompanhar por meio das correspondências presentes nas duas organizações se refere à sugestão para alteração do perímetro. Esse assunto foi abordado no capítulo anterior, cabendo ressaltar aqui que mais uma vez os arquivos das duas entidades são complementares, no sentido da construção

¹⁶⁰ No original, em inglês: *Further to your note of 23 May 2003 regarding the evaluations of nominations being examined by 27th session of the World Heritage Committee, we have consulted the WH/INF 8A and would like to welcome the recommendation of the inscription of The White City of Tel Aviv to the World Heritage List. In addition, we wish to provide the Committee with explanatory material with regard to the ICOMOS recommendations for the future.*

de uma informação completa. Outro tema que é abordado em uma correspondência, desta vez um e-mail, refere-se à informação de que em breve Le Havre receberia a visita dos especialistas para analisar a “qualidade” do sítio. Por meio dos arquivos internacionais, não se tem mais detalhes sobre essa viagem sendo, no entanto, possível acompanhar a preparação e particularidades dos acontecimentos por meio dos arquivos da própria cidade.

Uma última leitura que merece ser aqui destacada se volta à alteração do nome dado à candidatura de Tel Aviv. Brasília desde o início foi identificada apenas com o nome da cidade, sem algum subtítulo ou especificação. No caso de Le Havre, a alteração verificada pode ser considerada bastante sutil. A documentação primária identifica “*Le Havre, the City Rebuilt by Auguste Perret*” (Le Havre, a Cidade Reconstruída por Auguste Perret). Essa escolha denota o quão importante se tornou para a candidatura a ênfase no fato da cidade ter sido reconstruída e com base no projeto de Auguste Perret. A relação com uma filiação à arquitetura moderna aparece no interior do dossiê.

Para Tel Aviv, existiu uma carta de Michael Turner, em 1º de junho de 2003, endereçada à Francesco Bandarin que, entre outros assuntos, solicita a adição de um subtítulo para a candidatura. E em um e-mail de Peter Stott, do Secretariado da Unesco a Regina Duriguello e Gwenaelle Bourdin, do Icomos em 17 de junho de 2003, informa-se sobre esse pedido para a mudança de nome para “*The White City of Tel Aviv – the Modern Movement*” (A Cidade Branca de Tel Aviv – o Movimento Moderno). Antes era apenas “*The White City of Tel Aviv*” (A Cidade Branca de Tel Aviv), como consta no dossiê. Contudo, em parte das correspondências, antes dessa solicitação de alteração, a referência era a “*The Bauhaus buildings of Tel Aviv – The White City*” (Os edifícios da *Bauhaus* em Tel Aviv – A Cidade Branca).

Apesar de os nomes serem parecidos, percebe-se uma ampliação na abrangência da proposta, quando antes se mencionava a *Bauhaus* e se passa a identificar no lugar o Movimento Moderno. Mesmo com a ausência de documentos com justificativas, pode-se levantar uma hipótese. O mapa apresentado para a candidatura identifica as edificações em três grupos: *International Style*, eclético e especial, como visto anteriormente. Não há referências à *Bauhaus*. Percebe-se alguma incongruência nessa informação. Talvez por isso a solicitação para a inclusão do termo Movimento Moderno, sendo entendido em um amplo significado de abrigar diferentes modernidades. De fato, a alteração foi aceita, apesar da ausência de alguma documentação que comprove essa ação.

O trabalho de observar o processo de patrimonialização por meio da documentação primária encontrada nos arquivos da Unesco e do Icomos incluiu a percepção inicial de que não seria possível resgatar a história do percurso empreendido pelas três cidades até o título de Patrimônio Mundial. A quantidade de documentos encontrada, de início, já demonstrava que existiam lacunas que deveriam ser preenchidas por outras fontes. A conclusão sobre esse aspecto vem no sentido de entender que se trata da parcela final do processo e que o que se encontra ali foi selecionado pelo país para encaminhar e, das portas para dentro, o que as instituições internacionais compreendiam ser relevante a guarda. Soma-se a isso um conjunto de itens a que não se tem acesso pelo sigilo, o que significa que uma parte do processo tem sua leitura prejudicada.

Mesmo diante desses limites impostos pela pesquisa com a documentação primária, foi possível extrair informações relevantes não somente sobre o percurso empreendido por cada cidade, mas também sobre o trabalho interno da Unesco e do Icomos, observando como ocorre a sua comunicação e gestão internas. O fato de não se ter encontrado o que se esperava nos arquivos implica apreender que apenas o que foi considerado relevante pelo Estado Parte e pelas instituições foi guardado. Entende-se ainda que há mais valor nos resultados do que no processo em si. O próximo item é destinado à discussão de alguns aspectos que se destacaram ao longo da tese e que merecem ser debatidos de forma conjunta.

4.3 Além do que se pode ler e ver

Esta última parte da tese antes das considerações finais possui o objetivo de tecer uma comparação acerca de alguns elementos que se destacaram ao longo dos capítulos. A ênfase recai sobre algumas informações que foram surgindo como relevantes para ao menos um dos processos de patrimonialização que estão aqui sendo analisados. Com isso, a intenção é comparar as três cidades com base nesses elementos que se sobressaíram em outros capítulos e que merecem ser discutidos de forma conjunta. Assim, este item não nasceu com a proposta inicial da tese, mas, antes, ele foi se construindo no decorrer das pesquisas e da escrita. O intuito é de se debruçar sobre aquilo que não se destaca como óbvio em um primeiro momento, mas que se torna relevante para a tessitura da análise. Algo que excede as leituras sistematizadas sobre os diversos escritos e as bibliografias consultadas.

Desde o início da construção desta tese, evidenciou-se que, para entender o processo de patrimonialização de Brasília, Tel Aviv e Le Havre, seria imperativo retornar ao percurso construtivo das três cidades. Eles nos contam sobre as características que, por meio de seus projetos e das intenções de seus autores, tornaram posteriormente dignas de reconhecimento pela humanidade. De forma ampla, as três foram inscritas na Lista do Patrimônio Mundial, não só por serem representantes da arquitetura moderna, mas sobretudo por terem projetos excepcionais de arquitetos e urbanistas que imprimiram um novo modo de vida associado a uma estética inovadora para a época. Claramente os nomes de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, Patrick Geddes e Auguste Perret trouxeram um peso para as decisões de salvaguarda.

Entende-se que o que é reconhecido internacionalmente são as cidades, ou seja, um patrimônio material. Contudo, cabe a percepção de se reconhecer também as ideias e os projetos que estão implícitos e explícitos, respectivamente, em cada uma delas. Apesar de ser um autor que escreveu sobre Brasília, vale citar o argumento de José Pessôa (2016), ao incluir o raciocínio do tombamento de uma ideia, no caso da capital brasileira. Há que se concordar com essa visão para as três cidades, diante da percepção de que desde o início da construção das candidaturas, os projetistas e seus conceitos planejados para os conjuntos urbanos estavam presentes e assim permaneceram ao serem validados pela Unesco. Os próprios dossiês conferem ênfase aos seus nomes.

Outro reforço a essa ideia está na constatação de que, por exemplo, para a Cidade Branca de Tel Aviv, poucos detalhes foram de fato apresentados no projeto de Patrick Geddes, tanto que os

escritos o referenciam como um plano, e não como um projeto. Em um nível de detalhe maior está o que foi desenhado por Auguste Perret para Le Havre. Existiu algum direcionamento em termos projetuais, chegando a alguns dados específicos para as habitações sem, no entanto, se aprofundar em outros trechos urbanos. Nesses dois casos, os urbanistas não puderam ver suas obras completas. Quanto a Brasília, a diferença está em apresentar um projeto com maior nível de descrição de suas partes e a possibilidade que Lucio Costa e Oscar Niemeyer tiveram de acompanhar suas obras serem construídas. Por ter se tratado de um concurso de projetos, o resultado entregue haveria de ser algo mais “concreto” e “pronto” para a construção.

Com essa comparação sobre as situações e conseqüências que desencadearam os projetos, não se pretende a sobreposição de um em relação ao outro, no sentido de uma valoração, mas antes destacar como os desenhos das cidades e o modo como elas foram erguidas se tornaram itens relevantes no momento de consagração. Atrelado a isso há a noção de que existe uma escolha quanto à forma como a história construtiva é contada no contexto da candidatura. Nos três casos, a percepção é por uma ênfase sobre alguns aspectos em detrimento de outros. Mais do que destacar características de projeto e construtivas, buscou-se demonstrar como a arquitetura moderna teve o papel de transformar o contexto urbano promovendo um novo modelo de vida mais promissor.

Trata-se de um modo de contar a história, apoiando-se em “bons momentos” e buscando ofuscar aquilo que não seria, de alguma forma, bem-visto. Indiscutivelmente essa percepção se aplica aos processos de patrimonialização aqui analisados. Brasília teve parte de seu processo oculto quanto à retirada de parte da população que ajudou a construir a capital, sendo expulsa de seu centro para quilômetros de distância. Como foi destacado no Capítulo 3, o GT-Brasília até tentou resgatar essa parte da história lançando luz sobre arquiteturas além do Plano Piloto, porém o resultado foi a seleção apenas do fruto do projeto de Lucio Costa. Ainda merece a lembrança de que o dossiê da capital não está disponível no site da Unesco, o que dificulta que o grande público perceba essa situação. Le Havre possui uma história similar, também associada à população. Nesse caso, o processo de candidatura à Lista do Patrimônio Mundial não coopera para o entendimento de que a população esteve afastada das escolhas para a cidade que se reerguia e sendo obrigada a habitar outras partes do tecido urbano que não aquelas ocupadas antes da destruição.

Esse é um olhar atual sobre algo do passado, cabendo o devido cuidado ao “julgar” o modo como as candidaturas foram propostas e apresentadas. A similaridade entre Brasília e Le Havre, quanto a esse aspecto, está na escolha por direcionar o foco para o resultado do processo construtivo, culminando em conjuntos urbanos modernos, do que para o desejo de demonstrar os percalços, apagamentos e exclusões na história. Tel Aviv se torna apartada, não que não se percebam escolhas pelo que apresentar na candidatura, contudo, a cidade israelense não contou com uma construção ou reconstrução em massa que implicasse grandes movimentos populacionais. Junta-se a isso o desejo de ocupação da região por pessoas que fugiram da guerra e desejavam se estabelecer no lugar.

Como estamos discutindo essa ideia de lançar luz sobre partes da história, é oportuno mencionar que, até mesmo no momento da escolha do perímetro a ser preservado, esteve presente a valorização de certa região que guarda um contexto específico no lugar de outra. Essa questão do perímetro é algo que diz muito sobre o que o Estado Parte entende como representativo. Do ponto de vista formal, com base nas regras para a inscrição de bens na Unesco, os limites ou perímetros estão diretamente e exclusivamente atrelados aos atributos que o tornam excepcional. Segundo o *Guia de Diretrizes Operacionais*: “A definição de limites é uma condição essencial ao estabelecimento de uma proteção eficaz dos bens propostos para inscrição. Devem ser estabelecidos limites para integrar todos os atributos que expressam o Valor Universal Excepcional e para garantir a Integridade e/ou Autenticidade do bem” (Unesco, 2023b, p. 35).

Primeiramente, destaca-se que cabe ao Estado Parte a seleção desses limites. Todavia, como vimos principalmente na candidatura de Le Havre, o perímetro foi questionado pelo Icomos. Então depreende-se que o órgão consultivo e a própria Unesco podem sugerir alterações. É válido mencionar que essa descrição para a definição de limites tem potencial para se tornar algo subjetivo, do ponto de vista de se tornar uma escolha política. Como acompanhado no Capítulo 1, o debate envolvendo as condições de autenticidade e de integridade não são plenamente pacíficas, o que pode gerar dificuldades de transposição para o desenho de um mapa. Ainda destacando o guia de diretrizes:

No caso dos bens propostos para inscrição de acordo com os critérios (i) a (vi), devem ser estabelecidos limites que incluam a totalidade das áreas e atributos que constituem a expressão material direta do Valor Universal Excepcional do bem e também das áreas que, à luz das possibilidades de investigação futuras, possam contribuir para reforçar essa compreensão (Unesco, 2023b, p. 36).

Com essa explicação, depreende-se haver um interesse prospectivo, no sentido de permitir que sejam selecionadas áreas não definidas como expressão direta da excepcionalidade, mas que tenham potencial para colaborar com o conjunto. Apesar de ser algo vago, é possível entender que o organismo internacional não propõe que a definição de limites seja rigorosa no sentido de registrar com perfeição a demarcação do bem. Essa visão de futuro abre espaço para acolher a dinamicidade do ambiente construído. Porém, é necessário o cuidado para não cair em conjecturas e imprudências de modo a selecionar partes de uma cidade, por exemplo, que gerem dúvidas sobre os valores de excepcionalidade.

É preciso ainda a separação da zona de proteção principal e da zona tampão, sendo “destinada a proteger eficazmente o bem proposto para inscrição, uma zona tampão é uma área circundante do bem proposto para inscrição, cujo uso e exploração estão sujeitos a restrições jurídicas e/ou consuetudinárias, de forma a reforçar a proteção do bem em causa” (Unesco, 2023b, p. 36). Brasília é a única das três que não apresentou uma zona tampão em seu dossiê, indicando um único perímetro. No entanto, a capital brasileira, em 2012, publicou a Portaria nº 68 (Figura 76), que dispõe sobre as diretrizes para a área de entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília (Brasil, 2012). Como esse instrumento é posterior ao reconhecimento da cidade, não nos cabe a sua avaliação nesta tese.

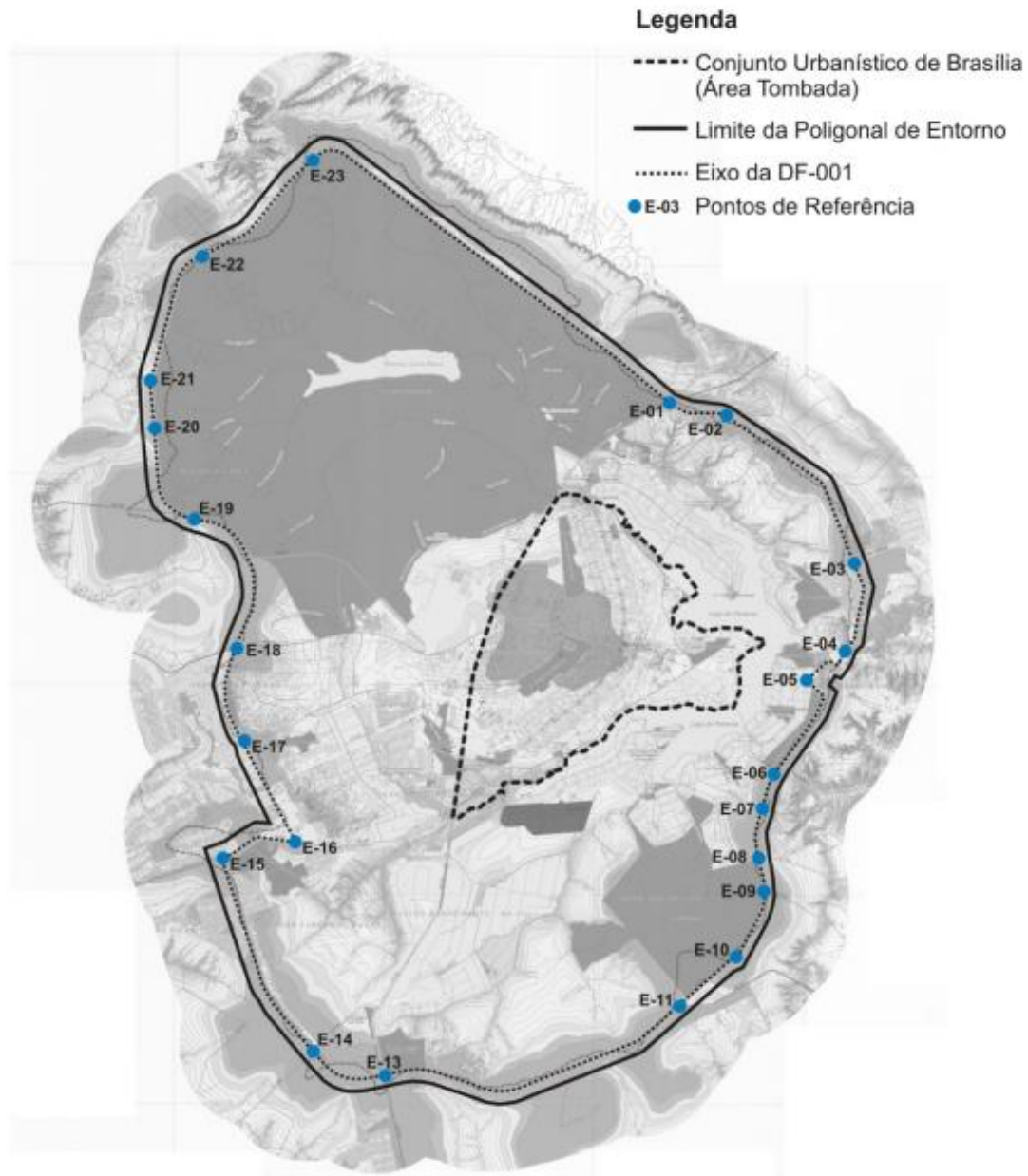


Figura 76 – Mapa contendo os limites do entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília

Fonte: Portaria nº 68 (Brasil, 2012).

Com relação aos limites de Brasília, os seus 112,69 km² abarcam as quatro escalas designadas por Lucio Costa e materializadas no Plano Piloto e setores anexos que foram se construindo ao longo do tempo. Há, inclusive, bairros que nem sequer existiam perspectivas de sua construção no momento da inscrição da capital, como é o caso do Noroeste, um dos bairros mais novos da capital. Quanto às

suas características, alguns dos princípios propostos por Lucio Costa são seguidos, sobretudo quanto ao padrão de gabarito e uso de pilotis, mas, com relação a outros aspectos, há uma fuga às propostas implantadas no final da década de 1950. Não se pretende aqui tecer uma análise sobre a ocupação, o que importa recordar é que esse perímetro foi delimitado na década de 1980 partindo da intenção de proteger o Plano Piloto de Lucio Costa e uma área de entorno imediata.

Entende-se, com isso, existir uma noção de conferir atenção ao entorno imediato, como forma de colaborar para a salvaguarda do que é o núcleo principal. Contudo, na forma como o limite de Brasília foi elaborado, todas as áreas guardam o mesmo nível de proteção. A solução para isso veio anos depois, em 2016, quando o Iphan publicou a Portaria nº 166, que define dois níveis de preservação – as Macroáreas A e B (Figura 77). A primeira corresponde aos setores mais relevantes para a preservação e a segunda, a lugares de menor interesse. Respeitando o recorte temporal da tese, não cabe a análise dessa legislação. Salienta-se, contudo, o quanto a preservação inicialmente definida para Brasília, no momento de sua candidatura, pode ser considerada imprecisa, no sentido de se ater mais ao campo teórico e não ser voltada a parâmetros e diretrizes detalhados. Isso é feito apenas pela Portaria nº 166, que não altera os limites.

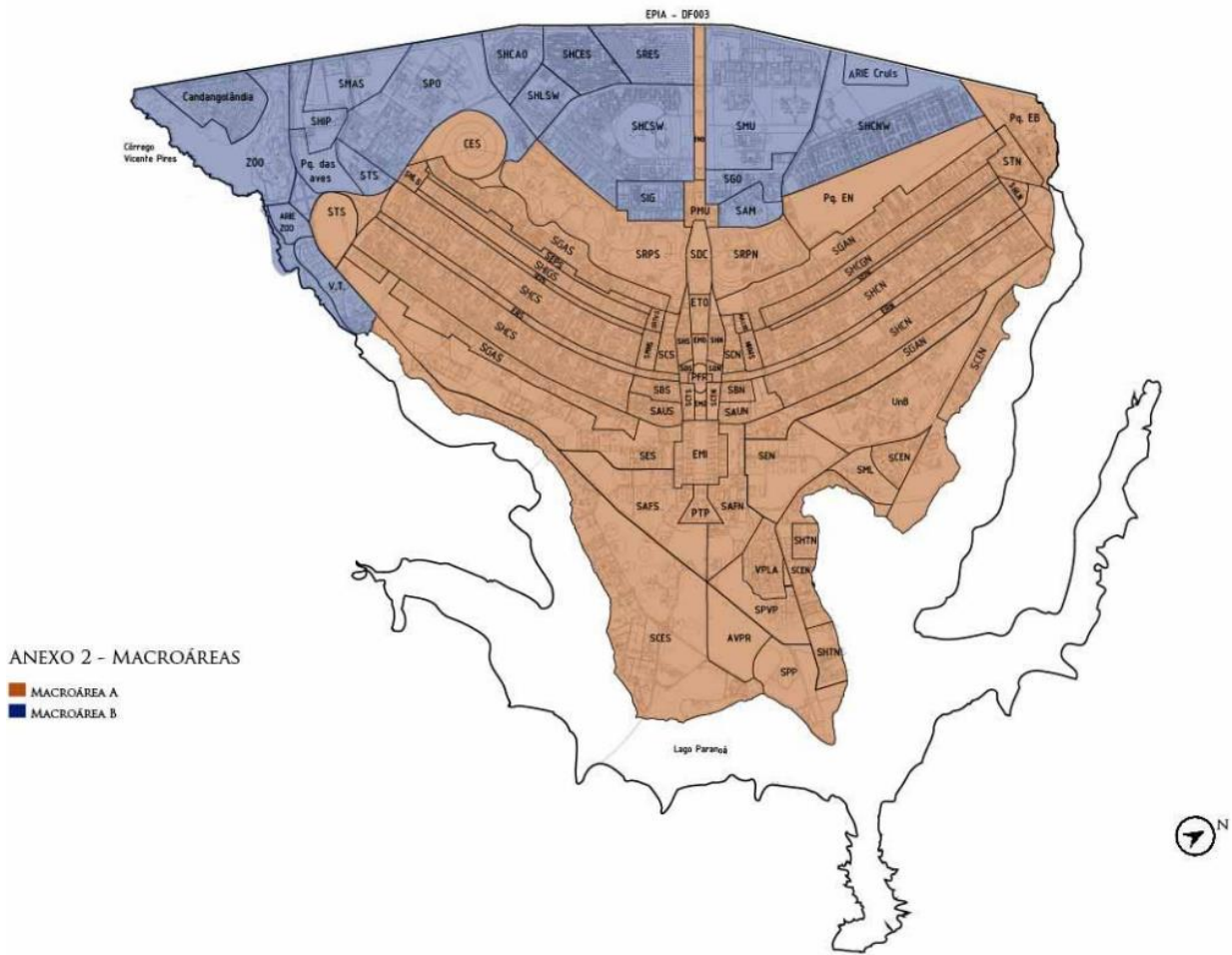


Figura 77 – Mapa com a divisão em Macroáreas pela Portaria nº 166, de 2016

Fonte: Brasil (2016).

Esse perímetro delimitado para Brasília se torna algo simbólico. Do ponto de vista de um olhar em nível do solo, ele é delimitado por elementos estruturadores relevantes para a concepção da cidade. A leste está o Lago Paranoá, um símbolo da escala bucólica, e a oeste está a EPIA, uma das mais importantes vias do Distrito Federal, não só unindo a área central às outras Regiões Administrativas, como integrando Norte a Sul do Brasil. Não está em discussão a intenção de preservar o Plano Piloto, enquanto fruto do desenho de Lucio Costa, ou seja, o avião como popularmente conhecido. Porém, esses limites abarcam elementos que estão além desse objeto principal. A dualidade está no desejo claro de preservar apenas esse núcleo central, tanto pelas colocações da Unesco quanto pelo que Lucio Costa defendia, porém, o perímetro terminou abrangendo áreas adjacentes.

Thiago Perpétuo (2015) indica que o texto normativo que determina o limite, o Decreto nº 10.829, apresenta lacunas e imprecisões. Como uma forma de ampliar a discussão, o autor lança luz sobre a noção de entorno, entendendo que existe uma separação entre o objeto principal e o que seria acessório. Complementando essa explicação, Maurício Goulart (2016) rememora o documento *Brasília Revistada*, de autoria de Lucio Costa, em 1985, o qual demonstra a preocupação com essas áreas ao redor do Plano Piloto, ao mesmo tempo que permite novos parcelamentos.

Isso permite inferir que Costa, ali, dá tratamento de entorno a parte da área que acabou tombada – dadas as preocupações expressas com relação à ambiência e à visibilidade do Plano Piloto –, ainda que atualmente se tenha clareza sobre o caráter projetual (e não de planejamento e gestão) das instruções contidas naquele trabalho. Aliás, vale recordar que ainda persiste essa discussão – em que um dos lados admite haver uma buffer zone inscrita no perímetro de tombamento, sobretudo por sua generosa área e pela existência de regiões deliberadamente desocupadas no “entorno direto” do “avião”, com a mesma função de resguardar sua visibilidade e sua legibilidade (Goulart, 2016, p. 177-179).

Apesar de não caber uma análise do conceito de entorno e de sua aplicação para Brasília, é suficientemente relevante observar as imprecisões do ponto de vista de como o perímetro foi delimitado e como isso terminou gerando consequências para a cidade. Com relação ao processo de candidatura, entende-se que havia certa pressão para que a legislação de salvaguarda fosse logo promulgada, não havendo tempo hábil para maiores discussões ou mesmo explicações. Além disso, o decreto teve o aval de Lucio Costa que, enquanto criador da cidade, recebia validação em suas considerações.

Passando para essa mesma análise da Cidade Branca de Tel Aviv, seus limites na verdade são divididos em três zonas urbanas, A, B e C:

A zona B foi construída no início da década de 1930, e a zona A principalmente da década de 1930 ao início da década de 1940. A zona C, o distrito de Bialik, representa a arquitetura local a partir da década de 1920, com exemplos de *Art Déco* e Ecletismo, mas também uma forte presença da "arquitetura branca". Essa pequena área representa uma seleção de edifícios que se tornaram marcos no desenvolvimento da linguagem regional do modernismo de Tel Aviv (Icomos, 2003a, p.56, tradução nossa¹⁶¹).

¹⁶¹ No original, em inglês: *The three zones, A, B, and C, proposed for nomination have a consistent representation of Modern Movement architecture, though they differ from each other in their character. Zone B was built in the early 1930s, and zone A mainly from the 1930s to early 1940s. The zone C, the Bialik district, represents local architecture from the 1920s on, with examples of Art Deco and Eclecticism, but also a strong presence of 'white architecture'. This small area represents a selection of buildings that became landmarks in the development of the regional language of Tel Aviv's modernism.*

A definição dos limites para a cidade israelense é, dentre os três objetos, a mais heterogênea, no sentido de contemplar um conjunto de arquiteturas variadas nessas zonas. E a proposta dessa divisão pode ser entendida como essa, a de distinguir espaços de tempo e características diferentes. No lugar de uma seleção única e ampla, essa estratégia ganha pontos quando associada à gestão. E acaba sendo determinante para a atuação dos instrumentos de preservação. Apesar de a preservação ser voltada ao conjunto de edifícios, a malha urbana é um elemento que colabora para a construção dos significados da cidade, sem esquecer que o esquema de planejamento de Patrick Geddes organizou a cidade de modo a acolher diversos usos urbanos a depender da área.

Do ponto de vista da descrição da área, depreende-se o sentido de sua separação. Já no que se refere à transposição para o mapa, essa leitura se torna complexa. Os mapas disponíveis não colaboram para o entendimento da divisão exata das três zonas. A explicação está na qualidade dessa representação, pois os dois mapas encontrados no dossiê de candidatura, apesar de significarem o mesmo perímetro, apenas permitem distinguir o somatório das zonas, como um conjunto único. Um deles é o já identificado por meio da Figura 68 e o segundo se apresenta a seguir (Figura 78). Contudo, nos arquivos da Unesco foi identificado outro mapa (Figura 79), este contendo o detalhamento das três áreas. Esse documento está na pasta identificada como “*Advisory Body Evaluation*” (Avaliação do Órgão Consultivo) e vem logo após o parecer do Icomos para a validação da candidatura.

Como não há explicações sobre as origens do mapa, pode-se levantar a hipótese de que ele foi elaborado posteriormente à deposição do dossiê. Porém, não é possível aferir se a elaboração veio por parte de Israel ou pelo Icomos, talvez por ocasião da visita de seus especialistas ao bem. Acredita-se que faça mais sentido ter sido um encaminhamento do próprio país, pois na legenda do mapa constam dois itens identificando alterações nos limites da área e da sua zona tampão.



Figura 78 – Mapa contendo a delimitação do perímetro da Cidade Branca de Tel Aviv

Fonte: Unesco (2002b).



Figura 79 – Mapa contendo os limites das zonas de preservação de Tel Aviv

Fonte: Icomos (2003b).

A leitura sobre a constituição do perímetro de Le Havre está diretamente relacionada à porção do território que foi destruída na guerra e reconstruída com base no projeto de Auguste Perret (Figura 80). A zona tampão possui sua delimitação conforme a ZPPAUP. É imperativo notar que, para a

compõem este perímetro e todas as que se situam no seu interior (Unesco, 2003b, p. 25, tradução nossa¹⁶²).

Dessa descrição, compreende-se que o perímetro foi demarcado a partir de elementos significativos para a cidade, tanto em termos de sua demarcação no território, por meio do traçado de ruas principais, quanto por praças e edifícios simbólicos na constituição da cidade, como se percebe no mapa identificado como *Plano de composição urbana* (Figura 81). Assim, comparando as três cidades, Le Havre é a que possui mais claramente definida uma linha de raciocínio para a demarcação de seu perímetro quanto às explicações e à coerência com o que foi projetado. Tel Aviv peca pela falta de apresentação de mapas mais precisos. E Brasília, por não distinguir inicialmente a sua zona de entorno ou zona tampão, terminou por abranger um perímetro muito amplo que abriga partes bastante diferentes da arquitetura proposta por Lucio Costa e Oscar Niemeyer.

¹⁶² No original, em francês: *Le bien proposé pour inscription représente 133 hectares de territoire urbain situés au SudOuest de l'agglomération havraise, dont il constitue le centre administratif, commercial et culturel. Il se compose de l'avenue Foch, du square Saint-Roch, de la place de l'Hôtel de Ville, du bassin du Commerce, de l'île Saint-François, du Front de mer Sud, du quartier du Perrey et de la Porte Océane. Il comprend tous les espaces bâtis et non bâtis formant ce périmètre et tous ceux situés en son sein.*



Figura 81 – Plano de composição urbana de Le Havre

Fonte: Unesco (2003b).

Outro item relevante a ser analisado se reporta a como se deu o início das pesquisas sobre cada uma das cidades. É interessante notar como Le Havre foi a única que teve o seu processo de patrimonialização desde o início diretamente focado na candidatura à Lista do Patrimônio Mundial. Algumas informações auxiliam para a confirmação disso. A primeira delas se refere à construção de uma pesquisa desde o início dos anos 2000 já com o foco na Unesco. Diversos documentos encontrados nos arquivos locais demonstram uma sistematização desse trabalho, situação em que se propunham fases para a elaboração de tarefas com esse fim. A candidatura, logo em seu início, ganhou o apoio do Ministério da Cultura francês. Desde 2003, as versões encontradas do dossiê de candidatura colaboram para entender esse caminho.

Para Brasília e para Tel Aviv, de certo modo, esse caminho foi uma consequência de ações voltadas a outras intenções primárias. A capital brasileira, como visto no Capítulo 3, teve como ponto de partida a preocupação de um grupo de pessoas de diferentes instituições voltada à deterioração de

sua arquitetura moderna e ainda ao que era entendido como preexistência à construção da cidade. Desse conjunto de objetos a serem pesquisados, ao longo do caminho, o GT teve que perceber que não era possível, nem havia um interesse maior de se estender além do Plano Piloto de Lucio Costa e de Oscar Niemeyer. A consequência dessa situação para o processo de patrimonialização esteve na necessidade de alterações em alguns aspectos formais da candidatura, sendo o principal deles a demarcação de um perímetro menor abrigando a área central.

Em Tel Aviv, o início se deu de forma mais próxima a Brasília, a partir da identificação de que a cidade precisava de atenção quanto ao seu patrimônio erguido, pela deterioração e ainda a falta de um sistema de gestão. Percebe-se que foi preciso um olhar externo à nação para indicar que o caminho possível para a salvaguarda de sua arquitetura seria o reconhecimento mundial. Apenas após a classificação como sítio em perigo pelo *World Monuments Fund* que pode se perceber um “despertar” para a preservação. Entende-se, com isso, que foi necessário um olhar externo para demonstrar que a Cidade Branca merecia atenção do ponto de vista de sua preservação. Foi a partir dessa classificação que Israel se aproximou das instituições internacionais e deu início à construção de ações voltadas à valorização do ambiente construído em decorrência do projeto de Patrick Geddes.

Para as três cidades existiu, em algum momento, a intenção de ser associada a um ponto de partida de algum “vazio”, no sentido territorial. Essa construção poderia encaixá-las como “cidades novas”. Buscando uma citação de Jeferson Tavares sobre Brasília, entende-se que essa noção poderia também se aplicar a Tel Aviv e a Le Havre, mesmo que de maneira mais sutil a comparação:

Brasília pode ser considerada uma cidade nova porque foi projetada de forma premeditada, como metáfora dos desejos humanos e muito distantes dos acasos. As intenções que a conceberam trouxeram a cargo todas as intenções e utopias que a concepção de uma nova cidade pode proporcionar, estabelecendo, assim, formas espaciais que demonstram um ideal de cidade vinculado ao planejamento como expressão do experimento e da inovação, mesmo que esta inovação esteja impregnada pelas experiências do passado (Tavares, 2014, p. 34).

Alguns elementos desse argumento permitem incluir as três nesse grupo. Apesar de acontecimentos terem levado à construção de Tel Aviv e de Le Havre, há que se perceber que foram “premeditadas” as ações para a sua construção, pois minimamente existiram sistemas de planejamento, não sendo construções espontâneas pela população. Soma-se a isso o ideal de cidade que se liga à arquitetura moderna de forma consciente. E, por fim, a experimentação e a inovação que estão em

evidência sobretudo nos modos construtivos e nos materiais. Esse entendimento de que os três conjuntos urbanos poderiam ser reconhecidos como “cidades novas” está presente na tese de Ricardo Trevisan (2018). Elas se enquadram nessa teoria por terem definidos seus marcos de criação tanto em termos temporais quanto espaciais. E pela existência de uma intenção e de uma mobilização para que surgissem.

Do mesmo modo que se pode observar o começo desse processo partindo de problemas relativamente comuns, merece-se compará-los quanto à construção de narrativas históricas para as cidades. Essa percepção está associada à tarefa de buscar argumentos que justifiquem a candidatura de uma cidade. Entende-se ser essa uma ação complexa diante da subjetividade de se considerar algo excepcional para a coletividade. Para Brasília, podem ser percebidos dois enfoques diferentes: aquele associado a contar a história de um território marcado por preexistências que foi transformado para receber a capital federal e seu projeto moderno. E outro olhar – aquele direcionado tão somente à genialidade de seus criadores. O trabalho do GT-Brasília abarca a primeira visão, porém sendo muitas vezes apagado no processo. A ausência de muitos documentos voltados a essa parte do caminho nos arquivos internacionais leva à segunda leitura. Não que esta esteja incorreta, mas antes se entende como incompleta.

Para Tel Aviv, constrói-se uma narrativa de luta por parte dos judeus em fuga do nazismo e em busca de um lugar para ocupar e chamar de seu. Esse olhar macro permite uma visão sobre o sofrimento desse povo, contudo há questões delicadas que envolvem a ocupação desse território e seu conseqüente reconhecimento. Com relação a isso, rememora-se um aspecto relevante e já mencionado no Capítulo 3: a intenção de demonstrar um ambiente pacífico e de reconhecimento com relação aos povos que ocupam o território de Israel e sua vizinhança. Apesar de não ser a intenção adentrar em questões geopolíticas, entende-se que existiu, ao menos no papel, uma pacificação do que acontecia e do que acontece na região, em termos de dominação de povos e de busca por direitos. Como mencionado em diferentes momentos desta tese, escolhe-se o que se quer mostrar para o mundo, e se mostra a melhor versão.

No caso de Le Havre, a narrativa também se revela a partir de uma visão de perdas causadas pela guerra. No entanto, percebe-se uma ênfase na suposta aceitação por parte da população com relação à nova arquitetura e, como foi apresentado no capítulo anterior, este foi um processo difícil e,

mesmo hoje, não plenamente pacificado. Os residentes foram apartados do processo desde a escolha para o modelo de cidade ainda no momento de retornar para o centro reconstruído. Essa parte da história é pouco visível no dossiê de candidatura e nos documentos encontrados nos arquivos das instituições internacionais.

Tanto para Tel Aviv, quanto para Le Havre, os argumentos utilizados como justificativa para a inscrição poderiam ser associados a um mecanismo de “compensação” pelas perdas que cada uma vivenciou. Essa constatação vem de um argumento trazido por Lurence Cieux para Le Havre, mas que poderia se aplicar para Tel Aviv:

Esta distinção, apesar do espanto que suscitou entre os habitantes do Havre, rapidamente os tornou orgulhosos do seu pertencimento e foi talvez, no inconsciente coletivo, vista como um reconhecimento legítimo da dor injusta que lhes tinha sido infligida durante os bombardeamentos de 5 a 11 de setembro de 1944 (Cieux, 2022, p. 11, tradução nossa¹⁶³).

Se na história que é contada para Le Havre a população se reconciliou com a sua cidade antes do seu reconhecimento, por essa colocação, parece que esse processo ocorreu posteriormente. A percepção de que se a humanidade está reconhecendo esse lugar como digno de valor, isso significa ser uma verdade. Esse pensamento é condizente com a situação vivida. Por mais que o mecanismo de compensação possa ser associado à Cidade Branca, as pesquisas não demonstraram haver questões para a aceitação por parte do povo israelense, ainda mais pela sua participação em diferentes momentos da história. Diante desse fato, compreende-se que o processo de aceitação da construção da noção de pertencimento possui relação com fatores culturais, sociais, políticos e econômicos. Por mais que as pesquisas não tenham demonstrado esse problema específico, isso não significa que não tenham existido questionamentos por parte da população quanto à arquitetura, os meios construtivos ou as próprias ações de salvaguarda.

Diante dessa percepção de que se constrói uma história que se quer mostrar ao mundo, o objetivo não é o de invalidar os acontecimentos “sofridos” por cada cidade, mas antes destacar que a história pode ser contada a partir de diferentes pontos de vista. E há ainda que se entender que, por causa da metodologia de trabalho voltada à análise da documentação primária, é preciso o cuidado na

¹⁶³ No original, em francês: *Cette distinction, malgré l'étonnement qu'elle suscita auprès des Havrais, les rendit rapidement fiers de leur appartenance et fut peut-être, dans l'inconscient collectif, jugée comme une légitime reconnaissance de la douleur injuste qui leur avait été infligée lors des bombardements de 5 au 11 septembre 1944.*

leitura dessas fontes. Um documento, apesar de algo estático permite infinitas possibilidades de interpretação. Jacques Le Goff (1990 [1924]) aponta que o documento não é um material bruto, objetivo e inocente. E sua interpretação é um resultado da construção do historiador. O trabalho de lidar com documentação primária está atrelado a contar uma história e “reviver” um fato histórico. Jacques Le Goff defende a não-inocência dos documentos, associada aos “processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico” (Le Goff, 1990 [1924], p. 11).

A análise sobre um fato histórico implica em uma construção do historiador, não sendo um objeto dado e acabado, também “não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro” (Le Goff, 1990 [1924], p. 10-11).

Esta não é uma tese do campo da história, mas essas colocações são pertinentes a partir da escolha do método da História Comparada para a construção desta análise. Entende-se que, do ponto de vista do escopo de análise, os processos de patrimonialização, foram observados de uma maneira. Se a intenção fosse somente entender o trabalho da Unesco e do Icomos, as percepções poderiam ser outras. Por isso, há que se concordar com Le Goff quanto a não inocência dos documentos.

Um dos itens mais relevantes do ponto de vista da avaliação do bem candidato se refere à identificação de sua excepcionalidade, sendo diretamente relacionada aos critérios de autenticidade e de integridade que compõem o valor universal excepcional. Como foi possível acompanhar em diferentes partes desta tese, esse é um assunto complexo e que proporciona diferentes leituras acerca de sua identificação no campo prático. Diferentes autores e mesmo cartas patrimoniais se debruçaram sobre o tema. Diante do escopo de análise, cabe olhar essa discussão com o foco comparativo nas cidades.

Compreendido esse panorama, há que se ter a acurácia para observar os processos de patrimonialização de Brasília, Tel Aviv e Le Havre com relação a esse tema. Considerando a distância temporal entre as candidaturas, é preciso trazer a interpretação dos conceitos de Valor Universal Excepcional, autenticidade e integridade a cada um dos três momentos. Para isso, observa-se, respectivamente, os guias de diretrizes consultados que foram os de 1984, 1999 e 2002.

O guia de 1984, que subsidiou a candidatura de Brasília, menciona a obrigatoriedade de um teste de autenticidade quanto ao projeto, materiais, técnicas construtivas e entorno. Nesse documento

o atendimento às condições de integridade era voltado apenas ao patrimônio natural. De modo geral, e segundo o guia, o bem é considerado de Valor Universal Excepcional quando enquadrado em um ou mais critérios de seleção e que, ao mesmo tempo, apresente o teste de autenticidade (Unesco, 1984). O guia de 1999, que deu suporte à candidatura de Tel Aviv, apesar de ter avançado em outros assuntos, manteve as regras do guia de 1984. Há uma diferença quanto ao formato do formulário que explicita que, para o campo da justificativa da inscrição, devem ser obrigatoriamente mencionados os critérios de autenticidade ou de integridade. O guia de 2002, utilizado para a candidatura de Le Havre, se mantém similar ao guia de 1999, não alterando os requisitos.

Em termos práticos, apesar das discussões sobre autenticidade e integridade terem avançado no período que separa esses documentos, a Unesco absorveu as alterações decorrentes desse debate apenas em 2005. Com relação ao teste de autenticidade que é mencionado nos três guias, não se sabe exatamente como deve ser realizado esse teste e quais são seus critérios. Segundo Jokilehto (2006), a autenticidade possui relação com a busca de uma verdade diretamente associada a um processo criativo, sendo o oposto de uma réplica. Flaviana Lira (2009) destaca que essa abordagem do organismo internacional tem origem em procedimentos norte-americanos direcionados à classificação de bens culturais como patrimônio nacional. Contudo, a autora aponta que o entendimento da Unesco para a autenticidade, nos procedimentos norte-americanos, se chamava integridade.

Nesse caso, é visível como os conceitos foram se construindo e ao mesmo tempo ganhando mais especificidades. Em suma, Jokilehto (2006, p.3, tradução nossa¹⁶⁴) aponta:

A partir das reflexões acima, podemos concluir que os conceitos de autenticidade e integridade em relação ao patrimônio cultural diferem um do outro. A autenticidade está relacionada ao patrimônio como um qualificador, enquanto a integridade se refere à identificação da condição funcional e histórica do local. Os dois conceitos assim definidos podem ser vistos como complementares. Ao mesmo tempo, um não pode substituir o outro.

Essa visão é, em grande medida, mais atual. Como foi visto por meio dos guias de diretrizes, ao menos até o ano de 2002, pouco havia sido alterado no âmbito da Unesco, mesmo que externamente as discussões já tivessem avançado, principalmente a partir do Documento de Nara, de 1994. Com

¹⁶⁴ No original, em inglês: *From the above reflections we can conclude that the concepts of authenticity and integrity in relation to cultural heritage differ from each other. Authenticity is related to heritage as a qualifier, while integrity is referred to the identification of the functional and historical condition of the site. The two concepts thus defined can be seen as complementary. At the same time, one cannot replace the other.*

relação à compreensão do Valor Universal Excepcional, a Unesco o atrela ao enquadramento em ao menos um critério para a identificação da excepcionalidade. Trata-se de um rol restrito, e que pode ser entendido como algo subjetivo. Como visto no item anterior, Tel Aviv e Le Havre tentaram se enquadrar em um critério que foi recusado pelo Icomos. Isso demonstra o quão amplas podem ser as interpretações sobre os critérios e ainda mais sobre a percepção se um bem pode ser considerado de excepcional. Segundo a interpretação de Jokilehto (2006, p.3, tradução nossa¹⁶⁵):

Como parte desse universo humano, um recurso patrimonial obterá valor universal” na medida em que for uma expressão verdadeira e autêntica de uma determinada cultura. Em relação ao Patrimônio Mundial, “excepcional” pode ser interpretado como: o melhor e/ou mais representativo exemplo ou exemplos de um tipo de patrimônio.

A aplicação desses conceitos para as candidaturas se mostrou uma tarefa complexa. Em termos práticos, é possível verificar uma dificuldade de interpretação nos três processos de reconhecimento aqui analisados, uma vez que não foram encontrados os “testes de autenticidade” supostamente obrigatórios para as candidaturas. E, como visto no item 4.1, os dossiês apresentam, cada um, uma interpretação diferente acerca da autenticidade e da integridade. E ainda se infere uma leitura de certa forma confusa quanto a esses critérios.

Para Brasília, a ausência de um item específico sobre esse assunto em seu dossiê permite apenas suposições do que foi a leitura dos técnicos que o elaboraram. Com relação a isso, vale a percepção de que no site da Unesco há uma separação clara sobre esses aspectos para o bem, cabendo o questionamento de quem e quando teriam sido escritas essas colocações, já que o dossiê não as apresentou claramente. O que esse escrito traz é um pensamento de que a cidade, quanto à autenticidade e à integridade, preenchia esses requisitos por ter sua materialidade preservada. Tel Aviv e Le Havre, apesar de terem destinado uma parte de seus dossiês para esse assunto, também apontam aspectos materiais como justificativa.

Apesar desse foco no aspecto material, o dossiê de Tel Aviv lança à discussão a autenticidade da ideia, sendo diretamente relacionada ao projeto de Patrick Geddes que foi mantido em sua essência, mesmo vivenciando alterações. Essa percepção acompanha um sentido mais atual ao entender que um

¹⁶⁵ No original, em inglês: *As part of this human universe, a heritage resource will obtain “universal value” so far as it is a true and authentic expression of a particular culture. In relation to World Heritage, “outstanding” can be interpreted as: the best and/or most representative example or examples of a kind of heritage.*

bem “íntegro” e “autêntico” não significa imobilizado no tempo. Flaviana Lira relata uma corrente de pensamento presente nas cartas patrimoniais, a exemplo do Documento de Nara (Icomos, 1994), da Carta de Brasília (1995) e da Declaração de San Antonio (Icomos, 1996), entendendo que as transformações “são intrínsecas ao patrimônio, não necessariamente diminuindo seu significado” (Lira, 2009, p. 100). Com relação à leitura desse último documento, Rosane Loretto (2016) identifica a percepção de uma amplitude da autenticidade em relação à integridade, não sendo, portanto, equivalentes ou consubstanciais.

A Cidade Branca, desde a sua concepção por Geddes, foi passando por transformações, e estas foram validadas pela sociedade e pelos responsáveis pela gestão, o que gerou, no momento de escrita do dossiê de candidatura, a necessidade de apresentar essas mudanças pelas quais passou de uma forma positiva, no sentido de lançar luz sobre o valor das transformações, mesmo que mantida a essência do que o biólogo planejou.

Para Brasília e para Le Havre, percebe-se uma estratégia de alguma forma oposta, uma vez que se amparam no argumento de que a materialidade estaria preservada. Para a primeira, fala-se em identificação das características fundamentais e de associação com os princípios do Ciam. Duas considerações merecem ser apresentadas. A primeira delas é que, por mais que se identifiquem referências ao Ciam em elementos presentes na cidade, Lucio Costa não afirmou isso em seu Relatório do Plano Piloto. Com isso, percebe-se uma tentativa de se amparar em características apenas implícitas na cidade. A outra consideração vem no sentido de uma possível contradição. O GT-Brasília, autor do dossiê, trouxe como ideia para a salvaguarda a preservação dinâmica, cuja premissa era a proteção mais direcionada ao essencial, permitido que o que fosse considerado acessório pudesse se desenvolver de forma natural. Contudo, o dossiê aponta uma leitura um pouco diferente, sobretudo quando se observa essa comprovação da autenticidade e da integridade ao mencionar que o Plano Piloto estaria “integralmente conservado”.

Em Le Havre, houve uma visão de que a materialidade preservada seria o principal comprovante. Porém, indo além de Brasília, o dossiê julga que as adições realizadas ao tecido urbano estariam integradas ao que foi projetado.

Essas colocações acerca de como os processos de patrimonialização responderam à demanda da Unesco não possuem o intuito de questionar se os conjuntos urbanos merecem ser considerados

autênticos e íntegros ou não, mas, antes, lançar luz sobre esse debate que se torna delicado, ainda mais ao se comparar objetos tão diferentes. Flaviana Lira, quanto aos critérios para a atribuição do OUV, segundo as diretrizes da Unesco, identifica que a diversidade tipológica apresentada pelo conjunto de bens inscritos representa o que a autora chama de “respostas excepcionais a problemas que variam de acordo com os diversos contextos sociais, culturais, econômicos e políticos” (Lira, 2009 p. 35). Concordando com essa afirmação, entende-se que as três cidades preenchem os requisitos obrigatórios à medida que respondem, de diferentes maneiras, a um problema existente na época de suas construções, de forma excepcional.

É necessário, mais uma vez, perceber que a partir da Declaração de Nara, de 1994, novas discussões foram construídas, levando a uma visão mais alargada sobre os conceitos de autenticidade e de integridade, como apresentam Loretto (2016) e Lira (2009). Assim, o reconhecimento de Tel Aviv e de Le Havre ocorrem nessa esteira, não cabendo, com relação a esses aspectos, um julgamento rígido no que diz respeito ao que foi apresentado para Brasília. Como uma conclusão desse aspecto, pode-se entender que, apesar dos anos que separam as candidaturas, ainda é complexo perceber por meio dos dossiês uma leitura precisa sobre a autenticidade e a integridade. O próprio Icomos, em sua avaliação encaminhada ao Comitê do Patrimônio Mundial, une essas duas análises. Entende-se que esses conceitos estão avançando em um debate que ainda não teve fim. Rosane Loretto resume bem um panorama sobre esse assunto que, apesar de atual, se aplica ao que foi possível observar para os objetos desta pesquisa: “Apesar de a integridade comparecer de forma mais evidente quanto aos critérios de patrimonialização, a sua avaliação, especialmente em relação aos artefatos da cultura, ainda é bastante definida por questões eminentemente de inteireza física, de intactibilidade, de estado de conservação e de gestão” (Loretto, 2016, p. 290).

É perceptível que, dada a amplitude desta tese e dos temas abordados ao longo de todos os capítulos, que outros aspectos comparativos poderiam ser levantados. No entanto, optou-se aqui por construir um debate mais apurado sobre assuntos considerados mais relevantes para o entendimento do processo de patrimonialização. Como dito anteriormente neste mesmo item, o trabalho com a documentação primária pode nos levar a diferentes leituras e conclusões. Assim como a própria leitura desta tese possui esse potencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apreensão de que Brasília, Tel Aviv e Le Havre fazem parte do seleto grupo de conjuntos urbanos modernos reconhecidos como Patrimônio Mundial pela Unesco, somada à ausência de um olhar comum direcionado a esses processos, trouxe o interesse para esta análise. A percepção da ausência, até o momento, de estudos aprofundados sobre esses exemplares nos permitiu construir uma visão conjunta com potencial para colaborar para a preservação da arquitetura moderna, em sua expressão urbana. Diante dessa escolha, a intenção se delineou em construir uma leitura comparativa envolvendo os caminhos percorridos até a inclusão de cada uma dessas cidades na Lista do Patrimônio Mundial a partir de uma análise de sua documentação primária.

A documentação primária se mostrou central ao desenvolvimento do trabalho, pelo seu potencial de agregar informações diretamente dos documentos originais produzidos pelo país que detém o bem e pelas instituições internacionais responsáveis pela concessão do título. Ficou claro, desde o início, que seria necessário um mergulho em diferentes acervos para coletar dados, o que levou a uma primeira tarefa de onde pesquisar e o que buscar. Diferente de uma pesquisa em referencial bibliográfico que se tem, de uma maneira geral, noção do que se pode encontrar, lidar com arquivos físicos possui certa dose de imprecisão acerca do que se pretende descobrir e ao que de fato se tem acesso. Por esse aspecto, a tese foi se construindo ao longo do caminho. Os próprios documentos foram permitindo a edificação de análises e de suas conclusões.

Para essa tessitura, tornou-se necessário buscar o método da História Comparada, a partir da intenção de um olhar sobre o passado, amparado no que seria possível extrair de informações da documentação primária. A comparação, nesse caso, teve o papel de fio condutor da análise. O trabalho com esse método consistiu em uma abordagem crítica das fontes em que se buscou concomitantemente o seu questionamento e a obtenção de dados. Em paralelo, a bibliografia funcionou como suporte, de forma a construir um diálogo que fosse profícuo entre o que se pretendia responder e o que se encontrava como respostas. Um desafio com o qual se teve que lidar ao longo de toda a tese foi voltado ao preenchimento de lacunas. Essas lacunas se materializaram em partes de documentos faltando, em correspondências que referenciavam outros escritos aos quais não se teve acesso, ou, ainda, em documentos restritos que dizem respeito a parte do percurso interno das candidaturas. Algumas soluções para esse intervalo nas informações foram aplicadas – uma delas foi

recorrer à bibliografia; outra foi levantar algumas hipóteses para promover uma discussão possível; e, ainda, identificar a lacuna como uma forma de marcar que nesse processo de se lidar com fontes primárias nem tudo poderia ser respondido.

Com esse olhar sobre o passado, o recorte temporal ocorreu a partir da identificação de quando se deu o início e o fim das pesquisas de cada cidade visando à candidatura. A década de 1980 foi um marco temporal definido, não somente por estar voltado à identificação do processo com as cidades, mas antes pela condição de ter presenciado ações mais afirmativas em prol da preservação da arquitetura moderna. Brasília foi reconhecida em 1987; Tel Aviv, em 2003; e Le Havre, em 2005. Portanto, esses anos representaram os limites para essa análise. Quando foi delimitado o recorte temporal, ficou claro que, para entender como os conjuntos se tornaram patrimônio, era imperativo voltar ao período de suas construções. Se a intenção era observar o Movimento Moderno como digno de valor, seria preciso entender como houve a sua aplicação ou referência nas construções das cidades, principalmente no que tange ao trabalho dos seus projetistas e planejadores. Assim, foram observados os seguintes períodos: 1957 a 1960 (Brasília); 1930 a 1950 (Tel Aviv) e 1945 a 1964 (Le Havre).

Considerando que o lugar de fala da autora está no ano de 2024, sob uma perspectiva de uma doutoranda brasileira, houve o cuidado de buscar a imparcialidade com relação à apresentação de alguns temas, quando o objetivo era o de trazer informações básicas sobre as cidades. Em outros momentos, foi necessário um olhar crítico, porém, cabendo a ressalva de deixar demarcado o lugar de fala e de que outras tantas interpretações poderiam ser construídas sobre esse tema. Além disso, foi preciso atenção constante para evitar anacronismos, ainda mais considerando que esta análise coloca em comparação objetos em contextos temporais diversos.

Com isso, apesar de ser uma pesquisa voltada ao passado, a intenção se tornou prospectiva, almejando que, a partir dessa comparação, fossem elencadas potencialidades e fragilidades atreladas aos processos de patrimonialização aqui verificados que pudessem refletir positivamente em futuras candidaturas de outras cidades modernas. Essa pretensão surgiu da percepção de que as trocas de experiências entre os países que guardam esses bens foram escassas ao longo do tempo, o que certamente trouxe desafios não somente ao longo do percurso até a Unesco, mas ainda quanto à própria salvaguarda. Entende-se que, para realmente se construir uma espécie de rede com troca de

informações e até um possível auxílio, é preciso a construção de uma base de dados. Espera-se que esta tese funcione como o início desse processo, ao colocar em paralelo um conjunto de informações que, em grande parte, se encontrava disperso, ou que não permitia um diálogo profícuo.

A percepção é a de que, no caso das três cidades, as potencialidades e as fragilidades quanto aos variados aspectos levantados pela tese confirmam que, a despeito das diferenças geográficas, temporais, econômicas, políticas, sociais etc., foi possível comparar os processos de patrimonialização das três cidades modernas Patrimônio Mundial, de modo a ajudar no desenvolvimento de processos futuros de reconhecimento de outras cidades patrimônio mundial, sobretudo as de caráter moderno.

O caminho trilhado para construir essa percepção de que, de fato, esse olhar conectado permite colaborar para que outros conjuntos urbanos modernos venham a figurar na Lista do Patrimônio Mundial se deu com base em uma tessitura voltada a dois momentos distintos. O primeiro deles se deu na Parte I, partindo das discussões envolvendo os subsídios necessários à compreensão dos processos de patrimonialização, contemplados na Parte II da tese. Esse foi o segundo momento, tendo o papel de lançar luz sobre as potencialidade e fragilidades sobre o caminho percorrido até que Brasília, Tel Aviv e Le Havre tenham se tornado Patrimônio Mundial.

No que se refere à compreensão de que essas modernidades se tornam particulares, esse foi o ponto de início para o Capítulo 1, “A construção de um patrimônio urbano moderno: teorias e práticas”. A abertura da tese teve a intenção de um olhar mais amplo sobre a temática, mas já inserindo os objetos de pesquisa no debate. A estratégia utilizada foi partir do aspecto macro ao micro. A percepção de que a arquitetura moderna não pode ser vista como detentora de um único padrão de características levou à necessidade de observar como essa arquitetura se originou, como foi se espalhando pelo mundo e se transformando para se adaptar aos diversos contextos. A conclusão com relação a isso foi a de que Brasília, Tel Aviv e Le Havre realmente se mostram diferentes quanto ao usufruto do moderno, contudo, estando abrigadas sob o mesmo guarda-chuva.

Lucio Costa e Oscar Niemeyer, Patrick Geddes e Auguste Perret trouxeram suas interpretações individuais aos anseios de determinada sociedade em uma determinada época e de acordo com as discussões e tecnologias presentes no momento em que as cidades foram projetadas e construídas. Ao longo do primeiro item do Capítulo 1, foi possível acompanhar que essas arquiteturas enfrentaram

barreiras quanto à aceitação, o que gerou impasses à preservação e ao reconhecimento enquanto objetos de valor. Foi apenas na década de 1980 que algo começou a mudar, pela necessidade de cuidados com a deterioração e a noção de que, apesar da arquitetura e do urbanismo modernos terem se tornado presentes no cotidiano das cidades, existiam exemplares de valor histórico e artístico.

Seguindo a intenção de subsidiar a análise voltada aos processos de patrimonialização, também foi necessário entender como os agentes e as instituições internacionais atuam de forma a promover o reconhecimento dos bens. A história da Unesco, do Icomos e de outros organismos ligados a esse tema permitiu observar as noções sobre o que representa ser um patrimônio em escala global e as responsabilidades de sua salvaguarda. Percebeu-se que os conceitos vêm se alargando ao incluir bens que antes não seriam considerados como objetos de valor. Diferentes culturas receberam atenção e as discussões se voltaram a pormenores que antes não se consideravam, como questões de autenticidade e de integridade. Isso implica ainda em perceber que noções de universalidade e de representatividade de culturas carecem de debates até os dias de hoje.

Os aspectos envolvendo a comprovação do Valor Universal Excepcional são representativos de uma das etapas mais relevantes para a candidatura. Para chegar a essa análise, foi preciso entender como funciona o processo de candidatura, por quais etapas o bem passa. E a conclusão com relação a esse item vem no sentido de entender que cada candidatura é única, exatamente pela passagem do tempo e pelo avanço com relação aos debates. Foi essencial ainda perceber o trabalho dos órgãos consultivos, principalmente o Icomos, responsável pela elaboração de um detalhado parecer acerca dos valores do bem e da sua pertinência para a inclusão na Lista do Patrimônio Mundial. Essa percepção nem sempre é clara, pois, normalmente as tarefas da Unesco entram em destaque. Na verdade, essa última instituição possui a palavra final, por meio do Comitê do Patrimônio Mundial, contudo, essa validação é realizada com base no parecer do Icomos.

Com a compreensão desse olhar macro sobre diferentes temas essenciais, a abordagem que foi construída se voltou ao olhar sobre os processos construtivos para cada cidade objeto de estudo. Como destacado em diversos momentos ao longo da tese, o entendimento sobre a construção denota ao conhecimento de características materiais e imateriais que foram consideradas posteriormente para a escrita do dossiê de candidatura. Como a ideia foi seguir a cronologia, é interessante notar como Brasília foi a última das três a ser construída e a primeira a ser reconhecida como Patrimônio Mundial.

A questão da intencionalidade presente nos projetos ganhou destaque, sobretudo, quando se identifica que os propósitos foram diferentes, mas que, de alguma forma, certas características da arquitetura e do urbanismo se tornam convergentes. A intenção de ser uma capital difere daquela de construir um lugar para pessoas fugindo do regime nazista e ainda daquela de reconstruir um centro destruído pela Segunda Guerra Mundial. Aí estão demarcadas as diferenças. As semelhanças estão no modo como as soluções foram dadas, por meio do uso de novos materiais, de uma arquitetura de formas e volumes mais simples, da maneira como o solo foi ocupado privilegiando o conforto e a salubridade. Esses são exemplos definidores da arquitetura moderna, mas, mais do que isso, são representativos de um modo de vida e de um recurso para atender a uma demanda necessária à época de cada construção.

Como a intenção da tese não está em colocar em destaque os processos construtivos e, sim, o percurso de reconhecimento perante a Unesco, não houve o propósito de estender o nosso olhar para além dos projetos das cidades e de suas características e conceitos implícitos que seriam úteis para a segunda parte deste escrito. É nessa segunda parte que se tem o cerne dos debates almejados. O ponto de partida foi o entendimento de que existiam duas etapas: uma antes do encaminhamento do dossiê de candidatura e outra após, considerando o caminho percorrido na Unesco e no Icomos. Para construir essas duas etapas, que são complementares, foi preciso vencer alguns desafios. O primeiro deles, o necessário equilíbrio de acesso às fontes primárias. Em um primeiro momento, Tel Aviv esteve em desigualdade, e a estratégia utilizada para sanar isso foi a de buscar, sempre que possível, as mesmas informações para as três cidades, não provendo dados mais detalhados para Brasília e para Le Havre. Além disso, foi necessário o aporte bibliográfico para preencher as lacunas.

Um segundo desafio com o qual se teve que lidar diz respeito à disponibilidade de documentos acessíveis nos organismos internacionais. Como debatido, uma parte dos escritos se encontra restrita. Como a ideia não foi criar conjecturas, optou-se por demonstrar essa lacuna enquanto parte das pesquisas envolvendo a documentação primária, cabendo focar no que foi possível consultar. Lidar com fontes primárias implicou encontrar soluções à medida que as necessidades se manifestavam, pois não se sabia exatamente o ponto de chegada.

Ao colocar lado a lado Brasília, Tel Aviv e Le Havre, com relação aos aspectos de construção referenciado à arquitetura moderna e, sobretudo, no que tange aos seus processos de patrimonialização, discutidos no Capítulo 3, “Os processos de patrimonialização de Brasília, Tel Aviv e Le Havre”, houve o entendimento do quão complexo foi o caminho até cada uma se tornar patrimônio para a humanidade. As trajetórias foram diferentes, mas ao mesmo tempo sendo possível enxergar barreiras comuns. De uma forma ou de outra, o enquadramento como integrantes do movimento moderno trouxe dificuldades.

Brasília foi a primeira a submeter a candidatura a Patrimônio Mundial junto à Unesco e teve que desbravar um caminho árduo e desconhecido, que incluiu construir o argumento a favor do reconhecimento da dimensão urbana moderna como bem cultural. Tel Aviv teve a tarefa de “convencer” o mundo a olhar uma cultura diferente do padrão ocidental e eurocêntrico, e Le Havre também quebrou o paradigma de que uma cidade baseada na estética do concreto armado poderia ter valor ao substituir a cidade destruída que datava do século XVI. Esses foram exemplos de aspectos pelos quais as candidaturas tiveram que passar para merecer o título de Patrimônio Mundial. O eixo comum desses desafios esteve na arquitetura moderna, ou arquitetura do século XX, funcionando como problema e solução. O problema estava em encontrar valor em algo que buscava transformar o modo de viver da sociedade a partir de novas tecnologias e conceitos. A solução estava na possibilidade desses aspectos gerarem o excepcional.

Uma conclusão que se pode tecer com relação a isso está no fato de que a excepcionalidade não está na arquitetura moderna em si e, sim, em como as cidades, por meio da ação de seus projetistas, somada às transformações pelas quais passaram, criaram algo digno de ser lembrado. Dois aspectos merecem ser adicionados. O primeiro se refere ao reconhecimento dos conjuntos urbanos, representativos da materialidade construída e na forma em que se encontravam no momento de sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Essa materialidade foi fruto de projetos de planejamento e de ideias de seus autores, porém extrapolam esse campo que poderia pender para um lado do patrimônio imaterial. O segundo aspecto se volta à compreensão da existência de três modernidades diferentes, tornando-as excepcionais exatamente por isso.

Entende-se que a análise comparativa dos processos de patrimonialização revelou como potencialidade a construção de narrativas de excepcionalidade que se ancoraram não apenas nas diferentes modernidades projetadas e materializadas das cidades, mas também na maneira como, até o momento do pleito a Patrimônio Mundial, estas vinham sendo vivenciadas. Portanto, novas cidades modernas que, porventura, quiserem se candidatar podem pensar em construir o discurso de defesa da excepcionalidade nesse sentido.

Apesar da identificação de três modernidades particulares, foi possível mensurar um ponto de partida comum para que as cidades fossem observadas com a intenção preservacionista, a deterioração física. E, a partir dessa dificuldade, soluções foram buscadas individualmente. Para Le Havre, considerando a expertise de Auguste Perret com o concreto armado, os pesquisadores locais foram levados a empreender estudos sobre esse material, podendo contar com escritos de seu autor sobre essa temática. Assim, depreende-se que Tel Aviv e Brasília poderiam ter se beneficiado desse conhecimento. No caso de Brasília, a cidade contou com o suporte de Oscar Niemeyer até 2012 (ano de seu falecimento), existindo situações em que o arquiteto apontou questões posteriormente à cidade construída. Novamente se entende que poderiam existir trocas relevantes na maneira como as cidades foram e são preservadas hoje.

Ao colocar em relevo um problema comum aos exemplares da arquitetura moderna voltado à deterioração de seus exemplares, percebe-se como um potencial para que outros bens com características similares se atentem às questões preservacionistas. Esse é o caso de evidenciar um problema e ao mesmo tempo demonstrar como para Brasília, Tel Aviv e Le Havre foi possível encontrar soluções. Além desse olhar sobre as dificuldades, os processos de patrimonialização sublinharam determinadas características arquitetônicas e urbanas que se tornaram dignas de preservação. Os três projetos quando materializados geraram conjuntos urbanos com aspectos que respondiam a questões importantes para a época.

Nesse sentido, destaca-se que foi salientado um olhar voltado ao conforto, à aproximação com o verde, à busca por insolação e ventilação etc. Entende-se que tanto as situações negativas, quanto as positivas que foram evidenciadas pelos processos de patrimonialização, representam um potencial para que outras cidades modernas se amparem nesses desafios para solucionar seus problemas, ao mesmo tempo que consigam perceber suas características excepcionais.

Com relação à transposição dos processos de patrimonialização, antes de serem direcionados ao pleito perante a Unesco e após, pode-se perceber o quanto as candidaturas se deram de forma isolada, mesmo enfrentando alguns problemas comuns, como a necessidade de comprovação dos valores e ainda a busca por enquadrar o bem dentro dos critérios da entidade. Sabe-se que a candidatura de Le Havre bebeu nas fontes da de Brasília com relação ao seu dossiê. Porém, não se pode mensurar o quanto de influências existiu. E, nesse caso, Tel Aviv aparece mais apartada. Concorde-se que o fato de ser a única das três que foi listada enquanto conjunto de edificações pode explicar esse afastamento.

Compreende-se que essa seja uma fragilidade no processo de reconhecimento dos bens modernos, contudo, salienta-se que essa percepção cria a oportunidade para que o próprio processo da Unesco seja revisto, de modo a incentivar a troca de experiências entre os candidatos. Ao se ter conhecimento das antecessoras, esse caminho teria potencial para ser trilhado de uma maneira mais branda. Entende-se que os desafios comuns representam potencial para indicar como as soluções devem ser encontradas. Esse olhar conjunto também pode direcionar para o momento posterior, o da própria gestão e da preservação do bem.

O Capítulo 4 “Conexões possíveis: condicionantes de comparação” teve esse papel de unir os argumentos construídos ao longo dos capítulos anteriores, iluminando as potencialidades e fragilidades dos percursos estudados, até então, em separado, sobre os processos de patrimonialização de Brasília, Tel Aviv e Le Havre. A comparação dos dossiês de candidatura permitiu observar o quanto o processo de candidatura foi evoluindo com o passar do tempo, principalmente ao colocar os documentos de Brasília lado a lado com os de Tel Aviv e de Le Havre, que são mais próximos temporalmente. Apesar da estrutura dos itens se mostrar similar, as bases conceituais ganharam evolução. A necessidade de precisão de limites, de aportes históricos e de justificativas permitiram ver que, gradativamente, se torna fundamental o esforço do Estado Parte para construir uma candidatura sólida e embasada. Itens como gestão, autenticidade e integridade ganharam avanços nessa comparação, mesmo que esse assunto não esteja tão claro por meio da leitura dos dossiês. Contudo, no caso de Brasília é preciso, mais uma vez, destacar o seu papel de primeiro conjunto urbano moderno a empreender a caminhada para o reconhecimento como Patrimônio Mundial, auxiliando inclusive para que aspectos acerca do sistema de candidaturas fossem aprimorados.

Esse é um aspecto positivo, sobretudo ao mostrar para possíveis candidatos à Lista do Patrimônio Mundial o quanto a ação de reconhecimento vem se alargando e abrigando os mais variados objetos e suas particularidades. Como foi visto nos três processos de candidatura, os documentos consultados pelos Estados Partes na hora de construir seu pleito se mostraram diferentes. Mesmo para Tel Aviv e para Le Havre que são separadas por apenas dois anos. Ao mesmo tempo que essa percepção das transformações existe, entende-se que, ao comparar atentamente as diversas versões dos escritos, as diferenças ocorrem nos detalhes, principalmente havendo o acréscimo de itens e alargamento de certos conceitos. Cada vez mais, observa-se a tentativa dos organismos de uma visão mais global em paralelo à atenção caso a caso. A política de se voltar ao oriente, às culturas minoritárias, aos países subdesenvolvidos permitiu que lugares que poderiam ser apagados do mapa fossem reconhecidos e preservados. Talvez Tel Aviv seja esse caso.

Apesar disso, percebe-se como fragilidade no processo de preenchimento do dossiê uma certa opção pelo que se deseja mostrar ao mundo. Essa questão tem como lado negativo a possibilidade de omissão de momentos relevantes, e que poderiam prejudicar a inscrição do candidato. Apesar desse aspecto possibilitar uma leitura equivocada sobre algum aspecto apresentado pelas candidatas, para as cidades modernas que venham a pleitear a inscrição ao Patrimônio Mundial, há uma visão mais clara dos múltiplos parâmetros que entram em cena.

Diante da noção de que o dossiê representa o documento síntese do processo de patrimonialização, percebeu-se que ele vem ladeado por uma série de outros escritos tão fundamentais quanto ele, ao menos para a compreensão do caminho. A consulta aos arquivos da Unesco e do Icomos leva ao entendimento dos motivos para a dificuldade de troca de informações entre as cidades e seus representantes. Como poucos documentos foram encontrados, e muitas lacunas também, tornou-se uma tarefa complexa promover uma leitura acurada acerca do processo de patrimonialização das três cidades. Os trechos ausentes, em alguma parte, são completados pelos arquivos locais, porém a dificuldade está na tarefa de unir essas informações dispersas em lugares distantes e nem sempre acessíveis por diversas barreiras, desde a linguística até a própria necessidade de vencer burocracias para consultar determinados acervos. O trabalho de reunir todo esse material demonstrou o quão relevante é o papel do pesquisador e de sua acurácia ao interpretar fontes primárias. Esse material

segregado em lugares diferentes possui uma capacidade limitada de análise e, ao uni-los, foi possível a compreensão de que problemas enfrentados no passado e hoje, em certa medida, são comuns.

Ao lançar luz sobre os procedimentos internos dos organismos internacionais, foi possível a percepção de que, apesar de existir um roteiro preestabelecido para que o bem cumpra até chegar ao título de Patrimônio Mundial, cada processo é único. Entende-se que há uma decisão política que envolve os acontecimentos. Isso implica a tarefa de cada Estado Parte em preencher os requisitos necessários, ao mesmo tempo em que elabora um plano de ação para a criação de uma narrativa voltada ao convencimento daqueles que julgam as propostas de inscrição. Entende-se esse ponto comum aos três processos de patrimonialização como potencialidade para permitir que outros futuros candidatos ultrapassem esse caminho de forma mais simples, a partir do conhecimento prévio acerca dos procedimentos necessários.

A união dos arquivos dos organismos internacionais e dos arquivos atrelados às cidades demonstrou que cada acervo, individualmente, não é capaz de contar a história de como os conjuntos urbanos se tornaram patrimônio. Para essa tarefa se tornar possível, foi necessário reunir as fontes que se encontravam dispersas, de modo a construir um fio condutor legível. Esse foi um achado relevante da tese, demonstrando uma fragilidade do processo de patrimonialização das cidades. Um pesquisador que se debruce apenas sobre as fontes da Unesco e do Icomos muito possivelmente terá uma visão restrita de todo o caminho percorrido. No entanto, diante dessa constatação, Estados Parte que pretendam incluir seus bens na Lista do Patrimônio Mundial têm a possibilidade de expandir suas pesquisas aos acervos locais.

Ainda com relação a esse tema, entende-se que, com as tecnologias atuais, os organismos internacionais são capazes de construir sistemas de arquivos integrados que possibilitem a qualquer pessoa obter informações mais completas. E ainda, observando esse conjunto das fontes primárias, foi possível entender como determinados assuntos receberam mais atenção por cada Estado Parte responsável pela candidatura, também, pela própria Unesco e pelo Icomos. Brasília construiu uma narrativa de cidade que em um primeiro momento se voltou a contar a história de construção da capital e de suas preexistências. Porém, o discurso que foi transportado para a Unesco enfatizou uma cidade moderna e monumental, fruto do trabalho de seu urbanista e de seu arquiteto. Tel aviv se amparou na luta por conquistar um território em que teve como resultado a Cidade Branca em suas mais variadas

facetas da arquitetura moderna. Por fim, Le Havre escreveu uma história de compensar as perdas vividas pela Segunda Guerra Mundial, defendendo que a cidade reconstruída foi um marco ao devolver a dignidade à população.

Entende-se que os focos foram diferentes, mas o principal convergiu em comprovar que cada uma delas possuía a excepcionalidade almejada para figurar na Lista do Patrimônio Mundial. Em se tratando do valor de excepcionalidade, a sua comprovação se mostrou no sentido da construção de argumentos apresentados pelo dossiê, que se amparou não somente em características da arquitetura e do urbanismo, como também em aspectos intangíveis, como as ideias de seus projetistas e ainda na própria história de cada uma das cidades.

Esse é um tema complexo ao incluir as condições de autenticidade e de integridade. Como foi visto, existem teses que se debruçam especificamente nesse assunto. O que se buscou aqui foi destacar o modo como as candidaturas de Brasília, Tel Aviv e Le Havre responderam a essa demanda da Unesco. A consideração de que esses conceitos vêm evoluindo com o tempo e de que não podem ser considerados estáticos significa compreender que a comparação, nesse caso, deve ser cuidadosa. E mesmo as diferenças locais impactam nessa percepção. Além do risco de anacronismo. E para a arquitetura moderna se torna diferente esse olhar, ainda mais considerando um dos desafios elencados pelo Capítulo 1 associado ao desejo de que as construções permaneçam sempre “novas”. Hoje, dada a distância temporal e a existência de três conjuntos urbanos, pode-se construir uma comparação. Poder-se-ia colocar a questão: será que essas cidades seriam reconhecidas hoje, como estão? Não cabe uma resposta no espaço dessa tese, mas essa pergunta leva ao entendimento de que a complexidade desse tema está atrelada ao momento e às concepções de uma época. Mesmo que o conhecimento seja acumulado. Entende-se que a compreensão de como os três conjuntos urbanos preencheram os requisitos para a comprovação do Valor Universal Excepcional, apesar de complexa pelas especificidades de cada uma, tem potencial para que outros exemplares modernos construam suas candidaturas com base nessa leitura conjunta.

Do ponto de vista do cumprimento dos objetivos e de respostas às questões delineados no início desta tese, entende-se pelo êxito da empreitada. A intenção de construir uma análise documental conjunta acerca dos processos de patrimonialização com vistas ao entendimento desse percurso e do trabalho dos organismos internacionais nos mostrou o quão complexo é esse caminho, ao mesmo

tempo sendo rico em discussões possíveis. Os procedimentos internos da Unesco e do Icomos colaboraram para a percepção do que é preciso para se tornar um bem inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, e, mais ainda, o quanto de trabalho prévio existe por parte dos países para que a candidatura logre êxito.

Retomando as perguntas que foram apresentadas na Introdução: o que a análise documental conjunta dos processos de reconhecimento de Brasília, Tel Aviv e Le Havre nos mostra acerca dos procedimentos internos aos trabalhos da Unesco e do Icomos enquanto entidades que validam a inscrição de bens como patrimônio? E o que a documentação primária encontrada em outros acervos demonstra acerca desse caminho? Como o valor de excepcionalidade dos conjuntos urbanos foram atribuídos e validados a partir desses documentos?

Com relação às duas primeiras questões, elas foram respondidas de maneira conjunta ao longo da tese. Como mencionado anteriormente, o processo de patrimonialização de Brasília, Tel Aviv e Le Havre teve de ser lido e interpretado a partir da união das pesquisas feitas nos arquivos internacionais e nos arquivos locais. Mesmo assim, esse caminho é permeado por lacunas e questionamentos quanto às ações dos Estados Parte, da Unesco e do Icomos. O percurso nos mostrou que existem diferentes possibilidades de alcançar o título de Patrimônio Mundial. E, apesar da ausência de troca de informações entre os países, alguns desafios se mostraram comuns. Concluindo esse olhar sobre a tarefa com a documentação primária, a percepção é a de que, sim, os processos de patrimonialização aqui estudados possuem real potencial para colaborar com futuras candidaturas, sobretudo as de bens modernos.

Voltando-se à terceira questão, houve a compreensão de que o processo de atribuir valor aos bens e de encontrar um caminho para a validação de sua excepcionalidade se tornou uma tarefa, por vezes, árdua. Com a evolução de conceitos e de formas de sua aferição, a percepção é de que o caminho vem se tornando cada vez mais legível. Pode-se concluir que, mesmo de formas diferentes, Brasília, Tel Aviv e Le Havre conseguiram preencher esses atributos e validá-los junto à comunidade internacional.

Assim, esta tese buscou a condução a um olhar prospectivo, mas cuja percepção vem de um retorno ao passado, do paralelo que se formou aqui. O constante diálogo entre as fontes e a bibliografia foi essencial ao promover uma análise embasada e consistente. Ao longo do caminho de escrita,

buscou-se delinear uma linha de raciocínio que contemplasse não apenas os processos de patrimonialização isolados em seus contextos, mas antes que existissem diálogos entre os capítulos de forma a tornar a comparação mais profícua. Entendeu-se que a complexidade de um olhar direcionado a três objetos suficientemente diferentes implicou a seleção de condicionantes comuns para a comparação. Isso levou a uma leitura específica dentre outras possíveis.

Há o entendimento de que as potencialidades e as fragilidades elencadas quanto à análise conjunta dos processos de patrimonialização possuem a capacidade de contribuir ao campo do patrimônio e da preservação de forma que sejam aprimoradas as candidaturas ao Patrimônio Mundial. Ao mesmo tempo, percebe-se como um aporte relevante a possibilidade de formação de um banco de dados que apoie uma possível integração entre os sistemas de gestão do patrimônio urbano moderno. Dessa forma, espera-se que os exemplos de Brasília, Tel Aviv e Le Havre beneficiem novas leituras sobre a preservação.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABRAM, Joseph. Le Havre 1945-1965: la reconstruction comme laboratoire urbain. *In.*: LE HAVRE. **Villes symboles du XX^e siècle**. Mairie du Havre, 2007.

ABRAM, Joseph. **Auguste Perret**. Paris: Editions du Patrimoine, 2013.

ALFASI, Nurit; FABIAN, Roy. Preserving Urban Heritage: From Old Jaffa to Modern Tel Aviv. *Israel Studies*, v. 14, n. 3, p. 137-156, 2009.

ALLWEIL, Yael; ZEMER, Noa. Housing-Based Urban Planning? Sir Patrick Geddes' Modern Masterplan for Tel Aviv, 1925. **Urban Planning**, v. 4, n. 3, p. 167-185, 2019.

ANATOLE-GABRIEL, Isabelle. **La fabrique du patrimoine de l'humanité**. L'UNESCO et la protection patrimoniale (1945-1992). Paris: Sorbonne, 2016. (Éditions de la Maison des sciences de l'Homme, collection « Internationale », n. 96, 480 p.).

ARAD, Shlomo *et al.* **Sur les traces du modernisme Tel Aviv-Haifa-Jérusalem**. Israel: CIVA, 2006.

ARCHER, Clive. **International Organizations**. London: Routledge, 2001.

BAHIA, Denise Marques. Assim caminha a modernidade... **MDC: Mínimo Denominador Comum, Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, n. 2., p. 4-7, fev. 2006.

BARROS, José D'Assunção. História comparada: da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, Campinas, n. 13, p. 7-21, 2007.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 2006 [1998].

BICCA, Briane; KOHLSDORF, Maria Elaine. A Memória de Brasília. 1985. *In.*: REIS, Carlos Madson; RIBEIRO, Sandra Bernardes; PERPÉTUO, Thiago Pereira (org.). Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Brasília/DF: Iphan, 2016.

BLOCH, Marc. Para uma história comparada das sociedades europeias. *In.*: _____. **História e historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch**. Lisboa: Teorema, 1998 [1928]. p. 119-150.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_25_de_30_11_1937.pdf. Acesso em: 3 jan. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. **Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992**. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_314_de_8_de_outubro_de_1992.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 68, de 15 de fevereiro de 2012**. Dispõe sobre a delimitação e diretrizes para a área de entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília, sede da capital da República Federativa do Brasil, situado no Distrito Federal, bem como objeto de tombamento federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_68_de_15_de_fevereiro_de_2012.pdf Acesso em: 7 ago. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016**. Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_166_de_11_de_maio_de_2016.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960**. Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3751.htm. Acesso em: 5 jun. 2022.

BRITO, M. V. A política de Patrimônio Francesa: esboçando seu passado e presente. **Revista CPC**, v. 13, n. 25. p. 86-111, 2018.

BROCARD, Madeleine. L'intégration du patrimoine Perret dans l'identité du Havre « métropole maritime internationale » *In*: LE HAVRE. **Villes symboles du XX^e siècle**. Mairie du Havre, 2007.

CARLI, Félicien. **Le Havre**: Petite histoire de l'architecture. Paris: Édition du cardo, 2018.

CIEUX, Laurence. **Le Havre 44**. Le Havre: Éditions Octopus, 2022.

CENTER FOR ECONOMIC AND SOCIAL RESEARCH OF TEL-AVIV – YAFO MUNICIPALITY. **City in Numbers**. Tel Aviv -Yafo Municipality, 2018. Disponível em: <https://www.tel-aviv.gov.il/en/abouttheCity/Pages/CityinNumbers.aspx/1000>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo. Utopias e realidades. Uma antologia**. Estudos, volume 67. São Paulo, Perspectiva, 1979.

COHEN, Nahoum. **Tel Aviv: An Architectural Guide**. Tel Aviv: Chrysalis Books Group, 2002.

COHEN, Jean-Louis; ABRAM, Joseph; LAMBERT, Guy. **Encyclopédie Perret**. Paris: Éditions du patrimoine, 2002.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021**. Distrito Federal, 2022. Disponível em:

https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Plano_Piloto.pdf. Acesso em: 27 dez. 2023.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA – CIAM. **Carta de Atenas**. Atenas: Assembleia do CIAM, 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2022.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMOS. **The Nara Document on Authenticity**. ICOMOS, 1994. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/charters-and-texts/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/386-the-nara-document-on-authenticity-1994>. Acesso em: 9 nov. 2021.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMOS. National Committees of the Americas. **The declaration of San Antonio, Texas, 1996**. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/resources/charters-and-texts/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/188-the-declaration-of-san-antonio>. Acesso em: 16 ago. 2024.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMOS Mexico. **The wise use of heritage: abstracts from the World Congress of the Conservation of Cultural Heritage during ICOMOS 12th General Assembly**. Mexico: ICOMOS, 1999. Disponível em: <https://openarchive.icomos.org/id/eprint/2081/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMOS. **1096. Tel Aviv (Israel)**. Paris: ICOMOS, 2003. Disponível em: <https://whc.UNESCO.org/uploads/nominations/1096.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2021.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMOS. **1181. Le Havre (France)**. Paris: ICOMOS, 2005a. Disponível em: <https://whc.UNESCO.org/uploads/nominations/1181.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMOS. **The World Heritage List: Filling the Gaps – An Action Plan for the Future** [La Liste du Patrimoine Mondial: Comblir les lacunes – Un plan d’action pour le future]. Paris, ICOMOS, 2005b.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMOS. **Rules of Procedure of the International Council on Monuments and Sites**. Marrakesh: ICOMOS, 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMOS. **À propos de l’ICOMOS**. Mission de l’ICOMOS. ICOMOS, 2023. Disponível em:

<https://www.ICOMOS.org/fr/a-propos-de-IICOMOS/mission-et-vision/IICOMOS-en-bref-2>. Acesso em: 24 abr. 2023. COOKE, Catherine; SHARP, Dennis. **DOCOMOMO: The modern movement in architecture**. Rotterdam: 010 Uitgeverij, 2000.

COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto de Brasília. 1957. *In*: LEITÃO, F. **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro**. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

COSTA, Lucio. Brasília Revisitada. 1985-1987. 1987. Complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. *In*: LEITÃO, Francisco (org.) **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro**. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

CSEPCSÉNYI, Ana Cristina. A distinguibilidade como figura retórica na intervenção contemporânea no patrimônio arquitetônico. **Arquitextos**, São Paulo, ano 21, n. 245.03, out. 2020. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.245/7920>. Acesso em: 17 jan. 2024.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987**. Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília. Disponível em: http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/legislacao/DISTRITAL/2_DECRETO_10.829-87/Dec_10829-87_Preservacao_da_concepcao_urbanistica_de_Brasilia.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 19.040, de 18 de fevereiro de 1998**. Proíbe a utilização da expressão “satélite” para designar as cidades situadas no território do Distrito Federal, nos documentos oficiais e outros documentos públicos no âmbito do GDF. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/33283/Decreto_19040_18_02_1998.html#:~:text=DECRETO%20N%C2%B0%2019040%2C%20DE,p%C3%BAblicos%20no%20%C3%A2mbito%20do%20GDF.> Acesso em: 24 jan. 2024.

DOCOMOMO. **Conference Proceedings**. First International Conference Sept. 12-15, 1990. Eindhoven: University of Technology, 1990. Disponível em: https://DOCOMOMO.com/wp-content/uploads/2023/04/DOCOMOMO_1st-IDC_1990_OCR_reduced.pdf. Acesso em: 9 jul. 2023.

DOCOMOMO. **About DOCOMOMO International**. DOCOMOMO, 2023. Disponível em: <https://DOCOMOMO.com/organization/>. Acesso em: 9 jul. 2023.

DUTEURTRE, Vincent. La valorisation d'un patrimoine moderne: l'exemple du Havre. 2007. *In*: MONNIER, Gérard (dir.). **Villes Symboles du XX^e siècle, Brasilia, Chandigarh, Le Havre, Tel Aviv, Le Havre**. Le Havre: Maison de la Culture du Havre, 2007.

ETIENNE-STEINER, Claire. **Le Havre**. Auguste Perret et la reconstruction. Rouen: Éd. Connaissance du Patrimoine de Haute-Normandie, 1999. (Collection Images du Patrimoine).

ETIENNE-STEINER, Claire. **La demeure urbaine (1517-2017)**. Le Havre: Lieux dits, 2017.

FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus. **A invenção da superquadra: o conceito de unidade de vizinhança em Brasília**. Brasília: Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2021.

FLAHIVE, Robert. Producing World Heritage in the White City Tel Aviv. **International Social Science Journal**, v. 67, n. 225-226, p. 109-120, 2017.

FRAMPTON, Keneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1997].

GASTINNE, Jean-Baptiste. **Fondation du Havre – 1517**. France Archives, 2017. Disponível em: https://francearchives.gouv.fr/pages_histoire/26287406. Acesso em: 11 fev. 2024.

GAUTHIEZ, Bernard, **Espace urbain. Vocabulaire et morphologie**, Paris, Éd. du Patrimoine, 2003.

GOMES, Beatriz de Oliveira Alcântara. **Os sentidos do vazio: a escala bucólica nas superquadras de Brasília**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

GOULART, Maurício Guimarães. O Horizonte de Brasília: a definição da zona de entorno e a gestão compartilhada do conjunto urbanístico de Brasília. *In*: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília**. Brasília: Iphan, 2016.

GOULART, Maurício Guimarães; LEITÃO, Francisco. Escala Gregária. *In*: LEITÃO, Francisco (org.). **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro**. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

GRAVARI-BARBAS, Maria. Patrimonialisation et réaffirmation symbolique du centre-ville du Havre. Rapports entre le jeu des acteurs et la production de l'espace. **Annales de Géographie**, p. 588-611, 2004.

GRAVARI-BARBAS, Maria.; RENARD, Cécile. Une patrimonialisation sans appropriation? Le cas de l'architecture de la reconstruction au Havre. **Norois Open Edition**, v. 2017, n. 4, p. 57-73, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/norois/3476#tocfrom2n1> Acesso em: 17 set. 2023.

GROSS, Micha. (org.). **Preservation and Renewal: Bauhaus and International Style Buildings in Tel Aviv**. Tel Aviv: Bauhaus Center Tel Aviv, 2015.

GROSS, Micha. **The White City of Tel Aviv**. Smarthistory, August 7, 2023. Disponível em: <https://smarthistory.org/the-white-city-of-Tel-Aviv/>. Acesso em: 13 out. 2023.

HEYNEN, Hilde. **Architecture and modernity: a critique**. Cambridge: MIT Press, 1999.

HOFFMANN, Jeremie. **Histoire de la Ville Blanche de Tel Aviv**. L'adaptation d'un site moderne et de son architecture. Thèse (Histoire de l'art) – Université Panthéon-Sorbonne, Paris I, 2014.

ICCROM. **Qu'est-ce-que c'est l'ICCROM ?** ICCROM, 2023. Disponível em: <https://www.iccrom.org/fr/à-propos/en-bref/quest-ce-que-cest-l'iccrom>. Acesso em: 24 abr. 2023.

INGERSOLL Richard. Pilgrimage to the White City: International style conference at Tel-Aviv. **Journal of Architectural Education**, v. 48, n. 4, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2022, Distrito Federal**, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 27 dez. 2023.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES – INSEE. **Statistiques Locales. Zone d'étude Le Havre**. Institut National de la Statistique et des Études Économiques, 2020. Disponível em: https://statistiques-locales.insee.fr/#c=report&chapter=compar&report=r01&selgeo1=com_courant.76351&selgeo2=reg.52. Acesso em: 3 out. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Carta de Brasília**. Documento Regional do Cone Sul sobre autenticidade. Brasília: Iphan, 1995. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia%201995.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **GT-Brasília**: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal. In: REIS, Carlos Madson; RIBEIRO, Sandra Bernardes; PERPÉTUO, Thiago Pereira (org.). Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Brasília/DF: Iphan, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL –IPHAN. **Edital para o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil**. Brasília: Iphan, 2018[1956].

JOKILEHTO, Jukka (org.). **What is OUV? Defining the Outstanding Universal Value of Cultural World Heritage Properties**. Berlin: Icomos, 2008.

JOKILEHTO, Jukka. World Heritage: Defining the outstanding universal value. In.: **City & Time 2** (2): 1, 2006.

KALLUS, Rachel. Patrick Geddes and the evolution of a housing type in Tel Aviv. **Planning Perspectives**, v. 12, n. 3, p. 281-320, 1997.

KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: Nobel, 1990.

L'ATELIER DE RECONSTRUCTION DE LA VILLE DU HAVRE. La Reconstruction du Havre. *In*: PERRET, Auguste (org.). **Techniques et Architecture**. [S. l.: s. n], 1946. (v. VI, n. 7-8).

LASSERRE, Joanna. Varsóvia, a cidade invencível. **The Unesco Courier**, Paris, 9 maio 2019. Disponível em: <https://pt.UNESCO.org/courier/2019-2/varsovia-cidade-invencivel>. Acesso em: 14 fev. 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão *et al.* Campinas: Editora UNICAMP, 1990 [1924].

LE HAVRE. **L' Appartement Témoin Perret**. Ville du Havre, 2019.

LEVIN, Michael. **White City – International Style Architecture in Israel – A Portrait of an Era**. Tel Aviv: Ed. The Tel Aviv Museum, 1984.

LIOTARD, Martine. Le centre reconstruit du Havre, entre gestion de l'héritage et émancipation. *In*: MONNIER, Gérard (dir.). **Villes Symboles du XX^e siècle, Brasília, Chandigarh, Le Havre, Tel Aviv, Le Havre**. Le Havre: Maison de la Culture du Havre, 2007.

LIRA, Flaviana Barreto. **Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

LIRA, Flaviana Barreto. Por uma agenda de discussões sobre a conservação da arquitetura moderna. *In*: ZANCHETTI, Silvio Mendes; AZEVÊDO, Gabriela; NEVES, Carolina (org.). **A Conservação do Patrimônio no Brasil: teoria e prática**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2015. v. 1.

LORETTO, Rosane Piccolo. **As [des]venturas da integridade no Patrimônio Mundial**. 2016. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MACDONALD, Susan. **Materiality, monumentality and modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places**. 2009. Disponível em: http://www.aICOMOS.com/wp-content/uploads/2009_UnlovedModern_Macdonald_Susan_Materiality_Paper.pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.

MACHADO, Marília. Escala residencial: Superquadra – pensamento e prática urbanística. *In*: LEITÃO, Francisco (org.). **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro**. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

MACHADO, Marília. **Superquadra: pensamento e prática urbanística**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de Brasília, Brasília, 2007

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MAUREL, Chloé. **Histoire de l'UNESCO.** Les trente premières années (1945-1974). Paris: L'Harmattan, 2010.

MINDLIN, Henrique. **Arquitetura Moderna no Brasil.** Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/Iphan, 2000.

MOREIRA, Fernando Diniz. Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna. **Revista CPC**, n. 11, p. 152-187, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i11p152-187>. Acesso em: 16 set. 2021.

OLIVEIRA, Maria Manuel. "Construída na linha do horizonte": Brasília, o Plano Piloto e a manipulação do chão. *In.*: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Patrimônio em transformação:** atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília. Brasília: Iphan, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. ONU, 1948. Disponível em: <https://unesdoc.UNESCO.org/ark:/48223/pf0000139423/PDF/139423por.pdf.multi>. Acesso em: 9 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Convenção da Haia para a Proteção dos bens Culturais em Caso de Conflito Armado.** Haia (Países Baixos): Unesco, 1954. Disponível em: <https://www.ICOMOS.pt/images/pdfs/2021/7%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20da%20Haia%20conflito%20armado%20-%20UNESCO%201954.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. Sauvez les trésors de Nubie: l'UNESCO lance un appel au monde. **Le Courier de l'UNESCO**, Paris, n. spécial, 1960.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage.** Paris: Unesco, 1972. Disponível em: <https://whc.UNESCO.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Thinking Ahead. UNESCO and the Challenger of Today and Tomorrow.** Paris: Unesco, 1977.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention.** Paris: World Heritage Committee, 1977. (CC-77/CONF.001/8 Rev).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial. Formulário de Proposta e Inscrição.**

Brasília: Unesco, 1986. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20BRASILIA_pt.pdf. Acesso em: 1 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention.** Paris: World Heritage Committee, 1988a. (WHC/2/Revised).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Report of The World Heritage Committee, Eleventh Session.** Paris:

UNESCO, 1988b. Disponível em: http://whc.UNESCO.org/archive/1987/sc-87-conf005-9_e.pdf.

Acesso em: 1 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Conferência sobre autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Mundial.** Nara: Unesco, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Budapest Declaration on World Heritage.** Unesco, 2002a. Disponível

em: https://whc.UNESCO.org/en/decisions/?id_decision=1217&. Acesso em: 27 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Nomination of the White City of Tel Aviv for the World Heritage List.** Paris: Unesco, 2002b. Disponível em:

<https://whc.UNESCO.org/uploads/nominations/1096.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. Identification and Documentation of Modern Heritage. **World Heritage Papers 5**, p. 1-122, 2003a. Disponível em: <https://whc.unesco.org/document/12>. Acesso em: 1

mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Le Havre, la Ville Reconstruit par Auguste Perret.** Proposition

d’Inscription du Centre Reconstruit du Havre sur la Liste du Patrimoine Mondial. 2003b. Disponível

em: <http://whc.UNESCO.org/uploads/nominations/1181.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Convention Concerning the Protection of the World Cultural and**

Natural Heritage. Thirty first session. Paris: World Heritage Committee, 2007. (WHC-07/31.COM/13B).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. Informal Consultation of Intergovernmental And Non-Governmental

Organizations On The Implementation Of The Convention Concerning The Protection Of The

World Cultural And Natural Heritage. Morges, 1976. *In*: JOKILEHTO, Jukka (org.). **What is OUV?** Defining the Outstanding Universal Value of Cultural World Heritage Properties. Berlin: Icomos, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Preparação de Candidaturas para o Patrimônio Mundial:** Manual de Referência. Brasília: Iphan, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **World Heritage List – Brasília.** Paris: World Heritage Centre, 2020. Disponível em: <http://whc.UNESCO.org/en/list/445>. Acesso em: 1 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Liste du patrimoine mondial, statistiques.** Unesco, 2023a. Disponível em: <https://www.whc.UNESCO.org/fr/list/stat>. Acesso em: 25 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial.** Paris: Comitê do Patrimônio Mundial, 2023b.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Global Strategy.** [S. l.]: Unesco, 2024a. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/globalstrategy/>. Acesso em: 3 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **White City of Tel Aviv – the Modern Movement.** UNESCO, 2024b. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/1096/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE – UNEP. **Declaração de Estocolmo.** Unep, 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Estocolmo%201972.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

PANTET, Anne *et al.* Le chantier de la reconstruction de la ville du Havre. *In*: CONGRÉS FRANCOPHONE D'HISTOIRE DE LA CONSTRUCTION, 3., 2017, Nantes. **Paper [...].** Nantes: Université de Nantes, 2017.

PANTET, Anne; ELETA-DEFILIPPIS, Roxana; SOLIGNAC, Philippe. **Le Havre, habiter et vivre dans un patrimoine UNESCO.** [S. l.]: Normandie Université, Centre de Recherches Interdisciplinaires Habitat-Bâtiment-Béton (CRIHBB) de l'Université du Havre; CEREMA, 2019.

PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização:** modos de narrar, ler e preservar Brasília. 2015. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

PESSÔA, José Simões. Brasília e o tombamento de uma ideia. *In*. SEMINÁRIO DOCOMOMO/BRASIL – ARQUITETURA E URBANISMO MODERNOS: PROJETO E PRESERVAÇÃO, 5, 2016, São Carlos/SP. **Anais [...]**. São Carlos: CPDOC, 2016. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/.../brasil/.../José%20Simes%20B%20PESSOA%20-%20Brasilia>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Painel IDHM. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. 2021. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/painel-idhm#:~:text=O%20valor%20do%20IDHM%20do,varia%C3%A7%C3%A3o%20de%202%2C7%25>. Acesso em: 24 jan. 2024.

PRUDON, Theodore. **Preservation of Modern Architecture**. New Jersey: John Wiley and Sons Inc., 2008.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2005.

ROTBARD, Sharon **White City Black City: Architecture and War in Tel Aviv and Jaffa**, [trans. from Hebrew by Orit Gat, first published by Babel, Tel Aviv, 2005], London: Pluto Press, 2015.

ROFÉ, Yodan. The White City of Tel Aviv: The Conservation of Modern Planning and Architecture and the Current Debate on Urbanism. **Urbanistica, Journal of The Italian Institute of Planners**, v. 136, p. 95-102, 2008.

ROZENHOLC, Caroline; TUFANO, Antonella. Tel Aviv White city: The construction of urban heritage and its effects on the development of the city. **L’Espace Géographique**, v. 47, Issue 4, 2018.

RÜSEN, Jörn. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2011.

SAFAR, Gisele Hissa; OLIVEIRA, Maria Lúcia Machado. A Cidade Branca de Tel Aviv: mais do que uma herança da Bauhaus – The White City of Tel Aviv: More than a Bauhaus heritage. **Transverso**, [S. l.], n. 7, 2019. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/transverso/article/view/4394>. Acesso em: 24 maio 2023.

SAINT, Andrew. Philosophical principles of modern conservation. *In*: MACDONALD, Susan (ed.). **Modern matters**. London: Donhead, 1996.

SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. *In*: REIS, Carlos Madson; RIBEIRO, Sandra Bernardes; PERPÉTUO, Thiago Pereira (org.); Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Brasília/DF: Iphan, 2016.

SANTOS, Rodrigo. **Fundamentos da pesquisa histórica** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2016.

- SCHNAIDT, Claude. Architects of na Educational Revolution. **The UNESCO Courier**, Paris, p.18-27, 1980.
- SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil, 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 2010.
- SHAVIT, Yaacov. **Tel Aviv, naissance d'une ville 1909-1936**. Paris: Ed. Albin Michel, 2004.
- SILVA, Jéssica Gomes da. **O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da capital**. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**. Escritório Internacional dos Museus Sociedades das Nações. Atenas, 1931. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Resolução sobre a Conservação de Monumentos Históricos e de Obras de Arte**. Sociedade das Nações, Genebra, 1932. Disponível em:
<https://www.ICOMOS.pt/images/pdfs/2021/4%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20monumentos%20hist%C3%B3ricos%20-%20SdN%201932.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- STOTT, Peter. The World Heritage Convention and the National Park Service, 1962-1972. **The George Wright Forum**, v. 28, n. 3, 2011.
- STOVEL, Herb. The Riga Charter on authenticity and historical reconstruction in relationship to cultural heritage, Riga, Latvia, October 2000. **Conservation and management of archaeological sites**, Vol. 4, n.4, p.241-244, 2001.
- SZMUK, Nitza. **Dwelling on the dunes: Tel Aviv; modern movement and Bauhaus ideals**. Paris: Editions de l'éclat, 2004 [1994].
- SZMUK, Nitza. Foreword. *In*: UNESCO. **Nomination of the White City of Tel Aviv for the World Heritage List**. Paris: UNESCO, 2002b. Disponível em:
<https://whc.UNESCO.org/uploads/nominations/1096.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2024.
- TAVARES, Jeferson. **Projetos para Brasília: 1927 – 1957**. Brasília: Iphan, 2014.
- TEL AVIV-YAFO. **History – Tel Aviv-Yafo Municipality**. 2021. Disponível em:
<https://www.tel-aviv.gov.il/en/abouttheCity/Pages/history.aspx/1000>. Acesso em: 17 nov. 2023.
- THE MUSEUM OF MODERN ART – MoMA. **Modern architecture: international exhibition**. New York, Feb. 10 to March 23, 1932. 1932. Disponível em:
<http://www.moma.org/calendar/exhibitions/2044>. Acesso em: 2 set. 2023.
- TITCHEN, Sarah. **On the construction of outstanding universal value**. UNESCO's World Heritage Convention (Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, 1972) and the identification and assessment of cultural places for inclusion in the World Heritage List. Thesis (Doctor of Philosophy) – Australian National University, Canberra, 1995.

TOURNANT, Jacques. La reconstruction du Havre. Urbanisme - Remembrement - Architecture . In: **Études Normandes**, livraison 9, n°26, 4e trimestre 1953. La reconstruction du Havre. Urbanisme - Remembrement - Architecture.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades Novas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – IUCN. **Seven decades of experience**. History. IUCN, 2023. Disponível em: <https://www.iucn.org/fr/node/32242>. Acesso em: 24 abr. 2023.

VALDERRAMA, Fernando. **Histoire de l'UNESCO**. Paris: Organisation par les Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture – Unesco/Presses Universitaires de France, 1995.

VINHAS, Salvador Muñoz. **Teoria contemporânea da Restauração**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

WEBER, Nicholas Fox. **C'était Le Corbusier**. Paris: Ed. Fayard. 2009.

WELTER, Volker. The 1925 Master Plan for Tel-Aviv by Patrick Geddes. **Israel Studies**, v. 14, p. 119-194, 2009.

WIT, Frits de. Bauhaus-boom in Tel Aviv – 1994 Conference boosts revival. **Docomomo Journal** 21, June 1999.

ZUCKERMANN, Moshe. Sionisme: histoire et structures actuelles. **Cités**, n. 47-48, p. 171-179, 2011. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-cites-2011-3-page-171?lang=fr>. Acesso em: 14 fev. 2023.

Documentação Primária

ABRAM, Joseph. **Le Havre Reconstituit**. Un Patrimoine architectural et urbain d'intérêt Mondial. Étude Methodologique. Archives de la ville du Havre, 1996. Acesso em: nov. 2022.

ABRAM, Joseph. **Proposition d'inscription du Centre Reconstituit du Havre sur la liste indicative de l'état français**. Archives de la Ville du Havre. Direction de l'Urbanisme, 2000.

CENTRE DU PATRIMOINE MONDIAL DE L'UNESCO. WCH/74/512/PST/KM/MR. Archives ICOMOS à Paris. Unesco, 2004. Acesso em: nov. 2022.

DECISION 29 COM8B.38. Comité du Patrimoine mondial, 2005. Archives ICOMOS à Paris. Acesso em: nov. 2022.

DÉLÉGATION DU BRÉSIL PRÈS L'UNESCO. **Carta de Josué Montello à Amadou-Mahtar M'Bow**. 24 de outubro de 1987. Archives UNESCO à Paris. Acesso em: mar. 2023.

DÉLÉGATION PERMANENTE DE LA FRANCE AUPRÈS DE L'UNESCO. **Réf 186/ter.3.6.2.** Archives UNESCO à Paris. Paris, 2005. Acesso em: mar. 2023.

DIRECTION DE L'URBANISME. **Atlas géographique de la ville du Havre.** Archives de la Ville du Havre. Direction de l'Urbanisme, 2004.

DIRECTION DE L'URBANISME. **Convention d'Étude** – Demande d'Inscription du Centre Reconstitué du Havre sur la liste du Patrimoine Mondial de l'Humanité. Pasta: Documentation sur Patrimoine Mondial. Archives de la Ville du Havre. Direction de l'Urbanisme, 2000a.

DIRECTION DE L'URBANISME. **Inscription du Centre Reconstitué du Havre au Patrimoine Mondial de l'UNESCO** – Étude de Joseph Abram – Phase 1. Archives de la Ville du Havre. Direction de l'Urbanisme, 2000b.

DIRECTION DE L'URBANISME. **Lettre de Joseph Abram à Célia Even.** Le 30 novembre 1999. Archives de la ville du Havre, 2003. Acesso em: nov. 2022.

DISCOURS et communiqués. Discours de Jean-Jacques Aillagon pour les Journées européennes du patrimoine. Archives de la ville du Havre, 2003. Acesso em: nov. 2022.

DIVISION AMÉNAGEMENT ET URBANISME. **Le Havre – ZPPAUP Centre Reconstitué.** 1. Rapport de Présentation. Archives de la ville du Havre, 1995a. Acesso em: nov. 2022

DIVISION AMÉNAGEMENT ET URBANISME. **Le Havre – ZPPAUP Centre Reconstitué.** 2. Règlement. Archives de la ville du Havre, 1995b. Acesso em: nov. 2022

DIVISION AMÉNAGEMENT ET URBANISME. **Le Havre – ZPPAUP Centre Reconstitué.** 3. Recommandations. Archives de la ville du Havre, 1995c. Acesso em: nov. 2022

DOCOMOMO FRANCE. **Projet de DOCOMOMO France pour la ville du Havre.** Archives de la ville du Havre, 2003. Acesso em: nov. 2022

DOCUMENT OFFICIEL de Claude Medras à Antoine Rufenacht. Le 30 juillet 2003. Archives de la ville du Havre, 2003. Acesso em: nov. 2022.

STOTT, Peter [**e-mail**]. Recipient: Regina Duriguello e Gwenaëlle Bourdin, 17 jun. 2003. Objet: Additional information from Israel. Archives ICOMOS à Paris. Acesso em: nov. 2022.

GEDDES, Patrick. **Town Planning Report Tel Aviv. Tel Aviv-Yafo,** 1925. A Archives de la ville du Havre, 2003. Acesso em: nov. 2022.

GT-BRASÍLIA. Documento para discussão nº 1 – a preservação do Plano Piloto. [entre 1983 e 1985]. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Relatório Preliminar** – 1ª etapa dos trabalhos – dezembro de 1981. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Síntese dos Trabalhos até novembro de 1983.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Relatório Síntese de 1985.** 1985. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Relatório de Atividades – Período: janeiro/maio de 1987.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB.

GT-BRASÍLIA. **Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981-1988.** 1988. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 03.

ICOMOS. **Advisory Body Evaluation. Tel Aviv (Israel) No 1096.** ICOMOS, 2003b. Archives UNESCO à Paris. Acesso em: mar. 2023.

ISRAEL NATIONAL COMMISSION FOR UNESCO. **Correspondência s/n – Nomination for the World Heritage List 2002 Bauhaus Buildings in Tel Aviv – The White City.** Israel, 2002a. Archives ICOMOS à Paris. Acesso em: nov. 2022.

ISRAEL NATIONAL COMMISSION FOR UNESCO. **Correspondência s/n – Nomination of the White City of Tel Aviv/Bauhaus Buildings Additional material – CL/WHC.10/02/OS.** Archives UNESCO à Paris. Israel, 2002b. Acesso em: mar. 2023.

ISRAEL WORLD HERITAGE COMMITTEE. **Carta s/n de Michael Turner à Francesco Bandarin, em 01 de junho de 2003.** Archives UNESCO à Paris. Acesso em: mar. 2023.

JULLIEN & ALLIX. **Lettre MB/MM. ZPPAUP.** Archives de la Ville du Havre. Direction de l'Urbanisme, 2004. Acesso em: nov. 2022.

LOCAL BUILDING AND TOWN PLANNING COMMISSION TEL-AVIV. **Tel Aviv Town Planning Scheme 1927 (amendment) 1938.** Tel Aviv Municipality Archives. Tel Aviv-Yafo, 1938.

MAIRE DU HAVRE. **Proposition d'inscription sur la liste du Patrimoine Mondial. Le Havre.** Archives de la Ville du Havre. Direction de l'Urbanisme, 2004. Acesso em: nov. 2022.

MARTIN-CHAUFFIER, Gilles. L'UNESCO est-elle tombée sur la tête? **La Gazette de la Presse,** Paris, sept./oct., 2005.

MINISTÈRE DE LA CULTURE ET DE LA COMMUNICATION. **Lettre SU/SEC-VD/CC – 1138.01.** Archives de la Ville du Havre. Direction de l'Urbanisme, 2000.

NOTE de Synthèse Dossier UNESCO – Rencontre M. Gueguinou 15/10/2003. Archives de la ville du Havre, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **SC-87/CONF.005/9. Report of the World Heritage Committee Eleventh session.** Archives Unesco à Paris. Unesco, 1988. Acesso em: mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA –UNESCO. **WHC DOC UNIT 2003 – Technical Evaluation.** The White City of Tel Aviv – The Modern Movement. Archives Unesco à Paris. Unesco, 2003c. Acesso em: mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA –UNESCO. **WCH-03/27.COM/24. Report of the World Heritage Committee Twenty-seventh session.** Archives Unesco à Paris. Unesco, 2003d. Acesso em: mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **WHC DOC UNIT 2005 – Technical Evaluation.** Le Havre, la ville reconstruite par Auguste Perret. Archives Unesco à Paris. Unesco, 2005a. Acesso em: mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **WHC-05/29.COM/22.** Report of the World Heritage Committee Twenty-ninth session. Archives Unesco à Paris. Unesco, 2005b. Acesso em: mar. 2023.

PROGRAMME PATRIMOINE MONDIAL. **Réf.RD/MA1181.** Paris, 2005. Archives ICOMOS à Paris. Acesso em novembro 2022.

TELEX N° 310/DCINT, de 2 de julho de 1987. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB.

TOWN PLANNING AND CONSTRUCTION DEPARTMENT. **Instructions for Care and Conservation of Listed Buildings.** Tel Aviv Municipality Archives. Israel, 1999.

WORLD HERITAGE CENTRE. **WHC/74/100.1/MR/MT.** Archives ICOMOS à Paris. Unesco, 2002a. Acesso em: nov. 2022.

WORLD HERITAGE CENTRE. **WHC/74/ISR/FR/glo.** Unesco, 2002b. Archives Unesco à Paris. Acesso em: mar. 2023.

WORLD HERITAGE CENTRE. **WHC/74/FRA/CD/MR/NR.** Archives Unesco à Paris Unesco, 2003a. Acesso em: mar. 2023.

WORLD HERITAGE CENTRE. **WHC/74/Israel/KM/MR.** Archives Unesco à Paris. Unesco, 2003b. Acesso em: mar. 2023.

WORLD HERITAGE CENTRE. **WHC/74/512/PST/KM/MR.** Archives Unesco à Paris. Unesco, 2004a. Acesso em: mar. 2023.

WORLD HERITAGE CENTRE. **WHC/74/PST.** Archives Unesco à Paris. Unesco, 2004b. Acesso em: mar. 2023.

WORLD HERITAGE COMMITTEE. **WHC-13/37.COM/8D.** Unesco, 2013. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/2013/whc13-37com-8D-en.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

WORLD MONUMENT WATCH. **100 Most endangered sites** – The White City Tel Aviv, Israel
New York: World Monuments Fund, 1996. Icomos, Archives à Paris – Tel Aviv. Acesso em: nov.
2022.